

**UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AO CORRER DA PENNA: Pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá/MT nos  
oitocentos.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense/UFF como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Claudia Maria Costa Alves de Oliveira

**Niterói, Rio de Janeiro.**

**Mai de 2017.**

**UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AO CORRER DA PENNA: Pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá/MT nos  
oitocentos.**

Paulo Sérgio Dutra

**Niterói, Rio de Janeiro.  
Maio de 2017**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**AO CORRER DA PENNA: Pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá/MT nos oitocentos.**

Paulo Sérgio Dutra

Orientadora: Claudia Maria Costa Alves de Oliveira

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense/UFF, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor em Educação.

**Data da Aprovação** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Aprovada por:**

---

Presidente, Professora Doutora Claudia Maria Costa Alves de Oliveira - UFF

---

Professora Doutora Irma Rizzini – UFRJ

---

Professor Doutor Marcus Vinicius Fonseca - UFOP

---

Professora Doutora Alessandra Schueler – UFF

---

Professor Doutor Marcelo Mac Cord - UFF

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**Dutra, Paulo Sérgio.**

AO CORRER DA PENNA: pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá/MT nos oitocentos / Paulo Sérgio Dutra. – 2017.  
445 f.

Orientadora: Claudia Maria Costa Alves de Oliveira.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,  
Faculdade  
de Educação, 2017.  
Bibliografia: f. 365-386.

1. Negro. 2. Mestiço. 3. Educação. 4. Cuiabá (MT). 5. Século XIX. I. Oliveira, Claudia Maria Costa Alves de. II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. III. Título.

Dedico este trabalho...

Ao meu avô JONAS SÉRGIO DUTRA, pela determinação em fazer dos Dutra vencedores, e IN MEMORIAN a minha avó CLAUDEMIRA PRUDÊNCIO DE SOUZA, pela doçura dispensada aos netos e filhos e por constituir uma linda família negra.

À Ana Maria Ramos, mulher negra, enfermeira, símbolo de integridade e representante do Movimento Negro do Estado de Rondônia, por sua conduta arrojada no enfrentamento cotidiano das relações raciais conflituosas, buscando estabelecer sentido para as africanidades.

À Professora Doutora Denise Maria Botelho Professora Associada do Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) que no momento eu desejava ingressar nos estudos na Pós-Graduação “me ensinou” o caminho para a construção de um projeto de pesquisa, e vibrou a cada acerto meu com um “Parabéns, grannnnnnnnnnnnndddddeeeeeee progresso”. A ela meu respeito e admiração por dedicar-se a solidariedade, e ter nos ensinado, de que um homem negro e/ou uma mulher negra quando obtém sucesso deve auxiliar seus iguais.

Agradecimentos.

Ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondônia Campus de Ji-Paraná, do qual sou integrante, pelos estímulos empreendidos para meu afastamento com a finalidade de cursar o Doutorado em Educação, prosseguindo nos estudos e pesquisas sobre o negro e instrução pública no século XIX.

À minha orientadora Professora Doutora Claudia Maria Costa Alves por acreditar e estimular minha caminhada em busca das informações, documentos que culminaram nesta tese de doutorado.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Elizabeth Madureira Siqueira, por me receber na Casa Barão de Melgaço, pelos exemplares indicados e presentes na biblioteca daquela casa, pelas pistas e material que contribuíram na construção da trajetória dos sujeitos desse estudo.

À minha linda família negra: meu pai, Urias Sérgio Dutra, por sua luta na contribuição da criação do Movimento Negro em Rondônia; minha mãe, Diolina Maria dos Santos Dutra; meus irmãos, Elias e Luís; minhas irmãs, Lourdes, Fátima e Aparecida; e aos nossos rebentos em comum, Luan, Caio, Luana, Junior, Vitinho, Isadora e Grazielly, Gabrielly, Amanda e Tales que darão continuidade a nossas ações em favor da negritude.

Aos meus companheiros e companheiras da turma 2013/2 de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense –UFF, Heitor Collet por ter me acolhido para passar o natal de 2013 com sua bela família, Francisco Marcelo grande irmão que me apresentou a Vila do João no Complexo da Maré, Manna Nunes pelos zelos e cuidados, a Mariane pelo companheirismo. Com eles e elas eu pude dividir os sorrisos, as descobertas e algumas inquietações durante minha estada em Niterói.

À Sharon Varjão Will pela cumplicidade e por me acolher no momento em que achei que fosse solidão e tecer comigo todos os diálogos e mostrar a polidez com que duas pessoas de grupos étnicos diferentes podem tecer para ajudar a construir um mundo melhor.

À Universidade Federal de Rondônia através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – Propesq, pela eficiência nos trabalhos destinados a apoiar os profissionais desta instituição no que concerne a otimização nas atividades que respondem pelo afastamento destes nos estudos e pesquisas com diversas temáticas para fortalecerem os Grupos de Estudos e Pesquisas que compõem o arsenal capaz de produzir conhecimento nesta IE.

À Capes pela concessão da Bolsa através do Programa de Formação Doutoral Docente - Prodoutoral que viabilizou todas as ações que culminaram na tese em tela.

**Epigrafe:** Fiz com a passarela,  
o que “eles fez” com a cadeia  
e com a favela,  
enchi de preto. (EMICIDA)

## RESUMO

A presente tese resulta da investigação sobre a extensão do letramento entre pretos e pardos na cidade de Cuiabá, Província de Mato Grosso, entre os anos de 1850 e 1890. Para alcançar seus objetivos, concentrou-se em um contingente de pretos e pardos que moravam nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II, espaços constitutivos da parte urbana da capital da Província de Mato Grosso naquele período. Para discutir o papel do letramento na circulação da população de origem negra na sociedade oitocentista, naquele território, o estudo elegeu a trajetória de oito sujeitos escolarizados, caracterizados como pretos e pardos, conforme o recenseamento de 1890, na cidade de Cuiabá. Para a construção deste estudo optou-se, pelo cruzamento de dados entre as fontes textuais e o referido recenseamento, possibilitando identificar os sujeitos do ponto de vista das seguintes categorias: *nome, idade, raça, estado civil, religião, nacionalidade, e instrução*. Considerando-se os processos históricos de ocupação da região que se constituiu como a Província de Mato Grosso, foi possível constatar a supremacia demográfica negra, presença importante na atividade mineradora que atraiu ocupantes desde o período colonial. A cidade de Cuiabá emergiu, no século XIX, como o centro urbano para onde se dirigiram os esforços de construção do Estado Imperial, o que significou a edificação de escolas de vários níveis e o aparecimento de jornais que criavam postos e estimulavam o letramento de seus habitantes. Além da indicação expressa de que “sabiam ler e escrever” no Recenseamento de 1890, a presença de indivíduos de origem negra situados no magistério, no jornalismo, no exército, incluindo um médico, foram tomados como indícios significativos da circulação e do letramento de pretos e pardos. Ao término da pesquisa considera-se que a cidade de Cuiabá era constituída de uma população eminentemente negra, havendo grande difusão da leitura e escrita entre o segmento populacional composto de pretos e pardos. Nesse sentido, salienta-se ter observado uma considerável representatividade destes na burocracia administrativa da capital, e, ressalta-se ainda, que nas comparações sobre a representatividade realizadas dentro do universo do mesmo grupo racial, brancos eram maioria. Considera-se que “negros” ocuparam posições relevantes dentro dos espaços de direção social e política em Mato Grosso, sobretudo na instrução pública, administração pública, religião e segurança público-privada. Dessa forma, o trabalho em tela procura contribuir com as questões que apontam para a ausência de pesquisa sobre o negro em diversas esferas na região Centro Oeste, em específico na cidade de Cuiabá capital do Estado de Mato Grosso.

**Palavras- Chave:** Pretos e Pardos. Letramento. Cuiabá. Século XIX



## ABSTRACT

This thesis is the result of the research on the range of literacy among black and brown people in Cuiabá City, in Mato Grosso Province, between the years 1850 and 1890. To attain its goals, the focus was placed upon a certain quota of black and brown people that lived in the civil parishes of Sé and that of São Gonçalo de Pedro II, which are constitutive spaces for the urban part of Mato Grosso Province's capital back then. In order to discuss the role of literacy in the circulation of the black-originated population in 19<sup>th</sup> century society in that territory, the study chose the trajectory of eight schooled individuals, featured as black and brown, according to the 1890 census in the city of Cuiabá. For the development of this study, it was decided to cross data between the textual sources and the census, making it possible to identify the individuals from the point of view of the following categories: *name, age, marital status, religion, nationality, and education*. Considering the historical processes of occupation of the region constituted as the Province of Mato Grosso, it was possible to verify the black demographic supremacy, an important presence in the mining activity that attracted occupants since the colonial period. The city of Cuiabá emerged, in the 19<sup>th</sup> century, as the urban center where the Imperial State's building-up efforts were focused, which meant the construction of schools of various levels and the rising of newspapers that created stations and offered stimulus the literacy of its population. In addition to the clear indication that they "knew how to read and write" in the Census of 1890, the presence of black people in magisterial, journalism, army, and even a doctor, were taken as significant signs of black and brown people literacy and circulation. At the end of the research it is considered that the city of Cuiabá was constituted of a remarkable black population, with great diffusion of reading and writing between the population segment composed of blacks and browns. In this sense, it is worth noting that they have a considerable degree of representativeness in the capital's administrative bureaucracy, and it is also worth noting that in the comparisons of representability within the universe of the same racial group, whites were the majority. It is considered that "blacks" occupied relevant positions within the social and political management scopes in Mato Grosso, especially in public education, public administration, religion and public-private security. Thus, this work seeks to contribute with questions that point to the absence of research on black people in several spheres in the Central West region, specifically in the city of Cuiabá, Mato Grosso State's capital.

**Key-words:** Blacks and browns. Literacy. 19<sup>th</sup> century.

## RESUMEN

La presente tesis resulta de una investigación sobre la extensión de la alfabetización entre negros y pardos de la ciudad de Cuiabá, Provincia de Mato Grosso, entre los años 1850 y 1890. Para alcanzar sus objetivos, se concentró en un contingente de negros y pardos que vivían en las Freguesias da Sé y São Gonçalo de Pedro II, espacios constitutivos de la parte urbana de la capital de la Provincia de Mato Grosso en aquel período. Para discutir el papel de la alfabetización en la circulación de la población de origen negro en la sociedad octaminentista, en aquel territorio, el estudio eligió la trayectoria de ocho sujetos escolarizados, caracterizados como negros y pardos, conforme al censo de 1890, en la ciudad de Cuiabá. Para la construcción de este estudio se optó, por el cruce de datos entre las fuentes textuales y el censo citado, posibilitando identificar a los sujetos desde el punto de vista de las siguientes categorías: *Nombre, Edad, Raza, estado civil, religión, nacionalidad, e instrucción*. En cuanto a los procesos históricos de ocupación de la región que se constituyó como la Provincia de Mato Grosso, fue posible constatar la supremacía demográfica negra, presencia importante en la actividad minera que atrajo ocupantes desde el período colonial. La ciudad de Cuiabá emergió, en el siglo XIX, como el centro urbano hacia donde se dirigieron los esfuerzos de la construcción del Estado Imperial, lo que significó la edificación de las escuelas de varios niveles y la aparición de periódicos que creaban puestos y estimulaban la alfabetización de sus habitantes. Más Allá de la indicación expresa de que "sabían leer y escribir" en el Censo de 1890, la presencia de individuos de origen negro situados en el magisterio, en el periodismo, en el ejército, incluido un médico, fueron tomados como indicios significativos de la circulación y de la alfabetización de los negros y pardos. Al término de la investigación se considera que la ciudad de Cuiabá estaba constituida de una población eminentemente negra, habiendo gran difusión de la lectura y escritura entre el segmento poblacional compuesto de negros y pardos. En ese sentido, se subraya haber observado una considerable representatividad de este en la burocracia administrativa de la capital, y, resalta, que en las comparaciones sobre la representatividad realizadas dentro del universo del mismo grupo racial, blancos eran mayoría. Se considera que "negros" ocuparon posiciones pertinentes dentro de los espacios de dirección social y política en Mato Grosso, sobre todo en la instrucción pública, administración pública, religión y seguridad público-privada. De esta forma, el trabajo en pantalla busca contribuir con las cuestiones que apuntan a la ausencia de investigaciones sobre el negro en diversas esferas de la región Centro Oeste, en específico en la ciudad de Cuiabá capital del Estado de Mato Grosso.

**Palabras clave:** Negros y Pardos. Alfabetización. Cuiabá. Siglo XIX.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1. CUIABÁ: POVOAMENTO, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E GEOGRÁFICA SOBRE O CENÁRIO DA PESQUISA</b> .....	39
1.1 A Província de Mato Grosso.....	39
1.2 O município de Cuiabá e as Freguesias da Sé e de São Gonçalo de Pedro II.....	40
1.3 A cidade de Cuiabá vista através dos anúncios de jornais .....	42
1.4 Povoamento e ocupação – o elemento negro .....	45
1.4.1 Superioridade demográfica negra.....	49
1.4.2 A gênese da população mato-grossense.....	50
1.4.3 Supremacia demográfica negra: teares na construção da população mato-grossense.....	54
1.4.4 O cotidiano de pretos e pardos na cidade de Cuiabá.....	60
1.4.5 A vida cultural em Cuiabá.....	62
1.5 Escravidão em Mato Grosso e Cuiabá.....	68
<b>2. “O ESTADO DE COUSAS”, EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO NO SÉCULO XIX</b> .....	109
2.1 O olhar dos dirigentes sobre a escola, a população mato-grossense a título das contribuições no processo de formação do Estado Brasileiro .....	140
2.2 Grupo Abrangente - Total geral de pretos, pardos e brancos escolarizados residentes na parte urbana da cidade de Cuiabá/MT nos Oitocentos.....	152
2.3 Por onde andavam pardos, pretos, caborés e crioulos segundo os periódicos mato-grossenses entre 1860 e 1899?.....	161
2.4 Grupo Intermediário - Total por faixa etária de pretos, pardos e brancos escolarizados residentes nas duas freguesias que compunha a cidade de Cuiabá nos Oitocentos.....	169
2.5 Pretos e pardos nas escolas cuiabanas: os nomes.....	186

### **3. PATENTEANDO AO PUBLICO, TALENTOS E VIRTUDES DE PRETOS E PARDOS EM CUIABÁ NOS OITOCENTOS.....197**

3.1 Virtudes e Talentos, imiscuindo-se “nas elites” .....	197
3.2 Perfil de pretos e pardos e Pardos na sociedade cuiabana nos oitocentos .....	203
3.2.1 Funções administrativas públicas.....	206
3.3 Rede de Sociabilidade.....	213
3.4 Política em Mato Grosso, a conciliação e os desdobramentos.....	222
3.4.1 Augusto Leverger, o difusor da instrução pública em Mato Grosso...223	
3.4.2 Leverger e a Instrução pública na Província.....	224
3.4.3 Os presidentes de Mato Grosso – 1850-1890.....	227
3.4.4 Os partidos políticos – Conservador e Liberal.....	230
3.4.5 Os partidos políticos e a Imprensa mato-grossense.....	235
3.4.6 Pretos e pardos na cena política mato-grossense.....	242
3.5 Perfis dos casamentos segundo o Recenseamento de 1890.....	247
3.6 Complexidade em relação à cor nos oitocentos.....	253
3.6.1 Cor e documento .....	261
3.7 Talentos e Virtudes: Trajetórias de pretos e pardos na cidade de Cuiabá nos Oitocentos.....	264
3.7.1 Agostinho Lopes de Souza - “Sobejas provas de um procedimento irreprehensível”.....	270
3.7.2 Antonia Augusta Gaudie Ley - “Em nome da infância”.....	283
3.7.2.1 As mulheres – Sociedade Cuiabana.....	283
3.7.2.2 Em defesa da educação feminina.....	286
3.7.2.3 Para além da esfera do lar, notas dos periódicos mato-grossenses nos Oitocentos.....	291
3.7.3 Antonio José Duarte - “O homem que embainhou a espada cortante para civilisar, o bom patriota”.....	299
3.7.3.1 Transitando na Fronteira étnica.....	300
3.7.4 Antonio Pereira Catilina da Silva – “distinto filho do Seminário”.....	311
3.7.5 Dormevil José dos Santos Malhado - “O ilustrado, laborioso médico, professor, deputado e diretor geral de instrução publico” na Província de Mato Grosso”.....	320

3.7.5.1 Dr. Dornevil José dos Santos Malhado, atuação em favor da saúde dos cuiabanos.....	321
3.7.5.2 Dr. Dornevil um médico a favor da instrução publica em Mato Grosso.....	327
3.7.6 Félix Benedicto de Miranda – “O aluno mestre do Curso Normal na cidade de Cuiabá”.....	336
3.7.7 Sebastião José da Costa Maricá - “Um humilde, porém dedicado preceptor”.....	344
3.7.8 Thomé Ribeiro de Siqueira – “O talentoso, o jornalista”.....	354
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>360</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>365</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>386</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro: 1 – População da Província de Mato Grosso segundo raça- 1872

Quadro: 2 – População da Freguesia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá – 1872

Quadro: 3 – População da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – 1872

Quadro: 4 – Porcentagem do quadro geral da população considerada livre segundo raça nas freguesias que constituíam o Município de Cuyabá de acordo com o Recenseamento de 1872

Quadro: 5 – Porcentagem total do quadro geral da população considerada livre segundo raça do Município de Cuyabá de acordo com o Recenseamento de 1872

Quadro: 6 – Distribuição das Quotas do Fundo de Emancipação de Matto-Grosso – 1876

Quadro: 7 - Secções das 1ª e 2ª escolas de instrução pública primária e suas respectivas classes a cargo do Professor Benedicto Francisco de Paula – 09 e 12 de junho de 1875

Quadro: 8 - Relação entre o tempo de mandato dos presidentes e as medidas adotadas em relação à instrução pública, na Província de Mato Grosso.

Quadro: 9 - População Geral da Freguesia da Sé, conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 10 - População Geral da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 11- Percentual da população geral da Freguesia da Sé, conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 12 - Percentual da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II conforme raça segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 13 – População da Freguesia da Sé que sabia ler e/ou havia frequentado a escola, conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 14 - Percentual da população de raça branca, parda e preta na São Gonçalo de Pedro II, que sabia ler e/ou havia frequentado a escola, segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 15 - Percentual da população branca e “negra” na Freguesia da Sé, que sabia ler e/ou havia frequentado a escola segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 16 - Percentual da população branca de “negra” na freguesia de São Gonçalo de Pedro II, que sabia ler e/ou havia frequentado a escola segundo o Recenseamento de 1890.

Quadro: 17 - Percentual de escolarização dentro do próprio grupo racial, conforme os números apresentados no Recenseamento de 1890, na Freguesia da Sé

Quadro: 18 - Percentual de escolarização dentro do próprio grupo racial, conforme os números apresentados no Recenseamento de 1890, na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II

Quadro: 19 - Percentual de escolarização dentro do próprio grupo racial total geral, conforme os números apresentados, no Recenseamento de 1890 na cidade de Cuiabá

Quadro: 20 - Cidadãos que comprovaram as exigências e requereram a inclusão de seus nomes no alistamento eleitoral da comarca de Cuiabá residentes na Paróquia da Sé

Quadro: 21 - Lista de nomes dos cidadãos sorteados para participar do júri de 5 de outubro de 1869 – Freguesia da Sé

Quadro: 22 - Talentos e Virtudes – A lista de nomes de negros/negras que assumiram cargos públicos e/ou funções sociais, entre os anos de 1857 a 1890, na Província de Mato Grosso

Quadro: 23 - Freguesia da Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 24 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 25 - Freguesia de Sé– Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 26 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 27 - Escolas públicas femininas criadas entre 1837a1898 em Mato Grosso

Quadro: 28 - Escolas particulares femininas de Mato Grosso 1841- 1880

Quadro: 29 - Freguesia de Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890

Quadro: 30 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 31 - Freguesia de Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 32 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 33 – Freguesia da Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 34 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 35 - Freguesia de Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 36 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Quadro: 37 - Distribuição da instrução primária publica por sexo em Mato Grosso

Quadro: 38 - Nomes encontrados no Recenseamento de 1890, e que estavam presentes em uma lista de exames de classes da 1ª e 2ª escolas de instrução pública primária, a cargo do Professor Benedicto Francisco de Paula – 09 e 12 de junho de 1875.

Quadro: 39 - Relação dos nomes dos alunos do Lyceu Cuiabano, encontrados no Jornal A Província de Mato Grosso (1880), em cruzamento com o Recenseamento de 1890.

Quadro: 40 - Lista de “possíveis” alunos e alunas da escola particular regida por Agostinho Lopes de Souza, entre 1884-1890.

Quadro: 41 - Candidatos inscritos para os exames de preparatórios em portuguez, francez, inglez, arithmetica, álgebra, geometria, trigonometria, geographia e historia, em 12 de novembro de 1889.

Quadro: 42 - “Ao correr da Penna” pretos e pardos escolarizados na cidade de Cuiabá nos Oitocentos.

Quadro: 43 - Eleição de Provedor, Provedora e Irmãos de Meza, que hão de servir a Nossa Senhora da Boa Morte, no corrente anno de 1879 a 1880.

Quadro: 44 - Presidentes da Província de Mato Grosso (1850-1890)

Quadro: 45- Composição racial das famílias da *Freguesia da Sé* conforme Recenseamento de 1890

Quadro: 46 - Composição interracial das famílias da *Freguesia da Sé* conforme Recenseamento de 1890

Quadro: 47 - Composição racial das famílias da *Freguesia de São Gonçalo de Pedro II* conforme Recenseamento de 1890

Quadro: 48 - Composição inter-racial das famílias da Freguesia de *São Gonçalo de Pedro II*, conforme Recenseamento de 1890

Quadro: 49 - População considerada livre segundo raça do Município de Cuyabá de acordo com o Recenseamento de 1872



Quadro: 50 - Nome dos pais, mães, tutores, ex-professores e amigos que tiveram filhos, filhas ou afilhados que estudaram na escola particular regida por Agostinho Lopes de Souza, entre 1884-1890, e se dignaram a declarar sobre seu comportamento.

## **Lista de Abreviaturas**

APMT - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

BN – Biblioteca Nacional.

CD-ROM - Compact Disc Read-Only Memory.

GEM – Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória.

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional.

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso.

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso.

UNIR – Universidade Federal de Rondônia.

## INTRODUÇÃO

A presente tese articula-se à área de história da educação no Brasil, tendo como objeto central a extensão do letramento entre pretos e pardos na cidade de Cuiabá, Província de Mato Grosso. Foram consideradas as Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II, que formavam a parte urbana da capital da Província naquela ocasião. Ganha destaque, no estudo empreendido, a trajetória de oito sujeitos letrados, caracterizados como pretos e pardos no recenseamento de 1890, e que residiam na cidade de Cuiabá/MT, entre os anos de 1850 e 1890. Cabe assinalar que o referido estudo foi desenvolvido junto à linha de pesquisa Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense/RJ.

A princípio, objetivava-se pesquisar o negro na história da educação mato-grossense, tendo como recorte a região do Vale do Guaporé. Adiante, porém, o contato com as primeiras pistas contribuíram para que os rumos da pesquisa fossem redirecionados. Na ocasião, cogitou-se estudar a presença de negros na instrução primária na região do Guaporé e na cidade de Cuiabá, mas o conjunto de dados quantitativos sobre pretos e pardos que sabiam ler e/ou haviam frequentado a escola, produzidos a partir de uma análise aprofundada do Recenseamento de 1890, referendados com dados encontrados nos periódicos de época, e ainda corroborados pelos Relatórios de Presidentes da Província de Mato Grosso obrigou-me a voltar o olhar especificamente para aquele contingente de pretos e pardos que foram caracterizados como “sabe ler” e/ou “frequenta a escola” que, provavelmente, havia tido algum tipo de contato com as letras, naquela província, a partir da segunda metade do século XIX.

A esse respeito, salienta-se que, no decorrer da realização das disciplinas obrigatórias, nos encontros de orientação, e, sobretudo, a partir de um contato mais sistemático com a historiografia relativa ao tema, surgiram algumas inquietações sobre diversas indicações, pistas e/ou sinais que foram descobertos através das leituras realizadas em alguns trabalhos sobre a historiografia da educação em Mato Grosso e também contidos nas fontes. Sobre as pistas encontradas, indagou-se:

Quem eram aqueles sujeitos de origem negra que haviam adentrado uma diversidade de profissões na cidade de Cuiabá nos Oitocentos, conforme as fontes?

Quais percursos haviam construído estes sujeitos em seus processos formativos?

De que forma e/ou quais caminhos haviam percorrido a ponto de adentrarem uma variedade de profissões?

Havia mecanismos que os fizeram permanecer em suas posições sociais? Quais?

Houve conflitos vivenciados no exercício de suas profissões? Como aqueles sujeitos procederam frente aos mesmos?

A cor teria sido um obstáculo para ascender ao cargo?

Vale assinalar que tais inquietações partiram das informações apresentadas por Gomes (2009), em seu trabalho intitulado *Uma professora negra em Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades*, no qual a autora apresentou um quadro sobre os professores que atuavam na Freguesia da Sé, em Cuiabá/MT, no final do século XIX. Foram apresentados pela autora, ao todo, 15 nomes de professores e professoras que atuavam na referida freguesia e que, segundo as informações constantes no Recenseamento de 1890, também residiam nesta. Naquele momento, o que nos chamou atenção foi a presença, entre os professores do grupo listado pela autora, de um professor que havia respondido ao censo de 1890 como pertencente à “raça” *preta*, e outros dois caracterizados como de “raça” *parda*, além de duas outras professoras.

Procurando compreender como se construiriam algumas respostas para as inquietações, perseguiu-se a leitura de outros trabalhos que integram a historiografia da educação mato-grossense. De posse do trabalho de Ilza Dias Paião, intitulado *Professoras de pena, papel e tinta: trabalho feminino entre representações e práticas de gênero em Mato Grosso (1870-1892)*, encontramos as duas professoras (Jorgiana Carvalho Vieira e Bernardina Maria Elvira Rich) que foram caracterizadas como de “raça *parda*” e lecionavam em escolas privadas na cidade de Cuiabá, no final do século XIX.

Em outro trabalho dessa mesma autora, intitulado *A casa-escola no cenário urbano de Cuiabá (1870-1890): limites, tensões e ambigüidades*, outro quadro contendo 9 (nove) nomes foi apresentado. Entre os nomes expostos estava o do professor de música Felipe Liberato d’Oliveira, que, conforme o Recenseamento de 1890, também foi caracterizado como de “raça” *parda*. Ressaltamos que, se continuássemos a procura em descobrir pretos e/ou pardos atuando em outros espaços e/ou em espaços de educação, conseguiríamos alguns outros nomes, mas o contingente encontrado foi suficiente para possibilitar a abertura de caminhos que levassem à construção de instigantes trajetórias sobre não brancos<sup>1</sup> atuando na instrução

---

<sup>1</sup> Tudo indica haver outros nomes, além dos elencados nos estudos referenciados acima, exercendo outras profissões para além da carreira docente na cidade de Cuiabá na época em questão, seja na condição de nomeado ou por oferecimento de seus préstimos. A esse respeito, citam-se os seguintes casos: conforme o jornal *A*

primária e/ou em outras atividades/funções nos Oitocentos, na cidade de Cuiabá/MT.

Também havia lido o trabalho de Adriana Maria Paulo da Silva, intitulado *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Seu estudo delineou a trajetória do professor *preto* Pretextato Passos da Silva, na cidade Rio de Janeiro, nos meados do século XIX. Percebi que Adriana havia corrido o risco, segundo ela, ao “parar com o trabalho dos ofícios e ir atrás de Pretextato” e, motivado com a atitude de Adriana de correr o risco, resolvi tentá-lo também.

Definido o objeto, salienta-se que o recorte definido para a construção desta tese foi balizado pelas datas, tendo como marcador inicial o ano 1850 e o final o ano de 1890. A esse respeito, destaca-se ter determinado o ano 1850 como marcador inicial por duas razões: primeiro por marcar o ano de nascimento das pessoas presentes no grupo que intitulamos de “intermediário”, do qual fazem parte muitos de nossos sujeitos, e, segundo, por esta data ser considerada o início do governo de Augusto Leverger, o dirigente que, conforme Castanha (2008), procurou difundir a instrução pública pela província mesmo que fosse imperfeita (p. 273). Estas duas observações, nascimento dos sujeitos e difusão da educação na província de Mato Grosso, constituem elementos fundamentais na construção da baliza inicial sobre a presença de pretos e pardos que sabiam ler e/ou haviam frequentado a escola na província mato-grossense nos Oitocentos.

Sobre a segunda razão, percebeu-se que o presidente João José da Costa Pimentel, em seu relatório de 3 de maio de 1850, observou que o estado da instrução pública na província estava em “peior” condição do que nas outras, podendo-se “afiançar” que em Mato Grosso quase nula (p. 08). Nesse sentido, o dirigente lembrou que a província, “por falta quase absoluta de meios”, não possuía força policial suficiente para cuidar da segurança pública e individual e, de tal forma, que “nem ao menos póde pagar os ordenados de **seis mestres de primeiras letras que existe em toda província** [grifo meu]” (p. 04). O presidente

---

*Província de Mato Grosso* (08-12-1889, ano XI, n.º 569, p. 2) noticiou na coluna “expediente de novembro – despachos que: Thomé Ribeiro de Siqueira (36 anos, pardo, casado, empregado público, sabia ler e escrever) [...] oferecendo para leccionar gratuitamente o systema métrico decimal á (à) turma dos examinados da escola de 1ª letras do arsenal de guerra em cada 6ª feira útil. – Ao Sr. Diretor do arsenal para informar (p. 2)”. Outro exemplo pode ser confirmado no jornal *A Situação*, veiculado em 09-03-1873, ano VI, n. 304, p. 3. Na sessão “Parte Oficial” onde o Presidente da Província, em conformidade com o decreto de n. 5.118 de 19 de Outubro de 1872, “reorganizando os arsenaes de guerra do império [...] resolve fazer interinamente as nomeações, transferências, e designações abaixo declaradas, do pessoal que tem de servir no arsenal de guerra desta província, a saber: Para continuar como ajudante do pedagogo o ex-sargento do exercito, João Fernandes Burgos (pardo, 66 anos, casado, católico e sabia ler)”. A esse respeito, realizou-se o cruzamento com o Recenseamento de 1890 e, segundo os dados, assinala-se que João Fernandes Burgos era casado com a parda Cesaria de Miranda Burgos, 53 anos, e que também sabia ler. Presume-se que, a partir do sobrenome “de Miranda” acrescido ao nome de Cesaria, o referido casal poderia tratar-se dos pais do professor Félix Benedicto de Miranda.

assinalava, também, que as causas eficientes daquele mal se deviam à falta de pessoas habilitadas para o magistério e à insuficiência ou à mesquinhez dos ordenados, que “de mais a mais” nem eram pagos. Atribuía, ainda, a essa situação uma terceira causa: a falta de convicção em que estão os pais de família em darem conveniente educação a seus filhos (p. 08). Assinala-se que o presidente Pimentel deixou uma radiografia de como “achava-se” a instrução pública na Província de Mato Grosso. A esse respeito, observou-se, a partir desse quadro, que os apontamentos de Castanha fazem sentido, ao atribuir a Leverger a difusão da instrução na província mato-grossense, ao acatar a política de expansão das escolas públicas desencadeadas pelo Império. (p. 43)

Antes de adentrar as questões metodológicas, abrimos espaço para discorrer sobre as categorias denominadas de brancos, pretos e pardos. Assinalamos que neste estudo, a utilização destas categorias, não possui conotação biológica, nesse sentido, buscamos compreender o significado da cor para aquele momento, sobretudo, como o conjunto de sujeitos que compunha a população brasileira era visto dentro destas categorias. Para tanto, iniciamos nossa digressão com Fonseca (2007). Nesse sentido, esse autor trouxe à luz questões relacionadas às características da população mineira. A esse respeito, Fonseca observou, na construção de seu estudo, que o segmento da população denominada “brancos” foi definido sem maiores problemas, através da designação racial que a eles era dirigida e que, em geral, correspondia a um grupo de indivíduos com um fenótipo relativamente homogêneo. Nesse sentido, não havia uma dificuldade em saber quem era realmente branco.

Em relação aos “escravizados”, Fonseca salientou que estes eram caracterizados do ponto de vista das denominações, divididos em vários grupos, mas que foram reunidos a partir da condição de cativos, o que os colocava no mesmo plano social. (p. 115)

Quanto à população negra, Fonseca assinalou que a que não se encontrava presa ao cativeiro pode ser reunida através da categoria de “negros livres”, que também indicava uma experiência social em comum. Segundo o autor, isto não poderia ser feito sem estabelecer algumas considerações sobre “diferentes terminologias” que eram dirigidas a este grupo. Fonseca (2007) destacou, ainda, que nas listas que compuseram suas amostras, as designações em relação aos negros livres nunca foram inferiores a três, assim:

Nos distritos de Caeté, Passagem, São Gonçalo e São Bartolomeu encontramos os negros livres registrados através da tradicionalmente conhecida classificação de **pretos, pardos, e crioulos**. Em Bom Fim, Redondo e Cachoerira do Campo encontramos estes três termos e ainda mais um outro, que se referia aos **indivíduos que eram chamados cabras**. O restante das listas, prevalecem essas quatro categorias e acrescenta-se ainda a de **africano**. Portanto, de uma maneira

geral, **aparecem no conjunto das listas nominativas as categorias de pretos, pardos, crioulos, cabras e africanos** [grifos meus]. (FONSECA, 2007, p. 115)

O autor deixou claro que os termos preto e africano podem ser tomados como equivalentes, pois duas listas evidenciaram um número de pretos na condição de escravizados. Foi o caso da lista de Santa Luzia, em que o termo africano apareceu 455 vezes. Conforme Fonseca, a maioria dos indicados nesta lista era escravizada e apenas 28 foram registrados como livres. O mesmo foi apontado pelo autor em relação aos dados de Itaverava que indicava 246 indivíduos e apenas 37 eram livres. (p. 116) Segundo Fonseca (2007), a equivalência dos termos “preto e africano” é tradicionalmente assinalada pela historiografia, nesse sentido, destacou que, considerando o número de indivíduos que aparecem nas listas nominativas como escravizados, foi possível reconhecer a associação entre os termos. (Idem)

Outra situação assinalada pelo autor foi que o termo *crioulo* havia sido utilizado para diferenciar os negros nascidos no Brasil dos trazidos do Continente Africano. Em relação aos *pardos*, Fonseca destacou que este termo é o mais enigmático dentro do universo de denominações relativas ao século XIX. Nesse sentido, salienta-se que, a exemplo das indicações deste autor em Minas, em Mato Grosso, especificamente, na Cidade de Cuiabá os pardos também formaram o grupo com maior peso demográfico. Conforme Fonseca, embora haja uma tendência mais acentuada de entendimento que trate o termo pardo como uma celebração do processo de miscigenação e branqueamento, foi possível encontrar também em relação a eles componentes de natureza social. (p. 125)

Mattos (2009) construiu argumentos que evidenciam o que vieram a ser estas categorias raciais no decorrer do século XIX, nesse sentido, esta autora assinalou que cerca de metade da população livre no Brasil colônia era classificada como parda, em estimativas do final daquele período. Segundo Mattos, muitos daqueles pardos, incluindo libertos (ex-escravos), eram proprietários de escravos. Assim, a partir deste olhar, a autora sinaliza para o entendimento da “celebração da miscigenação” e também do “componente de natureza social”, conforme destacou Fonseca, ao perceber que “as famílias dos pardos são classificadas como respeitáveis pela sua posição e fortuna e sua condição racial é confirmada a partir de um lugar social que a aproximava do grupo tido como superior.” (p.127)

Mattos (2009) pormenorizou que a própria construção da categoria “pardo” é típica do final do período colonial e tem uma significação muito mais abrangente do que a noção de “mulato” (como assinala a autora, este sim, é um termo de época diretamente ligado à mestiçagem) ou mestiço, que muitas vezes lhe era associada. Na verdade, salientou Mattos,

(2004) “durante todo o período colonial, e mesmo até bem avançado o século XIX, os termos “negro” e “preto” foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, “preto” foi sinônimo de africano, e os índios escravizados eram chamados de “negros da terra”. (p. 17) Desse modo, a autora assinalou que:

“Pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. (MATTOS, 2014, p. 17)

Conforme a autora, a “emergência de uma população livre de descendência africana” – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo – consolidou a categoria “pardo livre” como condição linguística necessária para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava. Ou seja, a expressão “pardo livre”, como assinalou a autora, sinalizará para a ascendência escrava africana, assim como a designação “Cristão novo”, antes sinalizava para a ascendência judaica. Era, assim, condição de diferenciação em relação à população escrava e liberta, e também de discriminação em relação à população branca - era própria da mancha de sangue. (p.18)

A esse respeito, ao observar em Siqueira (2000, p. 53) os dados apresentados no mapa sobre o quantitativo da população livre, presente na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no recenseamento de 1872, assegura-se que, a partir desses números, é possível concordar com o olhar construído por Mattos (2009) sobre a “emergência de uma população livre de descendência africana” e “dissociada já por algumas gerações da experiência mais direta do cativo”. Ressalta-se que este olhar pode ser aprofundado ao observar esta experiência em Mato Grosso, desde os tempos da Capitania e durante o período de Província, quando os dirigentes incentivaram, segundo Silva (1995), a união matrimonial entre não brancos no incremento do quantitativo populacional, durante a consolidação da ocupação do extremo oeste brasileiro. Retomando Siqueira (2000), destaca-se que 57,81%, em 1872, da população livre da capital mato-grossense era constituída por negros (pardos e pretos), se juntada à população composta por caboclos, elevaria para 59,99%. Para asseverar a complexidade em relação à cor, naquele momento, bastaria aglutinar a população escravizada, já que, de acordo com Mattos (2009), para aquela ocasião, cabia o ônus da prova ao senhor apresentando a matrícula de que “a pessoa acusada” pertencia a si. Assim, os dados



refletiriam que 65%, no cômputo geral da população da capital da Província, era constituída de não brancos (pardos, pretos e caboclos).

Nesse sentido, outra autora que também construiu uma observação sobre as tensões no cotidiano entre brancos e negros, nos Oitocentos, foi Cruz (2009). Conforme essa autora, mediante os quadros em que se apresentava o Brasil escravista no século XIX, embora houvesse o desejo de separação dos brancos e negros, o estado social de diversificação de situações em relação à “condição”, possibilitou que o critério da cor da pele funcionasse como a principal forma de definir as distâncias sociais. A esse respeito, assinala-se que, no decorrer da pesquisa, não se observou a existência de experiências rígidas que pudessem revelar situações como a sugerida pela autora. Salienta-se que foi percebido, principalmente na análise do conjunto de profissões informadas pelo Recenseamento de 1890, que negros estavam presentes em maioria nas profissões de menor prestígio. A esse respeito, pode-se deduzir que o que chamamos, hoje, de cordialidade em relação às distâncias sócio-raciais e/ou desigualdades esteja nessa desproporcionalidade da presença das categorias raciais, nos espaços que compunham a sociedade cuiabana nos Oitocentos.

Desse modo, diferentemente de Fonseca, na questão de uma complexidade da cor naquele momento, o suporte para a caracterização racial dos sujeitos desse estudo foi encontrado apenas no Recenseamento de 1890, igualmente, os periódicos de época o fizeram na condição de ressaltar e/ou assinalar as características de alguém que agisse fora da lei, que cometesse um delito, crime etc., assim, cabe aqui compreender, à luz dos teóricos, o sentido dado a essas categorias no período de recorte delimitado para este estudo.

Sobre as questões metodológicas, este estudo tomou como norte a pesquisa qualitativo-interpretativa, a partir de duas abordagens: em fontes primárias no escopo dos periódicos de época, relatórios de presidentes de província e inspetores/diretores de instrução pública, e bibliográfica, no que diz respeito aos aportes teóricos. Há também o estado da arte que é conhecido também com estado do conhecimento e por fim o cruzamento de dados, o qual foi experienciado à exaustão na construção do estudo em tela. Desse modo, ao utilizar estas formas de abordagem visou-se à construção de caminhos que proporcionassem responder os problemas e as indagações levantadas no percurso da pesquisa.

Conforme Martins (2004) é preciso esclarecer, antes de tudo, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Para a autora, realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as

unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, Martins (2004) salientou que a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-los falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Essa autora ainda destacou que “se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.” (p. 292-293)

Sobre o estado da arte, ou o estado do conhecimento, utilizado na metodologia para construção desta tese, ressalta-se que, segundo Ferreira (2002), este oportuniza conhecer o conjunto de produções construído sobre determinada temática em um determinado período. Nesse sentido, para essa autora a metodologia do estado da arte ou estado do conhecimento pode ser definida como caráter bibliográfico, pois:

[...] elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 02)

Esta autora ainda destacou que muitos pesquisadores e pesquisadoras são sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi realizado, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas desenvolvidas e de difícil acesso, de dar conta de determinado saber, que se avoluma cada vez mais rapidamente, e de divulgá-lo para a sociedade. De acordo com Ferreira, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema. Assim, Soares (1987 *apud* Ferreira, 2002, p. 03) assinala que:

Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses.

Na compreensão desta metodologia, a pesquisa analisou as dissertações defendidas (não foi encontrada nenhuma tese) disponíveis nos sites dos Programas de Pós-Graduação<sup>2</sup> das seguintes Universidades: Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal da Grande Dourados/MS. Das Universidades Estaduais de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul e, por fim, da Universidade Católica Dom Bosco/MS, entre os anos de 1988 e 2012. Dessa forma, como a intenção era conhecer o conjunto de estudos desenvolvidos sobre o negro na historiografia de Mato Grosso, foi necessário realizar uma leitura sistemática, tendo como fonte de pesquisa o estudo da arte dos catálogos informatizados sobre a produção acadêmica dos sete Programas de Pós-Graduação, os quais foram analisados e se encontram hospedados nos sites dos referidos programas.

Buscou-se compreender a possibilidade da realização de um esforço ao interrogar a História a respeito da produção acadêmica sobre essa área do conhecimento, optando-se, desse modo, por ler apenas dados bibliográficos e resumos dos trabalhos. Nesse sentido, conseguiu-se capitanear uma lista de dez trabalhos, que contribuem com a compreensão sobre os estudos que descortinam a temática do negro na historiografia da educação em Mato Grosso, no final do século XIX e início do século XX. Desses, seis foram produzidos pelo projeto de pesquisa “História da Educação e Racismo na Primeira República (1889-1930)”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória – GEM da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT<sup>3</sup>, a saber:

- 1- “A mestra sempre viva: mulher e educação em Vila Bela da Santíssima Trindade”, de Marlene Gonçalves – 1995;
- 2- “Uma Pedagogia da oralidade: os caminhos da voz em Vila Bela”, de Acildo Leite da Silva – 2002;

---

<sup>2</sup> Os Programas de Pós-Graduações destas Universidades estão elencados de acordo com os anos de suas fundações. Sendo assim, a Universidade Federal de Mato Grosso, no ano de 1988, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em convênio com a Unicamp, no ano de 1988, a Universidade Federal de Rondônia, no ano de 2005, a Universidade Federal da Grande Dourados, no ano de 2007. Nas Universidades Estaduais, foi possível encontrar o curso de mestrado em Educação na (UEMS) funcionando nos campi de Parnaíba (2011) e Campo Grande (2012), e, na UNEMAT, registraram-se as primeiras dissertações sendo defendidas em 2012. Em relação à Universidade Católica Dom Bosco, seu Programa de Pós-Graduação teve início em 1994.

<sup>3</sup> Para tratar do negro na historiografia da educação em Mato Grosso, destaca-se o projeto integrado de pesquisa “História da Educação e Racismo na Primeira República (1889-1930)”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória – GEM da Universidade Federal de Mato Grosso. Esse projeto visou estudar o processo de integração/exclusão do negro na sociedade republicana em Cuiabá, na qual a escolarização cumpriu papel estratégico na integração/marginalização do segmento dos homens livres, pobres, especialmente dos “afrodescendentes”, que não conseguiram adquirir qualquer propriedade naquele período. Obs.: Vale destacar que, de acordo com o censo de 1890, a população de pardos e pretos em Cuiabá perfazia um total de 70%. Nesse sentido, ressalta-se a importância de averiguar quem seria a população que conseguia adquirir propriedade naquele período. (Miranda, 2010, p. 15)

- 3- “A influência do racismo na educação mato-grossense na transição do século XIX ao XX”, de Paulo Divino Ribeiro da Cruz – 2009;
- 4- “As representações dos negros nos livros escolares utilizados em Mato Grosso na Primeira República (1889 – 1930)”, de Maricilda do Nascimento Farias – 2009;
- 5- “Uma professora negra em Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades”, de Nailza da Costa Barbosa Gomes – 2009;
- 6- “Memórias de professoras negras no Guaporé: do silêncio à palavra”, de Paulo Sérgio Dutra – 2010;
- 7- “Os jovens negros e a educação em Cuiabá (1889-1910)”, de Carla Patrícia Marques de Souza – 2010;
- 8- “Crianças negras na Instrução Pública em Cuiabá/MT (1870-1890)”, de Mary Diana da Silva Miranda – 2010;
- 9- “O Docente Afrobrasileiro<sup>4</sup> na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Memórias escolares”, de Hagrayzs Rosa Garcia – 2010;
- 10- “Presença de alunos negros no ensino profissionalizante na Primeira República em Cuiabá”, de Zilma Maria Silva Marques – 2012.

Na perspectiva da construção metodológica, outro recurso utilizado na construção do estudo foi o cruzamento de dados, nesse sentido, assinala-se que para esta pesquisa utilizou-se à exaustão tal recurso<sup>5</sup>, salienta-se, ainda, que o mesmo contribuiu na busca de dados que pudessem revelar questões relativas “à raça”, à idade, à profissão, ao estado civil, à religião, à nacionalidade e se “sabia ler” e ainda “se frequentava a escola”, dados que qualificam as narrativas cotidianas dos sujeitos desse estudo.

Sobre essa atividade, a seguir exemplifica-se a forma como esta foi realizada e/ou utilizada, apontando alguns dados preliminares, os quais ajudaram a revelar as circunstâncias da condição racial e/ou social, e a composição familiar dos pretos e pardos como integrantes de uma sociedade escravocrata.

Seguindo na descrição da recuperação dos dados que pudessem contribuir na construção das trajetórias dos sujeitos desse estudo, destaca-se que esta, a recuperação dos sujeitos, foi possível devido lançar-se mão dos dados contidos no recenseamento de 1890,

---

<sup>4</sup> Trabalho desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados.

<sup>5</sup> Sobre o cruzamento de dados, observar os quadros apresentados no ANEXO no final deste trabalho, tais quadros refletem a quantidade de informações possíveis coletadas a partir do cruzamento dos dados e/ou informações encontradas nos periódicos, relatórios de presidente de província, aportes teóricos com os dados presentes no Recenseamento de 1890.

trabalho realizado por Peraro (2005), o qual consta de 397 páginas. Para a autora, o conjunto de documentação localizado no acervo do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), em Cuiabá, foi composto, em sua forma original, de dois livros manuscritos, datados de 1890, denominados, respectivamente, de “*Quadro Geral da População da 1º Distrito da Capital*”<sup>6</sup> e “*Quadro Geral da Freguesia de São Gonçalo, 2º Distrito da Capital*”.

Conforme Peraro, constatou-se, nas primeiras páginas do livro do 2º Distrito, a ausência de informações sobre aproximadamente 900 indivíduos, somada à condição deteriorada de ambos os livros, com grande parte das páginas já comprometidas pela presença de fungos. Desse modo, estes detalhes levaram-na a buscar uma forma de “proteger” a documentação, interpondo entre os originais e o pesquisador o documento digitalizado em forma de CD-ROM. Tal documento constitui-se em uma importante base de sustentação para a construção deste estudo, possibilitando desvendar informações que tangem a “vida privada” dos sujeitos em questão, e ainda partir desta (da vida privada) para o cotidiano de homens negros e mulheres negras na sociedade cuiabana.

Outro documento importante que contribuiu para a realização do cruzamento de dados foi “o periódico de época”. A esse respeito, assinala-se a existência de um conjunto de periódicos correspondentes a todas as províncias brasileiras e que está hospedado no sítio da Biblioteca Nacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Desse modo, a partir dos dados encontrados nos periódicos presentes naquele sítio, apresenta-se um anexo ao final desta tese em que incorporamos diversos quadros correspondentes ao tema desse estudo e, assim, disponibilizou-se um quadro específico sobre os periódicos existentes no século XIX que circularam na Província de Mato Grosso. Salienta-se que foi, sobretudo, partindo dos dados presentes nestes periódicos, possível recuperar os sujeitos deste estudo do ponto de vista racial e do ponto de vista das atividades desenvolvidas por estes, cotidianamente. Destaca-se que essa atividade (o cruzamento de dados) foi uma das formas de entender onde estavam (trabalho desempenhado, situações de conflitos e/ou disputas, acontecimentos sociais, e outros) tanto os homens quanto as mulheres que foram considerados de “raça” preta, e parda, na cidade de Cuiabá, no final do século XIX.

Para a realização dessa atividade procedeu-se da seguinte forma: primeiro encontrava-se “o nome de um sujeito”, em alguma notícia e/ou em anúncios contidos nos periódicos

---

<sup>6</sup> No documento construído por Peraro (2005), constam apenas as informações de **43 quarteirões**, nesse sentido, o periódico *O Liberal* nas edições veiculadas entre 04-07-1878 (ano VII, n.º 358) e 01-08-1878 (ano VII, n.º 362), apresenta na “Lista dos cidadãos classificados pela Junta Municipal do Termo de Cuiabá” para Freguesia da Sé um quantitativo de **50 quarteirões**. Tudo indica, portanto, que a população da cidade de Cuiabá poderia ser maior do que a apresentada no levantamento realizado pela autora.

daquela ocasião, e, em seguida, localizava-se o nome desse mesmo sujeito no recenseamento de 1890. Depois, comparavam-se os nomes<sup>7</sup> quanto à questão da grafia, observavam-se as informações quanto à profissão, à raça, ao estado civil, à religiosidade, à nacionalidade, se sabia ler, e, por último, se frequentava a escola. Destaca-se que na sucessão de fatos e/ou narrativas presentes nos periódicos de época era verificado se a pessoa encontrada se tratava de um dos sujeitos objetos desse estudo ou não. A esse respeito, assinala-se que entre as informações estavam também os familiares desses sujeitos e/ou aqueles e aquelas que estavam ligados e/ou envolvidos na ciranda das suas relações cotidianas.

Desse modo, para ilustrar a forma como foi realizado o cruzamento de dados tomou-se como exemplo o caso de *Tiburcio dos Santos Leque*, o qual foi apresentado da seguinte forma no recenseamento em questão: “55 anos, profissão agencia<sup>8</sup>, de raça parda, viúvo, católico, brasileiro e sabia ler”. Nesse sentido, o cruzamento de dados propiciou conhecer o pertencimento racial e outros atributos da vida social de Tiburcio e, a partir daí, os dados encontrados em sua trajetória permitiram localizá-lo na sociedade cuiabana como um homem de raça parda, “sabe ler”, viúvo, residindo na Rua 11 de Junho, nº 370, Freguesia da Sé. Residiam com ele dois adolescentes, ambos caracterizados como de “raça” branca, todavia, infere-se que estes fossem seus filhos e que Tiburcio dos Santos Leque fosse casado com uma mulher branca.

A esse respeito, localizado o sujeito, assinala-se que ele (Tiburcio dos Santos Leque) foi encontrado em colunas dos jornais *A Imprensa de Cuyabá* e *O Liberal*. No primeiro periódico, encontrou-se uma nota na coluna “Agradecimento” na qual Tiburcio figurava entre as pessoas que compunham a Família Leque, e que agradeciam as autoridades mato-grossenses (eclesiásticas e políticas) que estiveram presentes na ocasião do primeiro aniversário da morte do patriarca da referida família, o “Commendador” Antonio Ferreira dos

<sup>7</sup> Nesse sentido, realizaram-se cálculos de aproximação matemática em relação à idade, tomando cuidado para ver se era possível que aquele sujeito referenciado naquele anúncio ou naquela notícia tratava-se realmente do sujeito indicado no Recenseamento de 1890.

<sup>8</sup> Deduz-se que o significado para esta profissão pode ser compreendido como “autônomo/autônoma” a julgar pelas informações obtidas sobre a parda Maria Augusta da Costa Garcia e que teve sua profissão registrado no Recenseamento de 1890 como agencia, porém Maria Augusta prestava serviço fornecendo alimentação aos presos pobres da cadeia pública da cidade de Cuiabá, bem como concorreu a editais para fornecimento de iluminação para a mesma cidade. Outros exemplos corroboram com a ideia de autonomia para a profissão de agencia, nesse sentido, os pardos: Manoel do Nascimento Ferreira Mendes *armador*, José da Silva Ribeiro, Sr. (não teve a profissão registrada no jornal) prestaram serviços na reforma da Catedral no ano de 1887 (*A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO*, 1887, p. 03). A esse respeito, estes senhores também tiveram suas profissões registradas no Recenseamento de 1890 como agencia. Ainda observou-se que, segundo *A Provincia de Matto Grosso* (31-08-1879, ano I, nº35, p.3-4), onze pessoas vendiam aguardente “a miúdo”, na cidade de Cuiabá, e deveriam pagar impostos sobre o período em que exerceram essa atividade, nesse sentido, todas as pessoas listadas tiveram suas profissões informadas no Recenseamento de 1890 como agencia.

Santos Leque. Em *O Liberal*, encontrou-se Tiburcio dos Santos Leque em duas situações: em 05 de dezembro de 1878<sup>9</sup>, Tiburcio apareceu no Relatório do Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso, sendo exonerado do cargo de 1º suplente de delegado da capital. No entanto, a segunda situação observou-se tratar da publicação de uma resposta, um tanto dura, a um conflito existente entre este e o Sr. Gabriel Nunes Nogueira. A esse respeito, assinala-se que a querela foi parar na polícia, obrigando Tiburcio dos Santos Leque responder a um chamado do delegado e em seguida explicar-se à população cuiabana por meio de um texto publicado em um jornal. Constatou-se tal acontecimento pelo que foi veiculado na coluna “Publicações a Pedido”, na edição de 06 de fevereiro de 1879, no jornal *O Liberal*<sup>10</sup>.

Por fim, a exemplo do pardo Tiburcio dos Santos Leque, outras passagens foram constatadas no que se refere ao cotidiano de pretos e pardos na sociedade cuiabana durante Oitocentos, a saber: o médico e professor pardo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado<sup>11</sup>, os professores pardos Sebastião José da Costa Maricá e Félix Benedicto de Miranda, o pardo Antônio Modesto de Melo Tesoureiro da Associação Literária Cuiabana, o “liberto” Gil Braz Marcondes da Silva e do professor preto Agostinho Lopes de Souza.

Esse recurso também pode ser utilizado para cruzar dados encontrados em alguns aportes teóricos utilizados neste estudo, como no caso de Siqueira (2000), Volpato (1993) e Paião (2006b) e outros.

Nesse sentido, Siqueira (2000), ao tratar das associações culturais, apresentou a Associação Literária Cuiabana, que tinha como um dos objetivos incentivar a leitura na cidade de Cuiabá. Segundo essa autora, a primeira diretoria desta associação foi composta por associados e fazia parte desta: Antonio de Paula Corrêa (Presidente), o primeiro a administrar o Gabinete de Leitura e grande entusiasta desse trabalho; Joaquim José Ferreira da Silva (Vice-Presidente), Francisco Correa da Costa Sobrinho (1º Secretário), Antonio Modesto de Melo (2º Secretário), e Antonio Joaquim de Faria Albernaz (Tesoureiro). A partir dessas informações, procurou-se fazer o cruzamento de dados, dos nomes apresentados para a composição da Associação Literária Cuiabana com o recenseamento de 1890, e a realização de tal atividade possibilitou afirmar que tal associação era composta e dirigida por brancos e negros. (p. 99)

<sup>9</sup> *O Liberal*, 05-12-1878, ano VIII, n.º 379, p. 02.

<sup>10</sup> *O Liberal*, 06-02-1879, ano VIII, n.º 387, p. 04.

<sup>11</sup> Ocupou cargos de influência na Província de Mato grosso, a exemplo de: Diretor Geral de Instrução Pública conforme Relatório de Presidente da Província de Mato Grosso de 1880, e Inspetor de Hygiene conforme *A Provincia de Matto Grosso*, de 20 de outubro de 1889. (p. 3)

Nesse sentido, localizou-se Antonio Modesto de Melo (pardo, 40 anos, solteiro, sabia ler) que morava com quatro (4) pessoas, das quais três (3) sabiam ler e duas (2) frequentavam a escola, residia no 16º quarteirão, Rua de Antonio João (Freguesia da Sé). Desse modo, seguindo as informações apresentadas pela autora, esta evidenciou um fato interessante, afirmando que o funcionamento desta entidade cultural, na sua origem, ou seja, sua primeira sede localiza-se na residência de Pedro Candido Jarcem<sup>12</sup>. Siqueira (2000) assinalou também que o primeiro estatuto da Associação Literária Cuiabana foi impresso no Rio de Janeiro junto à Tipografia Laemmert, nesse sentido, Rosa (1996 *apud* Siqueira, 2000, p.99) destacou que o artigo 11 do referido estatuto rezava a nomeação de [...] um bibliotecário e no item 6 do Artigo 19º incumbia ao tesoureiro propor pessoa idônea para servir de bibliotecário. A nomeação parecia ter sido uma contratação de serviços, a 2 de julho de 1893, desse modo, Joaquim José Torquato<sup>13</sup> passava recibo de quinze mil réis referente à sua gratificação de bibliotecário. (p.99)

Outro exemplo de cruzamento de dados que merece ser destacado aqui foi uma contribuição encontrada na obra de Volpato (1993) quando retratou um episódio no entorno das Cartas de Liberdade. Nesse sentido, esta autora apresentou um anúncio de agradecimento do “liberto” Gil Braz Marcondes da Silva em um jornal da época. Sobre tal feito, ressalta-se que Gil foi encontrado no Recenseamento de 1890, residindo na 12º Quadra, na Rua 7 de setembro, na casa de número 404, casado com Maria Marcondes da Silva, parda, brasileira, que sabia escrever e não frequentava a escola. Gil Braz Marcondes da Silva, tinha como profissão empregado público, de cor parda, de religião católica, sabia ler e não frequentava a escola. Tinha supostamente dois filhos, sendo: Satyro Marcondes da Silva de 11 anos, que não sabia ler e não frequentava a escola, Albertina Rosa da Silva de 14 anos, sabia ler e não frequentava a escola. Segundo Volpato (1993), em seu pequeno texto, Gil Braz<sup>14</sup> insistia em considerar seu ex-senhor, por lhe conceder a Carta de Liberdade, como seu benfeitor e protetor. Para a autora, este via a alforria como um ato de caridade e a si mesmo como um devedor por ter recebido tamanho benefício.

<sup>12</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 17), Pedro Candido Jarcem (**pardo**, solteiro, funileiro, sabe ler) aparece no recenseamento de 1890, residindo na Travessa dos Voluntários da Pátria (Freguesia da Sé), numa casa com mais vinte (20) pessoas, das quais quatorze (14) pessoas sabiam ler, e quatro (4) frequentavam a escola, uma era professora.

<sup>13</sup> Nesse sentido, ver Recenseamento de 1890 (p. 118), onde consta que Joaquim José Torquato era **pardo**, 35 anos, casado, sabe ler morava com sete (7) pessoas, das quais quatro (4) sabiam ler e uma frequentava a escola (todas as pessoas eram **pardas**). Residia no 14º quarteirão na Rua da Emancipação. Freguesia da Sé.

<sup>14</sup> O Jornal *A Província de Mato Grosso* (03-11-1889, ano XI, n.º 564, p. 03), em que o Juiz de Direito da Comarca Especial de Cuiabá, Dr. Luiz da Costa Ribeiro apresentou a conclusão sobre a revisão do alistamento eleitoral daquela comarca, assinalando ter incluído os nomes daqueles cidadãos por haverem provado as condições legais para poderem exercer o direito ao voto.



O terceiro exemplo de cruzamento de dados, que possibilitou descobrir o pertencimento racial de um professor, foi realizado no trabalho de Paião (2006b). Nesse trabalho, a autora apresentou um quadro explicitando informações sobre os professores e/ou diretores de Escolas Particulares e Subsidiadas de Cuiabá para o ano de 1890. Nesse quadro, a autora ressaltou a presença do professor Felipe Liberato D'Oliveira (grafia no texto de Paião) ensinando em uma escola de música localizada na Freguesia da Sé, com fundação em data desconhecida. Seguindo as inquietações sobre esse sujeito, buscou-se encontrá-lo cruzando os dados apresentados pela autora com os presentes no Recenseamento de 1890, eis que lá na Freguesia da Sé estava Felipe Liberato de Oliveira (grafia no Recenseamento de 1890, p. 170), contando com 61 anos de idade, de raça parda, de profissão músico, solteiro, católico, sabendo ler. Sua residência era a de número 777, localizava-se no 23º Quarteirão, na Rua Dr. Couto.

A esse respeito, assinala-se que na residência de Felipe Liberato de Oliveira moravam também Anselmo Liberato de Oliveira e Manoel Liberato de Oliveira, ambos pardos, um era músico o outro empregado público, um com idade de 25 anos e o outro com 20, ambos sabiam ler. Josepha Pereira da Silva, 55 anos, parda, solteira, tinha como profissão agencia e sabia ler, e por último, Hermogenes da Conceição, de 2 anos, pardo, não sabia ler e nem frequentava a escola.

Finalizando a exposição sobre a metodologia por ora empregada neste estudo, abre-se um espaço para dar destaque à Biblioteca Nacional como grande vertedouro de informações para a construção desta tese. Na construção do caminho/itinerário da pesquisa, estive na Biblioteca Nacional, local onde fui apresentado a um universo de possibilidades no que diz respeito ao acervo bibliográfico e hemerográfico hospedado no site da referida biblioteca. Foi no acervo hemerográfico que se assentou a pesquisa em destaque. Exploraram-se diversos periódicos digitalizados que lá estão depositados. Eis que foram encontrados mais de 38<sup>15</sup> jornais da Província/Estado de Mato Grosso sobre os quais se centraram as atenções em<sup>16</sup> *A Imprensa de Cuyaba, O Matto-Grosso*<sup>17</sup>, *A Situação, O Liberal*<sup>18</sup>, *A Provincia de Matto-*

---

<sup>15</sup> Ver o ANEXO – I, ao final do trabalho.

<sup>16</sup> Para os jornais nos quais se centrou a atenção foram computadas 3.668 páginas.

<sup>17</sup> Publicava-se semanalmente e era um Órgão do Partido Republicano. Tinha como Editor Responsável o pardo Pedro Candido Jarzem (a partir de 10 de janeiro, de 1892) e era de propriedade de Emilio do Espírito Santo Rodrigues Calháo.

<sup>18</sup> Em 1876, passou a ter na parte superior de apresentação a seguinte informação: Jornal Político, Noticioso e Literário. Publicava-se uma vez por semana. Publicavam-se também nos idos de 1878 informações oficiais do governo da Província e tinha como redator José Antonio Moreira Junior.

*Grosso*<sup>19</sup>, *A Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso, O Povo e O Porvir*. Estes periódicos registraram o cotidiano da cidade de Cuiabá e adjacências, expuseram os conflitos políticos, as agruras relacionadas ao regime escravocrata, as constantes tentativas de construir um caminho para a educação mato-grossense, as questões sobre a segurança pública e privada e, sobretudo, as “interferências” da igreja católica como braço direito do Estado nos destinos políticos, sociais e educacionais. Salienta-se, ainda, que, a esse respeito, estes periódicos também serviam de espaço para o confronto político, fosse em qualquer âmbito da sociedade cuiabana, fosse na escola pública/privada, entre os partidos, nos conflitos das relações entre poder público, principalmente em termos jurídicos na renhida luta entre escravizados e senhores, e/ou ainda no âmbito da igreja. Neles as possibilidades de descobertas foram imensas: profissões, crimes, cotidiano escolar, Seção Judiciária, Repartição da Polícia, anúncios, avisos, editais, transcrições de pedidos solicitados, poesia, despachos (secretarias), parte oficial (expediente), folhetim, noticiário, enfim, lá estava o Mato Grosso, exposto em todas as suas facetas, através desses periódicos.

Ao consultar a Biblioteca Nacional observou-se que os jornais estavam disponibilizados por períodos de decênios, seguido de um local, ou seja, uma respectiva província/estado e, conseqüentemente, os títulos dos jornais correspondentes àquele decênio. Cada jornal encontrava-se circunscrito dentro uma pasta que correspondia a um ano, ao clicar na pasta do referido ano apareciam as respectivas edições correspondentes ao jornal indicado (podia ser encontrada, na pasta, uma única edição ou a maior quantidade possível de edições referentes aquele ano). Cada edição normalmente era composta por quatro páginas, raramente aparecia uma edição com seis páginas. Foi possível encontrar também o suplemento, material correspondente a um grande quantitativo de conteúdos a ser noticiado e que não cabia dentro de quatro páginas, uma espécie de edição especial, que podia ser composta por duas ou até oito páginas.

Esses jornais retratam diversas passagens da história brasileira, podendo conter assuntos sobre diversas especificidades de abrangência nacional, regional e/ou local. As pesquisas nos jornais mato-grossenses evidenciaram algumas passagens que são de caráter nacional, as quais levaram o município neutro à Corte a voltar suas atenções para fatos que iam além de sua órbita. Desse modo, cita-se como exemplo os fatos que levaram a garantir a posse das terras na linha de fronteira, e as questões que envolveram a procura e a extração da mineração, seguidos dos conflitos na região platina, como o caso da guerra entre Brasil e

---

<sup>19</sup> Periódico Literário, Noticioso e dedicado aos interesses da Província. De publicação semanal e de propriedade de Joaquim José dos Santos Calháo, o qual também era o editor.

Paraguai.

A marca maior da política brasileira também está presente nas páginas dos jornais mato-grossenses, como a composição dos partidos Conservador, Liberal e Republicano. Igualmente, apresenta as tensas relações de poder estabelecidas desde as questões locais, regionais e nacionais. A tensão mais vivenciada foi a do poder dado a alguém, para “nomear” aqueles considerados seus afetos e/ou competentes, e “exonerar” ou transferir os desafetos e/ou competentes quando estes mudavam de posição e/ou contrariavam as decisões.

A escravidão está expressa nesses periódicos através das fugas de escravizados, na captura, nos crimes cometidos por estes, na constituição das associações para libertação de escravizados e escravizadas, nas notícias de cartas de liberdade e na emancipação a partir de um fundo de reserva criado na Província e, finalmente, na divulgação dos festejos com a notícia da lei que colocou fim ao regime de escravidão no Brasil, a Lei Áurea.

Assim sendo, para além dos periódicos de época hospedados no sítio da Biblioteca Nacional, se buscou informações também junto aos acervos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), e do Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR).

Ressalta-se ainda que, nos acervos destes espaços, foram priorizadas as fontes primárias na qualidade dos Relatórios de Instrução Pública, ofícios, telegramas, resultados de concursos públicos, mensagens trocadas entre presidentes de províncias e jornais de época. Nessa perspectiva, procurando observar as questões que envolvem o trato com documentos, Veyne (1998) assinalou que:

A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotonagem e não mostra como se escreve a história, o passado ao vivo "como se você estivesse lá". (VEYNE, 1998, p. 06)

A respeito do que afirmou a autora de que “A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos”, a seguir, enfatizamos o trabalho circunscrito na temática trajetória de negros nos Oitocentos, na cidade de Cuiabá Província/Estado de Mato Grosso, apresentando o conjunto de 8 sujeitos denominados como “grupo específico”, em contraposição ao grupo intermediário e ao abrangente. A Saber:

1. Agostinho Lopes de Souza.
2. Antonia Augusta Gaudie Ley.
3. Antonio José Duarte.

4. Antonio Pereira Catilina da Silva.
5. Dormevil José dos Santos Malhado.
6. Félix Benedicto de Miranda.
7. Sebastião José da Costa Maricá.
8. Thomé Ribeiro de Siqueira.

Sobre os nomes que compõem este grupo, alguns deles (Dormevil José dos Santos Malhado, Sebastião José da Costa Maricá, Agostinho Lopes de Souza, Antonia Augusta Gaudie Ley e Félix Benedicto de Miranda) eram conhecidos antes do início da investigação sobre seus percursos através das fontes, os outros quatro foram descobertos no ato da investigação, a partir dos dados presentes nos periódicos de época. Quanto à escolha, não se obedeceu a uma ordem rígida, salienta-se que na medida em que se avançou na investigação sobre o panorama de negros que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola” nas fontes consultadas sobre Mato Grosso, especificamente na cidade de Cuiabá, elencaram-se aqueles e aquelas que apresentavam uma trajetória contínua nos registros dos periódicos, nos relatórios de presidentes de Província. A partir do conjunto de informação construído, escolheu-se os oito sujeitos elencados acima para que se pudesse desenvolver a construção de suas trajetórias neste estudo, evidenciando as inúmeras possibilidades de relações construídas nos Oitocentos, na cidade de Cuiabá.

Sobre o grupo escolhido, constatou-se que dos oito, sete deles, conforme os registros, tiveram suas vidas ligadas à instrução pública<sup>20</sup>, cinco frequentaram as escolas primária e secundária em Cuiabá<sup>21</sup>, e, ainda, construíram suas trajetórias profissionais na mesma cidade, sendo quatro na carreira do magistério e um como oficial militar.

Observou-se também, que suas trajetórias, em algum momento da história, encontram um ponto de convergência. Isso ficou explícito nas relações profissionais estabelecidas entre Dormevil José dos Santos Malhado e Antonio Pereira Catilina da Silva, o primeiro como Diretor Geral de Instrução Pública e Diretor do Liceu Cuiabano e o segundo como professor do Liceu. Desse modo, a presente tese está organizada da seguinte forma:

Iniciamos nossa digressão apresentando no **primeiro capítulo** uma compreensão sobre os aspectos historiográficos e sobre a geografia de Mato Grosso. Nesse capítulo, passamos levemente pelo surgimento de Cuiabá, evidenciando suas duas freguesias, Sé e São

---

<sup>20</sup> Dormevil José dos Santos Malhado, Sebastião José da Costa Maricá, Félix Benedicto de Miranda, Antonia Augusta Gaudie Ley, Agostinho Lopes de Souza, Antonio Pereria Catilina da Silva e Thomé Ribeiro de Siqueira.

<sup>21</sup> Antonio Pereria Catilina da Silva, Agostinho Lopes de Souza, Félix Benedicto de Miranda, Antonia Augusta Gaudie Ley, e Antonio José Duarte.

Gonçalo de Pedro II, abordamos aspectos sobre a presença negra em Mato Grosso, sobretudo, dados quantitativos que revelam o que, baseado em Fonseca (2007), chamamos de supremacia demográfica negra. Abordamos o cotidiano de pretos e pardos na área urbana bem como trazemos à luz um pouco da vida cultural na cidade de Cuiabá, fechando com passagens sobre a escravidão em Mato Grosso, observando as contribuições de Chalhoub (1995).

No **segundo capítulo**, tratamos do “estado de cousas” na instrução pública matogrossense, tendo como fonte os relatórios dos presidentes de Província e as diversas passagens circunscritas nos periódicos de época. Não escapa o olhar dos dirigentes matogrossenses sobre a escola e da população da província, a título das contribuições na construção do Estado Brasileiro. O ponto forte deste capítulo encontra-se na análise dos dois grupos que, conforme os dados haviam tido algum tipo de contato com as letras, e que chamamos de “abrangente” e “intermediário”, nesse sentido, destaca-se que o primeiro grupo responde pelo total geral da população cuiabana, particularizando as categorias de pretos, pardos e brancos que sabiam ler e haviam frequentado a escola e que residiam na parte urbana da cidade de Cuiabá/MT nos Oitocentos, e o segundo grupo corresponde ao total por faixa etária das categorias constituídas de pretos, pardos e brancos que também sabiam ler e haviam frequentado a escola e que residiam nas duas freguesias que compunham a cidade de Cuiabá, naquela ocasião. A esse respeito, fecha-se o capítulo localizando a passagem de pretos e pardos nas escolas cuiabanas à luz de diversos periódicos e dos relatórios de presidentes de província.

O **terceiro capítulo** responsabiliza-se por apresentar a trajetória de oito sujeitos que deixaram suas contribuições nos espaços públicos e privados da sociedade cuiabana. É um capítulo que mostra que, provavelmente, em Mato Grosso, ou por força da lei ou por possuir uma população majoritariamente negra, se obedecia aos dispositivos do artigo 179 – alínea XIV, da Constituição de 1824, que trouxe à luz os *talentos* e *virtudes* como atributo principal na admissão dos brasileiros no serviço público. Antes de adentrar a trajetória desses sujeitos, nos ocupamos em apresentar um perfil de pretos e pardos na capital da província, à luz da constituição das famílias cuiabanas, conforme o Recenseamento de 1890. Não desvirtuamos o olhar de como, a partir de uma complexidade na constituição da sociedade, levando em consideração os livres, nascidos livres, forros e escravizados, a cor em algumas situações poderia ser extremamente relevante em algumas situações e em outras, ignorada. Assinala-se que o olhar sobre o que chamamos de complexidade em relação à cor foi desenvolvido a luz de Mattos (1998, 2004 e 2009), que salienta que a categoria de pardo teve que ampliar seu significado na medida do crescimento da população, para a qual não era mais cabível a

classificação de “preto” e ou de “crioulo”. (MATTOS, 2004, p. 17) Andemos...

## **1. CUIABÁ: POVOAMENTO, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE. UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E GEOGRÁFICA SOBRE O CENÁRIO DA PESQUISA**

A palavra do papa terá, para todos os catholicos, maior influencia do que poderia ter qualquer outra manifestação em favor dos escravos. (Joaquim Nabuco)

Para melhor conhecimento sobre a época em que reportamos, a respeito de pretos e pardos que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola” no município de Cuiabá, é necessário que se faça uma descrição da região, tanto em termo histórico-político, quanto geograficamente. Desse modo, o espaço onde se localiza a arena da protagonização das historicidades dessas/desses agentes, em face a escolarização do negro, ficou conhecido na história brasileira, primeiramente, como Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, depois, como Cuiabá.

Neste capítulo abordam-se aspectos que evidenciam o povoamento e a ocupação do espaço territorial de Mato Grosso, tendo como pano de fundo a introdução do elemento negro no escopo do que escrevem Assis (1988) e Silva (1995). Apresentam-se, ainda, argumentos que evidenciam as causas que levaram a população mato-grossense a vir a ser marcadamente negra (preta e/ou parda), sobretudo, como deixou claro o resultado dos cálculos populacionais do Recenseamento de 1872. Visualiza-se o mundo dos livres e dos escravizados na sociedade cuiabana, conforme registram os periódicos escritos daquela época, bem como as construções de Volpato (1993) e Peraro (1997). E, por fim, apresentam-se as *nuances* do processo vivenciado na experiência com a escravidão, especificamente, em Cuiabá, com atenção aos fatos que a ligavam a outras vilas e/ou freguesias, a partir das fontes primárias em Mato Grosso, no escopo do que sugere Chalhoub (1990) a respeito dos significados e/ou versões da liberdade.

### **1.1 A Província de Mato Grosso**

O Tratado de Madri estabeleceu novas fronteiras entre Portugal e Espanha, e os bandeirantes paulistas já haviam transitado pelo novo território desde o ano de 1718, todavia, conforme Siqueira (1997), Mato Grosso passou para a História somente após a descoberta de ouro no Rio Coxipó, pela bandeira capitaneada por Paschoal Moreira Cabral, no ano de 1719 (p. 10). Entretanto, a criação da Capitania só ocorreu em 1748, pois era necessário garantir o povoamento do extremo oeste da Colônia, especialmente, na parte relativa à zona do rio

Guaporé, que ficava muito distante da sede da capitania-mãe, São Paulo.

Conforme Siqueira (1997), para administrar a recém-criada capitania foi escolhido um nobre português, militar de carreira e homem de esmerada formação, Dom Antonio Rolim de Moura. Assim, salienta a autora:

[...] recebeu uma série de Instruções capazes de orientá-lo na administração da região oeste. Nessas Instruções, o Rei de Portugal, D. João V, através de sua esposa, a rainha Mariana da Áustria, fornecia ao novo governador [...] dados sobre a problemática da região: a situação dos índios, dos mineiros, dos vizinhos espanhóis, e indicações sobre o local onde deveria ser construída a cidade que seria a capital da Capitania. (SIQUEIRA, 1997, p. 24)

Geograficamente, a capitania possuía uma extensão que abarcava os atuais Estados de Rondônia<sup>22</sup> e Mato Grosso do Sul.<sup>23</sup> O primeiro foi desmembrado em 1943 e o segundo em 1977. Conforme Miranda (2010), a extensão geográfica da capitania de Mato Grosso equivalia a 1.477.041 km<sup>2</sup>, englobando as terras para os referidos desmembramentos.

## 1.2 O município de Cuiabá e as Freguesias da Sé e de São Gonçalo de Pedro II

Sobre a região de Cuiabá, apresentam-se as descrições realizadas por Ayala, ao assinalar que:

Conhecedores da região e já por fim sabedores da estima votada ao ouro, vemos dous de seus membros conduzirem em 1722 o sorocabano Miguel Sutil ao declive da collina de N. E. do Rosário, onde lhe desvendaram por entre o gramado virente grande copia de precioso metal [...] O abandono fôra completo (muitas pessoas migraram de Forquilha para a nova região de descoberta do ouro - comentários meus) e a emigração para a nova lavra que recebeu a denominação de Cuyabá, do rio mais proximo, operou-se com um açodamento só explicável pela abundancia mineral do sitio, de cujos arredores foram extrahidas em menos de um mez quatrocentas arrobas de ouro. (1914, p. 53)

Segundo o autor, “a possança d’essa extraordinária *mancha*” (p. 317), motivou a migração, principalmente de São Paulo, onde “as mais exageradas notícias circulavam com relação às novas lavras.” (ibdem) Sendo assim:

<sup>22</sup> Conforme Dutra (2012, p. 02), até o ano de 1943, o território que constitui o Estado de Rondônia pertencia ao Estado de Mato Grosso. O Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou 5 (cinco) territórios federais, entre eles, o Território Federal do Guaporé.

<sup>23</sup> Ver Miranda e Amorim (2000, p. 9), que apresentam diversos mapas sobre a “Evolução Político-administrativa” do Estado de Mato Grosso a partir do ano de 1940; entre eles as autoras mostram o mapa que evidencia a grande extensão do referido estado sem o desmembramento das terras que foram destinadas para criação do Território Federal do Guaporé em 1943 e a área do Estado de Mato Grosso do Sul criado através da Lei Nº 31, de 11 de outubro de 1977.



Justificadas até certo ponto, taes noticias constituíram-se em factores da transformação experimentada pelo novo arraial, a essa mudança foi tão rapida, que o mesmo sitio, “todo coberto de matto serrado e grandiosos arvoredos”, no dizer de Barbosa de Sá, cinco annos depois já se ufanava de possuir igrejas, três ruas mal alinhadas, sem incluir a rancharia distribuída desordenadamente, e cerca de tres mil habitantes. (AYALA, 1914, p. 317)

E ainda conforme o autor, “para melhor assegurar o domínio portuguez n’aquella zona apressou-se em crear, por Acto de 9 de Maio de 1748, a Capitania independente de Matto-Grosso.” (p. 54).

Ayala (1914) segue mostrando que “a installação da recém-creada Capitania não ficou por muito tempo adiada: á 17 de janeiro de 1751 tomava conta de seu governo o Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura Tavares, nomeado por Carta Régia de 22 de setembro de 1748.” (p. 54)

Assim, Ayala (1914) ainda evidencia que Dom Antonio Rolim de Moura permaneceu por poucos dias em Cuiabá e, em virtude das “instrucções de Lisbôa”, marchou, depois de certa demora, para a região do Guaporé, onde estabeleceu a sede do governo e fundou Vila Bela da Santíssima Trindade. Para esse autor, Cuiabá viu muitos de seus habitantes seguirem para a região da sede do governo, atraídos pelos privilégios e isenções concedidos aos que lá fossem morar.

Em 1821, a Capitania passou a ser administrada por duas juntas governativas provisórias, uma instalada na cidade de “Cuyabá” e a outra na cidade de “Mato-Grosso”. Até 28 de agosto de 1835, a cidade de Mato-Grosso<sup>24</sup> cumpriu oficialmente o papel de capital da Capitania (1748-1824) e Província (1824-1835), quando a Lei nº 19, de agosto de 1835, declarou oficialmente Cuiabá a capital da Província. Conforme Ayala (1914), é importante destacar que as disputas políticas determinaram os lugares que tanto Vila Bela da Santíssima Trindade quanto Cuiabá ocuparam na história mato-grossense.

Nesse contexto, no desenrolar dos fatos, a Província de Mato Grosso foi assolada por pela Guerra do Paraguai e pela varíola. A cidade de Cuiabá sentiu bruscamente os efeitos desses acontecimentos. Tanto a guerra quanto a doença influenciaram na redução e/ou aumento da população da cidade de Cuiabá e no desenvolvimento das atividades relacionadas à instrução pública naquela Província.

Reis (2011) assinala que, de acordo com o Relatório do Inspetor Geral de Estudos Joaquim Guadie Ley, em 1867, devido à catastrófica epidemia de varíola, o quadro de

---

<sup>24</sup> Nome que Vila Bela da Santíssima Trindade utilizou até a década de 1970.

Inspetores de Estudos foi abalado com perdas de servidores e tais perdas acabaram atingindo também a classe de professores. (p. 37)

### 1.3 Cuiabá - A cidade vista através dos anúncios em jornais

Para além da caracterização apresentada por Volpato (1993), oportunizamos nesta sessão o aguçar da imaginação do leitor através das informações veiculadas pelos periódicos mato-grossenses sobre o cotidiano da cidade de Cuiabá, que pode ser “materializado” por meio de compreensão/entendimento em relação aos aspectos econômicos<sup>25</sup> oferecidos nos estabelecimentos desta cidade, na ciranda cotidiana de sua população.

Praticamente tudo que estava relacionado às necessidades de sobrevivência da população cuiabana encontrava-se divulgado nos anúncios dos jornais naquela ocasião. Assim, periódicos como *A Situação* e *A Província de Matto-Grosso* anunciavam grandes quantidades de produtos a serem vendidos em grandes leilões, entre aqueles que haviam sido trazidos de diversas partes da Província, da Corte e importados de outros países. Destacava-se que parte do carregamento havia chegado pelo Vapor Leocádia<sup>26</sup> e que provinha de “um Patacho Americano” e, ainda, que seus proprietários eram recém-chegados a Corumbá<sup>27</sup>.

Desse modo, grandes sortidos<sup>28</sup> de morins: seda, algodões, rendas, entremeios e tiras bordadas, pano, casimiras, roupa feita, calçado, perfumarias, jóias. Completo sortimento de brins, camisas lisas e bordadas, “chapeos” pra senhoras, meninos e homem; variedades em meias estavam à disposição da população.

Para a limpeza nas casas familiares disponibilizava-se “grande quantidade de sabão amarello de Buenos Ayres”. Para as recepções, festas e ou descontração, “grande variedade de vinhos finos e refrescos, as mais acreditadas marcas de cervejas inglesas”. Para os suprimentos dos armazéns e/ou das dispensas, “Sal grosso, Queijo do Reino, Farinha de trigo, Café superior, Chá superior, Manteiga inglesa, Passas, Banha de porco e outros muitos artigos”. (A SITUAÇÃO, 1872, p. 04)

<sup>25</sup> Até estabelecimentos comerciais de outros países veiculavam seus anúncios nos jornais cuiabanos. Materiais para as construções, aparatos para os engenhos de açúcar, chatas de ferros, tração animal, máquinas a vapor, e outros. Para tais serviços poder-se-ia contatar representantes nas repúblicas da Argentina, Paraguai e Uruguai (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1884, p. 4).

<sup>26</sup> Uma agência localizada na Rua 27 de Dezembro, nº 45 vendia bilhetes para as viagens de Cuiabá a Corumbá por este vapor, conforme *A Situação* de 08-08-1872, ano V, nº 245, p.04.

<sup>27</sup> Conforme *A Situação* de 11-08-1872, ano V, n. 246, p.04.

<sup>28</sup> Conforme *A Situação* de 11-07-1872, ano V, nº 237, p. 04, e 01-08-1872, ano V, n. 243, p.04; *A Província de Matto Grosso* de 09-01-1879, ano I, nº 1, p. 04, 19-01-1879, ano I, nº 3, p. 04, 16-02-1879, ano I, n. 7, p. 04, e 19-10-1879, ano I, nº 42, p. 03-04.

Para a construção e reforma das casas e outros, “completo sortido de tintas, ferragens e miudezas, sumptuosos espelhos doirados ovaes, quadrados grandes e menores”. (IDEM, IBIDEM)

Mobílias para as residências, magníficos guarda-roupas, cômodas, lavatórios com espelhos, pedra mármore e serviço de porcelana. E, ainda, completo sortimento de cadeiras, cadeiras de palhinha e armação dourada, acolchoadas em seda, quadros os mais ricos, completo sortimento de mais rica porcelana. (A SITUAÇÃO, 1872, p. 04)

Nesse sentido, esse conjunto de meios destinados à aquisição pela população para sua sobrevivência e bem-estar estava disponível por diversas casas de negócios espalhadas pelas ruas da cidade de Cuiabá. A esse respeito, de acordo com os anúncios veiculados nos periódicos mato-grossenses naquela época, a cidade movimentava-se a partir dos seguintes logradouros: Rua Bela Vista, Travessa Vila Boas, Rua 1 de Março, Rua “Commandante Antonio Maria, Beco do Ponce, Rua 27 de Dezembro, Rua 13 de Junho, Rua 11 de julho, Rua Sete de Setembro e Rua Couto Magalhães, entre outros.

Salientava-se que o comércio de cigarros e fumo continuava na Rua Bela Vista n. 10 e na Travessa Vila Boas n. 6. Duas lojas eram responsáveis pela venda desses produtos, fabricados em Piraputangas, no baixo Paraguai e pelo “fumo do Rio novo (muito bom) vindo da Provincia do Rio de Janeiro”. (A SITUAÇÃO, 1872, p.04)

Na Rua 1º de Março, casa de n. 17, vendia-se “Guaraná de superior qualidade (recém chegado)”. Podia ser vendido também quebrado, inteiro, libra e/ou arroba, na Rua “Commandante Antonio Maria”, antiga Rua da Sé, Casa n. 12<sup>29</sup>.

No Beco do Ponce, havia um açougue que vendia “carne verde gorda”, a 100 reis a libra. (A SITUAÇÃO, 1872, p.04)

Na Rua 27 de Dezembro (antiga Rua do Meio), em um sobrado, funcionava um salão de “cabelleireiro” e barba e, conforme anúncio, lá realizavam-se os seguintes trabalhos:

[...] reformava-se postigos de qualquer formato e gosto moderno, preparava-se penteados segundo os figurinos, frizava-se cabelos, lavava-se cabeça com “champou”, e ainda que aquele estabelecimento “achava-se” aberto das 6 da manhã as 9 da noite. (A PROVINCIA DE MATTO GROSSO, 1879, p. 04)

Nesta mesma edição, as vendas já poderiam ser anunciadas como

“queima a dinheiro” e ainda “pechinha”, a tão conhecida unidade de medida, “o

<sup>29</sup> Conforme *A Situação* de 08-08-1872, ano V, nº 245, p.04, podia ser vendido também na Rua Bella Vista (Antiga Formosa), nº 18 – esquina *A Situação* de 22-11-1872, ano V, nº 273, p.04.

metro” estava em uso, chitas, “ox-fort”, cambraias, fazenda muito leves, “Alpaca preta com salpicos brancos, própria para luto” vendidas aos metros. Na Rua 27 de Dezembro também localizava-se a “Pharmácia” [aspas no original] de Innocencio José Murtinho, o qual propunha “aviar qualquer receita e a qualquer hora do dia ou da noite. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1879, p. 04)

Na Loja Matraca, vendiam-se sapatos, e tapete aveludados para senhores e senhoras, leques de osso, guarda sol de cor para meninas. Botões de madrepérola, morim fino, cambraia, bramante de linho encorpado, bertanha muito fina, pano preto fino, casemira fina, merinó preto, brim branco de linho. Destacava-se ainda que “Alem d’estes, encontra-se um variado sortimento de artigos de moda, miudezas, roupas feitas, calçados, chapéus, perfumarias, molhados.” (A PROVINCIA DE MATTO GROSSO, 1879, p. 04) A Matraca ainda dispunha de charutos “bahianos” superiores e gêneros alimentícios como banha de porco em lata, azeitonas muito frescas e marmelada de “Lisbôa” em latas. (idem, p. 04)

Na Rua 1º de Março, havia a Loja da Campainha, que provavelmente concorria com a Matraca, encontrava-se lá todos os gêneros encontrados na Matraca, vendiam-se também balanças do novo sistema métrico (5, 10 e 15 kilog.), convidava-se a “Ver para crer”. (A PROVINCIA DE MATTO GROSSO, 1879, p. 04)

Nesse sentido, a Rua 1º de Março, tal qual a Rua 13 de Junho, pareciam ser preferidas para a localização das lojas de comércio, além da Loja da Campainha, localizava-se lá a Padaria dos Pobres, nº 33, oferecendo pães de trigo superior, roscas e bolachas. Farinha de trigo “de 1ª qualidade” oferecia comodidade aos clientes deixando evidente que “Leva-se a domicilio a preço modico”. (ibidem, p. 04)

A venda de máquinas de costuras era anunciada nas Casas de Firmo José de Mattos, lá havia também queijos flamencos, “muito fresca banha de porco em latas de 10 litros”, nesta casa vendiam-se ainda charutos havaianos, querosene a 9\$00 reis a lata ou 16\$000 reis o caixão.

Sociedades comerciais eram formadas e iam sediar suas lojas na Rua 7 de Setembro, como a Claudionor & Souza, criadas por Joaquim Claudionor de Siqueira e Elisario Antonio de Souza, a Oliveira & Freitas, firmadas por Francisco de Oliveira e Silva e Trajano José Ribeiro de Freitas, situada na Rua Bella. Na Travessa Voluntários da Pátria, esquina com Rua 27 de dezembro, o Ourives e Maquinista Juan de Vila oferecia seus préstimos no conserto de máquinas de costura, caixas de músicas e todo e qualquer trabalho em ouro, prata e qualquer outro metal. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1879, p.04)

Na Rua 11 de Julho, nº 25, localizava-se o escritório do Bacharel Pedro de Alcântara Sandemberg, que continuava a ocupar-se dos trabalhos relativos à sua profissão, inclusive no

foro Eclesiástico, negócios administrativos, e cobranças de dívidas. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1879, p.04) Em 1884, era a vez de José Barnabé oferecer serviços relacionados à sua profissão, em seu “escritório”, sito a Rua 13 de Junho, n. 24, sobrado. (IDEM, 1884, p.04)

Em 1885, na Rua Couto Magalhães (antiga Rua Nova), o Dr. A. Rilandi Ghimenti oferecia seus préstimos como médico cirurgião. Com formação nas universidades de Pisa, Napoles e Buenos Ayires, sua especialidade era “as enfermidades das vistas” e atendia todas as manhãs “em casa do Sr. Maximiliano Carcano”. Outro médico, o Dr. A. d’Andrade, tinha a sua Clínica Médico Cirúrgica situada na mesma rua, e recebia consultas a qualquer hora do dia. (PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1885, p. 04)

Ainda havia outras pessoas exercendo atividades como: proprietários de imóveis<sup>30</sup> para aluguel, como é caso do pardo Generoso Annes da Fonsêca, que deveria pagar o imposto sobre seus imóveis localizados na Rua Coronel Peixoto – antiga Rua da Boa Vista e outro situado na Rua Comadante Costa. O primeiro no valor de 12\$960 e o segundo no valor de 16\$200. O pardo João Gonçalves da Cruz e a parda D. Anna de Assiz Pereria desempenhavam a mesma função que Generoso Annes da Fonseca, neste caso, João Gonçalves da Cruz possuía um imóvel que, conforme o edital, havia reajustado o aluguel, justificando o aumento do imposto para 19\$440. O mesmo também deveria pagar um acréscimo de 8\$640, por aumento d’edificação, obra localizada na Rua da Bella-Vista. D. Anna de Assiz Pereria pagaria seu imposto no valor de 21\$600, por conta do aumento de aluguel de seu imóvel. (Idem, Ibdem)

A esse respeito, assinala-se também que nas ruas Conde D’eu, Commandante Baldoino, 13 de Junho e Do Barão de Melgaço um considerável número de pretos e pardos exercia a função de vendedores “d’aguardente” a miúdo e, conforme edital de 25 de julho de 1879, estavam “sujeitos ao previo pagamento de 36\$000 a boca do cofre, tão logo expire o praso de 30 dias” depois da publicação daquele edital. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1877, p. 03-04)

#### **1.4 Povoamento e ocupação – o elemento negro**

Passa-se a dar forma de como as dinâmicas cotidianas operaram para que o sistema escravista vigorasse na Província de Mato Grosso, nesse sentido, recorre-se a Assis (1988), o

---

<sup>30</sup> Ver *A Província de Matto Grosso*, 31-08-1879, ano I, n. 35, p. 04.

qual apresenta as atividades econômicas desenvolvidas por escravizados e por forros, na Província. Assim, esse autor destaca que o elemento negro esteve presente nos trabalhos realizados durante o período de mineração (iniciada em 1719, região de Cuiabá, depois em São Francisco Xavier, na região do rio Galera, Poconé), extração de vegetais (poaia, seringa e erva-mate), na agricultura (milho, arroz, feijão, mandioca, café e outros), pecuária (gado vacum, cavalariço, muar e suíno), e ainda no cultivo da cana-de-açúcar (fabricação do açúcar e aguardente).

Assis (1988) salienta que o trabalho compulsório, usando o negro africano na mineração, iniciou-se a partir de 1719, e que “A mão-de-obra africana, tão necessária nas lavras, passou a ser nova mercadoria para as minas de Cuiabá, vinda através da Capitania de São Paulo.” (p. 22)

Nesse sentido, o autor destaca que, com a decadência verificada na mineração, criaram-se mecanismos para aumentar o orçamento público e, desse modo, surgiu a Alfândega do Porto Geral para a cobrança de direitos de entrada. Criou-se também, a Companhia de Mineração de Cuiabá, destinada a exploração das minas de Jasé e do Araés, além da função de canalização das águas do Motuca. A este respeito, Assis (1988) assinala que “esta empresa mineradora contou com mão-de-obra livre e escrava” (p. 26). (grifo nosso)

Sobre a escassez da mineração em Mato Grosso, Assis (1988) salienta que a atividade que veio substituir o ouro, o extrativismo vegetal:<sup>31</sup>

A partir de 1830 as lavras auríferas já se esgotavam e nesse período é que surgiu a preocupação pela extração da poaia ou ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*) planta nativa que tinha seu habitat em toda a região do Baixo Paraguai. Quanto à poaia, planta usada na medicina indígena, a primeira referência sobre o extrativismo pelo branco, em Mato Grosso apareceu em 1834 no jornal “Matutino Meiapontense” que circulou em Meia Ponte (atual Pirinópolis) no Estado de Goiás. (ASSIS, 1988, p. 28)

A respeito desse importante vegetal, o autor destaca que, com o uso medicinal da poaia nos países europeus, houve acréscimo de seu valor econômico, o que o tornou o principal produto a ser exportado por Mato Grosso. Para as atividades extrativistas, segundo Assis, foi utilizada a mão de obra indígena e também o trabalho do negro forro. No entanto, o trabalho escravo na extração de vegetais era descartado uma vez que a natureza do serviço tornava inviável colocar o escravizado, pois era impossível o controle do mesmo (ibidem).

Assis (1988) esclarece que outra planta nativa encontrada em Mato Grosso, e de

---

<sup>31</sup> Ver o texto Rio Guaporé: Um colar de pérolas, artigo para conferência apresentado no IV SED, em Vilhena, no ano de 2011.

grande valor econômico, era a erva-mate, cujo *habitat* encontrava-se no sul da Província. O extrativismo da erva-mate, segundo o autor, iniciou-se no final do século XIX, após o término da Guerra do Paraguai, tendo sido, depois da poaia, a produção mais significativa para a economia local, alcançando a classificação, entre 1880 e 1881, de 13º produto brasileiro mais exportado. Sobre o trabalho na extração da erva-mate, Assis (1988) afirma que utilizava-se também a mão-de-obra do negro forro.

Quanto à exploração da seringa, o autor aponta que esta teve o desenvolvimento de seu curso nas regiões do vale do Guaporé e de Diamantino. Segundo Assis (1988), enquanto atividade representativa para a economia local, a extração da seringa só viria a figurar no início do século XX. Nesse sentido, o autor ainda assegura que antes dessa época a mão de obra negra já era utilizada em pequena escala.

Sobre extensão do uso da mão de obra negra em atividades de mineração, agropecuária e/ou extrativista, o autor destaca que além das atividades dessa natureza, havia aqueles que se dedicavam aos embarques dos produtos nos portos.

Outra atividade econômica desempenhada, na província em questão, por escravizados, trata-se da pecuária. Esta atividade foi incentivada, conforme Assis (1988), haja vista o aumento populacional naquela ocasião, causando a escassez de alimentos, o que também favoreceu o encarecimento de seu custo (p. 29). A esse respeito, o autor salienta que a atividade da pecuária iniciou-se na Fazenda Camapuã, e depois se estendeu por diversas regiões da Província (Jauru, Aguapey, São Pedro d'El Rey – Poconé, Cocais – Livramento, Vila Maria do Paraguai – Cáceres, Chapada de Santana – Chapada dos Guimarães e região do Pantanal). Segundo Assis, os produtos da pecuária atendiam o comércio local, e depois passaram a atender também o comércio exportador: “para as praças de Montevideo, Buenos Aires, Assunção e Concepcion, indo o boi em pé, carne seca, sebo, ossos e couro”. (p. 30)

Quanto ao emprego da mão de obra nessa atividade, o autor evidencia que o negro participou na condição de escravizado, ocupando o ofício de vaqueiro e curtidor, porém, a sua presença nesta atividade estava condicionada ao tamanho do criatório e ao controle do senhor. Pois, conforme o autor:

Provavelmente em Mato Grosso a participação do negro na condição de escravo, nos criatórios, foi ínfima. Em geral os rebanhos ocupavam grandes partes territoriais dificultando o controle por parte do proprietário. O mesmo não aconteceu nos criatórios de suínos onde, através da documentação, constatamos que mulheres escravas trabalhavam na preparação da carne salgada e do toucinho o que nos leva a dizer que existia uma mão-de-obra escrava na criação de suínos. (ASSIS, 1988, p. 31)

Já o negro forro, destaca Assis (1988), além do trabalho desenvolvido nessas funções, participou também como minifundiário na criação de gado e ou de porcos, fornecendo aos reais armazéns e aos hospitais a carne de bovina ou a carne de porco salgada (ibdem).

Assis aborda também uma categoria de escravizados a quem ele chamou de *escravos da nação*. *Escravo da nação* era uma espécie de trabalhador nacional e atuou, conforme o autor, em tarefas veiculadas a questão da fronteira (garantia e defesa) e também em novas explorações auríferas. Assis (1988) salienta, também, que estes estiveram presentes nessas frentes desde os idos de 1769 a 1772, e que atuaram também nas edificações de prédios públicos, na fábrica de pólvora, arsenais de Marinha e de Guerra, entre outros.

Sobre esse contexto, assinala-se que de acordo com publicação no jornal *A Província de Mato Grosso* (21-09-1879, ano I, nº 38, p. 04), constatou-se o caso de Maria (africana), escrava da Santa Casa da Misericórdia. Conforme os dados apresentados, infere-se tratar de uma escrava da nação. Maria, na ocasião, pagaria de imposto “por arbitramento passado” a quantia de 3\$240 (três mil e duzentos e quarenta reis), “como vivia de José do Bom Despacho” (sic). A esse respeito, o imóvel que havia “sugerido” tal imposto estava localizado na Rua Do Carmo. Nesta mesma rua, Maria foi novamente citada, dessa vez, não constava como escrava da Santa Casa de Misericórdia,<sup>32</sup> mas sim, como viúva.

Aqui, se pode inferir que Maria pudesse ser casada com um livre, pois o novo imposto dos quartos alugados era atribuído a si “em vez do seu finado marido José do Bom Despacho” (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1879, p. 04), em um valor estipulado de 12\$960 (doze mil e novecentos e sessenta reis). Nesse sentido, considera-se que o trabalho desempenhado por escravos da nação, após a Lei do Ventre Livre, nas cercanias de Cuiabá, ainda era realizado. Visto que a referida lei os havia libertado conforme o Art. 6, §1º da mesma lei. Quais razões faziam de Maria escrava da Santa Casa de Misericórdia?

Todavia, os trabalhos relativos às instituições públicas não eram realizados somente por escravos da nação, podiam ser realizados também por particulares livres e/ou escravizados. Tal assertiva sustenta-se através de uma lista publicada pelo jornal *A Província*

---

<sup>32</sup> Conforme *O Liberal* de 06-02-1879, ano VIII, nº 387, p. 1, a Santa Casa de Misericórdia era um órgão da Província, visto que era o presidente desta que nomeava a equipe que exercia diversas funções nesta instituição, a exemplo do médico Dr. João Adolpho Josetti, Carlos Barbosa de Farias que exercia cumulativamente as funções de botica e enfermeiro e ainda Virissimo Xavier Castello, que era Thesoureiro encarregado da provedoria da Santa Casa. Esta observação endossa a afirmação de que Maria (africana), nos idos de 1879, ainda era escrava da nação, uma vez que foi considerada como escrava da Santa Casa de Misericórdia, em 21 de setembro de 1879, conforme *A Província de Mato Grosso* de 21-09-1879, ano I, nº 38, p.4.



*de Mato Grosso* (19-10-1879, ano I, nº 42, p. 03-04), que evidencia 14 nomes de escravizados e seus respectivos senhores e senhoras, bem como os valores a serem recebidos pelos trabalhos realizados por estes. Sobre este contingente, apresentado no referido jornal, infere-se que se tratam de negros que desempenhavam a função de “ganho”.

Sobre o trabalho de particulares, Assis (1988) destacou que as construções dos próprios nacionais, principalmente, quando da militarização das fronteiras, pareciam rendosas para os proprietários que, investindo na compra de escravos especializados como carpinteiros e pedreiros, garantiam uma boa renda. Para esse autor, a necessidade de operários qualificados para o trabalho nas construções e a escassez da mão de obra elevaria o preço da jornada. Assim, o investimento na compra era compensado com esse tipo de exploração (p. 41). Desse modo, constata-se haver certa “qualificação” em escravizados, ao observar a reclamação feita por Ignacio Jose de Sampaio, sobre o escravo fugido Antonio. No jornal *O Liberal* (06-02-1879, ano VIII, nº387, p. 04), anunciava-se que Antonio era “africano, maior de 40 anos, de boa estatura, dentes abertos e são” (p. 4). E as descrições ainda continuavam: “com pouca barba, olhos pequenos, feição disfarçada, **falla (sic) bem, tem officio de seleiro, carpinteiro e pedreiro, [...] e gosta de dançar baile do congo.**” [grifo nosso] (idem).

Reportando ainda sobre a qualificação dos escravizados, esta também foi abordada pela Contadoria da Thesouraria da Fazenda da Província, no periódico *A Província de Mato Grosso* (19-10-1879, ano I, nº 42, p. 03-04), ao apresentar o conjunto de 14 escravizados como operários e serventes a desenvolverem trabalhos, no exercício de 1878-1879, para a Província de Mato-Grosso.

Ainda sobre a questão dos escravos da nação, Assis apresenta números que evidenciam a presença destes entre os anos de 1865 e 1870. De acordo com o autor, o negro participava das companhias militares, entre elas da Companhia de Pedestres, da Companhia de Ordenanças de Homens Pardos, com um total de 80 praças. O autor salienta que a Companhia de Ordenanças ou milícias era composta por 372 elementos, sendo a predominância de brancos, com 205 pessoas, 84 pretos forros e 80 pardos (p. 41). Sobre o soldo recebido pelos escravos da nação, Assis evidencia que a Fábrica de Pólvora assalariava seus escravos, pagando, por 26 dias de trabalho, uma quantia que variava entre três mil contos e cento e vinte reis (3\$120) e cinco mil contos e duzentos reis (5\$200), podendo variar de acordo com a especialidade do escravo.

#### **1.4.1 Superioridade demográfica negra**

[...] a composição demográfica criava possibilidades maiores de afirmação social para a população negra. (FONSECA, 2007, p. 205)

Para auxiliar na compreensão sobre uma densa representatividade da população preta e parda na gênese e no decorrer da constituição da Província de Mato Grosso e, conseqüentemente, da cidade de Cuiabá, faz-se uma abordagem através do olhar de Silva (1995), que produz argumentos que expõem como a população mato-grossense se constituiu. Os argumentos construídos por esse autor reforçam a tese de que no decorrer da constituição desta província sua população tornou-se majoritariamente negra.

Explica-se também o conceito de “supremacia negra” à luz do olhar de Fonseca (2007), ao trabalhar com gráficos que evidenciam o quantitativo de pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras. Peraro (1997) também auxilia na compreensão de como a população negra constituiu-se maioria na cidade de Cuiabá, esta autora estuda a ilegitimidade nos nascimentos, na paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nos Oitocentos. Há ainda Miranda (2010) e Gomes (2009) que se servem do trabalho de Peraro (2005) para abordarem o quantitativo relacionado à população em questão.

#### **1.4.2 A gênese da população mato-grossense**

Recorremos a Silva (1995) para construir evidências sobre a gênese da população mato-grossense, com ênfase na utilização do negro e do nativo, na criação de um tipo local que pudesse servir de elemento humano na ocupação e asseguramento das terras brasileiras para além do Tratado de Tordesilhas.

Para tanto, assinala-se que Silva utilizou treze mapas para mostrar os dados populacionais relativos à Província de Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII.

Conforme o autor, tais mapas foram padronizados a partir de orientações contidas nas Instruções Régias que foram encaminhadas ao governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 1772. Segundo Silva (1995), nestas instruções, especificamente, do 4º ao 19º parágrafo, estavam as ordens que tinham por objetivo o aumento da população da capitania mato-grossense (p. 145).

Desse modo:

Essas instruções régias, entre outras determinações, mandavam que se incentivasse a migração de casais para as minas mato-grossenses, além do que estabelecia uma política indigenista que visava, sobretudo, atrair a população nativa ao grêmio da igreja e das necessidades sócio-econômicas do Estado Português. (SILVA, 1995, p.

146)

A esse respeito, Silva (1995) salienta que esses dados, contidos naqueles mapas, demonstram de fato que  $\frac{3}{4}$  dos moradores constituíam-se de mestiços e negros. O termo “mestiço”, como afirma o autor, apareceu junto à apresentação da população indígena, e “pardo”, ao lado da população negra escrava e livre. (p. 147)

O autor aborda a outra questão, concernente às dificuldades apresentadas no que corresponde à constituição da população e/ou povoamentos da Capitania de Mato Grosso, especificamente, no que tange a entrada do elemento branco para fazer parte da composição desta. A esse respeito, Silva assinala que “Antonio Rolim de Moura, ao chegar a Cuiabá, escreveu ao Rei, em 1751, dizendo da necessidade de aumentar a população da Capitania” (p. 162). Silva (1995) destaca também que Luiz Albuquerque, ao remeter à Corte o termo de fundação da Vila Maria do Paraguai, em 1778, reclamava a falta de famílias brancas que pudessem dar ao novo estabelecimento uma fundação mais sólida. Desse modo, “a solicitação de casais brancos prendia-se ao fato de que a integração das tribos indígenas aos usos e costumes portugueses esbarrava no preconceito que existia sobre a capacidade e índole dessa população nativa.” (SILVA, 1995, p. 163)

Sobre as queixas da ausência de brancos no cômputo da população da Capitania de Mato Grosso, Silva destaca que tanto Antonio Rolim de Moura quanto Luiz Albuquerque escreveram ao Rei pedindo providências para o envio de casais constituídos por brancos que ajudasse a povoar e, portanto, aumentar a população na região.

Silva traz à luz, também, o fato de que os indígenas não eram vistos com bons olhos por esses governadores no que diz respeito à constituição da população daquela localidade, e, conseqüentemente, estes também não os viam como “um colono produtivo” (p. 163), e, ainda, por mais que a população fosse avolumada com nativos, este autor salienta que, em seus discursos, esses governadores destacavam as necessidades mercantilistas portuguesas que pediam um morador que no fundo se identificasse mais com o sistema produtivo, comercial e de consumo, que interessasse à metrópole. Neste caso, o branco. (ibdem)

Apesar da insistência nos pedidos dos governantes, a tão propalada vinda de casais brancos não aconteceu como esperado, e a solução encontrada foi a transformação do nativo em vassalo português. Sobre esse fato, as Instruções Régias e os Diretórios responsabilizaram-se legalmente, e, conforme Silva, a presença do nativo esteve presente na constituição da população em diversas localidades da capitania.

A respeito desta questão, o autor assinala que o uso do indígena na constituição da população mato-grossense ocorreu para assegurar as terras na linha de fronteira. Para tanto, o processo de “desindianização dos silvícolas” estava contido nas Instruções Régias e no Diretório.<sup>33</sup> Segundo Silva (1995), a transformação do nativo em vassalo português era fundamental na construção do império português nessa linha de fronteira. Isto ficou evidente nas palavras desse autor ao destacar que “a figura desse povoador se fez presente quase na totalidade dos lugares, vilas, missões, presídios e fortalezas” (p. 164). É importante evidenciar que, de acordo com este autor, estes nativos, depois de destribalizados e colocados para viver nos aldeamentos, eram organizados ao estilo das missões e adotada, para com estes, a terminologia de Tapuio.

“A mestiçagem foi a solução possível para resolver o problema do povoamento e acúmulo populacional da capitania” (p. 166). A esse respeito, Silva (1995) recorre aos casamentos interétnicos e as uniões consensuais para ressaltar a mestiçagem na composição da população mato-grossense. Desse modo, este autor apontou que a mistura dos povos foi incentivada e regulamentada na edição do Diretório de 1757. O autor lembra, ainda, que tal documento só tratou de regulamentar aquilo que já era prática.

Sobre as uniões consensuais, Silva assinala que o alto custo das taxas eclesiásticas cobradas pela Igreja em Mato Grosso inviabilizavam não somente os casamentos, mas também os enterros e batismos. O alto custo tornava as uniões consensuais uma prática rara naquela ocasião, uma vez que a maioria da população, devido à pobreza, não conseguia reunir emolumentos capazes de atender as regras eclesiásticas. Nesse sentido, salienta Silva que “os amacebamentos ou uniões consensuais foram uma constante durante o século XVIII, em Mato Grosso. Praticamente não se casava.” (p. 171)

Sobre essa situação, conforme o autor, ainda relata outra prática, relativa aos senhores de escravos:

O costume de alforriar as escravas com as quais se amasiavam encontrou na Capitania de Mato Grosso a crítica de Luiz Pinto. Reclamando da diminuição dos “cabedades” e do não pagamento das dívidas, o Governador documentou que os senhores de escravos tinham o vício, a loucura e abusavam ao alforriar as escravas que serviam “aos seus apetites”. (SILVA 1995, p. 171).

O registro da passagem do Santo Ofício por Mato Grosso, conforme Silva (1995),

---

<sup>33</sup> Conforme Silva (1995), as Instruções Régias e o Diretório eram documentos que davam aos indígenas a mesma condição dada ao branco perante o rei, a condição de vassalo.

também foi registrado. Para tal, o autor valeu-se dos registros feitos por Fernando Torres Londonõ para situar esse acontecimento. O autor destaca que aos olhos do “visitador” do Santo Ofício, o concubinato, que era uma prática na Província de Mato Grosso, havia produzido uma população, que este (o visitador) nomeou de “mestiça e bastarda”. Silva encaminhou esta questão salientando que a pedagogia eclesiástica e civil, ao apontar suas soluções colonialistas e populacionais e não encontrando respostas desejadas, deixou registrada a sua decepção através de todos os tipos de preconceito. Segundo esse autor, esses preconceitos resvalavam na população tida como mestiça e bastarda, mas como enfatiza Silva: **“no caso específico de Mato Grosso, foi a disponível para responder as necessidades de povoamento e defesa da fronteira.”** [grifo nosso] (p. 177)

Os mapas populacionais de 1768 e 1797 utilizados por Silva (1995) trazem a população mestiça dividida em caborés, bastardos, mulatos livres e escravos. Sobre essa questão este autor assinala que Rolim de Moura

deixou registrado que na América a designação bastardo se referia ao filho de branco com índio, enquanto que os termos mulato e caboré indicavam os cruzamentos entre negro e o índio. Salientava ainda, que esses últimos eram os de melhor tipo para qualquer empreendimento. (SILVA, 1995, p. 177).

Silva destaca, também, que, conforme os registros dos governadores Luiz e João de Albuquerque, o maior número de uniões ocorria entre os mestiços e negros escravos. Sobre a categoria de bastardo, o autor afirma que o termo não qualificou o indivíduo apenas como filho ilegítimo, classificou-o como categoria social, tal qual explicitaram os mapas populacionais descritos. (ibidem)

Os encaminhamentos dados por Silva sobre a constituição da população mato-grossense é de que a questão da mestiçagem esteve ligada, entre outros fatores, à política populacional desencadeada pelo gabinete pombalino. Nesse sentido, este autor assegura que as instruções régias direcionavam a forma pela qual deviam os governadores aumentar a população (p. 216). Estes fatos podem ser constatados pelas tabelas de números 18 (p. 211), 19 (p. 212), e pelos gráficos de números 18 (p. 212), 19 (p. 213) e 19a. (p. 214)

E, por fim, Silva (1995) salienta que a via migratória que trouxe o branco, que implantou a estrutura de poder capaz de organizar e fixar o homem ao território, foi a mesma via que deslocou governadores, militares, padres, altos funcionários públicos, roceiros, comerciantes e uma multidão de mineradores para a Capitania de Mato Grosso.

Explanando a respeito da composição da gênese da população mato-grossense à luz

do trabalho de Silva (1995), assenta-se na mestiçagem, principalmente entre nativos e negros, adiante se transita pelo conceito de “supremacia demográfica negra” para esclarecer como a mestiçagem continuou como marca central da população mato-grossense, recorre-se a este conceito à luz do que defende Fonseca. (2007)

### **1.4.3 Supremacia demográfica negra: teares na construção da população mato-grossense**

O conceito de “superioridade demográfica” é apresentado por Fonseca (2007) ao tratar da educação de pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras. Para aludir a este termo, o autor lança mão dos olhares de viajantes que registram que havia uma superioridade numérica dos negros e mestiços e, ainda, um elevado número daqueles indivíduos na condição de livres nos lugares que visitavam. Para este autor, no Brasil e, sobretudo, em Minas Gerais, os viajantes eram rapidamente atirados a uma realidade que apresentava negros e mestiços como ampla maioria da população, e estes indivíduos encontravam-se nos mais diferentes espaços sociais.

Outro aspecto relevante no trabalho de Fonseca (2007) reside na constatação de uma presença superior de negros nas escolas de primeiras letras. Dez das onze escolas mineiras pesquisadas sustentam o conceito de supremacia demográfica negra, desenvolvido por este autor. A esse respeito, Fonseca salienta que os dados relativos aos negros e brancos que foram registrados como frequentando as aulas de instrução primária, em Minas Gerais, não acompanhavam as características da população apenas em relação às terminologias que eram aplicadas na classificação dos diferentes segmentos raciais, acompanhavam-nas, também, naquilo que era a principal característica demográfica da sociedade mineira no século XIX, ou seja, apresentavam uma superioridade incontestável de negros em meio àqueles que foram registrados, como na escola. (p. 200)

Assinala-se que, a título do que apresenta Fonseca, em Mato Grosso essa situação não era diferente, havia uma população negra superior à população de brancos. Detalhe que pode ser constatado tanto por Silva (1995) quanto pelos recenseamentos de 1872 e 1890, e que ainda foram corroborados pelos dados apresentados por Miranda (2010) e Gomes (2009).

Afiança-se que a diferença entre o trabalho deste autor e este estudo, está no fato de que Fonseca apresenta um olhar sobre a presença de negros nas escolas de primeiras letras em Minas Gerais, apontando, assim, para uma superioridade destes em relação à população de brancos. Consequentemente, a construção deste olhar possibilitou a conclusão de que tal superioridade incidisse sobre o cômputo geral da população daquela Província.

Constata-se a presença de pretos e pardos nas escolas cuiabanas e, sobretudo, evidências que respaldam a presença de uma maioria de pretos e/ou pardos nestas escolas. Todavia, encontraram-se, também, evidências de que, em Mato Grosso, pretos e pardos participaram ativamente da vida pública. Destaca-se que, no decorrer da pesquisa, perseguiu-se o registro das passagens/vivências de pretos e pardos capazes de atestar a assunção a diversos cargos públicos (nas esferas política, educacional e na administração). Atestam-se, também, experiências desses em atividades comerciais na cidade de Cuiabá. Nesse sentido, é possível afirmar que pretos e pardos usaram a escola cuiabana como meio para atingirem a ascensão social, e se destacarem por trabalhos relevantes prestados à cidade de Cuiabá e à Província de Mato Grosso.

Voltando à questão que trata de uma ampla maioria de negros na população cuiabana e/ou mato-grossense, assinala-se que, neste trabalho, dois documentos foram importantes para referendar a superioridade da população negra sobre a população branca na Província de Mato Grosso e que se lançou mão à exaustão dos dados contidos nestes documentos, que foram os censos de 1872 e 1890. Igualmente, alguns trabalhos ajudaram a compreender como esse feito veio a ser preponderante no cômputo da população cuiabana. A obra de Maria Adenir Peraro *Farda, Saias e Batina: A ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90* ajuda-nos a construir um raciocínio para explicar e/ou a compreender *nuances* desse aspecto. Desse modo, a autora salienta que a entrada pouco expressiva de estrangeiros procedentes de países europeus, bem como latino-americanos, somada à presença significativa de negros e de indígenas, contribuiu para a “manutenção” do perfil da população, a predominância das pessoas de cor (p. 160). Outro fator que explica a “mestiçagem”, na Paróquia Senhor Bom Jesus, a qual integrava a cidade de Cuiabá, e, conseqüentemente, uma maioria de pretos e pardos, também é apresentado por essa autora. A esse argumento Peraro refere-se como “a alta taxa de ilegitimidade”, em relação ao nascimento de crianças na paróquia em questão.

Ainda a esse respeito, a autora se debruça sobre os recenseamentos de 1872 e 1890 e, após análise dos dados, identifica uma predominância da população mestiça e negra sobre a população cabocla e branca, na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá<sup>34</sup>. Peraro considera, ainda, se tratar de uma população marcadamente heterogênea, composta de homens e mulheres brancos, negros, indígenas e mestiços.

Peraro (1997) ressalta que, no estudo daqueles homens e mulheres, “predominante de cor”, devia-se também levar em consideração as especificidades socioculturais das áreas

---

<sup>34</sup> Termo designado para nomear a Freguesia da Sé.

mineradoras, bem como os elementos que historicamente engendraram o desenvolvimento das populações nas áreas auríferas, como o tráfico negreiro, o fisco, o comércio espoliador, o contrabando e a condição de fronteira da região (p. 131). Para essa autora, tanto o processo de ocupação e exploração da região mato-grossense, quanto a Lei de 1850, que proibia o tráfico negreiro, influenciaram as características demográficas da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e do município de Cuiabá como um todo (ibidem). Segundo Peraro, pode-se dizer ainda, que, sobre esse fato, refletiam também a ineficácia da política ensejada pela elite local para atrair imigrantes europeus em direção a Província de Mato Grosso.

Além das argumentações de Silva (1995) sobre as queixas dos governadores da Capitania à Metrópole, a respeito da falta de “casais” formados por pessoas da “raça branca” para ajudar na povoação, e, conseqüentemente, na formação da população, assinala-se que os periódicos mato-grossenses também tornaram-se porta-vozes destas reivindicações.

Sobre a ausência de imigrantes nas províncias do interior do Império é lícito afirmar que os “imigrantes” engrossaram as fileiras do trabalho livre nas fazendas do café, estimulados pelos investimentos feitos por diversos proprietários que, conforme Costa (2010), financiaram as passagens, mas pouco a pouco, a partir dos anos de 1870, o governo havia tomado a responsabilidade para si (p. 72). Possivelmente a não vinda destes para o interior pode ter se dado pela longa distância e, em muitos casos, por conta do clima, haja vista o calor intenso na região de Mato Grosso constituir-se em fator a ser levado em consideração, já que muitos imigrantes que chegavam ao Brasil vinham de regiões de países europeus, onde o clima era ameno e frio. Essa assertiva pode ser constatada em diversas notas nos jornais mato-grossenses, como a publicada pelo jornal *A Imprensa de Cuiabá*, (10-09-1863, ano V, n.º 243, p. 03), a qual destacava esta situação, entre outras, como a Divisão territorial, a constituição da população, a riqueza pública, a produção, o consumo e o comércio. Nesse sentido, conforme o jornal *A Imprensa de Cuiabá*,

A imigração que tem sido mais útil he a dos nossos conterrâneos da Provincias limítrofes e com especialidades de Minas que povão o Municipio de Santana do Parnahyba, o qual há pouco mais de trinta annos, era um sertão habitado quase unicamente pelos Indios Cayapos. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 3)

Destaca-se ainda: “Não partilho esperanças que se fundão na vinda de colonos dos paizes transatlânticos.” (Ibdem) Assinala-se, também, que aqueles homens haviam tido a possibilidade de estabelecer-se no litoral do Império ou nas Províncias Argentinas. E, conforme a notícia, não haveriam de vir para Mato Grosso, mesmo que tudo ali estivesse



preparado para recebê-los e facultar-lhes o aproveitamento do seu trabalho.

Parece-nos que as queixas sobre a falta de imigrantes/ migrantes que se endereçavam para os trabalhos em Mato Grosso continuava nos idos de 1888, é o que revela a notícia da coluna “Gazetilha”, veiculada em *A Província de Mato Grosso* (01-04-1888, ano X, nº 483, p. 02), em que apresentam um olhar sobre a instrução pública na Província do Rio Grande do Sul. A esse respeito, assinala-se que os investimentos em educação naquela província, davam-se por causa do intenso movimento migratório. Nesse sentido, concluem que “Infelizmente no anno findo, ao passo que S. Paulo recebeu (sic) 35.000 colonos, nós apenas tivemos menos de 6.000. Há províncias predilectas e espertas e outras mais esquecidas”. (*A PROVINCIA DE MATO GROSSO*, 1888, p. 02)

Essas observações reforçam o argumento de que o conjunto de pessoas na formação da população da província, ou seja, a união entre pretos e indígenas,<sup>35</sup> contribuíram para encaminarmos a questão na defesa de uma “supremacia demográfica dos negros”, no conjunto populacional de Mato Grosso e também no município de Cuiabá.

Sobre os números apresentados pelo Recenseamento de 1872, apresentam-se alguns quadros capazes de mostrar o quantitativo em relação à população mato-grossense, no final do século XIX. Tais dados ajudam a sustentar a assertiva de uma massiva presença negra (pretos e pardos) na composição da população da província em questão. Igualmente, se somado às populações correspondentes a não brancos (pardos, pretos e caboclos) a diferença acentua-se ainda mais. Então, vejamos:

**Quadro 1 - População da Província de Mato Grosso segundo raça - 1872**

Condição	Sexo	Branco	Pardo	Preto	Caboclo	Total
Livres	Masc.	9.027	10.827	3.861	4.276	27.991
	Fem.	8.210	10.087	3.214	4.248	25.759
<b>Subtotal</b>						
Escravos	Masc.	-	1.525	2.107	-	3.632
	Fem.	-	1.345	1.690	-	3.035
<b>Subtotal</b>						
<b>TOTAL</b>	-	17.237	23.784	10.872	8.524	60.417

Fonte: Recenseamento de 1872.

Sobre os dados, é correto afirmar que, conforme o quantitativo explícito no recenseamento, 57,3% da população da Província de Mato Grosso era composto por pretos e pardos. Conforme aventamos acima, se elevarmos esses números somando a população de caboclos, a diferença sobe para 71,4% de uma população não branca na região em questão.

<sup>35</sup> Ver SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura das Cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: Edufimt, 1995.

A seguir apresentam-se os dados quantitativos que se referem às freguesias urbanas que compunham a cidade de Cuiabá.

**Quadro 2 - População da Freguesia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1872**

Condição	Sexo	Branco	Pardo <sup>36</sup>	Preto	Caboclo	Total
Livres	Masc.	2.174	2.171	918	162	5.425
	Fem.	1.689	1.920	576	49	4.234
<b>Subtotal</b>		3.836	4.091	1.494	211	9.659
Escravos	Masc.	-	303	442	-	745
	Fem.	-	223	426	-	649
<b>Subtotal</b>		-	526	868	-	1.394
<b>TOTAL</b>	-	3.863	4.617	2.362	211	11.053

Fonte: Recenseamento de 1872.

**Quadro 3- População da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – 1872**

Condição	Sexo	Branco	Pardo	Preto	Caboclo	Total
Livres	Masc.	506	503	895	671	2.575
	Fem.	369	579	573	773	2.294
<b>Subtotal</b>		875	1.082	1.468	1.444	4869
Escravos	Masc.	-	44	93	-	137
	Fem.	-	50	103	-	153
<b>Subtotal</b>		-	94	196	-	290
<b>TOTAL</b>	-	875	1.176	1.664	1.444	5.159

Fonte: Recenseamento de 1872.

**Quadro 4 - Porcentagem do quadro geral da população considerada livre segundo raça nas freguesias que constituíam o Município de Cuyabá de acordo com o Recenseamento de 1872**

Freguesias	Raça				Raça			
	Homens				Mulheres			
	Branco	Prados	Pretos	Caboclos	Branca	Parda	Pretas	Caboclas
Senhor Bom Jesus de Cuiabá	13	13	5,4	0,9	11	12,6	3,7	0,3
S. Gonçalo de Pedro II	3	3	5,3	4	2,4	3,8	3,7	5
N. S. da Guia	1	4,4	0,5	1,1	1,2	5,2	0,5	1,3
N. S. do Livramento	5	3,6	1,2	1,1	5,6	3,4	1,4	1,2
<b>Cuyabá</b> Santo Antonio do Rio Abaixo	5,3	7,3	0,9	0,1	5,4	7,1	0,7	0,1
N. S. da Sant'Anna do Sacramento da Chapada	1,2	3,1	0,5	0,7	1,6	3	0,5	0,8

<sup>36</sup> Siqueira (2000) utiliza o termo mestiço, contudo, no Recenseamento de 1872, as categorias utilizadas são: brancos, pardos, pretos e caboclos para as mulheres são brancas, pardas, pretas e caboclas.

N. S. das Brotas	1,6	6,4	1	5,3	2	7,4	1,3	6,3
<b>TOTAL</b>	30,3	40,9	15,2	13,5	29,6	42,8	12,1	15,2

Fonte: Recenseamento de 1872.

**Quadro 5 - Porcentagem total do quadro geral da população considerada livre segundo raça do Município de Cuiabá de acordo com o Recenseamento de 1872**

Cuiabá	Raça				
	Branços	Prados	Pretos	Caboclos	Total
	29,9	41,8	13,7	14,3	99,7

Fonte: Recenseamento de 1872.

Os quadros acima também foram construídos a partir das informações contidas no Recenseamento de 1872. Os números revelam a quantidade de habitantes presentes nas freguesias que constituíam o município de Cuiabá naquela ocasião. Nesse sentido, os dados apresentados corroboram as questões encaminhadas por Silva (1995) a respeito de uma massiva população mestiça e negra, na gênese da constituição da população mato-grossense.

A esse respeito, assinala-se que no Quadro 4, no cômputo geral, confirmou-se que a população mestiça e/ou não branca no município de Cuiabá era constituída de 69,8%, aproximando-se dos 71,4% do total de habitantes da Província. Se levarmos em consideração somente a parte urbana do município de Cuiabá, veremos que a população não branca corresponde a 70,7%. Logo, observa-se uma sintonia nos números apresentados em relação ao cômputo da província, do município de Cuiabá incluindo suas freguesias e, por último, da sede urbana de Cuiabá.

Seguindo com a análise, ainda sobre os números apresentados pelo recenseamento de 1872, nota-se que os brancos (tanto homens quanto mulheres), conforme Quadro 4, constituíam maioria na população e, conforme os dados levantados no referido censo, somente na Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, nas demais, homens pardos e mulheres pardas estavam representados em número superior aos de homens brancos e mulheres brancas.

Para finalizar as argumentações que registram uma superioridade da população negra em Mato Grosso, alude-se ao recenseamento de 1890. Destaca-se que só foi possível realizar um exame mais detalhado sobre representatividade da população, em relação à raça, na área urbana do município cuiabano. Ressalta-se, também, que os dados neste censo não possuem a riqueza como nos moldes do censo de 1872. Nesse sentido, observa-se apenas os dados

relativos à parte urbana da capital, a qual era composta pelas Freguesia da Sé (antiga Freguesia Senhor Bom Jesus de Cuiabá) e da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II.

Além dos dados referendados no Recenseamento de 1872, estes também podem ser confirmados em Miranda (2010), que após analisar os dados no referido censo confirma que, em relação à categoria raça, na Freguesia da Sé, 51% da população era parda, 30% branca e, 19% preta. Conforme a autora, na Freguesia de São Gonçalo havia “o predomínio da população parda, representando 57% da população, 29% de brancos e 14% de pretos (p. 49). Sobre esses dados, Miranda ainda ratifica que “a população cuiabana é formada, majoritariamente, de negros, considerando pretos e pardos (idem). Assinala-se, também, que os mesmos dados apresentados por Miranda já haviam sido arrolados por Gomes (2009, p. 34).

#### **1.4.4 O cotidiano de pretos e pardos na cidade de Cuiabá**

Como o cotidiano de pretos e pardos, neste estudo, desenrola-se na cidade de Cuiabá, passamos a situar a cidade como espaço da tessitura das vivências destes sujeitos. Desse modo, Pinho (2007) a concebe como cidade fundada no período setecentista por ocasião da descoberta do ouro e que, em fins do Século XIX, era uma cidade com uma população urbana de pouco mais de 9.000 habitantes. Por sua vez, Volpato (1993) destaca que a cidade de Cuiabá situava-se em um pequeno vale formado por morros de elevação modesta, cercada por córregos, sendo o principal deles o ribeirão da Prainha que, correndo no leito daquele vale, ia jogar suas águas no rio Cuiabá (p. 26-27). Conforme Volpato:

Em meados do século XIX, a cidade era constituída por [...] dois pólos, suas únicas freguesias urbanas: a Sé, formada pelo núcleo central, e a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – o Porto. Ficavam a uma distância de meia légua uma da outra e eram ligadas pelo córrego da Prainha. Este correndo defronte os morros do Rosário e do Bom Despacho, colocava-se quase como o limite da cidade, com um bairro a sua margem esquerda – o Mundéu. (VOLPATO, 1993, p. 27)

Para a autora, os morros do Rosário e do Bom Despacho eram elevações abruptas que detinham o avanço do povoamento. Conforme Volpato (1993), até 1850, as ruas da cidade de Cuiabá eram conhecidas de acordo com a designação popular,<sup>37</sup> e ainda não haviam

---

<sup>37</sup> No Censo de 1890 ainda conservava-se alguns nomes com designação popular, como: A Rua do Rozario, Rua de São Benedicto, Rua da Emancipação, Rua da Misericórdia, Rua dos Prazeres, Rua da Caridade, Rua do Areão, Rua do Cemitério, Rua da Victoria, Rua dos Afflictos.

recebido os nomes oficiais, assim, as ruas mais importantes eram as ruas: de Baixo, do Meio e de Cima e, “A partir do largo da matriz, a Rua de Baixo prosseguia com o nome de Caminho do Porto, chegando até a beira do rio (p. 27). Quanto aos nomes advindos da designação popular, Pinho (2007) destaca que aquelas “palavras da cidade” [grifo da autora], de um período anterior, encontravam-se com outras, batizadas em período recente e que aludiam a fatos, acontecimentos e a pessoas que se desejava personificar, a exemplo da Rua Barão de Melgaço, 13 de Junho, Comandante Antônio Maria, Rua 7 de Setembro, Travessa Voluntários da Pátria e outros. (p. 34)

Sobre as freguesias que compunham Cuiabá, Volpato assim descreve:

A Freguesia da Sé compreendia todo o núcleo central da cidade e em sua jurisdição ficavam os principais prédios públicos: igrejas e logradouros. O largo da Sé ou da Matriz situava-se em frente à igreja e defronte a ele, do outro lado, ficava a Câmara, com a cadeia no andar térreo. Ao lado esquerdo da matriz estava o largo do Palácio, em frente ao prédio que abrigava a residência dos presidentes de Província e a sede do Governo Provincial. Além da matriz, da casa da Câmara e do Palácio do Governo, ainda se localizavam, nesses dois largos, os prédios da Tesouraria, do Correio, do Comando das Armas. (VOLPATO, 1993, p. 27)

Os prédios públicos, na visão da autora, eram deficitários e muitos necessitavam de reformas e ampliação, outros deveriam ser substituídos. Volpato também apresenta as igrejas, as quais destaca serem construídas, durante o Século XVIII, na época da mineração. Conforme a autora, nenhuma delas evidenciava opulência, muito embora fossem ornadas com aquilo que de melhor houvesse na terra, e “estavam muito longe de poder se comparar com suas contemporâneas igrejas barrocas de Minas Gerais” (p. 29). Desse modo, vários morros localizados na cidade possuíam uma igreja. A igreja de Nossa Senhora do Rosário localizava-se no morro do Rosário (sediava a irmandade de São Benedito, pertencente aos negros), no morro do Bom Despacho, localizava-se a igreja Nossa Senhora do Bom Despacho. No morro da Boa Morte, encontrava-se a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (também possuía sua irmandade). Outras se localizavam em locais baixos, sendo a igreja de Nosso Senhor dos Passos na Prainha, uma capela dedicada a Imaculada Conceição, localizada na Santa Casa da Misericórdia, e a igreja de São Gonçalo, localizada na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II. (ibidem)

As praças públicas, os demais logradouros e prédios públicos constituíam-se como espaços desprovidos de atrativos, nesse sentido, a autora salientou que até os anos de 1850 esses espaços eram chamados apenas de largos e existiam, além do da Matriz e do Palácio, o

da Boa Morte o do Ipiranga, o do Arsenal de Guerra, de São Gonçalo e do Ourique. No do Ourique estava instalada a forca, que naquela época, conforme Volpato, encontrava-se desativada.

Ainda de acordo com a autora, fazia ainda parte da cidade os seus arredores: a Mandioca, o Baú, o Lavapés e o Mundéu, integrados ao núcleo central; o Barbado, o Coxipó, São Gonçalo Velho, que eram distritos mais distantes. De acordo com Volpato, além das freguesias urbanas (Sé e Pedro II), compunham também o termo de Cuiabá as freguesias rurais: Nossa Senhora das Brotas (transferida em 1864 para a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima), Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Livramento, Santana da Chapada dos Guimarães. Núcleos surgidos, segundo Volpato (1993), durante o século XVIII, e, em meados da centúria seguinte, e tinham suas vidas ligadas à pecuária e a agricultura, sendo responsáveis pelo abastecimento de Cuiabá.

#### 1.4.5 A vida cultural em Cuiabá

Siqueira (2000) apresentou um universo cultural para o homem livre e pobre, e ressaltou o universo cultural das elites na cidade de Cuiabá, no final do Século XIX. Conforme observações dessa autora, havia diferenças entre o espaço cotidiano ocupado pelos sujeitos que representavam esses dois universos. Os pobres e livres, conforme Volpato (1993), ocupavam os espaços urbanos, e seus arredores, principalmente, as ruas próximas ao largo da Mandioca, a região do Mundéu, onde se situava a Santa Casa de Misericórdia, e a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – o Porto.

Sobre o universo cultural do homem livre e pobre, recorreu-se aos jornais da época, com o intuito de tentar compreender as possibilidades de qual e/ou como se apresentava o universo vivenciado e/ou ocupado por este. Todavia, encontraram-se apenas sínteses, as quais foram evidenciadas nos anúncios de fugidos que sabiam dançar ou gostavam de folguedos. Outras possibilidades eram os festejos santos realizados na cidade, tais como: festa de *os Congos, tabaques, Corpus Christi, do Espírito Santo, dos Pequenos, de São Benedito, na Igreja da Boa Morte*.<sup>38</sup>

No jornal *O Matto-Grosso* (11-10-1863, nº 37, p. 4) noticiou-se que “na Freguesia de Santo Antonio do Rio Abaixo” havia fugido:

---

<sup>38</sup> Conforme *A Província de Matto Grosso* (06-07-1879, ano I, nº 27, p. 2), D. Mariana, esposa do pardo João Sant'Iago Arinos havia sido eleita Juíza para os festejos de São Benedito da igreja da Boa Morte.

Em fim de agosto um escravo de nome Roberto, creoulo desta Provincia, alto, corpo regular, boa figura, gosta de **beber caxaça, dansar e cantar corurú (grifo meu)**: quem prender o dito escravo ou levar apadrinhado no Engenho do dito ou na Rua Augusta casa n° 12 será gratificado com 50\$000 reis querendo. (O MATTO GROSSO, 1863, p. 4).

Logo, “beber caxaça, dansar e cantar corurú” e “os congos” estava circunscrito aos lugares ocupados pela classe de livres, pobres e/ou fugidos<sup>39</sup>/escravizados. Volpato (1993), ao referir-se à vida em comum destes, em Cuiabá, destaca que, pelo alto índice de atritos que ocorriam em reuniões, festas, funções, divertimentos, batuques, que as autoridades viam esses momentos como espaços de brigas e, por isso, deveriam ser evitados ao máximo. Segundo a autora, tais festas só poderiam ocorrer com o consentimento das autoridades. Sobre os cururus, Volpato destacou que esta era uma manifestação cultural típica das pessoas de Cuiabá, “o cururu era visto com desprezo pela classe dominante<sup>40</sup>, que o criticava enquanto dança e buscava impedir sua realização, por considerá-lo como manifestação própria das classes mais baixas e [...] motivador de brigas e disputas.” (p. 205).

Tanto Roberto quanto Antonio procuram, conforme os anúncios sobre suas fugas, os lugares de vivências em comum de livres e pobres. No caso de Antonio, infere-se que o mesmo pode ter sido acolhido, visto o longo tempo em que este já se encontrava fugido. Outro aspecto importante era a qualificação de Antonio, além de “falla (sic) bem”. Conforme o anúncio, Antonio possuía as qualificações de seleiro, pedreiro e carpinteiro.

Há **oito annos** fugio do abaixo assignado um escravo de nome Antonio, africano, maior de 40 annos, **de boa estatura**, dentes abertos e são, pouca barba, olhos pequenos, feição disfarçada, **falla bem, tem officio de seleiro, carpinteiro e pedreiro, bebe agoardente e gosta de dançar baile do congo** [grifos meus]. A ultima noticia que se teve, é que fora visto na Villa de Diamantino, como já foi uma vez ali capturado, podendo bem ser que esteja vagando por lá. (O LIBERAL, 1870, p. 4)

O que levava o escravizado a retornar a Villa de Diamantino, se o haviam capturado certa vez? Seria o gosto pelo baile do congo? Seus préstimos eram bem recebidos ali? Esse conjunto de préstimos poderia fazê-lo ganhar a simpatia dos moradores e, por conseguinte, a

<sup>39</sup> Conforme *A Situação* (20-01-1876, ano IX, n.º 530, p. 03), “Um embaixador preso. – No dia 16 do corrente quando dançava os congos, interveio a policia e prendeu o Embaixador congo na occasião em que elle apresentava a sua mensagem ao rei: era um escravo que estava fugido á mais de duas semanas”.

<sup>40</sup> Nesse sentido, ver *Noticiador Cuiabano* (20-11-1857, ano?, n.º 31, p. 04; e 27-12-1857, ano?, n.º 34, p.), na coluna “Parte Policial”. No primeiro número, havia sido preso Miguel Jeronimo por estar fazendo um brinquedo de curru sem licença, e, no segundo número, foram presos os paisanos Manoel Francisco da Silva, Francisco Geronimo de Carvalho, Constantino Ferreira Soares, Joaquim José de Santa Anna, Benedicto Pinto, Felisardo da Silva Campos, Silvano da Silva, Thomaz de Aquino e Beatris de Tal “por estarem fazendo função de Cururu sem licença” e soltos no dia seguinte.

solidariedade em não denunciá-lo como fugitivo?

Assim como Antonio, registraram-se os casos de Sabino e de Henrique.<sup>41</sup> Sabino tinha como ofício “sapateiro e havia sido visto na Vila do Rosario [...] e que ali ajustara como camarada d’um homem morador na cidade de São Luiz de Careces e para lá forão” (idem). Quanto a Henrique, este era tropeiro e diferente de Sabino e Antonio, “dizia-se forro” e, conforme o anúncio, pretendia sair “fora da” (sic) província. Uma questão a ser abordada é a quantidade de tempo em que Antonio e Sabino encontravam-se fugidos, passavam-se já oito anos. Talvez a qualificação destes oportunizasse a ambos ajustarem-se como camaradas pelas regiões onde andavam. Sobre o escravizado Sabino, isto era fato, tal qual informava seu senhor, de que este se ajustara como camarada de um homem na cidade de São Luiz de Cáreces.

Desse modo, Volpato (1993) salienta que apesar do intenso controle e das prisões insistentes por esse motivo, os cururus continuavam acontecendo, reunindo em seus folguedos pessoas pobres e escravos. (p. 205)

Siqueira (2000) destaca que os integrantes da elite, a partir de 1870, encaminharam o projeto para um Mato Grosso moderno. De acordo com a autora, fazia parte desse grupo os dirigentes político-administrativos, Presidentes da Província, seus assessores, Deputados, Magistrados, o segmento ligado à burocracia provincial e municipal, os profissionais liberais, os grandes proprietários e comerciantes.

Aliado a esse universo estava a imprensa. O auge da imprensa foi conferido por Siqueira entre os anos de 1870 e 1880, desse modo, a autora enfatizou que mais de 40 periódicos foram editados em Mato Grosso até 1889, sendo que a maioria estava circunscrita a Cuiabá. Não somente na capital, “mas também em outras cidades que receberam o influxo da abertura da navegação pelo Paraguai – Corumbá, Cáceres.” (p. 90)

Nesse ínterim, algumas associações culturais surgiram em Cuiabá. Entre elas estava a Sociedade<sup>42</sup> Dramática Particular “Amor à Arte”<sup>43</sup> que, conforme o jornal *A Província de Matto Grosso* (ano I, n. 32, 10-08-1879, p. 4), havia sido fundada em 11 de agosto de 1877. A assertiva encontra respaldo no anúncio que registrava o “dia 11 do corrente”, como

<sup>41</sup> Ver *O Liberal* de 16-02-1879, ano III, n.º 387, p. 4.

<sup>42</sup> Conforme *A Província de Matto Grosso* (23-02-1879, ano I, nº8, p. 3), a Sociedade de Amor a Arte levava a “scena” o drama *Gaspar e o Serralheiro* e a muito chistosa comédia *O Matuto na Corte*.

<sup>43</sup> Conforme Siqueira (2000, p. 89-100), entre as 23 pessoas que integravam a Sociedade Dramática Particular Amor e Arte estava o pardo José Corrêa Ribeiro, 52 anos, calafate, parda, e de nacionalidade portuguesa Sabia ler e residia na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, conforme o Recenseamento de 1890 (p. 55).



segundo aniversário daquela sociedade,<sup>44</sup> o anúncio ainda destacou que se levava à cena o drama em “4 actos” intitulado *O Poder do Ouro* e a comédia, em “um acto”, *Verduras da Mocidade*. Alertava-se o público que “Por ser muito grande o espetáculo principiará as 7 ½ da noite.” (A PROVINCIA DE MATTO GROSSO, 1879, p. 04)

Também estava presente, nas páginas do jornal *A Provincia de Matto Grosso* (13-07-1884, ano VI, n. 289, p. 2), referências à Sociedade Terpsichore Cuyabana,<sup>45</sup> assim, o periódico anunciava a programação da dita Sociedade para o dia 19 de julho daquele ano. Sobre a programação conferia-se o seguinte:

1ª parte – Ocupara a tribuna, o 1º orador, capitão Caetano Manoel de Faria Albuquerque, que dissertará sobre a these: *Os Grachos*. 2ª parte – *Norma* pela Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Adelaide – digna filha do Exm. Snr. desembargador Firmo de Mattos. *Fluer dès Alpes* pela Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Constança Novis. *Um baile de mascaras*, ária cantada ao piano pela Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Adelaide Albuquerque. *Hynno Nacional* de Gotshalk pela Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Eugenia Muniz. Finda a segunda parte terá começo a dança. Pede-se o comparecimento dos dignos sócios. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1884, p. 2)

A Sociedade Dramática Particular “Amor à Arte” continuava com suas atividades culturais. Na edição referenciada, anteriormente, de *A Provincia de Matto Grosso* foram apresentadas duas atas da Sociedade Dramática Particular “Amor à Arte”.<sup>46</sup> Na primeira reunião, discutiram sobre a permanência do Coronel Mello à frente da Presidência da Sociedade, e decidiram que uma comissão iria até a casa do mesmo para convencê-lo a permanecer no cargo, haja vista “os grandes e relevantíssimos serviços” que aquele teria prestado àquela sociedade. Desse modo, uma comissão foi levantada para desempenhar a tarefa de ir à residência do Coronel para dialogar sobre a proposta. Fizeram parte da comissão os “consórcios” Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, Tenente Coronel Thomaz de Miranda e o 1º Secretário Capitão Generoso Ponce.

Estêvão de Mendonça (1973 apud Siqueira 2000) salienta que o primeiro espetáculo da Sociedade Dramática Particular Amor à Arte havia sido realizado em “1º de julho

<sup>44</sup> Siqueira (2000) registra a data de 23 de maio de 1877 como data da instalação da Sociedade Dramática Amor à Arte. A autora assinala que a diretoria desta sociedade era composta por Comendador Henrique José Vieira – Presidente, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado – Vice-Presidente, Generoso Pais Leme se Souza Ponce – 1º Secretário, Vital de Araujo – 2º Secretário, José Eulalio de Melo Guimarães – Tesoureiro, Rafael Verlangieri e Idelfonso de Almeida Pitaluga – Procuradores, Dr. Medardo Rivani – Diretor de Cena.

<sup>45</sup> Conforme Siqueira (2000), partindo do olhar de viajantes, essa sociedade era composta por pessoas de tez clara.

<sup>46</sup> Conforme o cruzamento de dados entre o constante no jornal *A Provinica de Matto Grosso* (13-07-1884, ano VI, n. 289, p. 4) e o recenseamento de 1890, ressalta-se que esta Sociedade era composta por pardos e brancos, como no caso do Dr. Dormevil Malhado e de Custodio Alves Ferreira.

seguinte”, levando à cena as comédias *A Torre*, em concurso, e *O Novo Otelo*. Para Siqueira, “no teatro dessa Companhia – criada por e para as elites, que em seus camarotes assistiam aos espetáculos, as representações eram feitas apenas para os associados, sendo vedado aos não sócios transitar no recinto durante as sessões artísticas” (p. 92). Nesse sentido, atenta-se para os anúncios veiculados n’*A Província de Matto-Grosso* (31-08-1879, ano I, n.º 35, p. 4). O primeiro anúncio convidava os sócios da S. D. P. “Amor à Arte” para comparecerem na “Quarta-feira, 3 do vindouro, as 3 horas da tarde (em que) haverá sorteio dos camarotes para o espetáculo do dia 7” (*A PROVINCIA DE MATTO GROSSO*, 1879, p. 4). Advertia-se que para que não houvesse reclamações pedia-se o comparecimento de todos os senhores sócios. O segundo anúncio informava a programação da Sociedade para o dia 7 de setembro de 1879. Que “Domingo, 7 de Setembro, [...] haveria [...] espetáculo em grande gala, levando-se a scena os ‘Pupilos do Escravos’<sup>47</sup> comédia em ‘3 actos’. Principiará as 7 ½ da noite.” (idem).

Em 8 de novembro de 1887, conforme *A Província de Mato* (18-11-1887, ano IX, n 462, p. 1), a Sociedade “Amor à Arte” havia proporcionado ao público da capital uma agradável noite levando “à scena” no teatro São João, as comédias – *O Ultimo Figurinho, casar para morrer e dois atraz de uma*. A segunda comédia manteve os espectadores em constante gargalhada. Informava também que para aquela sessão muito havia concorrido, “o bom desempenho que teve por parte dos amadores da arte” (*A PROVINCIA DE MATO GROSSO*, 1887, p. 1). A exemplo, evidenciou-se a atuação da “Exm. Srª D. Maria Francisca de Sampaio que revelou dotes artísticos bem pronunciados, interpretando com alma o papel de filha obediente.” (idem)

Conforme Siqueira (2000), outros espaços culturais foram criados. Em outubro de 1879, uma empresa teatral foi criada na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, sob a

---

<sup>47</sup> Ver ALKMIM, Tania Maria. *Português de escravos brasileiros: bases para seu estudo*. Disponível em: <http://cla.cu/simposio/descarregar.php?d=1211>. Acesso em 07 jan. 2016. “Trata-se de uma ingênua comédia de costumes, passada no Rio de Janeiro, que relata as vicissitudes de dois irmãos, Laura e Júlio, empobrecidos após a morte do pai, sustentados pelo trabalho de Caetano, um velho escravo da família. Caetano, um africano de idade avançada, é um ‘negro de ganho’: fabrica e vende escovas e vassouras pelas ruas da cidade, além de cuidar, paternalmente, dos dois jovens, a ele confiados pelo pai no leito de morte. Quase uma exceção na produção literária da época, essa peça põe em ação um africano que não fala como um branco, sua fala contrasta fortemente com a dos outros personagens, todos brancos: é marcadamente recheada de erros. A caracterização de Caetano não escapa ao estereótipo do escravo fiel, ao mesmo tempo ingênuo e astuto, tão próprio desse período. Claramente, ao por em destaque a fala ‘estropiada’ de um escravo, o autor não só busca obter efeitos cômicos como também construir uma empatia em torno do sofrido Caetano. Que interesse tem a fala do personagem Caetano, um velho escravo africano? De um lado, vemos exposta a visão do africano como um representante da ‘infância da humanidade’. Caetano fala como uma criança, e, como esta, comete erros, sendo ao mesmo tempo, inocente e sagaz – embora fosse um idoso, encarregado de educar e garantir, ao longo de anos, a sobrevivência de dois jovens, que não trabalhavam. De outro lado, as marcas lingüísticas presentes na fala do personagem, algumas recorrentes e sistemáticas, parecem testemunhar um aspecto da realidade lingüística da época: a fala “desviante “de um escravo africano, no Brasil do século XIX.” (s/d. p. 1).

denominação de Progresso Cuiabano. Também foi criado o Clube Literário, em 14 de março de 1882, o qual entre nomes ilustres contava com a presença do médico Dormevil José Malhado dos Santos, que, como salienta a autora, dirigiu a Instrução Pública, no final da década de 1870, evidenciando a estreita relação entre arte/educação e o universo cultural das elites.

Assinala-se que nem todas as pessoas tinham acesso a estes espaços culturais, nesse sentido, salienta-se que, sob o título de “Pedido Justo”, foi publicada, em *A Província de Matto Grosso* (21-08-1887, ano IX, n. ° 450, p. 04), uma nota que punha em evidência a Rua 27 de Dezembro, esquina com a Travessa da Assembléa.

A esse respeito, a partir desta nota, infere-se que “a esquina” da Rua 27 de Dezembro com a Travessa da Assembléa possibilitava aos escravizados reunirem-se para a diversão, diversão ao seu modo, bebidas, gargalhadas e falar o que viesse a cabeça. Tal interpretação pode ser considerada, haja vista que a publicação foi encomendada em nomes de moradores da referida rua, pedindo que o “Sr. Dr. Chefe de policia” lançasse seu olhar para a Rua 27 de Dezembro, esquina da Travessa da Assembléa (sic), onde constantemente juntavam-se “escravos e moleques” armados e embriagados para falarem imoralidades, não atendendo e nem respeitando moradores daquela localidade.

Atenta-se que tanto Volpato (1993) quanto Siqueira (2000) desenvolvem em suas teses aspectos que retratavam a construção dos espaços sociais para livres pobres e para a elite. Todavia, assinala-se que a cor nesses dois trabalhos parece ignorada, nos trabalhos dessas autoras sobressai à construção de um olhar sobre a condição de livre e/ou escravizado ou a questão de classe – pobres e a elite. Ressalta-se que a construção de diversos quadros através do cruzamento de dados, permitiu perceber que tanto pretos quanto pardos participavam desses diversos espaços sociais, sobretudo, naqueles que poderíamos considerar da elite. É o caso das Sociedades culturais, dos partidos políticos, da ocupação em cargos públicos, como proprietários de imóveis e/ou de casas de comércio. O cruzamento de dados permite, ainda, perceber que estes iam aos jornais, escreviam sobre uma determinada demanda, escreviam para defender-se e/ou responder a uma provocação, e/ou atuavam como redatores de diversos jornais<sup>48</sup>. Houve até libertos que utilizaram do espaço jornalístico para expressar seu contentamento ao receber a sua carta de liberdade. Sobre a percepção da presença de pretos e pardos em diversos espaços sociais será tratado detalhadamente no

---

<sup>48</sup> É o caso do Capitão Laureano Xavier da Silva que atuou como redator e editor de *O Noticiador Cuiabano*, em 1857, Custódio Alves Ferreira redator e proprietário de *A Tribuna*, Thomé Ribeiro de Siqueira colaborador em *O Porvir*, em 1877, e Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, redator de *O Liberal*, em 1877.

segundo capítulo desta tese.

### 1.5 Escravidão em Mato Grosso e Cuiabá

Eu rezei por vinte anos,  
mas não recebi nenhuma resposta,  
até que rezei com minhas pernas.  
(Frederick Douglass – Escravo fugitivo)

No início deste capítulo, recorreu-se a Assis (1988) para mostrar como o elemento negro esteve ligado às atividades econômicas na Província de Mato Grosso. Nessa seção, construir-se-á um olhar sobre as relações escravistas, na sociedade cuiabana, com vista aos acontecimentos que englobavam a província em questão. Nesse primeiro momento, para expor tais situações, recorre-se aos seguintes periódicos de época que noticiavam os acontecimentos daquele momento: *A Imprensa de Cuyaba, O Matto Grosso, A Provincia de Matto-Grosso, A Situação, e O Liberal*.

Sobre as situações pontuadas nesse estudo, assinala-se que elas foram exemplarmente noticiadas nesses periódicos e, todavia, ao observar os anúncios publicados, assinala-se que estes serviram fielmente ao sistema de escravidão. O único periódico que se colocou contra tal sistema foi o jornal *A Republica*, que, logo em sua primeira edição, datada de 3 de maio de 1883, assinalava que não receberia “em suas columnas annuncio algum que verse sobre escravos; quer fugidos, quer para compra e venda, ou editaes judiciários” (p. 02). Os demais o fizeram. Alguns dos periódicos repetiam a mesma notícia diversas vezes nas sequências de suas edições.

Tratar-se-á primeiro das fugas. Conforme Rosa (2008. p. 28-29), assinala-se que as fugas constituíram-se como uma das formas de resistir ou negar a escravidão. Ao recorrer aos periódicos mato-grossenses, observou-se que esta foi a forma a qual os escravizados mais recorreram para negar a situação que lhes fora imposta.

A esse respeito, salienta-se que foram computadas cerca de 50 fugas, ocorridas e anunciadas, entre as datas de 05 de julho de 1863 e 03 de abril de 1881. Infere-se que esse número poderia ser ainda maior, caso houvesse a possibilidade de acessar e consultar todas as edições dos jornais elencados acima. Sobre a impossibilidade de acessar todas as edições desses periódicos, cita-se, como exemplo, o jornal *O Liberal* do qual, do ano de 1873, foram encontradas apenas sete edições, enquanto que para os anos 1877 e 1879 encontrou-se apenas 4 edições para cada ano. Para que se tivesse uma amostra fiel do número de fugas

engendradas na ocasião, seria necessária a existência de 55 edições para cada ano. Desse modo, destaca-se que o máximo<sup>49</sup> que foi possível encontrar em relação ao jornal *O Liberal* foram 40 edições para o anos de 1874, 34 para 1875 e 31 para 1878. Assim, considera-se o número de fugas referenciado neste trabalho um dado relevante por expor uma das formas de protesto contra a escravidão ocorrida com maior frequência na cidade de Cuiabá e seus arredores.

Sobre a prática do anúncio para recuperação de fugidos nos periódicos mato-grossenses, observou-se, como dito anteriormente, que entre eles havia uma exceção, é o caso do jornal *A República*. Os demais serviam ao sistema escravocrata no sentido de dar vazão as suas ideias, muito embora, em muitos deles, circulassem ideias progressistas, citando como exemplo *O Liberal*.

É importante destacar que as notícias por fugas se davam tanto por anúncios em jornais, encomendados pelos senhores proprietários de escravizados, como pelas notícias veiculadas na coluna “Noticiário”, advindas da “repartição da policia”, sobre o movimento das prisões efetuadas na “semana proxima passada”. Usualmente, foram esses dois espaços que, presentes nos periódicos de época, responderam sobre as questões relacionadas às fugas. Em relação à compra e arremates, os editais responsabilizaram-se em noticiar.

A respeito das análises sobre as fugas, considera-se que estas ocorreram entre escravizados de todas as idades. Ver-se livre do julgo dos senhores, a nosso ver, parecia o desejo de infantes, adolescentes e adultos escravizados conforme os anúncios nos jornais de época. Sobre essa situação, confirmou-se dois casos em que adolescentes escolheram a fuga como resposta ao cativeiro, assim, cita-se, como exemplo, a notícia da fuga de “Benedicto bem preto tendo de idade 12 annos”, veiculada em *A Imprensa de Cuyaba* (05-07-1863, ano V, nº 223, p. 04), de “Felizarda, cabra, de idade de 12 annos mais ou menos”, também ocorrida no mesmo ano e, também, noticiada no periódico *A Imprensa de Cuyaba* (10-09-1863, ano V, nº 243, p. 04), e, ainda, registrou-se um caso impetrado por um infante, que foi descrito da seguinte forma em *A Provincia de Matto-Grosso* (02-07-1879, ano I, nº 26, p. 4): “25\$000. Paga-se a quantia acima a quem levar a casa do abaixo assignado, a rua 7 de Setembro, nº 14 o escravo Antonio, pardo, [...] que [...] tem um signal de cicatriz no lado direito da cara, e 10 annos de idade”.

---

<sup>49</sup> Para *A Situação* encontrou-se a maior quantidade para o ano de 1875, num total de 30 edições, para *O Matto-Grosso* encontrou-se 40 edições para o ano de 1890 (o regime escravocrata não existia mais), quanto *A Imprensa de Cuiyabá* foram encontradas 53 (62 contanto os suplementos) para o ano de 1864, em relação *A Provincia de Mato Grosso* encontrou-se 51 edições para o ano de 1888.

Em *O Liberal* (11-06-1874, ano III, nº 143, p. 04), também se constatou o caso de Francisco, cabra, 9 anos de idade, e Virínia, parda, de 7 anos, que haviam fugido em companhia de sua mãe Joanna.

No anúncio a seguir, tanto Francisco quanto Virínia estão presentes, mas o que nos levou a reproduzir fielmente, tal qual consta em *O Liberal* (11-06-1884, ano III, n 143), foi a intenção de demonstrar a celeridade com que a fuga se deu. A família liderada pela mãe protagonizou a fuga após terem sido arrematados em um leilão no dia anterior. A descrição:

Fugirão na **noite de 7 do corrente** a escrava Joanna, cabra de 50 annos, tem o rosto muito estragado pelas bexigas, e é muito conhecida nesta capital conduzindo seus três filhos menores de nomes Eloy cabra de 12 annos, Francisco, cabra de 9 annos e Virginia, parda de 7 annos, pertencente ao Sr. Coronel Tenente Antonio Cesário de Figueredo, esses escravos forão da herança de José de Pinho Viegas, **arrematados no dia 6 deste mez** [grifo nosso] no juízo dos feitos da fazenda: gratifica-se a pessoa que delles der noticia ou aprehenderem entregando ao procurador João Guarim de Almeida, assim como protesta-se contra quem os acoutarem. Cuyaba, 9 de junho de 1874. O Procurador. (O LIBERAL, 1874, p. 4)

Chama-se a atenção aqui pelo pouco prazo de tempo em que permaneceram em poder de seu novo senhor, nesse sentido, assinala-se que Chalhoub (1990) alerta para uma possibilidade do escravizado/escravizada escolher a quem servir ou escolher não servir a ninguém (p. 80). No caso acima relatado, observou-se que a fuga deu-se no dia seguinte à compra de Joanna e seus filhos. Outro fato importante é que, conforme o anúncio, Joanna era conhecida na Capital e, possivelmente, como salienta Volpato (1993), esta poderia estar inserida numa rede de solidariedade e/ou de amizade nas cercanias por onde empreendeu a fuga. Conforme essa autora, havia uma interação entre livres pobres e escravizados, que muitas vezes compartilhavam dos mesmos espaços, diversões, manifestações religiosas e outros.

Ressaltamos que as fugas também podiam se dar em grupos e/ou ainda coletivamente, como fica explícito nos casos a seguir.

Valentim, crioulo de 40 anos, mais ou menos, de idade e Antonio africano, de 20 a 35 anos de idade, ambos vagavam na região de São Lourenço, onde foram vistos.<sup>50</sup> Também se registra o caso de Antonio e Theodora, fugido da região de Poconé.<sup>51</sup> No caso das fugas empreendidas coletivamente, explicita-se a seguir, a partir de um recorte retirado do jornal *O Mato Grosso* (18-10-1863, ano I, nº 38, p. 04), onde 7 escravizados empreenderam fuga:

<sup>50</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 01-05-1864, ano II, nº 17, p. 04.

<sup>51</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 11-06-1863, ano I, nº 24, p. 04.

## FUGIDAS

Do poder de José Luiz de Oliveira Machado, filho e herdeiro da finada D. Rosa Maria de Oliveria Machado, fugirão os escravos Januario crioulo, Rafael crioulo, Balbino crioulo, pedreiro, Estevão crioulo, Maria Benedicta cabra velha, Rufina e Julianinha crioulas pertencentes a herança da mesma finada: quem as apreender e entregar nesta Cidade ao procurador do anunciante, abaixo assigando terá 50\$ (sic) de gratificação por cada um assim como protesta-se contra quem os tiver acoutado. Louriano Xavier da Silva. (MATTO-GROSSO, 1863, p. 4)

Os anúncios veiculados nos periódicos correspondiam tanto sobre as fugas ocorridas na cidade de Cuiabá quanto sobre as ocorridas nas cidades e/ou freguesias vizinhas,<sup>52</sup> como no caso de Poconé, e de Santo Antonio do Rio Abaixo.

Outras vezes, fugiam a escrava mãe conduzindo filhos menores e/ou ainda carregando outro no ventre. Situação como esta pode ser encontrada em *A Provincia de Mato Grosso* (21-08-1887, ano IX, nº 450). É o caso de Benedicta, que teve a fuga anunciada e foi descrita como “alta, cabra, pescoço grosso” levando consigo “uma filha pequena e acha-se grávida.” (p. 4). Outro caso a ser exemplificado é o de Maria, de 25 anos de idade que, conforme *A Imprensa de Cuyaba* (17-09-1863, ano V, nº 244, p. 4), havia fugido levando consigo “uma cria de um ano e três meses”.

Fugiam por sedução. Nesse caso, depreende-se que esse tipo de fuga se dava em razão do desejo dos fugidos em construir suas vidas longe do cativo, como é o caso da “escrava Ignacia”, que fora levada pelo “preto Fabriciano”, que tinha como profissão carroceiro.<sup>53</sup> Na verdade, o anúncio sinalizava que esta se achava ainda fugida. Ofereciam uma quantia de 20\$000 pela captura de cada um e protestava-se com todo o rigor contra a “pessoa que os tiver a coutado”. (p. 04)

Aventou-se a possibilidade de ser a “sedução” também o motivo da fuga de Felizarda que, conforme anúncio registrado em *A Imprensa de Cuyabá* (10-09-1863, ano V, nº 243, p. 4):

[...] fugio há 5 ou 6 meses, a esta parte uma escrava de nome Felizarda, cabra, de idade de 12 annos mais ou menos, espigada, de feição cumprida, de olhos bastante vivos, bem falante e sabendo quase todos os préstimos indispensáveis para uma casa de família, durante este tempo apresentou-se voluntariamente por duas vezes ao seu cunhado o Sr. Antonio Luiz da Silva que mandou leval-a apadrinhada a sua mestra a Sr<sup>a</sup>. Rita Honorina de Jesus na rua da mandioca, na terceira fugida porem nada ate o presente consta a respeito d'ella. **Desconfia-se que por seducção, ou por aborrecimento da aprendizagem esteja acoutada n'alguma casa dessa cidade:**

<sup>52</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 11-06-1863, ano I, nº 24, p. 04, e 27-09-1863, ano I, nº 35, p. 04.

<sup>53</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* de 24-07-1887, ano IX, nº446, p. 05.

se alguém leval-a ainda mesmo apadrinhada, a casa do abaixo assignado, será bem gratificado, querendo – **Também a vende por preço razoavel**, [grifo nosso] e quem quiser compral-a dirija se ao mesmo abaixo assignado, que se acha para isso autorizado pelo mesmo Sr. Ferreira Velho. (LUIZ LEQUE)

Salienta-se que, na maioria das vezes, os casos das fugas se deram solitariamente/isoladamente e não havia uma idade certa pra fugir, como assinalou-se anteriormente, fugia-se na infância, na adolescência, na idade adulta e acima dos 50 anos de idade.

Fecha-se esta parte, que se refere às fugas, evidenciando que para além dos anúncios sobre fugidos, nos periódicos de época, havia outro meio de informar que estas haviam ocorrido, essas informações poderiam também ser prestadas na coluna denominada “Parte Policial”, nos referidos periódicos. Constatou-se a esse respeito, em *A Provincia de Matto-Grosso* (11-05-1879, ano I, n.º 19, p. 3), na coluna Parte Policial, onde se registrou que havia ocorrido entre 3 a 17 do mês de abril, daquele ano, 8 fugas de escravizados, sendo sete homens e uma mulher. Noticiou-se que estes foram recolhidos à “cadea pública” e, em seguida, foram postos em liberdade e/ou entregues aos seus senhores. A exemplo do escravizado Anacleto, que fora recolhido “por fugido” dia 6 de abril, posto em liberdade e entregue a sua senhora D. Eduviges, no dia 13. De Antonia que fora recolhida “por fugida” no dia 7 e entregue ao seu senhor Doutor José Antonio Murtinho, no dia 12 de abril.

Um aspecto importante a ser evidenciado, neste trabalho, é a qualificação que os escravizados possuíam. A esse respeito, levantou-se, através dos anúncios observados sobre fugidos, uma quantidade de 13 profissões<sup>54</sup> que, possivelmente, foram recorrentes de investimentos feitos pelos senhores em seus cativos. Nesse sentido, Peraro (1997) recorre ao recenseamento de 1872 e lista “35 profissões<sup>55</sup>”, que distribui entre os setores primários, secundário e terciário. Também se recorreu ao Recenseamento de 1872 e observou-se que os escravizados e escravizadas estavam inseridos numericamente nas seguintes profissões: 6 artistas, 12 marítimos, 11 pescadores, 194 costureiras, 10 em “metaes”, 29 em madeiras, 39

<sup>54</sup> Conforme *A Imprensa de Cuyaba* de 10-09-1863, ano V, n.º 243, p. 4, 14-07-1864, ano VI, n.º 287, p. 4, *A Situação* de 05-09-1869, ano II, n.º 49, p. 04, *O Liberal* de 25-12-1873, ano III, n. 120, p. 03, 16-02-1879, ano VIII, n. 387, p. 04, 30-04-1879, ano VIII, n.º 397, p. 04, *A Provincia de Mato-Grosso* de 24-07-1887, ano IX, n.º 446, p. 04, 11-09-1887, ano IX, n.º 453, p. 04.

<sup>55</sup> Conforme Peraro (1997, p. 141), ao consultar o Recenseamento de 1872, para as atividades primárias foram encontradas 4 profissões – agricultores, lavradores, pescadores e criadores; para as secundárias, 11 profissões – manufatureiros e fabricantes, costureiras, mineiros, marceneiros, ourives, pedreiros, seleiros, alfaiates, chapeleiros, sapateiros e pintores; para as terciárias, 20 profissões – profissionais liberais, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, igreja, clero secular, clero regular, administração civil, professores de letras, artistas, militares, marítimos, juristas e funcionários, comércio, comerciante, guarda-livros e caixeiros, criados e jornaleiros, serviço domésticos e outros serviços. Ainda havia os sem profissão.



em edificações, 1 em couros e peles, 7 de vestuários, 7 de calçados, 2.367 lavradores, 1.540 lavradoras, 71 criados e jornaleiros (mais 21 mulheres nesta função), 381 em serviços domésticos (mais 492 mulheres nesta mesma função), 6 em tecidos, e ainda 688 homens e 782 mulheres sem profissão.

Conforme o documento, entre os trabalhos desempenhados por escravizados e escravizadas, sobressaíam as atividades ligadas as profissões manuais e/ou mecânicas, profissões agrícolas e profissões assalariadas.

Assim como no Recenseamento de 1872, foi possível também observar a qualificação de escravizados e escravizadas nos anúncios presentes nos periódicos mato-grossenses daquela época. Salienta-se que, ao analisar os anúncios sobre os fugidos, observou-se que, a respeito das atividades desempenhadas por estes, sobressaíram os seguintes ofícios: os “próprios para pagens”, aquelas “sabendo quase todos os préstimos indispensáveis para uma casa de família”, o “official de sapateiro”, aquele que “sabe trabalhar com tropa, carro e serviço de roça”, o que sabia diversos ofícios como “de seleiro, carpinteiro e pedreiro”, ou ainda “tem ofício de pedreiro e é um pouco caixeiro”, aquelas que também sabiam vários ofícios como “engomma roupa, e cosinha sofrivelmente”, ofício de “carroceiro”, e/ou “vendedor de leite”.

Tratar do cotidiano escravista, sob a luz dos anúncios presentes nos jornais mato-grossenses, a partir de 1850, oportuniza-nos construir outros olhares sob outras perspectivas, no que diz respeito à escrita sobre o cotidiano da sociedade escravista, em Cuiabá. Nesse sentido, envereda-se, a seguir, por diversas situações em que o escravizado e/ou escravizada constituía-se como centro das atenções.

No percurso construído, a seguir, assinala-se que “os bens semoventes<sup>56</sup>” estiveram ligados a crimes, sofriam castigos e maus-tratos, trabalhavam, iam aos tribunais e/ou construíaam laços afetivos com livres, chegando a oficializar casamentos através da legalidade.<sup>57</sup> Do outro lado, nas vendas/compras, arremates e/ou aluguéis estavam senhores e senhoras buscando adquirir e/ou desfazer de um “bem”, o homem negro e/ou a mulher negra. É o que se constata, a seguir.

Em relação aos crimes ocorridos na ciranda da sociedade escravista cuiabana, consta a

---

<sup>56</sup> A situação, veiculado em 25-08-1869, ano II, n.º 46, p. 3, sobre uma carta que trata de um testamento/inventário e entre os bens encontrava-se um “semovente”, “Um escravo que no testamento ficou para servir a uma legatária por dez annos, e depois gozar de liberdade (aliaz liberdade perfeita) foi avaliado por 1.600\$000.” Conforme o Dicionário Brasileiro Globo (p. 562), SEMOVENTE, adj. E s. 2 gen. Diz-se do que anda ou se move por si.

<sup>57</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* de 09-10-1881, ano III, n.º 145, p. 03.

participação de escravizados em diversos crimes, como espancamento, por ferimentos graves, assassinatos e, também, em suicídios.

Inicia-se o relato sobre prisões a partir da publicação em *A Imprensa de Cuyaba* de (27-01-1865, ano VII, n.º 315, p. 02), na coluna denominada “Repartição da Policia”, em que se noticiou que “o **preto forro** de nome Alexandre Pinto [...] havia sido recolhido à cadeia publica por ordem do Delegado da Capital”, “por haver espancado a uma escrava”. No periódico *A Imprensa de Cuyaba* (10-12-1863, ano V, n.º 256), na coluna “Noticiario”, publicou-se os casos que haviam sidos julgados no dia 28 de novembro daquele ano, entre estes estava o de um escravo que havia sido absolvido do crime pelo qual foi acusado, tratava-se de “Manoel do Rosário, escravo da nação, por ferimentos graves em sua mulher” (p. 2).

Assinala-se que as prisões também poderiam se dar em casos como “por turbulentas”, “por embriaguez”, “por requisição do seu senhor”, “por desordens”, “por ébrio e turbulento” e outros.

Sobre suicídio,<sup>58</sup> observou-se a notícia em *A Imprensa de Cuyaba* (07-01-1864, ano VI, n.º 260), que tratava do suicídio do liberto Antonio Gomes da Silva que, em certa circunstancia, “deu termo de sua existência no dia 30 do passado (sic) enforcando-se com uma corda” (p. 1). Em *A Provincia de Mato-Grosso*, de (14-08-1887, ano IX, n.º 449), na coluna “Gazetilha”, observou-se também a notícia do suicídio de uma escrava, decorrente dos bárbaros castigos que recebia de sua senhora, sobre esse fato, a notícia reiterava que situações como esta já havia ocorrido anteriormente nesta residência, “pois já é o quarto escravo do Sr. Pinho, que se suicida por aquella causa” (p. 4). A esse respeito, Volpato (1993) assinala que, assim como em todo o lugar onde houve escravidão, em Cuiabá, a ocorrência de suicídios também foi elevada. Conforme a autora, a falta de um sistema de abastecimento de água na cidade fazia com que a maioria das casas tivesse cisternas, assim, “era principalmente atirando-se nelas que os escravos punham fim ao seu padecimento.” (p. 174)

Seguindo-se aos relatos da dureza na existência de escravizados e escravizadas nos Oitocentos na sociedade cuiabana, apresentar-se-ão casos em que os assassinatos de senhores, “procuradores” e feitores tornaram-se fato em Mato Grosso.

---

<sup>58</sup> Conforme o “Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto Grosso, pelo Presidente da Provincia General Dr. José de Miranda da Silva Reis, em 04 de outubro de 1872, informou-se a quantidade de suicídios ocorridos na Provincia e na Capital, de acordo com o relatório, no dia 11 de maio de 1871, o escravo Joaquim de João Baptista de Almeida suicidou-se com um tiro de espingarda. Em 15 de outubro, Benedicta escrava de Maria das Flores enforcou-se com uma corda de rede, na casa do Capitão José Mariano de Campos, na Rua da Mizericórdia na Capital. Em 29 de abril, Brazilina, escrava do tenente Antonio Moreira Serra, na Rua Vinte Sete de Dezembro, na cidade de Cuiabá, tentou suicidar-se atirando em um poço, de onde foi salva” (p. 21). O relatório informa ainda, uma considerável quantidade de números de mortos por afogamento em diversas regiões da Província.

Chalhoub (1990) lembrou-se das promessas de liberdades feitas em leito de morte, ou até mesmo promessa oral de liberdade. Sobre essa situação, o autor apresentou a história de Carlota, preta africana e com 50 anos de idade. Conforme Chalhoub, Manoel Talhão estava arrependido do negócio que havia feito, já que Carlota dizia-se livre. O comprador alegava que Manoel Viana, o réu e devedor, sabia que a escrava estava se comportando daquela forma e nada tentara fazer para convencê-la da legitimidade da transação que lhe dera um novo senhor. (p. 52)

De acordo com Chalhoub, foi o trecho final das declarações do réu Viana que mais lhe interessou. Carlota tinha o “costume” (grifo do autor) de se dizer livre. Chalhoub assinala ao referir a este caso que “sabemos pelo depoimento de outra testemunha, que a escrava não só se recusava a servir a Talhão, como vivia em gritarias pela casa e fugia sempre que possível”.

Nos estudos em curso, a história de Januario assemelha-se a de Carlota, no sentido de este ter recebido a liberdade em testamento e estar novamente sendo reduzido à escravidão. Segundo o inquérito, Januario lutou para manter a legalidade de sua liberdade assinalando que “Correo o pleito e seus tramites, por largo tempo”, assim pode-se inferir que, conforme o jornal *O Mato Grosso*, edições de 18-10-1863, ano I, n.º 38, p. 04, e de 01-11-1863, ano I, n.º 40, p. 04, a fuga de “Januario crioulo”, de “Rafael crioulo, pedreiro”, de “Estevão crioulo”, de “Maria Benedicta cabra velha”, e das crioulas “Rufina e Julianinha” havia ocorrido anos antes destas publicações. Nota-se que, de 1863 a 1873, passaram-se dez anos, ou seja, há dez anos Januario travou luta judicial para continuar livre, outra parte passou fugindo para não ser reduzido ao cativo.

Além da história de Carlota, destaca-se que Chalhoub (1990) evidencia também a história de Bonifácio e seus parceiros, Maria do Bonfim, Felicidade e outras. No cerne das questões apresentadas por este autor estava Veludo. A este respeito, salienta-se que o Tenente Coronel Laureano, assim como Veludo, exerceram papéis similares nas negociações de venda de escravizados e sofreram as consequências de seus atos. No caso acontecido em Cuiabá/MT, o Tenente Coronel Laureano pagou com a vida o resultado daquilo que havia feito a Januario e seus “comparsas”, e Veludo foi surrado com achas de madeira por um grupo de escravizados que esperavam pela transação de compra e venda na Corte.

Conforme os depoimentos relatados no inquérito e descritos pelo Promotor João Maria de Souza em dezembro de 1873, expõe-se a história de Januario, que pode ser caracterizada como longa e cheia de detalhes. Januario havia sido acusado de cúmplice no assassinato de um Tenente Coronel. Assinala-se que a notícia foi publicada, com o título de

“Denuncia”, em *O Liberal* (25-12-1873, ano III, n.º 120, p. 02-03), em que consta um resumo do inquérito sobre o assassinato do Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva. Nesse inquérito, Januario e José de Souza Canavarros, sobrinho de Francisco, foram apontados como cúmplices e a autoria do crime foi atribuída a Francisco de Souza Canavarros, tio de José.

Conforme os depoimentos, D. Rosa de Oliveira Machado, viúva de José de Oliveira Machado, havia deixado livre em testamento Januario e outros escravizados.<sup>59</sup> “Livre da sujeição do cativo, procurou Januario novo domicilio, passando a residir no Carandá, onde mais de 20 annos é conhecido” (O LIBERAL, 1873, p. 02). No entanto, salienta-se que o filho “da testadora” pretendia anular o testamento e reduzir à escravidão todos os libertos. A esse respeito, assinala-se que Januario e os seus parceiros<sup>60</sup> litigaram por muito tempo com o filho de D. Rosa.

Vale ressaltar que nesta ocasião encontrava-se em vigor a Lei de 28 de setembro de 1871, a “Lei do Ventre Livre”. A chamada Lei Rio Branco trouxe à luz, em seu Artigo 7º, questões que aludiam às “causas em favor da liberdade.” No §2º, destaca-se que “Haverá appellação ex-officio quando as decisões forem contrarias a liberdade”, nesse sentido, infere-se que talvez esteja neste inciso a questão do litígio, por muito tempo entre Januario, seus “protetores” e o filho de D. Rosa, em decidir sobre o retorno deste ao cativo.

Conforme se declara no inquérito, o Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva havia atuado em conjunto com o filho de D. Rosa e, vencido o processo, passou a capturar os reduzidos à escravidão. Os escravizados não se apresentaram e foram considerados “fugidos”, apenas Januario permaneceu em Carandá, passando a pertencer ao dito Tenente Coronel Laureano e, desse modo:

A liberdade que para Januario não havia sido simplesmente um sonho doirado, mas uma realidade, inspirou-lhe ódio concentrado contra a ideia do cativo, e fel-o attribuir a derrota que sofrera, nesse importante pleito à um concerto indecente e criminoso de Laureano com o seu patrono Jardim (auto da perg. a f. 17 e test. a f. 5 v.) Convicto pois de seu estado livre, e de ter sido victima de uma injustiça,

<sup>59</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 18-10-1863, ano I, n.º 38, p. 04 e de 01-11-1863, ano I, n.º 40, p. 04, os outros fugidos tratavam de “Rafael crioulo, pedreiro”, “Estevão crioulo”, “Maria Benedicta cabra velha”, “Rufina e Julianinha, crioulas pertencentes à finada” (O MATTO-GROSSO, 1863, p. 04). Conforme o inquérito, descrito em *O Liberal* (25-12-1873, ano III, n.º 120, p. 02-03), depreende-se que Januario e os demais estiveram fugidos por mais de 10 anos, uma vez que o acerto de contas só ocorreu em 1872, com o assassinato do Tenente Coronel Laureano.

<sup>60</sup> Conforme está relatado no inquérito, em (O LIBERAL, 1873, p. 02), Francisco Pereira de Moraes Jardim, “patrono dos réus”, defendeu Januario na luta para provar a liberdade e depois no processo em que Francisco de Souza Canavarros e Jose de Souza Canavarros, em conjunto com Januario, tornaram-se réus.

continuou Januario a illudir as diligencias que fazia seo novo senhor para captural-o, graças principalmente a mais decidida protecção de Francisco de Souza Canavarros e de seo sobrinho Jose de Souza Canavarros. (test. a f. 43 v, 101 v. e 107) (O LIBERAL, 1873, p. 2)

Laureano intensificou as buscas e, com o auxílio de amigos, no dia 3 de Janeiro do ano de 1872, Januario foi preso e levado para o sítio chamado Chimbuva, que pertencia ao Tenente Coronel Antonio Manoel da Silva Fontes. Lá foi recolhido a um quarto e metido no tronco.

Sobre o tormento de Januario no trajeto da casa de sua amasia Celestina até o local onde foi colocado recluso, os testemunhos de João de Arruda Pinto de Mattos (1ª test.<sup>a</sup>) e seu filho Ludgero de Arruda Pinto (2ª. test.<sup>a</sup>) assim afirmava:

Cahindo uma a uma todas as suas esperanças de liberdade, sentido as algemas do captivo arrocharem lhe os pulsos , apertando assim do logar e dos objectos de suas afeições, Januario devera sentir dor profunda, e o ódio que abafava em seo peito contra o seo novo senhor, seu injusto e tenaz perseguidor como o reputava, fel-o proferir palavras injuriosas, chamando-o *de negro, caburé, ladrão, e acrescentando que não o reconhecia como senhor e que tarde ou cedo quem mal fazia não podia esperar bem.* (grifo do autor) (1ª. e 2ª. test. a f. 56 e 105) (IBIDEM)

Nesse sentido, assinala-se que as notícias veiculadas nos periódicos mato-grossenses não aludiam à cor dos sujeitos, senão em situações onde fazia-se sobressair certa tensão e/ou repulsa aos crimes cometidos, por “libertos”, “pretos” e/ou “escravos”. Salienta-se que ao tratar da complexidade da cor nos Oitocentos, observou-se que nas notícias dadas sobre os crimes perpetuados por pessoas consideradas não negras, o máximo que “os textos” evidenciavam era a nacionalidade destas. No problema em questão, assinala-se conforme os improperios dirigidos por Januario ao Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva, este, era “um homem negro” e influente.<sup>61</sup> Januario referiu-se a ele como “negro, caburé” e negava-se a ser sua propriedade e “não o reconhecia como senhor”. Chalhoub (1990) analisa mais de meia dúzia de referência a libertos que possuíam escravos, assinala também que João José Reis registrou situações semelhantes em Salvador. Mesmo que casos como esses não fossem

<sup>61</sup> *O Liberal* (?-12-1871, ano II, n.º 119, p. 3) traz uma lista de eleitores para constituir a formação da mesa da junta de revisão de votantes da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Para tal feito convidava os eleitores e seus suplentes. Dos 21 eleitores, o Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva era 15º convidado. Obs.: neste periódico não existe a parte do cabeçalho impossibilitando aferir a data de publicação do mesmo. Referimos a esta edição como n.º 119 porque a Biblioteca Nacional assim o enumerou. Aventou-se que a edição de *O Liberal* fosse de dezembro por conta das datas explícitas em todas as publicações presentes na edição analisada. Ainda conforme *O Mato Grosso* de 18-10-1863, ano I, n.º 38, p. 04, o Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva atuava como “procurador” de escravos fugidos, este foi responsável por dois anúncios nesta edição, os quais foram repetidos em *O Mato Grosso* de 01-11-1863, ano I, n.º 40, p. 04.

extremamente comuns, eles testemunham que a propriedade escrava era bastante generalizada nas cidades, não sendo privilégio de brancos e ricos (p. 145). No caso do Tenente Coronel Laureano, infere-se não tratar-se de um alforriado, tendo em vista que os dados sustentam que a Província de Mato Grosso bem como a cidade de Cuiabá tinham uma população composta majoritariamente por cerca de 70% de negros.

Na noite de 5 de janeiro, Francisco de Souza Canavarros e Jose de Souza Canavarros, “protectores” de Januario, entraram em “scena” dispostos a arrancarem seu protegido das mãos de seu senhor “dirigirão-se para o sitio da Chimbava acompanhados por Manoel de Souza Canavarros com o fim de libertar da prisão Januario” (O LIBERAL, 1873, p. 02).

No sítio, os Canavarros indagaram Victor, escravo de Joaquim Pinto Guedes Jobim, onde estava Januario, talvez seduzido pela oferta de 200\$000, ou por medo porque estes estavam armados, acabou indicando o quarto em que encontrava-se Januario preso. Francisco de Souza Canavarros, “penetrou no quarto e tirou do tronco o referido Januario”. No inquérito, esclareceu-se que:

Convem notar que, além da amizade que esses dois indivíduos, Francisco e José, tinham a Januario, havia da parte delles um outro interesse em contrariar às pretensões de Laureano, por isso que erão devedores ao mesmo Januario da quantia de um conto e quinhentos mil reis. E a prisão deste tornava exigíveis esses débitos. (test. fl. 12, auto de perg. a. fl. 18, test. fl. 26, 28, 41, 43, 46, 51, 59) (O LIBERAL, 1873, p. 02)

A notícia do resgate de Januario chegou aos ouvidos do Tenente Coronel Laureano, que viu todos seus esforços para a captura do “seu escravo” malogrados, e passou a ameaçar Francisco de Souza Canavarros e Jose de Souza Canavarros, “declarando imprudentemente que os obrigaria a pagar os jornaes desde o tempo em que deras (sic) asylo ao mesmo Januario, e que mandaria escoltas prendel-os e reduzir a tapera o Carandá” (ibidem). Conforme as informações constantes no inquérito, esta notícia correu por todo o Carandá.

Posto o cenário, outro personagem vem à cena. Trata-se de Antonio de Moraes Navarros, que intermediou a negociação da “liberdade de fato” de Januário, conforme relato, a pedido do Tenente Coronel Laureano. Antonio de Moraes Navarros fez chegar até Januario, por intermédio de Euzebio de Souza Tinori, que, anterior ao resgate de Januario, o Tenente Coronel estava “negociando” através de um acordo a liberdade do fugido por um conto e mil oitocentos réis, e que Moraes estava disto incumbido.

A dívida (um conto e mil e quinhentos réis de Januario nas mãos dos Canavarros), os

jornaes (que os Canavarros deveriam pagar ao Tenente Coronel Laureano) e a liberdade (que subtraída de Januario pelo Tenente Coronel) parecem constituir os motivos que levaram o assassinato ser efetuado, como se vê a seguir:

Januario vai em procura de Moraes Navarro, diz-lhe que o dinheiro que tinha, na importância de um conto e quinhentos mil reis estava em mãos de Francisco, José e Domingos de Souza Canavarros pais deste que ia arrecadal-a, se Moraes Navarro lhe adiantasse os trezentos mil reis que lhe faltavão. Moraes Navarro annue ao pedido, despede-se Januario neste propósito. (test. fl. 11, auto de perg. a fl. 17) (O LIBERAL, 1873, p. 03)

Após saberem do ocorrido entre Januario e Antonio Moraes de Navarros, e de ter Januario requerido seus débitos junto a Francisco e José de Souza Canavarros, estes lhes responderam:

que o Tenente Coronel Laureano nada mais queria com elle Januario, mas sim com os seus protectores, que tinham de pagar todos os jornaes de todo o tempo de que elle estava fugido, pelo que não lhes aproveitava a sua liberdade, portanto, era melhor assassinaem-no, com o que ficarião todos livres! (Auto de perg. a fl.17) (IBIDEM)

Conforme o depoimento de Januario, estes propuseram a ele “perpetrar” o assassinato, o mesmo recusou veementemente. Visto que Januario não havia concordado, os Canavarros escolheram, então, o dia 19 de março e executaram o Tenente Coronel por si mesmos. Sobre a situação, Januario só devia esperá-los no local denominado Capão do Jacaré, que ficava a pouca distância da cidade. “Estava assim celebrado o horrível pacto, cujo cumprimento devia alarmar a capital!” (O LIBERAL, 1873, p. 03)

No desenrolar do inquérito, foram ouvidas 8 testemunha citadas, 11 informantes, sendo 6 escravizados e 5 pessoas livres, e 18 testemunhas referidas. Ao todo, foram ouvidas 37 pessoas no inquérito.

Na leitura do inquérito, nos pareceu que Januario foi o centro das atenções, até consumir o assassinato do Tenente Coronel Laureano Xavier, após fato consumado, todos os diálogos colocavam os Canavarros no centro da cena. O desfecho dessa história ficou por conta da recomendação final do Promotor Público João Maria de Souza que assim concluiu:

Por tudo que vem dito e pelo mais que consta dos autos do inquérito, entende a promotoria que os accusados Francisco de Souza Canavarros, José de Souza Canavarros e Januario estão incursos na pena do artg. 192 do cod. criminal o primeiro como autor e os outros dois como cúmplices, e requer a V. S. que distribuida esta designe dia para proceder-se a formação da culpa com a assistência dos accusados, fazendo citar as testemunhas. (O LIBERAL, 1873, p. 3)

Sobre o assassinato<sup>62</sup> de senhores e/ou feitores (capitão do mato), na Província de Mato Grosso, assinala-se que ocorreram outras situações que também foram notícias nos periódicos mato-grossenses, como se destaca a seguir. Igualmente, Volpato (1993) trata dessa situação apontando que as relações entre cativos e os feitores eram tensas na medida em que estes representavam a força e o poder e tinham o direito de castigar aqueles. (p. 176)

Em *A Província de Matto-Grosso* (23-02-1879, ano I, n.º 8, p. 03), noticiou-se que:

No dia 12, pelas 7 horas mais ou menos da manhã, em lugar denominado Taipas, districto de Brotas, **foi assassinado o Snr. José Paes da Silva por um seu escravo de nome Joaquim**; [grifo meu] sendo logo preso pelo respectivo subdelegado o criminoso: procedeo a mesma autoridade a corpo de delicto na victima e ao inquérito policial cujos autos forão remetidos no dia 17 no juiso de direito desta comarca e também o delinqüente. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1879, p. 5).

Tal qual em *A Província de Matto-Grosso* (10-04-1880, ano III, n.º 119, p.3), na coluna “Parte da Policia”:

Á 30 foi recolhido a prisão competente, em virtude do mandato expedido por esta chefatura, o réo Eloy, por achar-se pronunciado pelo Presidente do Tribunal da Relação do Districto, em gráo de recurso, nas penas do art.º 1º da Lei de 10 de Junho de 1835, visto ter sido **co’ autor do assassinato de seu Senhor** [grifo meu] Tenente Gregorio Paes Falcão. Secretaria da Policia em Cuyaba, 5 de Abril de 1881. João Maria Lisboa Chefe de Policia. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1881, p. 3)

O caso a seguir foi noticiado em *O Matto-Grosso* (22-11-1863, ano I, n.º 43.), na coluna “Gazetilha”, onde constam informações sobre a constituição e um “jury” para julgamento do assassinato de Manoel Irineo de Assiz, conforme o jornal cometido por José Feliz. Nesse sentido, segundo o periódico:

O jury começou a funcionar do dia 18 do corrente em diante, visto como nos dias 16 e 17 não havia reunido o numero legal de jurados. No dia 18 entrou em julgamento o réo Jose Feliz acusado pela justiça publica como **autor do bárbaro**

---

<sup>62</sup> Conforme *O Povo* (16-05-1879, ano I, n.º 15, p.03), “No dia 21 e abril ultimo das 8 as 9 horas da noite o lugar denominado Bahia-Verde, á margem do S. Lourenço, foi assassinado com uma facada, por um escravo do Senr. João Augusto Carstens de nome – Benedicto - o Snr. Jurgen Christian Carstens irmão do mesmo Sr. Augusto” (p. 03). Filho (2003), ao listar as testemunhas com quem Joaquim Ourives, acusado de ter assassinado o Coronel Laureano, refere-se a Firmiano Firmino Ferreria Candido, e afirma que este (Firmiano Firmino) seria, ironicamente, assassinado anos depois por escravos e camaradas de sua fazenda na Baía de Chané, na região de Corumba. (p. 86)



**assassinato do infeliz Manoel Irineo de Assiz, feitor da Cahcara do Sr. Dr. Jose Antonio Murtinho**, [grifo meu] levando por o seo defensor o cidadão Benedicto Jose da Silva França. Compos-se o jury de Sentença os Srs. Tenente Coronel Albano de Souza Osorio, Tenente Coronel João Gualberto de Mattos, Capitão Thomaz Antonio de Miranda, Tenente Gabriel de Souza Neves, Alferes Verissimo Xavier Castello, Alferes Porfirio Gomes de Mello, João Pinto da Silva Cuiabano, José Joaquim Graciano de Pinna, Antonio dos Santos Nery, Francisco Aleixo o Professor, João Caetano da Fonseca, e Antonio da Costa Garcia, sendo o réo absolvido. (O MATTO-GROSSO, 1863, p. 2)

Mesmo esse fato não se tratando da feitura de um escravizado, “José Feliz” foi levado a julgamento em 18 de novembro de 1863. A história que acabou por culminar no assassinato de Manoel Irineo de Assiz se desencadeou em torno dele, da parda Benedita e de Maximiano escravo da chácara do Dr. Murtinho. Conforme Volpato (1993), a questão que ligava todo o crime estava voltada para uma indisposição do feitor com a questão de vizinhança, uma vez que José Feliz deixava seus animais pastarem nas plantações da chácara do Dr. Murtinho. Há, ainda, a intromissão do feitor em questões particulares da vida de José Feliz.<sup>63</sup> Conforme Volpato (1993):

[...] este (José Feliz) vivia na companhia da parda Benedita que havia sido sua amante (de José Feliz) e era mãe de seus filhos, estando, portanto, sobre “seu poder”. Benedita mantinha há algum tempo um relacionamento amoroso com Maximiano, escravo da chácara do Dr. Murtinho, que trabalhava sob a feitoração de Manuel Irineu, o qual controlava as idas e vindas do cativo à casa de José Filho, interferindo em assunto que para este não era de sua alçada. Conforme os autos seriam os três – José, Maximiano e Benedita – os autores do crime. (VOLPATO, 1993, p. 177)

O caso a seguir, conforme *Jornal A Imprensa de Cuyabá* (03-03-1864, ano, n.º 268, p. 4), ocorreu na Vila de Sant’Anna do Parahyba, em 15 de janeiro de 1864, e destacou-se que:

Foi effectivo o livramento de hum escravo criminoso de morte, por meio de recurso, despronúncia ou como quer que seja. O malvado he bem ladino: escapou a pena por confessar publicamente que matou o seu Snr. moço. Dizem alguns que não há mais caridade: isso he que há; pois não fosse um credor do Sr. Domingos Barboza de quem aquelle criminoso era escravo, que por sua bondade fez as dispezas, certamente o negro ainda estaria na cadea. Elle o levou consigo para as Minas. E então não é caridade?

De acordo com a ponderação, “não fosse um credor do Sr. Domingos Barboza de

---

<sup>63</sup> Volpato (1993), em cativos do sertão, refere-se a José Feliz como “José Filho”.

quem aquelle criminoso era escravo, que por sua bondade fez as dispezas, certamente o negro ainda estaria na cadeia”, infere-se que em primeiro lugar o réu tinha diversos protetores, seu senhor e ainda o credor de seu senhor. O que contou também na absolvição do escravo parece ser a atuação de um bom advogado. Assertiva pode estar implícita no fato de as custas/despesas terem sido pagas para livrar o “malvado landino” da prisão, muito embora não se saiba quem tenha sido o defensor. A esse respeito, Volpato estudando processos de ações violentas de escravizados/maridos contra suas esposas (mulheres escravizadas), conclui, sobre a defesa destes, o interesse em livrar o escravo da prisão. Em última instância, na verdade, considerava-se que se a decisão fosse de punir o escravizado, estaria penalizando seu senhor e/ou senhora que seriam privados de seus serviços. Conforme a autora, para que isto fosse possível, havia um esforço, no sentido de colocar o cativo nas mesmas condições – pelo menos no nível de apelação – que os homens livres. (p. 173)

Seguindo com os apontamentos sobre a sociedade escravista cuiabana, passa-se a descrever situações em que escravizados e escravizadas sofriam maus-tratos. Chalhoub (1990), ao tratar do tema, assinala que “quando as escravas domésticas falavam em castigos rigorosos, elas provavelmente queriam dizer que haviam sido cruelmente espancadas mesmo (p. 203). No sentido de expor as agruras vivenciadas por escravizados e escravizadas, no recebimento de maus tratos por parte de seus senhores e suas senhoras, abaixo discorreremos sobre algumas situações que foram expostas nos periódicos mato-grossenses, nos Oitocentos. A esse respeito, assinala-se que, conforme *O Matto-Grosso* (22-04-1864, ano II, n.º 16, p. 4), um morador da cidade de Cuiabá fez a seguinte denúncia:

Pede-se a attenção da policia para uma venda na rua do commercio, onde desde ao amanhecer se castiga barbaramente uma pequena escrava, e de tal modo incommoda diariamente a todos os vizinhos, que se supõe o Sr. desta criança julga que ella não é dotada de sensibilidade. As autoridades pois devem tomar alguma providencia para não se reproduzir esses actos tão cruéis e inhumanos. Um vizinho que acorda aos golpes de azurague. (O MATTO-GROSSO, 1864, p. 4)

Nesta denúncia, pode-se observar a reação de alguém que expunha sua indignação ao perceber os maus-tratos a uma criança, ainda que escravizada. Nos trechos “castiga barbaramente [...] de tal modo que incommoda diariamente a todos os vizinhos” e mais “supõe o Sr. desta criança julga que ella não é dotada de sensibilidade”, o que mais chama a atenção é o pedido de providências e a caracterização do fato como “cruel e inhumano”. Trata-se de um caso ocorrido em 1864, todavia, Chalhoub (1990) salienta, ao narrar o caso de

Francelina, castigada e morta por seus proprietários, ao se referir as falas das testemunhas, que a escravidão se tornava naquele momento um problema de consciência, e havia um sentimento de culpa generalizado na sociedade. Como se percebe, na denúncia acima, nos pareceu que o morador indignado posicionou-se frente àquela forma de maus-tratos como sua consciência lhe mandara, denunciando o fato em um jornal.

Ainda sobre esta situação, salienta-se que maus-tratos, poderiam gerar fugas. Foi o que se observou, em *O Liberal* (01-08-1875, ano IV, n.º 201. p. 04), na notícia veiculada na coluna denominada “Annuncios”, que descreveu o fugido Zeferino como tendo “signal de castigo nas nadegas”, e Modesto com “signaes de golpes de ferro na testa”. A esse respeito, infere-se que tanto Zeferino quanto Modesto haviam fugido por conta dos castigos excessivos. Desse modo, Chalhoub (1990) salienta ainda que:

Houve sem dúvida muitos outros negros que tiveram experiências semelhantes a de Bráulio: rompimento brusco de relações afetivas; o distanciamento forçado de sua terra natal; **a resistência a castigos físicos que percebiam como excessivos** (grifo nosso). Bráulio e outros parceiros seus tentaram inverter o sentido desse movimento, nadando contra a corrente avassaladora da demanda de braços pelas províncias plantadoras de café do sudeste. (CHALHOUB, 1990, p. 57)

Outra questão evidente é que Zeferino e Modesto poderiam ser frutos do tráfico interprovincial. Conforme o anúncio, “ambos regulão 35 annos, naturaes de Minas Gerais” e “achão fugidos a 4 annos”.

O tempo em que se encontravam fugidos, pode, enfim, corroborar as evidências narradas por Chalhoub sobre as passagens de Serafim e Bráulio. Segundo o autor, Serafim uniu-se a Bráulio e outros companheiros seus na percepção de que havia sido atingido por injustiças. Ele (Serafim) fora arrancado de sua terra natal e da companhia de amigos e familiares pelas malhas do tráfico interprovincial. No entanto, evidencia o autor, o negro não aceitou o seu destino, e se recusou, desde o início, a ficar na Corte ou a seguir para uma fazenda de café, “dizendo que queria voltar para o Norte” (grifo do autor). Ainda destacou Chalhoub (1990) que:

[...] Ele tampouco estava disposto a tolerar atitudes senhoriais que interpretava como injustas ou abusivas – Serafim explicou ao subdelegado: **“Que fugiu da fazenda de seu senhor porque este o queria meter no tronco e dizia que o havia de matar a pancada”** (grifos nossos). (CHALHOUB, 1990, p. 65)

Nessa passagem, o autor assinala que novamente, um escravo alegou que andava

sofrendo castigos físicos excessivos como justificativa de suas atitudes. E destaca, ainda, não haver sádico no mundo que pudesse calcular com exatidão o que tal alegação poderia ter significado em número de açoites ou em litros de sangue, mas, talvez, enfatiza o autor, pode-se arriscar sobre a dimensão simbólica desse argumento tão repetido pelos negros. Chalhoub salienta, também, que a referência a castigos excessivos era provavelmente a forma de um escravo “traduzir” para a linguagem dos senhores a sua percepção mais geral de que direitos seus não estavam sendo considerados ou respeitados. Nesse sentido, infere-se que possivelmente essa pudesse ser a percepção também de Zeferino e Modesto.

Igualmente, assinala-se que, a respeito do anúncio sobre Zeferino e Modesto, seu senhor pareceu procurá-los para não perder o investimento realizado, visto o longo tempo em que se achavam fugidos, assinalando que:

[...] A quem os capturar e entregar n'esta cidade á Antonio Augusto de Arruda, ou no sitio do mesmo abaixo assignado (no rio abaixo) gratificar-se-há com 200\$000 rês, por cada um, e se houver quem quera compral-os fugidos, dirija-se ao abaixo assignado, que promette vendel-os barato. Cuiabá, 30 de junho de 1875, Urbano José de Arruda. (O LIBERAL, 1875, p. 04)

Em Mato Grosso, nas regiões circunvizinhas de Cuiabá, outros casos de maus-tratos também puderam ser resgatados. Desse modo, cita-se, como exemplo, o caso ocorrido na região do município de Poconé, e revela-se que o desfecho deste se deu, possivelmente, em razão de maus-tratos e/ou da promessa deste a uma escravizada. O caso foi noticiado em *A Provincia de Matto Grosso* (27-03-1881, ano III, n.º 117, p. 2). Tal fato, trata do assassinato do Tenente Gregorio Paes Falcão, morador da Fazenda Cutia, daquele município. A esse respeito, o Chefe de Polícia João Maria Lisboa narrou o ocorrido.

O relato feito pelo Chefe de Polícia apresentava Faustina, seus filhos, Antonio e Eloy, seu irmão Antonio Cabra e o escravo José como autores do crime. Conforme João Maria Lisboa:

Pelo corpo de delicto indireto, confissões dos reos, e depoimentos das testemunhas ficou plenamente provado: - que na noite do 28 do mez próximo passado estando o Tenente Gregorio Paes Falcão, deitado n'uma rede debixo de uma laranjeira do pomar que fica contiguo a casa da referida fazenda da Cutia, foi o mesmo Gregorio accomettido com surpresa pelos seus escravos Antonio, Eloy, filhos de sua escrava Faustina, e Antonio cabra irmão da mesma, e pelo escravo José pertencente a José de Arruda Botelho, os quaes deram-lhe tres facada em diversas partes do corpo, degolarão-no e lançarão o cadáver deste no rio Bento Gomes, de onde foi retirado dias depois, afim de ser enterrado, como foi. (A PROVINCIA DE MATO-GROSSO, 1881, p. 02)

Para este caso, o relato aponta como causa a vingança de Faustina, por conta de uma ameaça “que seu falecido senhor lhe havia feito de castigal-a severamente e carragal-a de ferro”. A esse respeito, podemos inferir que a ameaça pode ter sido um motivo suficiente para um coletivo de escravizados assassinares seu senhor, assim, depreende-se que houve situações em que as promessas de maus-tratos tenham sido concretizadas, afinal, para além dos filhos e irmão, outras duas escravizadas (Mauricia e Maria Silvana) haviam anuído e até aconselharam o plano de Faustina. Outro detalhe importante foi o tempo em que estiveram arquitetando o crime, há aí a possibilidade de que Faustina pudesse estar “juntando” a raiva, o ódio aos possíveis castigos aplicados a si, e/ou a qualquer um dos seus para poder “vingar” do Tenente.

No caso de José, escravo pertencente a José de Arruda Botelho, o jornal *O Liberal* (28-09-1878, ano III, n.º 369, p. 04) publicou uma nota sobre fuga deste. Segundo o anúncio, José havia aparecido ao tenente Gregorio “- na Cotia - pedindo compra”. A respeito do anúncio, infere-se que o escravizado José tivesse certa proximidade com os escravizados/escravizadas do Tenente Gregorio, a ponto de recorrer-lhe para que este os comprasse. Quais ligações seriam estas? Estava José fugindo também das garras do seu senhor, José de Arruda Botelho? Sua participação no crime seria por recusa do tenente Gregorio em atender seu pedido? Um detalhe importante revelou que José estava fugido desde abril de 1878, o anúncio datava de setembro de 1878, portanto, 5 meses fugido. Como o crime ocorreu em 1881, houve a possibilidade de este ter sido recapturado, no entanto, suas ligações com os escravizados/escravizadas do Gregorio Paes Falcão continuavam a ponto de assegurar sua participação no crime.

A respeito do anúncio, tratava-se de um pedido de José de Arruda Botelho oferecendo a quantia de 100\$000 (cem mil réis) a quem o capturasse e o entregasse à sua residência.

Consumado o crime, coube ao Chefe de Polícia João Maria Lisboa, depois de averiguado o caso e ouvido todas as testemunhas, dar o veredicto final registrando assim o destino dos “réos”:

[...] pronunciei os reos Faustina, Antonio, Antonio Cabra e José incurso nas penas do art. 192 do cod. crim. Grão Maximo e as rés Mauricia e Maria Silvana, nas penas do art. 193 combinado com o 35, ambos do mesmo cod. grão médio. Quanto ao reo Eloy, sendo elle menor de 14 annos de idade, não tendo por conseguinte imputabilidade em face do art. 10.º do cod. crim., mas de conformidade com as disposições do art. 13.º do mesmo cod., determinei que fosse o mesmo menor recolhido ao Arsenal de Guerra d’esta capital por dois annos, visto não haver na provinica casa de correção. [...] Quanto aos reos José e Antonio Cabra, deixando os

respectivos mandatos de prisão contra os mesmos em poder do Delegado de Policia do termo de Poconé recommendei a essa autoridade que com o Maximo empenho, procurasse captural-os. (A PROVINCIA DE MATO-GROSSO, 1881, p. 02)

O caso a seguir demonstra acertadamente as mudanças que a legislação antiescravista estava provocando no Império, desse modo, enxerga-se, no exemplo que se mostra abaixo, que os senhores também estavam sujeitos aos rigores da lei, muito embora houvesse possíveis brechas para que estes fossem beneficiados. Observe-se, então, o episódio narrado pelo jornal *O Liberal* (20-09-1878, ano VIII, n.º 369, p. 2), na coluna “Noticiario”, onde se publica a notícia da “Prisão preventiva” de Bartolomeu Gonçalves Queiroz: “Prisão Preventiva. - Informam-nos ter sido expedito, pelo juiz de direito desta capital, mandato de prisão preventiva contra Bartolomeu Gonçalves Queiroz, indiciado em crimes de ferimentos graves em escravos seus”. (O LIBERAL, 1878, p. 2)

Assinala-se que recorreram em juízo das informações prestadas no primeiro laudo, que apontava “ferimentos graves” nos escravizados de Bartolomeu Queiroz. Na mesma edição do referido jornal (p. 3), publica-se a contestação do laudo que foi realizada por uma junta de cinco médicos. A segunda versão contrariava a decisão dos Srs. Drs. Britto e Virgilio da seguinte forma:

Informam-nos que os srs. Drs. Murtinho, Ravini, Malhado, Josetti e Cyrillo declararam levíssimos os ferimentos que se apresentam os escravos do Sr. Bartolomeo Gonçalves de Queiroz, e que foram qualificados de graves pelos srs. Drs. Britto e Virgilio, cessando assim a razão da prisão preventiva do mesmo Bartolomeo, visto tornar-se afiançável o seu crime. (O LIBERAL, 1878, p. 3)

O laudo produzido por cinco médicos seria mais confiável que o produzido por dois? Dormevil José dos Santos Malhado fez parte da junta que contestou a versão que livrou o senhor de escravos da cadeia. O que levou o Dr. Dormevil a participar dessa junta, já que ele era um abolicionista convicto?

Sobre essa questão, observa-se que o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado sentiu-se na obrigação de ir aos jornais apresentar sua defesa. A esse respeito, o renomado médico foi à redação do jornal *O Liberal* “dar publicidade” aos esclarecimentos contidos no laudo apresentado quanto aos ferimentos dos escravos do Sr. Bartolomeo Gonçalves de Queiroz. Nesse sentido, publicou-se, na coluna “Publicações a Pedido”, a nota em que o Dr. Dormevil dos Santos Malhado assim pronunciou-se:

Ilm. Sr. redactor do- Liberal. Lendo no Liberal de 28 de setembro a noticia no mesmo publicada, relativamente ao exame nos ferimentos dos escravos do Sr. Bartolomeo Gonçalves de Queiroz, os quaes, diz a referida noticia, foram por mim e meus collegas considerados levíssimos; o que é inexacto, peço a V.S. a permissão para scientificar-lhe que foi exagerada a informação dada a essa redacção sobre o dito exame. O exame de sanidade, a que procedemos, á requerimento do advogado do referido Sr. Bartolomeo, nos escravos Moyses e Candido, em muito pouco diferio do corpo de delicto; os ferimentos do 1º escravo forão considerados curáveis em 15 dias, sendo convenientemente tratados, pois encontramos vestígios ainda recentes, de violência pelo mesmo escravo praticadas, nos ferimentos cicatrizados, afim de que se conservassem abertos; os do 2º forão por nós distinguidos em ferimentos produzidos por corpo comburente e por instrumento contundente flexível, sendo os primeiros considerados graves e os segundos leves. Em retificação pois, da noticia dada pelo Liberal, faço esta declaração, e rogo a V. S. o obsequio de dar publicidade no seo conceituado periódico. Cuiabá, 1º de Outubro de 1878, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. (O LIBERAL, 1878, p. 2-3)

Assinalam-se outras questões referentes à escravidão, as quais privilegiam a liberdade e/ou manumissão e os posicionamentos de setores da sociedade contrários ao sistema escravista. Identifica-se que em *A Republica* (03-05-1883, ano I, n.º 01, p. 01), em seu primeiro número, além de apresentar um denso texto sobre sua finalidade, dizia-se, também, que “O supremo esforço da previdência de um povo, diz um publicista, é querer ser livre, isto é, estabelecer por si a sua própria segurança, governando-se a si mesmo em vez de deixar governar pela vontade absoluta de uma pessoa” (p.2). Identifica-se aqui que este periódico pleiteava outras ideias, além da ideia abolicionista, apontavam o ideal de república assinalando que este representava por enquanto “a ideia da mais ampla liberdade” sem que estivesse criado o Partido Republicano em Mato Grosso, mas que “a semente estava lançada” e cria os seus fundadores que não seria infrutífera a tentativa, pois em breve teriam a satisfação de anunciar que o novo partido se levantaria “pujante e vigoroso”, como “frondosas mattas que vestem suas florestas.” (p. 01) Assim:

*A Republica.* – Sendo exclusivamente destinado a defesa do povo e dos interesses da província, as suas columnas são franqueadas ás pessoas que dizem honrar-nos com publicações de reconhecida utilidade publica, de acordo com o programma. Prevenimos que taes publicações, occuparão secção especial no periódico. (*A REPUBLICA*, 03.05.1883, p. 2)

Adiante assinalavam o posicionamento do jornal a respeito da sociedade escravocrata destacando que:

*A Republica.* – Não receberá em suas columnas annuncio algum que verse sobre escravos; quer fugidos, quer para compra e venda, ou editaes judiciais. Orgam democrático, e que tem por fim proclamar a igualdade de todos, será esforçado

advogado da causa da emancipação dos escravos, nesse sentido receberá todas as reclamações a pedido, para tomal-os na consideração q' merecem. (A REPUBLICA, 03.05.1883, p. 2)

Fortalecia-se a luta pela emancipação dos escravizados. Escravistas encontravam neste jornal a primeira barreira contra a busca de fugidos e/ou a ciranda do cotidiano escravista, que respaldava a venda, arremates e outros.

Para se transitar pelo contexto, em que as lides se deram em torno da liberdade e da manumissão dos cativos em Cuiabá, recorreram-se a dois textos, apresentados na coluna “Parte Judiciaria”, sobre as atividades desempenhadas pelo Tribunal da Relação, e apresentadas pelo periódico mato-grossense *O Liberal*, na década de 1870.

Trata-se de duas apelações, nas quais duas escravizadas foram registradas como “appelladas” e pleiteavam liberdade, sendo elas as escravizadas Jacintha, “propriedade” de D. Francisca Rosa de Carvalho, e Anna Maria, “propriedade” de D. Genoveva Pedroso de Barros. A presença de duas escravizadas em um tribunal a impetrar ações contra suas senhoras pode ser assegurada pela legislação daquela época, que a muito procurava disciplinar questões que envolviam cativos e seus senhores, tais como castigos físicos, acesso à liberdade através de alforria, vendas e outros. Entre estas leis, destaca-se a Lei de 28 de setembro de 1871. Percebe-se, ao longo dos seus 10 artigos, o 6º e o 8º foram os que balizaram as ponderações dos apelantes em relação aos problemas vivenciados pelas escravizadas Jacintha e Anna Maria.

Recorre-se a essas duas situações, que foram expostas pelo jornal *O Liberal* (06-08-1874, ano III, n.º 151, p. 3), para evidenciar que, assim como argumenta Chalhoub (1990) sobre as experiências de escravizados e escravizadas na Corte com a lei, elas (as experiências) também se deram aqui em Mato Grosso, sobretudo, como evidenciam os exemplos ocorridos na cidade de Cuiabá. Nesse sentido, destaca-se que estas informações foram veiculadas na coluna denominada “Parte Judiciaria”, e expunham, naquela ocasião, as notícias do Tribunal da Relação da Província de Mato Grosso referentes a diversos processos. Assinala-se que, entre estes processos, constavam os de Jacintha, escrava de D. Francisca Rosa de Carvalho, e de Anna Maria, escrava de D. Genoveva Pedroso de Barros, que lutavam pela liberdade. A seguir, apresentamos o primeiro texto denominado de “Appellação cível n.º 7” correspondentes ao processo referente à escravizada Jacintha:

Appellação cível a. 7 Appellante o Juiz Municipal e d'orphãos de Cuyaba e appellada Jacintha, escrava de D. Francisca Rosa de Carvalho. Acordão em Relação,



et cetera. Que, vistos estes autos em que a autora appellada intentou justificar o direito que tinha a sua liberdade, julção extinta a acção, visto como pelo documento de folha 23 esta provado, que depois de interposta a appellação pelo Juiz de Orphãos, foi a apelada julgada livre pelo Juiz dos Feitos da Fazenda em virtude da lei de 28 de setembro de 1871, art. 6 § 1.º, por tanto mandão que se ponha silencio a este feito. Cuyaba, 10 de julho de 1874. – Angelo Ramos, Presidente. – Ferreira Gomes – Gonçalves da Rocha – Gonçalves de Carvalho. (O LIBERAL, 1874, p. 2)

É preciso voltar cronologicamente alguns meses, antes das informações dadas no mês de agosto de 1874, para entender como estes processos poderiam ter celeridade ou não. Salienta-se que tais processos já haviam sido devolvidos para o Tribunal de Relação, conforme *O Liberal* (24-07-1874, ano III, n.º 149, p. 02-03), com a finalidade de que fosse dado andamento, e entre os processos informados estava o da escrava Jacintha.

Nesta mesma edição, publicaram-se as atividades desenvolvidas nas sessões realizadas pelo Tribunal da Relação que haviam ocorrido entre os dias 30 de junho e 14 de julho daquele ano. A esse respeito, salienta-se que o processo de Jacintha foi tratado nas sessões dos dias 6 e 7 de julho, pois “não havendo Juiz a quem se passasse os feitos crimes n.º 11 e 12, mandou-se convidar aos juizes de Direito da Capital e da Comarca de Corumbá”. No dia 10 de julho, teve uma nova sessão, onde o “feito cível a. 7 entre as partes, appellante o juízo e appellada Jacintha, escrava de D. Francisca Rosa de Carvalho, na qual, informava-se que ‘foi julgada extinta a causa’. Forão Juizes os Srs. Desembargadores Ferreira Gomes, relator, Gonçalves da Rocha e Dr. Gonçalves de Carvalho.” (O LIBERAL, 1874, p. 3)

Retomando-se a citação acima, destacam-se alguns pontos importantes, no sentido de observar como a legislação “antiescravista” contribuiu para uma solução nas causas postas nos processos. Nesse sentido, infere-se que escravizados e escravizadas, possivelmente, em Cuiabá, contavam com o apoio de um curador. A esse respeito, Chalhoub (1990) destaca que os curadores<sup>64</sup> eram pessoas que auxiliavam (os escravizados/escravizadas) no percurso judicial, nas chamadas ações de liberdades, para que estes e estas pudessem conseguir sua alforria. Também conforme o autor, existiam os depositários, que eram pessoas que acolhiam negros e negras durante a ocorrência do processo judicial. Sobre algumas situações que envolviam o trabalho dos curadores e/ou depositários, Chalhoub descreve as histórias de Onofre, Julia, Candida e outros, os quais serviram dos trabalhos de curadores e/ou foram servidos por estes, que prontamente assumiram a causa em suas defesas (p. 166-169). Outro argumento importante, que expõe o trabalhado desempenhado em prol da liberdade de

---

<sup>64</sup> Chalhoub (1990) desenvolve o raciocínio no âmbito da importância do papel desempenhado pelos curadores (p. 166-172), nas causas em favor dos escravizados, no final do século XIX.

cativos, destacado por esse autor, trata-se da causa abolicionista, pois muitos destes, conforme Chalhoub (1990), ao apagar das luzes, tornaram-se implacáveis e sutis e continuaram a auxiliar os negros. Examinavam listas de matrículas em busca de escravos que não estavam regulamentados, procuravam provas que pudessem ajudar na liberdade dos possíveis traficados após a Bill Aberdeen, e outras ações capazes de por em causa o sistema escravista, no final do século XIX.

Sobre a questão legal, em relação à ação de liberdade impetrada por Jacintha, assinala-se que, de acordo com os apelantes, estes utilizaram-se da lei de 28 de setembro de 1871, em seu art. 6, que assinalava que “ Serão declarados libertos:” e em seu § 1, dizia que “Os escravos pertencentes a nação dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente” (LEI DE 28 DE SETEMBRO, 18871, p. 6). Nesse sentido, conforme interpretação dos juízes, Jacintha teria sido e/ou era considerada escrava da nação? Sendo assim, por qual razão estaria, então, D. Francisca Rosa de Carvalho interpondo sobre sua liberdade? A leitura do processo poderia esclarecer essas e/ou outras dúvidas a esse respeito.

O segundo caso se trata do processo em que a escravizada Anna Maria figurava como “apelada”. A esse respeito, observou-se que na sessão de 30 de junho de 1874, haviam aprovado a ata da “sessão antecedente” sobre os feitos n. 5 entre as partes, o “appellante”, o Juízo, e a “appellada” Anna Maria, “propriedade” de D. Genoveva Pedroso de Barros. Certificou-se que, sobre o caso de Anna Maria, aplicou-se o mesmo procedimento que foi adotado na sessão do dia 10 de julho do mesmo ano. Naquela ocasião, na sessão do dia 14 de julho de 1874, já havia um indicativo de que esta escravizada seria contemplada com a carta de liberdade. Assim:

SESSÃO DO DIA 14 DE JULHO DE 1874 PRESIDENTE O EXM. SR. DEZEMBARGADOR ANGELO F. RAMOS - SECRETARIO INTERINO JOSÉ JACINTHO DE CARVALHO. As 10 horas da manhã, presentes os srs. desembargadores Angelo Ramos, Ferreira Gomes, Gonçalves da Rocha e Tertuliano Henrique, foi aberta a sessão. Foi lida e aprovada a acta a sessão antecedente. [...] Julgamento – Feito cível n. 5, entre partes, apellante o juízo e a apellada Anna Maria, escrava de D. Genoveva Pedroso de Barros. Mandou-se reformar a sentença para dar a carta de liberdade á apellada. Forão juízes os Srs. desembargadores Tertuliano Henriques, relato, Gonçalves da Rocha e Ferreira Ramos. Não havendo mais nada a tratar, levantou-se a sessão. (O LIBERAL, 1874, p. 3)

A seguir tem-se o veredicto final, em que se decidiu, de uma vez, que Anna Maira receberia a sua carta de liberdade. Os responsáveis por julgar o processo de Anna Maria novamente trouxeram à luz os dispositivos da Lei de 28 de setembro de 1871. Pela segunda

vez a referida lei sustentava as decisões dos juízes, possibilitando inferir que, anterior a setembro de 1871, Anna Maria fosse escravizada na Fazenda Camapoan, que havia sido considerada terras devolutas, portanto, a escravizada seria também uma escrava da nação. A esse respeito, na Lei Rio Branco, consideraram seu Artigo 6º e também observaram que Anna Maria não havia sido matriculada em anos anteriores, como obrigava o Artigo 8ª da mesma lei. Os julgadores lançaram mão também do art. 19, do Regulamento n. 4.835, de 1º de dezembro de 1871, que regulamentava a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava, para reforçar os argumentos sobre a decisão favorável tomada em relação à escravizada. Essas duas observações influenciaram decididamente na decisão da liberdade da escravizada Anna Maria. A esse respeito, trazemos à luz o relato final do processo em causa:

Appellação cível a. 5. Appellante o Juiz de Direito da Capital e appellada Anna Maria, escrava de D. Genoveva Pedroso de Barros. Acordão em Relação, et. cetera. Que julgão procedente a appellação de f. para reformar a sentença appellada de f. 16 afim de considerar como considerão em virtude do art. 6 § 1.º da lei 2040, de 28 de setembro de 1871, liberta a recorrida Anna, e mandão ao Juiz a que passar a respectiva carta de manumissão, visto como esta provado dos autos e reconheceu a própria sentença appellada a f. 16 pertencer a libertanda Anna Maria a Fazenda Camapoan, que, por sentença de 18 de julho do anno passado, foi julgada vaga e devoluta do Estado certidão f. Não podendo aproveitar o fundamento de não constar dos autos a vacância e de devolução da dita fazenda de Camapoan, porque, tendo sido o mesmo Juiz recorrente, q' proferio a sentença de f. 16 considerando a appellada merecedora da acção, o próprio que anteriormente havia julgado vaga e devoluta ao Estado a dita Fazenda de Camapoan e todos os seus bens, cumpria proceder nos termos da Ord. L. 3.º tit. 63. princ. Acrescendo ainda existir a favor da mesma appellada as disposições do art. 8 § 2. da dita lei de 28 de setembro de 1871 e art. 19 do Regulamento n. 4.835 de 1. De Dezembro de 1871, por não haver sido ela matriculada como se vê da certidão de f. no prazo legal. Pagas as custas ex causa. Cuyabá, 14 de julho de 1874. Angelo Ramos, Presidente – Tertuliano Henriques, relator – Gonçalves da Rocha – Ferreira Gomes. (O LIBERAL, 1874, p. 2-3)

Após descortinar os meandros da luta pela liberdade por duas escravizadas, mostrar-se-á que, em meio à adversidade, que impunha tensões para a conquista da liberdade pelos escravizados e escravizadas, havia talvez sentimentos, sensibilidades quando se tratava desta problemática, tanto por parte de senhores e/ou senhoras como por parte de escravizados.

Assim, salienta-se que as cartas de liberdade eram responsáveis pela emancipação de escravizados e escravizadas, seja através de alforria, por morte de seus proprietários, pela comemoração do advento do nascimento de uma criança, do aniversário e/ou batizado de um ente querido, ou, ainda, através dos trabalhos desempenhados pelas associações exclusivas criadas para tal, advindas do envolvimento de “setores” da sociedade considerados abolicionistas. Nesse sentido, no Jornal *A Provincia de Matto Grosso* (01-04-1888, ano X, n.º

483), publicou-se uma nota sobre o falecimento (em fevereiro último) de D. Maria Theodora de Figueiredo, tal acontecimento fez com que ficassem “livres, sem condições alguma”, nove escravos que possuía, mas, contudo, esta deixava “uma morada de casas para eles”. (p. 02)

Outra notícia, publicada na mesma edição deste periódico (p. 02), mostrava como a Província mato-grossense estava em sintonia com o que ocorria em outras províncias sobre as questões que envolviam a abolição. Nesse sentido, publicaram-se informações sobre a emancipação dos escravizados na Província de São Paulo. Noticiava-se a fuga de 10 mil escravizados e salientavam que os senhores não sairiam à procura destes, relatava-se também que o processo em favor da abolição era algo concreto naquela província e que dos 107 mil escravizados não restava mais que dos 50 mil cativos.

Não obstante, sobre a manumissão de cativos encontrou-se algumas situações ligadas à “questão afetiva<sup>65</sup>”, que resultaram na liberdade de alguns escravizados, assinala-se que, em *A Província de Mato Grosso* (29-04-1888, ano X, n.º 487, p. 01), noticiava-se que a Exma. Sra. D. Demethilde Metello havia concedido, no dia 24 daquele mês, “três cartas de liberdades sem condições alguma” a três de seus escravizados, a distinta senhora o fazia para comemorar “o aniversário natalício de uma sua querida filhinha”. Salienta-se que essa situação se encaixa em conformidade com o que expõe Volpato (1993), de que as relações escravistas em Cuiabá não diferiam do restante do Brasil. Estas também se deram, muitas vezes, assumindo matizes variados, sendo possível detectar casos de crueldade, bem como as relações que permitiram, em momentos específicos, supor afeto entre senhor e escravos.

Após exemplificar, através das Cartas de Liberdade, alguns tipos de ligações entre senhores e seus escravizados, a autora destaca que aqueles tipos de ligação poderiam ser de afeto ou de reconhecimento de produção. Volpato (1993, p. 122-123) evidencia que a existência da ligação ao senhor por laços de compadrio era um dos mecanismos sutis de que o escravo lançava mão para beneficiar a si e aos seus – através do sacramento do batismo, era estabelecido um parentesco espiritual entre o padrinho e o afilhado e entre os compadres. Sobre essas relações, a autora assinala que, a partir daí, ficava definida uma relação de reciprocidade na prestação de serviços. Ao dar o filho para o senhor batizar, o escravo procurava estabelecer vínculo entre ambos, além dos já existentes, criando uma relação que pudesse futuramente beneficiar o afilhado.

Outra autora que apresenta uma aproximação afetiva entre senhores e escravizados é

---

<sup>65</sup> Ver Volpato (1993), *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888* (p. 119-127), onde a autora explicita diversos casos onde a liberdade ocorreu por existir ligações na qualidade “dos laços afetivos”.

Peraro (1997), ao tratar da ilegitimidade na Paróquia do Bom Jesus de Cuiabá. Esta autora destaca a constituição de uma diversidade de tipos de família na sociedade cuiabana permitindo:

[...] também, que se vislumbre através dos **apadrinhamentos as formas de convivência e de solidariedade desenvolvidas**, tanto **pelos proprietários** como **pelos escravos e forros** [grifos meus], no período em que a escravidão passava a ser questionada mais incisivamente, a nível nacional e internacional. (PERARO, 1997, p. 113)

Ainda sobre as contribuições de Volpato (1993), entre os casos citados está o de Gil Braz Marcondes da Silva. Conforme pontua a autora:

[...] se por um lado o senhor que concedia a liberdade a seu escravo avaliava seu ato como uma demonstração de grandeza e generosidade, como a concessão de um benefício, por outro, muitas vezes, o seu escravo via este mesmo ato pela mesma perspectiva que o senhor, e se considerava como receptor de um prêmio ou de uma dádiva que o colocava eternamente como devedor. (VOLPATO, 1993, p. 125)

Nesse sentido, a autora esclarece que esta foi a avaliação que o liberto Gil Braz Marcondes da Silva fez de seu ex-senhor, o Capitão Thomás Pereira Jorge. Para Volpato (1993), a impressão do liberto foi tamanha, que este publicou em um jornal<sup>66</sup> local um anúncio onde manifestava sua profunda gratidão ao seu ex-senhor.

Observou-se ainda que as cartas de liberdade eram motivo de notícias em *A Província de Mato Grosso* (06-05-1888, ano X, n.º 488, p. 02), Seção “Gazetilha, onde, na ocasião, informou-se que o Desembargador Firmo José de Mattos<sup>67</sup> acabara de enviar de Corumbá as Cartas de Liberdade de Guilhermina e Etelvina, duas escravizadas que ainda possuía. Salienta-se ainda, que “pouco a pouco, de 20 de janeiro para cá, tem o nosso amigo libertado gratuitamente todos os seus escravos em número de dez, quase todos ainda moços” (p. 2). O redator assinalava ainda que aquele era “um acto meritório e digno de louvor” que com prazer registrava nas colunas e que oxalá tivesse o desembargador muitos imitadores (ibidem).

<sup>66</sup> Ver *O Liberal* de 09-04- 1874, ano III, n.º 134, p. 3.

<sup>67</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* (05-02-1888, ano X, n.º 475, p. 01), na data do casamento de sua filha, o Desembargador Firmo José de Mattos, em meio a 400 convidados, antes do início do baile, “passou-se a tocante cena da libertação” dos escravos Carolina e Joaquim, com mais ou menos 30 anos e “que devem tão grande benefício aos nobres sentimentos de seus bons ex-senhores”. A entrega das cartas foi feita pela noiva, no salão principal em presença do grande número de senhoras e cavaleiros, entre estes o Exm. Sr. Presidente da Província e quatro “ilustres hospedes” alemães e ainda o cientista Drs. Steinen. (p.1)

As cartas de liberdade, para além das práticas de alguns senhores e senhoras, foram responsabilidade também do movimento abolicionista em Mato Grosso. Na Província e em Cuiabá, havia as juntas de classificação, que eram responsáveis em ordenar o número de cativos que poderiam receber carta de manumissão, conforme disposição dos fundos, e ainda as associações abolicionistas que também se responsabilizariam por esta tarefa. Muitas dessas associações incubiam-se de arrecadar fundos através de apresentações culturais para a compra da liberdade de cativos.

Conforme os Relatórios<sup>68</sup> de Presidentes de Província de Matto Grosso, desde o ano de 1876 haviam sido libertados, através do Fundo de Emancipação, conforme o Artigo 3º da Lei 2.040, de 28 de Setembro de 1871, 19 escravos (durante quatro anos, de 1876-1880 e nenhuma outra emancipação havia se dado por conta do Estado), 46 nos anos de 1882, 14 para o ano de 1883, para o ano de 1884 foram alforriados 32 escravizados. É importante lembrar que o dinheiro arrecadado, no referido fundo de emancipação, era destinado a indenizar os senhores, conforme o número de alforrias realizadas, seria o número de indenizações feitas aos proprietários de escravizados.

Conforme o Relatório do Excelentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca para a Assembleia Provincial de Matto Grosso, na data de 3 de maio de 1876, sobre a manumissão de escravos pelos fundos de emancipação, observou-se que presidente Hermes da Fonseca utilizou-se da legislação existente para referendar sua fala sobre a distribuição do montante de recursos existentes nos fundos de emancipação para dividir a quantia entre os municípios mato-grossenses, com a finalidade de manumitir os cativos. Nesse sentido assinala-se que em

Conformidade com o disposto nos Avisos do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Publicas de 6 de Abril e 21 de Agosto, e da Fazenda de 12 de Julho, tudo do anno passado próximo, e para a observancia dos artigos 26, e 37 á 41 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, resolvi, tendo em vista a cópia parcial da estatística da população escrava dos differentes municípios da Província, do que trata o § único do artigo 24 do citado Regulamento, distribuir pelos municípios abaixo mencionados a importância de dezanove contos novecentos e vinte um mil e doze reis (R.º 19.921\$012), sendo dezesseis contos e novecentos e vinte um mil e doze reis (R.º 16.921\$012) pelo mencionado aviso da Fazenda mandados applicar á liberdade da já citada população escrava e o restante (R.º 300\$000) producto liquido de uma loteria extrahida em virtude da Lei provincial de 9 de Outubro de 1871. (RELATORIO DE

<sup>68</sup> Conforme os Relatórios do Exm. Sr. General Barão de Maracaju, Presidente de Provincia de Matto Grosso, de 1º de outubro de 1880, (p. 72-74) Relatórios do Exm. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente de Provincia de Matto Grosso, de 15 de Junho de 1882 (p. 31-32), Relatórios do Exm. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente de Provincia de Matto Grosso, de 10 de Março de 1883 (p. 06, 15, 16), Relatórios do Exm. Sr. General Barão de Batovy, Presidente de Provincia de Matto Grosso, de 15 de Junho de 1884. (p. 34-36)

PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1876, p. 42)

E apresentou-se ainda um quadro onde a quantia em favor da emancipação dos escravizados estava dividida entre os municípios:

**Quadro – 6 - Distribuição das Quotas do Fundo de Emancipação de Matto Grosso – 1876**

Municípios	N. de escravos matriculados	Quantia distribuída
<b>Cuiabá</b>	5,282	14:895\$636
<b>Corumbá</b>	179	504%793
<b>Poconé</b>	460	1:297\$234
<b>S. Luiz de Cáceres</b>	543	1:531\$300
<b>Diamantino</b>	290	817\$821
<b>Miranda</b>	178	501\$973
<b>Sant'Anna do Parahyba</b>	102	287\$647
<b>Matto-Grosso</b>	30	84\$608
<b>Total</b>	7,064	19:921\$012

Fonte: Relatório de Presidente de Província, 1876, p. 42.

Assinala-se que cada município recebia certa quantia que era destinada à manumissão dos escravizados e das escravizadas, contidos nas listas formuladas pelas juntas de classificação. Salienta-se que nem sempre o montante conseguia cobrir o preço estipulado para a indenização e/ou alforria. A esse respeito, o Presidente o Exm. Sr. General Barão de Batovy em 1º de Outubro de 1884 esclareceu:

Em Corumbá não houve libertação, por ter a quota sido addcionada a da anterior distribuição para completar o valor da única ex escrava, que tinha sido alforriada [...] Aguardando ainda comunicação dos juizes de orphaos de Miranda e Sant' Anna do Parahyba, em cada um dos quaes municípios não pode ter sido libertado mais do que um escravo pela exiguidade das respectivas quotas. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1884, p. 35)

Ou ainda como em (cidade de) Matto-Grosso “por não se ter feito, como nunca se fez a classificação, visto não ser conhecido alli o numero de escravos.” (Ibidem)

Nesse sentido, para que a libertação nesses moldes pudesse acontecer, cada município possuía uma junta de classificação de escravizados, que deveria realizar o levantamento<sup>69</sup> do número de famílias, sexo, idade, profissão, residência e o estado civil. O

<sup>69</sup> Ver *O Liberal* de 26-11-1874, ano IV, n.º166, p. 02. Ainda Conforme o Relatório do Exm.º Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto Grosso, em 12 de julho de 1886, entre a 1ª até a 6ª distribuição da quota do fundo de participação haviam sido libertados 138 indivíduos pela quantia de 100:667\$927, que correspondia a valor médio de 729\$400 de cada liberto (p. 45).

presidente de província marcava o dia em que as respectivas juntas deveriam se reunir para realizar a classificação. A partir dos dados levantados realizava-se a distribuição para cada município efetuar as alforrias, indenizando, assim, os respectivos senhores.

Se a distribuição do fundo de emancipação era um das formas de ajudar a sepultar o sistema escravista progressivamente, as associações abolicionistas também se colocaram como alternativa para contribuir para esse fim. A luta abolicionista englobando a participação destas é o que se destacará a seguir. Para se tratar destas questões dialoga-se com Miranda (2012), no sentido de compreender como a sociedade cuiabana passou a ser sacudida com a legislação abolicionista e como o movimento foi se construindo no entorno de entidades responsáveis pela emancipação de escravizados e escravizadas.

A esse respeito indaga-se: quais nortes davam a legislação à causa abolicionista? Quem eram os homens que abraçaram tal causa e que compunham as “associações” e/ou as “sociedades”?

Quais foram às ações mais impactantes no cenário cuiabano?

Conforme Costa (2010), até os meados do Século XIX não se pode propriamente falar em movimento abolicionista. Para esta autora as críticas à escravidão continuavam a encontrar pouca sustentação e as propostas em favor dos escravizados despertavam pouco entusiasmo, assim:

Aqui e lá um espírito mais independente publicava um ensaio sobre as vantagens do trabalho livre. Um parlamentar apresentava um projeto visando a melhorar a situação dos escravos, um poeta lamentava os sofrimentos dos escravos. O ensaio era ignorado; o projeto, engavetado; e o poema, esquecido. (COSTA, 2010, p. 39)

Costa salienta que somente a partir de 1860 é que o movimento em favor da causa abolicionista ganharia ímpeto nos principais centros urbanos do país. Nesse ínterim, e, meio às divergências e rompimentos entre conservadores e liberais, as discussões sobre o tema nasciam e morriam, no parlamento brasileiro. Em 1865, conforme a autora, o Imperador solicitou a um dos membros do Conselho de Estado, o senador Antonio Pimenta Bueno, que elaborasse um projeto para a emancipação dos escravos. Desse modo, em resposta ao pedido do imperador, a autora assinala que Pimenta Bueno redigiu um projeto de lei emancipando os filhos nascidos de mães escravas. Sugeriu, ainda, a criação de Conselhos Provinciais de Emancipação, propôs que os escravos pertencentes ao governo fossem libertados em um prazo de cinco anos, e que os escravos pertencentes a organizações religiosas fossem libertados em um prazo de sete anos (p. 42). Costa destaca que o projeto, no entanto,



encontrou pouco apoio no Conselho de Estado. O imperador, por sua vez, hesitou em apresentar o projeto e a Guerra do Paraguai atraía todas as atenções. Ninguém parecia disposto a assumir o risco de debater a emancipação dos mancipios, assinala a autora. (ibidem)

A respeito da luta pela emancipação dos escravizados e escravizadas no Brasil salienta-se as diferenças nas construções entre Costa (2010) e Chalhoub (1990). Costa apresenta um processo construído em torno do abolicionismo no Brasil pautado nas práticas do parlamento e de pertencentes à classe burguesa sem, contudo, pontuar algum tipo de participação dos escravizados, no entanto, Chalhoub é enfático ao apresentar argumentos de que as leis abolicionistas resultaram das constantes formas de protestos de escravizados e escravizadas, e que muitas destas conquistas eram fruto das negociações e dos costumes. Na realidade, como salienta Chalhoub, é possível interpretar a lei de 28 de setembro, entre outras coisas, como exemplo de uma lei cujas disposições mais essenciais foram “arrancadas” pelos escravos às classes proprietárias. (p. 27)

Aventou-se, anteriormente, três questionamentos a respeito da experiência com a problemática instituída em torno da movimentação do abolicionismo no Brasil. Desse modo indagou-se:

Quais nortes davam a legislação à causa abolicionista em Mato Grosso?

Quem e/ou quais foram os homens que abraçaram tal causa e que compunham as “associações” e/ou as “sociedades” nessa região?

Quais foram às ações mais impactantes no cenário cuiabano?

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar em que termos a legislação de caráter emancipatório foi utilizada em Mato Grosso. Os presidentes da província, em suas falas no início das atividades parlamentares, expunham as questões que haviam sido tratadas sobre o “elemento servil” durante aquele ano, naquela província. Em suas colocações, sempre recorriam à legislação vigente, com a finalidade de prestar contas, sobre as exigências feitas por aquelas leis, sobretudo a lei 2.040, de 28 de setembro de 1871. Informavam o montante arrecadado no fundo de emancipação, as reuniões das juntas constitutivas para levantamento dos escravizados e escravizadas aptos a ser alforriados. Depois detiveram também suas atenções para a lei 3.270 de 28 de setembro de 1885, que previa a libertação dos escravizados maiores de 60 anos. Sobre essa questão, o Presidente Galdino Pimentel comentou:

Uma questão que foi-me submetida sobre a condição dos libertos pela lei, maiores de 60 anos, resolvi-a de accôrdo com a mesma lei, seu regulamento e as instrucções

do governo constantes de decisões do Ministério da Agricultura, declarando ao suplente do juiz de orphãos de São Luiz de Cáceres onde ella se aventara, que antes do encerramento da matricula os ex-senhores podiam ser intimados da condição de seus libertos sem incorrer em multa por não apresental-os ao juiz de orphãos. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1886, p. 46)

A fala do Presidente Galdino Pimentel sobre a situação dos ex-senhores, nas cercanias de São Luiz de Cáceres, mostra que os responsáveis pela resolução dos problemas relativos às questões escravistas, estavam cientes da legislação vigente e nelas baseavam suas tomadas de decisões. Isso fica evidente em outro trecho da fala de Galdino Pimentel, em que este salientava que:

Para a garantia e respeito da liberdade que a nação acaba de reconhecer em certos individuos, depois das leis de 28 de Setembro de 1871 e 1885 nenhuma precaução é necessária entre nós, que como parte activa, pensante e política da nação colaboramos no reconhecimento legal do direito que tem o individuo a essa liberdade. (IBIDEM)

Em outra parte de seu discurso percebeu-se grandes possibilidades deste ser um abolicionista convicto. Nesse sentido, esclareceu que:

Todos envidão esforços pelos meios directos e indirectos a seu alcance para que enfrentemos o quanto antes no pleno gôzo dos effeitos benéficos da lei que temos e nossas condições impozirão. Com a fiel execução dessa lei veremos em breve substituído o elemento servil do nosso trabalho agrícola pelo trabalho livre que dignifica e há de elevar nossa pátria a um grau de prosperidade e riqueza a que ella jamais poderia attingir mantendo um systema de trabalho já condemnado e julgado. (IBIDEM)

A assertiva pode ser confirmada em Povoas (1995 *apud* Miranda 2010), que salienta que talvez por iniciativas como aquelas, foi que o presidente Galdino Pimentel tenha recebido a alcunha de “abolicionista”, sendo homenageado através da formação de uma Sociedade Abolicionista que levou o seu nome.

Desse modo, passamos a listar os nomes de homens que integraram o meio abolicionista<sup>70</sup>, através da política e/ou das associações particulares. Constatou-se a presença dos médicos Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, Dr. Augusto Novis, Sr. Barão de Aguaphey, Dr. Gonçalves de Carvalho, Dr. Novis, Dr. Pádua, Fleury, Padre Sampaio, Freire, Cícero de Sá, José Cunha Maciel, André Virigilio, Figueira, José Maria Velasco, e dos advogados Antonio de Paula Correa e João Maria de Souza, todos residentes na cidade de

---

<sup>70</sup> Conforme *O Liberal* 15-10-1874, ano IV, nº 160, p. 01-02.

Cuiabá. Em São Luiz de Cárceres, Francisco Pinto de Arruda. Os residentes na Villa de Diamantino, Manoel Sergio da Costa, Joaquim Pereira Guimarães, Francisco Alexandre Ferreira Mendes Junior, Egas Viegas Muniz e Jesuino de Souza Oliveira. E ainda contava a Sociedade Emancipadora Mato-grossense com o Dr. Antero Cicero de Assiz, presidente da Provincia de Goiaz, como sócio honorário que, conforme o registro, por “ser elle um dos administradores que soube bem comprehender a sanção da Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871”, e “promovendo e conseguindo a criação de uma sociedade emancipadora na capital da Provincia de Goyaz q’em 28 de julho de 1872”.

Sobre a questão de ações que pudessem ser consideradas impactantes, na conjuntura, contra a situação vivenciada pelos cativos, contamos com as ações desenvolvidas pelas associações chamadas de sociedade de emancipação. Sendo estas as existentes em Mato Grosso: Sociedade Emancipadora Mato Grossense, criada em 14 de janeiro de 1872, conforme Povoas (1995 apud Miranda 2010, p. 21), a “Sociedade Abolicionista de Mato Grosso” (1883), a “Sociedade Abolicionista Galdino Pimentel” (1886), e, em fevereiro de 1885, o “Clube Emancipador Mirandense”, na cidade de Miranda.

No sentido de tentar compreender as ações mais impactantes tomadas em favor do movimento, que pudesse por fim a escravidão, e/ou promover a liberdade dentro deste sistema, no que corresponde a manumitir escravizados e escravizadas, assinala-se que, conforme Costa (2010), nas cidades, o movimento abolicionista promovia quermesses, leilões de prendas e outras atividades similares, arrecadando fundos para a emancipação. Essas ações, conforme a autora, contribuía para aumentar o número de alforrias. A esse respeito, em Mato Grosso, foi possível observar que diversas sociedades/associações tomaram esse caminho como meio para realizar seu intento.

Um episódio importante pode ser exemplificado em *A Provincia de Mato Grosso* (01-04-1888, ano X, n.º483, p. 02), a respeito das ações desprendidas pela Sociedade União Militar em prol da causa abolicionista. As informações demonstraram as evidências da participação do movimento abolicionista na sociedade cuiabana, seja nas associações ou nas atividades beneficentes em favor da atenuação dessa problemática. É o que pode ser observado a seguir:

A sociedade - União Militar - leva á scena, no próximo sabbado, o drama – A Vingança do escravo e a comedia – A espadellada, - sendo o producto do espetáculo destinado á libertação de um escravo. Estamos certo que será satisfactoriamente correspondido o apello que faz a digna sociedade a philantropia do público d’esta capital, para realisar o seu nobre intuito. É uma obra meritoria essa que se propõe essa sociedade, e por isso mais que muito digna do concurso de todos os corações

que pulsam com o nobre sentimento do amor do próximo. Quem haverá hoje que negue o seu óbolo para a redempção de um infeliz escravizado? (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 02)

Nesse sentido, retoma-se o Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, do ano de 1872, realizado na Assembleia Legislativa, em 4 de outubro daquele ano. A esse respeito, o Presidente Dr. Francisco José Cardoso Junior salientava que havia conferido, em 25 de março de 1872, 42 cartas de liberdades a escravizados pertencentes ao Estado e que, por sentença, o juiz da comarca da Capital, em 18 de julho daquele ano, havia considerado livres, na forma do Art. 51 do decreto n. 2.433 de 15 de junho de 1859 e § 3º do Art. 6º da lei de 21 de setembro de 1871, os escravos da antiga fazenda Camapoan e seus descendentes.

Consideram-se outras informações como importantes no desfecho do que viria ser a luta pela emancipação em Mato Grosso. O presidente destacou, ainda, que havia aprovado o estatuto de uma sociedade emancipadora, estabelecida em Cuiabá, sob a direção de Sua Ex. Revma o Sr. Bispo D. Antonio dos Reis, havia aprovado também o estatuto da Sociedade Dramática Particular Libertadora Mato-Grossense, dirigida pelo capitão Antonio Rodrigues de Araujo. Sobre a Sociedade Dramática, Cardoso Junior evidenciou que esta sociedade já havia conseguido realizar algumas alforrias e era de se presumir que continuasse com bom proveito a causa da emancipação. Salientou, ainda, que o estatuto de outra sociedade emancipadora achava-se por ser aprovado (p. 131-132). Por fim, afirmou que aquele movimento dava a medida exata não só do entusiasmo que a ideia emancipadora ia adquirindo em Mato Grosso, como também dos sentimentos generosos de seus habitantes.

Finalizando esta parte, que intenta compreender as *nuanças* sobre o sistema escravista em Mato Grosso e conseqüentemente em Cuiabá, envereda-se a seguir pela trilha responsável em evidenciar os discursos sobre as ações estabelecidas em favor da liberdade de escravizados e escravizadas por senhores e senhoras, bem como pelas associações emancipatórias, para tanto, busca-se ilustrar os últimos instantes do sistema escravista utilizando “A Carta de Roma: O Papa e a Escravidão”, escrita pelo abolicionista Joaquim Nabuco sobre seu encontro com o Papa Leão XIII<sup>71</sup>, em fevereiro de 1888, e, por último, elucidamos o fato com a chegada, em Cuiabá, da notícia sobre a lei que pôs fim à escravidão no Brasil e os festejos encomendados por diversas cidades mato-grossenses.

---

<sup>71</sup> Conforme Santos (2012), o Papa Leão XIII, exerceu o pontificado de 1878 a 1903, nesse sentido, este autor afirmou que Leão XIII travou debate sobre a abolição da escravidão no Brasil, assim chegou a publicar a Carta Pastoral *In Plurimis*, condenando a instituição e chamando os envolvidos a buscarem uma saída para o problema, sem nenhuma violação do direito humano e divino. (p. 22)

Na década de 1870, fortalecia-se, através da legislação, propostas para por fim ao regime escravista. Em Mato Grosso, foi possível compreender essa preocupação através dos discursos realizados por políticos, militares, jornalistas e professores.

Conforme o Relatório do Exm.º Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Junior, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, datado de 04 de outubro de 1872, a promulgação da lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 provocou apreensão na sociedade mato-grossense. A esse respeito, o Dr. Cardozo Junior através do discurso proferido para os representantes do povo, na Assembleia Legislativa daquela província, tranquilizou a população. O presidente assim dirigiu a sua fala àqueles representantes:

É com o mais vivo prazer que vos anuncio, Senhores, a inalterabilidade do socego publico nesta província. Este é um indicio da moralidade do povo. Nem durante os períodos eleitoraes porque acabamos de passar, houve a lamentar a qualquer acontecimento desses que plantão o desanimo no centro das populações, nem tão pouco a promulgação da lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871 justificou as apprehensões de poucos que, por engano de calculo, supunhão nella um gérmen de calamidades. Pelo contrário, **essa lei salutar, civilisadora, humanitária e christã, foi aqui entusiasticamente recebida e aceita.** E que, Senhores, **a geração que passa, em sua quase totalidade, não admite o depreciamento do homem pelo homem, á baixa esphera que tanto o degradava, collocando-o até fora das regras da própria natureza.** [grifo nosso] (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1872, p. 16)

O discurso proferido revela-se um tanto quanto simpático à causa abolicionista, a lei é colocada como um meio de elevar a sociedade, a civilização e a humanidade, e refletia ainda os apelos da igreja católica.<sup>72</sup> Igualmente, sugere que a geração (infere-se que a juventude daquela província também aspirava e/ou se reconhecia na causa abolicionista) daquela época passasse a contestar o sistema, e a vê-lo como um sistema de homens que exploravam outros homens.

Desse modo, os discursos face às questões referentes à abolição, apesar do sistema escravista ainda vigente, foram expostos nos periódicos mato-grossenses. Estes discursos se não externavam serem favoráveis ao movimento abolicionista, ao menos aprovavam as práticas de senhores e senhoras que decidiam dar as cartas de liberdade e/ou alforriar seus escravizados e/ou escravizadas. Nesse sentido, percebeu-se que, conforme mostram a seguir, as notícias sobre manumissão referentes àqueles atos praticados na cidade de Cuiabá

---

<sup>72</sup> Conforme *Provincia de Mato Grosso* (14-08-1887, ano IX, n.º 449, p. 02), em comemoração do Jubileo Sacerdotal de Leão XIII, em carta D. Carlos Luiz d'Amour ao Santo Padre Leão XIII enviava "obulos do clero e fieis" daquela diocese e informava a "consoladora noticia de que, pelo mesmo jubiloso motivo obtiveram a sua liberdade alguns daquelles infelizes que ainda vivem na escravidão" na Provincia de Matto grosso. (p. 02)

recebiam, desses periódicos, louvores e aprovação. Assim, as pessoas que decidiam pela libertação de seus cativos eram elogiadas, tal qual se constatou nas palavras do redator de *A Província de Mato Grosso* (06-05-1888, ano X, n.º 488, p. 02), ao assinalar que a ação prestada pelo desembargador Firmo José de Mattos de libertar mais de dez de seus escravos era “um acto meritório e digno de louvor”, que com prazer registrava nas colunas e que oxalá tivesse o desembargador muitos imitadores. Sobre o feito<sup>73</sup> de D. Demethilde Metello, em alforriar três de seus escravizados, também o mesmo periódico teceu elogios acrescentando: “louvamos o acto humanitário da Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Demethilde Metello e a felicitamos pelo primeiro lastro de aniversário de sua cara filha” (p. 1).

Tais discursos podem ser vistos ainda em períodos anteriores a 1888. Observou-se, em *O Liberal* (26-11-1874, ano IV, n.º 166, p. 1), que a Sociedade Emancipadora<sup>74</sup> celebrava seu aniversário de fundação em 2 de dezembro daquele ano, comemorava aquela data libertando uma escravinha, e ainda apresentava uma quantia de 100\$000, que havia sido doada pelos negociantes argentinos estabelecidos em Cuiabá, os Srs. Raphael Del-Sar & Foley, para aplicar em causas de liberdade de cativos. Para tanto, informaram que “Registramos este facto nas columnas da nossa folha como um tributo de homenagem aos dignos cavalheiros, que fieis aos verdadeiros princípios da democracia, compreendem o verbo divino – amar o próximo como a ti mesmo.” (ibidem)

Alguns representantes agiram contra o sistema escravocrata, como assinalou Povoas (1995 apud Miranda, 2010, p. 24), como o caso do advogado José Maria Velasco, que, em abril de 1886, mobilizou outros advogados do foro da Comarca da capital a não aceitarem, a partir daquela data, “o patrocínio de causas contra a liberdade de escravos e a aceitarem todas contra a escravidão”. Outro fato importante foi a tomada de decisão, conforme *A Situação* (23-05-1886, ano XIX, n.º 1.036, p. 02), da restituição da liberdade para 112 africanos com idade inferior a 56 anos e de seus descendentes por parte do juiz de direito interino desta comarca, Dr. Antonio Rodrigues de Moraes, e que havia sido publicada no jornal *Expectador*.

<sup>73</sup> Ver *A Província de Mato Grosso* de 29-04-1888, ano X, n.º 487, p. 01.

<sup>74</sup> Conforme *O Liberal* (15-10-1874, ano IV, n.º 160, p. 01-02), participavam da “Sociedade Emancipadora Mato-Grossense: Presidente Exm.º Sr. Barão de Aguapehy, sócio Snr; Henrique José Vieira, Dr. Augusto Novis, Francisco Gonzaga Cicero de Sá, e Francisco Pinto de Arruda (da cidade de São Luiz de Cáceres). Foram propostos para sócios efetivos da Sociedade, conforme a ata do dia 18 de setembro de 1874, os seguintes senhores: Manoel Sergio da Costa, Joaquim Pereira Guimarães, Francisco Alexandre Ferreira Mendes Junior, Egas Viegas Muniz e Jesuino de Souza Oliveira residentes na Villa de Diamantino. Na ocasião foi aceito como sócio honorário da Sociedade Emancipadora Mato-Grossense o Dr. Antero Cícero de Assiz que “fundado em conhecimento de ter ser elle um dos administradores que soube bem comprehender a sanção da Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871. Na sua execução de um dos mais esforçados, promovendo e conseguindo a criação de uma sociedade emancipadora na capital da Província de Goyaz q’em 28 de julho de 1872 fôra ali instalada sob o titulo de Sociedade Recreativa Emancipadora.” (p. 2)

O texto tratava de uma ofensiva de escravagistas chamando a atenção do Presidente da Província e do Tribunal da Relação, em face da decisão do juiz interino da Capital, salientando ser aquela decisão uma “esquisita sentença” e responsabilizando-o por cometer um crime contra a propriedade.

Sobre o fator escravidão, o presidente da Província, José Joaquim Ramos Ferreira assim posicionou-se:

Entra pois o elemento servil num período de tão rápida declinação já por effeito destas novas disposições legais, já liberalidade de particulares, que nutrimos a bem da fundada esperança de que o ultimo decênio deste século não receberá o odioso legado da escravidão. Acha-se feita em toda a Província a matricula de todos os escravos menores de 60 anos e o arrolamento dos dessa idade e maior. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1887, p. 82)

Encaminhando as questões do movimento para por fim à escravidão no Brasil, recorreremos, nesta parte final, a uma carta escrita por Joaquim Nabuco e publicada/transcrita em *A Província de Matto-Grosso*. (13-05-1888, ano X, n.º489, p. 03-04 e 27-05-1888, ano X, n.º491, p. 02-03)

Joaquim Nabuco havia ido a Roma para intermediar um pedido dos bispos brasileiros que, conforme este, “começam a falar com deliberação e de commum accordo a propósito do Jubileu de Vossa Santidade e a pedir a emancipação dos escravos como o melhor e mais alto modo de solemnizar no Brazil,” e salientou:

[...] eu pensei que devia antes de tudo vir a Roma pedir a Vossa Santidade que completasse a obra daquelles prelados condemnando, em nome da igreja, a escravidão. Conseguindo isto de Vossa Santidade, nós abolicionistas, teríamos conseguido um ponto de apoio na consciência catholica do paiz, que seria de maior vantagem para a realização completa de nossa esperança”. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 03)

Conforme Nabuco, estavam na cruzada pela abolição os Bispos e/ou cardeais das Províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Mariana e Diamantina em Minas Gerais. Ainda sobre a participação dos representantes da igreja, Nabuco assegurou que:

Agora mesmo um sacerdote foi preso por acoitar escravos. Nós, abolicionistas, por toda parte acoitamos escravos. Fazemos o que faziam os bispos da média idade com os servos. O sentimento da nação, isto eu posso affirmar a Vossa Santidade, é *unânime*, e a palavra do chefe da Igreja não encontraria ninguém para disputal-a. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 04)

Enfatizou, ao descrever o movimento abolicionista no Brasil: “como tendo se tornado proeminentemente um movimento da própria classe dos proprietários.” (IBIDEM) E destacou que: “Expuz como não havia na história do mundo exemplo de humanidade de uma grande classe igual a desistencia feita pelos senhores brasileiros dos seus títulos de propriedade escravas.” (IBIDEM). É importante salientar que apesar das colocações de Nabuco sobre o apoio de muitos senhores, nem sempre isso era consenso, pois, conforme Costa (2010), havia também reações de senhores escravistas por toda parte. A esse respeito, como destaca a autora: “Petições de fazendeiros, irados com a campanha abolicionista [...] chovia no Parlamento. Os porta-vozes dos interesses escravistas exigiam na Câmara e pela imprensa que se tomassem medidas e pusessem fim a agitação.” (p. 80). Segundo Costa, a maioria dos que em 1871 haviam sido contra a Lei do Vinte Livre, louvava agora seus efeitos e argumentava que ela, por si, resolveria todos os problemas, pois estabelecera a emancipação gradual sem abalos para a propriedade. (p. 81)

Outras questões também foram assinaladas por Costa (2010) como consequência para que o regime escravocrata pudesse ser sepultado. As transformações ocorridas no velho mundo, como “os direitos naturais do homem”, “o direito a propriedade”, “de liberdade” e “de igualdade de todos perante a lei”. Conforme esta autora, essas ideias configuravam-se como princípios que sustentavam as origens teóricas do abolicionismo.

Legislações estabelecidas entre Brasil e Inglaterra procuram por fim ao tráfico negreiro. Fruto da rigidez da lei de 1850, o trabalho livre de nacionais foi uma das formas de amenizar a lacuna deixada pela ausência da farta mão de obra escravizada, já que o preço de um escravizado a partir da nova legislação aumentou consideravelmente, obrigando o surgimento do tráfico interprovincial.<sup>75</sup> Esse fator constituiu-se em um problema nas dinâmicas do sistema escravocrata, e a alternativa encontrada foi construir formas de importar imigrantes para o trabalho nas fazendas. Segundo Costa (2010), entre 1847 e 1857, vários imigrantes foram introduzidos pela empresa Vergueiro e Cia, nas fazendas de café do Centro-Oeste paulista. Conforme a autora, estes vinham financiados pelos fazendeiros e se obrigavam a pagar a dívida e mais os juros com seu trabalho. (p. 35)

Apesar dos problemas enfrentados nas relações estabelecidas entre imigrantes e fazendeiros, Costa assinala que, na década de 1860, o número de trabalhadores livres já “tendiam” a superar o dos escravos nos núcleos urbanos, assim sendo, salienta a autora ter sido exatamente entre a população urbana, menos dependente do trabalho escravo, que os

---

<sup>75</sup> A este respeito ver Chalhoub (1990).



abolicionistas encontraram seu maior apoio. (p. 38)

Quanto à “Carta de Roma, de 10 de Fevereiro de 1888”, sobre suas interpelações junto ao Papa Leão XVIII, Nabuco destacou que este havia dito:

*Ce vous avez à couer. L'Eglise aussi l'a à couer.* A escravidão está condemnada pela Igreja e já devia a muito tempo ter acabado. O homem não póde ser escravo do homem. Todos são igualmente filho de Deus, *dês enfants de Dieu*. Eu fui vivamente tocado pela acção dos bispos, que eu approvo completamente, por elles terem de accordo com os catholicos do Brazil escolhido meu jubileu sacerdotal para a essa grande iniciativa... É preciso agora aproveitar a iniciativa dos bispos para apressar a emancipação. Eu vou falar nesse sentido. Se a encyclica aparecerá ainda no mez que vem ou depois da Paschoa, eu não posso ainda dizer. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 04)

A respeito da devolutiva de Sua Santidade, Nabuco reforçou seu pedido:

O que nós quizeramos, interrompi eu, era que Vossa Santidade falasse de modo que a sua voz chegasse ao Brazil antes da abertura do parlamento, que tem lugar em Maio. A palavra de Vossa Santidade exerceria a maior influencia no animo do governo e de pequena parte do paiz que não quer ainda acompanhar o movimento nacional. Nós esperamos que Vossa Santidade diga uma palavra que presnda (sic) a consciência verdadeira de todos os catholicos. (IBIDEM)

E, segundo o abolicionista, o Papa respondeu: “- Ce mot je le dirai, vous pouvez en être Sûr, respondeu-me o papa, *e quando o papa tiver falado, todos os catholicos tereão que obedecer*” e ainda em suas últimas palavras, “m’as duas ou três vezes, sempre na forma impessoal, não:- *Quando eu tiver falado*, mas sempre: - *quando o papa tiver falado*. [grifos do autor]” (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 04).

Joaquim Nabuco salientou acreditar ter sido absolutamente leal para com seus adversários políticos, na exposição que em seguida fizera a Sua Santidade da marcha da questão abolicionista, no Brasil, naquela ocasião. Destacou que o Papa havia lhe feito diversas perguntas, e cada uma delas respondeu com a completa lealdade que devia primeiro ao papa e depois aos seus compatriotas.

Continuou:

Eu, porém, não peço a Vossa Santidade um acto político, ainda que as consequencias políticas, que a nação há de sem duvida tirar do acto que imploro, sejam inconstestaveis. Felizmente Vossa Santidade está em uma posição donde não vê os partidos, mas só os princípios. O que nós queremos é um mandamento moral, é a lição da Igreja sobre a liberdade do homem. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 04)

E reforçando seus argumentos, enfatizando não haver governo no mundo que poderia ter “a pretensão de que o papa, ao estabelecer um principio de moral universal, pare para considerar se este principio está de accordo ou em conflicto, com os interesses políticos delle, governo.” (IBIDEM)

Conforme Nabuco, o papa, então, repetiu-lhe que a encyclica<sup>76</sup> a ser publicada “abundaria nos sentimentos do Evangelho”, que a causa era tão sua como nossa, e que o governo mesmo veria que era de boa política reconhecer a liberdade a que “todo o filho de Deus tem direito pelo seu próprio nascimento”, e que o papa ainda falaria ao mesmo tempo “que da liberdade da necessidade de educar religiosamente essa massa de infelizes privados até hoje de toda a instrução moral”.

Sobre as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro, Nabuco considerou que:

Abolida a escravidão, resta proteger o escravo livre. Nesse campo nada em nossas leis impede que a Igreja entre em concorrência para obter a clientela da raça que ella tiver ajudado a resgatar. Não seremos nós, abolicionistas, que havemos de impedir a aproximação entre os novos cidadãos e a única religião capaz de os conquistar para a civilização. As vista do paiz voltar-se-ão para as outras questões do melhoramento da condição do povo, da criação da vida local, em que pode e deve continuar a tregua, ou melhor, alliança. Se a Igreja conseguir recommendar-se ao reconhecimento da raça escrava, concorrendo para o seu resgate os abolicionistas por certo não lhes hão de aconselhar a ingratitude.” (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 03)

Assim finalizou a narrativa de seu encontro com o Sumo Pontífice. “Ahi está mais ou menos a longa audiência particular que Leão XIII fez-me a excelsa honra de conceder-me, e que Sua Santidade terminou com uma benção especial para a causa dos escravos.” Roma, 10 de fevereiro de 1888, Joaquim Nabuco.

Dos discursos e das intervenções em favor da abolição, passamos agora ilustrar o momento em que a Província mato-grossense tomou ciência do acontecimento ocorrido em 13 de maio de 1888, na Capital do Império, a cidade de Rio de Janeiro.

A esse respeito, recorreremos À *Província de Matto-Grosso* (10-06-1888, ano X, n.º 493, p. 01-02-03) que, na sessão “Gazetilha”, noticiou que “As 5 horas da tarde de 6 do corrente ancorou no porto desta cidade o paquete ‘Coxipó’ trazendo-nos datas da corte que alcançam até 9 do mez passado e noticias telegraphicas até dia 14.” (A PROVINCIA DE

---

<sup>76</sup> Santos (2012) destacou que Carta Pastoral denominada *In Plurimis* foi publicada por Leão XVIII, em 05 de maio de 1888, e, conforme assegurou autor, o documento tratava da abolição da escravidão no Brasil e que Sua Santidade demonstrava grande alegria pelo fato de os brasileiros desejarem abolir e extirpar completamente a chaga da escravidão. (p. 08)

MATTO-GROSSO, 1888, p. 01). Destacava também que “Por via de Montevidéo recebeu o Sr. Coronel Presidente da província o seguinte telegrama: ‘Rio de Janeiro, 14 de Maio. – Ao presidente de Matto-Grosso.- já é lei do Estado, contra 9 votos na camara e 5 no senado, a resolução que extingue a escravidão. ‘Enthusiasticas manifestações a Princeza Imperial Regente’. A cidade em festas”.

Conforme o referido jornal, a Província de Matto Grosso tomou ciência da abolição da escravidão no Brasil exatamente no dia 6 de junho de 1888, Salienta-se que as edições de números entre 493 a 497 o assunto foi sistematicamente abordado. Os festejos ocorreram em diversas cidades mato-grossenses, São Luiz de Cáceres, Poconé e na Capital. Casas particulares foram iluminadas, edifícios públicos, o quartel general, o Palácio da presidência, a residência episcopal, o gabinete literário cuyabano e residência de particulares. “Repicaram os sinos da cathedral, e a cidade tomou um aspecto festival.”

No entanto, observaram também que:

No meio, porém, da demonstração de alegria da população, fez-se notar a camara municipal, conservando-se as escuras o respectivo edificio. Provavelmente não teve com que comprar as vellas precisas, nem encontrou quem lh’as vendesse fiado; ou então não quis o seu presidente *dar o braço a torcer*, como escravagista que é da gemma. Fosse, porém, pelo que fosse, o certo é que o facto foi muito reparado e commentado, como não podia deixar de sel-o. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 01)

Finalizando as questões que entende-se, ser elementos fundamentais para compreender os aspectos constitutivos sobre a, história de Mato Grosso, a formação populacional, a cidade de Cuaibá e a escravidão anunciamos o segundo capítulo que tratará do percurso que a instrução publica percorreu em Mato Grosso através do olhar dos dirigentes, em especifico dos presidentes de província e inspetores de instrução pública. Assinala-se que a respeito da instrução publica, discorrerá sobre o universo da escola primária, secundária, e de que maneira aqueles que estavam a frente do “comando na Província” conseguiram construir e otimizar saídas para resolver os problemas da falta de professores e tomar providencias que pudessem contribuir na formação da mocidade mato-grossense com vistas a frequentarem o ensino superior em outras províncias brasileiras, sobretudo, na Corte. Dois grupos importantes identificados como “sabem ler” e/ou “frequentou a escola” são apresentados no decorrer do segundo capítulo, a atenção especial fica por conta dos grupos que denominamos de “abrangente” e “intermediário”, ambos correspondentes a população residente na parte urbana da cidade de Cuiabá. Sinalizamos com alguns quadros que vislumbram explicar pertinências

sobre a escolarização destes dois grupos e finalizamos com a localização de pretos e pardos na escola cuiabana à luz de Ginzburg em o nome e o como.

## 2. “O ESTADO DE COUSAS”, EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO NO SÉCULO XIX

Esta primeira seção, neste capítulo, trata-se da construção de um olhar sobre como se apresentava a educação na Província de Mato Grosso, a partir do início do século XIX. Nesse sentido, para compreender este movimento, buscaram-se contribuições em Siqueira (2000), Paião (2006a), e (2006b), Castanha (2006), e (2008), Silva (2012) com também em Sá e Siqueira (2006) e (200-?). Destaca-se que este conjunto de teóricos é responsável por encaminhar as questões sobre a educação em Mato Grosso a partir dos registros realizados tanto pelos presidentes da província como pelos inspetores/diretores gerais de instrução pública. Salienta-se que, a este respeito, não se perdeu de vista as contribuições advindas dos registros presentes em diversos jornais de circulação de época.

Até 1837, conforme Castanha (2006a), havia na Província de Mato Grosso algumas aulas régias, apesar de, em quinze de outubro de 1827, o governo imperial ter determinado a criação de cadeiras de instrução primária em todas as cidades e nas vilas mais populosas. Leite (1970 *apud* Castanha 2006, p. 43) salienta que na Província foram indicadas as vilas de Cáceres, Poconé, Chapada, Rosário, Livramento e Santo Antonio para que fossem criadas estas cadeiras. A esse respeito, o autor assegurou que estas apesar de criadas não foram providas de imediato.

Conforme Siqueira (2000) a estrutura da escola brasileira apresentava-se da seguinte maneira no século XIX:

[...] foi pensada no interior do processo de constituição da nação e, indiscutivelmente, de um povo que pudesse bem representá-la. Nessa medida, as unidades escolares integraram um sistema mais amplo – da instrução pública – cuja estrutura organizacional tinha no topo o Ministério do Império, seguido dos Presidentes de Província, dos Inspetores Gerais, dos Inspetores Paroquiais e, nas fimbrias desse sistema, os professores e alunos. (p. 129)

De acordo com a autora, na província de Mato Grosso, além de ser organizado um sistema que tinha por base esse mesmo encadeamento, novas e sofisticadas alternativas de estrutura foram implementadas para dar maior sustentação à instrução pública, importante ramo da administração provincial. Para Siqueira, até 1872, “a sua organização era muito simples, ficando a administração das poucas aulas avulsas e das igualmente minguadas escolas primárias voltadas exclusivamente para os filhos da elite” (p.129), sob o controle e

fiscalização do Presidente da província, auxiliado por um Inspetor Geral das Aulas. A esse respeito é importante considerar que, ou havia um considerável número de pardos e pretos integrando a elite, ou Joaquim Gaudie Ley estava correto em seus relatórios ao afirmar que até 40% das vagas das escolas primárias eram ocupadas por alunos “pobres” e/ou “carentes”. Conforme Sena (2006), o Padre Ernesto Camillo Barreto havia mandado imprimir um trabalho intitulado “Compendio Elementar de Teologia Dogmatica”, à sua custa, e em seguida distribuiu entre os alunos pobres que frequentavam o Seminário Episcopal da Conceição onde lecionava (p. 279).

Nesse sentido, os presidentes da Província, em seus relatórios, informavam “o estado de coisas” sobre a instrução pública naquela ocasião. É o que se pode observar através da “falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinaria” proferida em 3 de maio de 1850<sup>77</sup> pelo Exm. Sr. Presidente da Província Coronel João José da Costa Pimentel:

A instrucção pública nesta província está de peor condição do que nas outras, podendo-se avançar que he quase nulla. As causas efficientes desse mal, que afecta tão de perto esse progresso são: 1º a falta de pessoas habilitadas para o magistério, 2º a insufficiencia ou mesquinhez dos ordenados que de mais a mais nem pagos são, 3º a falta de convicção em que estão os pais de família em darem conveniente educação a seus filhos. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, JOÃO JOSÉ DA COSTA PIMENTEL, 1850, p. 08)

Dos três problemas elencados pelo presidente, dois deles vão permanecer durante anos e serão lembrados por diversos presidentes, até a década de 1870, sendo a falta de pessoas habilitadas para o magistério e a insuficiência nos gastos com a instrução. Nesse sentido, Castanha (2008) destacou que um dos principais problemas na instrução pública continuava sendo “os professores” (a falta de professores com reconhecidas habilitações) e a mesquinhez dos ordenados.

A esse respeito, Augusto Leverger, substituto de Pimentel, em 1851, assinalava que estes problemas continuavam a ser observados nos relatórios do inspetor geral dos estudos. Desse modo, ressalta-se que isto ficou evidente também nos relatórios correspondentes aos anos de Leverger (1869) e de outros presidentes como: Francisco José Cardoso Junior (1871), José de Miranda da Silva Reis (1872), e João José Pedrosa (1878). Confirmando como a

---

<sup>77</sup> Para o entendimento sobre a instrução pública em Mato Grosso, tomo como base de partida as informações constantes no Relatório de Presidente de Província correspondente ao ano de 1850. Nesse sentido, o ano de 1850 prevalece neste estudo como “marco inicial” por compreender como ano de nascimento (ou início da década) de homens e mulheres que foram caracterizados como de “raça” parda e preta, e, que, conforme o recenseamento de 1890, estavam na faixa etária dos 21 a 39 anos, e que, conseqüentemente, constituíam um dos grupos dos que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola” eleitos para análise neste estudo.

problemática em torno dos ordenados dos professores era uma questão séria, o problema foi acentuado numa publicação na coluna denominada “Chronica” do periódico *O Porvir* (24-11-1877, ano, I, nº 14, p. 01) alertando sobre os “professores publicos”, salientando que constava que quase todos os professores públicos estavam com seus vencimentos atrasados há mais de seis meses. Destacavam também que “a continuarem as cousas brevemente estarão todas as escolas fechadas e os respectivos mestres terão que procurar outro emprego, se não quiserem morrer de fome”. (p. 01)

José Maria Alencastro, em 1882, continuava a destacar “a tibia dedicação dos professores” e a falta de vocação destes. O Barão de Batovi, em 1884, salientava a existência de escolas vagas devido à falta de professores e ao atraso nos salários. Nesse sentido, estes problemas continuavam recorrentes ainda no relatório de Joaquim Galdino Pimentel, no ano de 1886.

Seguindo suas exposições sobre a gênese da instrução pública em Mato grosso, João José da Costa Pimentel explicitou o cenário sobre o Ensino Primário, assinalando que existia em exercício, na referida província, seis escolas de primeiras letras, a saber: “as de meninos da capital, de Diamantino, de Mato Grosso, de Poconé e da capelia (sic) do Rosário, e a de meninas da capital, e são freqüentadas aquellas por 192 meninos, e esta ultima por 12 meninas (idem, p.8)”. Sobre o ensino secundário, Costa Pimentel destacou haver “huma aulla de latim, *in nomine* na Villa de Poconè e a da capital que está provida interinamente na pessoa do padre Manoel Pereira Mendes”. (idem)

Costa Pimentel ainda relatou que:

A lei provincial n. 2 de 5 de julho de 1848 creou nesta capital um lyceo, contendo 4 cadeiras, nas quaes se deverão ensinar: na 1ª grammatica latina, traducção e leitura da língua franceza, na 2ª arithmetica, álgebra até equação do 2º gráo, e partidas dobradas; na 3ª geog. e hist. Universal, e especialmente a do paiz, e na 4ª enfim philosophia racional e moral, precedida de algumas noções de physica e da historia natural. [...] (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, JOÃO JOSÉ DA COSTA PIMENTEL, 1850, p.09)

E segue:

[...] Seria muito útil se isto pudéssemos conseguir, para o que presentemente faltão mestres, e dinheiro, mas no entanto recomendo vos que vos esforceis para dar a província ao menos hum bom mestre de latim e francez na capital, e outro de rethorica e philosophia, afiançando-lhes bom ordenado e seguro pagamento. (ibdem)

Em 1852<sup>78</sup>, Leverger informou que em virtude da legislação em vigor havia uma escola de primeiras letras em cada freguesia e mais uma para meninas em Cuiabá, informou também que todas, menos a de Diamantino estava provida de mestre, e segundo as participações freqüentaram a escola naquele ano 404 crianças. Conforme Castanha (2006a) Leverger havia se mostrado preocupado com a questão da instrução publica e acatado a política de expansão das escolas públicas desencadeada pelo Império. (p. 43)

No Relatório apresentado na abertura da sessão ordinária à “Assemblea Legislativa da Província”, em 3 de maio de 1854, Leverger destacava que a partir dos “ultimos mappas recebidos frequentavão” as escolas de primeiras letras da referida província 399 meninos e 18 meninas, num total de 417. A esse respeito, o presidente havia observado que “ha hum anno este total era 481<sup>79</sup>” (p.22), ainda que o número de meninos que recebia o ensino em algumas daquelas escolas “he muito diminuto em relação á população das respectivas freguesias” (p. 23). Leverger ainda observou a existência de escolas particulares que eram “tanto ou mais freqüentadas que a publica”. Desse modo, para explicar essa questão, o presidente atribuía “a incapacidade dos professores, ou pelos menos á pouca confiança que tem nelles os chefes de familias” a falta de alunos nas escolas públicas. (Idem)

Em 1856, o “estado de cousas” na educação da província parecia ter melhorado, a assertiva pode ser constatada a partir das informações do relatório do presidente Augusto Leverger, no que corresponde às mudanças feitas no Regulamento de 1854, baseado na Lei N. 8 de 5 de maio de 1837. Nesse sentido, conforme o presidente:

Pelos relatórios da Inspectoria Geral dos Estudos, vereis o notável melhoramento que tem tido o ensino primário, devido a grande parte ás disposições do mencionado Regulamento, e principalmente ao incansável e esclarecido zelo do prestante cidadão que preside a este importante ramo do serviço publico, secundado pela boa vontade dos Inspectores Parcochiaes, que prestarão serviços dignos de louvor. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1856, p.12)

Sobre o estado da instrução pública, o referido presidente salientou ainda o aumento no número de alunos na “escola de 2º grao”, entendendo que seria necessária a contratação de um adjunto para o mestre da referida escola, bem como a criação provisória de uma escola de

---

<sup>78</sup> Destaca-se que, para o ano de 1852, o presidente informou sobre o progresso da educação literária e industrial dos meninos no Arsenal de Guerra, assinalando que havia “princiado” entre eles no decurso do ano anterior o ensino de música, destacou que havia “cessado” o ensino de desenho. Que em muito aproveitavam por ter se retirado para a Corte o pintor daquele estabelecimento (p. 20). Conforme o Relatório de 1857, frequentavam a aula de Latim 36 discípulos, a de Frances, 11, a de Filosofia, 12, dos quais 4 haviam prestado exames e sido aprovados. (p. 06)

<sup>79</sup> Possivelmente, Leverger referia-se ao ano de 1853, visto que os dados de 1852 e 1853 são idênticos no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>.



“1º grau”. Assinalava também que, se a Assembleia aprovasse tais medidas, ele as tornaria permanentes (idem, ibidem). Esperava ainda a aprovação das despesas, com as quais compraria utensílios para as escolas, prêmios para os alunos e outros. Conforme Castanha (2008), Augusto Leverger foi o presidente que mais tempo dirigiu a Província de Mato Grosso, e devotou a ele a difusão da instrução pública pela província em questão (p. 273).

Em 1857, em 3 de maio, o Tenente Coronel Albano da Costa Osório, Presidente da Província, lançou mão do Relatório do Inspetor Geral de Instrução Pública para apresentar o seguinte quantitativo de crianças frequentes nas escolas mato-grossenses:

Frequentão as escolas Publicas de instrução primária 688 discipulos de ambos os sexos, e as particulares 212 também de ambos o sexos, ao que se pode acrescentar 50 menores do Arsenal de Guerra, fazendo a somma de 950 discipulos [...]. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, JOÃO JOSÉ DA COSTA PIMENTEL, 1857, p.06)

O presidente sucintamente apresentou os dados numéricos relacionados à frequência sem, contudo, priorizar outras informações. Infere-se que possivelmente ainda percebia “o notável melhoramento” que o ensino primário havia tido com a atuação de seu antecessor.

As informações prestadas, em 03 de maio de 1858, pelo presidente Joaquim Raimundo Delamare<sup>80</sup>, são otimistas em relação às cifras de investimentos na instrução pública, principalmente, por ter recebido uma quantia de 10 contos de reis dos cofres gerais e que já havia mandado passar aos cofres provinciais para “aplicação em benefício da instrução pública”. O montante recebido estimulou-o a aventar a possibilidade da criação de “um Lyceo na Capital”. Informou o número de alunos frequentando as escolas públicas, as particulares, o Arsenal da Guerra e da Missão de N. S. do Bom Conselho. Desse modo, conforme o relatório deste presidente, somando os alunos obtinha-se um “total de 1029 meninos que recebem a instrução de primeiras letras em toda a Província” (p.15). Mas nem tudo, na acepção de Delamare, parecia digno de louvor, uma vez que “a exigüidade dos ordenados” não convidava ao magistério pessoas convenientemente habilitadas, sendo requisitado pelo Inspector Geral das aulas “o melhoramento do vencimento desses importantes funcionarios” e, segundo orçado por este, poderia ser contemplado no ano vindouro (idem).

Em 03 de maio 1859, o presidente Joaquim Raimundo Delamare, informava à “Assemblea Legislativa Provincial” o acontecido em todas as frentes (tranquilidade e

---

<sup>80</sup> Conforme consta no Relatório, o Tenente Coronel Albano de Souza Osorio havia entregado à administração da Província ao Exm. Sr. Chefe de Divisão Joaquim Raimundo Delamare, nesse sentido, Siqueira (1997, p. 82), ao apresentar lista de presidentes da Província de Mato Grosso, assinala que Delamare ocupou o cargo nos anos de 1858-1859, provavelmente, num espaço de um ano.

segurança pública, divisão territorial, força pública, administração da justiça, culto religioso, instrução pública, estradas, caridade pública, municipalidade, agricultura e mineração, salubridade e higiene pública, população, catequese e civilização dos índios, Lei das terras, iluminação da capital, repartições públicas, execução de leis provinciais e fazenda provincial) da Província de Mato Grosso para o ano de 1858. A respeito da instrução pública o referido presidente assinalou que:

Sobre este importante ramo do serviço publico progride com regularidade, e ao louvável zelo do prestante cidadão que o preside, auxiliado pela boa vontade dos inspectores parocheaes, se deve em grande parte attribuir esse progresso (RELATORIO DE PRESIDENTE D EPROVINCIA, 1859, p. 15-16).

Destacava que todas as cadeiras estavam providas e, com exceção das de Albuquerque e Rosario, os baixos ordenados, mesmo que elevados no ano anterior, continuavam a ser a causa principal da falta de indivíduos habilitados para o magistério. Sobre essa situação o presidente reproduz a fala do inspetor dos Estudos:

Ainda não posso, infelizmente, fallar bem de todos estes empregados, nem mesmo de sua maioria, e á vista de nosso estado ou falta de pessoal habilitado, o magistério continuará a ser entre nós, salvas poucas excepções, o apanágio dos indivíduos que se reconhecem incapazes de ganhar a vida de outro modo. (IDEM, IBIDEM)

Informou que das 18 escolas de primeiras letras criadas, 13 estiveram funcionando durante o ano todo, 16, parte do ano e duas estiveram vagas. Conforme as informações prestadas no relatório do inspetor geral dos estudos, o presidente informava também que o número de alunos “subia a 760”, se somados aos 250 das escolas particulares, dos 80 da Missão de N. Sra. do Bom-Conselho, dos 80 das escolas dos Arsenaes de Guerra e Marinha, somavam 1170 indivíduos que recebem instrução primaria; o que produz a relação de 1/42<sup>81</sup> em referencia ao numero de habitantes. (p. 17).

Em 1860, Antonio Pedro de Alencastro iniciava seu relatório anunciando uma quantia de 26.600\$000 do governo imperial para aplicar em beneficio da instrução pública. Com este montante haviam comprado três casas “para servirem de escolas”, as quais haviam sofrido os devidos consertos e reparações. Haviã criado uma escola em Albuquerque, com frequência de 18 alunos, e alertavam que seria conveniente criar uma escola para meninas na nova e florescente Vila Maria (p. 11). Em relação ao número de alunos, afirmou que este era de 765,

---

<sup>81</sup> Conforme Relatório do Presidente Joaquim Raimundo Delamare, de 03 de maio de 1858, em 1857 esse número era de 1/49 (p. 15).

não se referiu sobre os das escolas particulares, nem dos Arsenais de Guerra e Marinha, e também da Missão da N. Sra. do Bom-Conselho.

Para o ano de 1861, o Presidente Antonio Pedro Alencastro assinalou que nada tinha a acrescentar sobre aquele importante ramo do serviço publico, informou apenas o número de alunos que frequentavam as escolas.

Em 1862, conforme o relatório do Presidente Herculano Ferreira Penna, a instrução pública na Província de Mato Grosso estava organizada da seguinte forma:

Segundo a Lei Provincial de N. 8 de 5 de Maio de 1837, e Regulamento de 30 de Setembro de 1854 a instrução primaria consta de dois grãos: no 1º se ensina a ler, e escrever, a prática das quatro operações arithmeticas sobre numeros inteiros, orações e princípios religiosos; no 2º ensina-se alem disto, a grammatica da lingua nacional, arithmetica até proporções e noções dos deveres religiosos e moraes. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1862, p.24)

Destacou ainda que havia em Mato Grosso 20 escolas e que duas (a de Miranda e de Albuquerque) estiveram vagas no decurso do ano anterior e a de Corumbá esteve vaga por alguns meses, assinalou também que os professores da escola de Miranda e Albuquerque foram demitidos, a pedido destes, havia mais de um ano, e, conforme informações, nenhum pretendente havia aparecido quando a cadeira foi posta em concurso. Já o da cadeira de Corumbá havia a abandonado em consequência “de ter-lhe sido negado a demissão, que pedira allegando enfermidade” (p. 25).

Sobre o movimento de alunos frequentando as escolas mato-grossenses, Herculano Ferreira Penna salientou que estas foram frequentadas por 869 alunos de ambos os sexos, em 1861, conforme mapas mensais, e por 897, dando-se a diferença em comparação ao ano anterior de 26 para mais (Idem).

Destaca-se que o relatório também apontava um número de 402 alunos que foram considerados como pobres<sup>82</sup> e que necessitavam serem assistidos com penas, papel e tinta.

Herculano Ferreira Penna pareceu um tanto otimista com os números ao salientar que “A comparação desta com o total da Provincia confirma os cálculos, que por vezes se tem feito da proporção vantajosa com ella se distingue entre outras na difusão do ensino primário” (p.26). Quanto ao professorado, o Presidente não era otimista, destacava que:

“Os actuaes professores com mui poucas excepções, não tem todos os

---

<sup>82</sup> Ver *O Liberal* (05-11-1879, ano IX, n.º 423, p. 03-04) na Coluna “Publicações a Pedido”, em que os professores Manoel Teixeira Coelho, Felix Benedicto de Miranda, Egydio Angelo Bueno Mamoré e Francisco da Costa Ribeiro respondiam a 11 quesitos à Assembleia Legislativa Provincial por determinação da Portaria de 13 de novembro sob o n.º 103 de 1879.

conhecimentos necessários para o magistério; exigi-los porém desde já para o provimento das cadeiras que foram vagando, seria o mesmo que deixá-las sem concorrentes, e a mocidade privada do ensino primário, sempre útil, ainda quando dado imperfeitamente. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1862, p.26)

Salientava ainda:

A falta de pessoal idôneo, e a insuficiência dos ordenados, cada vez mais sensível pela elevação dos preços de todas as cousas necessárias a subsistência, são as causas mais óbvias deste mal, e na presença da primeira parece que a concessão das maiores vantagens aos que se dedicarem ao professorato não poderá trazer-nos desde logo um melhoramento equivalente aos sacrifícios do Thesouro Provincial. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1862, p.26)

No olhar deste presidente, “o estabelecimento de uma escola normal” em que pudesse preparar os futuros mestres era o meio, muito embora de remoto resultado, mais profícuo para se conseguir a reforma do estado em que se encontrava a instrução pública naquela ocasião na Província.

Remeteu seu olhar sobre os métodos de ensino utilizados nas classes, assinalando que, na falta de outro melhor, tinha sido, desde 1855, seguido nas escolas públicas, e se não satisfazia toda a expectativa, também não se podia desconhecer que muitas eram as suas vantagens, entre as quais era para se notar a facilidade com que o ensino poderia ser dado a todos os discípulos, duas vezes ao dia, e dentro do espaço das três horas de cada reunião diária, “mesmo em escola de cem alunos” (p.27).

Não escapa ao seu olhar as questões referentes à escassez de materiais didáticos. Nesse sentido, Herculano Ferreira Penna destacou a grande carência de livros e as dificuldades de aquisição por encomenda, pois, no mercado em Cuiabá, raras vezes poderia encontrar, e isto tinha concorrido para a falta de “uniformidade” nos compêndios, “a exceção dos da Arthmetica de Bezout, e da Grammatica por Monte-Verde adoptados na escola de 2.º gráo” (idem).

Salientou que nas demais escolas, os meninos estudavam ou liam, “o que seus pais” lhes ministravam, “ficando aos mestres a obrigação de proibir o uso do que for incorreto, ou por qualquer modo inconveniente” (p. 27)

O presidente reservou parte de seu relatório para descrever sobre as questões referentes às casas, a mobília e os utensílios utilizados nas escolas. Sobre essa situação, assinalou que o auxílio que havia sido concedido pelo Poder Legislativo Geral para as despesas com instrução pública em Mato Grosso, que resumia na quantia de “vinte contos de

reis”, havia sido empregado em “três moradas de casas”, situadas na Capital, “para as quaes pãssarãõ-se as escolas de meninos, por serem as mais numerosas, e exigirem por isso accomodações, que não se encontrãõ facilmente nas casas de aluguel” (p. 28).

Conforme Herculano Ferreira Penna, as demais escolas funcionavam em casas alugadas à custa dos professores “o que era para eles um ônus tanto maior quanto sãõ subidos os alugueis”, como exemplo citou as escolas localizadas na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, Vila Maria, Corumbá e Miranda. Para o presidente, por essa razão, os professores destas escolas procurassem “accommodar-se em mui acanhados e impróprios compartimentos para evitar que a mor parte de seus ordenados seja absorvida por esta despeza” (idem).

Entretanto, salienta o presidente da Província, com o exemplo que havia se passado na Capital, tinham-se aumentado as instâncias de pedidos de casas, ou de dinheiro para alugueis, pedidos que não podiam ser satisfeitos pelo Governo da Província, pois embora os pedidos fossem muito bem fundamentados, faltavam meios e autorização legal para fazê-los.

E ainda assinalou Herculano Ferreira Penna que o Inspetor Geral observava mais uma vez que era insuficiente a quantia de 450\$000 reis anualmente decretada para a compra de papel, penas, tintas, e outros utensílios, que deveriam ser distribuídos aos meninos pobres e acrescentou que pela insuficiência de material algumas escolas haviam ficado sem aqueles suprimentos (p.29).

E por fim enfatizou:

Não lhe parece regular que este beneficio seja feito, como tem sido, parcialmente, ou só aos que os Professores julgãõ dignos delle, porque a desigualdade é inevitãvel, faltando-se as vezes aos mais necessitados, e por isso propõe a elevação desta despeza á quantia de um conto de reis, com a qual será possível generalisar-se o favor, comprehendendo-se nelle a distribuição de Compendios de Grammatica, e de Arthmetica, de mais difícil aquisição para os pobres. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1862, p.29)

A respeito das escolas particulares, ressaltou que o Inspetor das Aulas havia recebido os mapas somente de 10 delas, em quatro das quais se ensinava música, conforme informações, o número de alunos atendidos era de 129. Notificou-se que estas escolas particulares localizavam-se nas freguesias da Sé, Rosário, Diamantino, Poconé, Vila Maria, Miranda e Sant’Anna do Paranahyba.

Em 1864, o presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho, dando continuidade ao relato sobre a temática da instrução pública na Província sob sua responsabilidade, destacou no subitem “NUMERO DAS ESSCOLAS E A SUA FREQUENCIA” que:

Subistes o numero de 20 escolas publicas de instrução primária em toda a Provincia, sendo duas somente para meninas e uma do 2.º gráo para meninos. Estiverão vagas durante o anno as cadeiras da Chapada, Albuquerque e Miranda e durante parte delle, as de Pedro II, Guia, Corumbá e Sant'Anna. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1864, p.17)

Sobre o número de alunos frequentes, o presidente assinalou que “conforme as relações semestraes, foi, termo médio, de 838 alumnos de ambos os sexos” (IBIDEM, IDEM).

Destacou ainda que aquele número reunido aos dos alunos das escolas particulares, chegava a 971, isto representava uma pequena diferença de 1 para menos do que havia sido no ano anterior.

Em relação aos meninos classificados como pobres, e que neste caso deveriam ter a assistência de papel e tinta, salientou que o numero chegava a 346<sup>83</sup>. A esse respeito, assinalou que o Inspetor das Aulas rogava que se dignassem “de providenciar sobre a insufficiencia de verba destinada a compra de compêndios, exemplares, papel e outros objetos necessários para os meninos pobres”. (p. 20-21)

Em 1865, Alexandre Manoel Albino de Carvalho apresentou o cotidiano do conflito na fronteira descrevendo o que chamou de “synopsis da história da invasão paraguaia”, nesse sentido, tratava-se de um relatório expondo os acontecimentos sobre sua gestão na ocasião da entrega da administração da província para Augusto Leverger. Entre as informações, Albino de Carvalho acabou transcrevendo o relatório do Inspetor Gaudie Ley, na íntegra, por julgar ser claro e conciso. (p. 89) Destacava-se os seguintes itens: Inspetorias paroquiais, professores, números de escolas e sua frequência, casas e mobílias, exames, escolas particulares, instrução secundária, orçamento e “providencias” que eram sugestões para seu sucessor.

Ente os anos de 1865 a 1870<sup>84</sup>, conforme Castanha (2008), a província sofreu com três eventos considerados de situação calamitosa: a Guerra contra o Paraguai, a enchente do rio Cuiabá, em 1865, e a epidemia de varíola, em 1867. Em relação à enchente, o autor assinalou que esta acabou destruindo boa parte das plantações marginais, o que ocasionou uma significativa queda na produção de alimentos. Em relação a epidemia de varíola, esta foi

---

<sup>83</sup> Os números de crianças consideradas pobres frequentando as escolas mato-grossenses oscilavam entre 360 e 402, nesse sentido, indaga-se: As disposições estabelecidas no Regulamento Orgânico de Instrução pública de Mato Grosso contribuía para que este número permanecesse inalterado? Ou era por não dispor de pena, papel, tinta, e outros utensílios conforme lembrou o presidente Herculano Ferreira Penna que estas deixavam de frequentar as escolas?

<sup>84</sup> Em 1866, o Presidente da Província, Albano Osório, informava sobre a instrução pública que “Nenhuma observação me ocorre fazer sobre o relatório que ultimamente me apresentou o inspetor geral dos estudos”, todavia assinala-se que as atenções na Província estavam voltadas para a Guerra contra o Paraguai, fazendo com que possivelmente a dedicação a outras questões deixassem de ser prioridade.

prejudicial à instrução pública. Desse modo, em 1869, Castanha destacou que o inspetor ressaltou que esta fez sentir os seus efeitos no quadro de inspetores dos estudos, em que 4 deles sucumbiram à epidemia, e também dois outros substitutos. (p. 282) O mesmo ocorreu com outros três professores, e um substituto foi a óbito, por terem sido acometidos pela varíola. (p. 283)

Conforme Castanha (2008), as autoridades conheciam os efeitos da epidemia de bexiga (como a varíola era conhecida), pois já havia ocorrido casos na Bolívia e no Paraguai. Para o autor, com a intenção de evitar problemas maiores, encaminharam algumas medidas para vacinar a população. A esse respeito, Castanha destacou que em relação à vacinação, boa parte da população se negava a colaborar com os agentes do Estado, “era o poder da casa, contra o poder do Estado”. (Idem)

Ainda sobre a situação da epidemia de varíola, Castanha salientou que as questões ligadas à higienização, disciplina e saúde começaram a fazer parte do cotidiano escolar, assim, no Regulamento Orgânico de Instrução Pública de 1873, o autor assinalou que passou-se a exigir dos alunos, no ato da matrícula, a declaração de vacina, pois não teria direito à matrícula quem sofresse de moléstia contagiosa. (p. 283)

Jose Cardoso Junior, em seu relatório de 04 de outubro de 1872, ao dirigir-se a Assembleia Provincial, destacou que havia baixado “em data de 17 de setembro de 1872” o regulamento de nº 4<sup>85</sup>, reorganizando a instrução pública da Província de Mato Grosso, detalhou no art. 10, do Regulamento de 1872, os “conteúdos/matérias” que seriam desenvolvidos no “ensino elementar”. Nesse sentido, o referido regulamento listou 7 incisos, a saber:

- § 1º De instrução primaria e religiosa.
- § 2º De leitura e escripta.
- § 3º De elementos de grammatica da língua nacional.
- § 4º De noções de arithmética e suas diferentes applicações praticas.
- § 5º De noções de geographia e historia, principalmente a do Brazil.
- § 6º Do estudo do systema de peso e medidas do Imperio.
- § 7º De trabalhos de agulhas e outros para o sexo feminino. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1872, p. 65)

---

<sup>85</sup> Nesse sentido, José de Miranda da Silva Reis salientou, através do seu relatório de 03 de maio de 1873, que o regulamento seria provisoriamente posto em execução até a aprovação da Assembleia Legislativa Provincial, daí Castanha (2006a) referir-se às mudanças ocorridas na *educação* mato-grossense no “regulamento de 1873”, não obstante, em 1873, o regulamento de nº 4 só foi aprovado na referida Assembleia, apesar do Presidente José de Miranda afirmar, naquela data, que o pouco espaço de tempo no cargo de presidente não poderia orientar-lhe nas difíceis questões do regulamento, mas que iria expor com franqueza o juízo que havia formado sobre o estado da instrução pública na província e propor uma ou outra modificação na proposta, que deveria ser submetida a aprovação dos deputados provinciais naquela sessão. (p. 15)

Castanha (2006a), ao estudar a organização da instrução pública em Mato Grosso, analisou o regulamento (1873) e, segundo o autor, este documento apresentou várias inovações em relação aos anteriores. Nesse sentido, o autor ressaltou que o referido regulamento estabelecia que o início do ano letivo deveria se dar em 20 de janeiro e seu término em 7 de dezembro, resguardando a folga semanal de quinta-feira, domingos e feriados. A esse respeito, para o ingresso na vida escolar, tal documento “estabeleceu a idade mínima de cinco para e máxima para dezoito” anos, apresentava também dois graus, “no primeiro, os alunos deviam aprender a ler e escrever as quatro operações e princípios religiosos. No segundo, além das matérias do primeiro, deveriam saber “aritmética até proporções, gramática da língua nacional e noções gerais de deveres religiosos e morais” (p. 39).

José Cardoso Junior foi substituído por José de Miranda da Silva Reis, nesse sentido, Castanha (2008) destacou que o regulamento tão defendido por Cardoso Junior não havia sido aprovado, pois este foi em pouco tempo substituído. Assim, seu sucessor, tão logo assumiu propôs mudanças no documento construído por seu antecessor e que deveria ser submetido àquela sessão para aprovação.

Miranda da Silva Reis continuou a trazer à tona a falta de professores, a má preparação destes (pouco habilitados), propôs mudança no horário das aulas (antes o regulamento sugestionava um turno diário com início às 8:30 até as 14:30). Castanha (2008) salientou que, segundo o presidente, seis horas de aulas era exigir muito da criança, “pois, seria fatigante estimularia a ideia de furtar-se a ela, ora coagida pelo cansaço, ora pelo calor que neste clima ardente leva a fadiga ao corpo e ao espírito nas horas do meio dia”. Nesse sentido, o autor assinalou que Miranda da Silva Reis:

[...] sugeriu a alteração do horário dos trabalhos escolares, que deveria iniciar as sete e terminar as doze, “tendo desta sorte o discípulo 5 horas diárias de menos incomoda permanência na escola, tempo este, mais que suficiente pra empregar-se nos exercícios escolares”. [grifo do autor] (CASTANHA, 2008, p. 288)

Conforme Castanha, o fato concreto e significativo para a instrução pública da Província de Mato Grosso, no ano de 1873, foi a aprovação do projeto de reforma que estava em discussão na Assembleia, desse modo, salientou o autor, as pequenas alterações sugeridas por Silva Reis foram incorporadas, mas os fundamentos da reforma foram mantidos do projeto de Cardoso Junior. (p. 289)

Sobre o currículo escolar, Castanha (2008), ao considerar apenas a escola primaria



elementar, afirmou que o que foi estabelecido pela lei de 15 de outubro de 1827 permaneceu inalterado até o final do Império. Conforme o autor, a escola de primeira letras, elementar, primária, ou de 1º grau, como frequentemente era chamada no Império, tinha um currículo bastante elementar. Desse modo:

[...] Nas escolas de 1º grau da Corte se aprendia a “instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais de gramática, os princípios elementares da aritmética, e o sistema de pesos e medidas do município” [aspas do autor]. Em síntese: o respeito, a fé, o ler, o escrever e o calcular garantiriam uma identidade comum entre os indivíduos. (CASTANHA, 2008, p. 416)

A respeito do que se aprendia nas escolas mato-grossenses, assinala-se que os apontamentos apresentados por Castanha, sobre o ensino na Corte, correspondiam ao exposto pelo Inspetor Geral dos Estudos em Cuiabá, Conego João Leocadio da Rocha, em 15 de abril de 1873, ao apresentar o quadro intitulado de “Quadro dos alumnos das escolas publicas de instrucção primaria da Freguezia da Sé que soffrerão exames no anno findo”. Nesse sentido, o inspetor informava o resultado dos exames que haviam sido realizados em três escolas do sexo masculino e uma do sexo feminino. O conteúdo visto no exame consistia de “Leitura, escriptutação, doutrina christã e as quatro operações de arithmethica”<sup>86</sup>.

Sobre esse assunto, um dos aspectos apresentados por Castanha (2008) sobre a escola brasileira foi a parceria entre Igreja e Estado no que corresponde a presença dos conteúdos no currículo. Além disso, como destacou o autor, na Corte, o regimento interno das escolas primarias definia como dever do professor “infundir no coração de seus discípulos o sentimento dos deveres para com Deus, para com a Pátria, pais e parentes.” (p. 411) Castanha assinalou, ainda, que conforme o Artigo 7, do regimento das escolas da capital do Império, cada uma delas deveria ter como objeto indispensável uma imagem de Cristo crucificado, o retrato do Imperador e um relógio. A presença destes três símbolos, segundo o autor, representava a moral religiosa, o Estado, a ordem e a disciplina. (Idem)

À luz do que expôs Castanha (2008), pode-se observar, a partir das informações constantes no quadro a seguir, um exemplo do que se aprendia nas escolas de primeiras letras mato-grossenses. Nesse sentido, localizada na capital, na 1ª e 2ª escola de instrução pública

---

<sup>86</sup> MATO GROSSO. Relatório: 1873. Presidente da Província, José Miranda da Silva Reis, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na Segunda Sessão da 19ª Legislatura. Cuiabá, 03.05.1873. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acessado em: 15 de Nov. 2016. Em que observou-se que o aludido quadro está disposto no “Anexo N. 4”, mapa de “N. 3”, e sob o título de: “Quadro dos alumnos das escolas publicas de instrucção primaria da Freguezia da Sé que soffrerão exames no anno findo”.

primária, regida pelo professor Benedicto Francisco de Paula<sup>87</sup>, conforme o jornal *A Situação* (18-07-1875, ano VIII, n.º 482), aprendia-se através das “secções” de leitura, escrita, doutrina e gramática, a ler, escrever e doutrina cristã. Não ficou evidente a aprendizagem sobre os rudimentos das quatro operações, muito embora se assinale que as informações tratam-se de uma lista contendo o nome de 54<sup>88</sup> alunos que fizeram os exames de classe para o ano de 1875, no mês de junho. Nesse sentido, deduz-se que haveria tempo suficiente para aprender outros conteúdos até o final daquele ano. Presume-se que a preocupação do professor estivesse no ensino da escrita e da leitura.

**Quadro 7 - Secções das 1ª e 2ª escolas de instrução pública primária e suas respectivas classes a cargo do Professor Benedicto Francisco de Paula – 09 e 12 de junho de 1875<sup>89</sup>.**

<b>Secção</b>	<b>1ª Escola</b>	<b>Secção</b>	<b>2ª Escola</b>
<b>Leitura</b>	1ª Classe	Leitura	1ª Classe
	2ª Classe		2ª Classe
	3ª Classe		3ª Classe
	4ª Classe		4ª Classe
	5ª Classe		5ª Classe
	6ª Classe		6ª Classe
	-		7ª Classe
<b>Escrepta</b>	3ª Classe	Escrepta	3ª Classe
	4ª Classe		4ª Classe
	6ª Classe		5ª Classe
	7ª Classe		6ª Classe
	-		7ª Classe
<b>Doutrina</b>	1ª Classe	Doutrina	1ª Classe
	2ª Classe		2ª Classe
	-		3ª Classe
	-		4ª Classe
	-		Grammatica
-	-	Grammatica	1ª Classe

**Fonte:** *A Situação*, 18-07-1875, ano VIII, n.º 482, p.01-02.

Outra questão importante refere-se ao tempo, como tratado anteriormente à luz do que expôs Castanha (2008, p. 288). A esse respeito, Borges (2014), ao estudar a “urdidura” do magistério na cidade do Rio de Janeiro, revelou como o professor Pardal distribuía os saberes de três áreas pelas dez classes que organizava seus alunos. Conforme a autora, documentos posteriores sugeriam que a divisão adotada pela inspetoria na Corte era de oito classes, no entanto, em Mato Grosso, no caso do Seminário Episcopal, a partir das informações constantes em *A Imprensa de Cuiabá* (30-07-1863, ano V, n.º 237, p. 01), deduz-se que as

<sup>87</sup> Conforme Paião (2006a), o professor Benedicto Francisco de Paula atuou como professor da escola do sexo masculino de Cuiabá nos anos de 1873, 1877, 1878 e 1879.

<sup>88</sup> Dos 54 alunos, conseguiu-se localizar 09 no recenseamento de 1890, dos 09, cinco eram pardos e quatro, brancos.

<sup>89</sup> Ver o Quadro XII – Chave do Sistema de Ensino da Escola de Santa Rita na Corte apresentado por Borges (2014, p. 117)

aulas de Latim também pudessem possuir o mesmo “sistema de ensino”, pois as classes decúria somavam quatro, e as de tradução somavam mais quatro, totalizando oito classes ao todo. Borges destacou também, em relação aos seus estudos, que, em documentos referentes a 1872, encontrou informações sugerindo que a divisão adotada pela inspetoria na Corte era de oito classes. O quadro acima pode dar uma ideia sobre a divisão, ressalta-se que na “secção de leitura” da 1ª escola foram listadas 6 classes, supondo faltar apenas duas classes para a conclusão daquela seção. Na seção de “escripta”, assinala-se que possivelmente havia alunos somente nas classes 3ª, 4ª, 6ª e 7ª. Sobre a seção de doutrina, provavelmente, o professor estava iniciando-a por apresentar apenas duas primeiras classes.

Ainda sobre a divisão dos conteúdos, trouxe a contribuição das informações constantes no periódico *A Imprensa de Cuiabá*<sup>90</sup>. O exemplo agora parte das experiências com ensino secundário de responsabilidade do Seminário Episcopal da Conceição, na cidade de Cuiabá, na década de 1860. Desse modo, conforme o jornal, a aula de “Francez”<sup>91</sup> estava com 27 alunos na classe de tradução, 8, na segunda classe de tradução, 8, na terceira e 8, na quarta classe. Para o restante das aulas as informações sugerem que estas poderiam estar sendo finalizadas, haja vista a aula de *Philosophia Racional* estava com 91 lições a completar as matérias do ano [...] na forma do Art. 78 para entrar na recorda (sic) e destacavam que sobre aquela matéria [...] fizeram-se 5 reparações” (IMPRESA DE CUIABA, 1863, p.01). A de *Retórica* havia completado as 82 lições e a parte teórica. Passava-se à prática e/ou à aplicação da regras ao discurso por meio da análise. Para esta aula haviam feito uma reparação conforme o Art. 96.

Quanto à aula de *Historia Ecclesiástica*, esta havia avançado em 89 lições, entrava em recordação da matéria estudada e também haviam realizado uma reparação na forma Do Art. 96.

Em relação à aula de *Theologia Dogmatica*, haviam cumprido quase o curso completo para aquele ano, explicito no Art. 85, a saber: [...] os tratados de Deos e seus divinos atributos – da unicidade de Deos – de Deos creador – do Mundo – do Homem – dos Anjos e do Augustissimo Misterio da Trindade (IDEM, IBIDEM). Destacava que após as 87 lições iniciava-se a “recorda” das matérias, inclusive “20 sabbatidas”. Sobre esta lição haviam

<sup>90</sup> (30-07-1863, ano V, nº 237, p. 01)

<sup>91</sup> De acordo com *A Imprensa de Cuyabá* (08-10-1863, ano V, nº 247, p. 04), na coluna “Annuncios” na Rua Augusta, loja nº 50, vendia-se livros próprios para estudos das línguas latina e franceza a saber: Cornelio, Phedro, Salustio, e Arte Versificatória, Aventuras de Telemaco, Guia da Conservação Diccionairos de Roquette e Fonseca e Grammatica de Daux (p. 04).

realizado duas reparações conforme o Art. 96 dos Estatutos<sup>92</sup>.

A aula de Liturgia havia começado pelo exercício das cerimônias dos ofícios divinos, e achava-se em estudo prático da aplicação das regras na confecção do calendário, após as 82 lições. Em relação à de Theologia Moral, após 88 lições, haviam completado as matérias da parte prática e passaram a recordar as matérias estudadas. Foram feitas 4 reparações a despeito desta aula, inclusive a realizada naquela data. Sobre a totalidade de matérias que tratavam dos preceitos religiosos presentes nas práticas do Seminário Episcopal da Conceição, Siqueira (2000) assinala que os ensinamentos nesta instituição eram “primacialmente para a formação clerical”. (p. 181)

A descrição encontrada no referido periódico sugere que as aulas e Francês pudessem ser aquelas em que os alunos encontravam-se em maior atraso, e/ou não haviam ainda sido ministradas as lições em número suficiente. Em relação à aula de Latim, de acordo com os exames realizados, sete alunos haviam sido submetidos, porém apenas três foram julgados capazes de passar para a segunda classe, os outros quatro foram “preservados” na primeira até que se realizasse um novo exame. Nos exames da 2ª para a 3ª classe, os quatro alunos que haviam sido submetidos não conseguiram êxito, assim, a comissão julgou que os examinados deveriam continuar na mesma classe conforme o Art. 66, dos estatutos. (A IMPRENSA DE CUIABA, 1863, p. 01)

Descritas essas nuances do ensino secundário na cidade de Cuiabá, fruto das experiências desenvolvidas no Seminário Episcopal da Conceição, adiante, observa-se, através das exposições realizadas por Siqueira (2000), como o ensino secundário trilhou um caminho na província em questão até tornar-se realidade.

A princípio, conforme as informações expostas no Relatório de João José da Costa Pimentel, presidente da província de Mato Grosso, em 1850, o ensino secundário funcionava com algumas cadeiras isoladas (as primeiras foram às cadeiras de Latim e Francês) que funcionavam na Capital e na cidade de Poconé – Latim. (Relatório de 1850 e 1856)

Em 1852, no Relatório de Augusto Leverger, presidente da Província de Mato Grosso, informava-se que, naquela ocasião, 43 estudantes frequentavam a aula de Latim, e 10, a de Frances na capital. A de gramática latina, na cidade de Poconé, contava apenas com 8 discípulos (p. 19). Em 03 de maio de 1853, Leverger informou que a aula de Latim contava com 45 alunos e a de Francês, com 12. Na cidade de Poconé a aula de Latim era freqüentada por 12 discípulos. (p. 17) Em 1854, os dados sobre a capital permaneciam os mesmos, mas

---

<sup>92</sup> Provavelmente o Seminário Episcopal da Conceição possuísse um Estatuto que normatizava as dinâmicas nesta instituição, principalmente as questões concernentes as atividades de avaliação.

em Poconé apenas 8 alunos frequentavam a aula de Latim. O presidente informava que constava estar a caminho da capital o “Lente nomeado pelo governo imperial para reger a Cadeira de Theologia Dogmatica e Moral”. (p. 22) Em 1856, a aula de Latim era frequentada por 35 alunos, a de Frances, por 16. Nesse sentido, o presidente informava também que, em observância à Lei N.º 4 de 29 de abril de 1837, havia demitido o professor da aula de Latim de Poconé que “desde há mais de seis mezes, tem menos de seis alumnos, segundo consta dos respectivos mapas”. (p. 13) Leverger informou ainda que a Aula de Theologia Dogmatica e Moral, criada pelo governo imperial, era regida pelo Rvd.º Ernesto Camilo Barreto, nomeado pelo mesmo governo, e que funcionava desde de agosto de 1854.

Ainda sobre o ensino secundário, o presidente também informou que, no início daquele ano, o Bispo havia criado provisoriamente uma cadeira de Theologia Exegetica, Religião e Lugares Theologicos que, naquele momento, era regida gratuitamente pelo Revd.º Joaquim Antonio da Silva Rondon. Como já se aludiu anteriormente, Castanha (2008) atribuiu a Leverger a difusão da instrução em Mato Grosso, esse relatório demonstra os esforços deste governante em relação à afirmação de Castanha, principalmente em relação ao ensino secundário; assim, o presidente informava também que, para os alunos que cursavam aquelas aulas, fazia-se preciso o estudo de Filosofia racional e moral. Conforme Leverger, na falta de quem se apresentasse para reger a dita cadeira, mandou provê-la com o Lente da cadeira de Theologia Dogmatica e Moral, que receberia a gratificação de quatrocentos mil reis. (p. 13-14)

Em 03 de maio de 1857, conforme o presidente Albano de Souza Osório, frequentavam as aulas de Latim 36 discípulos, 11, a de Francez e 12, a de Filosofia (p. 06). Em 1858, Joaquim Raymundo Delamare informava que a aula de Latim da Capital era frequentada por 32 estudantes, a de Francez, 10 discípulos e 12, na de Filosofia, informou ainda que 13 estudantes frequentavam a aula de Latim em Poconé. (p. 14)

Assinala-se que as informações apresentadas pelos presidentes da Província de Mato Grosso, entre 1852 e 1858, confirmam a assertiva de que o ensino de segundo grau funcionava apenas com algumas cadeiras. Nesse sentido, salienta-se que estas informações continuam a ser corroboradas no Relatório de Joaquim Raymundo Delamare, 1859<sup>93</sup>, (p. 17) em que o presidente afirmava que:

---

<sup>93</sup> Nesse sentido, o relatório que foi lido na abertura da Assembleia Legislativa Provincial realizada em 03 de maio de 1859, mas as informações correspondiam sobre o exercício do ano de 1858.

Existe na Província três cadeiras de instrução secundária, sendo na Capital huma de Philosophia racional e moral, que contava com 12 alumnos, e outra de grammaticas latim e franceza que foi frequentada por 44 discipulos , dos quaes 19 se applicarão simultaneamente ao francez, e mais outra em Poconé frequentada apenas por tres alumnos. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1859, p. 17)<sup>94</sup>.

Informava ainda que, além das cadeiras públicas que foram mencionadas, existia a particular e gratuita de Latim do Rvd. Padre Mestre Joaquim Antonio da Silva Rondão, frequentada por 15 alunos, desse modo, a instrução secundária era oferecida nas três cadeiras públicas para 59 alunos e, na particular, para 15, perfazendo um total de 74, “que realmente he bem diminuta”. (idem, ibidem)

Após realizar estas considerações sobre o ensino secundário na Província, o presidente apontou outra solução referente a esta modalidade de ensino, nesse sentido, proclamava que já se achava funcionando o Seminário Episcopal da Conceição, e que, a partir do Decreto de n. 2245 de 15 de setembro 1858, haviam sido criadas pelo governo imperial, no referido Seminário, “as Cadeiras de Grammatica e Lingua latina, de Francez, de Rethorica e Eloquencia sagrada, de Philosophia racional e moral, de Theologia moral, de Theologia dogmática, de Historia eclesiastica e Instituições canônicas e de Liturgia e Canto gregoriano. Conforme o presidente, todas as cadeiras estavam providas, menos a de Philosophia racional e moral, e a de Liturgia e Canto gregoriano”. (p. 18)

Com a inserção do Seminário Episcopal da Conceição para a “instrução da mocidade”, Joaquim Raimundo Delamare salientava que tornava a seu ver “por muito tempo desnecessário” a criação de um “Lyceo” como havia decretado a lei de n. 2 de 5 de julho de 1848, como também a conservação das cadeiras públicas de Philosophia racional e moral, de Latim e Francês da Capital, uma vez que os professores destas já haviam sido nomeados para atuar nas cadeiras do Seminário. A conservação das cadeiras, salientou Joaquim Raimundo Delamare, seria “huma despeza improficua e não compatível com as nossas limitadas circunstancias”. (Idem)

Como sugeriu Joaquim Raimundo Delamare, a supressão das cadeiras públicas continuava na ordem do dia, nesse sentido, o Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, destacou que a aula de “Filosofia” (sic) mantida pela província havia cessado desde o primeiro dia daquele ano. Também era a situação das cadeiras de Latim e Francês, a primeira havia sido frequentada, em 1859, por 35 discípulos e, naquele ano, por 15, e a de

---

<sup>94</sup> Em 1857, os números de frequência na cadeira de Latim correspondiam a 37 (Capital), na Capital e a 13, em Poconé. A de Frances, 10 e a de Philosophia, 12, ambas na Capital.

Francês, por 6 alunos. A despeito destes números, retirava-se a Província das responsabilidades com o ensino secundário e tornava o Seminário Episcopal da Conceição o centro formador para a mocidade cuiabana, até 1874, quando surgiu a Escola Normal.

A esse respeito, Siqueira (2000) salientou que a possibilidade oferecida aos administradores provinciais de investir, reformar, transformar o ensino primário e, acima de tudo, tomar para si a sua condução, controle e fiscalização, somente foi possível graças à criação de uma instituição particular que se incumbiu de fornecer aos jovens mato-grossenses o ensino secundário regular, eximindo a província de sua direção e organização. Nesse sentido, o então Seminário Episcopal da Conceição passou a ofertar essa modalidade de ensino aos alunos que, saídos do primário, buscavam a formação superior. A esse respeito, a autora evidenciou que:

Criado pelo Decreto nº 2.245, de 15 de setembro de 1858 e estruturado pelo nº 3.073, de 22 de abril de 1863, este estabelecimento de natureza religiosa e voltado, primacialmente, para a formação clerical, até 1880, estabeleceu com o governo provincial uma parceria, de forma a acolher em sua estrutura curricular, matérias avulsas que pudessem servir de preparatórias àqueles que desejassem ascender a um curso superior e que não se interessassem pela vida sacerdotal. (SIQUEIRA, 2000, p. 181)

Assim, conforme ressalta a autora, coube ao governo imperial o financiamento pedagógico e das obras físicas deste primeiro estabelecimento de ensino secundário da província de Mato Grosso. No ano de 1871, Siqueira assinalou que eram oferecidas pelo Seminário as seguintes matérias: Gramática e Língua Latina, Gramática e Língua Francesa, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Eloquência Sagrada, Teologia Dogmática, Teologia Moral, Instituições Canônicas, História Eclesiástica e Sagrada, e Liturgia e Canto Gregoriano.

A este conjunto de disciplinas de caráter religioso, a autora destacou que foram agregadas algumas cadeiras avulsas do ensino secundário, já criadas anteriormente pelo governo provincial, como a de Geografia e História, regida pelo professor Capitão José Roberto da Cunha Bacelar, e a de Matemáticas Elementares, regida pelo professor José Estevão Correa. Estas últimas disciplinas somente foram desligadas do Seminário Episcopal no momento em que, por ato oficial, foi recriado o Curso Normal, a 30 de setembro de 1874.

A respeito desta modalidade de ensino, Siqueira e Sá (2001) salientaram que em 1873, após promover uma reforma no ensino mato-grossense, Francisco José Cardoso Junior instalou “duas aulas noturnas”, sendo uma na freguesia da Sé e outra na freguesia de São Gonçalo de Pedro II, nas quais seriam feitas experiências de ensino secundário. De acordo

com os autores, essa tentativa foi infrutífera, uma vez que as escolas noturnas não conseguiram manter seu funcionamento por falta de alunos. (p. 07) Em 1º de outubro de 1880, Gustavo Galvão, o Barão de Maracaju, informava que a respeito do ensino secundário particular o único estabelecimento desse gênero na Província era o Colégio Interno São João Batista, dirigido pelo Reverendo Ernesto Camilo Barreto, onde os alunos recebiam instrução primária e secundária. Neste colégio, o presidente informou também que frequentavam 16 alunos, dos quais 3 frequentavam a aula de Latim. Conforme as visitas do Diretor Geral àquela instituição, verificou-se que o seu regímen interno era o melhor. (p. 29-39)

Postula-se ter apresentado acima noções gerais a partir dos relatórios dos presidentes de província, e atentando também às contribuições de Castanha e Siqueira sobre o ensino secundário, na Província de Mato Grosso, durante o século XIX. Nesse sentido, salienta-se que sobre as experiências com essa modalidade de ensino esse recorte não encerra em si, e sim continua aberto a outras contribuições que possam jogar luz sobre o que representou os esforços de políticos, clérigos e de cidadãos mato-grossenses para contribuir com a construção do processo de instrução em todos os níveis. A seguir contribuimos com a elaboração de um recorte que evidencie os percalços de como a criação, efetivação, e o processo de formação de professores e professoras se deu na Escola Normal mato-grossense a partir da década de 1870.

### **A Escola Normal**

Sobre o percurso da Escola Normal, Siqueira (2000) assinalou que, nos idos de 1837, aventaram a sua criação, porém, enquanto isto não podia se concretizar, o governo provincial enviou o professor Joaquim Felicíssimo de Almeida para formar-se na Escola Normal da cidade de Niterói, na Província do Rio de Janeiro, tendo a responsabilidade de ao retornar tratar de compartilhar os conhecimentos na formação de outros professores, o que de fato não ocorreu. Conforme a autora, ao retornar, o professor assumiu um cargo no governo e permaneceu nele até se aposentar. No entanto, Castanha (2008) apresentou informações que divergem de Siqueira, a esse respeito o autor salientou que, em 1845, o presidente Ricardo Gomes Jardim informou em seu relatório que havia enviado Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada para instruir-se na Escola Normal de Niterói/RJ com a finalidade de contribuir na formação de professores em Cuiabá. Conforme Castanha, Louzada recebia uma pensão do governo provincial e, de acordo com o atestado do diretor da escola de Niterói, o pensionista concluiria o curso no início de 1840 e em abril retornaria a Cuiabá. (p. 270)



Castanha evidenciou que a experiência da Escola Normal durou de 1840 a 1844, e que Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada havia cumprido o contrato com o governo provincial, contudo, de acordo com o relatório do presidente Ricardo Gomes Jardim, no ano de 1845, o professor doente e desgostoso, por conta do pequeno número de “discípulos aplicados”, não desejou continuar com as aulas. (p. 18)

Castanha (2008) salientou ainda que em seu relatório para o ano de 1854 o inspetor Joaquim Guadie Ley ressaltava que “uma Escola Normal, em que se preparassem os futuros mestres, é o meio, embora de remoto resultado, o mais profícuo para conseguir-se a reforma do estado atual”. (CASTANHA, 2008, p. 280-281) Nesse sentido, Castanha assinalou que a respeito do ressurgimento da ideia de uma escola normal na Província, pode-se concluir que esta partiu do inspetor Joaquim Guadie Ley, por conta de sua ida ao Rio de Janeiro, dois anos antes, pois ele, como salientou o autor, teria entrado em contato com Eusébio de Queiros, seu companheiro de partido naquela ocasião, e inspetor de instrução pública da Corte. Assim, Castanha (2008) assegurou que Eusébio de Queiros defendia a modalidade de escola normal para a formação de professores. (p. 281)

A esse respeito, Castanha atribui a concretização da criação da Escola Normal a Ernesto Camilo Barreto. Nesse sentido, o autor propõe fazer justiça, nos registros da história, de que a ideia de consolidação em relação ao movimento de criação da escola normal, apesar de os últimos presidentes terem defendido essa ideia, a solução financeira para sua implantação partiu do inspetor Camilo Barreto. (p. 292)

Sobre esse contexto, Castanha enfatizou que Ernesto Camilo Barreto, no seu relatório de 1874, salientava que:

“Não é lisonjeiro o estado financeiro da província, é verdade; mas para prevenir a questão econômica, proporei um meio, que nos levara ao fim desejado, sem maior sacrifício das nossas rendas, e antes com alguma economia”. E assim, propôs a supressão da cadeira mista de português, latim, francês e aritmética criada no ano anterior na cidade de Poconé, que ainda estava vaga e, o aproveitamento dos recursos previstos no orçamento, referente a cadeira extinta de instrução primária de 2º grau da cidade de Vila Maria. Os recursos advindos dessas duas cadeiras, que já constavam do orçamento da instrução, possibilitavam segundo ele, a criação de uma cadeira de Gramática de Língua Nacional e outra de Pedagogia, ou Método. Pela sua proposta, as duas cadeiras criadas seriam unidas com as de Geografia e História e a de Matemática Elementar, que a Província já mantinha, junto ao Seminário Episcopal. **As quatro cadeiras reunidas formariam o “curso normal para habilitação de professores”** [aspas do autor]. **Aquele rearranjo garantia uma economia de 200\$000 reis para os cofres provinciais e resolveria o problema da formação de professores.** [grifos meus] (CASTANHA, 2008, p. 292)

Para Castanha (2008), ao observar a legislação que havia criado a escola normal, é

possível afirmar que a proposta de Camilo Barreto foi acatada pelo presidente da província. Conforme este autor, a escola normal havia iniciado suas atividades em 03 de fevereiro desse mesmo ano, a afirmação pode ser confirmada no relatório do Barão de Diamantino em 3 de maio de 1875, em que o mesmo salientava que a dita escola “acha-se instalada nesta capital desde o dia 3 de fevereiro ultimo [...] a qual funciona em o edifício provincial sito a rua do Coronel Peixoto e para esse fim destinado”. (p. 07)

Desse modo, o presidente afirmava que a escola ia produzindo vantagens, conquanto não compensasse ainda os esforços feito em prol desta, mas que prometia “lisongeiros resultados” e, para isso, “poderosamente”, concorriam nas quatro cadeiras os seguinte professores:

- Antonio Pereira Catilina da Silva - Grammatica e Analyse da respectiva língua nacional,
- Dr. Dormevil José dos Santos Malhado – Pedagogia e Métodos,
- Mathematicas Elementares – Contador da Tesouraria da Fazenda José Estevão Correa,
- Geografia e Historia – Capitão de Artilharia Reformado do Exercito João Roberto da Cunha Bacellar.

Siqueira evidenciou que a Escola Normal tinha como principal papel a formação de professores. Sua inauguração contou com 33 alunos matriculados, número que decaiu posteriormente. Sua regulamentação foi promulgada pelo presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis, através do Decreto nº 13, de 9 de julho de 1874. Mesmo com a remoção das cadeiras públicas do Seminário para a Escola Normal, o primeiro continuou a oferecer o curso secundário, responsabilizando-se pela formação de boa parte da elite masculina regional.

Em 1877, o problema da falta de professores ainda era externado nos relatórios. Conforme destacou Castanha, naquele ano, a escola normal formaria sua primeira turma de professores, e muitos deles não deixariam sua vida na capital para se dirigirem aos confins da província, como era o desejo do presidente Hermes da Fonseca. Sobre os primeiros profissionais formados na Escola Normal, o Jornal *O Porvir* (14-11-1877, ano I, nº 13, p. 01) apresentou um conjunto de sete formados por esta instituição, nesse sentido, infere-se que estes poderiam ser os primeiros frutos da “poderosa proficiência” dos professores da Escola Normal, conforme relatou o Barão de Diamantino. Entre os formandos estava o pardo Félix Benedicto de Miranda. Sobre os primeiros resultados das aulas na referida escola havia também uma mostra dos exames realizados das turmas do 1º, 2º e 3º anos da Escola Normal.

Quanto à aprovação dos alunos e das alunas, as observações sobre seus aproveitamentos eram as seguintes: aprovado com distinção, aprovado plenamente, aprovado simplesmente e havia ainda os reprovados e aqueles e aquelas que haviam deixado de comparecer aos exames. (p.01)

Nesse sentido, Gondra e Schueller (2008) apresentaram um quadro sobre a criação e desenvolvimento das Escolas Normais no Brasil-Império, desse modo os autores informaram que em Mato Grosso, oficialmente, a Escola Normal teria sido criada em 1873, iniciado oficialmente os trabalhos em 1874, e durado até 1882.

Silva (200?)<sup>95</sup> faz alusão à Escola Normal para o ano de 1874, ressaltando o conhecimento da “Doutrina Cristã” como pré-requisito, o que não ocorria com a “criação” da Escola Normal em 1910. Conforme a autora, na Escola Normal de 1874, os homens formavam maioria das matrículas, ao passo que esta situação mudaria no início do século XX. O programa da escola normal de 1874 influenciou as experiências futuras, bem como a organização em anos e cadeiras. Deduz-se que a organização da escola, criada em 1874, possuía certa consistência em estrutura e funcionamento.

Em 1882, de acordo como o relato do presidente, grande parte das escolas da província estava provida interinamente, ou por contrato, por carência de pessoas habilitadas “nas matérias exigidas em concurso”, assim José Maria de Alencastro assinalava que:

Há 7 annos que foi installada a escola normal, tendo-se formado n’este período de tempo 19 alumnos e 7 alumnas; porem, ou por falta de vocação, ou por qualquer outra circumstancia, que ignoro, os alumnos mestres preferem ramos diversos d’aquelle a que se dedicarão, de forma que apenas formados temos empregados no magistério publico 2 alumnos e 2 alumnas. Convinha que todas as escolas da província fossem providas por homens formados, visto como a methodologia, que é uma seria preocupação dos que se applicão ao progresso do ensino é superficialmente estudada pelos que são alheios ao curso preparatório para o magistério. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1882, p. 3)

Em seguida destacou que havia sido para remediar aquele mal que a Assembleia Provincial criou, com a sua sabida lei nº 584, uma escola prática de métodos, não somente para os alunos, mas também para os professores que os ignoravam (p. 03).

Alertou-se, no inicio deste texto, que a falta de professores habilitados e os exíguos ordenados (além do atraso salarial) dificultaram a entrada e/ou permanência de professores na instrução pública, problema que pôde vir a ser solucionado já na década de 1880, com o inicio

<sup>95</sup> SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sé Poubel. Uma breve análise do currículo de formação de professores em Mato Grosso: Escola Normal de Cuiabá. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0389.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2016.

da propalada “feminização do magistério”. Siqueira (2000) assinalou que nessa época foi dada a preferência, na regência das escolas mistas, às mulheres, coincidindo com o fortalecimento do Curso Normal que naquela ocasião integrava, juntamente com o Preparatório, a primeira escola pública de ensino secundário, o Liceu Cuiabano.

### **Liceu Cuiabano**

Em 03 de maio de 1849 o presidente Joaquim José de Oliveira informava que “O Lyceo de instrucção secundaria, creado nesta capital pela lei de 5 de Julho de 1848, ainda não pode ter exercício, a vista do estado das rendas provinciaes”. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1849, p. 11)

Em 03 de maio de 1850, a criação de um liceu continuava presente nos discursos do presidente João José da Costa Pimentel, que informava à Assembleia Provincial que a criação deste, sugerido por uma lei dois anos antes, seria muito útil, mas faltavam mestres e dinheiro. Em seu discurso, Pimentel assinalava que na referida lei constava que esta instituição conteria 4 cadeiras, nas quais se deveria ensinar:

na 1ª grammatica latina, traducção e leitura da língua francesa; na 2ª arithmetica, álgebra até equações do 2ª gráo e partidas dobradas na 3ª geog. e hist. Universal, especialmente do paiz; e na 4ª enfim philosophia racional e moral, precedidas de algumas noções de physica e de historia natural. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1850, p. 09)

Devido aos exíguos recursos e à falta de professores, o presidente recomendava aos deputados que se esforçassem para “dar a província pelo menos hum bom mestre de latim e francez na capital, e outro de rethorica e philosophia, afiançando lhes (sic) um bom ordenado, e seguro pagamento”. (p. 09)

Nesse sentido, observou-se que, a partir de 1851, a Província passou a ser dirigida por Augusto Leverger, e, a esse respeito, assinala-se que praticamente este presidente não mencionava mais, ao discursar para a Assembleia Provincial, a criação do Liceu, passava a referir-se às cadeiras criadas, mencionando que se destinava ao “ensino secundário”. Somente em 1858 o presidente Joaquim Raymundo De Lamare volta-se a lembrar do assunto assinalando que:

Hoje que a Provincia tem a mais recursos, e que neste anno recebeo dos cofres geraes hum suprimento de dez contos de reis, que mandei passar para os cofres provinciaes, para ser applicado em beneficio da instrucção publica, **talves conviesse por em execução a Lei Provincial de 5 de Julho de 1848, que creou um Lycêo**

**nesta Capital.** [grifo meu] (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1858, p. 14)

No entanto, em 1859, a ideia da criação de uma instituição que pudesse responsabilizar-se pelo ensino público secundário passou a ser descartada por este presidente. Assim sendo, este informava aos deputados que em razão “de se achar funcionando” o Seminário Episcopal com um número de cadeiras suficientes para a instrução da mocidade, que pretendia obter uma educação regular e apurada, que tornava-se a seu ver “**por muito tempo desnecessária a não só a criação do Lyceo decretada pela lei de n.º 2 de 5 de Julho de 1848** [grifo meu], mas ainda a conservação das cadeiras publicas de Filosofia racional e moral, e de Latim e Francez desta Capital. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1859, p. 14)

De Lamare reforçou seu argumento referente à desnecessidade da criação de um liceu, assegurando que os professores que atuavam nas cadeiras públicas do ensino secundário haviam sidos nomeados para ocuparem as cadeiras da nova instituição e que seria difícil obterem outros professores para continuar oferecendo a instrução secundária pública. Assinalava, ainda, que a manutenção de tais cadeiras públicas seria uma despesa improfícua e não compatível com as “limitadas circunstâncias” da Província mato-grossense (p. 18).

Em maio de 1862, o presidente Herculano Ferreira Penna, observou que o Seminário Episcopal cumpria com a função da escola secundária, mas não a ponto de contribuir na formação dos jovens que pudessem seguir para a Corte e frequentar o ensino superior. Nesse sentido, Herculano Penna destacou que faltava ao Seminário “as Aulas de Geographia e Historia, e de Arithimetica, Algebra e de Geometria, sendo estes preparatórios exigidos por Lei para a matrícula nas diversas Academias do Imperio” (p.23-24), e salientava que:

parece de manifesta utilidade crear as ditas Aulas, para que os jovens filhos da Provincia, que se destinarem a carreira das sciencias, possam aqui estudar aquellas matérias, poupando as suas famílias a consideraval despesa que no caso contrario terão que fazer. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1862, p 24)

De qualquer modo, este presidente alertava para a importância da criação de um espaço, a exemplo de um liceu, onde houvesse preocupação com a formação da mocidade mato-grossense para além do ensino secundário. Neste aspecto Herculano Penna deixava claro que o Seminário não correspondia a todas as necessidades de uma educação “integral”. A esse respeito, percebeu-se que este presidente enxergava outras possibilidades no que dizia respeito à formação intelectual para a população de Mato Grosso, a preparação para o acesso

e/ou frequência no ensino superior.

Em agosto de 1871, Francisco José Cardoso apresentou em seu relatório a sugestão de nomes para a composição de uma comissão de estudos para reformar o regulamento de 1854, nesse sentido, endereçou um ofício ao Inspector Geral dos Estudos, Comendador Joaquim Guadie Ley, ao Dr. José da Costa Leite Falcão e Capitão Joaquim Roberto da Cunha Bacellar sobre a proposta de reformulação do referido regulamento. O autor do relatório solicitava aos integrantes da comissão que “intentasse uma discussão calma e refletida” sobre a instrução secundária da província, se era proveniente propor algumas aulas de ensino superior na capital, e se os cofres da província comportariam essas despesas. (p. 30)

Nesse sentido, José Cardoso parecia enxergar outras possibilidades na educação da província, a ponto de deixar transparecer a intenção da criação de “algumas aulas de ensino superior”, e a esse respeito ressaltava que desejava ouvir a opinião competente daqueles que as questões suscitadas tocavam muito de perto, acrescentando que:

Todavia dir-vos-hei que as sommas despendidas com a instrução da mocidade nunca serão improductivas [...] Supõe-se que uma provincia gasta de mais com a instrução da mocidade. Engano. As sommas paralisadas ao principio, tornão-se productiva depois e o producto dellas não só aproveita ao individuo, como também, e a mais ainda, aproveita a sociedade – que é tudo. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1871, p. 30-31)

Em 1872, José Cardoso Junior apresentou em seu relatório as mudanças propostas no Regulamento de 1854, desse modo, descreveu a reorganização presente no novo Regulamento Orgânico de Instrução Pública em todos os artigos<sup>96</sup>. Sobre as questões que envolvessem a concretização de um liceu na capital, assinalou que reconhecia que deveria cumprir com a manutenção das aulas do ensino secundário “addidas ao Seminário”, salientava que era pouco, mas que atendia a demanda naquele momento. A esse respeito destacou:

[...] se mais tarde fosse possível crear na capital um Lycêo ou Athenêo, com internato, utilisaria o estabelecimento a todos os filhos da Provincia, ficando o seminário para aquelles que se destinassem a vida sacerdotal. Mas esta criação dependerá de elevadas sommas, cujo dispêndio, me parece, não comportará tão cedo o cofre da Provincia. Neste caso o Lycêo, com o simples character de internato, também utilisaria grandemente. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1872, p. 65-66)

---

<sup>96</sup> Nesse sentido, ver: MATO GROSSO. Relatório: 1872. Presidente da Província, Francisco José Cardoso Junior, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 04.10.1872. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Assunto tratado nas páginas 59-79.

Concluía o assunto assinalando que, fosse como fosse, a providência ficava tomada, e o caminho indicado para quando permitissem as circunstancias. (p. 66)

Em 1874, um elemento novo apresentado através do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873 impulsionava os dirigentes da Província de Mato Grosso a pensar saídas para o ensino secundário. Conforme o presidente José Miranda da Silva Reis, “novos e vastos horizontes” descortinavam à mocidade estudiosa de todas as províncias do Império e a convidava “á seguir e abraçar a carreira literária e scientifica de que por uma mal e entendida centralisação se achava ella privada.” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1874, p. 30)

O presidente aludiu, ainda, às dificuldades encontradas pelos pais para mandarem seus filhos com pouca idade para outras províncias, e ressaltou a quantidade de “vocações perdidas” e “intelligencias privilegiadas votadas ao ostracismo por penúria e carência de meios da fortuna” (IDEM, IBIDEM). Lembrava, ainda, que, em contribuição aos esforços dos representantes da Assembleia Provincial e “de particulares amantes da instrucção”, auxiliassem e ajudassem “a acção do Governo” para que não tivessem um dia que sentir “os perniciosos effeitos da indiferença em uma questão que a todos vivamente interessa como a propagação e desenvolvimento da instrucção secundária”. (p. 03)

Nesse sentido, apresentou o texto original emitido pelo Governo denominado de “Avizo n. 9851 de 18 de Outubro”, de 1873, a saber:

O Decreto de n. 5429 de 2 do corrente mez, creando em todas as Provincias commissões de exames preparatórios validos para a matricula nos cursos superiores, faz esperar que a iniciativa particular e as Assembleia Legislativas Provinciaes se empenharão em desenvolver a instrucção secundário tanto quanto é preciso para que sejam aproveitados e mantido os favores daquelle acto.” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1874, p. 30)

Conforme Silva (2012, p. 104), Miranda da Silva Reis deu prosseguimento as políticas iniciadas por Cardoso Junior, produziu um discurso que atribuía uma confiabilidade ao relatório de Ernesto Camilo Barreto, e se mostrava bastante influenciado pelas ideias desse inspetor dos estudos. Entretanto, ressaltou a autora, o presidente conclamava que era necessário não desanimar perante “as dificuldades que surgem medonhas” para assim poder tirar a instrução da Província do “aniquilamento e da morte a que seria forçosamente arrastada, se com mão segura não viésseis reanimar-lhe as forças” (Idem). Conforme, as palavras finais de Miranda da Silva Reis, no relatório de 1874, este colocava-se à disposição da Província, ressaltando seus “esforços no honroso humanitário empenho de educar e instruir

a mocidade”. (p. 31)

Em 3 de maio de 1876, o presidente Hermes Ernesto da Fonseca, em seu relatório, apresentou em anexo o documento escrito pelo inspetor dos estudos sobre o estado e movimento da instrução primária, secundária e particular da Província de Mato Grosso. O inspetor iniciava seu relato expondo as informações sobre o ensino secundário e centrou suas atenções no esforço para a criação de um Lycêo na capital, reforçando que a ideia era uma promessa do artigo 11 do Regulamento Orgânico “para atingir os fins que o Governo geral teve em vista com o Decreto 5429 de 2 de Outubro de 1873”. E dizia ainda que:

A execução dessa idéia seria um serviço importantíssimo a mocidade cuiabana, que não encontra fora das poucas cadeiras de línguas e sciencias preparatórias, latim francez, philosophia e rethorica do Seminario Episcoal, onde possa habilitar-se para fruir dos favores e vantagens concedidos pelo referido decreto. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1876, p. 02)

Deixava claro que postergar a ideia da criação de tal instituição, seria conservar fechadas as portas dos estabelecimentos superiores da instrução secundária do Império a todos os jovens comprovincianos cujos pais fossem “pobres e deficientes” de meios para mantê-los na Corte, Bahia, Pernambuco e/ou São Paulo para prepararem-se para o ingresso no ensino superior. (p. 02)

Em seu relatório, em 1º de outubro de 1879, João José Pedrosa apresentava sua preocupação com a formação da mocidade cuiabana para além do curso normal. O presidente salientava que continuava a pensar que convinha reorganizar o curso dos estudos da escola normal, de modo que aproveitassem do ensino não só as pessoas que pretendessem dedicar-se ao professorado, como também aqueles que pretendessem “habilitar-se” para a matrícula nos estabelecimentos de ensino superior do Império (p. 146). Nesse sentido, reforçava sua opinião da seguinte forma: “porque o numero de estudante propriamente normalista é ainda muito limitado na Escola, e, por isso, devemos, como já se procura faze-lo, tirar dela todo proveito possível para compensar o dispendio que acarreta.”. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1879, p. 144)

Pedrosa assinalava, ainda, que não existindo curso algum especial de humanidades, e nem podendo a província por enquanto criá-lo, tornava-se uma necessidade e, assim, a medida de alargar o curso dos estudos da Escola, para que nela a mocidade desde já pudesse habilitar-se, senão em todos, ao menos em alguns preparatórios. (Idem)

Assinalava que a reorganização da Escola traria certo aumento de despesas que, entretanto, poderiam ser reduzidas, caso adotasse o expediente de fazer com que cada uma das



cadeiras já existentes acumulasse duas matérias de ensino, mediante gratificação que poderia ser adicionada aos respectivos vencimentos “alias bem exíguos e inferiores ao dos mestres de primeiras letras”. (p. 145)

Acrescentou que somente mais uma cadeira precisaria ser criada, a de língua inglesa, por não haver na escola, segundo informações, quem pudesse regê-la. Assinalou que para esta cadeira “não seria difícil contratar qualquer estrangeiro habilitado, pagando-lhe uma retribuição de 1200\$000 mais ou menos”. (Idem)

Sugeriu que a reorganização dos estudos pudesse ser da seguinte forma:

1ª Cadeira: Pedagogia e Grammatica Philosophica.

2ª Cadeira: Geografia e História Universal.

3ª Cadeira: Mathematicas.

4ª Cadeira: Francez e Latim.

5ª Cadeira: Rethorica e Poetica, e Literatura da Lingua Portugueza.

6ª Cadeira: Inglez. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1879, p. 145)

Pedrosa destacou que aquela reorganização foi feita convenientemente à distribuição das matérias em um curso regular: “a meu ver, há-de-ser muito profícua.” (p. 145)

O presidente sugeria que para os estudantes normalistas seria feito um curso a parte, de modo a não obrigá-los ao estudo de todas estas matérias, pois dificultaria a obtenção dos diplomas para habilitação do magistério público, afugentando-os da escola. Sendo assim:

Convertida, pois a mesma Escola num Lyceu ou Instituto, embora continuando a prestar-se ao preparo do pessoal para o magistério publico, - a mocidade de Mato Grosso poderá, dentro de em breve reclamar o gozo das vantagens do Decreto de 2 de Outubro de 1873 que autorisou a criação de mesas de exames nas capitaes das províncias. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1878, p. 145)

Para a realização da reorganização do ensino com vista a incorporar outros estudantes, além dos que desejassem formar para exercer o magistério, não “avultaria” em aumento de despesas. Conforme o Presidente cada um dos quatro professores existentes, cujas cadeiras sofressem acréscimo de ensino, receberiam a gratificação de 600\$000, a despesa aumentaria em 2:400\$000, com a cadeira de inglês, 1:200\$000, somando um total de 3:600\$000.

A respeito da concretização da reorganização, salientou que não havia feito ainda, não por falta de recurso, mas porque esperava a autorização da Assembleia, tanto para o acréscimo das despesas como para a transferência dos professores de umas para outras cadeiras.

Finalizando sua exposição sobre os melhoramentos nesse ramo do ensino, João José

Pedrosa destacou que esperava para esse fim que administração desse a autorização precisa, pois constava o curso atual das seguintes cadeiras:

Geografia e historia.

Mathematicas.

Francez.

Pedagogia.

Portuguez.

Nesse sentido, destacou que a cadeira de português deveria ser suprimida, pois que o estudo da língua pátria, feito nas escolas primarias, teria, segundo o plano apresentado, de completar-se nas aulas de “grammatica e filosofica e Literatura portuguesa”. (p. 145)

Enfim, em 1º de outubro de 1880, o presidente da Província Barão de Maracaju, anunciou a criação do “Lyceu Cuyabano” referendado pela autorização estabelecida nas leis de “ns. 523 de 5 de Julho de 1877 e 536 de 3 de Dezembro de 1879<sup>97</sup>”. O Barão de Maracaju salientou que para este fim contou com o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, cujas ideias conformavam com as suas (p. 26). Sobre a importância do trabalho do Dr. Dormevil, assim referiu-se:

Entregando-se este distincto cidadão com raro interesse e zelo ao cumprimento de seos deveres, consegui, com tanto dedicado auxiliar, por em pratica, em poucos mezes de minha administração, ideas que há tanto afagava e que, a meu pesar não pude realizar na bella provincia do Amazonas, por falta de autorização da respectiva Assembela. É pois com inteira satisfação que nesta solemne occasião dirijo os meus louvores e agradecimentos aquelle prestante cidadão pelo efficaz auxilio que prestou a esta presidência na criação do Lyceu Cuyabano e na reforma do ensino. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1880, p. 26)

Desse modo, o Liceu Cuiabano funcionaria com dois cursos. O Curso Normal e o de Linguas e Sciencias e preparatórias, o primeiro mantinha a função de formar professores e professoras, o segundo destinava-se a habilitar os aspirantes à matrícula nos cursos superiores do país. (p. 28)

É importante ressaltar que durante 32 anos esperou-se para por em prática a criação de um Liceu na província de Mato Grosso, desse modo, conferiu-se que o advento da criação desta instituição foi um momento significativo para a província, que foi transformado em uma data festiva com “salvas de palmas, estrepitosos vivas e bravos” conforme avaliaram Sá e Siqueira (2001) a partir de texto publicado pela redação do jornal *A Provincia de Mato Grosso*. Assim, de acordo com os autores, no referido Jornal anunciou-se a programação da

---

<sup>97</sup> Ver *A Provincia de Matto-Grosso* de 11-01-1880, ano II, n.º 54, p. 03.

instalação do Liceu para a data de 07 de março de 1880. A cerimônia iniciar-se-ia às 8h30min, com a apresentação de uma guarda de honra e três bandas de músicas militares no saguão do Liceu, às 8h45min, uma comissão composta de três professores, designada pelo Diretor, iria com ele buscar o Exmo. Sr. presidente no Palácio, e outra comissão, composta por outros três professores, buscaria o Exmo. Sr. Bispo Diocesano.

Conforme Sá e Siqueira (2001) todos tomaram assentos em uma sala “decorada para a recepção e “o Presidente da província declarará instalado o Liceu, tocando nessa ocasião as musicas e subindo ao ar uma girândola de foguetes” (p. 15). Em seguida, discursou o Diretor geral de instrução pública, a banda de música prostrou-se tocando outras músicas, o orador eleito pela congregação discursou, e depois facultaram a palavra a outros espectadores que pediram-na. (Idem)

Após a cerimônia, o presidente declarou encerrada a “sessão”, lavrou-se a ata junto a secretaria da instrução pública, e assinaram-na as autoridades e todos os espectadores que quiseram fazê-lo. Concluída a assinatura da ata, Sá e Siqueira (2001) salientaram que “Ss. Exas.” Foram convidadas a visitarem o estabelecimento, e em seguida retirarem-se acompanhadas pelo Diretor Geral, pelo corpo docente da Capital e pelos alunos do Liceu. (p. 16)

Nesse sentido, em 1881, o Liceu passou a figurar nas informações sobre o ensino secundário na província de Mato Grosso em conjunto com o Seminário Episcopal da Conceição. Desse modo, destaca-se que até aqui se produziu um esforço para evidenciar como a instrução, especificamente a instrução pública, trilhou seu caminho na Província de Mato Grosso até consolidar as modalidades de ensino que a mocidade cuiabana deveria cumprir para uma formação subsidiada nos desígnios da civilização, tão almejados na província mato-grossense. Ressalta-se que os esforços engendrados por seus dirigentes, conforme o relatório do Dr. Dormevil José Malhado dos Santos, anexo ao do presidente da província em 1881, tinha a finalidade de:

[...] cultivar a intelligencia dos Mato-grossenses, guiar os arrojados juvenis de tenras aves implumas, que encaram sem receio os infinitos das águias; era preciso educá-los n'um futuro – talvez bem próximo – dar a sua provincia os fructos de uma medida que lhe vaticina, pela lógica dos factos, prosperidade e progresso. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1881, p. 01)

Prosperidade, progresso eis o caminho ao qual a instrução pública levaria.

## 2.1 O olhar dos dirigentes sobre a escola e sobre a população mato-grossense, a título das contribuições no processo de formação do Estado Brasileiro

Esta sessão tratará de construir um olhar sobre como os dirigentes da Província de Mato Grosso viam a escola e a população mato-grossense no decorrer do século XIX. Ressalta-se que se abstraiu do olhar dos responsáveis em promover os destinos da província fronteiriça, a percepção destes especificamente sobre as relações e a compreensão face às necessidades de instruir o público em idade escolar. Nesse sentido, buscou-se compreender à luz de Sá e Siqueira (2001) as saídas encontradas por alguns dos presidentes da Província para colocar Mato Grosso em consonância com os acontecimentos na Corte, o que corresponde a elevar a população mato-grossense aos moldes das sociedades civilizadas.

Outro aspecto importante reside em compreender como os meios de informação colocavam-se como suporte nas questões referentes à instrução pública, especialmente os jornais *A Província de Matto-Grosso*, *A Situação*, *O Liberal* e *A Imprensa de Cuyabá*. Salienta-se que tanto os discursos dos dirigentes, quanto as publicações destes jornais eram imbuídas de termos utilizados naquele momento, considerados importantes na promoção da instrução pública na província, com o intuito de contribuir na formação do brasileiro, elemento responsável na construção da nação, alimentando-se dos exemplos emanados a partir das experiências na Corte e em outras províncias consideradas mais adiantadas<sup>98</sup>.

Nessa empreitada encabeçada pelos dirigentes da província de Mato-Grosso, observou-se, à luz de Sá e Siqueira (2006), como os três pontos listados por esses autores como importantes na construção do Estado Brasileiro, a saber: **Projeto Nacional de Educação, o Estado no Comando e o Sistema Organizacional**<sup>99</sup> na Província de Mato Grosso vieram produzir seu itinerário.

<sup>98</sup> Ver o conjunto de Relatórios de Presidente de Província no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. A exemplo da Província de Pernambuco/São Paulo formando a mocidade no curso de Direito, a Bahia/Rio de Janeiro em Medicina e, muitas das vezes, Minas recebendo os jovens na educação dos preparatórios para seguir nos estudos na Corte.

<sup>99</sup> Conforme Sá e Siqueira (2001), para o *Projeto Nacional de Educação* constataram a existência de um projeto responsável para a constituição da nação brasileira, os autores salientam que este nasceu no interior das elites, *O Estado no Comando* a contribuição para a construção da nação estava o “comando do Estado”, mas especificamente a Corte emanando para as províncias e estas assumindo a direção da execução das idéias orientadas e, por fim, “*Sistema Organizacional*”. Conforme os autores, pelo Ato Adicional cabia as províncias, a partir de 1835, a condução dos dois graus de ensino – primário e secundário – e, para isto, um sistema hierárquico e fiscalista teve de ser montado a fim de que cada unidade administrativa pudesse desempenhar o papel de irradiadora das “luzes”, ficando a cargo do Presidente da Província a direção do processo, abaixo dele, a autoridade máxima da Instrução Pública, o Inspetor Geral, que mais tarde seria designado Diretor Geral. Seguiu-lhe uma rede de vigilância e controle exercidos pelos Inspetores Paroquiais espalhados por todo circuito onde existiam escolas. (p. 127)

Nesse sentido, destaca-se que para o Projeto Nacional de Educação observou-se os esforços dos presidentes ao estabelecerem a criação de escolas, a contratação de professores, e a manutenção e/ou provimento de necessidades para o funcionamento destas, atendendo a um “mínimo de conteúdos” que respondessem a elevação dos habitantes da província a condição de civilizados.

Sobre o Estado no Comando<sup>100</sup>, apurou-se as responsabilidades encetadas pelo presidente, pelos dirigentes na Assembleia Legislativa provincial e pelo inspetor geral das aulas que constituíam o conjunto de responsáveis por implantar as tarefas emanadas e/ou sugeridas pela Corte. Desse modo, assinala-se que cabia a essa tríade propor, aprovar, implantar, inspecionar e aperfeiçoar as atividades executadas que pudessem concretizar os rumos da instrução pública, em Mato Grosso, capazes de colocar a Província a par de suas irmãs.

Nesse sentido, José de Miranda da Silva Reis já alertava:

A Provincia da Matto-Grosso, se não pode na actualidade acompanhar no vôo as águias brasileiras, suas irmãs, que procuram tocar a perfeição physica e moral, não se deixa contudo, entibiar e possuir de desanimo; não: com passos mal seguros ella fita os olhos no futuro e caminha para elle, indifferente ás urzes e aos espinhos que juncam as estradas que trilha. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1874, p. 31)

Enfim, o sistema organizacional ficou por conta do conjunto de legislação construído na Província organizando as modalidades de ensino, normatizando o tempo, propondo métodos, instituindo a disciplina. Nesse sentido, destaca-se que, a princípio, os relatórios trouxeram à luz as parcas experiências das escolas de primeiras letras, depois uma aparente presença destas nas vilas, freguesias e povoações. O ensino secundário, a partir da criação de algumas cadeiras, a incorporação deste ao Seminário Episcopal da Conceição, seguiu-se da criação da Escola Normal e depois a concretização de um liceu, baluarte na capacidade de

---

<sup>100</sup> Nesse sentido, José Cardoso Junior parece ter tomado para si a tarefa de grande articulador em prol da instrução pública em Mato Grosso, reforçando o papel do Estado no comando da efetivação das ações emanadas pela Corte. Sobre esse preceito, Cardoso Junior argumentou que reconhecia os benefícios dos prédios próprios oferecendo condições indispensáveis para a regularidade do ensino. Assinalava que em todos os países onde a instrução progredia, e mesmo em alguma província do império, já tinham iniciado aquele melhoramento (p. 74). Desse modo, nomeou uma comissão composta pelos cidadãos: Barão de Diamantino, Comendador Joaquim Guadie Ley, tenente-coronel João de Souza Neves, Capitão do Mar e Guerra Antonio Claudio Soido e Francisco Rodrigues de Almeida com a finalidade de arrecadar donativos para a construção de um edifício na Capital, onde funcionassem, devidamente separadas, as escolas de ensino elementar. Reconhecia o patriotismo desse grupo e lembrava-lhes que estavam prestando serviços que o governo de S. M considerava relevantes, e, por fim, ressaltava que “Sem instucção afrouxarão os elos da cadêa que liga o homem a família, a família ao Estado e o Estado á communhão universal.” (p. 75)

responder pela formação de professores e também pela formação daqueles que tinham o interesse em seguir os estudos em outras partes do Império no ensino superior.

Para evidenciar como o Projeto Nacional de Educação estava se desenvolvendo sob as vistas do comando do Estado em Mato Grosso, trouxe à luz uma passagem em que três professores que atuavam na freguesia da Sé e um na freguesia de São Gonçalo de Pedro II foram intimados conforme o jornal *O Liberal* (05-11-1879, ano IX, n.º 423, p. 03-04) pela “Assemblea Legislativa Provincial”, a pedido do Inspetor Geral dos Estudos a responderem a 11 quesitos em cumprimento da ordem circular n.º 108 de 13 de outubro de 1879.

Referendando Sá e Siqueira (2006), ao assinalarem que um sistema hierárquico e fiscalista teve de ser montado com a finalidade de que cada unidade administrativa pudesse desempenhar o papel de irradiadora de luzes, destacamos esse episódio, ocorrido na cidade de Cuiabá, como a instauração da “primeira escola publica de meninos da freguesia da Sé<sup>101</sup>”, a “segunda escola do sexo masculino da freguesia da Sé”, a “terceira escola de instrução primário em Cuiabá<sup>102</sup>” e “a 1ª escola publica de instrução primaria do sexo masculino da freguesia de São Gonçalo de Pedro 2º<sup>103</sup>” comandadas pelos professores Manoel Teixeira Coelho, Felix Benedicto de Miranda, Egydio Angelo Bueno Mamoré e Francisco da Costa Ribeiro. Nesse sentido, salienta-se que os referidos professores deveriam, “em virtude da ordem” exarada na referida portaria, “cumprir” o que havia sido determinado pela mesma, atendendo ao pedido da “Assemblea Legislativa Provincial”, a respeito de como estes professores, através da atuação nestas escolas, estavam cumprindo os 11 quesitos que levassem-nas a desempenhar o papel de irradiadoras das “luzes”, conforme os rumos da política educacional naquele período.

A esse respeito, a partir das respostas dadas pelos professores, deduziu-se que os 11

---

<sup>101</sup> Escola regida pelo professor Manoel Teixeira Coelho. Conforme Sá e Siqueira (200-?), esta escola era a mais conceituada da província, tendo sido a única equipada com material e mobiliário apropriados para a utilização do método de ensino simultâneo. Segundo os autores, era consequentemente a escola mais procurada pelas famílias, contando com 91 alunos matriculados e 85 freqüentes (p. 05). Foi na escola do referido professor que, conforme o presidente José Miranda da Silva Reis, em 1873 o inspetor havia prestado “a exercitar nos deveres pedagógicos” os professores da capital e fora dela (p. 26). Sá e Siqueira (200-?) assinalaram também que na “1ª escola publica de instrução primaria do sexo masculino da freguesia de São Gonçalo de Pedro 2º”, regida pelo professor Francisco da Costa Ribeiro, constava a matrícula de 26 alunos e a freqüência de 25. (p. 06)

<sup>102</sup> Escola regida pelo professor Egydio Angelo Bueno Mamoré, que, conforme declaração do professor em *O Liberal* (05-11-1879, ano IX, n.º 423, p. 04), sua escola contava com 51 alunos matriculados, mas achava-se ameaçada por este não ter aderido aos castigos físicos.

<sup>103</sup> Sobre esta escola, o inspetor Pedro de Alcântara Sandemberg, em *O Povo* (20-03-1880, ano I, n.º 26, p. 02-04), assinalava que “as melhores escolas que havião era as do 2.º districto d’esta cidade, paróquia de São Gonçalo”, as quais, não obstante, não se encontravam desprovidas de utensílios e de conveniente mobília, pois, o professor e a professora haviam suprido em parte, às suas custas, e estas escolas contavam com números regulares de alunos, Sandemberg salientou, ainda, que este fato era devido não só a solicitude dos professores, como também a do digno inspetor paroquial, o cônego Ferro.

questos a serem respondidos fossem:

1º quais métodos os professores utilizavam;

2º se o prédio era apropriado e se continha materiais de apoio a exemplo do semicírculo;

3º se possuía materiais e/ou utensílios necessários, ou ainda se recebia alguma verba;

4º se aplicavam castigos;

5º se aplicavam exames;

6º se havia juntas de examinadores que participavam dos exames;

7º como eram realizadas as matrículas;

8º se a escola tinha recebido os materiais endereçados às crianças pobres;

9º se a escola recebia alunos pobres;

10º que consultassem os pais se concordavam em uniformizar seus filhos e/ou educandos com a finalidade de frequentarem a missa acompanhados de seus professores aos domingos e em dias santificados;

11º se a escola havia funcionado “na segunda metade das férias da semana santa” com determinava o “Aviso” publicado no Jornal oficial da Província<sup>104</sup>,

Em relação ao cumprimento desses questos os professores Manoel Teixeira Coelho e Félix Benedicto de Miranda afirmavam usar o método simultâneo, o professor Egydio Angelo Bueno Mamoré ressaltou que utilizava o simultâneo misto, e por fim o professor Francisco da Costa Ribeiro, salientou que o Regulamento Orgânico de Instrução Publica permitia que o professor fizesse o uso do método que:

melhor avantajar o ensino e admittil-os em suas escolas com a autorização da inspeccoria geral. Eu por estudos práticos e experiências, entendi admitir um método propriamente meu, que não é o simultâneo, mas sim uma espécie d'elle. Submetti-o a apreciação tanto do Sr. Inspector parochial, como do Sr. Dr. Inspector Geral, e tive a satisfação de vel-o approved por ambos, pelo que, definitivamente adoptado na minha escola, e de que tenho tirado bom resultado. (O LIBERAL, 1879, p. 04)

Muito embora os prédios escolares não fossem prédios adequados e fossem insuficientes, com já havia alertado, em 1874, José Miranda da Silva Reis, os professores continuavam reclamando e ressaltavam que não podiam admitir os semicírculos para a aplicação total do método, que não haviam utensílios adequados para “seguir o methodo com rigor” e ainda que “em consequência da falta quase absoluta dos necessários utencilios para os

<sup>104</sup> Conforme o inspetor geral das aulas Pedro de Alcântara Sandemberg em O Povo (14-04-1880, ano I, n.º 28, p. 02-03) o jornal *A Província de Matto-Grosso* era responsável pela publicação dos atos oficiais da presidência.

respectivos exercicios”, e inclusive que o inspetor geral da aula havia mandado “cessar o uso dos cimi-circulos ate que fosse a Escola provida convenientemente dos precisos accessorios”. (p. 03)

Em relação aos exames, queixavam-se da deficiência de pessoas habilitadas que quisessem “prestar-se a esse longo e enfadonho serviço gratuito” e que isto era uma das razões para que os exames não ocorressem. Assinalavam também que para que os alunos não ficassem estacionados por mais tempo do que já estavam, o inspetor geral das aulas havia delegado essa função aos professores, “sem prejuízo da instrucção”, para que passassem os alunos mais habilitados das classes inferiores para as superiores. (Idem)

Em relação à realização da matrícula, o professor Felix Benedicto de Miranda destacava que havia “grande embaraço na matricula de meninos da classe pobre, as quaes deixavam de mandarem seus filhos ás escolas por haver necessidade de despender alguma quantia em requerimentos e outras formalidades exigidas no indicado Regulamento” (O LIBERAL, 1879, p. 03). O professor assinalava ainda que o Sr. Dr. Inspetor<sup>105</sup>, ouvindo o clamor dos pais, resolveu que, provisoriamente, os professores recebessem os alunos independente dos despachos. Sobre o problema em si, vale destacar que no relatório de 1872 (p. 71) o presidente José Cardoso Junior apresentou uma tabela contendo 14 documentos a serem expedidos pela tesouraria com a finalidade de formar um fundo para instrução pública. Nesse sentido, ordenava-se cobrar “Para cada certidão até duas laudas (1\$000), D’ahi para cima – cada lauda (\$800), Pelo sinête Imperial que qualquer título, papel, ou documento que o deva ter (1\$000).” No entanto, os outros três professores ressaltaram que em suas escolas as matrículas eram feitas conforme os modelos e instruções fornecidos pela inspetoria geral e conforme determinava a lei.

Sobre os 11 quesitos, destaca-se que a este respeito, os professores denotaram mais atenção a dois deles, sendo o 4º, que tratava da aplicação dos castigos, e o 10º, que tratava da aquisição e do uso do uniforme pelos alunos acompanhados de seus professores para frequentarem a missa, nesse sentido, para resolver essa situação os pais deveriam ser consultados.

O item que reservava a resposta sobre a aplicação dos castigos por parte dos

---

<sup>105</sup> Sobre esse fato, o inspetor Pedro de Alcantara Sandemberb assinalou em *O Povo* (14-04-1880, ano I, n.º 28) que os professores o auxiliavam porque o via do lado destes, “procurando dar-lhes autonomia e pugnando pelo seus direitos”, que as escolas iam “enchendo de alumnos extra numero”, fazendo-o criar mais uma escola na freguesia de São Gonçalo de Pedro II, e que “ Este facto prova que eu e os professores gozavamos da confiança dos paes de famílias, **aos quaes libertei das formalidades inúteis, e difficultosa na matricula dos seos filhos**”. [grifo meu] (p. 03)



professores foi tratado por Sá e Siqueira (200-?) no texto “Modernidade e Castigos Escolares: oscilando entre os costumes e a legislação (o caso da província de Mato Grosso)”, a este respeito os autores assinalaram que, desde a Lei de 15 de Outubro de 1827, os castigos físicos estavam proibidos nas escolas, e que deveriam ser substituídos por aqueles de cunho moral. Ainda conforme Sá e Siqueira, em várias províncias essa alteração não se realizou de forma rápida e em muitas delas foi infrutífera a prática dos castigos morais que, pelo infrutífero uso, propiciou o retorno silencioso da palmatória. (p. 01-02)

Neste caso, sobre o 4º quesito, as respostas publicadas em *O Liberal* revelaram que sobre o uso da palmatória apenas um professor respondeu não ser adepto desta, os demais assinalaram utilizá-la moderadamente, com a concessão dos pais para com “aqueles alunos rebeldes e turbulentos”. Apenas o professor Egydio Angelo Bueno Mamoré assinalou ter abolido o uso das palmatoadas, e que, por esta razão, havia sido “ultrajado, ridicularizado pelos apologistas da palmatória sem que os mesmos se apresentassem [...] às portas da minha escola para certificar-se da realidade.” (p. 04)

Este referido professor salientava ainda ter continuado por muito tempo a conservar-se “brando e compassivo” para com seus alunos, “dando nesse mesmo ano três alunos aprovados nos exames finais”, e, sendo assim, muito elogiado pelo inspetor paroquial Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. A esse respeito, Egydio Angelo Bueno Mamoré afirmava ter que voltar a usar os castigos, em vista da consequência de sua escola ser abandonada “de dia em dia” e ainda pela “incessante insistência dos pais [...] sem exceção alguma, longe de reprovar-me o castigo autorisavão-me a infringil-o”. (IDEM)

A este respeito, Sá e Siqueira (200-?) lançaram mão dos processos disciplinares impetrados contra dois professores e contra o inspetor geral na Província de Mato Grosso (Pedro de Alcântara Sandemberg), na cidade de Cuiabá, para demonstrar como a legislação tolhia o uso dos castigos físicos. Nesse sentido, os autores evidenciaram que os professores Egydio Angelo Bueno Mamoré e Manoel Teixeira Coelho e também o inspetor geral haviam respondido processos por conta da aplicação dos castigos físicos, os dois professores por fazer o uso destes e o inspetor por defendê-los e/ou permiti-los. Conforme Sá e Siqueira, esses professores não foram condenados, apenas o professor Egydio foi afastado do cargo durante a execução do processo disciplinar, todavia, estes tiveram que responder aos questionamentos impetrados nos processo movidos contra si. Quanto ao inspetor Pedro de Alcântara Sandemberg, decidiu-se por sua condenação parcial por abuso de poder, ou seja, por ele não ter respeitado alguns pontos do regulamento. (p. 08)

Sá e Siqueira (200-?) salientam que os grandes e mais significativos debates sobre a aplicação dos castigos físicos ocorreram em Mato Grosso, no ano de 1879, como no caso exemplificado da argüição dos professores sobre os 11 quesitos. De um lado, reforçam os autores, a utilização dos castigos morais colocava o mestre, segundo relatos, com poucas chances ou opção para reter na escola os alunos considerados insubordinados. Nesse sentido, Sá e Siqueira destacaram que até o início da década de 1880 essa questão ainda não estava definida, dando margem a duplo posicionamento: de um lado, o desagrado de alguns pais pela não utilização desses castigos no interior das escolas públicas e, opostamente, outros elementos deste mesmo segmento queixavam-se do professor que deles fazia uso. (p.03)

A esse respeito, assinala-se que os professores, em seus relatórios, no final das contas, acabaram trazendo à luz a situação em que se encontrava a instrução pública na Província de Mato Grosso. Se naquelas escolas mais conhecidas da capital, e consideradas mais adiantadas, a situação estava nesse patamar, como estariam as escolas localizadas nos confins da província?<sup>106</sup> Nessa dura tarefa de auxiliar na construção do projeto de educação brasileira havia discordância, Pedro de Alcântara Sandemberg foi a público defender o uso dos castigos, nesse sentido, a condenação sofrida pelo inspetor parece não tê-lo feito mudar de idéia, pois este fez questão de tornar pública a publicação de seu denso e minucioso relatório de todas as suas atividades desenvolvidas em prol da instrução pública durante os 15 meses de sua gestão em diversas edições do jornal *O Povo*, na coluna denominada “A Pedido”, sob o título de “O ex-inspetor geral de instrução publica Pedro de Alcântara Sandemberg e o ex-presidente da província João José Pedrosa”.

Destaque-se que alguns estudos têm mostrado a relevância das contribuições de inspetores<sup>107</sup>, como Joaquim Gaudie Ley, Protonatario Ernesto Camilo Barreto e Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, pelas contribuições que estes profissionais produziram no coroamento da instrução pública em Mato Grosso, nesse sentido, considero importante que outras vozes possam se apresentar como “possibilidade”, assim, sugiro ouvir o inspetor Pedro de Alcântara Sandemberg, que ocupou o cargo de inspetor geral das aulas entre as gestões de Camilo Barreto e do Dr. Dormevil, tendo assumido o posto em 10 de maio de 1878, e sendo exonerado em 25 de novembro de 1879.

---

<sup>106</sup> Os autores e autoras que trataram da história da educação em Mato Grosso e, principalmente, dos relatórios de presidentes, dão a entender que a educação em Mato Grosso capengava, não se desenvolvia, somente na década de 1870 é que conforme Sá e Siqueira (ano, p. 02) é que as ideias modernas penetraram na província. Nesse sentido assinala-se que, possivelmente, foram estas ideias modernas que propiciaram a elevação do número de mulheres escolarizadas, o regime de coeducação e o advento da femininização do magistério.

<sup>107</sup> Siqueira (2000), Castanha (2008) e Silva (2012).

A esse respeito, a trama urdida no entorno da instrução pública pelo inspetor e pelo presidente não ficou nos bastidores: ao tomar conhecimento de como João José Pedrosa apresentava seus relatórios à Assembleia Legislativa Provincial, Pedro de Alcântara Sandemberg expôs em *O Povo* as relações estabelecidas entre este e o presidente da província, na ocasião de sua gestão. Assim, Sandemberg utilizou 5<sup>108</sup> edições do referido jornal para dar uma resposta a sociedade e também ao ex-presidente sobre a realização de seu trabalho bem como dos “empecilhos” criados por Pedrosa no desempenho das ações em favor da instrução pública em Mato Grosso. Dessa forma, Pedro de Alcântara Sandemberg tratou, na primeira edição, de mostrar o estado em que encontrou a instrução pública na província, e ainda o que havia realizado, acentuando as melhorias e mudanças durante sua gestão. Na segunda edição, revelou como o presidente “tinha se mostrado” contrário a muitas de suas idéias, e como havia tomado decisões sobre a instrução sem consultá-lo. Depois de analisar os relatórios de Pedrosa, mostrou ao público de que forma o presidente havia se beneficiado das ações realizadas por ele para elevar-se perante Corte.

Apesar dos desconfortos apresentados por Pedro de Alcântara Sandemberg na sua gestão com o presidente José Pedrosa, Paião (2006a, p. 54) destacou que ambos eram de orientação liberal. A esse respeito, deduz-se que essa afinidade ideológica teria permitido ao inspetor geral permanecer no cargo até novembro de 1879, outra possibilidade é que, possivelmente, devido a essa mesma razão, Sandemberg tivesse certa liberdade para conduzir os trabalhos na inspetoria de instrução pública, conforme registros apresentados nas edições de *O Povo*.

Sobre seu trabalho, assinalou que sob sua responsabilidade “havia deixado os alunos disciplinados, e a liberdade para o professor quanto ao progresso dos alunos de uma classe para outra, bem como o uso moderado da palmatória como auxiliar dos castigos moraes”. (p. 03).

Desse modo, destacou ter deixado o professorado com os vencimentos pagos em dia, e um regulamento para o gabinete de leitura, o que não tinha antes. Entregou ao presidente um “projeto” de reforma do Curso Normal que haviam-lhe pedido. Deixou algumas escolas particulares abertas a seu pedido e conselhos. E, por fim, enfatizou que:

Libertei a Provincia do facto, pouco lisongeiro, de figurar no archivo da estatística geral como tendo cidades, villas, e parochias onde nunca tinham sido creadas escolas

---

<sup>108</sup> Nesse sentido, ver as edições de *O Povo* de 20-03-1880, ano I, n.º 26, p. 02-04, 31-03-1880, ano I, n.º 27, p. 03-04, 14-04-1880, ano I, n.º 28, p. 02-03, 25-04-1880, ano I, n.º 29, p. 03-04, 29-05-1880, ano I, n.º 32, p. 03-04.

do sexo feminino. Finalmente deixei a inspeção geral, ficando a instrução pública visivelmente melhorada, e contando as escolas quase o duplo de alumnos que encontrei (O POVO, 1880, p. 03)

Avaliava que nenhum dos seus antecessores havia feito tanto quanto ele, em tão pouco tempo, e que uns haviam ficado há mais tempo ocupando o cargo. Ressaltava que o trabalho realizado serviu e servia ainda para coroar a passagem do ex-presidente pelo cargo. Nesse sentido, salientava que esse era um dos motivos em que o presidente havia sido cantado em prosa e verso pelos “assalariados thuriferarios” desde a Província de Mato Grosso até a Corte (p. 03). Reforçou que durante a gestão de todo o trabalho não havia recebido sequer auxílio “official nem sequer um conselho cabal do ex-presidente Dr. Pedrosa” relativos aos trabalhos concebidos e executados por ele. Sobre essa situação, destacou que:

Pelo contrario, a excepção da imprescindível sancção que deo aos meos actos , facto muito este meritório a S. Ex., quase todos os actos da sua iniciativa forão contrários a instrucção publica, como demonstrarei. (Continua) O Ex-inspector Geral, P. de A. Sandemberg. (IDEM, IBIDEM)

Em *O Povo* (31-03-1880, ano I, n.º 27, p. 03-04), Pedro de Alcântara Sandemberg tratou de destacar os empecilhos e/ou atos contrários à instrução pública promovida pelo Ex-presidente da província. Conforme o inspetor geral dos estudos, o ex-presidente não o havia ouvido em diversas situações de nomeação e/ou exoneração. Que o presidente:

**S. Ex. viveu entre quatro paredes do palácio, sem dar providencia alguma, sem formular um só regulamento, sem ao menos prestar-se a visitar as escolas da capital, como por varias vezes lhe pedi** [grifo meu], afim de mobília-las. Tive a dita de alcançar um resultado alem das minhas expectativas. (O POVO, 1879, p. 03)<sup>109</sup>

Que João José Pedrosa havia nomeado e empossado um professor para a cadeira de Francês sem consultá-lo, e que o Inspetor Geral, ao receber a comunicação oficial, a cumpriu sem maiores cerimônias, causando decepção ao preferir o Dr. Jose C. Metello Filho, que havia se oferecido para reger a cadeira interina efetivamente por concurso. Assinalou ter sido informado de que alguns alunos do ex-professor, “julgando superiores em habilitação ao seu substituto, deixarão de freqüentar a aula, que ficou reduzida a 2 ou 3 alumnos” (p. 03).

Enfatizou que

Este factos e resultados estão no dominio publico, máxime entre os habitantes d’esta cidade, que sabem dar o devido apreço ao (ilegivel) dos turiferários que pretendem coroar o seu ídolo com os meos serviços, o que jamais conseguirão, pois ahi estão os

<sup>109</sup> *O Povo* de 14-04-1880, ano I, n.º 28, p. 02-03.

archivos me grangearão o louvor e justiça da posteridade. (O POVO, 1880, p. 03)

Sandemberg deixou claro que o presidente José João Pedrosa valeu-se de todo o seu trabalho para colher os louros, sem ao menos mencioná-lo, e finalizou a publicação nesta edição sugerindo o que seria tratado no próximo número de *O Povo*. Assinalou que foi ao falar do ramo da instrução pública que Dr. Pedrosa procurou consolidar a sua glória, utilizando todos os seus serviços e ideias, deixando para o inspetor apenas a parte odiosa, as das demissões, e que o presidente teve o cuidado de declarar que estas foram executadas às suas ordens.

Abro um parêntese aqui para evidenciar que Silva (2012), em seu estudo apresentou os trabalhos desenvolvidos por quatro presidentes da Província de Mato Grosso entre os anos de 1871 a 1881. Sobre João Jose Pedrosa a autora destacou que o referido presidente possuía uma relação tumultuada com a Assembleia Provincial, e que seu discurso era permeado pelo silenciamento, tendo em vista a invisibilidade do inspetor de instrução pública. Nesse sentido, deduz-se que a invisibilidade pretensamente construída pelo presidente sobre o inspetor pode ter induzido Pedro de Alcantara Sandemberg a recorrer ao periódico *O Povo* para apresentar uma versão sobre “o estado geral das aulas” e sobre tudo o que havia realizado durante o período em que esteve à frente da instrução pública em Mato Grosso. Igualmente, utilizou também deste espaço para contrapor, desmentir e corrigir dados oferecidos no Relatório do Dr. Pedrosa, durante sua fala para a Assembleia Legislativa Provincial, sobre a instrução pública na referida província.

Desmentiu que o presidente houvesse convidado todas “as camaras municipaes” a auxiliarem na instrução criando escolas, enfatizou ainda que: “**He menos verdade:** S. Ex. convidou apenas para esse fim a camara d’esta cidade, para encartar o professor de musica que havia indevidamente demittido”. Sobre o convite das câmaras municipais para o auxilio na criação de escolas, Sandemberg salientou que: “**Foi sob requisição minha que esta medida tornou-se extensiva as mais camaras da provincia, ás quaes officiei, e não elle**”. [grifos meus] (p. 03)

Acusava o Dr. Pedrosa de não conhecer o que viria a ser o “ensino simultaneo” por nunca ter visitado uma escola sequer da capital. Assinalou que o presidente reprovava o “restabelecimento do uso da palmatória”, entretanto, quando consultado, havia autorizado verbalmente “aos professores para applicar até 6 palmatoadas em casos extremos” produzindo “optimos resultados”. (IDEM)

Ressaltando a invisibilidade que Silva (2012) mencionou sobre inspetor geral das

aulas nos discursos de Pedrosa à Assembleia Provincial, Sandemberg salientou ainda que “A desvelada solícitude de S. Ex. não chegou até ahi”, serviu-se das idéias expressas no plano de reforma do Curso Normal que Sandemberg havia apresentado, no entanto, nem sequer mencionava o que havia sido feito por este. Não se descuidou de observar que: “Muito poderia ainda dizer acerca do relatório do ex-presidente da província, a quem como subalterno, servi com lealdade e dedicação no desempenho das minhas obrigações, cujo o resultado, de meo exclusivo trabalho, servio-lhe coroa. (O POVO, 1880, p. 04)

Entendeu que o relatório do Dr. Pedrosa declarava-lhe guerra, e o considerava inimigo, muito embora o inspetor não soubesse o motivo, a causa e/ou circunstâncias desse sentimento. Nesse sentido, salientou que:

O auditório da abertura d’assemblea, na maior parte scientes do meos meritórios serviços, e que aguardava, na forma de estylo administrativo, o louvor, recebeo com pasma essa negativa, **concluindo dahi o ódio que S. Ex. me notria [grifo meu]**. Até hoje ignoro os motivos que levarão a S. Ex. a esse inseperado procedimento (IDEM, IBIDEM)

A esse respeito, deduz-se que, a partir do que foi exposto nas publicações de *O Povo*, a trama urdida nos bastidores entre o presidente e o inspetor possivelmente pode ter levado à sua exoneração, em 25 de novembro de 1880. Nesse sentido, Sandemberg evidenciou não saber os motivos para o sentimento de ódio nutrido por si por parte do presidente, e que só encontrou justiça na maioria dos seus adversários políticos, a quem agradecia e não os esqueceria, e que havia sofrido “um rufo de piranhas<sup>110</sup>”. (p. 04)

O que se pode perceber, através dos relatos do inspetor no periódico *O Povo*, foi que este produziu algumas contribuições para a instrução pública em Mato Grosso, no curto espaço de sua gestão, para o pretendido projeto moderno da educação brasileira, nos moldes destacados por Sá e Siqueira.

Sem as medidas elencadas por esse profissional, possivelmente os discursos dos presidentes e/ou futuros inspetores continuariam a dar o tom pessimista sobre a instrução pública na província. Colocar os vencimentos dos professores em dia, criar escolas femininas em outras localidades, romper com a cobrança da apresentação de “despachos” para que as famílias pobres matriculassem seus filhos seriam algumas das formas de sustentar que em Mato Grosso o projeto modernizador seguia seus passos.

Nesse sentido, Sá e Siqueira destacaram que dentro do sistema fiscalista cabia ao

---

<sup>110</sup> Não foi possível ter acesso às edições de números 30 e 31 do periódico *O Povo*, para observar as partes finais da defesa construída pelo inspetor geral das aulas Pedro de Alcântara Sandemberg sobre o exposto.

presidente a direção do processo, mas, conforme as informações dadas por Sandemberg, essa tarefa incidia mesmo era sobre os ombros dos inspetores gerais das aulas, considerados, neste processo, por estes autores, como autoridades máximas na instrução pública. Assim, observou-se que até 1856 os presidentes apenas comunicavam todas as atividades que haviam sido desenvolvidas durante o ano, sem, contudo, mencionar o inspetor das aulas. Em 1856, o presidente Augusto Leverger trouxe para seu relatório a menção aos órgãos responsáveis em produzir o conjunto de informações sobre a situação de como se encontrava a instrução pública na província de Mato Grosso. Assinalava assim, que “Pelos relatórios da Inspectoria Geral dos Estudos vereis o notavel melhoramento que tem tido o ensino primário”. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA DE 1856, p. 12) A partir daí, as referências sobre a inspetoria e/ou sobre os inspetores são notórias e passam a fazer parte dos relatórios dos demais presentes, nem que fosse para dizer que nenhuma observação lhe ocorria fazer sobre o relatório que ultimamente lhe havia apresentado o inspetor geral dos estudos.<sup>111</sup>

Apesar dos inspetores que permaneceram mais tempo no cargo colherem os louros sobre as atividades desenvolvidas em prol da instrução pública em Mato Grosso, considero, a partir dos argumentos apresentados por Sandemberg, que suas ações deram ao seu sucessor bases legais e sustentáveis para continuar as transformações e mudanças na instrução pública mato-grossense, nesse sentido, os 15 meses em que permaneceu à frente da direção desse “importante ramo do serviço” em Mato Grosso, as atividades desempenhadas por ele foram significativas, como ficou assegurado na publicação da edição de número 26, de *O Povo*, na data de 20 de março de 1880.

Após o percurso construído acima, buscando compreender como o processo de formação do estado brasileiro se deu através da educação na Província de Mato Grosso, toma-se a afirmação de Castanha (2008) de que houve certa estabilidade dos dirigentes que estiveram à frente da inspetoria de instrução pública. Conforme esse autor, as principais medidas legais em favor da instrução pública se deram nos mandatos dos presidentes<sup>112</sup> que tiveram maior duração (p. 308). Assinala-se que, assim sendo, o projeto nacional de educação

---

<sup>111</sup> MATO GROSSO. Relatório: 1868. Presidente Chefe de Esquadra Barão de Melgaço ao entregar a administração da Província ao Vice Presidente da Província, Tenente Coronel Albano de Souza Osorio. Cuiabá, 08.05.1866. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 26 de Nov. de 2026.

<sup>112</sup> Conforme Castanha (2008, p. 307), houve uma circulação do poder na província de Mato Grosso, nesse sentido, o autor assinalou que se tomando a data da primeira nomeação de presidente na província, em 1825, e seguindo até o ano de 1889, constatamos que Mato Grosso foi dirigido por 68 mandatos diferentes, entre presidentes e vice-presidentes. De acordo com Castanha, o período de maior instabilidade se deu nos últimos dez anos, pois, de dezembro de 1879 a dezembro de 1889, foram 16 mandatos diferentes.

encontrou eco nestas medidas tomadas por esses dirigentes, consolidando-se no final dos anos de 1880.

**Quadro 8 - Relação entre o tempo de mandato dos presidentes e as medidas adotadas em relação à instrução pública, na Província de Mato Grosso.**

Nº	Nome do Presidente	Período	Regulamento
01	Jose Antonio Pimenta Bueno	1836 -1838	Lei n. 8 de 05/05/1837
02	Augusto Leverger	1851-1857	Regulamento de 1854
03	Francisco José Cardoso Junior	1871-1872	Base do Regulamento de 18873
04	José de Miranda da Silva Reis	1872-1874	Regulamento de 18873 Regimento Interno de 07/02/1873 Escola Normal 09/07/1874
05	Hermes Ernesto da Fonseca	1875-1878	Regulamento de 13/02/1878
06	Rufino Eneas G. Galvão – Barão de Maracaju	1879-1881	Liceu cuiabano 03/12/1879 Regulamento de 04/03/1880
07	Antonio Herculano de Souza Bandeira	02-07-1889	Regulamento 07-06-1889

Fonte: Castanha, 2008, p. 307.

Sobre os castigos? Pois bem, em 1880, em seu relatório, o Diretor Geral de Instrução Pública assegurava que os castigos corporais estavam banidos das escolas de Mato Grosso, que diversos professores em documento apresentados aquela diretoria pediam:

o restabelecimento da palmatória como meio único de prevenir os descarreios da infância, pois não há escolas em que não se encontrem caracteres apathicos em turbulentos para os quaes são inefficazes a linguagem da razão, as recompensas e os castigos Moraes. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1880, p. 08)

Sá e Siqueira (200-?) enfatizaram procurar uma aproximação entre castigos físicos e a formação da cidadania como a contribuição maior da escola junto ao projeto para o Brasil moderno. Enfim, para esses autores a escola moderna, sob o comando do Estado, tinha como objetivo amplo a homogeneização de práticas a partir das quais se formaria o novo “cidadão”. (p. 11)

## **2.2 Grupo Abrangente<sup>113</sup> - Total geral de pretos, pardos e brancos que sabiam ler e/ou haviam frequentado a escola que residiam na parte urbana da cidade de Cuiabá/MT nos Oitocentos**

<sup>113</sup> Conforme Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, em 1873, José Cardoso, havia na cidade de Cuiabá a escola da cadeia pública para ensino dos presos, salientava que cumpria não deixar de mencionar que era de grande utilidade, frente ao que aquela instituição poderia causar àqueles homens (p.03). O mesmo relatório informou sobre o “curso nocturno” presente na Capital e na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, o da Capital havia sido instalado na noite de 12 de outubro do ano de 1872 e o da Freguesia de São Gonçalo pouco tempo depois. A iniciativa não obteve sucesso. (idem, ibidem)



Para compreender o quantitativo daqueles que sabiam ler e/ou haviam frequentado a escola<sup>114</sup> presentes na composição da população residente na área urbana da cidade de Cuiabá nos Oitocentos, tomou-se como base o número total de habitantes apresentado no Recenseamento de 1890, conforme Peraro (2005). Nesse sentido, ressalta-se que, artesanalmente, contou-se o número dos que “sabem ler” e/ou “frequentam a escola”, “um por um” até chegar ao quantitativo exato dentro do número da população total das duas freguesias que compunham o termo de Cuiabá. Assim, ainda optou-se pela desvinculação do número dos que sabiam ler e/ou haviam frequentado a escola utilizando-se as categorias presentes no referido recenseamento, a saber: “raça” branca, parda e preta.

Assinala-se que para a contagem dos que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola”, para tais categorias utilizou-se cores diferentes com um marca texto para situá-los no documento, em seguida, contou-se um por um e construiu-se o quantitativo destes referente àquela categoria. Ao fim da contagem artesanal, construíram-se diversos quadros que revelaram, através de porcentagens, uma representatividade quanto ao quesito racial no perfil daqueles que possivelmente haviam tido algum tipo contato com as letras em Cuiabá.

Salienta-se que, a esse respeito, a partir dos dados levantados sobre população geral e população que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” das Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II, conforme Peraro (2005), foi possível construir um conjunto de informações sobre:

- 1 – população total conforme raça para cada freguesia;
- 2 – percentual de cada freguesia segunda raça;
- 3 – percentual da população levando-se em consideração a população branca e negra (pretos e pardos);

---

<sup>114</sup> Assinala-se que aqueles e aquelas que foram encontrados frequentando a escola mato-grossense e/ou sabendo ler nos oitocentos, não podem ser entendidos no viés do que compreendemos na atualidade como escolarizados. Nesse sentido, Conforme Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, em 1873, José Cardoso sobre o ensino primário obrigatório advertia “[...] não exigir muito senhores [...] que [...] o alumno que sahir preparado naquellas materias podera com vantagem, ou matricular-se no seminário, ou pretender um emprego publico, ou dedicar-se a qualquer ramo da vida, agrícola, industrial ou comercial”. (p. 65). A este respeito, a categoria “instrução” no Recenseamento de 1890, foi indicada pelas siglas “SL” e “FE” evidenciando que os recenseados “sabiam ler” e/ou haviam “frequentado a escola”. Desse modo, esclarecemos que na tese em tela, o leitor encontrará termos como “sabiam ler” e/ou “frequentaram a escola”, e letrados. Como já assinalamos, a indicação de “saber ler” e/ou “frequentar” a escola, provavelmente, pode evidenciar que aqueles sujeitos tiveram algum tipo de contato com as letras, entretanto, não se pode assegurar que este contato tenha se dado necessariamente no âmbito da escola, pois conforme observaram Schueller e Gondra (2008) existiam em diversas províncias formas e práticas de educação distintas, desencadeadas por intermédio da ação de indivíduos, famílias e grupos sociais (p. 39). Destacamos ainda, que, o termo “letrados” aparece neste trabalho para evidenciar, a intelectualidade advinda da formação recebida, e expressa nas ações empreendidas por diversos sujeitos pertencentes às categorias raciais denominadas de “pretos” e “pardos”, como afirmam as trajetórias de sete homens e uma mulher apresentadas no capítulo final da tese.

Foram construídos também outros quadros que revelaram:

4 – população total de “saber ler” e/ou “frequenta a escola” de cada freguesia;

5 – percentual desta população que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” segundo raça (brancos, pardos e pretos);

6 – percentual levando-se em consideração brancos e negros (pardos, pretos) que sabiam ler e/ou haviam frequentado a escola.

Logo podemos considerar que a definição para o termo utilizado como “grupo abrangente” é: *grupo que reúne o número final/total de “sabam ler” e/ou “frequentam a escola” expressos nas categorias raciais (branca, preta e parda) que foram utilizadas na realização da contagem da população no Recenseamento de 1890, especificamente, a que residia na parte urbana da cidade de Cuiabá naquele período.*

### **O Grupo Abrangente**

Assinala-se que, sobre esse cenário, foram várias as possibilidades que as fontes primárias ajudaram a construir a respeito de uma densa mobilidade de pretos e pardos nos Oitocentos, na sociedade cuiabana, e que, possivelmente, a instrução foi um meio utilizado para facilitar a mobilidade e a inserção dos sujeitos que haviam passado pela escola na sociedade daquele momento.

Salienta-se, também, que tal mobilidade foi além do que Assis (1988) e Volpato (1993) trouxeram à luz em seus respectivos trabalhos a respeito das dinâmicas engendradas no cotidiano da vida cuiabana. Ressalta-se, ainda, que a referida mobilidade ocorreu através das atividades cotidianas desempenhadas por escravizados, libertos e livres, possibilitando ombrear nos mais diversos espaços constitutivos da sociedade daquela época,

A esse respeito, como ponto de partida, para poder tratar dos movimentos de homens e mulheres negras na cidade de Cuiabá nos Oitocentos, partimos de uma análise empreendida sobre o quantitativo de “sabem ler” e/ou “frequenta a escola” a partir do ano de 1850. Para tal tomamos por base os dados presentes no recenseamento de 1890 relativos àqueles e àqueles que haviam frequentado a escola e/ou que sabiam ler, bem como outras informações contidas em periódicos mato-grossense da época. Desse modo, produziram-se alguns quadros explicitando o quesito faixa etária, onde revelou-se que parte da sociedade cuiabana formada por brancos, pretos e pardos constava saber ler e/ou ter frequentado a escola.

Assim, esse quantitativo de informações encontradas evidenciou as formas de inserção

de negros em espaços sociais, na sociedade cuiabana, e revelaram que parte da população composta por pretos e pardos, como defendeu Fonseca (2007), provavelmente, havia utilizado a escola como meio para ter acesso a cargos públicos e conseqüentemente participar ativamente da vida pública.

Nesse contexto, para chegar à definição do que chamamos de *grupo Abrangente*, em primeiro lugar compreendeu-se a constituição do número de habitantes total e/ou exato da população residente nas duas freguesias que compunham a cidade de Cuiabá no ano de 1890. Optou-se, ainda, em apresentá-la conforme o perfil racial explícito no recenseamento daquela época, como pode ser observado no “Quadro 9” sobre a Freguesia da Sé.

**Quadro 9 – População Geral da Freguesia da Sé, conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	Pardos	Pretos	Total
01	1880	3298	1227	6405

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

E “Quadro 10” sobre a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II

**Quadro 10 – População Geral da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	Pardos	Pretos	Total
01	533	1128	266	1927

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Os quadros 9 e 10 correspondem ao total geral da população urbana da cidade de Cuiabá em 1890, conforme o recenseamento realizado para aquele ano. Nesse sentido, salienta-se que a análise dos números recaiu exclusivamente sobre a totalidade de habitantes apresentada por Peraro (2005). Desse modo, a autora destacou que 353 indivíduos residiam no prédio de nº 11, onde se localizava o Quartel do Batalhão 21, e apresentou, ainda, outros 67 praças da companhia que era chefiada por João Alves da Cunha. Assim, ao final do documento, somam-se 6.836 habitantes, porém, os 353 e 67 não foram caracterizados como pertencentes às “raças” branca, parda e/ou preta. (p. 02) Nesse sentido, ao trabalhar com os nomes presentes no recenseamento, contou-se um total de 6.405 pessoas, as quais foram assim distribuídas: 1.880 de raça branca, 3.298 de raça parda e 1.227 de raça preta. Ressalta-se que foi com o quantitativo de 6.405<sup>115</sup> habitantes que os quadros sobre a população geral e de “sabe ler” e/ou “frequenta a escola” foram construídos sobre a Freguesia da Sé.

Em relação à Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, observou-se em Peraro (2005, p.

<sup>115</sup> Na tentativa de chegar ao número final apresentado por Peraro (2005), somamos os 353 praças do Batalhão 21, mais os 67 da Companhia. O resultado foi 6.825, apresentando uma diferença de 11 habitantes para se chegar aos 6.836 habitantes, como consta no Recenseamento de 1890.

01) que a contagem da população no recenseamento iniciou-se no número 898, ficando 897 pessoas que não tiveram as informações correspondentes ao *nome, idade, profissão, raça, estado civil, religião, nacionalidade, instrução e defeito físicos* apresentadas nesse documento. O problema, por ora diagnosticado, remete ao alerta desta autora que informou ter constatado a falta de páginas no livro do “2º Distrito” (Freguesia de São Gonçalo de Pedro II), impossibilitando, assim, a contagem de pelo menos 900 habitantes. A partir desta ressalva, assinalamos ter-se trabalhado com a análise dos números correspondentes ao computo de 1.927 habitantes residentes na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, conforme consta no Recenseamento.

Nesse sentido, sobre o total da população destas freguesias, os quadros 11 e 12, apresentados a seguir, revelam a representatividade através do percentual das categorias raciais, a saber: brancos, pardos e pretos. Desse modo, a distribuição na Freguesia da Sé revelou que a categoria de pardos constituía-se a maioria entre os habitantes.

**Quadro 11 – Percentual da população geral da Freguesia da Sé, conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branco	%	Pardos	%	Pretos	%	Total
01	1880	29,3	3298	51,4	1227	19,1	6405

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Em relação à Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, foi possível conferir também que pardos representavam maioria entre os residentes, com um percentual maior do que o apresentado pela Freguesia da Sé.

**Quadro 12 – Percentual da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II conforme raça segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branco	%	Pardos	%	Pretos	%	Total
01	533	27,6	1128	58,5	266	13,8	1927

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Os números apresentados contribuem, como já alertamos, para o que Fonseca (2007) chamou de superioridade demográfica negra, nesse sentido, os dados afirmam, como haviam apontado Gomes (2009) e Miranda (2010) de que a cidade de Cuiabá, no final do século XIX, possuía uma maioria negra em sua composição. Se juntarmos o computo populacional das duas freguesias, o percentual numérico será de 71% de negros.

Em relação à população escolarizada, conforme os quadros, observou-se, a princípio, que o número de brancos que “sabiam ler” e/ou “frequentaram a escola” escola é maior na freguesia da Sé quando se leva em consideração pretos e pardos em separados.

**Quadro 13 – População da Freguesia da Sé, que sabia ler e/ou havia frequentado a escola conforme raça, segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	Pardos	Pretos	Total
01	1384	1233	216	1449

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Já na freguesia de São Gonçalo de Pedro II, pardos formaram o maior quantitativo dos que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola” em relação a brancos e pretos.

**Quadro 14 – Percentual da população de raça branca, parda e preta, na Freguesia São Gonçalo de Pedro II, que sabia ler e/ou havia frequentado a escola segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Pardos	%	Pretos	%	Total	%
01	350	44,5	399	50,8	36	4,5	785	99,8

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Quando consideramos brancos e negros (pretos e pardos), os quadros 15 e 16 apontam que negros eram maioria entre “sabem ler” e/ou “frequentam a escola” tanto na Freguesia da Sé quanto na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II.

**Quadro 15 – Percentual da população branca e “negra” na Freguesia da Sé, que sabia ler e/ou havia frequentado a escola segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Negros	%	Total	%
01	1384	48,8	1449	51,1	2833	99,9

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 16 – Percentual da população branca de “negra”, na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, que sabia ler e/ou havia frequentado a escola segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Negros	%	Total	%
01	350	44,5	435	55,4	785	99,9

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Sobre a escolarização da população cuiabana, levando em consideração o pertencimento racial, observou-se que, apesar do quantitativo de negros (pretos e pardos) superar o de brancos, proporcionalmente, a população considerada como pertencente à raça branca, nas duas freguesias, possuía *um percentual maior dos que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola”* em relação às categorias de pardos e pretos. Assim sendo, salienta-se que há um fosso no que se refere à questão dos que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola” entre essas categorias, quando tratamos de observar o percentual dentro do próprio grupo. Vejamos:

**Quadro 17 – Percentual de escolarização dentro do próprio grupo racial, conforme os números apresentados no Recenseamento de 1890, na Freguesia da Sé**

Nº	Raça	Total Geral	Total (SL e/ou FE <sup>116</sup> )	%
01	Branços	1880	1384	73,6%

<sup>116</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 a sigla “SL” significa “sabe ler” e “FE”, “frequenta a escola”.

02	Pardos	3298	1233	37,3%
03	Pretos	1227	216	17,6%

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 18 – Percentual de escolarização dentro do próprio grupo racial, conforme os números apresentados no Recenseamento de 1890, na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II**

Nº	Raça	Total Geral	Total (SL e/ou FE)	%
01	Branços	533	350	65,6
02	Pardos	1128	399	35,3
03	Pretos	266	36	13,5

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 19 – Percentual de escolarização dentro do próprio grupo racial total geral, conforme os números apresentados, no Recenseamento de 1890 na cidade de Cuiabá**

Nº	Raça	Total Geral	Total (SL e/ou FE)	%
01	Branços	2413	1734	71,8%
02	Pardos	4426	1632	36,8%
03	Pretos	1493	252	16,8%

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Os quadros 17, 18 e 19 comprovam que o grupo racial representado por brancos supera o total da população negra quando levamos em consideração (pretos e pardos) no número dos que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola”. Esse percentual conduziu a construção de outro olhar para a percepção de que estes também estavam presentes em maioria quando se analisou a questão da representatividade por raça, na ocupação das profissões de destaque na sociedade cuiabana nos oitocentos. Tomamos como exemplo os quadros anexos XXI<sup>117</sup> e XXV<sup>118</sup>. A esse respeito, indaga-se: podemos considerar o que se chamou de “disparidade” ao analisarmos os percentuais de “sabe ler” e/ou “frequenta a escola” dentro do próprio grupo, observando-se o perfil racial como aquilo que chamamos hoje de “desigualdade racial”?

Tentando jogar luz sobre a questão, observou-se que brancos eram maioria na formação do exército conforme o anexo XXII, que apresenta o percentual da *Composição em porcentagem do Exército em Mato Grosso conforme “raça”, na Freguesia da Sé, segundo o Recenseamento de 1890*. Desse modo, assinala-se que os dados revelaram que 53,3% da composição Exército correspondiam à categoria de brancos; 33,3%, à categoria de pardos e 13,3%, à categoria de pretos. Nessa mesma ótica, constatou-se que os dados revelaram uma

<sup>117</sup> Composição do Exército em Mato Grosso, conforme “raça”, na Freguesia da Sé, segundo o Recenseamento de 1890.

<sup>118</sup> Composição do quadro de “empregados públicos”, na Freguesia da Sé, conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890.

discrepância maior na análise presente no anexo XXVI, que trata da Porcentagem sobre a *Composição do quadro de “empregados públicos”, residentes na Freguesia da Sé conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890*. Sobre o referido anexo, observou-se que integravam o grupo de “empregados públicos” 66,6% de brancos, 29,4% de pardos e 3,9% de pretos.

Nesse contexto, havia, também, conforme o Recenseamento de 1890, alguns profissionais que atuavam na área da saúde, como o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, Dr. Augusto Novis, Dr. Veriato de Cerqueira Caldas e o cirurgião José Marques da Silva Bastos, portanto, dois destes médicos foram caracterizados como de raça branca, um médico e o cirurgião como de raça parda. Neste anexo foi possível observar certo equilíbrio na representação das categorias raciais: branca e parda.

Quanto à presença desse contingente de “sabia ler” e/ou “frequentava a escola” nas escolas mato-grossenses, e/ou cuiabanas, à luz dos dados encontrados nos periódicos no decorrer dos Oitocentos, assinala-se que, adiante, um olhar mais apurado será apresentado na sessão denominada de *Pretos e Pardos nas escolas cuiabanas: os nomes*. Lá estarão presentes as questões que envolvem a 1ª e 2ª escolas de instrução primária regida pelo Professor Benedicto Francisco de Paula, um panorama sobre a realidade do Liceu Cuiabano a partir do anexo *Relação dos nomes dos alunos do Lyceu Cuiabano*, encontrados no Jornal *A Província de Mato Grosso* (1880)<sup>119</sup>, em cruzamento com o Recenseamento de 1890 e, por fim, um pouco da escola “ecclética” regida pelo professor Agostinho Lopes de Souza, frequentada por brancos e negros, e que, possivelmente, funcionava em regime de coedução.

Nessa perspectiva, destaca-se que entre os pardos letrados observou-se que muitos tiveram suas vidas acadêmicas construídas em outras províncias, entre estes estavam o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, o Capitão Celestino Alves Barros, que era proveniente do município da Corte, onde havia se alistado para ser eleitor em 1881, e, conforme *O Matto-Grosso* (12-01-1890, ano XII, nº 574, p.02) havia participado, em conjunto com o Engenheiro Dr. João Pereira Gomes Filho, da comissão para examinar as obras projetadas do cemitério e da fábrica de pólvoras que estavam por concluir. Em seguida, seguiram para a freguesia da Chapada para examinar tanto a colônia agrícola como a estrada que havia sido construída em direção à capital. Ainda de acordo com *A Gazeta* (26-09-1889, ano I, nº 54, p. 02), o mesmo servia de diretor do Laboratório Pirotécnico e havia se afastado para cuidar da saúde. Sobre a formação do

---

<sup>119</sup> *A Província de Matto-Grosso* de 18-04-1880, ano II, nº 68, p. 2-3.

referido capitão, deduz-se que tenha ocorrido na Província do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, assinala-se que nem todos os letrados construíram suas vidas acadêmicas em Mato Grosso, muitos deles foram apontados por Peraro (1997) como provenientes da Província da Bahia, como é o caso do pardo Capitão Jesuino Dioclesiano de Sousa Bruno (p. 199). Conforme observou a autora, as famílias Murinho e Novis também eram provenientes da Bahia e chegaram a Mato Grosso no início da segunda metade do século XIX, instalando-se, constituindo família e projetando-se a partir de então no cenário político da capital da província (p. 112), bem como Joaquim Manuel Martins Moreira, de 38 anos, morador na freguesia de São Gonçalo de Pedro Segundo, e capitão do Oitavo Batalhão de Infantaria. (p. 202)

A esse respeito, postula-se que Antonio Pereira Catilina da Silva também possa ser proveniente de outra província brasileira, a assertiva pode ser confirmada a partir das discussões travadas entre os lentes do Seminário Episcopal da Conceição e o Cônego Joaquim Antonio da Silva Rondon no ano de 1863<sup>120</sup>. O episódio se deu em torno da decisão de um pai querer a retirada de seus filhos da frequência da cadeira de Latim, regida por Rondon, por considerar que a assiduidade destes era pura perda de tempo e que verificavam o atraso da mocidade naquela aula. A esse respeito, os lentes consideraram que dos “89 alunos matriculados na aula de Latim do anno de 1859 até hoje, o Seminário [...] só podia se vangloriar [...] de ter dado por promptos três”, e enfatizavam que:

[...] É verdade que em 1859 [...] foram os examinados dados por promptos em Latim, **porem estes pelo tempo, vê-se que trouxeram instrução de fora e apenas vieram completar no Seminario** [grifos meus], e destes mesmos alguns que foram para o Rio de Janeiro ainda foram obrigados a estudar um ou mais anos para se apresentarem a exames e deste já a maior parte tem saído reprovada. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 03)

A referência aos que “trouxeram instrução de fora e apenas viram completar no Seminário” remete a compreensão de que Antonio Pereira Catilina da Silva possa ter iniciado a sua vida acadêmica em outra província, ter se mudado para Mato Grosso e continuado sua formação no ensino secundário oferecido no Seminário Episcopal. Nesse sentido, as informações constantes nas edições de 236 a 254 de *A Imprensa de Cuyabá* levam a esse entendimento. Deduz-se, ainda, que o referido aluno pudesse ser o mais adiantado naquela escola, visto ser o que mais havia sido submetido as “reparações” nas aulas oferecidas no seminário. Foram 8 reparações ao todo.

<sup>120</sup> Ver *A Imprensa de Cuyabá* de 05-11-1863, ano V, n.º 251, p. 01-04.



### 2.3 Por onde andavam pardos, pretos, caborés e crioulos segundo os periódicos matogrossenses entre 1860 e 1899?

Nesta seção trataremos de situações que chamamos de redes de sociabilidades. Nesse sentido, nomeamos de redes de sociabilidades o conjunto de relações estabelecidas entre as pessoas, que implicavam solidariedade, ou ainda, as relações estabelecidas, a partir de vínculos advindos dos laços construídos em espaços como a instrução pública, o meio político, nas associações literárias, e nas associações abolicionistas. Desse modo, destaca-se que esta parte tratará de mostrar, através de algumas passagens explícitas nos jornais em questão, a presença de pardos e pretos em diversos locais da sociedade cuiabana. Assim sendo, fruto do cruzamento dos dados realizado no processo de construção deste estudo, ilustramos a seguir casos de situações cotidianas, em que pretos e pardos estiveram, pelo menos no que corresponde ao teor das notícias veiculadas nos jornais de época, “inseridos em diversos espaços sociais na cidade de Cuiabá.

O jornal *A Província de Mato Grosso* noticiou, em 20 de outubro de 1889, uma lista com nomes de pessoas requerendo alistamento para votar naquele ano na cidade de Cuiabá.

O Dr. Luiz da Costa Ribeiro, juiz de Direito interino da comarca especial de Cuyabá &. Faz saber que tendo os cidadãos abaixo mencionado satisfeito as exigências da lei conforme lhes foi ordenado por este juízo, nas petições, em que recorrerão a inclusão de seus nomes no alistamento eleitoral d’esta comarca; proferio despachos mandando alistá-los, por terem provado seus direitos, com os documentos que juntaram: a saber (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1889, p.3)

Desse modo, apresentam-se os nomes que referem-se aos moradores alistados da “parochia” da Sé<sup>121</sup> na tabela a seguir:

**Quadro 20 – Cidadãos que comprovaram as exigências e requererão a inclusão de seus nomes no alistamento eleitoral da comarca de Cuiabá residentes na Paróquia da Sé<sup>122</sup>**

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Estado civil	Sabe ler
01	Antonio José da Costa	64	General	Branca	Solteiro	Sim
02	Belarmino Garcia Contadoria	36	Taverneiro	Parda	Casado	Sim
03	Hypolito de Moares Navarros	36	Sapateiro	Parda	Casado	Sim
04	Jacinto Botelho Leite	39	Marceneiro	Parda	Solteiro	Sim
05	João Alexandre de Brito	37	Alfaiate	Parda	Solteiro	Sim

<sup>121</sup> Foi possível encontrar apenas alguns residentes na Paróquia da Sé, no entanto, aparecem nomes de residentes nas seguintes paróquias: São Gonçalo de Pedro 2º, Santo Antonio do Rio Abaixo e Nossa Senhora da Guia.

<sup>122</sup> *A Província de Mato Grosso* (03-11-1889, ano XI, n.º 564, p. 03-04), publicou a lista onde estes deveriam ter cumprido os seguintes requisitos: saber ler e escrever, ter renda legal, estar alistado pra votação.

06	João Davis Monteiro	24	Agencia	Branca	Casado	Sim
07	Joaquim Januario Carneiro	57	Fogueteiro	Parda	Casado	Sim
08	Joaquim Marcelino Martins	25	Marceneiro	Parda	Casado	Sim
09	José da Cunha Maciel	30	Empregado Público	Parda	Casado	Sim
10	José Luis de Figueredo	43	----	Branca	Casado	Sim
11	José Maria de Almeida	30	Agencia	Parda	Casado	Sim
12	Luiz Theodoro Monteiro	26	Escrivão de	Branca	Solteiro	Sim
13	Manoel Baptista do Espirito Santo	46	Agencia	Parda	Casado	Sim
14	Gil Braz Marcondes	40	Empregado Público	Parda	Casado	Sim

**Fonte:** Construção do autor – Cruzamentos de dados do Jornal *A Província de Mato Grosso* (20-10-1889, ano XI, n.º 562, p. 03) com o Recenseamento de 1890.

O exemplo a seguir pode evidenciar como pardos requeriam sua inclusão em espaços de cidadania, assim, ilustra-se o presente texto com a passagem de Gil Braz Marcondes da Silva, “liberto<sup>123</sup>” que na década de 1880, além de exercer função de empregado público, recorreu também ao Tribunal de Relação para assegurar a participação enquanto eleitor na Freguesia da Sé. Tal passagem pode ser comprovada na edição de número 562, de *A Província de Matto-Grosso*, veiculada também em 20 de outubro de 1889. O mesmo juiz responsável pelo despacho da lista apresentada acima respondeu a uma contestação de outro eleitor que, indignado, dizia que Gil Braz não possuía “renda legal” para ser eleitor, devido às casas onde Gil havia residido não possuir “o necessário valor locativo recommendado pela lei”. Para essa situação, o juiz apresentou o seguinte argumento:

Pelas certidões de fs. 7 e 8 v., vê-se claramente que a casa n. 4 da rua da Emancipação, de propriedade de José Barnabé de Mesquita onde mora Gil-Braz (do c. fs. 14 usque, “sic”) fora lançada com o valor locativo de 240\$000, nos annos de 1887, 1888 e 1889, recorrendo ainda a circumstancia de ter residido Gil-Braz no anno de 1886 em casa de propriedade de Manoel dos Santos Sampaio<sup>124</sup>, a qual nesse anno fora lançado com valor locativo de 216\$000 (do c. fs. 9 usque “sic” v.) – Tem-se pois, pelos documentos juntos, a certeza de que o justificante nos annos de 1886, 1887, 1888, e 1889 (4 annos consecutivos) residio em casa cujo o valor locativo é o exigido pelo art. 5 n. 1 da lei de 9 de janeiro de 1881, como também que o lançamento tem a data de mais de três annos antes do último dia do praso do § 6 do art. 6 da mesma lei, como quer o art. 1 § 11 n. 1 do decreto n. 3.122 de 7 de outubro de 1882. – Caso idêntico a este já foi no anno passado, julgado por V. M. Imperial no processo em que era justificante – Francisco Aureliano da Costa<sup>125</sup>. – Entendia então, o contrario do que hoje faço em obediencia ao arresto que ficou firmado. – Por essas razoes, sustento o meu despacho até que V. M. mande o contrario. (A

<sup>123</sup> Ver *O Liberal*, veiculado em 9 de abril de 1874, edição de número 134, p. 3. Ver também Volpato (1993, p. 125)

<sup>124</sup> Manoel dos Santos Sampaio, conforme o recenseamento de 1890, era preto, 48 anos, pedreiro, solteiro, católico, brasileiro e sabia ler, vivia com outras 3 pessoas, sendo: Maria da Costa Monteiro (38 anos), Vicência da Costa Monteiro (17 anos, preta, sabia ler) e Manoel dos Santos Sampaio (8 anos, preto, sabia ler e frequentava a escola. Todos residiam na rua do Carmo, nº 264, Freguesia da Sé.

<sup>125</sup> Francisco Aureliano da Costa, 27 anos, branco, viúvo, agencia, católico, brasileiro, sabia ler. Residia no 14º Quarteirão, à Rua 1º de março, nº 462. Viviam com Francisco Aureliano outras 10 pessoas, duas pretas e uma parda, estas não sabiam ler e nem frequentavam a escola. Outras seis sabiam ler e quatro delas frequentavam a escola.

PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1889, p.4)

Desse modo, Carvalho (2014) destacou a participação no processo eleitoral como uma das formas de envolvimento dos “cidadãos” com o Estado, nesse sentido, assinala-se que na parte introdutória do despacho do juiz interino da Comarca de Cuiabá, este considerou ter ficado: “provada a renda legal do justificante **cidadão** (grifo meu) Gil Braz Marcondes da Silva”<sup>126</sup>. Isto possibilita inferir que tanto a partir das palavras do juiz quanto das colocações de Carvalho (2014), o “justificante” experienciou duas situações que ajudam a reforçar o significado de cidadania, conforme Carvalho, para aquele momento, o alistamento e a apreciação de um processo concedendo-lhe a permissão ao voto.

Sobre esse aspecto, conforme observou Siqueira (2000), pardos participavam das associações culturais, a exemplo de Pedro Candido Jarzem, latoeiro, pintor e escultor que abrigava em sua residência a (sede da) Associação Literária Cuiabana. Segundo a autora, existiram outras associações que, além dos aspectos culturais, possuíam também um cunho partidário.

Outro detalhe que chamou atenção, nas colocações de Siqueira (2000), foi a evidência da composição étnica de outros dois espaços, o cultural e o político; como apontou a autora, ao salientar que, segundo observações realizadas pelo alemão Karl von den Steinen, “na Sociedade Terpsicore Cuiabana as pessoas eram de tez clara, no Recreio Cuiabano, ao contrário, espantou-se Steinen com o número expressivo de pessoas escuras, todas pertencentes ao Partido Conservador<sup>127</sup>”. (p.96)

Entre as associações culturais estava a Associação Literária Cuiabana<sup>128</sup>, que tinha a sua diretoria composta por brancos e pardos. A autora salienta que um dado interessante é que esta entidade cultural funcionou pela primeira vez na residência do negro Pedro Candido

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> Ver Chalhoub (1990, p. 177-180) onde o autor apresenta os feitos do Imperador “Dom Pedro II, portanto, levantava questões espinhosas, ao reforçar sua imagem de defensor da idéia de emancipação dos escravos através da farta distribuição de graças em datas festivas – ele ainda teve tempo de comemorar o primeiro ano da Lei Áurea perdando os negros José e Bento do restante de suas penas de galés, em 13 de maio de 1889 [...] (p. 179) e, também [...] no sentido de perdoar as penas de escravos e de comutar condenações à morte baseadas na lei de 10 de junho de 1835. (p.177). Conforme o autor, não havia dúvida de que Dom Pedro II gozava de certa popularidade entre os negros, pelo menos nos anos finais da monarquia. As atitudes do Imperador, de acordo com Chalhoub, vieram a incomodar Rui Barbosa que chegou a denunciar as supostas tentativas da monarquia de garantir a segurança do trono através da mobilização política dos libertos da cidade do Rio. Desse modo, sugere-se que talvez essas passagens apresentadas por Sidney Chalhoub possa fazer compreender “a presença de um número expressivos de pessoas escuras” em alguns segmentos sociais (Sociedade Recreio Cuiabano e no Partido Conservador) segundo observações feitas pelo alemão Karl von den Steinen, conforme os apontamentos de Siqueira (2000, p. 169).

<sup>128</sup> Tesoureiro: Antonio Modesto de Melo (**pardo**, 40 anos, solteiro, saber ler) morava com quatro (4) pessoas, das quais três (3) sabiam ler e duas frequentavam a escola, residia no 16º quarteirão, Rua de Antonio João (Freguesia da Sé).

Jarcem<sup>129</sup>. A esse respeito, Siqueira (2000) assinala que o primeiro estatuto da Associação Literária Cuiabana foi impresso no Rio de Janeiro, junto a Tipografia Laemmert, e, ainda nesse sentido, Rosa (1996, p.45 apud Siqueira, 2000, p.99) destacou que o artigo 11 do referido estatuto rezava a nomeação de um bibliotecário e, no item 6 do Artigo 19º, incumbia o tesoureiro propor pessoa idônea para ocupar o cargo. A nomeação parece ter sido uma contratação de serviços, a 2 de julho de 1893. Joaquim José Torquato<sup>130</sup> passava recibo de quinze mil réis referente à sua gratificação de bibliotecário.

Não obstante, também encontrou no Jornal *O Matto-Grosso*, edição de 5 de agosto de 1890, um conjunto de atas correspondente à criação do Partido Republicano. No que corresponde à participação de pretos e pardos, observou-se a presença de Agostinho Lopes de Souza, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, Sebastião José da Costa Marica, e Thomé Ribeiro de Siqueira, na lista dos que haviam participado da reunião e/ou dos que “adheriam” ao partido recém-criado. Outros aspectos em relação à movimentação de criação do partido puderam ser observados. Nesse sentido, percebeu-se que a presença de brancos era de 53,6% entre os participantes, seguidos de 41% de pardos e de 5,2% de pretos. Entre os que haviam recebido votos, observou-se que, conforme as informações constantes nas atas, estes poderiam participar do centro diretor provisório do Partido. Constava, também, que os doze mais votados constituiriam tal centro.

Ainda sobre a presença de negros nos espaços sociais, registra-se a passagem descrita no Jornal *A Imprensa de Cuyaba* de 05.07.1863 (p.4), na Coluna “Agradecimento”:

D. Maria Clara de Miranda Leque, D. Clara Maria Pinto de Souza, D. Angelica dos Santos Leque, D. Antonia dos Santos Leque, Luiz dos Santos Leque, Tiburcio dos Santos Leque<sup>131</sup> e sua mulher D. Anna Balbina dos Santos Leque, Capitão Thomaz Antonio de Miranda, e Capitão Romualdo de Pinto Souza<sup>132</sup>, prezando em subido grão o caridoso obsequio que lhes fizerão S. Ex<sup>a</sup>. Rvm<sup>a</sup>. Sr. Conego Cura, so Exm<sup>o</sup>s

<sup>129</sup> Pedro Candido Jarcem (**pardo**, solteiro, funileiro, sabe ler) aparece no recenseamento de 1890, residindo na Travessa dos Voluntários da Pátria (Freguesia da Sé), numa casa com mais vinte (20) pessoas, das quais quatorze (14) pessoas sabiam ler, e quatro (4) frequentavam a escola, uma era professora.

<sup>130</sup> Joaquim José Torquato (**pardo**, 35 anos, casado, sabe ler) morava com sete (7) pessoas, das quais quatro (4) sabiam ler e uma frequentava a escola (todas as pessoas eram **pardas**). Residia no 14º quarteirão na Rua da Emancipação. Freguesia da Sé.

<sup>131</sup> Ver jornal *O Liberal*, nº 379, de 5 de dezembro de 1878 (p.3) na continuação do Relatório do Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso, em 01 de novembro de 1878, na parte que tratava da polícia e segundo informação Chefe de Polícia da Província, Dr. Milciades Augusto de Azevedo Pedra, a exoneração de 1º Suplente de Delegado da Capital, Tiburcio dos Santos Leque, a pedido do mesmo chefe de policia.

<sup>132</sup> Presume-se que Romualdo Pinto de Souza fosse casado com uma das integrantes da família Leque, todavia, encontrou-se Antonio Pinto de Souza Leque, 34 anos, pardo empregado público, residindo à Rua 2 de dezembro, com um criado, Carlos, de 13 anos, de raça preta, não frequentava a escola e nem sabia ler. Nesse sentido, para tal assertiva, assinala que conforme a idade de Antonio Pinto de Souza Leque, registrada pelo censo de 1890, nos idos de 1983, contava com 7 anos.

Srs. Vice-Presidente General Augusto Leverger e Comandante das Armas Coronel Carlos Augusto d'Oliveira e mais Pessoas, assistindo ao funeral do primeiro anniversario da sentida morte do seo muito amado e sempre lembrado Pai e sogro o Commendador o Antonio Ferreira dos Santos Leque, protestão-Lhes publicamente o seu eterno reconhecimento por um favor tão especial que revela ao mesmo tempo a nobresa de seos corações conservando alem – tumulto sinceras afeições e amisades. (A IMPRENSA DE CUYABA, 1863, p.4)

Essa passagem demonstra, em primeiro lugar, a importância do cargo socialmente ocupado por pardos na década de 1860, as estreitas relações construídas na hierarquia, bem como o sentimento e/ou proximidade entre o alto escalão do governo da Província de Mato Grosso, junto à família do dito falecido coronel. Igualmente, conforme o recenseamento de 1890, localizou-se algumas pessoas aludidas no texto de agradecimento acima, sendo: Tiburcio dos Santos Leque, residente à Rua 11 de Julho, 370, viúvo, agencia, *pardo*, tendo na mesma residência dois adolescentes, João dos Santos Leque, 16 anos, e Luiz dos Santos Leque, ambos caracterizados como *brancos* e sabendo ler e frequentando a escola. D. Maria Clara de Miranda Leque, residente à Rua 11 de julho, 375, *parda*, agencia, 52 anos, viúva e sabia ler. Em sua companhia encontravam-se: 4 crianças, que foram caracterizadas racialmente como 3 *pardas* e 1 *preta* (Rozalia Clara de Miranda, 9 anos, Innocencia de Miranda, 9 anos, e Raymunda de Miranda, 3 anos; Maximo de Miranda, 8 anos, caracterizado como de raça *preta*), apenas Rozalia sabia ler e frequentava a escola.

Há outra situação que foi explicitada no jornal *A Situação* de 29 de setembro de 1869, trata-se da composição de um Júri convocado pelo Capitão Virissimo Xavier Castello, juiz municipal suplente, em exercício na cidade de Cuiabá, conforme quadro a seguir:

**Quadro 21 – Lista de nomes dos cidadãos sorteados para 5 de outubro de 1869<sup>133</sup>**

Dados de <i>A Situação</i> (29-09-1869)			Dados do Recenseamento de 1890 <sup>134</sup>		
Nº	Nome	Idade	Profissão	Idade	Profissão
01	Antonio Maria de Moraes de Navarros	50	Juiz	Branca	Sim
02	Antonio Ferreira Mendes	50	Agencia	Parda	Sim
03	Felix Ferreira Mendes	50	Agencia	Parda	Sim
04	Henrique José Vieira	73	Capitalista	Branca	Sim
05	João Maria de Souza	54	Advogado	Branca	Sim
06	José Joaquim Graciano de Pina	51	Negociante	Branca	Sim
07	José Leite da Cunha	51	Teverneiro	Parda	Sim
08	Mathias Pereira	70	Capitão	Parda	Sim
09	Manoel José Moreira da Silva	78	2º Capitão	Branca	Sim
10	Manoel Delfino de Carvalho	63	Empregado Pulico	Parda	Sim

<sup>133</sup> A lista de nomes da Freguesia da Sé consta de 36 nomes dos quais foram localizados 11 deles no Recenseamento de 1890.

<sup>134</sup> Os dados referentes à raça, idade e profissão foram retirados do recenseamento de 1890. Nesse sentido, infere-se que os sujeitos listados no jornal *A Situação* (18-07-1875) tratam-se das mesmas pessoas encontradas no recenseamento de 1890. A profissão é um dado relevante que revela os desdobramentos da (pós-formação) dos 11 sujeitos referenciados.

11	Manoel de Ascensão Galvão	62	Agencia	Branca	Sim
----	---------------------------	----	---------	--------	-----

**Fonte:** Construção do autor a partir de dados extraídos do Jornal *A Situação* (29-09-1869, ano II, nº 52, p. 03) e do Recenseamento de 1890.

Dos 36 nomes da lista de participantes da Freguesia da Sé no Júri, conseguiu-se encontrar 11 nomes no Recenseamento de 1890. Dos 11 nomes, 6 foram caracterizados como de raça branca e 5 como de raça parda. Entre os brancos, constavam as profissões de Juiz, capitalista, negociante, agencia e advogado, entre os pardos, as profissões de agencia, taverneiro, capitão e empregado público. Desse modo, conforme os dados referendados pelo censo de 1890, todos haviam frequentado a escola. Em 1875, de acordo com o jornal *A Situação* (18-08-1875, ano VII, nº 490, p. 03), os pardos Luiz Alves Ferreira, Manoel de Assunção Couto, e Joaquim Henrique dos Santos Viena integravam a lista dos convocados para participar de outro júri do termo de Cuiabá, entre 48 nomes sorteados dos residentes em sete freguesias (Sé, Pedro II, Santo Antonio, Livramento, Chapada, Brotas e Guia).

A esse respeito, Carvalho (2014), ao tratar da construção da cidadania no Brasil, destacou que, além da participação eleitoral, houve, após a independência, outras formas de envolvimento dos cidadãos com o Estado (p.42). Nesse sentido, o autor assinala que “A mais importante era o serviço de júri”. (CARVALHO, 2014, p. 42) Para o autor:

[...] Pertencer ao um corpo de jurados era participar diretamente do Poder Judiciário. Essa participação tinha alcance menor, pois exigia alfabetização. Mas, por outro lado, era mais intensa, de vez que havia duas sessões do júri por ano, cada uma de 15 dias. Em torno de 80 mil pessoas exerciam a função de jurado em 1870. A prática também estava longe de corresponder à intenção da lei, mas quem participava do júri sem dúvida se aproximava do exercício do poder e adquiria alguma noção do papel da lei. (CARVALHO, 2014, p. 42-43)

Nesse contexto, assinala-se que um dos Júris apresentados deu-se no ano de 1869, e, em se tratando das questões que se referem à escola, observa-se que a idade dos pardos que participaram deste, no censo de 1890, estava entre 50 e 70 anos de idade, e fazendo “uma aproximação matemática” para o final da década de 1860, a idade desses participantes que foram caracterizados como pardos estava entre 29 e 49 anos. Aqui reside a questão central na situação apresentada, ou estes construíram seus percursos acadêmicos em outras províncias, ou podemos contar com a possibilidade de alguns deles terem frequentado a escola mato-grossense pública de primeiras letras e depois cursaram as cadeiras isoladas de Latim e Frances, e/ou ainda que seguiram para o Seminário Episcopal da Conceição, a única escola secundária, conforme o Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em 20 de setembro de 1869, pelo General Presidente Barão de Melgaço. A esse

respeito, o referido Presidente afirmava que “A instrução secundária esta concentrada no Seminário Episcopal da Conceição sob a superior direção do Exm. e Rm. Prelado Diocesano. Consta-me que excede de o numero 50 de alunos.” (A SITUAÇÃO, 1869, p.2)

Como tratamos nesta sessão da escolarização da população total das duas freguesias que compunham a parte urbana da cidade de Cuiabá nos Oitocentos, finalizamo-las trazendo a luz um quadro que revela a ocupação de um número significativo de negros/negras que assumiram postos na carreira pública em funções sociais, e que possivelmente instruíram-se através das escolas mato-grossenses e/ou cuiabanas e/ou houvessem construído o trajeto de sua formação em outras províncias. O quadro representa um prenúncio do que será o capítulo 3, daquilo que preceituava a Constituição de 1824, no artigo 179, na sua alínea XIV, de que “Todos os cidadãos poderiam ser admitidos em Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares, sem outra diferença que não fosse a dos seus **talentos e virtudes**” (p. 87). Nesse sentido, assinala-se que o quadro a seguir é uma alusão ao referido artigo da Constituição de 1824 e, a esse respeito, ressaltamos para que se atentem aos nomes, o ano das nomeações, às funções exercidas por estes e explícitas nos jornais de época e, ainda, à profissão que foi registrada no Recenseamento de 1890.

**Quadro 22 - Talentos e Virtudes – A lista de nomes de negros/negras que assumiram cargos públicos e/ou funções sociais, entre os anos de 1857 a 1890, na Província de Mato Grosso.**

Dados Dos jornais do Século XIX <sup>135</sup>				Dados do Recenseamento de 1890		
Nº	Nomes	Ano	Função	Profissão	Raça	Idade
01	Agostinho Lopes de Souza	1885	Professor	Professor	Preta	30
02	Antônia Augusta Gaudie Ley	1885	Professora	Professora	Parda	21
03	Antonio da Costa Garcia Junior	1881	Tenente do 1º Batalhão d'Infantaria da Guarda Nacional	Agencia	Parda	36
		1889	Promotor público da Comarca de São Luiz de Cáceres			
04	Antonio Marinho da Fonseca	1889	Músico do Arsenal de Guerra	Músico	Parda	39
05	Antonio José Duarte	1886	Diretor da Colônia Teresa Cristina	Tenente do Exército	Parda	46
06	Antonio Pedro de Figueiredo	1882	Fiscal	Taverneiro	Parda	37
07	Antonio Pereira Catilina da Silva	1873	Secretario Interino de Policia de Cuiabá	Empregado Público	Parda	55
		1875	Grammatica e analyse da língua nacional na Escola Normal			
		1880	Secretario da Relação do Tribunal de Relação			
		1882	Professor da cadeira de Latim do			

<sup>135</sup> Os dados foram retirados dos Jornais *A Situação, O Matto-Grosso, A Província de Matto-Grosso, O Povo e Relatório de Instrução Pública* de 1881.

			Liceu Cuiabano			
08	Antonio Pinto de Souza Leque	1885	Inspetor Paroquial	Empregado Público	Parda	34
09	Amaro Vieira de Barros	1889	Praticante	Alfaiate	Parda	36
10	Arsenio Bueno de Camargo	1881	2º sargento do Arsenal de Guerra	Marceneiro	Parda	31
11	Bartholino Alves da Cunha	1889	Porteiro da Secretaria de Polícia	Agência	Parda	32
12	Bento Severiano da Luz	1880	Professor do Seminário Episcopal	Cônego	Parda	35
13	Carlos de Miranda Santos	1887	1º secretário da Sociedade A. V. dos Militares	Capitão do Exército	Parda	40
14	Celestino Alves Bastos	1889	Capitão do Exército	Capitão de Artilharia	Parda	33
		1889	Diretor do Laboratorio Pirotecnico			
15	Celestino Vieira Nery	1889	Oficial da 1ª Secção da Secretaria de Governo	Empregado Público	Parda	35
16	Custódio Alves Pereira	1889	Arquivista da Secretaria do Governo	Empregado Público	Parda	38
17	Delfino Vieira de Barros	1879	1º Sargento do B. 19 de Infantaria.	Alferes do batalhão	Parda	43
18	Dormevis José dos Santos Malhado	1867	Convocado para a Guerra do Paraguai	Médico	Parda	51
		1874	Professor da Cadeira de Pedagogia da Escola Normal			
		1876	Inspetor Paroquial da Freguesia da Sé			
		1878	Vice Presidente da Sociedade Emancipadora Mato-Grossense			
		1880	Examinador do concurso para “provimento dos dous lugares de amanuense da Secretaria Geral de Instrução Pública			
		1880	Diretor Geral de Instrução Publica			
		1881	Deputado Provincial			
		1882	3º Vice-Presidente da Província			
19	Eugenio da Silva Claro	1881	Escriturário da Tesouraria da fazenda	Empregado Público	Preta	34
20	Eleutherio Pereira da Silva	1881	Aferidor da Câmara Municipal	Ourives	Parda	57
21	Felix Benedicto de Miranda	1878	Professor	Professor	Parda	33
22	Francisco Vieira Nery	1889	Oficial na Secretaria da Presidência	Empregado Público	Parda	39
23	Gabriel de Andrade	1889	Amanuense da Secretaria da Presidência	Empregado Público	Parda	23
24	João José Rodrigues Xavier	1889	Porteiro da Secretaria de Policia de Cuiabá	Empregado Público	Parda	70
25	Joaquim Rodrigues Freire	1878	1º secretario da Sociedade Emancipadora Mato-Grossense.	Alfaiate	Parda	31
26	José de Paula Corrêa	1879	Contador da Tesouraria Provincial	Ferreiro	Parda	37
27	José Joaquim dos Santos Ferreira	1868	Deputado Provincial <sup>136</sup>	Capelão	Parda	60
		1871	Professor			
		1879	Escrivão da Câmara Eclesiástica			
28	Joaquim José Torquato		Continuo	Empregado. Público	Parda	35
		1889	Porteiro do Lyceu Cuiabano			

<sup>136</sup> Conforme Sena, 2006, p. 193-194.



29	José Martins Fernandes	1881	Porteiro do Lyceo Cuyabano e da Diretoria Geral da Instrução Pública	Solicitador	Parda	58
		1889	Solicitador da Fazenda			
30	João Sant'Iago Arinos	1881	1º Suplente do Subdelegado da Freguesia da Sé	Negociante	Parda	41
31	Manoel da Cunha Moreno	1881	Alferes	Tenente do Exército	Preta	47
32	Manoel Ferreira Mendes	1864	Integrou a lista de suplentes da comissão para escolha de vereadores e juizes de paz	Agência	Parda	56
33	Manoel Luiz Pereira	1889	Porteiro do Liceu Cuiabano	Empregado. Público	Parda	42
34	Manoel João Nepomuceno	1889	Amanuense do Laboratório Pirotécnico	Alfaiate	Parda	39
35	Manoel Rodrigues da Silva Lima	1890	Fiscal da Junta Municipal do 1º Distrito de Cuiabá	Empregado Público	Parda	61
36	Maria Augusta da Costa Garcia	1881	Oferecia alimentação para a cadeia publica de Cuiabá	Agencia	Parda	68
37	Miguel José de França	1889	Porteiro do Arsenal de Guerra	Alferes	Preta	65
38	Moyses dos Guimarães e Silva	1881	Continuo do Liceu Cuiabano	Oficial	Preta	42
39	Pedro Candido Jarcem	1886	Porteiro da Assembleia	Funileiro	Parda	37
40	Pedro Fernandes Povoas	1890	Tenente honorário da companhia de policia	Tenente do Exercito	Parda	46
41	Satyro Domingos de Araújo	1877	Praticante da Thesouraria de Fazenda da Provincia	Empregado Público	Parda	44
42	Sebastião José da Costa Maricá	1857	Professor	Professor	Parda	66
43	Thomé Ribeiro de Siqueira	1877	Escriturário da tesouraria provincial	Empregado. Público	Parda	36

**Fonte:** Compilação dos Jornais *A Situação, O Matto-Grosso, A Província de Matto-Grosso e Relatório de Instrução Pública e Sena.* (2006, p. 193-194)

#### **2.4 Grupo Intermediário<sup>137</sup> - Total por faixa etária de pretos, pardos e brancos que “sabem ler” e/ou “frequentam a escola” residentes nas duas freguesias que compunham a cidade de Cuiabá nos Oitocentos**

Os dados presentes nos quadros a seguir foram extraídos da contagem realizada sobre o número de habitantes constantes no Recenseamento de 1890 que residiam na parte urbana da cidade de Cuiabá, naquela ocasião, e que foram caracterizados como “sabe ler” e/ou “frequenta a escola”. Nesse sentido, o denominamos de *grupo intermediário*, por se tratar de uma análise empreendida por faixa etária, em que se procurou compreender o percentual de brancos, pretos e pardos “que sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola”, nas freguesias

<sup>137</sup> Os quadros sob análise neste tópico foram construídos a partir dos anexos III, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, presentes no final desta tese.

que compunham a capital da Província de Mato Grosso nos Oitocentos. Desse modo, escolheu-se a faixa etária compreendida entre 21 e 39 anos em razão do conjunto de informações presentes nos relatórios de presidentes da Província, como também nos relatórios dos inspetores gerais das aulas, que apresentaram para cada relatório um número de crianças consideradas “carentes” e ou “pobres”, que recebiam instrução pública e que geralmente eram atendidos com diversos tipos de materiais escolares. Nesse sentido, deduziu-se que uma parcela da população “negra” pode estar vinculada aos “pobres” e/ou “carentes” que frequentavam as escolas mato-grossenses.

Conforme os dados presentes no Recenseamento de 1872, na Freguesia da Sé, os homens pardos (livres e escravizados) perfaziam um percentual de 22,3% da população cuiabana, os pretos (livres e escravizados) perfaziam um total de 12,3%, que, sendo somados, tem-se aí um contingente de 34,6%. No caso das mulheres pardas (livres e escravizadas) percebeu-se um quantitativo de 19,3%, pretas (livres e escravizadas), um total de 9%, que, se somados, totalizam 28,3%. Nesse sentido, somente o contingente de pretos e pardos (juntando homens e mulheres, livres e escravizados) perfaziam um total de 62,9% da população total.

Os dados computados<sup>138</sup> em 1872, sendo 71,4% de não brancos da população total da Província, os 69,8% de não brancos da população do município de Cuiabá, e ainda com os 70,7% da população não branca residente na parte urbana desta Cidade, conforme o Recenseamento de 1890, impulsiona a busca de uma resposta para saber como se apresentavam em percentuais de não brancos que “sabiam ler” e/ou “frequentavam a escola” na cidade de Cuiabá, a partir dos dados levantados neste último recenseamento.

Desse modo, como a ideia deste estudo é compreender a presença de pretos e pardos caracterizados como “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola” na sociedade cuiabana, buscou-se entender como esse percentual de 70,7% estava representado, neste quesito, a partir dos quadros construídos por faixa etária. A esse respeito, observou-se que o número de mulheres pardas que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola” na faixa etária de 21 a 39 anos contavam 182, uma vez que os homens pardos nesta categoria somaram 170, assim, no computo geral dessa faixa etária, as mulheres pardas perfizeram um percentual de 51,7% dos que haviam tido algum tipo de contato com escola nesta faixa de idade, superando os 48,2% de homens pardos.

Observou-se, ainda, que a faixa etária de 21 a 39 anos, tanto para as mulheres como para os homens, conforme os cálculos, constituíram-se de um contingente de nascidos e

---

<sup>138</sup> Ver o primeiro capítulo deste trabalho.

nascidas a partir do ano de 1851. Nesta faixa etária, encontramos o maior índice de mulheres negras que “sabiam ler” e/ou haviam “frequentado a escola”, superando o índice de homens negros. Esses dados levaram a construir os seguintes questionamentos: esses percentuais seriam provenientes da “difusão” da instrução pública, alavancada no governo de Augusto Leverger a partir de 1850, como afirmou Castanha (2008), ou da criação de escolas para do sexo feminino na Província, e/ou na cidade de Cuiabá nos anos de 1870, como demonstrou os mapas apresentados por Paião (2006a)? Que razões poderiam explicar a superação de mulheres negras em relação a homens negros na categoria “sabe ler” e/ou “frequenta a escola” naquela ocasião?

**Quadro 23 – Freguesia da Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	93	26,4	77	21,8	170	48,2
02	Mulheres	107	30,3	75	21,3	182	51,7
03	Total	200	56,8	152	43,1	352	99,9

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Após uma análise minuciosa, concluiu-se que o percentual de mulheres pardas que havia tido algum tipo de contato com “as letras” na faixa etária dos 20 anos (30,3% mulheres pardas contra 26,4% dos homens pardos) superava o número de homens pardos na Freguesia da Sé, e, quando juntou-se as faixas etárias dos 20 e 30 anos (51,7% mulheres pardas contra 48,2% de homens pardos), elas continuaram a superar. Para a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, esse dado foi constatado somente na faixa etária dos 20 anos (30,4% mulheres pardas contra 23,9% de homens pardos), ao passo que os homens eram maioria dos que “sabiam ler” e/o “havia frequentado a escola” na faixa etária dos 30 anos nesta freguesia.

**Quadro 24 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	22	23,9	27	29,3	49	53,2
02	Mulheres	28	30,4	15	16,3	43	46,7
03	Total	50	54,3	42	45,6	92	99,9

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

A mesma observação pode ser feita para as mulheres do grupo caracterizado como de raça preta na Freguesia da Sé na faixa etária dos 20 anos (29,3% de mulheres pretas contra 22,4% de homens pretos), mas quando juntamos as faixas etárias de 20 e 30 anos há um aumento significativo de homens pretos que havia tido algum tipo de contato com “instrução”, saltando para 65,5%, enquanto que o percentual de mulheres pretas é somente de

34,4%.

**Quadro 25 - Freguesia de SÉ– Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	13	22,4	25	43,1	38	65,5
02	Mulheres	17	29,3	03	5,1	20	34,4
03	Total	30	51,7	28	48,2	58	99,9

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

O inverso acontece com as mulheres pretas que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola” residentes na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, na faixa etária dos 20 anos (elas 25%, eles 25%) elas empatam com os homens, e sobressaem na faixa etária dos 30 anos (elas 37,5%, eles 12,5%). Nas demais faixas etárias (40 a 80 anos) os percentuais evidenciam que tanto homens pardos quanto homens pretos frequentaram a escola cuiabana em número superior ao de mulheres.

**Quadro 26 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	02	25	01	12,5	03	37,5
02	Mulheres	02	25	03	37,5	05	62,5
03	Total	04	50	04	50	08	100

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Como explicar a sobreposição da presença de mulheres pardas sobre homens pardos na cidade de Cuiabá nas faixas etárias dos 21 a 39 anos, nos Oitocentos?

Para tentar compreender as razões que possam explicar esse número superior de mulheres sobre o de homens nesta faixa etária, recorreremos aos Relatórios dos Presidentes de Província, observando as informações que pudessem justificar este quantitativo.

A esse respeito, levantou-se o número de meninas que frequentavam as escolas em Mato Grosso a partir de 1850<sup>139</sup>, conforme o conjunto de relatório dos presidentes que dirigiram a província entre aquele ano e 1890. Nesse sentido, levantou-se que o número de discípulas frequentando as escolas era: em 1850, de 12 meninas (p. 08); 1851, de 27 meninas (p. 22); 1852, de 30 meninas (p. 18); 1853, de 18 meninas (p. 16); 1854, somente na Freguesia da Sé registraram-se 07, e em Livramento, 11 meninas (p. 21<sup>140</sup>). Em 1858 e 1861,

<sup>139</sup> Relatório do Excelentíssimo Senhor Presidente João José da Costa Pimentel, à Assembleia Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1850. Conforme o Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Capitão de Fragata Augusto Leverger, à Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851.

<sup>140</sup> Para o ano de 1855, 1867, 1870 não foi possível encontrar o relatório, para 1856, 1863, 1865, 1866, 1868, 1872, 1875 não se registrou o número de estudantes e para o ano de 1857, 1859, 1860, 1862, 1864, 1869 apresentou-se apenas o número geral de alunos.

os números apresentados referem-se ao total de meninas matriculadas na província, sendo para o primeiro ano o número de 39 discípulas (p. 14), e para o segundo, de 48 (p. 14). Em 1871, destaca-se que o cenário começava a mudar, nesse sentido, foram apresentadas 6 escolas para o sexo feminino, além do colégio dirigido por D. Carolina Amelia Castro da Camara, que contava com 26 alunas matriculadas, e outra escola localizada em Sant Anna com 19 alunas. Em 1873 informou-se que dentre os 1028 alunos matriculados em Mato Grosso, 167 eram de meninas. (p. 03)

Em 1874, o relatório do inspetor geral Protonotario Ernesto Camillo Barreto, no “Anexo N.º 03<sup>141</sup>”, ao do presidente José de Miranda da Silva Reis, descreveu as mobílias enviadas para as escolas da Capital, Santo Antonio, Livramento, Rosario, Brotas, Poconé, Diamantino, São José de Herculanea, Santa Anna do Paranyba, cidade de Mato Grosso e Vila Maria, além das freguesias da Guia, e Chapada. Ao realizar a descrição do material recebido pelas escolas destas localidades, o inspetor trouxe à luz a quantidade de escolas do sexo feminino, a saber: “1ª cadeira do sexo feminino d’esta Capital”, com 91 meninas matriculadas, “2ª escola do sexo feminino desta Capital”, com 7 alunas, “Escola do sexo feminino de Pedro II”, com 31 alunas, e “escola do sexo feminino de Villa Maria”, com 20 alunas matriculadas. Gostaria de ressaltar que a soma do total de meninas matriculadas, verificada pela inspetoria, é de 149, nesse sentido, observa-se que esse total pode ajudar a entender, compreender, e a construir o argumento sobre o índice maior de mulheres negras escolarizadas na faixa etária dos 21 a 39 anos na Freguesia da Sé.

Para o ano de 1876, informou-se que das 26 escolas de instrução primária que ainda continuavam, 6 eram do sexo feminino, destas, duas estavam localizadas na Freguesia da Sé e uma na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II. As outras 3 estavam localizadas nas “parochias” de São Luiz de Cáceres, Sant’ Anna do Paranyba e Corumbá. Três escolas femininas estavam providas interinamente e um delas vaga (a da Capital) (p. 08).

Conforme as informações do inspetor geral Ernesto Camilo Barreto, a 1ª escola do sexo feminino da Paróquia da Sé contava com 29 meninas. Possivelmente, a que estava vaga na Capital tratava-se da segunda escola feminina dessa localidade. Na escola feminina da Paróquia de São Gonçalo de Pedro II, contavam-se 50 alunas. Para o município de São Luiz de Cáceres, na Paróquia de mesmo nome, contavam-se 23 meninas. Em relação aos municípios de Corumbá e Sant’Anna do Paranyba, não resgitou-se o quantitativo de

---

<sup>141</sup> Sobre a escola de Corumbá, o inspetor dizia que “nada sabia a respeito” desta, e sobre a escola localizada em Miranda, o inspetor assinalava “ignorar qual seria o número e a qualidade da mobília daquela escola”, visto que o inspetor paroquial não havia respondido-lhe nenhum dos officios enviados (p. 12).

meninas frequentando a escola para aquele ano (p. 13). Conforme o inspetor, o número de meninas, nas escolas mato-grossenses, poderia ser acrescido ainda com as que frequentavam as 11 escolas que, conforme o inspetor, ostentavam o “título de particulares umas” e de “domesticas outras” (Idem). A esse respeito Ernesto Camillo Barreto afirmava que:

Grande é o numero de jovens de 6 a 15 annos que não freqüentam as escolas, especialmente do sexo feminino. O remédio para esse mal seria a multiplicação de escolas, especialmente para meninas. [...] A população escolar do sexo feminino capaz de receber instrução na Freguesia da Sé, deve elevar-se a 1200 meninas [...] tem entretanto esta freguesia duas escola do sexo feminino, das quaes uma só se acha provida, e não conta mais que 29 alumnas, menos da metade do numero que o regulamento exige para o complexo de uma escola. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1876, p. 19)

Em 1877, o número de meninas era 155, mais 58 das escolas particulares (p. 23-26). Para ilustrar a presença das meninas nas escolas mato-grossenses, o inspetor assinalou que “nos exames finais ou de habilitações”, na escola do sexo feminino da paróquia de São Gonçalo de Pedro Segundo, a Professora D. Maria Justina da Gama havia apresentado, para ser examinada, a aluna Maria Roberta do Espírito Santo, que havia sido aprovada em todas as matérias do artigo 8.º do Regulamento Orgânico (p. 27). Outras quatro alunas da escola do sexo feminino, da cidade de São Luiz de Cáceres, foram aprovadas, sendo enviadas as provas escritas por elas para o inspetor. (p. 28)

Em 1878, o presidente João José Pedrosa apresentou um número de 17 escolas femininas criadas em diversas partes da Província. Destaca-se que os feitos na sua gestão foram motivos de contestação por parte do inspetor geral dos estudos, Pedro de Alcântara Sandemberg, como mencionado anteriormente, a esse respeito pode-se confirmar em Paião (2006, p. 43-44) a criação destas escolas para meninas naquele ano. O presidente ainda lembrou, em seu relatório, que havia surpreendido com o abandono em que se encontrava, especialmente, a instrução do sexo feminino. (p. 44)

Sobre a presença superior de mulheres negras nas escolas cuiabanas e/ou mato-grossenses, julga-se terem sido apresentados, até aqui, alguns quantitativos que podem ajudar a construir um argumento, em termos percentuais, para compreender a presença delas como maioria escolarizada na faixa etária de 21 a 39 anos na cidade de Cuiabá, sobretudo, na Freguesia da Sé.

Outra situação que poder ser aventada pode ser o impacto da Lei de 28 de Setembro de 1871, nesse cenário, com a educação dos “ingênuos”, pois conforme *A Província de Matto-Grosso* (31-08-1879, ano I, n.º 35)V em officio para o Inspetor das Aulas

em solução a consulta que fez objecto do officio d'essa inspectoría de hontem datado e sob o n. 58, **declaro a vmc que os possuidores de ingênuos devem ser equiparados aos demais pais dos alumnos para os efeitos do fornecimento dos objectos de que estes carecem para a freqüência das escolas** [grifo meu], só devendo, portanto, taes objectos ser ministrado gratuitamente quando os ditos possuidores forem notoriamente pobres, isto é, sem recursos para os comprarem. (p. 2)

Nesse sentido, a partir desta lei, os filhos das mulheres escravizadas deveriam ficar sob a responsabilidade dos senhores até os oito anos de idade. Após esse tempo, estes poderiam optar por receber uma indenização da Coroa, ou continuar com o “ingênuo” utilizando dos seus serviços até os 21 anos de idade. A esse respeito, assinala-se que, a partir do texto publicado em *A Provincia de Matto-Grosso*, pode-se deduzir que muitos dos senhores mato-grossenses optaram por ficar com os filhos de suas escravizadas, e, possivelmente, queriam dar-lhes um encaminhamento e/ou melhorar a qualidade da mão de obra, como estava ocorrendo em outras partes do Brasil. Este argumento pode ser verificado em Fonseca (2004), ao destacar que proprietários de diversas regiões brasileiras haviam se reunido no Recife para decidir sobre uma educação específica para aqueles nascidos após 1871, filhos de mães cativas.

Desse modo, salienta-se que outro argumento que pode ajudar a compreender essa presença feminina negra nas escolas mato-grossenses vem do número de crianças carentes e/ou pobres presentes nas escolas da Província, conforme os Relatórios de presidentes. Nesse sentido, Castanha (2006) contribuiu na construção das análises desta sessão por refutar os números de “alunos carentes”, apresentados por Joaquim Guadie Ley, inspetor geral das aulas que havia ocupado esta função entre anos de 1849 a 1871. Para aguçar a discussão entre os números apresentados pelo referido inspetor e os argumentos de contestação do autor, decidiu-se trazer à luz as ocupações das pessoas incluídas na faixa etária dos 21 a 39 anos. Este fato possibilitou deduzir que Joaquim Guadie Ley pudesse ter razão, uma vez que o conjunto de ocupações das pessoas dessas faixa etária reforçam a idéia de que elas poderiam ter integrado o conjunto e/ou o número de crianças “pobres” e/ou “carentes” que frequentavam a escola cuiabana e/ou mato-grossense entre os anos de 1857 e 1874.

Assinala-se que ainda podemos incorporar ao conjunto de argumentos os processos educacionais formais e não formais pela educação na casa escola, pela escola particular e ainda pelo movimento de coedução<sup>142</sup>, já no final do século XIX.

---

<sup>142</sup> Ver Siqueira (2000) e o Relatório de Presidente de Província de 1880 que traz o Regulamento de Instrução Pública publicado naquele ano que, no artigo 44, assinalava que “as escolas regidas por professoras, poderão receber alumnos de ambos os sexos, sendo para isso autorizadas (art. 12 § 17)”. (p.13)

Um das possibilidades para explicar esse “fenômeno” reside em Gondra e Schueler (2008), que apresentaram um olhar sobre a educação e a sociedade nos Oitocentos, destacando aspectos que levaram à construção dos processos de educação formal e informal. Os autores transitaram observando o caminho seguido na construção da educação em diversas províncias brasileiras. Ilustraram que instruir não se dava apenas sob a égide do Estado, havia também, além das escolas públicas, as particulares e as domésticas.

Para Gondra e Schueler, o mesmo movimento de disputa pela implementação de escolas ou entre formas e práticas de educação distintas, por intermédio da ação de indivíduos, famílias e grupos sociais, foi observado para outras Províncias, como puderam perceber nos relatórios ministeriais e de presidentes de províncias. (p.39)

Os autores ainda destacaram que a difusão de saberes elementares, da cultura escrita e as disputas pelo acesso às escolas permaneceriam latentes em uma sociedade marcada pela diversidade de culturas regionais e locais. Deste modo, Gondra e Schueler assinalaram que os dispositivos do maquinário escolar moderno conviveram, de modo tenso, com a multiplicidade de formas de educação e de instrução coexistentes ao longo do século XIX. Assim:

A construção do Brasil e dos brasileiros, ao contrário do que normalmente se divulga nos manuais clássicos de História, foi objeto de lutas e confrontos entre projetos políticos distintos e de tensões entre sonhos, caminhos possíveis e formas plurais da *nação* [grifo dos autores] e da educação brasileiras. (GONDRA & SCHUELER, 2008, p. 39)

A esse respeito, destaca-se que, para as nascidas após o ano de 1851, vamos encontrar espaços educacionais, como a casa escola e as escolas particulares, apontados por Paião (2006b) ao lado do inexpressivo número de escolas femininas<sup>143</sup> presentes na Província de Mato Grosso naquela ocasião. Nesse sentido, Paião apontou que o Colégio Imaculada Conceição, escola subsidiada pelo governo provincial e dirigido pela professora Carolina Amelia Castro Camara, foi alvo de “menção singular” por parte do Inspetor Geral de Instrução Manoel Joaquim Murtinho, em relatório enviado ao presidente da Província, Cardoso Junior. No documento, a autora salientou que o inspetor destacou o “expressivo” número de alunas matriculadas, sugerindo ainda que o colégio fosse aproveitado pela Província para subsidiar a educação das mulheres, ainda deficitária na região (p.91).

Conforme o Relatório do presidente da Província, ao recorrer às informações prestadas

---

<sup>143</sup> Nesse sentido, o Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso em 1873, José Cardoso: “durante o anno que findou-se freqüentarão as escolas publicas em toda a provincia mil e vinte oito alumnos sendo sessenta e sete meninas e os mais de sexo masculino”. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1873, p. 03)



pelo inspetor, este corroborava com as idéias do mesmo reforçando que: “Entendo que seria de muita vantagem para a província se auxiliásseis com uma subvenção rasoavel a sutentação do collegio, obrigada a Directora a receber um numero certo de alumnas pobres gratuitamente”. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1871, p. 32-33)

No entanto, assinala-se que para as nascidas a partir de 1869 levantou-se a possibilidade destas terem sido contempladas com as mudanças que, conforme Siqueira (2000), ocorreram na educação mato-grossense. Nesse sentido, esta autora assinalou que, a partir de 1870, na Província de Mato Grosso, o número de escolas públicas sofreu um aumento substancial, uma vez que, na busca de se atingir este objetivo, foram criadas unidades escolares não somente nas vilas e cidades mais populosas, como prescrevera o Decreto de 15 de outubro de 1827, mas também nas povoações e lugares onde houvesse número suficiente de crianças em idade escolar. A esse respeito, a autora destacou que o esforço implementado no sentido de desencadear o processo de ampliação das escolas públicas nacionais contava com barreiras importantes, pois de um lado:

o ensino seria ministrado, separadamente para cada sexo, o que dificultava a abertura de escolas femininas e até mesmo masculinas, pois necessitava-se de 10 alunos matriculados e, após seis meses, de 20 frequentes; de outro lado, a proibição da co-educação alijava desse processo as meninas, alvo de preconceito familiar quanto a necessidade da sua instrução escolar. (SIQUEIRA, 2000, p. 145)

Para Siqueira, a essas duas barreiras incluía-se, no caso específico da província mato-grossense, a precária condição dos cofres públicos, que durante toda a década de 1870 lutou por livrar-se dos efeitos gerados pela Guerra do Paraguai.

Desse modo, observou-se que Paião (2006a, p. 43-45) apresentou um quadro contendo “As escolas publicas criadas entre 1837 a 1898 em Mato Grosso”, nesse sentido, a autora apontou 71 escolas criadas nesse período, assim sendo, constatou-se que entre os anos de 1837 e 1888 foram criadas 20 escolas femininas, somando com uma mista, haveria um total de 21, considerando que esta última contribuía também com o processo de escolarização das mulheres na Província de Mato Grosso.

**Quadro 27 - Das escolas públicas femininas criadas entre 1837 a 1898<sup>144</sup> em Mato Grosso<sup>145</sup>**

Nº	Tipo de Escola	Nível	Localidade	Criação
----	----------------	-------	------------	---------

<sup>144</sup> No quadro apresentado por esta autora, a partir de 1895 aparecem as escolas mistas. Estas começam a superar as escolas para meninos e/ou para meninas sugerindo a transformação no que Siqueira (2000) abordou sobre coeducação. Nesse sentido, no quadro apresentado no texto acima, elencamos somente as escolas femininas criadas entre os anos de 1837 e 1890.

<sup>145</sup> Conforme Paião (2006a, p. 44), havia também a criação da Escola Normal que era de ensino misto, localizada na cidade de Cuiabá, criada pela Lei Provincial nº. 3, de 09-07-1874.

01	1ª do sexo feminino	Primário	Freguesia da Sé	Lei Provincial nº. 8, de 05-05-1837
02	1ª do sexo feminino	Primário	Freguesia de S. Gonçalo de Pedro II	Lei Provincial nº. 9, de 09-07-1857
03	Do sexo feminino	Primário	Diamantino	Lei Provincial nº. 4, de 18-06-1868
04	Do sexo feminino	Primário	São Luiz de Vila Maria	Lei Provincial nº. 4, de 27-10-1869
05	2ª do sexo feminino	Primário	Freguesia da Sé	Lei Provincial nº. 4, de 23-05-1870
06	Do sexo feminino	Primário	Cidade de Corumbá	Ato da Presidência de 14-07-1875.
07	Do sexo feminino	Primário	Cidade de Mato Grosso	Ato da Presidência de 30-08-1878
08	Do sexo feminino	Primário	Cidade de Poconé	Ato da Presidência de 30-08-1878
09	Do sexo feminino	Primário	Vila de Diamantino	Ato da Presidência de 30-08-1878
10	Do sexo feminino	Primário	Vila do Rosário	Ato da Presidência de 30-08-1878
11	Do sexo feminino	Primário	Freguesia de Livramento	Ato da Presidência de 30-08-1878
12	Do sexo feminino	Primário	Vila de Miranda	Ato de 31-08-1878
13	Do sexo feminino	Primário	Freguesia de Brotas	Ato de 31-08-1878
14	Do sexo feminino	Primário	Freguesia da Guia	Ato de 31-08-1878
15	Do sexo feminino	Primário	Freguesia de Santo Antonio do Rio Abaixo	Ato de 31-08-1878
16	Do sexo feminino	Primário	Freguesia de São Jose de Herculânea	Ato de 16-09-1878
17	Do sexo feminino	Primário	Freguesia de Nioaque	Ato de 16-09-1878
18	Do sexo feminino	Primário	Povoação do Coxipó da Ponte	Ato de 16-09-1878
19	Do sexo feminino	Primário	Vila da Livramento	Lei Provincial nº 584, de 05-09-1881
20	Externato do sexo feminino	Secundário	Cuiabá	Lei Provincial de 1888

Fonte: Paião, 2006, p. 43-44.

Um dado relevante, que pode ser observado no quadro apresentado por Paião, é que o número de escolas femininas criadas teve seu ápice na década de 1870, confirmando a afirmação de Siqueira de que nos anos de 1870 a criação de escolas em Mato Grosso teria tido um aumento substancial. Para tanto, Paião mostrou que entre 1870 e 1878 foram criadas 14 escolas femininas na Província, duas delas na cidade de Cuiabá e as demais nas outras cidades, vilas e/ou freguesias. Nesse sentido, o número de escolas apontadas pela autora pode ajudar na compreensão da superioridade do número de mulheres negras escolarizadas sobre os homens negros nos cálculos realizados com os dados presentes, no Recenseamento de 1890, nas duas freguesias que compunham a parte urbana da cidade de Cuiabá.

Outro dado apresentado por Paião (2006a, p. 89-91) trata-se do quadro das “Escolas particulares de Mato Grosso no século XIX”, a esse respeito, a autora listou 51 escolas particulares criadas no século XIX, na província, destas, observou-se que 10 delas eram femininas e 6 delas localizavam-se na cidade de Cuiabá. Dessas 10 escolas, 7 foram criadas nas décadas de 1870 e 1880.

**Quadro 28 – Escolas particulares femininas de Mato Grosso 1841- 1880**

Nº	Escola	Diretora Professora	Localidade	Nível	Fundação
01	Escola Ypiranga Meninas	– Joaquina Maria do Bom Despacho	Cuiabá	Primário	1841
02	Escola de Meninas	Ana Luisa da Silva Maricá e	Cuiabá	Primário	Década de

		Mariana das Dores						1860
03	Escola de Meninas	Bartolina Carolina de Arruda Schultz	Cuiabá	Primário	Década de 1860			
04	Colégio Imaculada Conceição (internato e externato de meninas )	Carolina Amelia Castro Câmara	Freguesia da Sé	Primário	26-10-1870			
05	Escola de meninas	D. Maria Thereza de Albuquerque Nunes	Vila Maria	Primário	1872			
06	Escola de meninas	Maria Gaudie d'Albuquerque	Cuiabá	Primário	1876			
07	Escola de meninas	D. Rosa Olinda Pinho	São José de Herculanea	Primário	Década de 1880			
08	Escola de meninas	D. Leopoldina Jacintha T. da Silva	São José de Herculanea	Primário	Década de 1880			
09	Escola de meninas	Izabel Perpetua de Mesquita	Freguesia da Sé - Cuiabá	Primário	1883			
10	Escola de meninas	Anna Adelaide de Jesus Pacheco	Cidade de Corumbá	Primário	Década de 1880			

Fonte: Paião (2006, p. 90-91)

Castanha (2006) realizou um esforço para explicar os dados que foram apresentados pelo Inspetor Geral das Aulas Joaquim Gaudie Ley<sup>146</sup>, conforme o autor, este não definia em parte alguma de seus relatórios quem pertencia, quem era considerado como carente e/ou o que significava ser carente naquele contexto. Castanha salientou que em todos os relatórios foi mencionado o número de carentes que frequentavam as escolas todo o ano (p. 48). Esse número, assinalou o autor, variava de 30% a 40%, considerando também os alunos das escolas particulares, e acima de 40 % das escolas publicas. Nesse sentido, destaca-se que estes dados constituem “uma possibilidade” para explicar e/ou dar o entendimento sobre uma presença considerável de pretos e pardos nas escolas cuiabanas.

Ressalta-se que Castanha construiu argumentos ao analisar os números apresentados pelo referido inspetor geral das aulas que refutam os mesmos. Nesse sentido, o autor salientou que os dados referidos pelo inspetor levantaram a seguinte questão: Que camada socioeconômica se beneficiava com a instrução pública? Para responder, Castanha (2006) afirma ter aplicado a mesma **hipótese** utilizada por Alves (1996): “de que a população em idade escolar representava aproximadamente 15% da população global, e junto a ela a conhecida definição de Pirâmide Social”. (p. 48) Aqui, um detalhe importante é que a **hipótese** levantada pelo autor citado por Castanha incide sobre a **população global**, ou seja, o cômputo geral da população da Província, porém o que está no centro da discussão é a compreensão do percentual de “alunos carentes” dentro do número total de alunos frequentes nas escolas de Mato Grosso, e não da população geral. Então vejamos:

<sup>146</sup> Conforme Paião (2006b), Joaquim Gaudie Ley ocupou o cargo de inspetor de instrução pública de 1849 a 1871.

[...] Considero o fato de que na sociedade escravista essa hierarquia era ainda mais rigorosa. Estabeleço para esse caso o percentual de aproximadamente 12% da população, que estaria numa situação privilegiada, podendo ser considerada como “abastada”. Joaquim Gaudie Ley afirmou que no ano de 1858 havia aproximadamente cinqüenta mil habitantes, dos quais 12% correspondiam aproximadamente seis mil pessoas de posse; se 15% desses estivessem em idade escolar, seriam 900 alunos. (CASTANHA, 2006, p. 48)

Seria importante trazer para a discussão, os números apresentados sobre os alunos matriculados em 1868 e o percentual de alunos considerados carentes entre estes. A esse respeito, assinala-se que, conforme o relatório do presidente de Província para aquele ano<sup>147</sup>, haviam 877 alunos matriculados, no entanto, 360 era o número de alunos classificados como pobres, assim sendo, o percentual de alunos pobres apresentava-se em 41% dos alunos matriculados.

Se dirigirmos o olhar para a cidade de Cuiabá no de 1874, observa-se que os dados apresentados sobre os matriculados, conforme o Relatório do presidente para aquele ano, foi de 1.085 alunos, desse total informou-se que 479 frequentavam as escolas da capital. Nesse sentido, 44% dos alunos que frequentavam as escolas mato-grossenses residiam na cidade de Cuiabá. Salienta-se que a este número ainda não estava incluído os 145 que frequentavam os arsenais de Guerra e da Marinha (p. 19). A respeito destes quantitativos, qual a possibilidade de termos um percentual considerável de alunos da capital entre as crianças consideradas carentes e/ou pobres naquela ocasião?

Nessa perspectiva, salienta-se que, conforme os dados populacionais apresentados no recenseamento de 1890, estamos falando de uma província que possuía uma população que era majoritariamente negra para aquela época. Também não se pode desconsiderar a possibilidade<sup>148</sup> de uma parte dos “abastados”, a qual se refere Castanha, ser composta por pretos e/ou pardos. Outro detalhe remonta à profissão ocupada por aqueles e aquelas que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola” nascidos a partir de 1850, assim, deduz-se que parte dos alunos presentes nas escolas mato-grossenses pode ser considerada vinda de famílias “não-abastadas” e provavelmente dão credibilidade aos números apresentados por Joaquim Gaudie Ley<sup>149</sup>. A esse respeito, analisou-se o cômputo de pretos e pardos

<sup>147</sup> Ver Relatório de presidente de Província do ano de 1869 (p. 26) em que são apresentados os dados referentes ao ano de 1868. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>.

<sup>148</sup> Nesse sentido, encontraram-se os pardos Félix Benedicto de Miranda, Carlos Barbosa Farias e Francisco de Assiz Pereira e Thomé Ribeiro de Siqueira, frequentando o Seminário Episcopal da Conceição, conforme A Situação (25-08-1871, ano V, nº 249, p. 03). Conforme Siqueira (2000), o Seminário Episcopal da Conceição era uma instituição de caráter “privado-religioso”, tendo sua fundação em 1858 (p.163).

<sup>149</sup> Conforme Castanha (2006), Joaquim Guadie Ley era membro do Partido Conservador e leal ao Imperador, assumiu várias funções públicas ao longo de sua vida, entre elas a de inspetor geral de instrução pública, sendo a

caracterizados como “sabe ler” e/o “frequenta a escola” nas faixas etárias dos 20 e 30 anos, e apurou-se que: 33,5% das mulheres nesta categoria residentes nas Freguesias da Sé e de São Gonçalo de Pedro II exercia alguma profissão. Nesse sentido, 127 entre as 379 mulheres na faixa etária de 21 a 39 anos trabalhavam, o destaque fica para as mulheres pardas que ocupavam em sua maioria os cargos de agencia (40 -Sé) e (26- Pedro II), muito embora considerou-se razoável o número de mulheres brancas que exerciam também a função de agencia (10- Sé). Salienta-se que, como trabalhou-se com um número de mulheres nascidas possivelmente entre 1851 e 1869, da cifra de 33,5, assinala-se que 22% desse montante era de mulheres que viviam do ganho das atividades de agencia. A esse respeito, tentou-se compreender o significado da profissão denominada de “agencia”, para tanto, trouxe-se à luz as experiências da parda Maria Augusta da Costa Garcia<sup>150</sup>, que concorreu a editais para oferecer comida aos presos pobres da cadeia de Cuiabá. Nesse sentido, as experiências de Maria Augusta podem ajudar a construir um raciocínio sobre o cotidiano das mulheres que tiveram profissão registrada como “agencia”.

Sobre essa situação, o recenseamento de 1890 caracterizou a profissão de Maria Augusta como “agencia”, porém os periódicos mato-grossenses dão a ela (Maria Augusta da Costa Garcia) um trânsito dentro das instituições públicas cuiabanas na prestação de serviços, proporcionando a compreensão de que esta poderia ser uma “autônoma”. Na maior das intenções, como já se referiu anteriormente, Maria Augusta talvez pudesse vir a ser o que chamamos hoje de empreendedora. Tomando por base as vivências desta, pode-se deduzir que os 22% das mulheres alfabetizadas que exerciam a atividade de agencia pudessem experimentar o cotidiano, tal qual as experiências de Maria Augusta da Costa Garcia.

Retomando Castanha (2008), o mesmo ressaltou que todos os relatórios mencionavam o número de crianças carentes<sup>151</sup> que frequentavam as escolas durante todo o ano (p.48). Nesse

---

função em que recebeu maior destaque. Nessa função, de acordo com o autor Gaudie Ley, permaneceu durante vinte e dois anos, com curtos períodos de interrupções. Castanha assinala que, na inspetoria, Joaquim Gaudie Ley mostrou-se preocupado com a organização daquele setor da administração pública, bem como com a importância dele para a difusão do projeto que defendia para a sociedade de então. (p.58)

<sup>150</sup> Conforme A Província de Matto-Grosso de 27-02-1881, ano III, edição 113, p. 1 e O Matto-Grosso de 13-02-1881, ano III, nº 111, p.1 e de 05-01-1890, ano XII, nº 573, p. 01.

<sup>151</sup> Ver Relatório do Presidente de Província Herculano Ferreira Pena, em 1862, (p.25) que apontava um número de **402** alunos que foram considerados como *pobres*, e que necessitavam serem assistidos com penas, papel e tinta. A esse respeito, o relatório apresenta um total geral de **996** alunos frequentes em escolas públicas e particulares, desse total **40,3%** era de alunos carentes nas escolas mato-grossenses. No Relatório do Presidente da Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho para o ano de 1864, esse número continuava a ser de **346** (p.18). Do total de alunos das escolas públicas, que era de 838, representando assim, **41,2%**, quando se somava alunos das escolas públicas aos das particulares tinha-se um número de 971, e o percentual caía para **35,6%**. Nesse sentido, o presidente ainda afirmou que as despesas seriam supridas com papel, pena, tinta, canivetes, lápis e cartilhas para mais de **300** meninos indigentes (p. 21). Para o ano de 1865, conforme o Relatório do Presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho, o número de alunos “classificados como pobres” [...] “a ser supridos

sentido, a análise dos dados sobre aqueles e aquelas que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola”<sup>152</sup> na cidade de Cuiabá, presentes no Recenseamento de 1890, pode servir para a construção de um olhar que possa pressupor quem realmente seriam os carentes. Desse modo, assinala-se que uma parcela considerável de pretos e pardos, na faixa etária dos 21 a 39 anos, a julgar pela profissão exercida por estes, pudesse se encaixar no perfil de “carente” apresentado por Joaquim Gaudie Ley em seus relatórios.

Vejamos, então, conforme se apurou nos dados levantados no Recenseamento de 1890, que constatou-se um número considerável de trabalhadores livres (no caso dos homens incluindo as categorias de brancos, pardos e pretos) atuando nas profissões de agencia (75), marceneiro (17), pedreiro (19), sapateiro (25)<sup>153</sup>, carpinteiro (35) e alfaiate (18), assim, assinala-se que estes constituíam nesses ramos de trabalho uma parcela significativa<sup>154</sup>. Nesse sentido, estas profissões podem ser incorporadas no conjunto de profissões denominadas por Peraro (1997) como manuais ou mecânicas e foram responsáveis pelo cômputo de 189<sup>155</sup> sujeitos que, juntos, representavam 43,1% dos trabalhadores livres que “sabiam ler” e/ou

---

com utensílios chegam a 360” (p. 90). Conforme os números para este ano, que foi de 877, 41% do total de alunos frequentes era composto de crianças carentes. Para o ano de 1866, depreende-se que os números não haviam mudado, pois, de acordo com o Presidente Albano Osório, “Nenhuma observação me ocorre fazer sobre o Relatório que ultimamente me apresentou o Insepctor geral dos Estudos” (p. 17). Assim, não encontrou-se o relatório de 1867, e em 1868, 1869 e 1871 não constam informações sobre o número de alunos tanto para o total geral quanto para os alunos “carentes”, para o ano de 1873, o Presidente José Miranda da Silva Reis apresenta o número total de alunos, 925, sendo 796 do sexo masculino e 129 do sexo feminino, no entanto, o número de crianças carentes não é mencionado, a não ser escola regida pela professora D. Carolina Amelia de Castro da Camara, que recebeu uma subvenção anual de 2:400\$000 e deveria receber alunas “reconhecidamente pobres” para frequentar seu colégio, e “preferindo sempre as filhas dos officiaes fallecidos na guerra, de funcionarios públicos, e de outras pessoas que não se achem em condições de promover, por si, a educação de suas filhas, por falta absoluta de meios de vida (p. 77). Para o ano de 1874, o presidente faz alusão aos alunos pobres (p.25), contudo, apresenta anexo o Relatório do Insepctor Geral das Aulas, Ernesto Camillo, que assinalou que as quatro escolas da Sé e as duas do sexo masculino de São Gonçalo de Pedro II possuía 132 alunos pobres. Adiante, evidencia que este número havia subido a 161, nas referidas escolas, e que nem as escolas fora da capital haviam recebido os necessários utensílios. (p.31)

<sup>152</sup> As profissões de agencia (75), marceneiro (17), pedreiro (19), sapateiro (25), carpinteiro (35), alfaiate (18), podem ser incorporadas no conjunto de profissões denominadas por Peraro (1997) de manuais ou mecânicas, e foram responsáveis pelo cômputo de 189 sujeitos que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola”.

<sup>153</sup> Conforme A Provincia de Matto-Grosso (22-06-1879, ano I, n.º 25), o Arsenal da Guerra recebia propostas até às 11 horas da manhã do dia 27 de junho daquele ano para “manufacturação de 250 pares de sapatos para os aprendizes artífices, dando o proponente a matéria prima, e bem assim de 1:200 gravatas para o Exercito e 100 para os ditos aprendizes, fornecendo o Arsenal a materia prima” (p. 04). Nesse sentido, *A Provincia de Matto-Grosso* (22-06-1879, ano I, n.º 25, p. 04), anunciava que a Escola da Imaculada Conceição, sob direção de João Baptista da França, recebia alunos a 3\$000 reis ao mês e ensinava gratuitamente a meninos pobres, bastando estes, para serem inscritos, apresentar um atestado do pároco. (p. 04)

<sup>154</sup> Outras profissões também merecem consideração pelo grande número levantado, a saber: empregado público (41), caixeiro (19), taverneiro (34) e negociante (33). A esse respeito, os brancos representam maioria em todas estas profissões.

<sup>155</sup> De um total de 438 sujeitos das 66 profissões registradas e que eram ocupadas pelo sexo masculino na área urbana de Cuiabá, conforme os dados presentes no Anexo XXXII - *Quadro das profissões atribuídas ao sexo masculino na faixa etária de 21 a 39, anos segundo o Recenseamento de 1890*, conforme raça para os residentes nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II.

“haviam frequentado a escola”, com profissão, residentes nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II. Esse percentual faz pensar que as informações sobre o número de crianças carentes atendidas pelas escolas mato-grossenses, conforme os dados apresentados pelo Inspetor Geral das Aulas Joaquim Gaudie Ley, fazem sentido.

No que diz respeito às demais faixas etárias, os dados revelaram uma presença muito superior dos homens sobre as mulheres, tanto pardos quanto pretos, quanto ao quesito de “sabiam ler” e/ou “haviam frequentado a escola”, conforme se pode observar nos quadros a seguir.

**Quadro 29 - Freguesia de Sé – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		40 anos	%	50 anos	%	60 anos	%	70 anos	%	+80 anos	%	Total	%
01	Homens	66	30,5	51	23,6	15	6,9	06	2,7	03	1,3	141	65
02	Mulheres	37	17,1	23	10,6	10	4,6	04	1,8	01	0,4	75	34,5
03	Total	103	47,6	74	34,2	25	11,5	10	4,5	04	1,7	216	99,5

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 30 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		40 anos	%	50 anos	%	60 anos	%	70 anos	%	+80 anos	%	Total	%
01	Homens	26	43,3	13	21,6	04	6,6	02	3,3	0	0	45	74,8
02	Mulheres	06	10	06	10	01	1,6	01	1,6	01	1,6	15	24,8
03	Total	32	53,3	19	31,6	05	8,2	03	4,9	01	1,6	60	99,6

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 31 - Freguesia de Sé – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		40 anos	%	50 anos	%	60 anos	%	70 anos	%	+80 anos	%	Total	%
01	Homens	17	41,4	10	24,3	06	14,6	04	9,7	01	2,4	38	92,4
02	Mulheres	01	2,4	02	4,8	0	0	0	0	0	0	03	7,2
03	Total	18	43,9	12	29,2	06	14,6	04	9,7	01	2,4	41	99,6

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 32 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		40 anos	%	50 anos	%	60 anos	%	70 anos	%	+80 anos	%	Total	%
01	Homens	04	66,6	01	16,6	0	0	0	0	0	0	05	83,2
02	Mulheres	01	16,6	0	0	0	0	0	0	0	0	01	16,6
03	Total	05	83,2	01	16,6	0	0	0	0	0	0	06	99,8

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

A situação passa a ser equilibrada quando possamos a analisar as pertinências relacionadas à população considerada branca, nessa mesma faixa etária, tanto na Freguesia da Sé, quanto na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II.

**Quadro 33 - Freguesia da Sé – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	86	21,6	93	23,3	179	44,9
02	Mulheres	89	22,3	130	32,6	219	55
03	Total	175	43,9	223	56	398	99,9

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 34 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	10	12	25	30,1	35	42,1
02	Mulheres	24	28,9	24	28,9	48	57,8
03	Total	34	40,9	49	59	83	99,9

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

As mesmas observações feitas para pardos e pretos na faixa etária dos 40 a 80 anos, de que os homens superam as mulheres nesta faixa etária, são sugeridas também para brancos, evidenciando que o sexo masculino independente da categoria racial ocupou as escolas mato-grossenses acima dos 62, 1%, como se pode observar a seguir:

**Quadro 35 - Freguesia de Sé – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		40 anos	%	50 anos	%	60 anos	%	70 anos	%	Total	%
01	Homens	85	25,7	81	24,5	28	8,4	11	3,3	205	62,1
02	Mulheres	70	21,2	29	9,6	20	6	06	1,8	125	37,8
03	Total	155	46,9	110	33,3	48	14,5	17	5,1	330	99,9

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Quadro 36 - Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de homens e mulheres considerados de raça “branca”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		40 anos	%	50 anos	%	60 anos	%	70 anos	%	Total	%
01	Homens	23	31,9	20	27,7	07	9,7	04	5,5	54	74,8
02	Mulheres	14	19,4	01	1,3	02	2,7	01	1,3	18	24,7
03	Total	37	51,3	21	29,1	09	12,5	05	6,9	72	99,5

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

Este grupo, ao qual chamamos de intermediário, foi constituído por faixas etárias que marcam a vida de homens e mulheres negras na cidade de Cuiabá. Reunimo-los, nesse mesmo grupo, com a intenção de compreender a representatividade destes, no contingente de “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola”, e entender como estes e/ou estas estiveram presentes nos espaços sociais públicos e/ou privados em Mato Grosso, mais especificamente na cidade de Cuiabá. Assim, elegeram-se as faixas etárias que vão de 20 a 80 anos. Muito embora os quadros tenham sido construídos obedecendo à marcação de 21 a 39 anos e de 40 a 80 anos, houve casos de encontrar pessoas com idades superiores aos 80 anos que “sabiam ler” e/ou



“havia frequentado a escola”.

Assinala-se, também, que os quadros por raça foram construídos separadamente, seguidos da análise por sexo. O ponto divergente revelou-se na faixa etária dos 20 aos 39, ao perceber que o número de mulheres pardas superaram o de homens pardos na Freguesia da Sé em 51,7% contra 48,2. Esse dado foi revelador. Já no levantamento dos números sobre a presença masculina nas escolas mato-grossenses, constatou-se que estes superam em muito os números que revelam a presença feminina. O mesmo pode ser dito em relação ao “acentuado” número de escolas masculinas sobre as escolas femininas, conforme Paião (2006a, p. 43-44). Sobre a superioridade do número de meninos em relação às meninas nas escolas mato-grossenses ilustra-se a seguir.

**Quadro 37 - Distribuição da instrução primária pública por sexo em Mato Grosso**

Ano	Meninas	Meninos
1853	18	404
1854	18	352
1859	52	708
1860	48	717
1863	49	328
1874	129	956
1876	102	1008
1877	155	1070
1878	105	976
1880	241	1020
1883	347	1168

Fonte: Paião, 2006, p.103.

A esse respeito, observa-se que, apenas no ano de 1863, há uma queda considerável no número de meninos frequentando a escola, no entanto, embora muito reduzido, o número de meninas continua praticamente estável. Duas razões podem ajudar a compreender essa situação, uma é o baixo número de escolas criadas para atender o sexo feminino, a outra era a falta de pessoas habilitadas para assumir regência das escolas primárias mato-grossenses. Nesse sentido, o presidente Hermes Ernesto da Fonseca, em 1877, demonstrou preocupação com esse tema. A esse respeito, o presidente assinalou que se as forças do orçamento não comportavam mais as despesas necessárias à criação de escolas para as meninas em diversas localidades da província, “esse mal” poderia ser combatido com a criação de escolas mistas, nas localidades onde houvesse somente uma escola, e que esta deveria ser regida por uma professora (p. 14).

Em 1880, o número de meninas frequentando as escolas dobrou, possivelmente fruto já das 12 escolas criadas no ano de 1878, no governo de José João Pedrosa (p. 43).

Encaminhando essa questão da superioridade numérica feminina (mulheres negras sobre homens negros) na escola mato-grossense e/ou cuiabana, buscamos associar esse fato a idéia de um incentivo no incremento da população mato-grossense, como assinalou Silva (1995), se por um lado foi incentivado um incremento no volume da população incentivando os casamentos entre grupos étnicos diferentes, presume-se que, por outro, pode ter havido um incentivo na escolarização da população da Província de Mato Grosso. Afinal de contas, essa era a função daqueles que faziam parte do grupo que Sá e Siqueira atribuíram “estar no comando do Estado”. Era deles a responsabilidade de irradiarem os desígnios emanados pelo governo central a respeito da instrução como fonte para elevar a nação (e/ou os habitantes da província) à condição de civilizada.

Em relação ao contingente pertencente à faixa etária estudada, observou-se que na medida em que se aproximava dos anos de 1890, houve uma evolução no número de negros que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola”, isto ficou evidente na faixa etária dos nascidos a partir dos anos de 1840, inferindo-se que isto possa ter sido em consequência da Lei n.º 8 de 5 de maio de 1837. Conforme os dados, a evolução se deu tanto para negros como para brancos, todavia, pela população negra ser maior do que a constituída por brancos, isso permitiu compreender uma disparidade no acesso à educação entre os dois grupos étnicos na escola cuiabana. Negros conseguiram uma soma razoável, capaz de tornarem-se maioria entre aqueles e aquelas que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola” na década de 1870, ou seja, aqueles e aquelas que estavam na faixa etária de 20 anos passaram a ter acesso à escola na cidade de Cuiabá. Ressalta-se que, mesmo assim, se constata uma disparidade, quando se volta o olhar para dentro das categorias raciais, nota-se que quantitativamente os brancos superavam proporcionalmente e/ou percentualmente os pretos e pardos que compunham a população que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola”, nas duas freguesias que integravam a parte urbana da cidade de Cuiabá, em 1890.

## **2.5 Pretos e Pardos nas escolas cuiabanas: os nomes**

Este tópico trata de buscar, localizar e evidenciar os locais, época e quais foram os nomes de homens e/ou mulheres pardas e/ou pretas escolarizadas que aparecem nos registros dos periódicos mato-grossenses, a partir de 1850. Outro foco nessa tarefa, é localizá-los em notícias que revelam a frequência destes/destas na escola cuiabana seja pública e/ou privada, bem como a atuação destes sujeitos nas frentes de trabalho seja em instituições públicas e/ou

privadas. Nesse sentido, para a construção deste tópico, recorreremos a Ginzburg (1991) ao salientar que “se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito”, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos (p. 174). Desse modo, para o autor “O fio de Ariadne, que guia o investigador no labirinto documental, é aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”. (Idem) Assim, eis-los: Sebastião José da Costa Maricá, Antonio Pereira Catelina da Silva e Agostinho Lopes de Souza.<sup>156</sup>

A princípio, para começar a desenhar a trajetória de pretos e pardos na instrução pública/privada em Cuiabá, o fio condutor é o nome, nesse sentido, a notícia veiculada no *Jornal Noticiador Cuiabano* (28-06- 1857, ano I, nº 9, p. 2-3), apresentava a seguinte informação:

[...] Leo-se e remetteo-se a comissão de leis regulamentares, uma petição de **Sebastião José da Costa Maricá**, professor de primeiro gráo desta capital, requerendo o pagamento na forma do art. 12 da lei de n. 8 de 5 de Maio de 1837 da quantia de 300\$ reis, correspondente ao excesso de 75 alumnos, que demais ensinou, visto no orçamento corrente não haver quantia para tal pagamento [...] (NOTICIADOR CUIABANO, 1857, p. 2-3)

Aqui, o nome marca como ponto de partida o ano de 1857. A esse respeito, exatamente no mês de junho, no dia seis, certificou-se o primeiro registro de um pardo presente no espaço da instrução pública. O nome era “Sebastião José da Costa Maricá”, professor do “primeiro gráo” da cidade de Cuiabá. Na ocasião, o professor Maricá lecionava para uma turma superlotada e requeria o pagamento de um acréscimo, conforme legislação vigente na época, pelo excesso de alunos sob sua responsabilidade. A esse respeito, a trajetória de Sebastião José da Costa Maricá será reconstruída no capítulo final deste estudo.

O nome mais uma vez emergiu como fio condutor, desse modo, trata-se do ex-aluno do Seminário Episcopal da Conceição, Secretário do Tribunal de Relação e professor da Escola Normal e do Liceu Cuiabano, Antonio Pereira Catelina da Silva, nesse sentido, acompanhou-se também a trajetória dele na realização dos exames no Seminário Episcopal da Conceição para o ano de 1863. O pardo e seminarista Antonio Pereira Catelina da Silva

---

<sup>156</sup> O capítulo final é reservado ao fio de Ariadne, o nome. Neles, 8 sujeitos terão suas trajetórias construídas e/ou reconstituídas (como é o caso do Tenente Antonio José Duarte, objeto de investigação de uma tese de doutorado defendida em 2015 no Programa de Pós Graduação de História da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso) tendo como “ponto da cadeia” a Hemeroteca da Biblioteca Nacional – onde encontram-se hospedados mais de 30 periódicos mato-grossenses, seguido do Arquivo Público de Mato Grosso e do site [www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil), onde encontram-se hospedados diversos relatórios de Presidentes das Províncias brasileiras.

deveria cumprir intelectualmente, através da arguição, o entendimento do que chamavam de “these”<sup>157</sup>, “pontos”<sup>158</sup> e/ou “materia”<sup>159</sup> e que deveria saber das lições aprendidas nas cadeiras estudadas naquele período.

A esse respeito, a princípio, a trajetória de Antonio Pereira Catelina da Silva iniciou-se com os registros encontrados em *A Imprensa de Cuyabá* (23-07-1863, ano V, nº 236, p. 01), ao anunciar, na coluna “noticiario”, que na última quinta-feira, dia 16 de julho de 1863, havia sido realizado a “reparação de Filosofia Racional, sob a presidência do Protonotario Barreto e “direcção scientifica do Lente da cadeira”, Dr. João Carlos Schulze. Naquela data, haviam sido submetidos ao exame os seminaristas José Ignacio Seixas de Brito, Antonio Pereira Catelina da Silva e Generoso da Silva Nogueira. Adiante, em 27 de agosto<sup>160</sup>, outra reparação foi anunciada sobre outro conjunto de “theses”, nesse sentido, observou-se que possivelmente a cada lição aprendida havia uma atividade de “reparação” para o cumprimento das exigências do curso de “Filosofia Racional”, já que as cadeiras possuíam, conforme o jornal *A Imprensa de Cuyabá* (30-07-1863, ano V, nº 237, p. 01), por volta de 82 a 91 lições que deveriam ser cumpridas para aprovação. Nesse sentido, conforme o anúncio em 23 de julho de 1863<sup>161</sup>, na arguição, os seminaristas haviam defendido as seguintes “theses”:

These 1ª.

O atributo de uma proposição affirmativa é sempre particular, o de uma negativa universal.

These 2ª.

As proposições contrarias devem ser sempre universaes, as subcontrárias particulares, e as subalternas e contraditórias uma universal e outra particular.

These 3ª.

As proposições contrarias e contraditórias uma é affirmativa outra negativa; as subalternas ambas affirmativas ou negativas. (A IMPRENSA DE CUIABÁ, 1863, p. 1)

Foi observado também, em *A Imprensa Cuyabana* (20-08-1863, ano V, nº 240, p. 01)<sup>162</sup>, que destacava, através da coluna “Noticiario”, que (o pardo) Antonio Pereira Catelina da Silva havia realizado a “reparação” na cadeira de História Eclesiástica<sup>163</sup>. Conforme o

<sup>157</sup> De acordo com *A Imprensa de Cuiaba* de 23-07-1863, ano V, nº 236, p. 01.

<sup>158</sup> De acordo com *A Imprensa de Cuiaba* de 30-07-1863, ano V, nº 237, p. 01.

<sup>159</sup> De acordo com *A Imprensa de Cuiaba* de 30-07-1863, ano V, nº 237, p. 02.

<sup>160</sup> Conforme *A Imprensa de Cuiaba* de 27-08-1863, ano V, nº 241, p. 01

<sup>161</sup> Ver *A Imprensa de Cuyabá* de 23-07-1863, ano V, nº 236, p. 01.

<sup>162</sup> Ver as edições de *A Imprensa de Cuiabá* de nº 236 (26-07-1863, ano V, p. 01), e do nº 237 (30-07-1863, ano V, p. 01)

<sup>163</sup> Reparação seria uma espécie de recuperação e/ou um teste oral de recuperação? Sendo um teste, poderia ser por conta das eventuais faltas do referido aluno?

anúncio, para esta reparação foram listados os seguintes “pontos”:

- 1º Principio do Arianismo, seus progressos, seu fim, e qual a morte do heresiarca.
  - 2º O Concilio de Nicéa, em que época, quem o convocou, para que fim, e o n'elle se decido.
  - 3º Systemas dos Macedonios e Apollinaristas; qual a extincção desses heresias.
- Quantos Seismas houverão no 4º século, em que lugares, e qual a causa. (A IMPRENSA DE CUIABA, 1863, p. 01)

Em *A Imprensa de Cuyabá* (27-08-1863, ano V, nº 241, p. 01), a despeito da reparação concernente à cadeira de Pholosofia Racional, novamente Antonio Pereira Catelina da Silva, José Ignacio Seixas de Brito e Generoso da Silva Nogueira foram submetidos a uma nova reparação, e agora com as seguintes teses:

- 1ª Nenhum termo de syllogismo deve ter mais extensão na conclusão que nas premissas.
- 2ª O meio termo deve ter uma mesma significação na nas duas premissas.
- 3ª A conclusão deve ser contida, em uma premissa e annunciada pela outra. (A IMPRENSA DE CUIABÁ, 1863, p. 1)

Anunciava ainda nesta edição, que a Conferência de “Theologia Moral sobre a confissão e a comunhão annua”, teria lugar também naquela data. No sábado, às 4 da tarde, aconteceria a Reparação de Rethorica (idem, ibidem).

Também em *A Imprensa de Cuayba* (20-08-1863, ano V, nº 240, p. 1), na coluna “Noticiario”, tratou-se do número de faltas não abonadas na “aula de Filosofia”, nesse sentido, Antonio Pereira Catelina da Silva contava com cinco faltas não abonadas na referida cadeira, idem na de “História Eclesiastica”. Assinala-se que a média de faltas cometidas e não abonadas pelos seminaristas variava de 1 (uma) a 40 (quarenta) faltas, para as abonadas a média era de 1 (uma) a 8 (oito) faltas (p. 04). A respeito de Antonio Catelina, observou-se que em relação à média do grupo este pareceu ser participativo, visto a quantidade de faltas não abonadas apresentadas, outrossim, isto ficou evidente na quantidade de vezes em que este foi apresentado em *A Imprensa de Cuyabá*, participando das reparações em oito edições. Manoel Francisco de Moraes apareceu em sete, José Ignacio Seixas de Brito, em cinco edições. A partir dos dados observados, infere-se que Antonio Pereira Catelina da Silva fosse o aluno mais aplicado entre os submetidos as “reparações” das aulas do Seminário Episcopal da Conceição, naquele momento, na cidade de Cuiabá.

Salienta-se que as atividades concernentes as “reparações” de diversas aulas do Seminário Episcopal da Conceição foram noticiadas durante todo o ano de 1863, no periódico

“*A Imprensa de Cuiabá*”, e desse modo, destaca-se que a trajetória da formação e da carreira de Antonio Pereira Catelina da Silva está explicitada nas informações constantes na coluna “noticiário” deste periódico e poderá também ser apreciada no último capítulo deste trabalho.

Nesse mesmo ano, conforme *A Imprensa de Cuiabá* (17-12-1863, ano V, nº 257, p. 02), deparou-se com Francisco Vieira Nery e Antonio Pedro de Figueiredo, ambos aprovados nos exames da “escola de 2º gráo”, regida pelo professor Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins, para aquele ano. Conforme o Recenseamento de 1890, estes foram caracterizados como sendo de raça parda e, segundo o referido recenseamento, informou-se também que Francisco Vieira Nery residia na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, Rua Barão de Melgaço, nº. 420, já Antonio Pedro de Figueiredo foi encontrado residindo na Freguesia da Sé, na Rua 27 de Dezembro, nº 62.

Ao seguir encontrando os rastros presentes nos periódicos mato-grossenses que evidenciam a passagem de pretos e pardos pela escola cuiabana, depara-se com uma lista de exames veiculada na coluna “Gazetilha”, em *A Situação* (18-07-1875, ano VIII, nº 482, p.01-02), que apresentava 54 nomes de alunos das classes da 1ª e 2ª escolas de instrução pública primária, a cargo do Professor Benedicto Francisco de Paula, que realizaram os exames entre os dias 09 e 12 de junho, de 1875. Na intenção de compreender a representatividade conforme o recorte racial, dos 54, foram encontrados 09 deles no Recenseamento de 1890, dos 09, cinco deles foram caracterizados como de raça parda e quatro como sendo de raça branca.

**Quadro 38 - Nomes encontrados no Recenseamento de 1890, e que estavam presentes em uma lista de exames de classes da 1ª e 2ª escolas de instrução pública primária, a cargo do Professor Benedicto Francisco de Paula – 09 e 12 de junho de 1875.**

Dados de <i>A Situação</i> (18-07-1875)			Dados do Recenseamento de 1890 <sup>164</sup>		
Nº	Nome	Classe	Raça	Idade	Profissão
01	Antonio Luiz de Cerqueira <sup>165</sup>	7ª/8ª	Branca	27	Agencia
02	Francisco Ramos da Silva <sup>166</sup>	5ª/6ª	Parda	24	Negociante
03	João Cancio da Cunha Pontes <sup>167</sup>	4ª/5ª	Parda	25	Caixeiro
04	João Davis Monteiro <sup>168</sup>	3ª/4ª	Branca	24	Agencia
05	João Febronio de Cerqueira <sup>169</sup>	2ª/3ª	Branca	30	Empregado Publico
06	João Gonçalves dos Reis <sup>170</sup>	5ª/6ª	Parda	26	Caixeiro

<sup>164</sup> Os dados referentes à raça, idade e profissão foram retirados do recenseamento de 1890. Nesse sentido, infere-se que os sujeitos listados no jornal *A Situação* (18-07-1875) tratam-se das mesmas pessoas encontradas no recenseamento de 1890. A profissão é um dado relevante, que revela os desdobramentos da pós-formação dos 11 sujeitos referenciados.

<sup>165</sup> 2ª Escola, secção de Escripta da 7ª para 8ª classe. Também 2ª Escola Secção de doutrina da 3ª para 4ª classe. Também 2ª Escola Secção de Grammatica entrou na 1ª classe.

<sup>166</sup> 2ª Escola, secção de Leitura da 5ª para 6ª classe. Também 2ª Escola, secção de Escripta da 6ª para 7ª classe. Também 2ª Escola Secção de doutrina da 2ª para 3ª classe.

<sup>167</sup> 2ª Escola, secção de Escripta da 4ª para 5ª classe.

<sup>168</sup> 2ª Escola, secção de Escripta da 3ª para 4ª classe.

<sup>169</sup> 2ª Escola, secção de Leitura da 2ª para 3ª classe. Também na 2ª Escola, secção de Escripta da 3ª para 4ª classe

07	Joaquim Marcellino Martins <sup>171</sup>	1 <sup>a</sup> /2 <sup>a</sup>	Parda	25	Marceneiro
08	Manoel do Espirito Santo ? <sup>172</sup>	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	Branca	30	Agencia
09	Manoel Rodrigues de Miranda <sup>173</sup>	3 <sup>a</sup> /4 <sup>a</sup>	Parda	20	Alfaiate

Fonte: A Situação (18-07-1875, ano VIII, n.º 482, p.01-02) e Recenseamento de 1890.

O periódico *A Província de Mato Grosso* (18-04-1880, ano II, n.º 68, p. 2-3) publicou a Relação dos nomes dos alunos do Lyceu Cuiabano que freqüentavam o 3º, 2º, 1º ano da Escola Normal e, além destas três divisões, há ainda outras duas que evidenciam um número significativo de alunos frequentes nas “Aulas Preparatorias” e ainda aqueles que eram “ouvintes de diversas aulas”, como se ilustra no quadro a seguir:

**Quadro 39 - Relação dos nomes dos alunos do Lyceu Cuiabano, encontrados no Jornal A Província de Mato Grosso (1880), em cruzamento com o Recenseamento de 1890.**

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Estado Civil
-	<b>3º ano</b>	-	-	-	-
01	Audelino Augusto Correa	22	Empregado Publico	Branca	Solteiro
02	Frederico da Costa Teixeira	26	Empregado Publico	Branca	Solteiro
-	<b>2º ano</b>	-	-	-	-
01	Cypriano José da Costa	26	Agencia	Branca	Solteiro
02	Candido Mariano da Silva	25	Tenente do Exercito	Parda	Solteiro
03	Augusto de Assis Monteiro	28	Empregado Publico	Parda	Solteiro
04	Luis Theodoro Monteiro	26	Escrivão	Branca	Solteiro
05	João Alves Guerra	22	Empregado Publico	Parda	Solteiro
06	Jerônimo Gomes de Maurata	27	Escrivão de. (sic)	Branca	Casado
-	<b>1º ano</b>	-	-	-	-
01	Domingas Rosa Cecilia	14	-	Branca	Solteira
02	Maria Luiza Antunes Maciel	40	-	Branca	Solteira
03	Pedro de Cerqueiras Caldas	25	Negociante	Branca	Solteiro
04	Agostinho Lopes de Souza	30	Professor	Preta	Solteiro
05	Anselmo Liberato de Oliveira	25	Empregado Publico	Parda	Solteiro
06	Pedro Paulo Antunes Maciel	23	Taverneiro	Branca	Solteiro
07	Evaristo Virginio da Silva	27	Negociante	Branca	Solteiro
08	Licio de Campos Borrhalho	23	Empregado Publico	Branca	Solteiro
-	<b>Aulas Preparatórias</b>	-	-	-	-
01	Manoel Luiz Pereira	42	Empregado Publico	Parda	Casado
02	Jorge Octaviano da Silva Pereira	28	Tenente do Exercito	Branca	Casado
03	Antenor Augusto Corrêa	25	Empregado Publico	Branca	Casado
04	Antonio Roberto de Vasconcelos	33	Empregado Publico	Branca	Solteiro
05	Eloy Hardman	33	Empregado Publico	Branca	Solteiro
06	Antonio Pinto de Souza Leque	34	Empregado Publico	Parda	Solteiro
07	Celestino Vieira Nery	35	Empregado Publico	Parda	Casado
-	<b>Ouvintes de diversas aulas</b>	-	-	-	-
01	Antonio Correa a Silva Pereira	31	1º Escriurário.	Branca	Casado
02	Félix Benedicto de Miranda	33	Professor	Parda	Casado

<sup>170</sup> 2ª Escola, secção de Leitura da 5ª para 6ª classe. Também 2ª Escola, secção de Escripta da 6ª para 7ª classe. Também 2ª Escola Secção de doutrina da 2ª para 3ª classe. Também 2ª Escola Secção de Grammatica entrou na 1ª classe.

<sup>171</sup> 1ª Escola – Sessão de Leitura passou da 1ª classe para 2ª classe. Secção de escrita havia passado da 3ª para 4ª classe.

<sup>172</sup> 2ª Escola, secção de Leitura da 5ª para 6ª classe. Também 2ª Escola, secção de Escripta da 6ª para 7ª classe. Também 2ª Escola Secção de Grammatica entrou na 1ª classe.

<sup>173</sup> Idem a José Marcelino Martins.

<b>03</b>	Thomé Ribeiro de Siqueira	36	Empregado Publico	Parda	Casado
<b>04</b>	Libanio Honorino dos Santos	40	Guarda	Branca	Casado
<b>Total</b>	27				

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Jornal A Província de Matto-Grosso, (18-04-1880, ano II, n.º 68, p. 2-3), e Recenseamento de 1890.

Sobre o referido quadro, dos 70 nomes presentes no jornal, 27 foram encontrados no Recenseamento de 1890, destes, 17 deles foram caracterizados como pertencentes à raça branca, outros 09, como de raça parda, e 01 caracterizado como pertencente à raça preta. Nesse sentido, 62% dos nomes encontrados correspondiam a brancos, 33,3% a pardos e 3,7% a pretos. No tocante a profissionalização, os 100% dos pardos que frequentaram estas aulas tinham suas profissões ligadas ao serviço público, dos 17 brancos, apenas 11 deles estavam no serviço público. Para o único representante caracterizado como de raça preta, a profissão listada foi professor.

Após a constatação da presença de pardos e pretos nas aulas de instrução pública e particular na cidade de Cuiabá, a exemplo da atuação de Sebastião José da Costa Maricá, ilustra-se a seguir a participação de outro professor nas experiências com a escola particular de primeiras letras na mesma cidade. Nesse sentido, para ilustrar essa passagem, apresenta-se a construção de um quadro contendo os nomes de 41 crianças e adolescentes que, “possivelmente”, teriam sido alunos do Professor Agostinho Lopes de Souza. A esse respeito, a construção do quadro se deu a partir de um conjunto de “declarações” sobre o comportamento e/ou procedimento deste professor, publicadas a seu pedido nas edições de números 502 e 503, do periódico *A Província de Mato Grosso*, veiculado no mês de agosto, do ano de 1888. A saber:

**Quadro 40 - Lista de “possíveis” alunos e alunas da escola particular regida por Agostinho Lopes de Souza, entre 1884-1890.**

Nº	Aluno/aluna	Idade	Raça
<b>01</b>	Antonio José de Lima	17	Branca
<b>02</b>	Audelino de Albuquerque	10	Branca
<b>03</b>	Augusto Cesar Correa da Costa	15	Branca
<b>04</b>	Astrogilda da Boa Morte	7	Parda
<b>05</b>	Benedicta de Campos Rondon	11	Branca
<b>06</b>	Benfica Marques Sampaio	12	Parda
<b>07</b>	Brigida Silvia Pompeo de Barros	14	Branca
<b>08</b>	Caetano Carlos Galvão	16	Branca
<b>09</b>	Castorina Alves Pereira	8	Parda
<b>10</b>	Celestino Avelino Correa Cardoso	11	Branca
<b>11</b>	Dionisia Iñez Castello	16	Branca
<b>12</b>	Francisco Xavier Castello	11	Branca
<b>13</b>	Frederico Guilherme Carstens	11	Parda
<b>14</b>	Fridencio Ribeiro Taques	11	Branca
<b>15</b>	Generoso Antonio de Lima	13	Branca
<b>16</b>	Georgina Martha	8	Branca



17	Herman Charusko Carstens	9	Parda
18	Hermenegilda Emilia Castello	15	Branca
19	Izidora Rodrigues Lisbôa	12	Parda
20	José Craveiro de Sá	17 <sup>174</sup>	Branca
21	José Frederico Carstens	15	Parda
22	João Celestino Correa da Costa	17	Branca
23	Jesuino Alves Pereira Filho	13	Parda
24	Lauro Floriano Ribeiro	16	Parda
25	Leonor Ananiza Galvão	13	Branca
26	Lídia Augusta Pompeo	5	Branca
27	Lucio Rodrigues Lisboa	10	Parda
28	Luiz Aureo Pompeo de Barros	10	Branca
29	Maria Augusta Ribeiro	9	Parda
30	Maria Leite Pompeo de Barros	17	Branca
31	Maria Joaquina Alves Pereira	11	Parda
32	Mariana Pompeo de Barros	8	Branca
33	Manoel Rodolpho Galvão	8	Branca
34	Pedro Craveiro de Sá	9	Branca
35	Severo de Albuquerque	8	Branca
36	Silverio Candido Tavares Cardoso	13	Branca
37	Antonio Carlos de Pinho	8	Branca
38	Anna Custodia de Pinho	7	Branca
39	Amelia de Pinho	16	Branca
40	Nicanor de Pinho	15	Branca
41	Rachel de Pinho	14	Branca

**Fontes:** Construção do autor – Cruzamentos de dados do Jornal *A Província de Mato Grosso* 10-08 (n.º 502) e 19-08-1888, (n.º 503), com o Recenseamento de 1890.

Assinala-se que a construção da lista de nomes que compõem a turma “dos possíveis alunos”, do Professor Agostinho Lopes de Souza, foi construída a partir dos dados fornecidos nas duas edições do jornal em questão. Tanto pais como mães, tutores, ex-professores e amigos de Agostinho, a contar com as declarações de que seus filhos/filhas há “mais de três anos”, e “ou mais ou menos um ano” eram alunos do referido professor. Estas declarações reforçam que filhos, filhas, afilhados e/ou irmãos, possivelmente, haviam estudado, entre os anos de 1885 e 1888, na escola particular de Agostinho Lopes de Souza, que, como afirmou Paião (2006b, p.88), localizava-se numa residência ao lado da Thesouraria da Fazenda, na

<sup>174</sup> Optou-se pela utilização de uma faixa etária entre 5 e 17 anos, por considerar que aqueles e/ou aquelas que somavam 17 anos em 1890, no ano de 1885, poderiam estar com uma idade de 12 anos e ter estudado, na ocasião, na escola do professor Agostinho Lopes de Souza. Os que contavam idade de cinco (5) anos poderiam, ainda, estar frequentando a escola particular do dito professor, nos anos de 1890, haja vista este contar com o apoio dos responsáveis por estas crianças. Borges (2014) salienta que o Regulamento de Instrução da Corte de 1854 em seu artigo 70 assinalava que “Às lições ordinárias das escolas não poderão ser admitidos alunos menores de 5 anos, e maiores de 15” (p. 125, aspas da autora). Em Mato Grosso, conforme o Regulamento de Instrução Pública de 1880, no artigo 27, “Depois que forem marcados os preciso fundos pelo poder competente, será obrigatória a instrução primária na capital da provincia e mais cidades, para os individuos de 7 a 14 annos de idade, sendo do sexo masculino, e de 7 a 12 sendo do feminino” (p.10). Nesse sentido, infere-se que havia uma obrigação a partir de certa idade, mas talvez não fosse vedada a frequência dos menores de 7 anos. Todavia, assinala-se, também, que havia a possibilidade da aprendizagem ocorrer em casa, conforme salientou Gondra e Schueler (2008, p.39) sobre os processos informais de educação.

Freguesia da Sé, na 1ª quadra da Rua Alencastro, n. 5, onde passou a lecionar em 1885.

Um dado relevante nesta passagem é que temos aqui uma turma de alunos frequentada por brancos e pardos, e essa situação pode evocar “certa harmonia” entre os diferentes grupos raciais que compunham a sociedade cuiabana. Essa observação pode trazer à luz diferenças entre as experiências de Agostinho Lopes de Souza e Pretextato dos Passos e Silva, conforme expôs Silva (2000). Na Corte, o professor Pretextato dos Passos e Silva havia proposto criar uma escola para meninos pretos e pardos por conta da discriminação que estes sofriam nas escolas daquela cidade. Em Cuiabá, Agostinho Lopes de Souza lecionava para filhos de brancos e pardos. Todavia, essa constatação não nos habilita a afirmar que na escola de Lopes não houvesse discriminação e/ou preconceito. O que ocorre é que, de acordo com as declarações de pais, mães, ex-professores e amigos, o professor Agostinho Lopes de Souza contava com a aprovação destes sobre seus préstimos e também sobre seu comportamento, no que se refere aos afazeres pedagógicos. O conteúdo das declarações sugere apreço e estima de pais, mães, ex-professores e amigos para com Lopes. Os pais dos alunos caracterizados como de raça parda defendiam-no como credor de suas considerações.

Outro fato que se considera relevante na pesquisa é o perfil racial<sup>175</sup> de pais, mães, tutores, ex-professores e amigos que tiveram filhos, filhas ou afilhados estudando na escola particular regida por Agostinho Lopes de Souza. A esse respeito, 16 pessoas, conforme o Recenseamento de 1890, foram classificadas como pertencentes a raça branca, 2 como de raça parda e 9 não foram localizadas no referido recenseamento. Nesse sentido, questiona-se: pode-se deduzir a possibilidade de haver aí uma ausência de conflito de ordem racial nesse grupo? Ou os responsáveis e as responsáveis pelos alunos que frequentaram a escola de Agostinho Lopes de Souza levavam mais em consideração “os talentos e virtudes” do referido professor no exercício da profissão para com seus filhos, afilhados, irmãos e outros?

Assinala-se a possibilidade de uma resposta afirmativa para a segunda questão, de que as “virtudes e o talento” importavam mais aos pais, mães, ex-professores e amigos de Agostinho Lopes de Souza no exercício de sua profissão, isto ficou evidente a partir dos conteúdos presentes nas declarações publicadas nas duas edições de *A Província de Mato Grosso*, em agosto de 1888, ao “dignarem-se” a declarar suas aprovações a respeito do comportamento do referido professor. Salienta-se que uma análise mais apurada deste fato

---

<sup>175</sup> Ver Capítulo 3, páginas 275 e 276 o “Quadro: 50”, intitulado: “Nome dos pais, mães, tutores, ex-professores e amigos que tiveram filhos, filhas ou afilhados que estudaram na escola particular regida por Agostinho Lopes de Souza, entre 1884-1890, e se dignaram a declarar sobre seu comportamento”.

será desenvolvida no capítulo final desse estudo, que tratará das passagens da vida de Agostinho Lopes de Souza, conforme indicam as referências bibliográficas, o recenseamento de 1890, e os periódicos mato-grossenses nos oitocentos.

Como últimos apontamentos em relação à questão tratada neste subitem, evidenciamos, a seguir, alguns dados que foram veiculados na coluna “Editaes”, provenientes da Delegacia Especial da Inspectoria da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentando os nomes dos inscritos para os “exames preparatórios” com a intenção de frequentar o ensino superior na Corte. O anúncio era um chamamento do delegado especial, cônego Antonio Henrique de Carvalho Ferro, através da secretaria da delegacia especial e assinado pelo secretario e professor José Magno da Silva Pereira. Assinala-se que pela primeira vez os considerados como pertencentes à “raça preta” sobressaem aos considerados como de “raça parda”. Foram apresentados 16 nomes de candidatos para realizar os exames gerais de preparatórios para frequentar o ensino superior na Corte. Dos 16 nomes, foi possível encontrar 11 deles no Recenseamento de 1890, que assim ficaram distribuídos: 7 brancos (43,75%), 3 (18,75%) pretos e 1 pardo (6,25%). Os outros 31,25% correspondem aos nomes dos que não foram encontrados no recenseamento, impossibilitando tecer considerações do ponto de vista do pertencimento étnico racial. Atente-se para o quadro a seguir:

**Quadro 41 - Candidatos inscritos para os exames de preparatórios em portuguez, francez, inglez, arithmetica, álgebra, geometria, trigonometria, geographia e historia, em 12 de novembro de 1889.**

Nº	Nome	Idade	Raça	Profissão	s/ler
01	Antonio Vieira de Almeida	17	Branca	-	Sim
02	Solano Alves Pereira	20	Parda	-	Sim
03	José Patricio das Neves	19	Preta	Alfaiate	Sim
04	João Baptista da Silva Cuyabano	18	Preta	-	Sim <sup>176</sup>
05	Alberto Novis	17	Branca	-	Sim <sup>177</sup>
06	Palmyro de Souza Ponce	15	Branca	-	Sim <sup>178</sup>
07	Avelino Antonio de Siqueira	21	Branca	-	Sim <sup>179</sup>
08	Manoel Ferreira da Costa	19	Branca	-	Sim
09	Pulcherio Serra	17	Branca	-	Sim <sup>180</sup>
10	Francisco Antunes Muniz	21	Preta	-	Sim <sup>181</sup>
11	Alvaro Pereira Jorge	18	Branca	-	Sim <sup>182</sup>

**Fonte:** *A Província de Matto-Grosso*, 03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03.

Este subitem, intitulado de “Pretos e Pardos nas escolas cuiabanas”, buscou trazer ao

<sup>176</sup> Ainda frequentava a escola em 1890, conforme o recenseamento daquele ano.

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Idem, “sofria” de idiotismo.

<sup>180</sup> Idem.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Idem.

lume os nomes, as localidades, as séries, os profissionais, os pais, as mães, os ex-professores e outras pessoas que vivenciaram experiências na instrução pública na cidade de Cuiabá, mais especificamente a partir do final dos anos 1850, com a atuação do Professor Sebastião José da Costa Maricá. Desse modo, finalizou-se a exposição apresentando uma lista de “exames preparatórios”, em que um considerável número de alunos, caracterizados no Recenseamento de 1890 como pertencentes à raça preta, preparavam-se para seguir os estudos no ensino superior na Corte.

Salienta-se que as informações apresentadas acima corroboram que não só os sujeitos objetos desta pesquisa, como também outros nomes ajudam a referendar a idéia de que negros frequentaram a escola em Cuiabá e, a partir de uma formação sólida, conseguiram galgar espaços e ocupações em diversos cargos nas esferas do serviço público. É possível afirmar a presença de uma intelectualidade negra a partir da trajetória dos sujeitos arrolados neste estudo, sendo possível sustentá-la através das “observações” correspondentes às passagens de suas vidas por meio de recortes dos periódicos mato-grossenses nos Oitocentos.

Estes recortes, presentes nos diversos periódicos mato-grossenses, conduzem ao desmascaramento dos que “afirmam” que a escola brasileira havia sido interdita aos negros. O estudo coloca-se na contribuição das pesquisas, tal como defendeu Fonseca (2007) e Silva (2000), de que pretos e pardos ocuparam o espaço escolar com a intenção de mover-se socialmente. Nesse sentido, os periódicos mato-grossenses constituem-se fontes que reforçam essa assertiva, os dados puderam ser constatados no recenseamento de 1890, instrumento que balizou as respostas e solidificou as afirmações a esse respeito.

Ademais, o próximo capítulo é reservado aos *talentos* e às *virtudes*. Nele serão descortinados os meandros em que sete homens e uma mulher, considerados no recenseamento de 1890 como de raça parda e preta, elementos capazes de ajudar na construção de suas trajetórias na Província de Mato Grosso, especificamente com atuação na cidade de Cuiabá, nos Oitocentos. A construção deste último capítulo, parafraseando Chico Buarque e Pablo Milanez<sup>183</sup>, traduz-se na construção de um carro alegre e cheio de um povo contente que vai atropelando indiferente no decurso da história todo aquele que o negue.

---

<sup>183</sup> Disponível em: <https://www.letas.mus.br/chico-buarque/85942>. Acesso em 10 de fev. de 2017.

### 3. PATENTEANDO AO PÚBLICO, TALENTOS E VIRTUDES DE PRETOS E PARDOS EM CUIABÁ NOS OITOCENTOS

#### 3.1 Virtudes e Talentos, imiscuindo-se “nas elites”

A constituição deste último capítulo é o resultado da arte de garimpar, que foi estabelecida durante o intenso processo de pesquisa que elegeu como pressuposto a ideia de “pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, no período de 1850 a 1890, e que haviam conseguido estabelecer-se na sociedade cuiabana”. Nesse sentido, o ato de garimpar, possibilitou-nos conhecer as diversas trajetórias circunscritas nas colunas de anúncios, dos textos denominados “À Pedido”, “Gazetilha”, nos atos oficiais do presidente da Província, na parte religiosa e nos editais que integravam diversos periódicos mato-grossenses que circularam durante o século XIX. Assinala-se que, a esse respeito, nem todos os jornais obedeciam a essa lógica na construção de suas diagramações. Nesse ínterim, encontrava-se aqui um texto, onde um tornava público seu tributo a um falecido, declarando-se amigo do mesmo e evidenciando a existência de proximidades entre estes, seja na participação de um partido político e/ou em cerimônias públicas. Acolá, a publicação da nomeação de outros, através de um concurso público, adiante as participações como colaborador em jornais, e, ainda, posteriormente, o oferecimento gratuitamente de seus préstimos para lecionar no Arsenal da Guerra. Desse modo, salienta-se que isso ainda não é tudo, foi possível, também, construir a trajetória do pardo Thomé Ribeiro de Siqueira, que podemos caracterizar como político, educador, jornalista<sup>184</sup> e empregado público.

Assim, destaca-se que esse procedimento foi utilizado com os demais sujeitos que compõem a trama tecida no cotidiano da cidade de Cuiabá, durante os Oitocentos. Trama tecida em ambientes sociais, e privada, que obrigava no âmbito das instituições públicas e/ou privadas, pretos, pardos e brancos a estabelecerem “diálogos” no entorno da urdidura cotidiana na sociedade em questão. Nesse sentido, à medida que formos construindo este texto, o leitor tomará ciência dos meandros, aos quais nossos *virtuosos* e *talentosos* sujeitos

---

<sup>184</sup> Há o caso também de Custódio Alves Ferreira como deixou claro *O Matto-Grosso* (19-01-1890, ano XII, nº 575, p. 03), era “proprietário” do jornal A Tribuna. Assim, destacou na coluna “Gazetilha”, que havia reaparecido “a – Tribuna – o antigo campeão das ideias democraticas. Felicitamos ao nosso distinto amigo e collega o cidadão Custodio Alves Ferreira por esse feliz acontecimento”.

protagonizaram a consolidação das instituições que compunham a Província de Mato Grosso, através dos retalhos de suas experiências na política, educação, religião, saúde e nas artes. Sim, foi possível, através dos “inscritos” nos periódicos de época e de outros documentos, tornar ciente e trazer a baila os retalhos que testemunham que a trama da construção da nação não foi responsabilidade só de um grupo étnico, como por muito tempo produziu-se entre muitos intelectuais da História.

Um detalhe que chamou atenção, no decorrer da construção do objeto, foi a constatação de que os sujeitos eleitos para terem suas trajetórias desenvolvidas neste último capítulo (e não somente estes) pertenciam e/ou estavam inseridos/as nas “elites mato-grossenses”. Nesse sentido, antes de adentrarmos as considerações sobre as questões que remetem a elite na cidade de Cuiabá, trazemos à luz o significado do termo que segundo Bueno (2000) pode ser definido como **“O que há de melhor ou mais fino num grupo, numa classe, nata.”** [grifo meu] (p. 218)<sup>185</sup>

Sena (2006), ao desenvolver o estudo sobre a história da política em Mato Grosso, trouxe à luz as questões de formação e as dinâmicas que constituíram politicamente a Província. A esse respeito, esse autor chamou de “elite política” o grupo que constituía aquele meio. Sena assinalou que, anteriormente aos anos 1850, a instrução/ensino superior não era considerada pré-requisito para participar de um grupo político, conforme o autor “era preciso ter uma iniciação na vida partidária em uma das facções [...] respeitar e divulgar as ideias desta bem como de seu líder” (p. 05). Sena (2006) lembrou ainda, que não somente os integrantes deste grupo “praticassem e pensassem politicamente, [...] mas que eram eles [...] que ocupavam o delimitado espaço, principalmente o institucionalizado, da vida pública e privada.” (p. 03)

Sob o olhar de Sena, pode-se compreender que a política constitui-se como espaço primordial onde a elite se configura e se fortalece, e a partir daí outros espaços vão originando-se à luz das ações produzidas pelos participantes desse grupo.

Siqueira (2000), ao pesquisar a instrução pública em Mato Grosso, entre os anos de 1870 e 1889, assinalou que integraram “as elites mato-grossenses [...] os dirigentes político-administrativos: **Presidentes da Província, seus assessores, Deputados, Magistrados**, o segmento ligado **a burocracia provincial e municipal, os profissionais liberais e os grandes proprietários e comerciantes.**”[grifos meus] (SIQUEIRA, 2000, p. 89)

A esse respeito, ao observar os apontamentos dessa autora, compreende-se que estes

---

<sup>185</sup> Conforme FERNANDES, LUFT E GUIMARÃES (1996, p. 234), o significado para o termo elite é: s. f. A flor, a nata, o escol, o que há de melhor em uma sociedade ou grupo. (Do fr. *élite*)

contribuem no entendimento de que a construção do significado de “elite” passava também pelos espaços destinados a fazer política, como deixou claro Sena, e, nesse sentido, ressalta-se que em Mato Grosso o quadro político era composto a partir de uma rígida hierarquia. Assim, o cargo máximo era ocupado pelo presidente da Província, seguido pelos seus assessores, como bem lembrou Siqueira, e depois a Assembleia Legislativa, que era circunscrita aos deputados provinciais. Ressalta-se que a responsabilidade pela inserção de Mato Grosso nos moldes das políticas devolvidas na Corte estava nas mãos destes dois grupos, confirmando a nomenclatura dada por Sena (2006) de “elite política”, pois, sem este, seria impossível a constituição, desenvolvimento e consolidação do Estado na Província em questão. Desse modo, destaca-se que, sobre o universo ocupado pelos integrantes na política em Mato Grosso, os jornais *A Imprensa de Cuyabá* e *O Matto-Grosso* corroboraram tanto com as afirmações de Siqueira quanto de Sena, ao trazer à lume os constantes embates travados pelos partidos Conservador e Liberal, entre os anos de 1850 a 1890, na Província mato-grossense.

A elite em Mato Grosso, conforme Siqueira (2000), poderia ser reconhecida, também, no grupo de pessoas que desempenhavam atividades no magistrado. A esse respeito, em relação a este grupo, observaram-se as responsabilidades dos juizes em diversas instâncias a disciplinar a conduta, no âmbito da sociedade (no Tribunal da Relação) e na política (nas Comarcas fazendo acontecer o alistamento eleitoral). Siqueira inclui no rol “das elites” tanto a burocracia provincial quanto a municipal. Em relação à burocracia provincial, espaços como “1ª Recebedoria da Capital”, Delegacia Fiscal do Thesouro Federal e da Thesouraria da Fazenda de Mato Grosso, Secretaria de Policia de Cuiabá, Guarda Nacional, e outros, conglomeravam as pessoas que faziam parte do que poderia se considerar, conforme Sena e Siqueira, como elites. Havia, ainda, no ver de Siqueira, os profissionais liberais e os comerciantes a quem consideramos como grupos específicos aglutinados na constituição e no fortalecimento da elite em Mato Grosso. Salienta-se que estes grupos estiveram interligados quando o assunto era discutir e propor os “melhoramentos para a província”, a exemplo de como procedia o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, ao recorrer aos “colaboradores”, como assinalou Silva (2012, p. 168), no incremento da instrução público, nos anos de 1880.

Sobre os grandes proprietários e comerciantes, é importante destacar que os primeiros estavam representados nas categorias como negociantes e/ou proprietários de casas de negócios<sup>186</sup>, e pelos fazendeiros, como é o caso de Antonio Henrique de Carvalho, que havia

---

<sup>186</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (30-03-1879, ano I, n.º 15, p. 04), alguns dos donos das casas das comerciais, que viajam à Europa e à Corte para suprir a sociedade cuiabana, como era o caso de Martim Guilherme. Desse modo, segundo Sena (2006), “a riqueza era, não menos implicitamente, vista como critério

fornecido, segundo Sena, 15 contos de reis para o governo, bem como o chefe de polícia, Firmo José de Mattos, que disputava uma vaga na Assembleia Legislativa e também era proprietário de casas de comércio, na cidade de Cuiabá, e havia doado 12:000\$000 (p. 272).

Em termos de doação, vale ressaltar que no âmbito da igreja havia diversas pessoas que também faziam doações, conforme *O Liberal* (29-01-1874, ano III, n.º 123, p. 03-04). Estavam presentes na lista de doadores desde grandes a pequenas quantias. A esse respeito, tanto as doações para a igreja como a participação nas irmandades, como o caso já citado da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, no final dos anos 1870, podem assegurar a construção de outros espaços dentro daquilo que Siqueira considerou como “as elites mato-grossenses”, neste caso o espaço religioso.

Os tópicos desenvolvidos acima tratam de materializar a compreensão das evidências da constituição “das elites” e/ou da elite em Mato Grosso. A política, a igreja, a escola e os negócios constituíram-se espaços correspondentes “às elites”, que eram representadas e/ou formadas por diversos sujeitos. A esse respeito, ficou claro que estas (as elites) e/ou esta (a elite) era de composição heterogênea na Província, em específico na capital, a contar com a participação das categorias raciais explícitas, no Recenseamento de 1890, no exercício de diversos cargos. Na compreensão do termo e da materialização do que se entende por elite na cidade de Cuiabá, destacamos que quando falamos numa elite cuiabana, falamos não necessariamente uma elite negra a urdir um espaço em separado naquela cidade, mas, como já deixamos claro, falamos de um grupo considerável de pardos e alguns pretos, que circularam nas esferas de poder (educação, segurança, política etc.), e/ou instituições públicas e/ou privadas, e que marcaram posições e foram respeitados, através do trabalho desenvolvido nestes espaços. Não custa lembrar que, para tanto, podemos tomar, como exemplo, figuras como o médico pardo Dormevil José dos Santos Malhado, os pardos Antonio Pereira Catilina da Silva, Antonio Jose Duarte, Sebastião José da Costa Maricá e Thomé Ribeiro de Siqueira.

Dentre esses sujeitos, foi possível acompanhar parte da trajetória intelectual de Antonio Pereira Catilina da Silva como seminarista, no Seminário Episcopal da Conceição, bem como sua vida profissional, atuando em três instituições públicas, na cidade de Cuiabá, que denotava grande importância, a saber: como secretário interino da Secretaria de Polícia de Cuiabá<sup>187</sup>, secretário da Secretaria do Tribunal da Relação em Cuiabá<sup>188</sup>, e ainda como

---

para uma pessoa ocupar posição de destaque em sua região.” (p. 272)

<sup>187</sup> Conforme Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Matto Grosso pelo Presidente da Provincia, General Dr. José de Miranda da Silva Reis, em 03 de maio de 1874. (p. 61)

<sup>188</sup> *A Provincia de Matto-Grosso* de 04-04-1880, ano II, n.º 66, p.03.



professor da 6ª cadeira de Latim, no Liceu Cuiabano<sup>189</sup>. Vale ressaltar que, nas últimas instituições, Catelina exerceu concomitantemente os cargos de secretário do Tribunal de Relação e de professor no Liceu. Deduz-se que o seu prestígio perante as autoridades hierárquicas influenciava em sua escolha para a realização de algumas atividades, como é o caso da participação em bancas de concursos.

Entre outros, podemos destacar, ainda, o Capitão Laureano Xavier da Silva em seus trabalhos jornalísticos, no exército, como escravagista e político, e Pedro Candido Jarzem que foi editor responsável de *O Matto-Grosso* e recebeu em sua casa a sede da Associação Literária Cuiabana. Outros tantos em cargos como Inspetores Paroquiais, Delegado, subdelegados, professores, e, ainda, outros que secretariavam e/ou presidiam sociedades emancipadoras<sup>190</sup>, participações nas comissões de análises das obras projetadas para o cemitério da capital, da fábrica de pólvora e das obras de uma colônia agrícola estabelecida na Chapada, bem como a estrada em construção que melhoraria a comunicação da cidade de Cuiabá<sup>191</sup>. Nos espaços destinados “às Artes<sup>192</sup>”, foram encontradas as figuras de Custódio Alves Pereira, Jose Correia Ribeiro e, novamente na linha de frente, o Dr Dornevil José dos Santos Malhado. Sobre o cenário destinado à Sociedade Dramática de Amor à Arte, Siqueira (2000) destacou que esta foi criada “por e para” a elite, que nos camarotes assistiam aos espetáculos, e que as representações eram feitas somente para os associados. (p. 92)

É importante frisar que tanto Siqueira quanto Sena não se ocuparam de observar a composição racial dos espaços os quais julgaram constituir “as elites cuiabanas”. Talvez Siqueira tenha se aproximado ao sinalizar que o viajante Karl Von den Steinen<sup>193</sup> havia observado que a composição de alguns espaços sociais (Sociedade Recreio Cuiabano, Partido Conservador, Associação Literária Cuiabana) possuía um número considerável de “pessoas de pele escura.” (p. 69) Na construção desta tese, assinalamos a necessidade de materializar estes espaços, demonstrando a representatividade das categorias raciais existentes no Recenseamento de 1890, que qualificavam a população residente na parte urbana da cidade cuiabana. Lembramos que, a partir dos exemplos citados a respeito da presença de pretos e pardos nos espaços sociais e privados em Cuiabá, reafirmamos que a elite mato-grossense

<sup>189</sup> Relatório de Presidente de Província Exmo. Coronel José Maria de Alencastro em 15 de Junho de 1882. (p. 15)

<sup>190</sup> *O Liberal* de 14-03-1878, ano VII, n.º 341, p. 03, e “anexo C – Instrução Publica” do Relatório de Presidente de Província de 1880. (p. 24)

<sup>191</sup> *O Matto-Grosso* de 12-01-1890, ano XII, n.º 574, p.02.

<sup>192</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* de 13-07-1884, ano VI, n. 289, p. 4.

<sup>193</sup> Viajante e cientista alemão que integrou as comissões científicas em 1884, conforme *A Provincia de Matto-Grosso* de 29-04-1888, ano X, n.º 487, p. 02-03.

pode ser caracterizada como heterogênea e diversificada.

A título dos recortes que testemunham o cotidiano de homens e mulheres pretas e pardas e constituem as trajetórias de nossos sujeitos, adverte-se que nos arquivos públicos e nas bibliotecas, estes e outros documentos estão lá, desafiando aqueles e aquelas que se propõem a insurgirem contra o cânone do privilégio, em que uns podem tudo e outros e outras devem satisfazer-se em permanecer nos lugares que foram estabelecidos por aqueles em detrimento destes. Nesse sentido, gostaria de retomar o pensamento de Chico Buarque de Holanda e Pablo Milanez citados anteriormente, que poetizaram: “e quem garante que a história é uma carroça abandonada numa beira de estrada ou numa estação inglória? A história é um carro alegre, cheio de um povo contente que atropela indiferente todo aquele que o negue”. É sob essa perspectiva que apresentamos, a seguir, “os nomes”, como defendeu Ginsburg (1991), como guia do investigador no labirinto documental, a saber:

**Quadro 42 - Pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá nos Oitocentos.**

Nº	Nome	E. Cível	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	Agostinho Lopes de Souza <sup>194</sup>	Solteiro	30	Professor	Preta	Sim
02	Antonia Augusta Gaudie Ley <sup>195</sup>	Viúva	21	Professora	Parda	Sim
03	Antonio José Duarte <sup>196</sup>	Casado	46	T. do Exército	Parda	Sim
04	Antonio Pereira Catilina da Silva <sup>197</sup>	Casado	55	Emp. Público	Parda	Sim
05	Dormevis José dos Santos Malhado <sup>198</sup>	Casado	51	Médico	Parda	Sim
06	Félix Benedicto de Miranda <sup>199</sup>	Casado	33	Professor	Parda	Sim

<sup>194</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 1), morava sozinho ao lado da tesouraria da fazenda no 1º Quarteirão, na Rua do Coronel Alencastro, nº5 Freguesia da Sé.

<sup>195</sup> Sobre a origem de Antonia Augusta Gaudie Ley, constatou-se que esta era parda, viúva, católica, tinha como profissão professora primária e residia na Rua da Emancipação, n 793, na Freguesia da Sé. Morava com sua família paterna, conjuntamente com outras vinte e três (23) pessoas, possivelmente após enviudar-se. Tinha uma filha de um ano de idade. Entre as pessoas que viviam consigo, havia sete (7) pessoas que foram caracterizadas racialmente como brancas, doze (12) como pardas e cinco (5) pretas. Entre estas pessoas, onze (11) sabiam ler e/ou haviam freqüentado a escolas, entre essas cinco (5) ainda frequentavam-na, sendo duas (2) brancas, duas (2) pardas e uma (1) preta, ou ainda três (3) meninas e dois (2) meninos (RECENSEAMENTO DE 1890, p. 173). Soube-se que seu falecido marido pertencia a família Gaudie Ley.

<sup>196</sup> De acordo com o Recenseamento de 1890 (p. 118), Antonio José Duarte era Tenente do Exército, 46 anos, de raça parda, casado, católico, brasileiro e sabia ler. Residia na Travessa da Câmara, nº 550 Freguesia da Sé. Era casado com Amélia Pereira Duarte, 34 anos branca, católica e sabia ler. Em sua residência viviam outras 11 pessoas, destas sete sabiam ler e um freqüentava a escola. Das 11 pessoas, 7 (sete) foram caracterizadas como de raça parda, 2 (duas) como de raça preta e 2 (duas) como branca.

<sup>197</sup> Conforme Recenseamento de 1890 (p. 39), 55 anos, de raça parda, casado, católico, brasileiro, sabia ler, residia na Rua do Rozario, n.º 206 na Freguesia da Sé, conjuntamente com 6 (seis) pessoas caracterizadas como de raça parda. Das quais 4 sabiam ler (incluindo ele) e uma frequentava a escola.

<sup>198</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 08); residia à Rua 27 de setembro, 2º Quarteirão, nº 35, na Freguesia da Sé. Sua família era composta de 8 (oito) pessoas, sendo sua esposa Anna Lucinda dos Santos Malheiros, 21 (vinte um) anos, parda, católica, sabia ler. O casal tinha 2 (dois) filhos, sendo Evangelina dos Santos Malhado, 5 (cinco) anos, parda, católica, não freqüentava a escola e Arlindo dos Santos Malhado, 2 (dois) anos, pardo, católico e também não freqüentava a escola. Também residiam com o casal: Albertina Constança dos Santos, 16 (dezesesseis) anos, parda, solteira, católica e freqüentava a escola, (provavelmente filha do primeiro casamento do médico) e um casal de criados; Thomé, 54 (cinquenta e quatro) anos, preto, casado, católico, brasileiro e não freqüentava a escola e Angelica, 50 (cinquenta) anos, preta, casada, católica, “africana” e não freqüentava a escola.

07	Sebastião José da Costa Maricá <sup>200</sup>	Casado	66	Professor	Parda	Sim
08	Thomé Ribeiro de Siqueira <sup>201</sup>	Casado	36	Emp. Publico	Parda	Sim

Fonte: Construção do autor segundo o Recenseamento de 1890.

### 3.2 O Perfil de Pretos e Pardos na sociedade cuiabana nos Oitocentos

Localizar homens pardos e/ou pretos na sociedade cuiabana do final do século XIX tornou-se um desafio no início da pesquisa, mas à medida que se entrou em contato com as fontes primárias, a exemplo dos jornais mato-grossenses veiculados no período entre 1847 (*A Gazeta Cuiabana*) a 1899 (diversos), as atividades foram tomando forma. Conseguiu-se encontrar um grupo considerável de homens e mulheres caracterizados como pretos e pardos “que sabia ler” e/ou “que havia frequentado a escola” e, ainda, ocupando diversos cargos como “dirigentes políticos e administrativos”, e ligados ao segmento da burocracia provincial e municipal, como os profissionais liberais, os grandes proprietários e comerciantes (mesmo que em uma parcela ínfima), como alertou Siqueira (2000, p. 89), quando tratou de descrever o universo da elite cultural mato-grossense.

A esse respeito, assinala-se que a faixa etária do grupo de pretos e pardos que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” encontrados nos periódicos e no Recenseamento de 1890 estava entre 21 e 80 anos<sup>202</sup>. No trabalho em curso, optou-se por trabalhar com aqueles que estavam dentro desta faixa etária indicada, visto certificar que as ações desenvolvidas por estes, em cargos públicos, dataram de 1857 e estenderam-se durante o processo em vigência de construção da nação, observando os acontecimentos do final do século XIX, principalmente, o processo instaurado para por fim à escravidão, o fomento nas discussões entre liberais e conservadores e o alvorecer da República.

Como ponto de sustentação, o Recenseamento de 1890 serviu como balizador na construção dos dados para a análise e compreensão dos fatos e/ou acontecimentos do

<sup>199</sup> Conforme Recenseamento de 1890 (p.166) residia no 23º, Rua do Dr. Couto, nº 750, com 6 (seis) pessoas todas caracterizadas como de raça parda, 4 sabiam ler.

<sup>200</sup> Brasileiro, pardo, 66 anos de idade, professor aposentado da instrução pública, Casado com a parda Felippa Augusta Maricá, de 44 anos. Residia n 34ª quadra da rua Barão de Melgaço, n. 1071, Sé. Nesse endereço viviam com mais 14 pessoas, todas pardas com sobrenomes diversos dos seus; dentre elas, 1 carpinteiro, taverneiro e 1 pedreiro. Todas as pessoas menores de 10 anos sabiam ler (PAIÃO, 2006b, p.89).

<sup>201</sup> No Recenseamento de 1890 (p. 132), informou-se que Thomé Ribeiro de Siqueira residia na Rua Dos Prazeres (19º Quarteirão) conjuntamente com 5 (cinco) pessoas todas caracterizadas como de raça branca. Entre as pessoas residentes nesta casa 5 sabiam ler (contando como Thomé). Seu estado civil foi registrado como casado, porém não há o registro do estado civil de casada para nenhuma mulher (principalmente Franquelina Silveira de Siqueira, possivelmente era sua conjugue) daí a compreensão de que o casamento fosse interracial.

<sup>202</sup> Muito embora como se pode observar no Recenseamento de 1890, a faixa etária de escolarização de pretos e pardos ia de 7 a 80 anos.

cotidiano da cidade de Cuiabá. Observou-se que, para além de “instruídos”, pretos e pardos eram, conforme os dados, seguidores em sua totalidade da religião “Catholica”, a grande maioria era constituída de solteiros, e de nacionalidade brasileira.

Quanto à profissão, para a faixa etária de 21 a 39 anos<sup>203</sup> listou-se 66 (sessenta e seis) tipos de funções desempenhadas pelos grupos raciais presentes no Recenseamento de 1890. Nesse sentido, homens pardos ocupavam em maior número as profissões de agencia (33), carpinteiro (17), marceneiro (15), sapateiro (14) e para taverneiro (10), alfaiate (10), seguido por caixeiro e pedreiro (8). Assinala-se que estas profissões eram consideradas de trabalhos manuais, com exceção de taverneiro e de caixeiro que, conforme assinalou Peraro (1997, p. 139), poderiam ser incorporadas às atividades ligadas à indústria e ao comércio.

Constatou-se que, na faixa etária dos 21 a 39, os dados sugerem haver uma profissionalização de pardos nas ocupações, as quais Peraro (1997) chamou de profissões manuais ou mecânicas.

Observou-se que o mesmo, a profissionalização, aconteceu com as mulheres pardas. A esse respeito, a profissão em que elas apresentaram maior crescimento foi a de costureira. Conforme os dados, elas saíram de um quantitativo de 1 (uma representante), na faixa etária dos 40 a 80, para 16 profissionais, na faixa etária dos 21 a 39 anos. Desse modo, salienta-se que a profissão em que mais as mulheres negras, de uma forma geral, estavam em maior número inseridas trata-se da profissão de “agencia”<sup>204</sup>.

No tocante aos profissionais liberais, embora negros fossem maioria na população cuiabana e estivessem inseridos nesse grupo, percebeu-se uma presença em números menores que a população considerada de raça branca, a saber:

Na faixa etária dos 40 a 80 anos<sup>205</sup>, encontrou-se: professores (3) brancos, (1) pardo, capitão do exercito (17) brancos, (03) negros, músicos (03) somente negros, oficial do exercito (02) brancos, (03) negros, empregados públicos (34) brancos, (15) negros e tenente

<sup>203</sup> Quanto à faixa etária dos 40 a 80 anos, listou-se um conjunto de 88 profissões desempenhadas por brancos, pretos e pardos, conforme indicação do Recenseamento de 1890. Observou-se que, na faixa etária dos 21 a 39, principalmente os pardos, passaram a ocupar certas profissões que exigiam certa qualificação, com exceção da de agencia (46), a saber: carpinteiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate. Os dados apresentados no texto ajudam a compreender certa ascensão nestas profissões se compararmos os números apresentadas para a faixa etária dos 40 a 80 anos - carpinteiro (06), marceneiro (0), sapateiro (08). Taverneiro (09), alfaiate (07), caixeiro (01).

<sup>204</sup> Na faixa etária de 21-39 anos pardas (40), brancas (10) e pretas (05) na Freguesia da Sé, pardas (26), (03) brancas e pretas (01), conforme o Anexo - XXXIV - Quadro das profissões atribuídas ao *sexo feminino* (21-39 anos), segundo o Recenseamento de 1890, conforme escolarização e raça para as residentes nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II.

<sup>205</sup> Corresponde à soma dos profissionais que foram encontrados nas Freguesias da Sé e de São Gonçalo de Pedro II. Observa-se, também, muito embora se tenha optado por trabalhar com negros na descrição da ocupação das profissões consideradas como profissionais liberais, mas apenas na ocupação denominado “empregado publico”, que constam 2 que foram considerados como pertencentes à raça preta.

(02) brancos, (05) negros.

Em relação à faixa etária dos 21 a 39 anos, encontrou-se os seguintes dados: professores (02) brancos, (02) negros, músicos (0) brancos, (04) negros, oficial do exército (01) brancos, (01) preto, empregados públicos (26) brancos, (15) negros, tenente (08) brancos, (02) negros e Alferes (09) brancos, (01) pardo.

Ainda sobre os grupos de profissionais liberais, apresentaram-se os anexos: XXVII - Composição do Exército em Mato Grosso conforme “raça” na Freguesia da Sé, segundo o Recenseamento de 1890, XXVIII - Composição do quadro de profissionais que desenvolviam atividades relativas à Saúde na Freguesia da Sé, conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890, XXX - Composição do quadro de “empregados públicos” na Freguesia da Sé, conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890. Assinala-se que, para a construção dos dados destes três anexos, foi levado em consideração “o total geral de habitantes residentes na Freguesia da Sé”, ou seja, os dados correspondem ao total de integrantes do grupo que denominamos de “abrangente”. Nesse sentido, os brancos perfaziam um total de 53,3% dos integrantes do exército, ao passo que negros representavam 46,6% desse contingente.

Em relação aos profissionais que exerciam atividades relacionadas à saúde, constatou-se que 50% desse quadro era composto de brancos (dois médicos) e 50% de negros (um médico e um farmacêutico). No caso dos “empregados públicos”, 66,6% era composto por brancos, contra 33,3% de negros. Vale ressaltar que os dados apresentados nestes três anexos referem-se exclusivamente à Freguesia da Sé.

De acordo com Peraro, o censo de 1872 ainda apresentava um quadro denominado de religiosos (seculares e regulares), nesse sentido, registraram-se as passagens de diversos negros no âmbito da Igreja, seja como alunos e/ou como cônegos. A esse respeito, conforme *A Província de Matto-Grosso*, “o alumno clérigo in minoribus Bento Severiano da Luz substituiu o padre José Augusto Duarte”, o qual teve o cargo de professor do Seminário Episcopal suspenso<sup>206</sup>, ainda conforme o relatório do Presidente da Província de Mato Grosso do ano de 1872, assinado por José Cardoso Junior, o Cônego Jose Joaquim dos Santos Ferreira havia sido designado para lecionar a terceira cadeira (Francez) do Curso Noturno da Capital (p.61). De acordo com o periódico *O Povo*, José Joaquim dos Santos Ferreira também atuava como Escrivão da Câmara Eclesiástica e exercia o emprego de Capelão Militar<sup>207</sup> (p.04). O Recenseamento de 1890 (p. 139) informou, ainda, que o pardo Benedicto de Araujo Filgueira, 74 anos, atuava como capelão na Freguesia da Sé.

<sup>206</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* de 11-04-1880, ano II, n.º 67, p. 2.

<sup>207</sup> Ver *O Povo* de 08-02-1879, ano I, n.º 05, p.04.

### 3.2.1 Funções administrativas públicas

Com a finalidade de dar ênfase às questões que se referem às relações cotidianas de pretos e pardos, na sociedade cuiabana, destacamos, a seguir, um panorama dos locais e das atividades desempenhadas por estes, em funções administrativas públicas, na referida cidade. Destaca-se tratar de um universo peremptoriamente masculino, apontando a existência de poucas mulheres atuando como professoras na esfera pública. De acordo com a representatividade, no tocante ao elevado número de negros na população cuiabana, o quantitativo pode ser considerado incipiente. De qualquer forma, os dados contribuem para refutar as construções teóricas que, conforme Fonseca (2007), reduziram os negros à escravidão e contrapõem “a invisibilidade” de pretos e pardos no que se refere ao tratamento dado na historiografia da educação brasileira, segundo alertou este autor. (p.08)

O cenário que se ilustra, a seguir, traz à luz um grupo de pretos e pardos que podem ser incluídos, no que assinalou Fonseca a respeito da utilização por negros nas escolas mineiras, como possibilidade da afirmação nos espaços sociais. Destaca-se, também, que em Mato Grosso, especificamente, na cidade de Cuiabá, possivelmente, a escola foi um dos elementos acionados por negros com o objetivo de afirmação no espaço social. Outro fato importante que pode ser observado, a contar pelas mensagens e declarações publicadas nos periódicos de época, são os talentos e as virtudes, que eram enfatizados em relação a muitos dos nossos sujeitos nas relações estabelecidas no cotidiano cuiabano. Isso é fato em se tratando do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado e de Agostinho Lopes de Souza.

Desse modo, no decorrer do estudo, observou-se a existência de diversos cargos em várias áreas públicas por onde transitaram profissionalmente os nossos sujeitos, nas seguintes áreas:

**Na instrução pública,** Dr. Dormevil José dos Santos Malhado contribuiu na organização da instrução como Diretor Geral de Instrução Pública, Inspetor Paroquial, e como professor da Escola Normal. Sebastião José da Costa Maricá, Antonio Pereira Catelina da Silva, Félix Benedito de Miranda, Agostinho Lopes de Souza, Antonia Gaudie Ley, Bernardina Rich<sup>208</sup>, e D. Theodora da Silva Ribeira atuaram como professores/professoras em espaços como o Seminário Episcopal da Conceição, a Escola Normal, o Liceu Cuiabano e nas

---

<sup>208</sup> Ver GOMES, Nailza da Costa Barbosa. Uma professora negra em Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades, 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) IE – Instituto de Educação da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

escolas de primeiras letras da Província. A educação em Cuiabá ainda poderia ocorrer por meio de escolas de música, como a regida pelo professor Felipe Liberato D'Oliveira fundada, provavelmente, na década de 1880<sup>209</sup>, e ainda por meio da profissionalização através dos ofícios dos Mestres nas oficinas, a saber: Adão da Costa e Faria Mestre das oficinas de correiros, selleiros e secção de sapateiros<sup>210</sup>, o caso de Bento José Rodrigues, que atuava como Mestre da oficina de Serralheiro, comandando 14 operários e um “mandador<sup>211</sup>”. Ainda se pode constatar os trabalhos realizados por pretos e pardos nas funções de porteiro<sup>212</sup>, contínuo<sup>213</sup>, guarda<sup>214</sup> e outros.

**Nas artes**, Custodio Alves Ferreira atuava na parte burocrática, como segundo secretário da Sociedade Dramática Particular “Amor à Arte<sup>215</sup>”, bem como Dr. Dormevil José dos Santos Malhados integrava o grupo dos consórcios desta Sociedade. Atuando nas artes, ainda contavam com Manoel do Nascimento Ferreira Mendes, João da Silva Pereira, Jesuino Alves Pereira, José Maria Marques e Pedro Candido Jarcem, que fizeram parte da Comissão de Artistas que contribuíram com a “subscrição da dívida interna brasileira, em 26 de janeiro de 1890”. Havia ainda os músicos<sup>216</sup>, como Antonio Marinho da Fonsêca (que fez parte da citada comissão).

**Na carreira jurídica**, a atuação de Antonio Pereira Catilina da Silva, como Secretário do Tribunal de Relação, oficial de registro e proprietário de cartório<sup>217</sup>.

**Na carreira política**, a princípio elencou-se os nomes de pretos e pardos que participaram e/ou investiram na carreira política em Mato Grosso, a saber: como militante encontrou-se Thomé Ribeiro de Siqueira e Dormevil José dos Santos Malhado, e ainda constatou-se a presença de 70 negros que aderiram a criação do Partido Republicano, em 27

<sup>209</sup> Paião (2006b, p. 86) apresenta Felipe Liberato D'Oliveira na lista “Professores/Diretores das Escolas Particulares e subsidiadas de Cuiabá (Década de 1880).”

<sup>210</sup> *A Província de Mato Grosso* de 12-10-1879, ano I, n. 41, p. 03-04. Nesta edição são apresentadas diversas oficinas, a saber: de ferreiros, serralheiros, latoeiros e funileiros, alfaiates, pintores e ainda a da fábrica de pólvora. Assinala-se que conforme informações as oficinas tinham como responsáveis vários mestres e que a elas também integravam além dos destes, o mandador, os aprendizes, os operários e os serventes.

<sup>211</sup> (*Idem, Ibidem*).

<sup>212</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* de 17-04-1881, anno III, edição 120, p. 2

<sup>213</sup> Conforme Relatório de Instrução Pública de 1881, informe de nº 5, de 15 de junho de 1881.

<sup>214</sup> *A Situação* de 08-08-1872, ano V, n.º 245, p. 03

<sup>215</sup> *A Província de Matto Grosso* de 13-07-1884, ano VI, nº 289, p.03, conforme a ata, Custodio Alves Ferreira havia proposto que “d’aquella data em diante insepitos do pagamento de jóias os sócios que havendo se retirado da sociedade nella quizessem ser novamente admittidos. O Snr. Vice Presidente pondo a discussão e a votos foi aprovada”. (*A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO*, 1884, p. 03)

<sup>216</sup> Conforme Paião (2006b, p. 86), Felipe Liberato D'Oliveira regia uma escola de música, na Freguesia da Sé, em 1880.

<sup>217</sup> Conforme *Gazeta Official do Estado de Mato-Grosso* de 16-07-1898, ano IX, n.º 1313, p. 04.

de julho de 1890. Como deputado provincial<sup>218</sup>, a participação de Dormevil José dos Santos Malhado e José Joaquim Ferreira dos Santos; como vereadores<sup>219</sup> e/ou como candidatos a vereador o Capitão Laureano Xavier da Silva<sup>220</sup>, Sebastião José da Costa Maricá, e João Sant'Iago, sendo que este último atuou na função de vereador. Destaca-se, ainda, a presença de outros sujeitos considerados de raça preta e parda, atuando nas funções de porteiro, aferidor<sup>221</sup> e amanuense, na Câmara municipal de Cuiabá, nos Oitocentos.

**Na área da Imprensa,** jornalistas<sup>222</sup>. Jucá (2009) apontou que o Capitão Laureano Xavier da Silva atuou na função de redator e editor do periódico *O Noticiador Cuiabano*, a partir de 03 de maio de 1857. E, também, como se evidenciou em *O Matto-Grosso* (19-01-1890, ano XII, n.º 575, p. 03), ao noticiar que havia reaparecido “a – Tribuna – o antigo campeão das ideias democraticas. Felecitamos ao nosso distinto amigo e collega o cidadão (e artista) Custodio Alves Ferreria por esse feliz acontecimento”. Nesse sentido, *A Gazeta* (12-06-1889, ano I, n.º 39, p. 02) assinalava que estava enfermo o “redactor e proprietário d’a Tribuna” Custodio Alves Ferreira. Ainda o pardo Thomé Ribeiro de Siqueira atuando como colaborador, conforme *O Porvir* (13-07-1877, ano I, n.º 3, p. 02), e havia escrito o texto “A instrução”, ressaltando a importância da instrução pública para os mato-grossenses, que foi publicado na coluna denominada “Collaboração” (*O PORVIR*, 1877, p. 02). Ainda pode-se observar que, de acordo com *O Matto-Grosso* (26-04-1891, ano XIII, n.º 624, p. 01), no ano de 1891, o pardo Pedro Candido Jarcem passou a atuar como “Editor Responsável<sup>223</sup>” deste periódico, que era de propriedade de Emilio do Espirito Santo Rodrigues Calháo<sup>224</sup>.

**Na Carreira militar,** observou-se que atuaram como primeiro sargento<sup>225</sup>, segundo sargento, capitão de artilharia, tenente, alferes, oficial do exército, oficiais da Guarda Nacional<sup>226</sup>, nas funções de Alferes, Tenente e Quartel Mestre. Observando o Recenseamento

<sup>218</sup> Dormevil José dos Santos Malhado, Deputado Provincial, contando ainda com uma dezena de integrantes do Partido Republicano, tais como: Agostinho Lopes de Souza e Félix Benedicto de Miranda.

<sup>219</sup> João Sant'Iago, vereador, Sebastião José da Costa Maricá candidato a vereador.

<sup>220</sup> De acordo com *O Matto-Grosso* de 07-08-1864, ano II, n.º 31, p.03, 18-09-1864, ano II, n.º 36, p. 02, 30-09-1864, ano II, n.º 37, p. 01 e *O Liberal* de ?-12-1871, ano II, n.º 119, p. 3.

<sup>221</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* de 06-03-1881, anno III, edição 114, p. 4.

<sup>222</sup> Ver *O Matto-Grosso* de 19-01-1890, ano XII, n.º 575, p. 03 e *O Porvir* de 13-07-1877, ano I, n.º 3, p. 02.

<sup>223</sup> Ver GODOI, Rodrigo Camargo de. Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2014. A esse respeito este autor desenvolveu a tese sobre as experiências de Francisco de Paula Brito como editor na cidade do Rio de Janeiro nos meados de 1831 a 1860.

<sup>224</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 26-04-1891, ano XIII, n.º 624, p. 01, publicava-se semanalmente e era um Órgão do Partido Republicano. Ainda em *O Matto-Grosso* de 09-02-1892, ano XIV, n.º 663, p. 01, Pedro Candido Jarcem ainda continava atuando no cargo.

<sup>225</sup> Conforme *A Provincia de Matto Grosso* de 19-10-1879, ano I, n.º 42, p. 03-04.

<sup>226</sup> Conforme *Gazeta Official do Estado de Mato-Grosso* de 15-10-1898, ano IX, n.º 1352, p. 03.



de 1890, constatou que, entre os 15 tenentes havia sete negros (cinco pardos e dois pretos)<sup>227</sup>.

**Na área da Segurança Pública – Companhia de Polícia** constatou-se o exercício de pardos nas funções de Delegado<sup>228</sup>, Subdelegado de Polícia<sup>229</sup> e, ainda, na função de Secretário interino da Secretaria de Polícia de Cuiabá. Nesse sentido, conforme já aludimos acima, de acordo com o Relatório de Presidente de Província, de 1874, o pardo Antonio Catelina Pereira da Silva<sup>230</sup> havia atuado na Secretaria de Polícia de Cuiabá na função de secretário interino, no ano de 1873. Na ocasião, o secretário interino, havia assinado o “Mapa demonstrativo de crimes e factos e accidentes notáveis da Provincia de Matto Grosso”, ocorridos durante o ano de 1873. Assim, o mapa foi datado de 25 de abril de 1874. Como também realizou um levantamento e produziu outro quadro que denominou de “Mappa demonstrativo dos crimes cometidos na Provincia de Matto Grosso entre os anos de 1851 a 1874”, assim, como o primeiro, este mapa apresentava dados quantitativos. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1874, p. 61)

**No Executivo – Secretaria de Governo**, observou-se a atuação de Eugenio da Silva Claro como 2º escriturário na Delegacia Fiscal do Thesouro Federal e da Thesouraria da Fazenda de Mato Grosso<sup>231</sup>. A esse respeito, publicou-se a coluna “Gazetilha” em *O Matto-Grosso*, de 16 de fevereiro de 1890, Celestino Vieira Nery havia sido nomeado para ocupar o cargo de Oficial da 1ª Secção da Secretaria de Governo<sup>232</sup>, Escripturnario da Thesouraria da Fazenda.<sup>233</sup>

Assinala-se que os cargos listados nas áreas acima foram caracterizados no Recenseamento de 1890 como empregados públicos e descobrir suas nomenclaturas locais/sede onde os sujeitos desempenhavam suas funções só foi possível através da exploração das notícias, dos atos, dos ofícios e outros, os quais eram expedidos pela “Parte

<sup>227</sup> Ver ANEXO – XXVII Composição do Exército em Mato Grosso conforme “raça” na Freguesia da Sé, segundo o Recenseamento de 1890.

<sup>228</sup> Comandante Capitão Reformado Claudino José dos Santos, conforme *O Matto-Grosso* de 19-01-1890, ano XII, nº 575, p. 02. Conforme *O Matto-Grosso* de 19-01-1890, ano XII, nº 575, p. 02, o Capitão Claudino José dos Santos Ferreira havia sido nomeado para ocupar o cargo de delegado de polícia do termo da Capital (cidade de Cuiabá).

<sup>229</sup> Idem, Ibidem, o Tenente Pedro Fernandes Povoas para ocupar o cargo de subdelegado na mesma cidade. Conforme jornal *A Província de Matto-Grosso* (03-04-1881, ano III, edição 118, p.1), **João Sant'Iago Arinos** fora nomeado 1º Suplente do Subdelegado da Freguesia da Sé (por actos do dia 25.03.1881). Ainda de acordo com *O Liberal* (14-03-1878, ano III, nº 341, p. 1), Tiburcio dos Santos Leque foi nomeado como suplente de delegado de policia. *A Província de Matto-Grosso* de 03-04-1881, ano III, nº 118, p.1.

<sup>230</sup> Conforme o Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Matto Grosso pelo Presidente da Provincia, General Dr. José de Miranda da Silva Reis, em 03 de maio de 1874. Disponível em: [www.crl.edu/pt-br/brazil](http://www.crl.edu/pt-br/brazil). Acesso em 08 de out. de 2016.

<sup>231</sup> De acordo com *A Provincia de Mato-Grosso* de 7-08-1887, ano IX, nº 448, p. 04.

<sup>232</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 16-02-1890, ano XII, nº 578, p.02.

<sup>233</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 02-02-1890, ano XII, nº 577, p. 04.

Oficial”, nos “actos do poder executivo” do governo provincial, de suas secretarias, publicados, na maioria das vezes, na coluna “Gazetilha” de diversos periódicos. Assinala-se que essas informações eram veiculadas nos periódicos de época que circularam durante os Oitocentos, na Província de Mato Grosso.

Em relação à vida privada, apontaremos alguns destaques que informam as relações estabelecidas por homens e mulheres negras, como a parda Maria Augusta da Costa Garcia a concorrer a editais para oferecer comida aos presos pobres da cadeia de Cuiabá, os vendedores de água ardente à miúdo, os proprietários de casas de negócios, e outros que tinham seus préstimos contratados por particulares, serviços do governo provincial e também pela Igreja Católica, na cidade de Cuiabá.

Na prestação de serviço para a Província de Mato Grosso<sup>234</sup>, observou-se um número razoável de pretos e pardos como credores de serviços que haviam prestado, entre os anos de 1878 e 1879<sup>235</sup>. Nesse sentido, podemos imaginar de que maneiras as relações foram estabelecidas para que fossem efetivados os contratos com as diversas pessoas que eram credoras da referida Província, naquele período. A esse respeito, uma “Ordem do Ministério da Fazenda”, denominada de “nº 38 de 30 de agosto de 1879”, notificava pintores, carpinteiros, serralheiros, fundidor, torneiro, taverneiros, marceneiros, correeiro, sapateiros, músico, ajustes, Alferes e empregados públicos. Muitos dos notificados prestaram serviço na fábrica de pólvora, na oficina de pintores no Arsenal da Guerra, como mestres em diversas oficinas, como a de sapateiros e seleiros e correeiros; latoeiros e funileiros; torneiros e tanoeiros, pedreiros etc.

Vale destacar que o grupo de credores não era composto somente por livres, havia, também, a utilização da mão de obra escravizada, como é o caso de Tobias, escravo de Pedro Mauá, recebendo a quantia de 33\$000.

Conforme as informações, os valores dos serviços variavam de 7\$830 reis, pagos a um pintor/operário, a 311\$290, pagos a um empregado público.

Onze edições de um periódico notificaram homens e mulheres que deveriam pagar tributos denominados de “Imposto da décima Urbana”, em agosto de 1879. A cobrança dos mesmos incidia sobre quartos alugados e prédios próprios dos notificados. A esse respeito,

---

<sup>234</sup> Conforme *A Província de Matto Grosso* de 12-10-1879, ano I, nº 41, p. 03-04.

<sup>235</sup> Ver ANEXO – XLIII - “EDITAES” - Credores de Dividas do exercício de 1878-1879, conforme Ordem do Ministério da Fazenda nº 38, de 30 de agosto último (1879) – *A Província de Matto Grosso*, 19 de Outubro de 1879.

assinala-se que, através dos anúncios<sup>236</sup> veiculados nas diversas edições de *A Província de Matto-Grosso*, informava-se que a 1ª Recebedoria da Capital, por meio do seu “Collector”, Firmo Rodrigues Ramos, fazia-se constar para “conhecimento dos interessados, as alterações infra escriptas, resultantes do lançamento geral dos prédios desta cidade, procedido no corrente mez, para vigorar no exercício de 1879 á 1880.” (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1879, p. 04) De acordo com os anúncios sobre os proprietários dos estabelecimentos comerciais e das residências da cidade de Cuiabá, observou-se a presença significativa de uma parcela constituída por mulheres e homens de raça parda e preta, que possuíam diversos “negócios”, na referida cidade. Estes e estas atuavam em tabernas, carpintarias, funilarias, barbearias, sapatarias, lavanderias, proprietários de casas de aluguel e outros. Segundo o comunicado, “os comerciantes” deveriam pagar os impostos correspondentes ao exercício de 1879 a 1880. O Coletor advertia também que os devedores possuíam 30 dias para reclamar, e o prazo começava a contar a partir da data da publicação do referido anúncio.

Destaca-se que os valores dos impostos a serem pagos variavam conforme a quantidade de imóveis que os proprietários possuíam, como: casas e quartos alugados, por transmissão de herança e ainda por ampliação de um edifício. Os valores pagos por estes cidadãos e cidadãs, na “Decima Urbana”, no ano de 1879, variavam entre 4\$320 e 32\$400.

Para além dos impostos, observou-se também a presença de pretos e pardos atuando nas relações comerciais de pequeno, médio e grande porte. No comercio de pequeno porte, pode-se observar a presença de mulheres atuando no que poderíamos chamar nos dias atuais, de empreendedora e/ou autônoma. Assim sendo, um dos casos encontrados foi vivenciado por Maria Augusta da Costa Garcia, que vendia comida para os presos pobres da cadeia pública de Cuiabá<sup>237</sup>. Maria Augusta da Costa Garcia teve sua profissão registrada, no Recenseamento de 1890, como “agencia”, assim compreende-se que este termo pode ter como sinônimo o que conhecemos hoje por “autônomo/autônoma”. Como referimos acima, talvez a referida senhora fosse também uma empreendedora, haja vista ter sido encontrada também concorrendo a um edital para oferecer iluminação para a cidade de Cuiabá. A esse respeito,

---

<sup>236</sup> Conforme o jornal *A Província de Matto-Grosso* de 03-08-1879, ano I, n. 31; 10-08-1879, ano I, n.32; 28-08-1879, ano I, n. 34; 31-08-1879, ano I, n.35; 07-09-1879, ano I, n. 36; 04-14-09-1879, ano I, n.37; 21-09-1879, ano I, n. 38; 28-09-1879, ano I, n. 39, p. 04; 05-10-1879, ano I, n. 40, p.04; 12-10-1879, ano I, n. 41, p.04; 11-01-1880, ano II, n. 54, p. 04 e o Recenseamento de 1890.

<sup>237</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* de 27-02-1881, ano III, n.º113, p. 1 e *O Matto-Grosso* de 13-02-1881, Ano III, n.º 111, p.1.

conforme explicitado no jornal<sup>238</sup>, Maria Augusta da Costa Garcia havia perdido a concorrência pelo motivo da proposta de seu opositor “ser mais vantajosa a fazenda do Estado segundo informações da inspetoria.” (O MATTO-GROSSO, 1890, p.01)

Observou-se ainda, o caso da parda Emilia Andreza Porcina, que vivia dos aluguéis de suas casas no ano de 1879. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1879, p. 03) Ainda a respeito do comércio de pequeno porte, conforme *A Província de Matto-Grosso*<sup>239</sup>, funcionavam algumas “casas de comércio” de aguardente “a miúdo”, e os “donos” deveriam “satisfazer os cofres públicos” com o pagamento dos impostos sobre esta atividade, no exercício de 1879-1880. Conforme consta no anúncio, “as casas de comércio” que se dedicavam a esta atividade estavam distribuídas por 15 (quinze) ruas da cidade de Cuiabá, incluindo duas praças - Praça do Bispo D. José e Praça da Guarda Nacional (antigo Largo do Chafariz do Rosario). (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1879, p. 03)

Em relação ao comércio de grande porte, encontramos, também, dirigindo uma casa de negócios de fazendas<sup>240</sup>, os proprietários Joaquim Henrique dos Santos Viena e “Sr. Balbino Alves Ferreira”. Conforme o jornal *A Província de Matto-Grosso*, eles eram sócios da metade dos lucros do referido empreendimento. Também observou-se que pretos e pardos empreendiam na aquisição de terrenos, conforme petição de Agostinho da Silva Cuyabano. O Recenseamento de 1890 (p. 122) informou que o referido era de raça preta, de profissão negociante, com idade de 58 anos e viúvo. Conforme *A Província de Matto-Grosso* (06-03-1881, ano III, n.º 114), Agostinho da Silva havia proposto, através de uma petição, a compra da “Travessa das Larangeiras”, nesse sentido, seu documento foi endereçado à Câmara Municipal e lido na 1ª Sessão Ordinária do dia 17 de janeiro de 1881. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1881, p. 04)

A esse respeito, uma edição de *A Província de Matto Grosso* (19-10-1879, ano I, n.º 42, p. 03-04.) trouxe uma série de profissões que eram exercidas pela população cuiabana, bem como os locais onde eram executadas. Desse modo, assinala-se que muitos dos nomes e das profissões foram corroborados pelo Recenseamento de 1890, no ato da realização do cruzamento de dados. Assim, esse conjunto de informações auxiliou na construção de um olhar sobre uma densa mobilidade de pretos e pardos, na cidade de Cuiabá, como se poderá perceber adiante.

<sup>238</sup> *Matto-Grosso* de 05-01-1890, ano XII, n.º 573, p. 01.

<sup>239</sup> *A Província de Matto-Grosso* de 31-08-1879, ano I, n.º35, p.3-4 e 22-01-1882, ano IV, n.º 160, p. 03.

<sup>240</sup> *A Província de Matto-Grosso* de 06-02-1881, ano III, n.º 110, p. 4.

### 3.3 Rede de sociabilidade

A seguir, trazemos à luz algumas passagens ocorridas na cidade de Cuiabá, nos Oitocentos, e que auxiliam na compreensão das relações de pretos e pardos, na sociedade em questão, no que concerne à constituição de uma rede de sociabilidade. Duas passagens podem ilustrar como as relações poderiam ir além das questões formais, a morte do Barão do Aguapehy e de D. Izabel Lisboa Moreno.

No primeiro caso, percebeu-se que o pardo Thomé Ribeiro de Siqueira considerava-se amigo do Barão e afirmava, também, que militava como soldado nas fileiras do Partido Liberal. No segundo caso, notou-se uma rede de sociabilidade maior, que revela a solidariedade do Presidente da Província de Mato Grosso e sua Senhora, dos amigos pertencentes ao grupo de trabalho e até mesmo dos médicos, que se responsabilizaram pelos cuidados da saúde de D. Izabel Lisboa Moreno, bem como dos vizinhos do Capitão Manoel da Cunha Moreno.

Iniciamos a digressão apresentando o segundo caso, em que se pode observar uma rede de sociabilidade estabelecida, no entorno da família do Capitão Cunha Moreno, e que pode ser ilustrada com o texto denominado “Memória” apresentado a seguir:

#### Memória<sup>241</sup>

D. Izabel Lisboa Moreno, nasceu a 15 de Novembro de 1850, casou-se á 11 de junho de 1879, com o Alferes Manoel da Cunha Moreno, teve seu consorcio 7 filhos, fallecido o primeiro poucas horas de nascido, falleceu as duas e meia horas da madrugada do dia 10 do corrente, deixando 6 filhos na Orphandade, inclusive dous recém nascidos. D. Izabel era filha legitima do finado Marcelino Rodrigues Lisboa e D. Rosa Roiz de Siqueira, foi sempre muito obediente a seus pais, era muito bem prendada, esposa extremoza e virtuozza e mãe excessivamente carinhoza. O seu passamento foi proveniente da alteração que soffreu em sua saúde durante o período de gravidez, ficando depois do parto soffrendo de *anemia* [grifo no original], conforme o facultativo declarou. O seu enterramento teve lugar ás cinco h. da tarde do mesmo dia no Cemitério da Piedade, sahio seu féretro da casa materna, acompanhada por grande numero de pessoas gradas d’esta cidade até seu jazigo. A finada que não teve a dita (sorte) de acabar de criar os seus innocentes filhinhos, também foi desditoza, por não poder dizer o ultimo a Deos ao seu inconsolavel espozoo o qual seguio d’esta Capital dia 3 para a Colonia Izabel que dirige, deixando-a com 12 dias de regimento de parto sem novidade. – A terra lhe seja leve -. Cuyabá, 19 de Dezembro de 1887.

Sobre as redes de sociabilidade, Borges (2014), ao estudar questões relevantes sobre a carreira do magistério na Corte, evidencia que, em muitos casos, professores e pais assumiam funções nas freguesias que fortaleciam as redes de sociabilidade. Em Mato Grosso, destaca-se que as questões voltadas para a política (a intensa participação no processo eleitoral),

<sup>241</sup> Ver *A Província de Matto-Grosso* de 25-12-1887, ano IX, nº 469, p.04.

educação e segurança pública colocavam-nos nas dinâmicas da interdependência. No caso do Capitão Manoel da Cunha Moreno, observou-se que suas relações fortaleciam a ideia de uma rede de sociabilidade, pois, no momento do passamento de sua esposa, pode contar com solidariedade de diversas pessoas que exerciam várias funções na cidade de Cuiabá, desde o presidente da Província, profissionais do exercito, médicos, proprietário de lojas, autônomos e, ainda, os seus vizinhos.

Esse caso evidencia, a intensidade com que as relações estabelecidas entre brancos, pretos e pardos operavam em Cuiabá, quando se tratava daqueles que tinham algum tipo de vínculo, como se destacou no caso em tela. Nesse sentido, o agradecimento feito pelo Capitão Manoel da Cunha Moreno:

Exmo. Sr, Coronel Francisco Raphael de Mello Rego<sup>242</sup>, Presidente da Provincia e a sua “sua Exma. Virtuosa esposa” pelos “cuidados que prodigalizarão ás suas innocentes filhinhas recém nascidas, que mandando contratar amas a suas custas para amamental-as, já finalmente, mandando prover todos os meios de subsistência a ellas necessários. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1887, p.04)

Ao referir-se ao casal desta maneira, o Capitão Cunha Moreno oferece-nos a possibilidade de compreender que as relações estabelecidas entre estas famílias (a sua e a do Presidente da Província) tratava-se de “relações de intimidade cotidiana”, solidariedade e/ou certa proximidade.

Relações de Solidariedade puderam ser observadas quando Manoel Cunha Moreno endereçou seus agradecimentos aos companheiros que militavam nas frentes do Exercito:

Ilmos, Srs. Coronel Antonio José da Costa<sup>243</sup>, capitães Antonio Augusto Nogueira de Bouman<sup>244</sup>, Norberto José de Souza, Carlos (de) Miranda dos Santos<sup>245</sup>, tenente Luiz Teles da Cunha Santos<sup>246</sup>, Alferes Luiz Zeferino Moreira<sup>247</sup> e Manoel Evangelista e o Sr. 2º cadete Alfredo Hardman<sup>248</sup>, pela deferência que dispensarão-lhe acompanhando expontaneamente o cadaver de sua finada espoza até o seu jazigo, dando estes distintos officiaes com tão louvável procedimento mais uma prova de companheirismo. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1887, p. 04)

Há ainda os médicos Dr. Antonio França Lobo e Dr. Dormevil José dos Santos

<sup>242</sup> Conforme Siqueira (1997), Francisco Rafael de Melo Rego dirigiu a Província de Mato Grosso, de novembro de 1887 a fevereiro de 1889. (p. 83)

<sup>243</sup> Antonio José da Costa (64 anos, solteiro, sabia ler, raça **branca**), conforme o Recenseamento de 1890, era General do Exercito. (p. 237)

<sup>244</sup> De acordo o Recenseamento de 1890 (p. 22), tinha 51 anos, casado, sabia ler, e de raça **branca**.

<sup>245</sup> Idem, 40 anos, **pardo**, casado, sabia ler, Capitão do Exercito. (p. 241)

<sup>246</sup> Idem (p. 24), 56 anos, branco, casado, Capitão do Exercito.

<sup>247</sup> Idem. (p. 115), tinha 39 anos, oficial do exercito, casado, sabia ler, de raça **branca**.

<sup>248</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 165), 28 anos, agencia, **branco**, casado e sabia ler.

Malhado, o primeiro havia acompanhado “a enfermidade desde a gravidez da finada e mesmo depois de seu parto, acudindo aos chamados com presteza de boa vontade applicando os remédios que julgava efficases, agradece summamente a esse impagável favor” (Idem, *ibidem*). O segundo havia, com prontidão, comparecido à casa de Manoel Cunha Moreno, “as três horas da madrugada do dia 10 do corrente, a chamado de um amigo do mesmo abaixo assignado.” (p. 04)

De igual modo, agradeceu também:

Aos seus dedicados amigos os Ilmos, Srs. Major Francisco Gonçalves de Queiroz, Capitão Geographo de Castro e Silva<sup>249</sup>, tenente Joaquim Claudionor de Siqueira<sup>250</sup>, Constantino Roiz Lisboa e Salvador Roiz<sup>251</sup> da Silva; o seu eterno reconhecimento pelos valiosíssimos serviços que prestarão, sendo incansáveis em promover tudo quanto foi necessário para o internamento da finada, o que nada deixarão a desejar. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1887, p. 04)

Sobre este ultimo grupo, deduz-se que seus integrantes foram responsáveis por acompanhar Dona<sup>252</sup> Izabel da Cunha Moreno, no pós-parto, devido a ausência do marido, sendo estes incansáveis em promover tudo quanto foi necessário para o internamento da finada. Essa assertiva pode ser constatada no texto “Memória”, de Izabel da Cunha Moreno, que ressaltava que esta não tivera a sorte de criar “os seus innocentes filhinhos” também “foi desditoza, por não poder dizer o ultimo a Deos ao seu inconsolavel espozoz o qual seguio d’esta Capital dia 3 para a Colonia Izabel que dirige, deixando-a com 12 dias de regimento de parto sem novidade.” (Idem, *Ibidem*)

Retomamos, então, o primeiro caso. A esse respeito, a passagem ocorrida com Thomé Ribeiro de Siqueira também orienta certa rede de sociabilidade, no sentido de evidenciar certo trânsito na sociedade cuiabana e/ou como defendeu Sena (2006), “uma certa permeabilidade nas elites.” (p. 280)

<sup>249</sup> 49 anos, casado, sabia ler de raça **branca**. (RESENCEAMENTO DE 1890, p. 165)

<sup>250</sup> Joaquim Claudionor (54 anos, proprietário, casado, sabia ler), provavelmente, proprietário do comércio, na cidade de Cuiabá, naquela ocasião.

<sup>251</sup> Salvador Rodrigues da Silva (**pardo**, 59 anos, agencia, sabia ler), casado com Ursula Rodrigues da Silva (**branca**, 60 anos), residiam na Praça do Conde de (?), na morada de numero 150, tinham como vizinhos Catharina Rodrigues Lisboa, na residência de nº 147, na de nº 147, viviam Roza Rodrigues de Lisboa (50 anos, agencia, parda, sabia ler), Francisca Feliciano de Lisboa (28 anos, agencia, parda, sabia ler), Luiz Agripino Lisbôa (5 anos, pardo), conforme o Recenseamento de 1890. Provavelmente Roza e Francisca pudessem ser irmãs de Izabel Lisboa Moreno e residiam próximas a Salvador Rodrigues da Silva, advindo daí a prestimosidade citada no agradecimento do Capitão Cunha Moreno. Conforme Siqueira (2015), em conversa informal, naquela ocasião muitos abreviam os sobrenomes, como no caso de Rodrigues e/ou Rodriguez tornar-se “Roiz”, logo, salienta-se a possibilidade de que Salvador Rodrigues da Silva possa ser o mesmo Salvador Roiz da Silva, citado no discurso do Capitão Manoel da Cunha Moreno.

<sup>252</sup> Mattos (1998, p.96) destaca que em oposição à ‘viver de’ e/ou algumas qualificações profissionais que designavam certo status social no final do século XIX, alguns títulos honoríficos legais ou informais tais como: comendador, patentes da Guarda Nacional, ‘**dona**’ desconstruía a igualdade que o ‘viver de’ dava as pessoas.

Nascido, provavelmente, em Cuiabá, no ano de 1854, Thomé Ribeiro de Siqueira assumiu a função de “escriptorario da thesouraria provincial”, após prestar exames para o cargo em que foi nomeado, no mês de setembro de 1877 (a edição do jornal e de 30 de setembro, portanto não se sabe ao certo a data da nomeação do referido para o cargo). Além de empregado público, notou-se também que Thomé Ribeiro de Siqueira escrevia para jornais. As publicações em *O Porvir* (28-06-1877, ano I, nº 01, p. 02), revelaram essa função ao expor sua participação escrevendo para a coluna denominada “Collaboração” um texto sobre instrução publica. Em *O Povo* (29-05-1879, ano I, nº 16, p. 04), declarava, através de uma nota, que não escreveria mais para jornais, “salvo, porem, casos que lhe fosse confiada uma redação.” (p. 02) Militou no Partido Liberal conforme o texto publicado também em *O Povo* (31-01-1879, ano I, nº 04, p. 04).

Os dados reunidos acima auxiliam na compreensão de certo trânsito a partir das experiências cotidianas de Thomé Ribeiro dentro dos espaços sociais na Cuiabá do século XIX. Primeiro, observou-se assunção de um cargo publico através de um “concurso/exame”; depois as suas experiências com a escrita para jornais, e, por último, a participação em um partido político. Salienta-se que a militância no Partido Liberal pode revelar a existência de uma rede de sociabilidade, já que ali deduz-se que houvesse uma aglutinação maior de pessoas, fazendo-os ombrear nas discussões concernentes aos encaminhamentos dados pelo partido. Nesse sentido, é o próprio Thomé Ribeiro de Siqueira quem coloca-nos a par dessa situação, na ocasião da morte do Barão de Aguapehy, ao intitular-se “amigo do finado e soldado do partido”.

Thomé Ribeiro escreveu um tributo em homenagem ao líder do Partido Liberal, em janeiro de 1879. Desse modo, fez referencia ao Barão, no sentido de enaltecê-lo como pessoa afável, argumentando que “A delicadeza e maneiras attenciosas com que se designava de receber a todos, captavão o mais pronunciado affecto de quantos o cercavão”, e demonstrando ter proximidade com o Barão de Aguapehy, assinalava que ninguém que houvesse relacionado com o ilustre finado “jamais deixou de apreciar a bondade do seu coração e a nobresa do seu character” e concluiu, como “Amigo do finado e soldado do partido, de que elle era distincto chefe, venho também pagar-lhe meu tributo de gratidão e amizade.” (*O Povo*, 1879, p. 04 )

Nesse sentido, pode-se assegurar que Thomé Ribeiro de Siqueira era atuante na vida política, naquela ocasião, pois além de comprovar renda legal em 1878<sup>253</sup>, na qualificação dos

---

<sup>253</sup> *O Liberal* de 25-07-1878, ano VII, n.º 361, p. 03-04.



votantes realizado naquele ano, também havia engrossado a fileira dos que aderiram à criação do Partido Republicano no ano de 1890, conforme *O Mato Grosso*. (05-08-1890, ano XII, n.º 600, p.1)

Outro caso que pode ser inserido na questão de redes de sociabilidade, é o episódio vivenciado pelo professor Agostinho Lopes de Souza. Tratamos com maior profundidade sobre esse caso no capítulo final deste trabalho. Tanto o Capitão Manoel da Cunha Moreno quanto o professor Agostinho Lopes de Souza<sup>254</sup>, conforme o Recenseamento de 1890, pertencentes à “raça preta”, tornaram-se centro das atenções, arregimentando a solidariedade de um grupo de pessoas que estiveram ligadas as suas vidas profissional e/ou pessoal. Gondra e Schueler (2008) tratam das redes de sociabilidade formais e informais como reflexo para a escolarização da população na Corte. A esse respeito, salienta-se que os casos ocorridos em Cuiabá estão mais propensos a indicar que as redes de sociabilidade estabelecidas aqui (em Cuiabá) enfatizam a solidariedade baseada nas relações familiares, sociais e de poder, e diferem do que estes autores chamaram de “espaços de sociabilidade informal” (p. 64). Em Cuiabá, as formalidades podem ser encontradas nas atas da criação dos partidos, nas descrições das festas de comemoração, das agremiações partidárias, dos casamentos, que muitas vezes ocorriam nas casas de pardos, em que os cônjuges não necessariamente pertencessem ao mesmo grupo étnico.

Igualmente, as redes de sociabilidade formais, na cidade de Cuiabá, ficaram evidentes nos papéis desempenhados nas Associações abolicionistas que congregavam também a participação de pardos, bem como sociedades da arte, como se expôs no primeiro capítulo, a respeito da Sociedade Amor à Arte e outras.

Também é possível deduzir a existência de certa formalidade dentro das relações estabelecidas na Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, onde havia redes de sociabilidade, dado o trânsito vivenciado pelos componentes desta “instituição” para a eleição da equipe constituída pelos “Provedor e Provedora”, “tesoureiro, secretario e procuradores”, bem como “irmãos e irmãs de mesas”, com atividades a serem realizadas durante o ano de 1879 a 1880, conforme consta em *O Povo* (17-08-1879, ano I, n.º 23, p. 04). Essa assertiva está em destaque no quadro a seguir, em que se apresenta o resultado da eleição para a gestão do período referenciado (1879-1880) para a Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte:

**Quadro 43 - Eleição de Provedor, Provedora e Irmãos de Meza, que hão de servir a Nossa Senhora da Boa Morte, no corrente anno de 1879 a 1880.**

---

<sup>254</sup> Ver *A Província de Matto grosso* de 12-08-1888, ano X, n.º 502, p. 04 e 19-08-1888, ano X, n.º 503, p. 04.

Dados do Jornal <i>O Povo</i> (17-08-1879, ano I, nº 23, p. 04)			Dados do Recenseamento de 1890			
Cargo	Nº	Nome	Idade	Raça	Profissão	S/Ler
<b>Provedor</b>	01	Benedicto José da Silva França	-	-	-	-
<b>Provedora</b>	02	D. Anna, mulher do Tenente Antonio José Zeferino Amarante	-	-	-	-
<b>Tesoureiro</b>	03	Floriano de Souza Brandão	-	-	-	-
<b>Secretario</b>	04	Francisco de Assiz Pereira	34	Parda	Agencia	Sim
<b>Procuradores</b>	05	José da Cruz Ferreira	40	Parda	Taverneiro	Não
	06	Antonio João Teixeira	-	-	-	-
<b>Irmãos de Meza os Srs.</b>	07	Paschoal Ordano	74	Branca	Agencia	Sim
	08	Capitão Antonio Moreira Serra	-	-	-	-
	09	Capitão Mathias Pereira Fortes	70	Parda	Capitão	Sim
	10	Faustino Correa da Costa	57	Parda	Proprietário	Sim
	11	Tenente Ignácio de Loyola Baptista	-	-	-	-
	12	Tem. Cor. Antonio Romualdo da Silva Pereira	-	-	-	-
	13	Major Floriano do Prado	-	-	-	-
	14	Ignácio de Araujo Brito	-	-	-	-
	15	Joaquim Henrique dos Santos Vianna	46	Parda	Negociante	Sim
	16	João Manoel de Andrade Silva	59	Branca	Taverneiro	Sim
<b>Irmãs de Meza Exmas.; Sras. Das.</b>	17	Manoel Pereira Mendes	38	Branca	Empregado Publico	Sim
	18	Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins	38	Branca	Empregado Publico	Sim
	19	Joaquina <sup>255</sup>	-	-	-	-
	20	Euphrozina <sup>256</sup>	-	-	-	-
	21	Alexandrina Pereira Carstens <sup>257</sup>	39	Parda	-	Sim
	22	Anna <sup>258</sup>	-	-	-	-
	23	Mauricia <sup>259</sup>	-	-	-	-
	24	Maria Joaquina Alves Pereira <sup>260</sup>	39	Parda	-	Sim
	25	Maria <sup>261</sup>	-	-	-	-
	26	Felicia <sup>262</sup>	-	-	-	-
27	Eugenia Maria de Souza <sup>263</sup>	42	Branca	-	Sim	
28	Vicencia Rosa da Cocm <sup>264</sup>	34	Parda	-	Sim	
29	Cesaria de Miranda Burgos <sup>265</sup>	53	Parda	-	Sim	
30	Carlota <sup>266</sup>	-	-	-	-	

**Fontes:** O Povo (17-08-1879, ano I, nº 23, p. 04) e Recenseamento de 1890.

Nesse sentido, pode se aventar aqui que estas relações implicavam em pardos e

<sup>255</sup> Mulher de Zacharias Fernandes Queiroz. Assinala-se que para todas as mulheres aparece a indicação de com quem era casada.

<sup>256</sup> Mulher de Joaquim Ferreira da Cunha Barbosa

<sup>257</sup> Mulher de João Augusto Carstens. De acordo com o Recenseamento de 1890 (p. 180), tinha 68 anos, de raça **branca**, oleiro, de origem **alemã**, **luterano**, sabia ler.

<sup>258</sup> Mulher de Albano da Silva Freire.

<sup>259</sup> Mulher de Antônio José Pinto de Figueredo.

<sup>260</sup> Mulher de Jesuino Alves Pereira. Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 209), Jesuino Alves Pereira tinha 53 anos, de raça **parda**, ferreiro, sabia ler.

<sup>261</sup> Mulher de José Leite Martins.

<sup>262</sup> Viúva do Major José Delfino de Almeida.

<sup>263</sup> Conforme Recenseamento de 1890, era Viúva. No anúncio foi a única a ter o nome completo na lista, as demais constavam com “mulher de fulano de tal”

<sup>264</sup> Mulher de João Gonçalves da Cruz. De acordo com o Recenseamento de 1890 (p. 284), tinha 41 anos, de raça **parda**, ferreiro, sabia ler.

<sup>265</sup> Mulher do João Fernandes Burgos.

<sup>266</sup> Viúva do Major Generoso Moraes de Camará.

brancos ombrearem no estabelecimento de relações, nesta irmandade, que viessem convergir na discussão/reflexão/diálogo do/no processo para eleição dos cargos, na realização do pleito, e logo, após a constituição do grupo, as formas que tomariam para a execução das atividades, refletindo sobre as necessidades que implicariam na realização destas, durante os 12 meses para o qual haviam sido eleitos e eleitas. Outra questão que pode ser levantada é a de classe, pois há neste grupo pessoas provenientes de diversos espaços sociais, como autônomos (agencia), funcionários públicos, proprietários do grande comércio (negociante) e de pequeno comércio (taverneiro).

Outros casos podem ser evidenciados ainda, como a participação do pardo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, que “prestou prontamente e gratuitamente” serviços à Santa Casa de Misericórdia<sup>267</sup>, a pedido do presidente da Província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em agosto de 1865, por ocasião da saída do Dr. Francisco Antonio de Azeredo “em serviço para a fronteira” por causa da guerra com o Paraguai. Como consta também conforme *A Província de Matto Grosso* (31-08-1879, ano I, nº 35, p.4) que, reunida na casa do Desembargador Firmo José de Matos, a comissão composta por Barão de Diamantino, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, Tenentes-coronéis Galvão e Souza Neves e Capitão Ramiro de Carvalho, com a finalidade de promoverem a organização da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia** de Cuiabá, conforme o compromisso já existente e aprovado pela lei provincial n. 14, de 6 de Dezembro de 1872.

Há, ainda, a atuação do médico como redator jornalístico, conforme descreveu *A Província de Matto-Grosso* (03-04-1881, ano III, nº 118, p.2), em que “Dr. Malhado” assumiu a redação de “O Liberal”, após o Sr. Dr. Fleury tê-la deixado. Sobre as redes de sociabilidades estabelecidas por Dormevil José dos Santos Malhado, ainda pode-se verificar a sua atuação nos cargos de Inspector paroquial da Freguesia da Sé e de Diretor geral de Instrução Pública.

Nessa perspectiva, e a partir do exposto, se podemos falar em *redes de sociabilidade* é francamente possível falar de *mobilidade*. A esse respeito, os inúmeros exemplos de escolarização, atividades políticas, e outros já trazidos na construção deste trabalho, podem atestar uma intensa mobilidade de pretos e pardos, nos Oitocentos, na cidade de Cuiabá bem como em Mato Grosso.

Chamo de *mobilidade*<sup>268</sup> a presença e participação de pretos e pardos nos espaços

<sup>267</sup> Conforme Relatório do Presidente de Província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em agosto de 1865. (p. 84)

<sup>268</sup> Conforme BUENO (2000), Mobilidade, s.f. Qualidade ou propriedade do que é móvel ou do que obedece às

sociais, econômicos e políticos na sociedade cuiabana, nos Oitocentos, e nomeei de *densa mobilidade* a grande quantidade de pessoas desses dois componentes raciais participantes ou influentes nestes espaços, na referida cidade. Desse modo, assim foi se construindo os delineamentos da cidade de Cuiabá no que se refere à localização desses sujeitos nas dinâmicas estabelecidas no cotidiano destes. Dinâmicas que possibilitaram observar que a mobilidade na capital da província se dava desde o vendedor de “água ardente a miúdo”, os taverneiros, pintores, caixeiros, carpinteiros, negociantes, agencias, professores, políticos, e outros.

A exemplo de materializar o cenário do que chamamos de *mobilidade* que aqui inscrevemos, pode-se ilustrá-lo à guisa das informações presentes no jornal *A Província de Mato Grosso*, de 19 de outubro de 1879<sup>269</sup>. Nesse sentido, este jornal trouxe uma relação de nomes de pessoas que foram qualificadas como credoras de dívidas da Contadoria da Thesouraria de Fazenda de Matto Grosso, correspondente ao exercício de 1878-1879. Tal lista também enfatizava os diversos tipos de trabalhos prestados por trabalhadores livres, sendo eles, conforme o Recenseamento de 1890, caracterizados como brancos, pretos e pardos. E ainda havia os que eram desempenhados por escravizados.

A esse contingente de trabalhadores livres e/ou escravizados foram atribuídas funções como: operários no Arsenal de Guerra, aprendiz no mesmo local, empregados e operários da Fábrica de Pólvoras, nas funções de encarregado, mestre, e serventes. Havia outros trabalhadores que eram credores por atividades desempenhadas com “forragens, ferragens gasta com animaes da nação em serviço” e ainda da fábrica de pólvora do Coxipó. Trabalhadores das oficinas de pintores, nas funções de mestre, operários e aprendiz; nas oficinas de latoreiros, funileiros, ferreiros, nas funções de mestre, mandador, operário e aprendiz; nas oficinas de construção de reparos, “obras brancas” (sic) e secção de torneiros e tanoeiros, nas funções de mestre, mandador, operários e aprendizes; nas oficinas de correeiros, seleiros e secção de sapateiros, nas funções de mestre, mandador, operário e aprendiz; na oficina de pedreiro, nas funções de operários e serventes. Serventes do serviço geral. Patrão e Sota-patrão<sup>270</sup>. Servente braçal do almoxerifado. Operários e serventes (escravos)<sup>271</sup> (sic).

---

leis do movimento; (fig.) inconstância, volubilidade. (p.417)

<sup>269</sup> Conforme *A Província de Matto Grosso* de 19-10-1879, ano I, nº 42, p. 03-04.

<sup>270</sup> Conforme informação disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/sota-patr%C3%A3o>. Acesso em 10 de janeiro de 2016. Patrão e Sota-patrão correspondem a aquele que assume o lugar do patrão em um barco. A profissão está relacionada a atividades fluviais.

<sup>271</sup> Presume-se que estes escravizados que exerciam a função de serventes podem ser incluídos na categoria de

Outro fato que pode ajudar na compreensão de uma “mobilidade” é a reforma da Catedral de Cuiabá<sup>272</sup>, que arregimentou carpinteiros para a construção do assoalho e de dois compartimentos da sacristia da Igreja do Senhor do Bonfim e, ainda, “Pela construção de quatorze bancos, duas estantes, “dous” estrados, e alguns outros serviços de carpinteiro”; ferreiros para a execução de obras nas janelas e portas da igreja. Pintores que se responsabilizaram pelas pinturas no interior da igreja e da encarnação da imagem São Miguel. Armadores e marceneiros para a construção de três bancos de cedro e outros. A esse respeito, a mobilidade, neste caso, reside no fato de deduzir que, para a efetivação dos trabalhos da reforma da referida igreja, provavelmente, estes profissionais ofereceram seus préstimos e ou/ou eram devotos assíduos, participando das discussões da organização das atividades responsáveis por reformar a catedral.

As passagens expressas no discurso do “cidadão” José Maria Velasco publicado em *O Matto-Grosso* (26-01-1890, ano XII, nº 576), exaltando a nova pátria coma chegada da República, exaltava a iniciativa popular para “subscrição” da dívida interna brasileira e evidenciava que “tantos escândalos produziram a mor parte d’essa divida quasi fabulosa, nenhum teve origem em Matto-Grosso, nenhum teve por objectivo Matto-Grosso”, mesmo assim” demonstrava o quanto era importante a participação de Mato Grosso naquela demanda assinalando que “mais uma razão – e capital – para que não regateemos a nossa devoção a grande ideia, para que não deixamos vago o nosso lugar” (p. 02), reforçava que “vençamos nossas irmãs – e que seja essa nossa nobre aspiração.” (Idem)

Para que a missão pudesse ter sucesso invocava a participação dos mato-grossenses, ilustres e anônimos conclamando:

Cidadãos – Eu vos convido para deliberar sobre os meios práticos a adoptar para que no mais breve praso fique Matto-Grosso exonerada do sagrado compromisso que aqui, certo, vae contractar: e lembro-vos que deveis resolver de modo que; procedida a gloriosa collecta, não haja, se possível, um habitante de Matto-Grosso que não tenha tido a honra de haver contribuído para o immortal commettimento, -um só que nos possa lançar em rosto que a divida nacional foi paga sem o seu concurso directo e livre, - que a santa batalha já travada foi vencida sem que elle estivesse no posto que a honra do Brasil e a honra de Matto-Grosso lhe impunham. Oh! Sejam dignos de nos mesmos como mato-grossenses e como brasileiros – e - Viva o Estado livre de Matto-Grosso! (O MATTO-GROSSO, 1890, p. 02-03)

A esse respeito, observa-se que a partir do apelo feito por Velasco, e o resultado da

---

escravos de ganho. Nesse sentido, na lista presente no jornal *A Província de Mato Grosso* nº 42 apresenta um quantitativo contendo os nomes de 14 escravizados, nomes de seus respectivos senhores e senhoras e o soldo recebido por estes.

<sup>272</sup> De acordo com o periódico *A Província de Mato-Grosso*, 11-09-1887, anno IX, nº 453, p. 04.

constituição das comissões construídas para a “coleta” da soma que ajudaria no pagamento da “dívida interna brasileira”, é possível reforçar o argumento de uma mobilidade de pretos e pardos, através da constituição dos fatos cotidianos na sociedade cuiabana. Dois pontos mostraram-se importantes nessa situação, a participação do Coronel Joaquim José Pinho na linha de frente dos trabalhos em prol do pagamento da dívida e a participação de outros 18 negros (17 raça parda e 1 de raça preta) nas comissões formadas. Ao todo, foram formadas 15 comissões, sendo constatada a participação de negros em 9 delas. A primeira atividade proposta para angariar os fundos foi promover, por intermédio da benemérita Sociedade Dramática – Amor à Arte, “um espetáculo em benefício do patriótico empreendimento do pagamento da dívida interna brasileira, o que foi aprovado unanimemente” (p. 03). Justamente a comissão que era composta por maioria de negros, sendo 6 (seis) pardos e um branco.

### **3.4 Política em Mato Grosso, a conciliação e os desdobramentos**

Para trazer à luz as questões que envolvem o trânsito de pretos e pardos nos espaços que a política mato-grossense se constituía, percorremos a obra de Sena (2006) intitulada *Entre anarquizadores e pessoas de costumes – Dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*, que destacou a construção da política na província entre facções. A esse respeito, nossa empreitada iniciará, especificamente, na década de 1850, momento que, conforme o autor, o movimento político em Mato Grosso não seria marcado pelo revanchismo e rivalidade sistemática, começando ali a haver um entendimento entre as principais lideranças políticas, culminado, assim, na política de “Conciliação”, na qualidade do que se operava na Corte e que foi exemplarmente erguida em Mato Grosso, sob a batuta de Augusto Leverger. (p. 07)

O autor chamou de indícios da cultura política<sup>273</sup> as formas de imiscuir-se no meio para integrar este ou aquele grupo político que foram aventadas em periódicos e outros meios de informações em Mato Grosso. O autor enumerou algumas dessas formas e, entre elas, estava o casamento, a indicação para ocupação de cargos, a demonstração de apoio ou repulsa aos governantes, as reclamações e elogios dos dirigentes a participantes da boa sociedade de

---

<sup>273</sup> Ver *O Matto Grosso* 05-08-1890, ano XII, n.º 600, p. 01, que nesse sentido, apresenta as atas da criação do Partido Republicano que ajudam a trazer à luz questões que se referem às formas de imiscuir-se na política, os discursos de Thomé Riberio de Souza em *O Povo* (31-01-1879, ano I, n.º 04, p.04), de Dormevil José dos Santos Malhado, em *O Liberal* (17-03-1878, ano VII, n.º 341, p. 02), a refrega de João Ribeiro do Nascimento em *A Gazeta* 01-09-1889, ano I, n.º 55, p. 04.

Mato Grosso, os credenciados para mercês, os resultados das eleições, o comportamento das legislaturas na Assembleia Legislativa, os comentários dos jornais, os pareceres dos presidentes de províncias sobre os cidadãos, e as participações das elites nos intentos governamentais. Sobre essas formas, assinalou o autor, foi possível perceber os grupos políticos, suas gerações e suas atitudes em relação ao poder institucionalizado. (p. 10)

Um dos aspectos importantes que se achou relevante considerar, sendo evidenciado na construção deste estudo, trata-se das dinâmicas decorrentes da amálgama na política tecida na Província, que revelam como seus dirigentes<sup>274</sup> comportaram-se, expressando seus pensamentos, articulando com outros sujeitos os destinos de Mato Grosso quanto à instrução pública, a saúde, a segurança individual e da propriedade e, sobretudo, a ligação com a Corte. Nesse sentido, construíram-se também argumentos que pudessem trazer luz à participação dos sujeitos desse estudo, no âmbito da política em Mato Grosso, como articuladores, no exercício de cargos, pleiteando-os e/ou na construção dos espaços políticos partidários e/ou dando suporte para estes fortalecerem-se.

### **3.4.1 Augusto Leverger, o difusor da instrução pública em Mato Grosso**

Conforme Sena (2006), nascido na França, Augusto João Manoel Leverger<sup>275</sup> chegou ao Brasil, nos anos 20, e foi admitido na armada nacional, após lutar com a bandeira brasileira nos conflitos platinos. A respeito do percurso de Leverger, Sena assinalou que este foi um destacado marinheiro, sendo enviado para Cuiabá, em 1830,<sup>276</sup> para organizar a defesa fluvial da província. Segundo o autor, Augusto Leverger fixou residência, casou-se, e tornou-se um dos cidadãos mais respeitados em Mato Grosso, sendo até hoje largamente lembrado por sua “postura sensata neutra e prestativa”. Em sua homenagem, o autor destacou que a sede do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso é chamado de “Casa Barão de Melgaço”, uma alusão ao título de “Barão de Melgaço”, atribuído a Leverger, após sua participação na defesa de Cuiabá ante um provável conflito entre cuiabanos e paraguaios, na guerra do Paraguai, em 1865 (p. 26).

---

<sup>274</sup> Conforme Siqueira (1997, p. 82-83), Mato Grosso foi governado por 41 presidentes, destes, Paião (2006a, p. 50) destacou que, a partir de 1870, 20 deles eram do partido Conservador, 7 liberais e que, entre os liberais, Floriano Peixoto era um liberal/republicano

<sup>275</sup> Conforme Jucá, 2009, p. 52.

<sup>276</sup> Conforme o Relatório do presidente Augusto Leverger, em 10 de maio de 1851, “há 14 anos que residio nesta Provincia, e vos todos sabeis que as minhas occupações profissionais, e os diversos trabalhos, que me forão incumbidos, pouco me podião habilitar para a gestão dos negócios públicos.” (p. 53)

Ayalla (1914), ao apresentar o “Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso”, salientou que a Vila de Melgaço havia recebido esse nome em alusão “aos brasões mui justamente concedidos ao infatigável e operoso Augusto Leverger benemérito lutador do progresso e nome mato-grossense.” (p. 361) De acordo com o autor, foi naquele lugar que o velho e inolvidável marinheiro havia concentrado uma tropa regular de voluntários e exército, a fim de impedir a invasão e o saque do território brasileiro por tropas paraguaias, em 1865. (Idem)

Leverger, conforme Sena, foi o político que mais governou a província mato-grossense, saindo da vida pública na década de 1870, ocasião em que iniciou-se uma nova geração de políticos na Província. (p. 24)

Em relatório de 10 de maio de 1851, Augusto Leverger informou que “Sua Majestade o Imperador” havia confiado-lhe a administração da Província por “Carta Imperial”, em 7 de outubro de 1850, e que havia entrado em exercício em fevereiro de 1851, e na instalação da Assembleia, naquela data, apresentaria o Relatório que prescrevia o artigo 8 do Acto Adicional da Constituição do Império. (p. 03)

Em seu discurso, endereçou as responsabilidades e cooperação com a Assembleia, assinalando que quando havia recebido o cargo:

[...] aceitei a, cheio do mais profundo respeito e gratidão, em obediência a vontade do Nosso Augusto Imperador, aceitei a, confiando pouco em mim, mas contando com o vosso concurso, e de vossos constituintes de qualquer parcialidade politica, com a docilidade do Povo Mato Grossense (sic) em cumprir os preceitos legaes da autoridade legitima. Cuiabá 10 de Maio de 1851. Augusto Leverger (RELATORIO DE 1851, p. 53)

No Relatório, o presidente Augusto Leverger, em 03 de maio de 1852, assinalou sobre as relações entre os partidos Conservador e Liberal:

[...] Julgo mesmo e digo o com especial satisfação, que diminuiu sensivelmente de intensidade a indisposição existente entre os partidos e se novos elementos de discordia não vierem contrariar a feliz tendências dos espiritos para a tolerância, he de se esperar que todos hão de praticamente convencer-se de que a diversidade das opiniões pode livremente manifestar-se, sem produzir rancores e paixões odientas que tão funesta influencia exercem sobre o comum bem estar e os costumes públicos. (IDEM, IBIDEM)

### **3.4.2 Leverger e a Instrução pública na Provincia**

A partir de 1850, Agustuo Leverger construiu um esforço para a difusão da instrução pública em Mato Grosso, seus sucessores seguiram trabalhando nos pontos levantados por



esse presidente, somente com Delamare é que a Corte/Governo Central destina uma quantia de 10\$0000 para investimento no ensino. Nota-se que os sucessores continuam apontando a falta de professores e/ou a falta de professores com as devidas habilitações para exercerem a função de professor, bem como os irrisórios salários pagos (parcos ordenados) a estes.

Seguindo a observação feita por Castanha (2008), de que Leverger havia acatado a política de expansão das escolas públicas desencadeada pelo império (p. 43), assinalamos que os aspectos considerados relevantes por este dirigente, que tratamos no segundo capítulo, podem ser acrescidos de outros que evidenciam o empenho deste dirigente em favor da instrução pública, em Mato Grosso, nos anos de 1850 a 1857.

A esse respeito, sobre as questões relevantes que correspondem a situar a instrução pública, naquele momento, em seu primeiro relatório, Augusto Leverger destacou que:

Além de ser de inquestionável vantagem a vulgarização dos primeiros conhecimentos litterarios, basta que a instrução primaria gratuita seja hum direito outorgado aos cidadãos pela Constituição do Império, para que devamos considerar como de urgente necessidade a criação, de pelo menos huma escola de primeiras letras em cada freguesia. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1851, p. 22)

Assinalava entender que se a assembleia fizesse o “verdadeiro serviço” ao país, facultando ao governo “os meios de levar a effeito a mencionada criação” (p. 22). Lembrou que as cadeiras estavam todas providas, inclusive a cadeira de meninas daquela capital (p. Idem). Destacava não ter informações das escolas de todas as freguezias, mas que podia falar à Assembleia de uma forma geral, “sem exceptuar as escolas da Capital”, que nas freguezias eram “pouco lisongeiros quanto as letras e ainda menos quanto a religião.” (p. 23)

Para Leverger, alguns entre os professores, naquela ocasião, pouco sabiam o que ensinavam, mas era preferível o trabalho destes com a mocidade do que estes ficaram na “ignorância absoluta”. O dirigente mostrou-se preocupado ao relatar o estado da instrução pública, naquele momento, na Província, e suas observações não diferiam, praticamente, das observações feitas pelo seu antecessor, destacou que havia poucas pessoas “com precisa idoneidade que queirão se dedicar ao magistério” e que estas eram “repellidas pela lenuidade dos ordenados e pela irregularidade do pagamento” (idem). Não deixa de referir-se ao mal estado dos cofres provinciais impossibilitando tomar medida geral em favor dos mestres, ou de outros com habilitações não melhores, e que “se houvesse mais rigor nos exames, succederia que muitas Cadeiras ficarião vagas.” (p. 23)

Em 1852, o diagnóstico da situação escolar pareceu menos animador por informar que

a escola localizada na Freguesia do Rosário não estava provida de mestre, lembrava que o ensino tanto literário quanto religioso “dado naquelas escolas” continuavam a “ser menos satisfactorio e não há esperança de melhorar”. Não deixou de reafirmar sua percepção sobre a “falta de capacidade profissional” do professorado. Assinalava:

[...] e as pessoas que tem sufficiente instrucção na orthographia e na arithmetica pratica para poderem soffrivelmente ensinar a ler, escrever e contar, preferem seguir carreira mais lucrativas e menos pensionadas do que o magistério, que é mal retribuído, e melhor o não pode ser pela escassez de nossas rendas. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1852, p. 18-19)

Mesmos trazendo à luz o mal estado da instrução pública, Leverger opta por defender a presença de pessoas com pouca instrução e reprovadas nos exames na dianteira das aluas de primeiras letras a ficarem as escolas sem professor e as crianças sem aprendizado. A esse respeito destacou:

[...] persisto na opinião de que a aquisição do conhecimento ainda muito imperfeito das primeiras letras sempre he hum bem; e, por isso não tenho duvidado provêr as cadeiras vagas em sujeitos que o exame havia mostrado pouco habilitados para regel-as; e até me pareceo dever nomear interinamente um candidato que fora reprovado pelos examinadores, mas que não julguei menos idôneo do que outros que estão servindo. (IDEM, IBIDEM)

Em 03 de maio de 1853, iniciou sua fala a Assembleia Legislativa Provincial dirigindo-se aos deputados o seu mais “profundo reconhecimento” pelo apoio que aquela casa tinha prestado a sua administração, naquela e na legislatura passada (p. 03). A respeito da instrução pública, o presidente destacou que “o ensino que se dá nessas Escolas continua a ser, em geral, muito imperfeito quanto aos rudimentos das letras, e ainda peor pelo que se diz a respeito da religião.” (p. 17) Salientava que aquele deplorável estado “de cousas” merecia certamente ser tomado na mais consideração por aquela Assembleia e que teria maior empenho “em levar a effeito qualquer medida que julgueis tendente a melhoral-o” (Idem)

Em 03 de maio de 1854, Leverger ressaltava as “considerações” que a Assembleia havia tomado em relação à instrução pública assinalando que:

Creando escolas em todas as Freguezias e applicando á sua manutenção mais da quinta parte da Renda Publica, o Poder Legislativo Provincial dêo provas da consideração que lhe merece este importante ramo do serviço e do respeito que consagra ao Artigo da Constituição, que garante a instrucção primaria gratuita a todos os cidadãos. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1854, p. 22)

Em 1856, os resultados do empenho dos poderes legislativo e executivo foram trazidos

à luz por Leverger, que havia mandado publicar um Regulamento, em 30 de setembro de 1854, e que este estava em observação “provisoriamente”. Nesse sentido, destacava que nos relatórios de inspetores paroquiais os “notáveis melhoramentos” já podiam ser percebidos no ensino primário “devido as disposições do mencionado regulamento [...] e fruto do trabalho do incansável cidadão que presidia aquele importante ramo do serviço publico.” (p. 12)

A esse respeito, em conformidade com os dados apresentados nos relatórios presidenciais para a província de Mato Grosso, até o ano de 1858, assinala-se que assertiva de Castanha (2008) em atribuir a Leverger a difusão do ensino público pela província é corroborada com os números trazidos à luz pelo presidente De Lamare, em 1858, de que 1029 alunos recebiam instrução de primeiras letras em toda a Província (p. 15). Assinala-se que pode se considerar esse número vultoso a comparar com o evidenciado por João José da Costa Pimentel, em 03 de maio de 1850, de que as escolas da província eram frequentadas por 192 alunos do sexo masculino e 12 do sexo feminino. (p.08)

Sobre essa situação, reforçamos que, possivelmente, nos dados apresentado, sobre a instrução pública para o ano de 1858, o argumento que justifica a nossa hipótese de que “parte pretos e pardos nascidos a partir do ano de 1850” pudesse ter tido a oportunidade de ingressar nos estudos de primeiras letras na época em questão em Mato Grosso.

Na década de 1870, a situação começa a mudar, fruto das reformas instituídas pelos governos de José Cardoso Junior e José de Miranda Reis da Silva, bem como dos inspetores gerais das aulas Protonotario Ernesto Camilo Barreto e Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. Considero que as gestões desses dois inspetores foram responsáveis pelas luzes, no que assegura Siqueira (2000), sobre a educação mato-grossense. O Protonotario Ernesto Camilo Barreto pela criação das dinâmicas que possibilitaram a criação da Escola Normal e o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, responsável por promover a coeducação na província, conseguindo, assim, mudar o panorama educacional.

### **3.4.3 Os presidentes de Mato Grosso – 1850-1890**

Sena (2006) destacou que o Mato Grosso era considerado área característica de *sertão*. Como afirmou o autor, os presidentes da província deveriam corresponder aos desígnios imperiais, nisto deveriam procurar melhorar as vias de comunicação com a Corte e ligar vários pontos da província, que era muito extensa e pouco povoada. (p. 223) De acordo com Sena, os dirigentes da província deveriam também promover várias outras mudanças físicas,

consideradas *melhoramentos materiais*, características do século, cadeia e calçamento e para que isto acontecesse, tanto o governo provincial quanto o imperial contavam com os *notáveis* da província, partícipes do ideal civilizatório. (Idem)

Sobre o grupo hegemônico, Sena (2006) afirmou ao descrever a política mato-grossense na era provincial salientando que aquela era “a política dos homens que procuravam ocupar os cargos burocráticos do Estado”. Conforme o autor, buscava-se influenciar (coercitivamente ou não) outras pessoas de que eram as melhores, na ocasião, para o lugar de mando e/ou dos benefícios (seja material ou de prestígio) (p. 19). Sena, a esse respeito, evidenciou que “**Tais atores formavam uma elite em um determinado momento** [grifo meu], no sentido de que somente poucos poderiam pleitear o mando e ocupar cargos de destaques na administração ou em associações reconhecidamente políticas.” (Idem)

**Quadro 44 - Presidentes da Província de Mato Grosso (1850-1890)**

Nº	Presidente	Período	Orientação Partidária
01	José da Costa Pimentel <sup>277</sup>	1849-1851	Conservadora
02	Augusto Leverger	1851-1857	Conservadora
03	Albano Souza Osório <sup>278</sup>	1857-1858	Liberal
04	Joaquim Raimundo De Lamare <sup>279</sup>	1858-1859	Conservadora
05	Antonio Pedro Alencastro <sup>280</sup>	1859-1862	Conservadora/Liberal
06	Herculano Ferreira Pena <sup>281</sup>	1862-1863	Conservador
07	Augusto Leverger	Mai. a jul. 1863	Conservadora
08	Alexandre Manuel Albino de Carvalho <sup>282</sup>	1863-1865	Conservadora
09	Augusto Leverger	1865-1866	Conservadora
10	Albano Souza Osório <sup>283</sup>	1866-1867	Liberal
11	José Vieira do Couto Magalhães <sup>284</sup>	1867-1868	Liberal
12	João Batista de Oliveira <sup>285</sup>	Abr. a set. 1868	Liberal

<sup>277</sup> Ver Sena (2006), que atribuiu a este governante, conjuntamente com parlamentares da nova legislatura de 1850, a imposição de diversas medidas quanto à legislação provincial e outras. (p. 114)

<sup>278</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 16-08-1863, ano I, n.º 29, p. 03, na eleição, o Partido Liberal havia obtido “triumpho” em diversas freguesias e listou os nomes dos eleitores, sendo o Tenente Coronel Albano de Souza Osório o segundo nome na lista dos eleitores da Freguesia da Sé.

<sup>279</sup> Segundo Sena (2006), Joaquim Raimundo De Lamare foi eleito deputado geral, em 1863, e era um “ex-conservador moderado.”

<sup>280</sup> Caracterizá-lo como Conservador/liberal se dá em conformidade com Sena (2006), ao assinalar que o predomínio do Comandante Geral da Guarda Nacional havia começado no governo do Almirante Da Lamare, e a situação havia piorado, segundo o grupo de conservadores com o governo de Alencastro, “que se entregou totalmente para outro lado”, mesmo sendo a princípio “de um lado.” (p. 155)

<sup>281</sup> De acordo com Sena (2006), Herculano Ferreira Penna foi escolhido para suceder Alencastro, recebeu o apoio da Assembleia e, conforme o autor, “Internamente, o presidente fazia questão de destacar o papel das instituições do regime monárquico na promoção do progresso, [...] demonstrou atenção especial para as eleições [...] e [...] em nada mudara os cargos principais” (p. 153-154). Assinalou ainda que, após queixa dos deputados conservadores ao Conselheiro Euzébio de Queiroz, “o experimentado presidente da Província” nada fazia para deter o líder liberal João Batista de Oliveira e conseqüentemente o avanço dos liberais. (p. 154)

<sup>282</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 20-12-1863, ano I, n.º 47, p. 01.

<sup>283</sup> Sena (2006), registra que Albano de Souza Osório pertencia ao Partido Liberal, este havia votado a favor do projeto de criação de “cemitérios laicos” pelo governo. (p. 117)

<sup>284</sup> Sena (2006, p. 168) deixa claro que José Vieira do Couto Magalhães era de orientação liberal ao assinalar que se os conservadores da província tinham seu herói de guerra, os liberais também tinham suas figuras de grandes feitos, como Couto Magalhães e Antônio Maria Coelho.

13	Albano Souza Osório	Set. 1868	Liberal
14	José Antonio Murtinho <sup>286</sup>	1868-1869	Conservadora
15	Augusto Leverger	1869-1870	Conservadora
16	Luis da Silva Prado	Fev. a mai. 1870	Conservadora
17	Antonio de Cerqueiras Caldas	Mai. a out. de 1870	Conservadora
18	Francisco Antonio Raposo	1870-1871	Conservadora
19	Antonio de Cerqueiras Caldas	Mai. a jul. 1871	Conservadora
20	Francisco Cardoso Junior	1871-1872	Conservadora
21	José Miranda Reis	1872-1874	Conservadora
22	Antonio de Cerqueiras Caldas	1874-1875	Conservadora
23	Hermes Ernesto da Fonseca	1875-1878	Conservadora
24	João Batista de Oliveira	Mar. A jul. 1878	Liberal
25	João José Pedrosa	1878-1879	Liberal
26	Rufino Enéas Gustavo Galvão	1879-1881	Liberal
27	José Leite Galvão	Mai. de 1881	Liberal
28	José Maria Alencastro	1881-1883	Liberal
29	José Leite Galvão	Mar. a mai. de 1883	Liberal
30	Manuel de Almeida Gama Lobo D'Eça	1883-1884	Liberal
31	Floriano Peixoto	1884-1885	Liberal/Republicana
32	José Joaquim Ramos Ferreira	Out. a nov. 1885	Conservadora
33	Joaquim Galdino Pimentel	1885-1886	Conservadora
34	Antonio Augusto Ramiro Carvalho	Nov. a dez. de 1886	Conservadora
35	Álvaro Rodovalho Marcondes Reis	1886-1887	Conservadora
36	Antonio Augusto Ramiro Carvalho	Mar. a mai. de 1887	Conservadora
37	José Joaquim Ramos Ferreira	Mai. a Nov. 1887	Conservadora
38	Francisco Rafael do Melo Rego	1887-1889	Conservadora
39	Antonio Herculano de Souza Bandeira	Fev. a jul. de 1889	Conservadora
40	Manuel José Murtinho	Jul. a ago. de 1889	Conservadora
41	Ernesto Augusto da Cunha Matos	Ago. a dez. de 1889	Conservadora
42	Antonio Maria Coelho	Dez. a fev. de 1891	Republicana

**Fonte:** *O Matto-Grosso* (16-08-1863, ano I, n.º 29, p. 03), *O Matto-Grosso* (20-12-1863, ano I, n.º 47, p. 01), Siqueira (1997), Sena (2006) e Paião (2006a).

Sobre o trabalho de um presidente, Sena (2006) destacou que:

Escritos, mapas, memórias era necessário para um presidente, depois de meses de viagem, conhecer o terreno por onde poderia permanecer por um ano, ou mais, e assim poder traçar diretrizes para além do estabelecimento imediato da ordem. Sua permanência implicava em governar, o que significava saber com quem e com o quê teria que lidar: eram pessoas, objetos, plantas, mercadorias, climas, águas. Seriam as potencialidades “naturais”, as “indústrias”, os gentios, os ribeirinhos, e os homens da policia local. (SENA, 2006, p. 62)

Para tanto, o autor assinalou, ainda, que uma conciliação entre as forças foi promovida a partir de 1850, com a intenção de promover a “concordia”, pois haviam tido, conforme Sena, descontentamento por parte dos liberais, asseverando práticas para aquele contexto em conformidade com o teor das reivindicações, que já haviam sido pretendidas pelos rebelados em São Paulo, Minas e Pernambuco. Nesse sentido, em Mato Grosso segundo o autor a tarefa

<sup>285</sup> De acordo com Sena (2006, p. 154), “para piorar a situação dos Conservadores Batista de Oliveira, o líder liberal continuava firme como Comandante da Guarda Nacional, desde o governo de Alencastro”.

<sup>286</sup> Segundo Sena, “o cirurgião do exercito José Antônio Murtinho, pessoa ligada aos conservadores” ficara no cargo por seis meses. (p. 168)

de comandar a conciliação foi de Augusto Leverger. (p. 18)

### 3.4.4 Os partidos políticos – Conservador e Liberal

Em primeiro lugar, assinalamos alguns aspectos relacionados às eleições e que foram apontados por Sena (2006). Conforme o autor, a prática eleitoral legitimava o espaço político ocupado pelos homens públicos (p. 172). Para Sena, naquele contexto, as elites políticas, conseguiam, através das eleições, um princípio de legitimidade de suas autoridades e que estas não mais necessariamente estavam baseadas nos princípios de hereditariedade, do direito divino ou da tradição. A eleição, segundo Sena, “era um ditame das “nações modernas” que mostrava o quanto o Império estava de acordo com o século.” (Idem)

Sobre o voto naquela ocasião, Mattos (2009) assinalou que:

[...] o direito ao voto<sup>287</sup>, em primeira e segunda instancias, estava definido por princípios censitários, de medição objetiva extremamente difícil, sobretudo no contexto pouco monetarizado, predominante no mundo rural. Por conta disso, a construção das listas de qualificação de votantes e de eleitores de segunda instancia foi fonte permanente de conflito. De fato as tensões políticas nas eleições locais só foram de certo modo controladas, na medida em que o imperador, através do Poder Moderador, tendeu a constituir grande eleitor, garantindo a rotatividade política entre conservadores e liberais. (MATTOS, 2009, p.24)

A esse respeito, para demonstrar como ocorriam os “embates” em torno do voto censitário, destaca-se que alguns periódicos mato-grossenses<sup>288</sup> trouxeram à luz as dinâmicas de como as experiências nesta perspectiva se davam em Mato Grosso, nos meados dos anos 1870. Nesse sentido, estes periódicos publicavam as listas censitárias que eram realizadas por uma junta municipal responsável por efetuar o levantamento dos cidadãos aptos a votarem e serem votados<sup>289</sup>.

<sup>287</sup>Ver *A Imprensa de Cuayba* (10-09-1863, ano V, nº 243, p. 1), cópia da queixa de Joaquim Gonçalves dos Santos e Valentim Martins Bicudo sobre os acontecimentos, na Freguesia de Chapada (p. 01 e 02), idêntico caso ocorrido na Freguesia da Brotas comprovado por 4 textos dados como “atestados”.

<sup>288</sup> *A Província de Matto-Grosso* de 03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03. Conforme Sena (2006), em 1859, a Província de Mato Grosso possuía 5.199 eleitores e 93 votantes, a partir de 1881, o autor assinalou que “as eleições em todo o Brasil tornaram-se diretas passando a votar somente os qualificados como eleitores.” (p. 173)

<sup>289</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* de 17-04-1881, ano III, nº 120, p. 03 e 24-04-1881, nº 121, p. 03. Nesse sentido, destaca-se que na edição de nº 120, na seção denominada “editaes” os textos estavam contidos em duas colunas na (p. 03) datadas de 09 e 11 de abril e uma coluna na (p.04) data de 12 do mesmo mês. Na edição de nº 121 na (p. 03) nas duas ultimas colunas os textos foram datados de 15, 18 e 19 de abril. A esse respeito em relação ao edital do dia 15, seis cidadãos residentes da Freguesia da Sé e um a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II tiveram seus requerimentos aceitos para inclusão de seus nomes na lista de votantes. Ainda neste mesmo edital, o juiz sugeriu que três pessoas residentes na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II que haviam entrado com requerimentos teriam 10 dias para juntar “patente” de comprovação. No do dia 18, um grupo pessoas de diversas freguesias tiveram despacho favorável para inclusão de seus nomes no alistamento de eleitores. Assim sendo, para uma pessoa residente na Paróquia da Chapada e outra na Paróquia de Santo Antonio

Sobre este contexto, assinala-se que a outra situação foi observada em uma publicação veiculada na coluna “Editaes” e denominada de “Lista dos cidadãos qualificados, pela junta municipal do termo desta capital Freguesia da Sé – 1º Distrito d’esta cidade de Cuiabá, conforme o Decreto Legislativo n.º 2675 de 20 de outubro de 1875 e instruções de 12 de janeiro de 1876”. Ao todo, foram cinco edições do jornal *O Liberal*, em que foram apresentados os dados relativos a 892 cidadãos do sexo masculino, residentes em 50 quarteirões, que constituíam a Freguesia da Sé, parte urbana da cidade de Cuiabá em julho/agosto de 1878. Ao fazer o cruzamento dos dados presentes na lista encontrada com o Recenseamento de 1890, conseguiu-se localizar os dados referentes a 235 dos qualificados constantes na referida lista.

Sobre os dados do Recenseamento de 1890, ressalta-se que Peraro (2005) realizou o resgate dos dados registrados em dois livros referentes às duas freguesias<sup>290</sup> que compunham o termo de Cuiabá, a esse respeito, as informações presentes no primeiro livro, e que foram registrados pela autora, correspondiam à vida dos moradores de 43 quarteirões que compunham a freguesia da Sé, como podem ser observados nos anexos XXII<sup>291</sup>, XXIII<sup>292</sup>, XXIV<sup>293</sup> e XXV<sup>294</sup>, na parte final desta tese. Desse modo, destaca-se que *O Liberal* (01-08-1878, ano VII, n.º 362, p. 02-04) apresentou dados dos quarteirões 44º a 50º, trazendo mais 215 nomes que, provavelmente, daria uma população estimada em 1075 habitantes a mais, se levarmos em consideração que a maioria das famílias era composta por mais de 5 integrantes<sup>295</sup>.

Antes de trazer para a cena a análise empreendida sobre o quadro em tela, sugerimos observar alguns apontamentos sobre o Decreto Legislativo n.º 2675 de 20, de outubro de 1875. Conforme Brasil (1875), o referido decreto propunha mudanças na legislação eleitoral e, nesse sentido, o §4º do artigo 1º, assinalava que:

---

foi mandado juntar documentos “que melhor prove o seu direito” no prazo de 10 dias a contar a partir da data da publicação dos editais. No edital do dia 19 de abril, todos “os cidadãos” listados tiveram seus nomes incluídos no alistamento de eleitores. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1881, p. 03)

<sup>290</sup> Conforme o Recenseamento de 1890, para a Freguesia de São Gonçalo de Pedro, segundo Peraro (2005), registrou-se dados de 14 quarteirões.

<sup>291</sup> Lista dos cidadãos qualificados pela junta municipal do termo desta capital Freguesia da Sé – 1º Distrito d’esta cidade de Cuiabá, conforme o Decreto Legislativo n.º 2675 de 20 de outubro de 1875 e instruções de 12 de janeiro de 1876.

<sup>292</sup> Representatividade de brancos, pretos e pardos entre os cidadãos qualificados, pela junta municipal do termo da cidade de Cuiabá - Freguesia da Sé – 1º Distrito – 1878.

<sup>293</sup> Representatividade de brancos, negros entre os cidadãos qualificados, pela junta municipal do termo da cidade de Cuiabá - Freguesia da Sé – 1º Distrito – 1878.

<sup>294</sup> Representatividade de “elegíveis” entre “brancos e negros”, conforme a renda apresentada na Lista dos cidadãos qualificados pela junta municipal do termo da cidade de Cuiabá - Freguesia da Sé – 1º Distrito – 1878.

<sup>295</sup> Constatou a existência de famílias composta por 05, 09, 14, 12 e 20 integrantes.

As listas geraes, que as Juntas parochiaes devem organizar, conterão, além dos nomes dos cidadãos qualificados, **a idade, o estado, a profissão, a declaração de saber ou não lêr e escrever, a filiação, o domicilio e a renda conhecida** [grifo meu], provada ou presumida; devendo as Juntas, no ultimo caso, declarar os motivos de sua presumpção, e as fontes de informação a que tiverem recorrido. (BRASIL, 1875, p. 02)

Em *O Liberal* (04-07-1878, ano VII, n.º 358), os requisitos assinalados no referido Decreto foram corroborados. Apresentaram-se os dados dos qualificados referentes às seguintes categorias/quesitos: *nome, idade, estado civil, profissão, se sabia ler, filiação, domicilio, renda* e se era *elegível* (podia ser *eleito* e/ou *candidatar-se*). (p. 01-04)

No quadro construído, salientamos que os dados sobre “raça” foram retirados do Recenseamento de 1890, os quais não constavam na lista publicada, levando a crer que a cor, naquela ocasião, não se configurava como um dado relevante entre os quesitos observados no processo eleitoral. Outros dados importantes, assinalados por nós no anexo<sup>296</sup>, foram relacionados a um conjunto de profissões, que foram retiradas das edições analisadas e listadas numericamente, a saber: *empregado público*, noventa e três (93), *agencia*, quarenta e seis (46), *negociante*, vinte dois (22), *sapateiro*, oito (08), *alfaiate*, oito (08), *marceneiro*, sete (07), *pedreiro*, sete (07), *carpinteiro*, seis (06), *lavrador*, cinco (05), *ourives*, quatro (04), *caixeiro*, três (03), *proprietário*, três (03), *pintor*, três (03) *médico*, dois (02), *capitalista*, dois (02), *funileiro*, um (01), *ferrador*, um (01), *espingardeiro*, um (01), e *músico*, um (01).

Quanto ao quesito “raça”, na análise empreendida sobre os dados, observou-se que os considerados de raça branca eram maioria entre os “cidadãos qualificados”, num total de 48,5%, seguidos pelos caracterizados como de raça parda por 38,2%, e pelos considerados como de raça preta por 13,1%.

Se levarmos em consideração os grupos compostos por brancos e negros, constatou-se que os negros formavam um contingente de 51,4% dos qualificados e os brancos, 48,5%. Quando voltamos o olhar para dentro das categorias raciais (brancos, pardos e pretos), observamos que, entre os brancos, 70,2% poderiam ser considerados “elegíveis”, contra 28,2% de pardos e 1,4% de pretos. Sobre esse contingente, observou-se que, apesar de “negros” serem maioria entre os qualificados, representavam um quantitativo inferior aos brancos entre os “elegíveis”.

Observou-se, também, que de acordo com o recenseamento de 1890, que nos dados relativos às profissões, as categorias raciais estavam assim representadas: entre os

<sup>296</sup> Lista dos cidadãos qualificados pela junta municipal do termo desta capital, Freguesia da Sé – 1º Distrito d’esta cidade de Cuiabá, conforme o Decreto Legislativo n.º 2675 de 20 de outubro de 1875 e instruções de 12 de janeiro de 1876.



*empregados públicos*, 65,5% foram considerados de raça branca, 30,1% como de raça parda e 4,3% como de raça preta. Em relação à profissão de *agencia*, 50% foram considerados como pertencentes à raça parda, 36,1%, à raça branca e 12,7%, à raça preta. Quando nos reportamos à profissão de *negociante*, 90% deles foram considerados como pertencentes à raça branca. A esse respeito, o conjunto de profissões correspondia aos qualificados, nas listas analisadas que foram publicadas nas edições de *O Liberal*, todavia, foram, também, corroboradas pelas listadas no Recenseamento de 1890, oportunizando, com raras exceções, a confirmação entre as duas fontes.

Quanto à renda, observou-se que 70,2% dos considerados pertencentes à raça branca possuíam renda legal para serem qualificados como votantes e também para serem “eleitos”; ao passo que apenas 29,7% dos negros possuíam renda legal, que os colocavam nesta mesma posição. Assinala-se que a maior renda entre os considerados de raça branca era de 20:000\$<sup>297</sup>, do Barão de Diamantino, entre os considerados como de raça parda, de 3:000\$, do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, e, entre os considerados como pertencentes à raça preta, de 2:000\$, de Agostinho da Silva Cuyabano. Entre os possuidores da renda mínima que era no valor de 200\$, que eram considerados apenas votantes, em uma análise dentro do próprio grupo, destacou-se que pretos representavam 93,5%, pardos perfaziam um total de 56,6%, brancos, 14,9%. Salienta-se que esses dados revelam um fosso na qualidade das participações das categorias raciais, na política mato-grossense, conforme os dados presentes nas listas publicadas em *O Liberal*.

Nesse sentido, lançou-se mão também dos dados publicados em *O Porvir* (28-05-1878, ano I, n.º 30, p. 02-03), desse modo, no caso deste periódico, não foi possível realizar uma análise sobre as categorias raciais tal qual realizou-se com as publicações de *O Liberal*, no caso de *O Porvir* observou-se apenas os dados relativos à renda e à profissão.

Assim sendo, assinala-se que foi publicada, na coluna denominada de “Seção Livre”, uma lista contendo os nomes dos “Cidadãos qualificados pela Junta Municipal do Termo desta Capital”, conforme o Decreto Legislativo n. 2.675 de 20 de Outubro de 1875<sup>298</sup>, e instruções de 12 de Janeiro de 1876. Desse modo, a lista trazia o nome dos “cidadãos qualificados” que residiam na Freguesia de Brotas. Conforme as informações, aquele contingente foi “qualificado” na intenção de ser levantado o quantitativo de “votantes” e ainda o quantitativo daqueles que além de “votantes” pudessem, também, conforme suas rendas, ser

<sup>297</sup> Disponível: <http://www.dplnumismatica.com.br/tabcedbr.html#cxconv>. Acesso em 28 de fev. de 2017.

<sup>298</sup> Conforme NOGUEIRA (2012, p. 47), “a reforma seguinte, que instituiu o título de qualificação dos eleitores foi aprovada pelo Decreto de n.º 2.675, de Outubro de 1875.”

“candidatos”.

A respeito do resultado do trabalho realizado pela referida junta na Freguesia de Brotas, ressalta-se que dos 53 nomes listados, 38 possuíam renda de 200\$, 14 deles 400\$ e 1 de 600\$. Destaca-se, ainda, que para os qualificados com renda de 400\$ as informações eram acompanhadas da indicação “elegível”. Para o que foi qualificado com renda de 600\$, além da qualificação de “elegível”, evidenciaram que se tratava de “renda conhecida<sup>299</sup>”, assim, o único qualificado com a maior renda tinha como profissão “professor público”, era solteiro e com idade de 33 anos. Entre os que tinham renda de 200\$, trinta e cinco (35) eram *lavradores*, dois (02) *ferreiros* e um (01) *carpinteiro*. Dos que possuíam renda de 400\$, onze (11) eram *lavradores*, e três (03) *agencia*. (O PORVIR, 1878, p. 02-03)

A respeito da escolha dos candidatos, Nogueira (2012) exemplificou da seguinte maneira:

[...] A escolha dos Senadores se operava tal como a dos Deputados, por meio do sufrágio censitário, em dois graus, escolhendo os eleitores de paróquia os de província e estes os Deputados e Senadores. Ao contrario do que ocorria com os Deputados, porém a eleições dos Senadores, segundo o art. 43, era feita, “em listas tríplexes, sobre as quais o Imperador escolherá o terço na totalidade da lista” (p. 43)

De acordo com Sena (2006), cada freguesia montava sua própria mesa eleitoral. Conforme o autor, isso se dava da seguinte maneira:

[...] o juiz de paz eleito pelos cidadãos do distrito, abria a sessão, que normalmente era na igreja da paróquia, Os cidadãos reunidos no lugar, sob a coordenação do juiz de paz, escolhiam um presidente para a mesa eleitoral, que em muitas vezes era o próprio juiz de paz. Também eram eleitos os secretários e os escrutinadores para a mesa. A partir daí começava-se a eleição, indo ao lugar de votação os eleitores qualificados e averiguados pela mesa eleitoral, após a sua chamada. (SENA, 2006, p. 179)

Conforme o autor, a formação da mesa, em si, já era bastante indicativo de como poderia ser o resultado da eleição. (p. 179)

Nesse sentido, no campo das disputas estavam os partidos Conservador e Liberal que, em Mato Grosso, durante o Império, dividiram as cenas que contituíam o interior da política provincial.

Conforme Sena (2006), nas dinâmicas da construção do Estado Nacional, o discurso dos conservadores foi vencedor e suas diretrizes tiveram continuidade até o final do período

---

<sup>299</sup> Conforme Brasil (1875), “tinha renda geral conhecida [...] os cidadãos que a titulo de subsidio, soldo, vencimento ou pensão, **receberem dos cofres geraes** [grifo meu], provinciaes ou municipaes 200\$000 ou mais por anno.” (02)

imperial. Para o autor, a centralização política e administrativa foi característica de todo o segundo reinado, apesar das vozes discordantes mesmo entre os conservadores em certos períodos. (p. 17)

Sena assinalou que enquanto na Corte um grupo saído dos liberais começou a propor e a adotar medidas centralizadoras, a partir de 1837, formando mais tarde o partido Conservador, em Mato Grosso, no mesmo período, iniciou a formação de uma facção, que dominaria a vida política na província, que logo se constituiria no Partido Liberal da região. Segundo o autor, se os Conservadores da Corte imprimiram a direção para a monarquia, por outro lado, em Mato Grosso, o grupo liberal pareceu hegemônico na política provincial até a metade do século, representado, sobretudo, pelo seu domínio na Assembleia Legislativa. Tal força, afirmou o autor, viabilizava que os líderes liberais se chocassem com os presidentes da província – as principais autoridades do governo imperial em Mato Grosso – desafiassem as leis e conseguissem certa autonomia frente ao Governo Central. (p.18)

Para Sena (2006), o governo central, por sua vez, não colidia frontalmente com o grupo liberal mato-grossense, apesar das leis centralizadoras que, a princípio, retirava o poder dos políticos locais, desse modo, “a Corte fornecia cargos e benesses, na tentativa de atraí-los para os propósitos da monarquia. Caso o contrário, eles poderiam ser rebeldes incontroláveis na fronteira província”. (p. 18) Conforme o autor, o potencial explosivo da facção comandada por Manoel Alves Ribeiro, líder dos liberais, fazia com que a “ordem” política fosse barganhada auferindo vantagens para os “anarquizadores.” (Idem)

No campo das disputas, Sena (2006) assinalou que, quando abriam as duas vagas para deputação geral, no início dos anos 1850, realmente os deputados eleitos para a legislatura eram um de cada partido. Entre 1860 e 1869, o autor assinala que houve um predomínio dos liberais e que, em 1869, os conservadores reverteriam a situação fazendo os dois candidatos para as duas vaga de deputação. (p.198) Em relação à Assembleia Provincial, segundo Sena, no pleito de 1864-1865, diminuía-se ainda mais a representação dos conservadores, situação que só se reverteu em 1868, quando os gabinetes progressistas foram substituídos por um saquarema. (p. 193)

### **3.4.5 Os partidos políticos e a Imprensa mato-grossense**

Em relação aos periódicos mato-grossenses<sup>300</sup> utilizados como meio para expressar as

---

<sup>300</sup> Ver o anexo I, no apêndice deste estudo, o quadro intitulado: Jornais que circulavam em Mato Grosso no

ideias dos partidos políticos no decorrer do século XIX, assinalamos, a seguir, à luz de Jucá (2009), alguns aspectos relevantes sobre a trajetória de alguns deles. Destacamos, especificamente, jornais como *A Imprensa de Cuyabá* e *O Matto-Grosso*, muito embora outros periódicos importantes como *A Situação*, *O Liberal* e *A Província de Matto-Grosso* mostraram-se de extrema relevância para aquele momento. A opção por esses dois periódicos justifica-se por eles registrarem as dinâmicas vivenciadas pelos partidos Conservador e Liberal na disputa pelo voto e pelo poder, na Província de Mato Grosso, no decorrer do ano de 1863.

Conforme Jucá (2009), surpreendendo os meios políticos, em 23 de julho de 1859, surgiu, em Cuiabá, o primeiro jornal oposicionista ao governo provincial. De acordo com o autor, consagrado na história da imprensa em Mato Grosso, esse periódico se dizia “político, mercantil e literário e pertencia a firma Neves & Cia. O redator-chefe era José Jacinto de Carvalho. As oficinas foram instaladas na Rua Augusta n.º 50” (p. 54). Jucá destacou, também, que *A Imprensa de Cuyabá* fez intensa campanha contra o governo do tenente-coronel Antonio Pedro de Alencastro, comandante das Armas e 14º presidente da Província, que havia assumido o cargo, em 13 de outubro de 1859, e governado Mato Grosso durante 2 anos, três meses e 25 dias (Idem). Sena (2006, p. 151) também lembrou que o referido jornal havia publicado diversas críticas e insinuações de corrupção relacionadas ao presidente Alencastro.

Em 04 de outubro de 1866, outro periódico começou a circular, desta vez, tratava-se de *A Situação*, que, conforme Jucá (2009), comportava-se de forma ambígua, defendia dois posicionamentos políticos: a princípio destinou-se a apoiar o governo e depois passou a defender a oposição. (p. 58) De acordo com o autor, este periódico entrou em circulação com o apoio do vice-presidente José Antônio Murтинho, que esteve no exercício do poder durante oito meses e oito dias, período em que foi vítima de uma oposição cerrada do jornal *O Popular*. (Idem)

Jucá (2009) valeu-se das palavras do Antonio Ernani Pacheco Calhaó para afirmar que “há que se observar que ora o jornal vincula-se ao poder em sua defesa [...], ora se distancia dele opondo-se de forma decisiva, não poupando as críticas à administração da província” (p. 58). Desse modo, de acordo com o autor, entre os anos de 1879 a 1885, o referido periódico funcionou como órgão do Partido Conservador. A mudança de postura, possivelmente, se deu em razão de ter subido ao poder o Partido Liberal, que, na ocasião, tinha como representante,

na direção da Província, o presidente João José Pedrosa, fundador, conforme Jucá (2009), do periódico *A Província de Mato Grosso*, que passou a publicar toda parte oficial de seu governo. (Idem)

Segundo Jucá, sem a televisão, o rádio e a revista dos tempos atuais, o jornal exerceu importante papel, maior do que se possa imaginar, tanto no Império quanto no início do período republicano. O autor assinalou que, em Mato Grosso, o isolamento de sua capital fez com que esta valorizasse os seus pequenos jornais e transformasse os mais significativos em verdadeiro patrimônio cultural, não importando a sua linha editorial. (p. 65)

A respeito da imprensa em Mato Grosso como ponto de referência na condição de atuar na oposição e/ou na situação, trazemos para este cenário dois periódicos importantes que atuaram no período provincial, especificamente, no ano de 1863: *A Imprensa de Cuyabá* e *O Matto-Grosso*. Estes dois periódicos posicionaram-se a favor dos partidos naquela ocasião. O primeiro, em favor do Partido Conservador e, o segundo, defendendo o Partido Liberal. Conforme o autor Jucá (2009), *A Imprensa de Cuyabá* foi o primeiro jornal de oposição. Havia sido prestigiado com a publicação dos atos oficiais, (p. 73) mas, conforme se observou nas publicações correspondentes ao ano de 1863, o referido periódico atuava em defesa do presidente Herculano Ferreria Penna, como demonstramos a seguir.

*A Imprensa de Cuyabá* (31-03-1863, ano IV, n.º 220, p. 01), através do texto publicado na coluna “Comunicado” e intitulado “O Presidente de Matto Grosso e a recente oposição”, trazia informações detalhadas sobre o governo do Presidente Herculano Ferreira Penna e respondia a uma “correspondência” publicada no jornal *Actualidade*<sup>301</sup>, datada de 27 de dezembro de 1862, que havia chegado de pacote. Antes de trazer à luz o conteúdo do texto, é importante descrever a edição de *A Imprensa de Cuyabá* que trouxe as sentenças explicativas, A edição de número 220 diferia das outras por apresentar um quantitativo maior de páginas, seis ao todo, em vez das habituais de quatro páginas. As colunas costumeiras, como edital, anúncios e os recorrentes “agradecimentos” e “a pedido” foram retiradas em razão da importância e extensão do texto responsável por esclarecer a população sobre o que ocorria na gestão do Conselheiro Penna.

Sobre o extenso e explicativo texto, asseguravam que o Conselheiro Penna havia sido recebido com “reiteradas e não equivocadas demonstrações de regozijo e confiança [...] por ambos os partidos ali existentes”. Assinalava, ainda, que:

---

<sup>301</sup> Conforme *O Porvir* (28-5-1878, ano I, n.º 30, p. 02), havia recebido diversos jornais e, entre eles, *A Actualidade*, “órgão liberal” proveniente da cidade de Ouro Preto – MG.

[...] a tranquilidade que em geral tem reinado, desde o dia de sua posse até hoje, o socego e regularidade com que se fizeram as eleições para senador, e Deputado, a certeza de que todos tiveram de que elle só tomou n'esta questão, a parte que lhe cabia como mantenedor da lei, abstendo absolutamente, de empregar a sua influencia em favor de qualquer um dos lados, a linguagem dos jornais que servem de órgãos a um e outro, e que até hoje não fizeram a menor censura a administração. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 01)

Destacavam que “os constitucionaes” e/ou conservadores eram quem podia fazer alguma queixa, mas estes reconheciam que não poderia ser atribuído ao:

[...] actual presidente o resultado de actos e sucessos anteriores a sua posse, em vez de pedir-lhe qualquer medida que possa parecer reaccionária, mostram-se satisfeitos com a habitual moderação e imparcialidade e descansam com a certeza de que uma vez que esteja bem informado será elle incapaz de fazer-lhe em caso algum a menor justiça. (IDEM, IBIDEM)

Adiante constroem argumentos que respondem duas “arguições”, a primeira sobre o presidente Penna ter se lançado “aos braços do indiferentismo e da indolência” e, a segunda, sobre as obras no Arsenal de Guerra e da Marinha. A esse respeito, *A Imprensa de Cuyabá*, destacava que o correspondente “ignorava os fatos [...] ou agia de [...] má fé.” (p. 02)

A despeito deste texto é correto afirmar que, apesar da “concórdia” defendida por Sena (2006), as disputas acirradas entre os conservadores e liberais<sup>302</sup> continuaram por muito tempo. Assinala-se que, possivelmente, a tão pretendida conciliação se fez para respeitar o âmbito e/ou os espaços em que o presidente deveria transitar para por em ordem a província, propondo “melhoramento” para diversos ramos do serviço público. Essa prática pode ser percebida nos discursos do presidente Leverger, ao se dirigir a assembleia, em 1854. O texto de *A Imprensa de Cuyabá*, de 31 de março de 1863, ratificava as amistosas relações entre o presidente Penna e a Assembleia apesar dos rumores ao contrário.

As disputas as quais nos referimos estiveram no âmbito das práticas destes dois partidos quando se realizavam as eleições<sup>303</sup>. Episódios como os ocorridos nas Freguesias de Santana da Chapada e Brotas nas eleições, em agosto daquele ano (1863), a resposta dada a “miscelanea” de *A Situação* pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, em 1878<sup>304</sup>, e o

<sup>302</sup> Conforme *O Matto-Grosso* (16-08-1863, ano I, n.º 29, p. 03), o Partido Liberal, nas eleições, havia obtido completo triunfo nas freguesias da Sé, Pedro 2º, Livramento, Santo Antonio, Chapada e Rosario. Na lista, apareceu o quantitativo dos eleitores, seguido de seus nomes, na Sé - 21, Pedro 2º - 10, Livramento - 10, Santo Antônio do Rio Abaixo - 9, Chapada - 4, e Rosario - 6 (p. 03).

<sup>303</sup> Ver *A Imprensa de Cuyabá* (20-08-1863, ano V, n.º 240), correspondência de Vila Maria sobre as eleições que não conseguiam ser finalizadas e foram adiadas, diversas vezes, por causa dos sucessivos juizes alegarem doenças e continuar a população pedindo providências. Nesse sentido, o redator considerava o episódio como “inaudita anarchia”. (p. 01-02)

<sup>304</sup> Conforme *O Liberal* de 17-03-1878, ano VII, n.º 341, p. 02.

episódio ocorrido entre João Ribeiro do Nascimento<sup>305</sup> e o Capitão Generoso Ponce, em setembro de 1889, demonstram como o estado de tensão sempre esteve presente na política mato-grossense.

Sobre esta questão, *A Imprensa de Cuyabá* (27-08-1863, ano V, n.º 241, p. 03) destacava:

Na eleição é a lei que designa os eleitores, por meio de qualificações geraes. Ora a lei sempre há de ser mais justa, mais inflexível, imparcial e incapaz de se dobrar a influencias ilegítimas, do que o povo disperso pelo território fraccionado em unidades individuaes, sem ideas nem interesses geraes, dominado pelo senhor da terra em que vive, sob a pressão minuciosa da policia, ou de outras influencias ilegítimas e corruptoras. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 2863, p. 03)

Como já deixamos claro, *A Imprensa de Cuyabá* circulava em favor dos conservadores e *O Mato Grosso* em favor dos liberais. Antenados com os acontecimentos políticos na época, estes jornais reproduziam informações sobre reforma eleitoral, que traziam uma discussão sobre a importância das “eleições diretas”. O periódico *A Imprensa de Cuyabá* deu destaque ao texto em 27-08-1863, ano V, n.º 241, p. 02-03. Quase um mês depois, *O Matto-Grosso* (20-09-1863, ano I, n.º 34, p. 02-03) trouxe para as suas páginas o mesmo conteúdo, a única diferença é que *O Matto-Grosso* referenciou a autoria do “trabalho” como sendo do “Exmo Dr. Moares Sarmiento.” (p. 03)

De acordo com *O Matto-Grosso* (13-09-1863, ano I, n.º 33 p. 03), nas eleições, seguiam as “irregularidades” em Vila Maria e Brotas. Em Brotas, a situação parecia contornada pelos “conservadores”, como explicitou o texto que a comissão encarregada de verificar os “poderes eleitoraes”, não havia encontrado matéria alguma capaz de anular os votos daquela freguesia. Enfatizavam que, no livro de atas examinado, não viram irregularidade alguma e nem registro de protesto contra a eleição. Assinalavam que:

[...] se isso succedeo, não foi porque os conservadores ahi procedessem, como devião, isto é, como amigos exclusivos da ordem, que só desejam triumpho honesto, mas sim porque ahi estão montados, com as posições officiaes, onde torna-se impossivel aos seos contrários fazer qual quer (sic) justificação, sobre as irregularidades das eleições, e porque como succedeo, a *Mesa-Parochial*, que é toda conservadora, não accitou e não transcreveo nas actas os protestos que lhe forão apresentados por grande numero de cidadãos qualificados que pertencem ao Partido Liberal. (O MATTO-GROSSO, 1863, p. 03)

Logo, em 14 de maio de 1863, *Leverger* assinalava que:

[...] Suposto que em todos os paizes sujeitos ao regimen representativo, sejam criticas as epochas de eleições populares, persuado-me de que aqui o processo eleitoral há de

<sup>305</sup> Segundo *A Gazeta* de 01-09-1889, ano I, n.º 55, p. 04.

correr pacificamente, ou pelo menos sem perturbação que possa abalar a ordem publica. Não existe partido, ou grupo algum infenso as instituições que nos regem, embora as parcialidades em que decide (sic) a população tomem, ou se dêem mutuamente esta ou aquella dominação, afianço a V. Exa que antagonismos de princípios políticos, he cousa que absolutamente não há nesta província. (RELATORIO DE PRESIDENTE, 1863, p.05)

Leverger<sup>306</sup> lembrava, ainda, não haver motivo para “recrear excessos” que justificasse o emprego da força pública e argumentava, também, que “não há que me conste, exemplo de nesta província, huma só eleição havido ser manchada com sangue”(p. 05). Nesse sentido, parece que o discurso do dirigente no pleito de agosto daquele ano seria posto a prova. As noticias expressas nos periódicos da situação e oposição, representados naquele momento pelos jornais *A Imprensa de Cuyabá* e *O Matto-Grosso*, não deixaram dúvidas. Acontecimentos por diversas freguesias desautorizaram o discurso do presidente feito à Assembleia Legislativa, naquele 14 de maio de 1863.

*O Matto-Grosso* (09-08-1863, ano I, n.º 28) alertava: “Hoje é dia em que temos de ver para que lado pende o prumo de nossa balança política! O Partido Conservador sorratamente cabula para obter o triumpho, e o liberal, cõscio da sua maioria e influencia contempla-o sem nada temer!” (p. 01) E *A Imprensa de Cuyabá* (20-08-1863, ano V, n.º 240) não perdeu a oportunidade em destacar que:

[...] os conservadores vão as freguezias, em que os liberares contam com a meza e a maioria, para perturbar as eleições; contentes de sua sorte esperam um triumpho honesto, quando a oppressão e a imposição cessarem, mas estes exemplos não imitão os seus contrários [...] Nas passadas eleições os conservadores em minoria na Sé, São Gonçalo, Chapada e Poconé deixarão livres o campo aos seus contrários, e não os perturbarão, em minoria porém em Santo Antonio, Livramento, Brotas virão no voar em magotes a inutilisar as eleições dessas parochias, em Santo Antonio atirando maços de listas na urna, no Livramento invertendo a ordem dos eleitores para suplentes, e viceversa, depois de feita a eleição e afixado o edital dos mais e menos votados na porta da Igreja, na Brotas nada conseguirão. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 01)

Na mesma edição, na coluna “noticiario”, anunciavam que no dia 13 do mês corrente, agosto, haviam chegado a Cuiabá, da freguesia de Brotas, o Srs. Administrador do Correio o

<sup>306</sup> *A Imprensa de Cuyabá* (05-07-1863, ano V, n.º 223, p. 01) publicou nas “Partes Officiaes” que o presidente declarava que em atendimento a portaria da data de 26 de junho de 1863, em virtude da parte final do artigo 2º do Decreto n.º 1082 de 18 de agosto de 1860, assinalando que cada uma das paróquias da província: [...] Dara o numero de eleitores que foi designado por Portaria da Presidencia de 10 de Outubro de 1860 e approved pela Camaras dos Deputados, com as alterações por ela feitas, a saber: Freguesia da Sé 21, a de Pedro Segundo 10, a da Guia 6, a das Brotas 5, a do Livramento 10, a da Chapada 4, a Santo Antonio 9, a de Albuquerque 6, a de Miranda 6, a Sant’ Anna do Parahyba 12, a do Diamantino 12, a do Rosario do Rio acima 6, a de Villa Maria 5, a de Poconé 14, a SS Trindade de Mato Grosso 12, e outro sim que os eleitores da Paroquia de Sant’ Anna do Parahyba deverão fazer parte do colégio de Miranda. Palacio do Governo em Cuiabá 26 de Junho de 1863 – Augusto Leverger. (p. 01)



Capitão Bueno, “trazendo a agradável noticia de haverem perdido, como o anno passado, os seus trabalhos eleitoraes.” (p. 01)

Após o anúncio, seguiram-se as listas com os nomes das freguesias (dos eleitores) e do quantitativo de eleitores de cada uma, sendo: Brotas – 5, Guia – 6, Chapada – 4, e Rosario – 6. Sobre o embate nas disputas entre conservadores e liberais, *A Imprensa de Cuyabá* (27-08-1863, ano V, n.º 241) ainda reforçava que “o que sobremodo admira é que o espírito de partido levasse a redacção de o Mato a justificar as disposições de suborno, e na exequibilidade deste meio e o emprego de pão e de fazer sangue alardeados pelo Capitão Bueno para o triumpho da eleição das Brotas. E é o órgão do Partido Liberal a redacção do Mato?” (p. 01)

Como se não bastassem os episódios nas freguesias acima citadas, *A Imprensa de Cuyabá* (20-08-1863, ano V, n.º 240, p.01-02) divulgou uma correspondência de Vila Maria de que, naquela vila, não conseguiam finalizar o processo eleitoral, que os trabalhos finais haviam sido adiados por diversas vezes, que a causa dos obstáculos era que os “sucessivos” juizes alegavam doenças, e que a população continuava pedindo providencias. Nesse sentido, o redator considerou o episódio como “inaudita anarchia”. Sobre essa situação, em 03 de maio de 1864, o presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho anunciava, em seu relatório, que as eleições de Nossa Senhora da Conceição do Diamantino e de São Luiz de Villa Maria haviam sido anuladas e uma nova data estipulada para ocorrerem novamente. (07)

Desse modo, ressalta-se que, em 03 de maio de 1864, o presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho apenas repetiu trechos do discurso de Leverger de 14 de maio de 1863. O presidente destacava que o processo havia ocorrido “pacificamente” e que “pelo exame desse processo se conhece á toda evidencia a liberdade que houve na votação” e assinalava ainda que “Por elle se vê que dos 138 eleitores que tem a província 108 votaram uniformemente nos candidatos do partido progressista, e 25 no partido opposicionista, e 5 deixarão de votar por causas desconhecidas”. Possivelmente o presidente tentava apresentar uma imagem de tranquilidade no cenário político entre as duas forças partidárias que, naquele momento, eram expostas pelos dois jornais, *A Imprensa de Cuyaba* e *O Matto-Grosso*.

Sobre a imprensa mato-grossense na dianteira de assumir posições na defesa deste ou daquele partido, assinala-se que *O Liberal* e *A Situação* passaram a incorporar o papel da *A Imprensa de Cuyabá* e de *O Matto-Grosso*. *O Liberal*, como o nome já diz, anunciava demonstrando a forte adesão que a sociedade cuiabana devotava ao Partido Liberal e, na contramão, estava *A Situação* para mostrar que não havia unanimidade em relação às questões

político-partidárias, dedicando suas páginas ao partido Conservador.

### 3.4.6 Pretos e pardos na cena política mato-grossense

Após as evidências que norteiam as práticas estabelecidas na ciranda política da Província de Mato Grosso, apontamos, a seguir, alguns recortes que respondem pela passagem de pretos e pardos letrados nos partidos políticos e nos espaços destinados a pensar saídas para os diversos ramos do serviço público, na província em questão.

Iniciamos nossa digressão apresentando o Tenente-Capitão Laureano Xavier da Silva, que podemos caracterizar como escravista, jornalista, político e integrante do exército no período do imperial. As passagens que podem testemunhar sobre a vida o referido Capitão estão circunscritas ao Arquivo Público de Mato Grosso, (Jucá, 2009), nas informações presentes nos periódicos de época e, ainda, em um inventário posterior a seu assassinato no APMT.

A esse respeito, Jucá (2009, p. 52) destacou que o periódico *O Noticiador Cuiabano* iniciou sua circulação em 03 de maio de 1857 e, em conformidade com o autor, este jornal era publicado aos domingos, de propriedade de José Delfino de Almeida e Comp. O referido jornal tinha como redator e editor, o Capitão Laureano Xavier da Silva<sup>307</sup>. De acordo com Jucá, este periódico publicava as fases da lua, as partidas do correio para Poconé, Caceres e Diamantino dentro da Província e para Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e demais províncias.

Homens das letras, assumindo a função de Capitão, o fazendeiro Laureano Xavier da Silva reunia qualidades que o levariam a ingressar no mundo da política, desse modo, duas das qualidades sugeridas por Sena (2006, p. 07) poderiam ser endereçadas ao Capitão, dono de terras, a assumir um posto no serviço público, neste caso, o de Capitão do exército. Se Laureano Xavier a Silva reunia esses predicados, este poderia lançar-se na carreira política. Nesse sentido, o jornal *A Imprensa de Cuyabá* (16-09-1860, ano II, nº 61, p.1-2) anunciava o resultado das Eleições para vereador e Juiz de Paz das Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II para aquele ano. A esse respeito, apresentou-se o resultado quantitativo dos votos para vereadores, que foram contabilizados entre 467 e 9 votos na Freguesia da Sé. O Capitão Laureano Xavier da Silva ficou entre os seis mais votados, com um total de 419 votos, destaca-se, também, que entre os candidatos, apareceu o professor Sebastião José da Costa

---

<sup>307</sup> Conforme *Noticiador Cuiabano* de 13-03-1859, ano III, n.º 97, p. 01.

Maricá, conseguindo angariar 14 votos. (p. 02)

Nesse mesmo pleito, o Capitão Laureano Xavier da Silva apareceu no cômputo na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, ocupando a 3ª posição entre os mais votados, com 215 votos. (idem) Não se pode afirmar que o Capitão tivesse sido eleito vereador naquele pleito, todavia, com as classificações ocupadas na Freguesia da Sé e na de São Gonçalo de Pedro II, e a contar com as informações de *O Mato Grosso*<sup>308</sup> para o ano de 1864, de que o número de vereadores para o quadriênio era de 09 (nove), tudo leva a crer que tivesse ocupado uma das cadeiras da Câmara Municipal de Cuiabá, após o pleito.

Participando dos espaços de fazer política na Província, conforme *O Matto-Grosso* (07-08-1864, ano II, nº 31, p.03), Laureano Xavier da Silva integrava a lista dos votantes convocados por escolherem os nove vereadores e os quatro juizes de paz que compunham o termo da Freguesia da Sé para o quadriênio de 1863 a 1868. Em *O Matto-Grosso* (18-09-1864, ano II, nº 36, p. 02), Laureano Xavier da Silva apareceu na 38ª posição na lista dos vereadores da Câmara Municipal de Cuiabá. Assinalava-se que na Paróquia da Sé ele contou com 01 voto. Na Freguesia de São Gonçalo, conforme *O Matto-Grosso* (30-09-1864, ano II, nº 37, p. 01), o referido candidato apareceu na 5ª posição, com um total de 425 votos para o cargo de vereador. Nesse sentido, infere-se que o referido candidato havia perdido prestígio na Freguesia da Sé e conquistado prestígio maior na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, visto a quantidade de votos conseguidos nesta freguesia. Na Paróquia de Santo Antonio do Rio Abaixo, o Captião Lauerano Xavier da Silva havia galgado a 9ª posição com 153 votos.

Em 1871, Laureano Xavier da Silva continuava sua participação nos espaços destinados ao fazer político na Província de Mato Grosso, nesse sentido, *O Liberal* (?<sup>309</sup>-12-1871, ano II, n.º 119, p. 3) trouxe uma lista constando os nomes de eleitores que deveriam constituir a formação “da mesa da junta de revisão da qualificação de votantes”, da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá para aquele ano. Tal feito convidava os eleitores e seus suplentes para comparecerem no dia e hora designados. A esse respeito, dos 21 eleitores, o Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva figurava como 15º convidado.

No primeiro capítulo deste trabalho, narramos o caso de Januario, que havia sido deixado livre em testamento por D. Rosa de Oliveira Machado e em seguida teria sido reduzido à escravidão por José Luiz de Oliveira, filho da testamenteira. Conforme as

<sup>308</sup> Ver *O Matto-Grosso* de 07-08-1864, ano II, nº 31, p.03.

<sup>309</sup> Observou-se que, na edição em tela, não consta a parte do cabeçalho, impossibilitando aferir a data de publicação do mesmo. Referimos a esta edição como n.º 119 porque a Biblioteca Nacional assim o enumerou. Aventou-se que a edição de *O Liberal* fosse de dezembro, por conta das datas explícitas em todas as publicações presentes na edição analisada.

informações da época, Januario era propriedade<sup>310</sup> do Capitão Laureano Xavier da Silva e o desenrolar dos fatos culminou com o assassinato do referido Capitão. Nesse sentido, de acordo com *O Mato Grosso* (18-10-1863, ano I, n.º 38, p. 04), Laureano Xavier da Silva atuava como “procurador” de escravos fugidos, sendo ele responsável por dois anúncios nesta edição, os quais foram repetidos em *O Mato Grosso* (01-11-1863, ano I, n.º 40, p. 04). A esse respeito, tudo leva a crer que, pelos autos transcritos e publicados em *O Libera,l* o Capitão foi assassinado no desfecho de um caso de reescravização de libertos, numa trama em que envolvia valores entre um conto e quinhentos mil reis, devidos pelos irmãos Canavarros a Januário, e um conto e mil oitocentos réis da proposta feita pelo mediador do falecido pela liberdade do referido escravizado.

Outros homens pardos estiveram na dianteira da política na Província de Mato Grosso, a esse respeito trazemos à luz a figura do Padre José Joaquim Ferreira dos Santos, que, conforme Sena (2006, p. 193), era um dos 22 membros que haviam sido eleitos para compor a Assembleia Legislativa Provincial, com 79 votos, em 1869. Certamente, o resultado das eleições apresentado pelo periódico *A Situação* (10-10-1869, ano II, n.º 54, p. 01-04), sobre os votos para deputados da Capital e Poconé, referiam-se aos dados apresentados pelo autor. A esse respeito, o Padre José Joaquim apareceu em 15º lugar, na sequência dos mais votados na capital, com 64 votos (os seis primeiros listados obtiveram 65 votos, a partir do 7º até o 22º todos computavam 64 votos) e, no colégio eleitoral de Poconé, o referido padre ocupou a 8ª posição entre os mais votados, com 15 votos (muito embora 21 candidatos tenham obtido 15 votos).

Possivelmente, a trajetória do Padre José Joaquim Ferreira dos Santos o tivesse levado a imiscuir-se na política, ele não era o único, nesse mesmo pleito, os padres José Antonio Peixoto e Antonio Henrique de Carvalho Ferro, conforme Jucá (2009), também haviam sido eleitos para ocupar uma vaga na Assembleia Provincial para o ano de 1869. Na instrução publica, José Joaquim Ferreira dos Santos havia sido jubilado, conforme o relatório do Presidente da Província de Mato Grosso José Cardoso Junior, em 1871, que em documento assinado em 27 de junho daquele ano, assinalava que o referido professor estava impossibilitado “de continuar a servir em consequencia de molestia, com o vencimento annual de 400\$00, por ter servido mais de 7 anos [...] de conformidade com o artigo 15 da lei provincial n. 8 de 5 de Maio de 1837, restaurada em suas disposições pela de n. 3 de 1854.”

---

<sup>310</sup> Ver INVENTÁRIO da viúva cabeça de casal Exma. D. Thereza Angelica Xavier da Silva. Cuiabá: APMT/CARTORIO DO 5º OFÍCIO, 18741, PROCESSO N.º 731, CAIXA ANTERIOR 54, CAIXA ATUAL 113, p. 27. Januario estava entre os 16 escravizados arrolados no inventário em questão.

(p. 48-49)

Em *O Povo* (08-02-1879, ano I, nº 05, p.04), José Joaquim Ferreira dos Santos atuava como Escrivão da Câmara Eclesiástica e exercia o emprego de Capelão Militar. Esta informação consta na coluna “A Pedido”, em que o Cônego Joaquim de Souza Caldas desabafava sobre um processo que respondia sobre o juízo eclesiástico e tinha José Joaquim Ferreira dos Santos como inimigo e o julgava incompetente para exercer a função de escrivão. (p.04)

No contexto político em Mato Grosso, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado também transitou pelos espaços reservados à política. A esse respeito, destacamos que nossos sujeitos possuíam uma característica em comum, “eram homens das letras”. Podemos considerá-los “homens das letras” no jornalismo ou na instrução pública, quando não atuavam nas duas frentes. No caso do Dr. Dormevil, é seguro afirmar a participação dele tanto na instrução pública quanto na redação de *O Liberal*, desse modo, deduz-se que Thomé Ribeiro de Siqueira também assim procedesse, por ter atuado na redação de *O Porvir* e ter oferecido para “leccionar gratuitamente o systema metrico decimal” para a turma dos examinados do Arsenal de Guerra, em 1889.

Possivelmente, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, dentre nossos personagens, foi o que chegou mais longe e/ou ocupou posições de destaque. Foi deputado, indicado à 3ª vaga na linha sucessória de vice-presidente da província, participante assíduo e árduo defensor dos ideais do Partido Liberal. Em outros espaços dedicou-se a associações abolicionistas, às artes, ao professorado, à medicina, e dirigiu a instrução pública em Mato Grosso.

Pontuando sobre a trajetória política do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, assinala-se que, conforme Jornal *O Liberal* (01-08-1878, ano VII, nº 362), o referido, de acordo com o grêmio do Partido Liberal, “desistio de sua candidatura, ficando ella adiada para primeira eleição para deputados geraes, que houver n’esta Provincia depois da que vae ter lugar. Cuiabá, 13 de julho de 1878. Dr, Dormevil José dos Santos Malhado.” (p.4)

Em 1882, tentou a candidatura ao senado, conforme o jornal *A Província de Matto-Grosso* (08-01-1882, ano IV, nº 158). Ao todo concorreram 47 candidatos e a Câmara Municipal de Cuiabá informava a quantidade de votos que os candidatos para o senado haviam recebido naquele pleito, desse modo, informou-se que o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado havia ocupado a 32ª classificação, contando 2 votos. (p. 04)

José Maria de Alencastro, pertencente ao Partido Liberal, governou a Província de Mato Grosso de maio de 1881 a março de 1883. O Partido Liberal possuía um jornal que

levava à sociedade mato-grossense os acontecimentos políticos daquela época, sobretudo, os ligados aos ajustes empreendidos pelos componentes do referido partido, *O Liberal*.

A esse respeito, o jornal *O Liberal* (17-08-1882, ano XI, n.º 541, p.01) noticiou que, no dia 17 de junho de 1882, em uma “estrandosa e espontanea manifestação de apreço”, o Partido Liberal oferecia ao Exm.º Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro:

[...] um sumptuoso baile que se efecctou nos salões do palácio em comemoração a brilhante administração do partido. O baile havia principiado as 9 horas procedendo uma ligeira allocução feita procedendo pelo nosso correligionário Dr. Malhado, que terminou com vivas. (O LIBERAL, 1882, p.1)

Na edição de 24 de junho de 1882 (n.º 542, p. 01), o baile voltou a ser tema ocupando, praticamente, as duas colunas que compunham a primeira página do periódico. Descreviam o evento desde o início, às 7 da noite, até às 2 da manhã, e informavam que lá estiveram presentes “alguns membros da política adversa, despidos de algumas paixões partidárias, que não tem entrada nos corações magnânimos, quando se trata de um tributo devido ao mérito” (p. 01). Informou-se, também, que o baile estava “tão concorrido” que havia participado “perto de 90 senhoras e mais de 150 cavalheiros.” (Idem) Além dos festejos, outro texto, na coluna “Noticiario”, reforçava as ações de Alencastro, trazendo à luz o “ajardinamento da praça do palacio”, “empregando meios para que o abastecimento de água potável pudesse ser realidade”, e “mandando continuar abertas as escolas não creadas por lei mas que tendo numero superior de 20 alunos”, não seriam fechadas por falta de verbas.

Igualmente, observou-se que, de modo que se aproximava o final do Império e as acomodações do novo regime, a “República”, nossos sujeitos e muitos de seus iguais concorriam, participando do movimento que tomava conta da cidade de Cuiabá. Nesse sentido, de acordo com *O Matto-Grosso* (27-07-1890, ano XII, n.º 599, p. 01), o novo regime exigia outras posturas e outros pensamentos, conforme a ata da “reunião celebrada em 18” de julho de 1890, em que uma comissão, composta por 38 cidadãos, elaborou o projeto de constituição do referido partido, o qual trazia em seu artigo 1º:

§ 1 Manter e conservar como forma de governo da nação a republica federativa proclamada pela revolução de 15 de novembro com as modificações que forem estabelecidas pela assembleia constituinte.

§ 2 Pugnar pela integridade e pelo engrandecimento moral e material da Pátria, especialmente do Estado de Matto Grosso; pelo livre exercício dos direitos de reunião e de expressão do pensamento, bem como de outro e qualquer manifestação social da actividade humana; pela autonomia dos municípios descentralização política e administrativa e pela severa economia e boa aplicação das rendas publicas. (O MATTO-GROSSO, 1890, p, 01)

A esse respeito como anunciados sobre as reuniões organizadas para a criação do Partido Republicano, a nova sigla seria formada pela [...] a união dos bons cidadãos **dos extintos partidos** [grifo meu], pelas mesmas novas ideias, sentimentos e intuítos políticos, em prol do futuro [...] do nosso estado. (p, 01)

Para consolidar a criação do novo partido na reunião do dia 27 de julho de 1890, 216 nomes constavam na ata de criação, destes nomes através do cruzamento de dados encontrou-se 151 no Recenseamento de 1890. Levando-se em consideração<sup>311</sup>, o recorte racial, a composição do Partido Republicano ficou assim representada: 53,6 % de brancos, 41% de pardos e 5,2% de pretos. Entre os sujeitos<sup>312</sup> eleitos neste estudo confirmou-se a participação Dormevil José dos Santos Malhado, Thomé Ribeiro de Siqueira, Antonio Pereira Catilina da Silva, Agostinho Lopes de Souza e Sebastião José da Costa Maricá. Nesse sentido possivelmente as duas siglas anteriores participavam em maior ou menor quantidade na construção do Partido Republicano no novo regime

### 3.5 Perfis dos casamentos segundo o Recenseamento de 1890

A partir dos dados censitários tanto de 1872 quanto de 1890, que combinados com as evidências apontadas por Silva (1995), consideramos a Província de Mato Grosso, especificamente, a cidade de Cuiabá, como uma cidade peremptoriamente negra. Trazemos à luz os arranjos familiares, no sentido de referendar, mais uma vez, o quantitativo de pretos e pardos na referida cidade, naquela época.

Para balizar as considerações sobre uma maioria negra presente na população cuiabana, recorreu-se ao Recenseamento de 1890 para compreender como estavam constituídas as famílias da referida cidade, levando-se em consideração o estado civil (casado, casada, solteiro, solteira, viúvo, viúva), no que diz respeito aos cônjuges, na formação das Famílias nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II, considerando a composição racial entre brancos, pretos e pardos.

A esse respeito, assinala-se que o *Quadro – 45* corresponde à *composição racial* das famílias da Freguesia da Sé. Nesse sentido, computaram-se 408 casamentos constituídos por ambos os cônjuges pertencentes à raça branca, 325, ambos pertencentes à raça parda e, 121,

<sup>311</sup> Ver anexos XLI - Lista de “cidadãos que quiseram aderir” ao Partido Republicano, em 27 de julho 1890 e XXX - Quantitativo segundo “raça” dos “cidadãos que quiseram aderir” ao Partido Republicano, em 27 de julho 1890.

<sup>312</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 05-08-1890, ano XII, n.º 600, p.1.

ambos pertencente à raça preta. Se levarmos em consideração o conjunto formado por negros (a soma de pretos e pardos), salienta-se que 52,2% das famílias pertencentes a esta freguesia eram majoritariamente composta por ambos os cônjuges de raça “negra”.

**Quadro 45 - Composição racial das famílias da Freguesia da Sé conforme Recenseamento de 1890<sup>313</sup>.**

	Branca	Parda	Preta	Total
Nº famílias	408	325	121	854
%	47,7	38,0	14,1	99,8

Fonte: Construção do autor a partir de Peraro (2005).

O Quadro 46 corresponde à formação das famílias da Freguesia da Sé. Quanto ao perfil considerado “inter-racial”<sup>314</sup>. Nesse sentido, percebeu-se que havia uma tendência à formação de família maior entre pretos e pardos (51,5%), seguidos por brancos e pardos (45,4%) e uma quantidade mínima entre brancos e pretos (3%).

**Quadro 46 - Composição interracial das famílias da Freguesia da Sé conforme Recenseamento de 1890.**

	Branca/Parda	Branca/Preta	Parda/Preta	Total
Nº famílias	30	02	34	66
%	45,4	3,0	51,5	99,9

Fonte: Construção do autor a partir de Peraro (2005)

Sobre a formação da família cuiabana, quando tratamos de sua composição “inter-racial”, traz-se à luz uma notícia veiculada no jornal *A Provincia de Matto-Grosso* (04-04-1880, ano III, nº 66, p.02), na coluna “Gazetilha”, o “hymineu” do Sr. Tenente Francisco Gonzaga Cicero de Sá, com a Em. Snr<sup>a</sup>. D. Jacintha Alzira Pereira de Mello. Nesse sentido, para confirmar o pertencimento dos cônjuges, utilizou-se das informações constantes no Recenseamento de 1890 (p. 101), em que Cicero de Sá foi caracterizado como um homem pertencente à “raça” branca, 50 anos, negociante, casado, católico, brasileiro, que sabia ler, casado com Jacintha Alzira Pereira de Mello, caracterizada como pertencente à “raça” preta,

<sup>313</sup> Na *Freguesia da Sé*, 52% das famílias eram constituídas de não brancos, ou seja, somando as famílias compostas especificamente por cônjuges de raça parda e por cônjuges de raça preta tem-se 52% famílias constituídas por “negros”. Esse detalhe contribui para a compreensão de uma população eminentemente “mulata” e/ou “escura” como assinalou Siqueira (2000), ao recorrer às análises de Von Stein sobre a composição de alguns segmentos sociais da sociedade cuiabana nos Oitocentos. Outro dado relevante é que a constituição das famílias entre pessoas de raça parda e de raça preta superavam as formadas por pessoas de raça branca/preta e raça branca/parda. Para as primeiras coligiu-se um total de 51,5%, contra 48,4%, somando-se a segunda (branca/preta) com a terceira (branca/parda).

<sup>314</sup> Consideramos como perfil inter-racial as famílias em que um dos cônjuges pertencesse a um grupo étnico diferente do outro, ex: branco x pardo; pardo x preto, branco x preto.



25 anos, brasileira, católica, que sabia ler.

Conforme o referido Recenseamento, estes residiam no 14º quarteirão, Rua 1ª de março – Freguesia da Sé. Moravam com estes outras 9 pessoas, sendo 4 crianças de idade entre 2 e 8 anos (uma delas frequentava a escola e sabia ler), e todas as crianças foram caracterizadas como de raça branca. Residiam, ainda, 3 caixeiros viajantes com idade entre 18 e 38 anos e todos sabiam ler. Ainda moravam lá, duas mulheres que foram caracterizadas como de raça parda. Desse modo, recorrendo ao periódico *A Província de Matto-Grosso* (p. 2), transcreveu-se a seguinte notícia:

Teve lugar às 6 horas da tarde do dia 31, em oratório particular o consorcio do Sr. Tenente Francisco Gonzaga Cicero de Sá, com a Em. Snrª. D. Jacintha Alzira Pereira de Mello digna filha do nosso amigo Tenente Coronel João Theodoro Pereira de Mello. O acto foi celebrado pelo Revd. Padre Mestre Félix Ferreira de Carvalho, sendo testemunhas o Senhor Barão de Diamantino e o Desembargador Firmo. Apesar do tempo chuvoso, a concurrencia foi completa. A noite houve uma esplendida reunião dançando-se até a 1 hora da madrugada. Felicitamos aos noivos e a sua família, ambicionado aos contrahentes dilatados annos na paz do amor conjugal. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1880, p. 02)

Destaca-se que, ao eleger um conjunto de oito sujeitos para ter suas trajetórias construídas no final desta tese, conferiu-se lugar central à constituição de suas famílias. E, nesse caso, dois casamentos foram considerados de formação inter-racial<sup>315</sup> e, outros dois, a leitura das informações também sugeriram que o fosse<sup>316</sup>.

Sobre a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, conforme o *Quadro - 47*, foi possível apurar que os casais formados por negros (a soma de pretos e pardos) chegavam a 54,%, superando os formados por ambos os cônjuges da raça branca, que chegavam a 45,5%.

**Quadro 47 - Composição racial das famílias da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II conforme Recenseamento de 1890<sup>317</sup>.**

<sup>315</sup> Antonio José Duarte (pardo) e Amelia Pereria Duarte (branca), e Antonia Augusta Gaudie Ley (parda) e Maoel Gaudie Ley (branco) – Obs. Antonia Gaudie Ley no Recenseamento de 1890 teve seu estado civil informado como viúva, portanto, conforme o *A Província de Mato Grosso* de 1888 (01-07-1888, ano X, n.º 496), Manoel Gaudie Ley falecera repentinamente de congestão cerebral. (p. 02)

<sup>316</sup> Sugere-se que, de acordo com o Recenseamento de 1890 (p. 236), Tiburcio dos Santos Leque, viúvo, com dois filhos, que foram caracterizados como pertencente à raça branca, provavelmente tenha sido casado com uma cônjuge pertencente à raça branca. O caso de Thomé Ribeiro de Siqueira reside no fato de seu estado civil ser informado como casado e o de sua possível conjuge ser informado como solteira, mas tudo indica que o casal vivia pelo menos uma união consensual, no âmbito do que considerou Peraro. (1997)

<sup>317</sup> Em relação à *Freguesia de São Gonçalo de Pedro II*, 54,4% das famílias eram constituídas de não-brancos, ou seja, somando as famílias compostas especificamente por ambos os cônjuges de raça parda e, consequentemente, por ambos os cônjuges de raça preta, constatou-se que 54,4% famílias constituídas por “negros”. No entanto, a relevância que se observou na *Freguesia da Sé*, no que diz respeito à constituição das famílias inter-aciais, entre pessoas de raça “parda” e de raça “preta”, superando as formadas por pessoas de raça branca/preta e raça branca/parda não ocorreu na *Freguesia de São Gonçalo de Pedro II*. Nesse sentido, para as primeiras (parda/preta), coligiu-se um total de 21,7%, 0%, para famílias constituídas por cônjuges de “raça

	Branca	Parda	Preta	Total
Nº famílias	46	45	10	101
%	45,5	44,5	9,9	99,9

Fonte: Construção do autor a partir de Peraro (2005)

Tanto o *Quadro 46* quanto o *Quadro 48* evidenciam as distâncias entres brancos e pretos, no que diz respeito à a formação da família cuiabana, observando os casamentos inter-raciais. Ness sentido, para a Freguesia da Sé constatou-se que 3% das famílias eram constituídas por cônjuges considerados de raça branca e da raça preta, ao ponto que, na Freguesia de São Gonçalo, não houve constatação de famílias inter-raciais formadas por casais compostos por brancos e pretos.

**Quadro 48 - Composição inter-racial das famílias da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, conforme Recenseamento de 1890.**

	Branca/Parda	Branca/Preta	Parda/Preta	Total
Nº famílias	18	0	5	23
%	78,2	0,0	21,7	99,9

Fonte: Construção do autor a partir de Peraro (2005)

Para análise do cenário quanto à questão que envolve a constituição das famílias cuiabanas, em relação aos cônjuges de perfis raciais diferentes, ainda atentou-se para a existência, na Freguesia da Sé, de homens casados, vivendo ao lado de mulheres viúvas e/ou vice-versa. Encontraram-se, também, registros de homens considerados casados, no entanto, vivendo com mulheres que, no censo, foram declaradas solteiras. Sobre o primeiro caso, nesse sentido, o quantitativo encontrado foi maior entre as famílias formadas por cônjuges de raça parda, dezoito, e de raça preta, dez, seguidos das famílias compostas por cônjuges de raça branca, oito, brancos e pardos, duas, e pardos e pretos, uma. Estes números, apesar de ínfimos, podem ser registrados no rol dos casamentos consensuais, conforme destacou Peraro. (1997)

Desse modo, na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, a respeito de homens identificados como casados e vivendo com mulheres que foram declaradas solteiras e/ou viúvas, pode-se realizar a seguinte constatação: a constituição de cinco famílias, tendo cônjuge considerado de raça branca, nove famílias com cônjuge considerado de raça parda e apenas uma família com cônjuge considerado de raça preta. Constatou-se um caso para família inter-racial, composta por branco e pardo.

No tocante a compreensão deste universo, que envolve a constituição das famílias na

---

branca e preta”, contra 78,2% de famílias formadas por cônjuges de “raça branca e raça parda”.

cidade de Cuiabá, recorreu-se a Peraro (1997), que realizou um estudo intitulado: *Fardas, Saias e Batina: A ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853 – 1890*.

Esta autora destacou que, na sociedade cuiabana, a incidência de casos de homens e mulheres da elite, unidos sem os laços do matrimônio religioso, mostrava que o viver consensualmente, na sociedade cuiabana, da segunda metade do século XIX, não era um estado exclusivo dos pobres, fossem livres ou forros. Tais constatações, assinalou Peraro, levaram-na a afirmar, de um lado, que, apesar das prédicas da Igreja Católica e de toda uma legislação que ordenava as relações conjugais, as transgressões acabavam por nuançar a sociedade mato-grossense; de outro lado, que não é verdadeiro supor que os indivíduos das baixas camadas deixassem de reconhecer a importância social do casamento. (p.199) Nesse sentido, Peraro (1997), para referendar essas “transgressões”, apresentou os chamados “autos de justificação de estado de viuvez e de casados”, os quais foram encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

A esse respeito, a autora destacou que os estudos de casos, tomados e exemplificados em sua pesquisa, devem ser considerados como pistas possíveis para aproximá-la daqueles casais que tinham uma vida em comum sem a consagração da Igreja. Nesse sentido, Peraro considerou tipificação e atributos dos cônjuges, tais como: procedência, idade, ofícios e meios de vida, justificativas apresentadas por estes, e os propósitos dessas justificações, bem como outros aspectos implícitos nos autos, que se tornavam, naquele momento, importantes diante do objeto de seu estudo. Desse modo, esta autora propôs que os justificantes e testemunhas *falassem* a respeito de suas vidas para que melhor pudesse conhecê-los e apreender o contorno do universo em que estes viviam.

A esse respeito, conforme Peraro (1997), o primeiro justificante a “falar” foi o capitão Jesuino Dioclesciano de Sousa Bruno. De acordo com a autora, o referido Capitão residia na paróquia de São Gonçalo de Pedro II. Assim sendo, no intuito de saber o pertencimento étnico-racial do Capitão Souza Bruno, realizou-se o cruzamento dos dados apresentados pela autora, com os presentes no censo de 1890<sup>318</sup>. A esse respeito, não o encontrei residindo na

---

<sup>318</sup> É importante fazer algumas ressalvas. Pode-se inferir que o casal vivesse em um casamento consensual, pois, no Censo de 1890, Joana Dolores Lara aparece com 30 anos e, conforme Peraro (1997), esta havia chegado, no porto de Cuiabá, em 1878. Nesse sentido, presume-se que Bruno – 12 anos, Leopoldino Bruno – 11 anos, Julia Bruno – 10 anos, Eugenia Bruno – 9 anos, Tarcila Bruno – 7 anos, Victorino Bruno – 5 anos, Ascendino Bruno – 3 anos, e Luiz Bruno – 2 anos fossem filhos do casal, após o matrimônio, advindo com a “justificação” perante a Igreja. Também se assinala que Dioclesciano trouxera Maria Agueda Bruno – 19 anos, Innocencia Anna Bruno – 18 anos, de outro casamento. Constatou-se que o casamento também era para “**legitimação**” dos filhos que o casal possuía. (Peraro, 1997, p. 203 e 205). A autora cita, também, José de Paula Correa (37 anos pardo), casado com Constança Luisa do Couto (23 anos, parda), pai de Etelvina de Paula Correa. No censo de 1890, José de Paula Correa aparece com apenas uma filha de dois (2) anos de idade. Peraro (1997, p. 206) aponta que José de

referida paróquia, como destacou Peraro. Os dados sobre o referido Capitão foram encontrados na Freguesia da Sé, naquela ocasião, Jesuino “Deocleciano” Sousa Bruno residia no 23º Quarteirão, à Rua do Doutor Couto, nº 769 (Freguesia da Sé). O Capitão Jesuino Dioclesciano de Sousa Bruno morava com outras 12 pessoas (Joana Dolôres Bruno – 30 anos, Maria Agueda Bruno – 19 anos, Innocencia Anna Bruno – 18 anos, Antonio Bruno – 14 anos, Alfredo Bruno – 12 anos, Leopoldino Bruno – 13 anos, Julia Bruno – 10 anos, Eugenia Bruno – 9 anos, Tarcila Bruno – 7 anos, Victorino Bruno – 5 anos, Ascendino Bruno – 3 anos, Luiz Bruno – 2 anos). É importante evidenciar que, das 13 pessoas, 12 foram caracterizadas como de raça parda, nove pessoas sabiam ler, e cinco delas frequentavam a escola. O referido capitão apareceu no recenseamento casado com Joana Dolores Bruno, branca, de 30 anos.

Feito o cruzamento de dados, passa-se às palavras da autora sobre a história do capitão Jesuino Dioclesciano de Sousa Bruno:

Em 12 de outubro de 1882, o capitão Jesuino Dioclesciano de Sousa Bruno e Dona Joana Dolores Lara, moradores na paróquia de São Gonçalo de Pedro Segundo, que pretendiam unir-se pelo matrimônio, compareceram diante da Justiça Eclesiástica. Ele, soldado do Oitavo Batalhão de Infantaria em Cuiabá, natural da Bahia, 43 anos de idade, e ela, paraguaia, com 23 anos, encaminharam petição ao provisor vigário geral de Gêner e Casamentos, monsenhor José Joaquim Graciano de Pina, para que fosse admitida a eles permissão para justificar que eram livres e desimpedidos para contrair novas núpcias. (PREARO, 1997, p. 199)

Peraro (1997) destacou que o capitão Jesuino apresentou-se como viúvo de uma paraguaia, falecida em Assunção, com quem era casado. A pretendente para núpcias era igualmente paraguaia e desembarcara no porto de Cuiabá, em 1878 e, desde então, era ali moradora. Na petição, de acordo com a autora, a justificante era apresentada como filha legítima de José Vicente Lara e Maria Mercê Ugedo Lara, já falecida, natural da República do Paraguai. (p. 200)

A autora assinalou, ainda, que Jesuino Dioclesciano de Sousa Bruno rogava ao Juízo Eclesiástico que fosse admitido justificar seu estado de viuvez, e, por conseguinte, o de solteiro da noiva, mediante testemunhas, “visto que ter-se encaminhado a certidão de óbito de sua mulher, com também a de estado de solteira, livre de impedimentos da nubente.” (Idem) Além disso, Peraro salientou que havia sido apresentado um atestado expedido pelo coronel comandante do batalhão onde o Capitão Jesuino servia. No documento, conforme a autora, ficou declarado o estado de viuvez do capitão Sousa Bruno.

---

Paula legitimou, além de Etelvina, seus quatro (4) irmãos. O mesmo já havia tido uma filha natural (Ana de Paula Correa) por ele reconhecida e legitimada.

### 3.6 Complexidade em relação à cor nos Oitocentos

Esta seção trata da construção de um olhar de como muitos sujeitos eram invisíveis em relação à “cor/raça”, em determinadas situações, na sociedade cuiabana do final do século XIX, e extremamente apontados em outras situações. Destaca-se que, a este respeito, chamou-se estas situações de *complexidade em relação à cor*. Complexidade por entender que nem sempre se sabia de quem se tratava o sujeito com quem estava se falando, ou aquele/aquela que estava em um primeiro momento sob as vistas de qualquer sujeito.

Para tanto, ao iniciar nossa caminhada na construção de um entendimento do que veio a ser a ‘complexidade em relação à cor nos Oitocentos’<sup>319</sup>, principalmente, na cidade de Cuiabá, mostramos a seguir duas situações que sustentam a ideia da existência dessa complexidade relacionada à cor dos sujeitos e revelam como essa problemática era constante (os casos constatados evidenciam mais a questão de uma invisibilidade da cor do que uma percepção<sup>320</sup> desta), e estava presente no cotidiano da sociedade cuiabana. Nesse sentido, recorreu-se ao periódico *A Província de Matto Grosso* (22-06-1879, ano I, n. 25)<sup>321</sup>, em que constatou-se o problema vivenciado pela ‘preta Benedicta’. A esse respeito, o periódico noticiou, na coluna denominada “Parte Policial”, o recolhimento à cadeia pública da preta Benedicta, por ordem do subdelegado de Policia do segundo distrito, “por *suspeita* de fugida e solta no dia seguinte por ter-se *verificado* [grifos meus] ser livre.” (p. 3) *Suspeita e verificação* revelam-se dois termos que remetem à complexidade no que se refere a saber/conhecer quem era quem, na teia das relações cotidianas, numa sociedade escravista. Depreende-se que, assim como a “preta Benedicta”, outros homens e mulheres pretas e/ou pardas experienciaram situações como esta.

Adiante, expomos outro exemplo, que apontamos constituir-se como detalhe que impunha certa “invisibilidade do sujeito” como pertencente a um determinado grupo racial. A esse respeito, o exemplo a seguir expõe um evento social ocorrido em 28 de junho do ano de

<sup>319</sup> Só para se ter uma ideia dessa complexidade, conforme o Recenseamento de 1872, o número de pretos livres considerando a população masculina na Província de Mato Grosso, era maior do que os escravizados, cômputou-se para os primeiros, 3861, contra 2107 para os cativos. Em relação aos pardos, esse número era muito maior, para livres, cômputou-se 10827 contra 1525. Se levasse em consideração a população feminina (preta), teríamos 3214 livres e 1690 escravizadas.

<sup>320</sup> Convém destacar que a percepção estava muito mais ligada ao fato dos acontecimentos negativos do que naqueles que retratavam pessoas que havia adquirido certa inserção na sociedade e por isso, afastavam-se das situações corriqueiras consideradas de infração aos códigos de posturas.

<sup>321</sup> “Registra-se o recolhimento a cadeia publica de duas libertas: em 1º de Junho de 1879 Vicencia e no dia 3 do mesmo mês a liberta Maximiliana ambas por embriaguez e a ultima por desordens”. *A Província de Mato Grosso* (22-06-1879, ano I, n. 25, p. 4). Houve ainda o recolhimento de um escravo e uma escrava, ele por embriaguez e desordens e ela por fugida. (Ibidem)

1879, o casamento do Snr. Capitão Geographo Antonio de Castro com a Exm.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> D. Maria do Rosario Martins. O personagem do fato exemplificado trata-se do “Snr. Capitão Jesuino Deocleciano de Souza Bruno”, que foi testemunha dos noivos. Sobre a importância do acontecimento, o jornal *A Provincia de Mato Grosso* (06-07-1879, ano I, nº 27), assim noticiou: “O acto foi celebrado em oratório particular, em a casa de residência do mesmo Snr. Capitão Geographo, com a assistencia de a officialidade do 8º Batalhão.” (p.2)

Nesta situação, observou-se que o “significado cor” perdia totalmente a importância. Importante eram as insígnias e/ou os títulos honoríficos. Então, como saber se o “Snr. Capitão Jesuino Deocleciano de Souza Bruno” era mesmo de fato um homem pardo? Eis que entra em cena a utilização do cruzamento de dados como possibilidade de recuperação dos sujeitos desta pesquisa enquanto pertencentes a um determinado grupo racial.

Nesse sentido, a título do que referendamos acima, conforme explicitou o Recenseamento de 1890, (p.168) o “Snr. Capitão Jesuino Deocleciano de Souza Bruno” tinha 50 anos de idade, de raça parda, profissão como Tenente Coronel, era casado, católico, brasileiro e sabia ler. O referido residia na Rua Do Dr. Couto (Quarteirão 23), nº 769 e sua família era constituída por 12 pessoas, das quais 9 sabiam ler e 5 frequentavam a escola.

Ressalta-se que, como o evento se tratava de um acontecimento social/particular, as pessoas que participaram deste foram apresentadas na notícia, a partir dos seus títulos honoríficos. Nesse sentido, assinala-se que os títulos além de revelar a profissão imputavam-lhes *status* social. O *status* social neste caso é o que sobressai, dando aos participantes do evento a qualidade necessária que os habilitava percorrer espaços sociais como aquele: o casamento. Destaca-se que ocorrência como esta poderia se dar no caso de batizado, das significativas festividades religiosas e cívicas.

Para compreender essa problemática, recorreremos a autores que também desenvolveram um olhar de como as relações nas sociedades dificultavam ou foram dificultadas no que diz respeito ao tratamento dado à questão da cor como elemento presente no discurso cotidiano ao referir-se a uma pessoa, principalmente, as que se encontravam e/ou podiam ser colocadas racialmente numa gradação de cor. Por gradação de cor, referimos-nos à multiplicidade de cores as quais “nós brasileiros recorreremos para expressar a respeito de nossa coloração de pele e/ou pertencimento étnicorracial.”<sup>322</sup> Tratamos dessa temática a

---

<sup>322</sup> Ver RACISMO CORDIAL (1995, p. 33-34), em que 135 cores foram apresentadas, conforme coletas realizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, no ano de 1976. No jornal Folha de São Paulo, em conjunto com a Editora Ática publicaram a obra *Racismo Cordial*, resultado de um projeto que havia durado seis meses e teria sido “a maior e mais completa pesquisa sobre preconceito de cor entre os brasileiros já encartada por aquele jornal”. Nesse sentido, produziram um caderno especial contendo

partir do olhar construído por Mattos (1998), Volpato (1993) e Cruz (2009).

Mattos, ao referir-se a questões relacionadas à cor, salientou que até meados do século XIX, a toda e qualquer pessoa, arrolada como testemunha nos processos cíveis e criminais, definia-se entre outras coisas por sua ‘cor’. Conforme essa autora na época em questão:

[...] A cor negra aparecia virtualmente como sinônimo de escravo ou liberto (preto forro), bem como os pardos apareciam geralmente duplamente qualificados como pardos cativos, forros ou livres. Apenas quando qualificava escravos, o termo ‘pardo’ reduzia-se ao sentido de mulato ou mestiço que, frequentemente lhe atribuído. (MATTOS, 1998, p.96-97)

Conforme Mattos, para os homens livres o termo ‘pardo’ tomava um acepção mais geral de ‘não branco’. Assim, como destacou a autora, ser classificado como ‘branco’ era, portanto, por si só, indicador da condição de liberdade. Nesse sentido, depreende-se que ser considerado não branco, necessariamente, ligava o indivíduo à condição de escravizado e/ou liberto. Então, indaga-se: se naquela ocasião ser ‘branco’ estava ligado a liberdade, o que se passava na cabeça das pessoas a respeito do preto e/ou pardo que nascidos livres ombreavam cotidianamente nas áreas urbanas, onde a população preta e parda havia tornado-se maioria? Como estes agiam numa sociedade que lhes colocava à prova todo o tempo? Como os pretos e/ou pardos nascidos livres percebiam-se e/ou enfrentavam tais situações?

Sobre este contexto, Mattos, ressaltou que, por volta dos anos de 1850, começava-se a perder sentido a identidade sócio-profissional dos homens livres, construída a partir da expressão ‘viver de’, em oposição aos escravos que ‘serviam’ a alguém. Outra questão encaminhada pela autora reside no fato de que a qualificação sócio-profissional começava a tornar-se designadora de *status* social (além, obviamente, dos títulos honoríficos legais ou informais, como ‘comendador’, patentes da Guarda Nacional, ‘dona’ e outros), desconstruindo-se a igualdade que o ‘viver de’ emprestava. (p.96) A respeito das observações feitas por Mattos (1998), especificamente, sobre as patentes da Guarda Nacional, as designações de “dona” e “Sr.”, salienta-se que o número de pretos e pardos agraciados no decorrer dos oitocentos é expressivo. Entre estes, registrou-se o título de *Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa*, conferido ao Alferes Antonio José Duarte, bem como uma espada ofertada pelos integrantes do 21º Batalhão de Infantaria ao “companheiro de armas”<sup>323</sup>.

A respeito da complexidade em relação à cor no decorrer da pesquisa, assinala-se, que

---

reportagens e o resumo dos resultados de uma pesquisa Datafolha que fora realizada no mês de abril de 1995. Racismo Cordial foi publicado em 1995, ano da comemoração aos 300 anos da morte do líder Zumbi dos Palmares.

<sup>323</sup> A *Provincia de Matto-Grosso* de 27-11-1887, ano IX, nº 464.

foi possível identificar as situações em que os sujeitos eram isentos de ter sua cor apregoada, nesse sentido, estas situações tratavam-se das descrições de noticiários, os quais eram veiculados nas colunas denominadas de “Agradecimento”, “Relatórios oficiais” e “publicações a pedido”. As situações nas quais a cor era extremamente apontada, tratavam-se dos anúncios de fugidos e fugidas, compra e venda de escravizados, e notícias sobre crimes. Igualmente, outra forma de diferenciar os sujeitos, naquela ocasião, era a condição social de livres, libertos, e/ou escravizados. Assinala-se que estes três tipos de condições eram utilizados para referenciar pretos e pardos; no caso dos brancos, o máximo que aparecida nos anúncios era sua nacionalidade.

No contexto que reflete as questões relacioandas à cor, principalmente no apontamento como forma de caracterizar o “outro”, evidenciamos, a seguir, como os jornais mato-grossenses, no final do século XIX, referiam-se às características raciais dos sujeitos que compunham a sociedade, seja ela local (na cidade de Cuiabá), ou de outras localidades (observa-se, nesse caso, que os periódicos veiculavam também notícias sobre outros municípios mato-grossenses, outras províncias e suas cidades ou até mesmo notícias sobre outros países). Nesse sentido, recorre-se ao Censo de 1872 para trazer à luz a forma como a população que compunha as províncias brasileiras era apresentada.

Conforme Petruccelli (2007), o censo de 1872, foi o primeiro recenseamento sobre a contagem da população brasileira. De acordo com o autor, o mesmo foi realizado ainda na época do Império e em vigência do regime de escravidão no país. Naquela ocasião, no ver deste autor, diferenciavam-se as pessoas segundo “condições” entre livre e escrava. Nesse sentido, como apontou Petruccelli, utilizou-se para a classificação populacional o quesito cor, observando as categorias de: *branco*, *preto*, *pardo* e *caboclo*. Este autor lembrou, também, que o recenseamento de 1890 manteve três destas categorias, substituindo o termo “pardo” pelo de “mestiço”, fazendo, assim, referência à ancestralidade ou a descendência das pessoas no ato de serem classificadas e, de igual maneira, aconteceu com o termo caboclo. A esse respeito, ratificaram-se as ponderações deste autor, observando que, conforme consta no Censo de 1872, a população brasileira podia ser caracterizada, racialmente, como brancos, pardos, pretos e caboclos. Nesse aspecto, segundo o referido Censo, no município de Cuiabá, a população estava assim distribuída:

**Quadro 49 - População considerada livre segundo raça do Município de Cuyabá de acordo com o Recenseamento de 1872.**

Freguesias	Raça	Raça
	Homens	Mulheres



	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Branca	Pardas	Pretas	Caboclas
Senhor Bom Jesus de Cuiabá	2174	2171	918	162	1689	1920	576	49
S. Gonçalo de Pedro II	506	503	895	671	369	579	573	773
N. S. da Guia	168	737	97	193	193	803	88	198
N. S. do Livramento	835	607	210	190	864	532	221	187
Santo Antonio do Rio Abaixo	894	1223	159	31	834	1093	109	28
N. S. da Sant'anna do Sacramento da Chapada	215	518	92	117	251	464	80	130
N. S. das Brotas	268	1077	167	893	310	1133	208	963
<b>TOTAL</b>	5.060	6.836	2538	2257	4510	6524	1855	2328
<b>Total Geral</b>	31.908							

Fonte: Recenseamento de 1872.

É importante ressaltar que o quadro acima retrata a população do município de Cuiabá conforme raça, no entanto, evidencia também esse contingente conforme a condição de livres, não apresentando os que eram incorporados na condição de escravizados. Nesse sentido, assinala-se que, ao se valer dos números explícitos no mesmo censo, Siqueira (2000) salientou que a composição da população livre na Freguesia do Bom Jesus de Cuiabá estava numericamente assim representada: 3.836 de brancos (homens e mulheres), 4.091 de pardos (homens e mulheres) e 1.494 de pretos (homens e mulheres). A essa população livre, somava-se ainda, 211 caboclos (homens e mulheres).

A esse respeito, buscando observar certa representatividade na constituição da população da referida freguesia, conforme raça, serviu-se, dos números apresentados por essa autora, para construir um olhar de maneira que a distribuição do percentual de raça fosse o seguinte: a população da Freguesia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá contava com 35,05% de brancos, 42,35% de pardos, 15,46% de pretos e ainda 2,18% de caboclos. Nesse sentido, reunindo pretos e pardos, tinha-se na composição da população da referida freguesia 57,81% de negros. Se fosse levado em conta, o cômputo da população livre e escravizada teriam-se os seguintes dados: 3.863 brancos (homens e mulheres), 4.617 pardos (homens e mulheres), 2.362 pretos (homens e mulheres), 211 caboclos (homens e mulheres), resultando num total de 11.053 habitantes, na Freguesia do Bom Jesus de Cuiabá, no censo de 1872. Em porcentagem, isto significava um aumento de 5,32% na população de pretos e pardos.

Em relação à população da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, o censo de 1872 assim retratou: 875 brancos (homens e mulheres), 1.176 pardos (homens e mulheres), 1.664 pretos (homens e mulheres), 1.444 caboclos (homens e mulheres). Percentualmente, a população livre, de acordo com raça, nesta freguesia, podia assim ser constatada: brancos representavam 16,9%; pardos, 22,7%; pretos, 32,2%; e, caboclos, 27,9%. Se somasse a população livre e escravizada, o resultado seria o seguinte: pardos e pretos constituíam 54,4% da população da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II. O diferencial na composição da população da referida freguesia era os 27,9% de caboclos (homens e mulheres), quando se levava em consideração a presença de livres e escravizados. Nesse sentido, o cômputo da população não branca chegava a um percentual de 83%, levando em consideração pretos, pardos, e caboclos.

Encaminhado essa questão, que trata da caracterização da população presente, nas duas freguesias que compunham a parte urbana da cidade de Cuiabá, no final do século XIX, passa-se a enveredar pela construção de argumentos que apontam as situações em que a cor era sugestivamente utilizada e/ou ocultada.

A princípio, constatou-se a ausência da cor como um dado importante nos documentos analisados no decorrer da pesquisa. O único documento capaz de apontar as questões que poderiam caracterizar a população mato-grossense em relação à cor foi o recenseamento de 1890, realizado nas duas freguesias que compunham a cidade de Cuiabá. Os demais o fizeram quando tratavam de retratar a população escravizada, no muito das vezes, relacionando às fugas, furtos, prisões, compra, venda e/ou arremate de escravos, aluguel, crimes, dívidas, julgamento e suicídio.

A seguir tentaremos exemplificar com algumas situações que evidenciam as que foram elencadas acima, nas quais a cor foi colocada em evidência. No entanto, abordaremos outras situações nas quais a condição social do sujeito sobressai. Ao todo, levantamos 9 situações que podem ser descritas. A saber:

1 – **Fugas** – A esse respeito é importante destacar que as notícias de fugas se davam tanto por anúncios em jornais encomendados pelos senhores proprietários de escravizados, como pelas notícias veiculadas na coluna de diversos periódicos denominadas de “Noticiário” e “repartição da polícia”. “Nestas colunas, sobressaiam notícias que versavam sobre o movimento das prisões efetuadas na “semana proxima passada”, na capital ou em outras localidades da Província. Nesse sentido, conforme o jornal *A Imprensa de Cuyaba* (14-07-1864, ano VI, nº 287, p.4), publicou-se a notícia da fuga de Hilario “**creoulo** (grifo meu),

25 annos mais ou menos, official de sapateiro, estatura regular”. (p.4) Também no jornal *O Matto Grosso* (11-10-1863, ano I, nº 37, p.4) noticiou-se que:

na Freguesia de Santo Antonio do Rio Abaixo fugio em fim de agosto um escravo de nome Roberto, **creoulo** (grifo meu) desta Provincia, alto, corpo regular, boa figura, gosta de beber caxaça, dansar e cantar corurú: quem prender o dito escravo ou levar apadrinhado no Engenho do dito ou na Rua Augusta casa nº 12 será gratificado com 50\$000 reis querendo.

E, no Jornal *A Imprensa de Cuyaba* (05-07-1863, ano V, nº 223), destacou-se que:

desapareceo dia 29 de junho proximo passado um **creoulinho** de nome Benedicto, **bem preto**, tendo de idade 12 annos”, “ fugio a 15 de maio do corrente um escravo de nome Francisco de nação Cassange de trinta a quarenta annos estatura baixa, **cor preta** (grifos meus); com dentes limados, pouco barba, tem um carocinho na testa que pouco se percebe, uma orelha furada para por bixa, as pernas acambatadas, pés pequenos e bem amante d’agoardente. (p. 4)

Sobre esses anúncios, assinala-se que a cor dos sujeitos foi posta em evidência. Desse modo, destaca-se que, no segundo anúncio, a descrição dá conta da condição social de um dos fugidos (escravo) e, por conseguinte, da cor (preta). No anúncio de *O Matto-Grosso*, utilizou-se simplesmente o termo “creoulo”, em *A Imprensa de Cuyabá*, achou-se por bem, além de utilizar o termo “creoulinho”, reforçar a cor acrescentando a expressão “bem preto”, ao nome do fugido.

2 – **Furtos** – no caso de furtos, noticiou-se em *A Imprensa de Cuyaba* (27-01-1865, ano VII,V nº 315, p.1), na coluna denominada “Repartição da Policia”, as notas sobre prisões dos “escravos” Domingos e Emanuel de propriedade do Capitão Eleutério da Costa Monteiro e Aleixo de herança de Izabel Nunes da Cunha para averiguação sobre furto e, noticiou-se também, em *A Província de Matto-Grosso* (01-04-1888, ano X, nº483, p.4)<sup>324</sup>, na coluna “Protesto”, que o “escravo” pertencente a João Chrisostomo de Almeida havia sido preso por furto de gado. Sobre a complexidade da cor, salienta-se que, nestas duas situações, a cor dos indivíduos não foi colocada em evidência. Igualmente, nestes casos, enfatizou-se a condição destes sujeitos, colocando-as para apreciação como “escravos pertencentes”, e “escravo de herança”.

<sup>324</sup> A nota expedida como “protesto” exatamente reclamava um escravo como pertence. Nesse sentido, o Capitão João Chrisostomo de Almeida informava que, estando preso na cadeia pública da cidade de São Luis de Cáceres, o seu escravo que se encontrava há muito tempo fugido e fora recolhido por queixa de Jeronimo Felipe Peres, que o acusava de “crime de furto de gado”. A esse respeito, o Capitão denunciava que Manoel Alves Ribeiro, sem autorização alguma, havia “prestado” fiança em favor dos réus, incluindo seu “seo dito escravo Antonio” e havia os levado para a mata da poaia. João Chrisostomo de Almeida protestava o valor do escravo caso não fosse restituído, e também pelos “jornaes que por todo o tempo que abusivamente em sua companhia e sob sua proteção”. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1888, p. 4)

A esse respeito, observou-se que as prisões para averiguação sobre furto se davam em grupos<sup>325</sup>, como ocorreu com Domingos, Emanuel e Aleixo, e como a efetiva prisão do escravo pertencente a João Chrisostomo, em conjunto “com outros na cadeia publica da cidade de São Luiz”, e/ou individualmente, como o caso da prisão por furto de Maria Gertrudes. Nesse sentido, conforme Volpato (1993), pobres e cativos estabeleceram laços de cumplicidade e juntos promoviam assaltos e partilhavam seus resultados. Agiam em conjunto, muitas vezes enfrentando as determinações legais e as práticas de controle das autoridades, fosse no espaço do lazer fosse no espaço da transgressão, quando, infringindo a lei, buscavam melhorar suas condições de vida. (p.208)

3 – **Prisões** – Em relação as prisões, de acordo com *A Imprensa de Cuyaba* (27-01-1865, ano VII, nº 315, p. 01), nas notícias veiculadas na coluna denominada “Repartição da Policia”, evidenciavam-se que as prisões foram “dadas” pelas seguintes situações: para “averiguação sobre furto”, “por andar as 10 horas da noite sem licença de seu senhor” e/ou “sem bilhete de seu senhor”, e, ainda, no caso de violência física, como ficou constatado na situação em que “**o preto forro** (grifo meu) de nome Alexandre Pinto, por haver espancado a uma escrava”, “por turbulentas”, “por embriaguez”, “por requisição do seu senhor”, “por desordens”, “por ébrio e turbulento.” (p. 1)

Sobre essa situação, Volpato salienta que, na luta cotidiana, “essas pessoas” viviam em profunda inteiração com os escravos. Cativos, livres e pobres estabeleceram laços de amizade, amor, solidariedade e também de relações de disputa e confronto. (p.208)

Nas outras seis situações, a saber: compra de escravos<sup>326</sup>, a venda e/ou arremate<sup>327</sup>, aluguel<sup>328</sup>, crimes cometidos por estes ou até mesmo sobre dívidas contraídas pelos mesmos<sup>329</sup>, julgamento/absolvição<sup>330</sup>, e suicídio<sup>331</sup>. Ressalta-se que muitas vezes evidenciava-

<sup>325</sup> Conforme *A Imprensa de Cuyaba* de 27-01-1865, ano VII, V nº 315, p.1 e 01-04-1888, ano X, nº483, p.4.

<sup>326</sup> Ver jornal *A Imprensa de Cuyaba* (14.03.1864, “ano VI, n.º nº 270, p.4), na coluna “Annuncios”, o seguinte texto: “precisa-se comprar **uma** ou **duas** (grifos meus) escravas sadias para o serviço d’uma casa, quem a tiver ou a quiser vender dirigir-se ao largo da Conceição nº 63.”

<sup>327</sup> Ver Jornal *A Imprensa de Cuyaba* (05-07-1863, ano V, nº 223, p. 04), “as 11 horas da manhã nas casas de sua morada e residência, em praça publica em que há de presidir, se hade arrematar um escravo de nome Salvador Africano de idade de 35 annos, avaliado por um conto de reis”. Na edição nº 270, veiculada em 14.03.1864, coluna “Editaes” noticiou-se “se hão-de arrematar duas escravas de nomes Romana **creoula** de idade de 18 annos avaliada em 1:800\$000 e Felicia **cabra** (grifos meus) de idade de 60 annos avaloada (sic) por 600\$000 pertencentes aos Orphas do finado Tenente Luiz de Cerqueiras Caldas.”

<sup>328</sup> Ver Jornal *O Matto-Grosso* (04-10-1863, ano I, nº 36, p.4): “Preciza alugar um **negro** (grifo meu), quem tiver e que queira alugar, dirija-se a esta typographia para tratar”. O jornal *O Matto-Grosso*, (11-10-1863 nº 37, p.4) traz o mesmo anuncio “Precisa alugar um **negro** (grifo meu), quem o tiver e querendo alugar, dirija-se a esta Typographia que encontrará com quem tractar.” Idem no jornal *O Matto Grosso*, nº 48, de 27.12.1863, o seguinte anuncio “Preciza-se alugar um **negro** (grifo meu), quem tiver e queira alugar, dirija-se a esta typographia que encontrará com quem tractar” ainda era veiculado.

<sup>329</sup> Ver jornal *A Imprensa de Cuyabá* (26-11-1863, ano V, n.º 254), em que D. Maria Leite de Mesquita diz não

se a cor, como nos casos de: “Romana **creoula**”, “Felicia **cabra**”, “alugar um **negro**” e, em outras vezes, evidenciava-se a condição social como: o “**escravo**”, o “**liberto**”. Sobre essas evidências a respeito da cor, nos exemplos que apontaram esses sujeitos nos anúncios, buscou-se compreender o significado desta, conforme os argumentos de alguns autores. Nesse sentido, ressaltamos que na parte introdutória desta teses já empreendemos esforços para contribuir na compreensão do significado das categorias raciais denominadas como branca, preta e parda perante a sociedade escravocrata na segunda metade do século XIX.

### 3.6.1 Cor e documento.

Em relação à questão que envolve perceber os sujeitos enquanto pertencentes a um grupo étnico racial, conforme as categorias (branca, parda e preta) apontadas no Recenseamento de 1890, assinala-se que este documento foi a base para esta compreensão. Nesse sentido, ressalta-se que o aparecimento da cor das pessoas nos documentos pesquisados era inexistente, só foi possível observá-la nas situações apresentadas acima, desse modo, sobre o sumiço da cor nas fontes, Mattos (1998) sugere que:

[...] consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes, ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro, após o fim do cativo, já se decepcionaram com quase a impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos-crimes e até mesmo com registros civis. Penso poder assegurar com precisão que este sumiço, no antigo Sudeste escravista, se deu ainda por volta da metade do século XIX. Em relação às testemunhas livres, este desaparecimento da cor é recorrente em todos os tipos de processos levantados (criminais, cíveis de Ação de Liberdade e cíveis relativos a conflitos de terras), de modo ainda mais incisivo que o também desaparecimento da expressão ‘viver de’. (MATTOS, 1998, p. 97)

Se, conforme a autora, o sumiço das categorias que revelavam a cor do sujeito pode ter ocorrido no Sudeste, a partir da metade do século XIX, é possível também trazer à luz que, conforme Azevedo (2005), ascender ao mundo dos de cima contribuía para que a cor perdesse o significado no universo de ascensão social.

Para contribuir com o entendimento de como foi realizado o descobrimento da cor

---

responsabilizar por qualquer contrato que se tenha feito com seu **escravo** Manoel que possuía ofício de pedreiro. Entre os anúncios havia existe um evidenciando que se precisava de “ama de leite”, *A Imprensa de Cuiabá*, (03-12-1863, ano V, n.º255, p.4) na coluna “ANNUNCIOS”.

<sup>330</sup> *Jornal A Imprensa de Cuyaba* (10-12-1863, ano V, n.º 256), onde, na coluna “Noticiário” um escravo foi absolvido do crime ao qual foi acusado “Manoel escravo da nação, acusado por graves ferimentos em sua mulher.” (p.2)

<sup>331</sup> Ver *A Imprensa de Cuyaba* (07-01-1864, ano VI, n.º 260), o suicídio do **liberto** (grifo meu) Antonio Gomes da Silva “deo termo de sua existência no dia 30 do passado enforcando-se com uma corda” (p.1, grifo meu) na coluna “noticiário.”

e/ou o pertencimento étnico racial dos sujeitos desse estudo, durante o século XIX, discorreu-se, no início deste trabalho, sobre como se construiu e realizou o “cruzamento de dados”. Nesse sentido, na construção da pesquisa, salienta-se que os documentos consultados referiam-se apenas a dados como nome, local de residência, profissão e outros correspondentes à vida social da pessoa. A este respeito, destaca-se que nas visitas ao Arquivo Público de Mato Grosso, lançou-se mão de um conjunto de inventários e que, entre eles, foi possível observar que apenas em um a cor do sujeito foi posta em evidência. A esse respeito, destaca-se o caso da “Preta Forra” Joaquina Leite, falecida em outubro de 1877. Desse modo, assinala-se que, em dois dos inventários analisados, a condição social do sujeito foi ressaltada, no caso de Eugenio – O Liberto em 1882, e, também no da referida Joaquina. Os demais ignoram a categoria cor e condição social, assim, pode-se deduzir que a isenção destas pode se encaixar no que Azevedo (2005) sugeriu, haver uma prática, desde a colônia “de não mais se referir a cor daquele que conseguiu “passar” socialmente para o mundo dos de cima.” (p. 313)

A esse respeito, aventamos que o caso de Eugenio da Silva Claro pode sugerir, como defendeu Azevedo, a “passagem” social para o mundo dos de cima. Assinala-se que, possivelmente, Eugenio da Silva Claro fosse um nascido livre também em Mato Grosso. Algumas situações poderiam fazer com que os sujeitos distanciassem do mundo dos escravizados, sobretudo, em relação ao pertencimento racial. Provavelmente, na Província, a despeito do que se observou em Silva (1995), a respeito da constituição da população mato-grossense nada poderia ser mais importante, a não ser o talento e as virtudes de um homem assumindo um alto cargo na burocracia administrativa, o de Escriturario da Tesouraria da fazenda. Como bem informou o Recenseamento de 1890, Eugenio da Silva Claro era casado, pertencente à raça preta, 34 anos, católico, empregado público e sabia ler. No inventário, o referido era testamentário do seu tio, Agostinho José da Cruz, e havia ficado como tutor da filha do falecido, Justina Antonia da Silva. Muito embora as questões políticas fossem levadas em consideração para a ocupação de um cargo publico, deduz-se que Eugenio da Silva Claro, provavelmente, tenha galgado a carreira por conta de sua escolarização.

O caso do inventariante Dr. Dormevil José dos Santos Malhado talvez não se encaixe nas observações de Azevedo (2005), haja vista ter o médico vindo formado da Província da Bahia para incorporar as fileiras do contingente nacional, que participou da Guerra contra o Paraguai, na década de 1860.

Em relação ao caso de D. Thereza Angelica Xavier da Silva, assinala-se que este pode

implicar naquilo que Mattos (1998, p. 97) assinalou consistir num processo intrigante e irritante, no sentido de não ter tido a possibilidade de buscar informações que pudessem revelar a identidade racial desta. Todavia, deduz-se que, provavelmente, estamos tratando de uma família constituída por pardos, haja vista Januário (que fora reduzido a escravidão) ter proferido, conforme *O Liberal* (25-12-1873, ano III, n.º 120), palavras injuriosas, chamando seu algoz, o Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva “*de negro, caburé, ladrão, e acrescentando que não o reconhecia como senhor e que tarde ou cedo quem mal fazia não podia esperar bem*”. [grifos no original] (p. 02-03). Sobre os demais membros da família<sup>332</sup>, como Maria Fermina Xavier da Silva, Felicia Angelica Xavier da Silva, Rita de Cássia Xavier da Silva, Padre João Xavier da Silva (procurador da viúva cabeça de casal D. Thereza Angelica Xavie da Silva), e Manoel Pereira Xavier da Silva, não os encontramos residindo na cidade de Cuiabá, provavelmente, conforme consta no texto do inventário, residissem no Engenho da Bicuda, de propriedade da família, que se localizava distante de Cuiabá cerca de cinquenta léguas.

Com exceção dos casos de Joaquina Leite, Eugenio – O Liberto, e D. Thereza Angélica Xavier da Silva, o Recenseamento de 1890 contribuiu para a localização dos homens e mulheres pretas e pardas, em específico os inventariantes Eugenio da Silva Claro, e Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. E em relação ao periódico *O Liberal*, devotamos a este a possibilidade de deduzir que a família de Laureano Xavier da Silva fosse composta de “negros”, visto ter observado “os insultos” dirigidos ao referido Coronel Laureano por Januário, um escravizado seu.

Pondera-se que, em relação à questão que denominamos complexidade em relação cor, nos Oitocentos, as observações realizadas em jornais do final do século XIX, na sociedade cuiabana, possibilitaram compreender que a cor era utilizada para marcar o lugar dos sujeitos em um mundo de livres e escravizados. Não obstante, a cor foi utilizada, também, como estigma, nos casos de afronta às normas da sociedade escravocrata. Observou-se que isso se dava nas situações de fuga, crime e suicídio. Nesse sentido, assinala-se que a cor foi utilizada, ainda, para adjetivar sujeitos que incorressem em desobediência a seus senhores e/ou senhoras, como nos casos de andar sem a licença (bilhete) destes e/ou destas, após as “dez horas da noite”. Assim, destaca-se que houve casos em que a nacionalidade e a cor de escravizados e escravizadas foram motivos de apreciação, nesse caso, cita-se, como exemplo,

---

<sup>332</sup> No certificado de notificação de “cabeça de casal”, o escrivão de órfãos Antonio José Zeferino Amarante refere-se a Manoel e a D. Antonia como “maiores de doze e quatorze anos” e tinham como “curador dos órfãos e Alferes” João Maria de Souza. (PROCESSO Nº 731, p. 13)

as transações de venda e arremates.

Sobre esta questão, ao realizar a construção deste tópico, através das notícias e/ou anúncios explícitos nos jornais de época, permitiu-se inferir que a cor possivelmente não possuía relevância no mundo dos livres na sociedade cuiabana, como fator impeditivo para o acesso ao serviço público. Observou-se que pretos e pardos estavam inseridos nos espaços sociais e que galgavam postos nos serviços públicos, seja através de concursos ou por meio das nomeações feitas por seus superiores. Para ambos os casos, observou-se o ingresso de pretos e pardos como professores e/ou professoras. Para tanto, cita-se como exemplo o professor preto Agostinho Lopes de Souza e a parda Antonia Augusta Gaudie Ley. No segundo caso, exemplifica-se a participação do médico Dormevil José dos Santos Malhado como Diretor Geral de Instrução Pública e de Tiburcio dos Santos Leque como 1º suplente de delegado da cidade de Cuiabá. A esse respeito, notadamente a cor parecia não ser motivo de impedimento, mas o fator “cor” não implicava na ausência de conflitos e/ou enfrentamentos na sociedade cuiabana escravocrata e/ou livre, às portas da República. A respeito da sociedade escravocrata, ilustra-se com a querela entre o pardo Tiburcio dos Santos Leque e Gabriel Nunes Nogueira relativa às transações feitas entre o segundo e uma escrava do primeiro. Quanto à sociedade livre, no limiar da República, exemplifica-se com a ida aos jornais do professor preto Agostinho Lopes de Souza pedindo que pais, mães, ex-professores, tutores e amigos dignassem a falar sobre seu comportamento, como mestre, para defender-se das acusações aleivasas que vinha sofrendo.

Finalizando, sobre a questão “cor”, assinala-se haver uma complexidade na sociedade em questão, que determina compreender o lugar ocupado por pretos e pardos, no final do século XIX, na cidade de Cuiabá, visto que apenas o recenseamento de 1890 pode testemunhar, naquela ciranda, quem era quem, de acordo com as raças “preta”, “parda” e “branca”. A esse respeito, especificamente, os 49 quadros localizados no ANEXO, no final deste trabalho, podem contribuir no entendimento do leitor sobre a identificação dos sujeitos desse estudo, no que diz respeito à compreensão sobre as categorias eleitas, e com maior relevância para a construção dessa pesquisa, a saber: raça, estado civil, idade, profissão e escolarização todas informadas e/ou expressas no Recenseamento de 1890.

### **3.7 Talentos<sup>333</sup> e Virtudes: Trajetórias de pretos e pardos na cidade de Cuiabá nos Oitocentos**

---

<sup>333</sup> *O Porvir* de 01-01-1878, ano I, nº 18, p.01.



**A Instrução.**

Dois elementos essenciaes que compõem a vida e a felicidade do homem, um é o *talento* e outro a riqueza, com a differença, pôrêm, que aquelle é companheiro fiel do homem e esta as vezes inimiga.  
P. P. (O PORVIR, 1878, P. 01)

Inicio essa seção apresentando o significado dos conceitos de *talento* e de *virtude*, em conformidade com Bluteau (1712) e com Fernandes, Luft e Guimarães (1996). Nesse sentido, recorrendo a Bluteau (1712) talento<sup>334</sup> significa: Partes, prendas, habilidade, disposição natural para exercitar alguma Arte com perfeição [...] Talento de Orador. *Faculta Orationis* [...] De hua pessoa muito douta, ou de muito engenho, & habilidades, dizemos, Fulano he grande talento, he um dos maiores talentos do reyno [...]. (p. 23-24) Entretanto, para Fernandes, Luft e Guimarães (1996) “talento” é: “capacidade; inteligência; aptidão natural; engenho (*lus. e bras.*); força física; pulso; alento; vigor; pessoa de talento (Do lat. *talentu*)”. (p. 591)

Para o conceito de “virtude” Bluteau (1712) assinalou que:

No sentido natural he aquella facultade ingênita em todos os corpos, & potencias naturaes, para produzir os efeitos, e operaçoens, que dependem das suas propriedades, & qualidades [...] Virtude no sentido figurado, & metafórico, he o bem honesto do homem, disposição d’alma, & habito moral, operativo, productivo de actos bons, conformes com a boa razão, & dirigidos cõa prudência, e moderação, que se deve [...] (BLUTEAU, 1712, p. 518)<sup>335</sup>

Quanto a Fernandes, Luft e Guimarães (1996) estes dão para virtude o seguinte significado:

Disposição habitual para a prática do bem; excelência moral; probidade; retidão; conjunto de todas as boas qualidades morais; ação virtuosa; força moral; valor; coragem; castidade; modo austero de vida; qualidade ou capacidade de produzir certos feitos; propriedade; eficácia; validade; vigor. (Do lat. *virute*) (p. 641)

Nesse sentido, assinala-se que talentos e as virtudes foram características pontuais apontadas no artigo 179 da Constituição do Império para que todo e qualquer cidadão pudesse

<sup>334</sup> Disponível em: [http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/consultaDocumentos.asp](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDocumentos.asp). Acesso em 21 de maio de 2017.

<sup>335</sup> Ainda sobre o termo ver Bluteau (1712, p. 519-521) que desenvolve argumentos que explicam as virtudes: Divina e Humana.

assumir cargos nas hierarquias da vida pública. Em primeiro lugar, o referido artigo destacava que:

A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. (NOGUEIRA, 2012, p. 86)

Seguiam-se 35 alíneas das quais se ressaltam as alíneas XIII e XIV, tratando da igualdade perante a lei e do que deveria ser levado em consideração no sujeito para que este pudesse fazer parte da vida pública, em relação à ocupação de cargos. Sendo assim, pode-se perceber que:

XIII – A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.  
 XIV – Todo cidadão pode ser admitido em Cargos Públicos Cívicos, Políticos, ou Militares, sem outra diferença, que não seja a dos seus **talentos** e **virtudes** [grifo meu]. (IDEM, IBIDEM, p. 87)

Assinala-se que a alínea XIV do artigo 179 foi utilizada por diversos intelectuais negros no século XIX, como defendeu Pinto (2006), no que tange a salvaguardar a participação de pretos e pardos, nos cargos públicos, em diversas províncias brasileiras. Nesse sentido, conforme se observou nas análises dessa autora, sobre os escritos de intelectuais negros em jornais do século XIX, estes trataram, especificamente, de questões relacionadas ao cotidiano de pretos e pardos.

A esse respeito, de acordo com Pinto, a Província do Pernambuco constituiu-se um dos lugares onde o seu dirigente “tentou” normatizar a criação de cargos públicos, segregando brancos, pretos e pardos. Essa assertiva ficou evidente no fato constatado pela autora de que ali o racismo tendeu a ser institucionalizado em práticas como esta. Desse modo, Pinto (2006) exemplificou que Manoel Zeferino dos Santos, o, então, presidente da Província pernambucana, “Enunciava, em ofício de 12 de junho, a criação de “batalhões segundo os quilates da cor, criava-se um batalhão dos intitulos brancos do Brasil, outros de mulatos, e outros de pretos”. (p.70). Sobre essa questão, a autora também evidenciou que havia práticas racistas, que resultavam na desistência de pretos e/ou pardos de continuarem trabalhando nos cargos ocupados por estes e, também, o oposto, situações em que pessoas não negras interrompiam seus trabalhos com argumentos de não desejar “ombrear” com mulatos. (p. 76) Outro exemplo trazido por Pinto (2006), trata-se das denúncias veiculadas pelo periódico *O Homem de Côr*, em relação à demissão do Dr. Francisco de Paula Sales por conservadores, ao

assumirem a direção da Província de Pernambuco, bem como as dificuldades impostas a estes, no caso das provas prestadas em concursos para provimento de uma cadeira na Faculdade de Direito, conforme os apontamentos feitos na denúncia. A autora assinala que, apesar de ter concorrido cinco vezes e ter alcançado a primeira colocação em duas ocasiões, Dr. Francisco de Paula nunca fora admitido. (p.120)

Pontuando sobre “talentos e virtudes”, Pinto (2006) trouxe à luz oito periódicos, os quais foram caracterizados pela autora como uma imprensa negra presente e que floresceu, nos Oitocentos, mais exatamente entre os anos de 1833 a 1899. Tais periódicos, conforme a autora, constituíram-se em baluartes na denúncia de situações que tinham como motivação a discriminação racial. Pinto apresentou como relevante, no conteúdo destes jornais, a questão “dos talentos e das virtudes”, vistos e enaltecidos pelos jornalistas negros como elementos que deveriam ser levados em consideração pela sociedade para a cidadania e não a cor da pele.

Ainda em relação à questão do talento e das virtudes, salienta-se que, conforme Mattos (2004), foi em 1824, na Constituição Imperial, que, pela primeira vez, se definiram os direitos inerentes à cidadania brasileira, anterior a isto, as ordenações filipinas, com bem frisou a autora, excluíram negros e mulatos de terem acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos. (p.14)

Salienta-se que, nas leituras realizadas nos periódicos mato-grossenses, não se percebeu uma inclinação para dividir os espaços sociais do ponto de vista racial, usando como critério algum tipo de legislação, todavia, isto se mostrou uma prática, pois se observarmos os dados que evidenciam a ocupação dos cargos públicos, na Província de Mato Grosso, os brancos eram maioria. Não é que esteja sendo colocado em questão que não havia conflitos de ordem a tentar barrar pretos e pardos no acesso a esses espaços, o que se está trazendo à luz é que, institucionalmente, não se teve contato, nem com as produções historiográficas locais e/ou que referem as experiências cotidianas no tempo da escravidão que fossem construídas do ponto de vista da legislação local para impedir o acesso de não brancos à ocupação de “Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares”, no que diz respeito à observância da alínea XIV da Constituição do Império. Nesse sentido, é prudente observar que, muito embora, na prática, situações como as defendidas pelo presidente da Província de Pernambuco pudessem ocorrer na sociedade cuiabana. Sobre essa questão, foram inúmeros os conflitos entre algumas pessoas que provocassem tensões do ponto de vista da questão racial, e/ou no tancante às relações entre senhores e escravizados, e/ou ainda o olhar do outro sobre os “desajustados sociais”, no que diz respeito ao rompimento dos códigos estabelecidos pelas leis, como o caso

dos detidos por embriaguez, por turbulências, roubos, assassinatos e, até mesmo, fugas.

O que se pode perceber é que a classe dominante, composta em sua maioria por brancos (muito embora não representassem maioria na população mato-grossense), ocupou os espaços de privilégios tal qual ocorreu na maioria das províncias brasileiras. Nesse sentido, conforme os anexos XXVII<sup>336</sup> e XXX<sup>337</sup>, isso foi fato.

Sobre essa questão, a ocupação dos “Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares”, a análise dos documentos, periódicos, e outros, sugere que, em Mato Grosso, “talentos e virtudes” eram regra básica para a ocupação destes cargos. Isto é o que vamos tentar mostrar, a seguir, ao trazer à luz as trajetórias de oito sujeitos que ocuparam mais de um cargo ao mesmo tempo, muitos deles de destaque, como é o caso do médico pardo Dornevil José dos Santos Malhado, que exerceu a docência, foi deputado provincial e diretor geral de instrução pública, além da profissão de médico, como consta em diversas notícias veiculadas nos periódicos mato-grossenses, em que este havia socorrido mulheres e homens em períodos de convalescença e na consumação de seus óbitos. Antonio Pereira Catelina da Silva, que ocupou o cargo como secretário em diversas repartições (Secretaria de Polícia de Cuiabá, Secretario da Relação do Tribunal da Relação), além de atuar como titular da cadeira de Latim do Liceu Cuiabano.

Antes de iniciarmos a construção das trajetórias, optamos por anunciar algumas VIRTUDES endereçadas por pais, mães, ex-professores e amigos do professor Agostinho Lopes de Souza, na ocasião de agosto de 1888<sup>338</sup>. Ressalta-se que, na acepção desse grupo, o professor Agostinho possuía “Bom comportamento”, era “credor de minha estima”, possuía “procedimento exemplar”, “boa conducta”, “merecedor de minha estima e consideração”, apresentava “procedimento irreprehensível”, “digno nome de bom filho e bom aluno”, “comportamento exemplar”, “sempre bom o procedimento”, “um procedimento louvavel”, “muito bom procedimento”, “teve sempre a melhor conducta possivel”, “um exemplar procedimento”, “exemplar comportamento”, “exemplar comportamento [...] exuberentemente comprovado”, “conducta irreprehensível”, “exemplar procedimento e boa conducta”, “conducta exemplar”, “tem mantido um procedimento exemplar”, e os alunos “nunca queixaram-me nada contra o proceder do seu mestre”, “foi irreprehensível o comportamento”,

<sup>336</sup> Composição do Exército em Mato Grosso, conforme “raça”, na Freguesia da Sé, segundo o Recenseamento de 1890.

<sup>337</sup> Composição do quadro de “empregados públicos”, na Freguesia da Sé, conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890.

<sup>338</sup> Nesse sentido, ver as edições de *A Provincia de Matto-Grosso* de 10-08-1888, ano X, n.º 502, p. 04 e 12-08-1888, ano X, n.º 503, p. 04.

“fez-se credor de minha estima e consideração”.

Sobre o talento, constatou-se que algumas pessoas recorreram aos jornais para agradecer a “capacidade de produzir certos feitos” do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, em prol da saúde de pessoas como se veiculou em *O Matto-Grosso* (27-04-1890, ano XII, n.º 587, p. 04), não obstante, também em *O Liberal* (30-04-1879, ano III, n.º 397), em que D. Maria Clara de Miranda Leque<sup>339</sup>, na coluna “Publicações a Pedido”, assinalava que esta e seu digníssimo esposo Thomaz Antonio de Miranda Rodrigues vinham:

[...] **pela maneira mais completa significar sua eterna gratidão** aos Ilmo<sup>o</sup>s Srs. Drs. Dormevil José dos Santos Malhado e Augusto Novis, **aquele**, como seu medico assistente, em quem testemunharão, não somente a sua solícita **permanência junto ao leito do enfermo**, em cuja presença exhalou o ultimo suspiro, como também os meios empregados por esse **amigo e distinto** facultativo para salvar o seu querido filho [grifos meus]. (p. 03)

A esse respeito, salienta-se que as constatações sobre o talento do referido médico ainda podem ser vistas, conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (21-08-1887, ano IX, n.º 450), na coluna “A Pedidos” onde se apresentou o “voto de gratidão”, de alguém que se intitulou “Um Amigo”, para agradecer o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado e três outros médicos por “[...] ocasião de extrahir-se do braço direito daquelle bravo militar uma bala recebida no combate me Lomas Valentina quando em prol da honra e da integridade nacional.” (p. 04)

Sobre esta “qualidade”, o Tenente Antonio José Duarte recebeu uma sucessão de elogios e uma homenagem em que lhe ressaltaram “o talento” no desenvolvimento das atividades a respeito da catequização dos “índios bravios”, no final da década de 1880. Nesse sentido, o jornal *A Provincia de Matto-Grosso*, (18-11-1887, ano IX, n.º 462, p.1), assim destacou: “aquelle distinto patriótico official [...] inteligente e dedicado director, em *A Provincia de Matto-Grosso* (27-11-1887, ano IX, n.º 464), [...] distinto militar [...] o denotado patriota [...] um dos beneméritos da humanidade, e ainda, em *A Provincia de Matto-Grosso*, de (11-12-1887, ano IX, n.º 467, p. 01-02) [...] um dos officiaes que muito se recomenda pelo seu critério e honradez [...] o bom patriota”.

Então, a esse respeito, convido-@s a iniciar a caminhada por 8 trajetórias, vislumbrando os talentos e as virtudes de homens pretos e pardos e mulheres pretas e pardas, na cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso, nos Oitocentos. Andemos...

---

<sup>339</sup> Conforme o Recenseamento de 1890, *parda*, viúva, 52 anos, agencia, sabia ler. (p. 79)

### 3.7.1 Agostinho Lopes De Souza - “Sobejas provas de um procedimento irrepreensível”. A trajetória de um professor preto em Cuiabá na década 1880.

Agostinho Lopes de Sousa é o personagem que rompe com os padrões raciais no que diz respeito à identificação de todos os sujeitos eleitos para a construção da trajetória nesta pesquisa. O argumento é que, no final do século XIX, em pleno regime escravocrata, um homem caracterizado como de raça preta transitou por diversos espaços sociais, à luz da aprovação de outras pessoas (pertencentes a grupos étnicos diferentes do seu) que em outras províncias brasileiras teriam obstado sua inserção, ascensão e permanência nos espaços sociais, na ocasião em questão, como apontou Pinto (2006). Nesse sentido, a partir das informações coletadas no recenseamento de 1890, encontramos-lo, residindo no 1º Quarteirão, à Rua do Coronel Alencastro, na residência de número 5, na cidade de Cuiabá/MT. Entre os possíveis questionamentos feitos pelo inquiridor, estavam questões que versavam sobre o nome, a idade, a profissão, raça, o estado civil, a religião, a nacionalidade, instrução e se possuíam defeitos físicos. A esse respeito, a resposta dada por Agostinho Lopes de Sousa a tais perguntas foi a seguinte:

Meu nome é Agostinho Lopes de Souza, tenho 30 anos de idade, sou professor primário, minha raça é preta, sou solteiro, Católico, brasileiro e sei escrever. Atualmente resido ao lado da tesouraria da fazenda no 1º Quarteirão, na Rua do Coronel Alencastro, nº5 Freguesia da Sé.

Encontradas estas informações, pôs-se a buscar notícias que pudessem ser e/ou foram publicadas em jornais de época e que evidenciassem como teria se dado o percurso construído, cotidianamente, pelo professor Agostinho Lopes de Souza, nos últimos anos do Império, atentando para as relações construídas dentro do sistema escravocrata, hipoteticamente, na condição de livre. Nesse sentido, conseguiu-se através de um jornal de época, juntar alguns registros que abordavam a passagem do referido professor pelas 3ª e 4ª escolas do sexo masculino da cidade de Cuiabá, regidas pelo Professor Egydio Angelo Bueno Mamoré. Estas informações foram veiculadas no Jornal *A Situação*<sup>340</sup>, numa terça-feira, 29 de junho de 1875, na edição de número 478. Naquela ocasião, o Professor Egydio Angelo Bueno Mamoré apresentava os exames de classe das “escolas” (3ª e 4ª), nas seções de escrita e de leitura. Na 4ª Escola, Seccção de Leitura, Agostinho Lopes de Souza foi promovido da 2ª para 3ª classe, na seccção de escrita. Ele também fora promovido da 3ª para 4ª classe.

<sup>340</sup> *A Situação* de 29-07-1875, ano VIII, n.º 478, p. 03-04.

Assinala-se que outras seções também foram informadas, tais como as de “Arithmetica”, “Doutrina” e “Grammatica”, as quais, presume-se que ou Agostinho Lopes de Souza não fora promovido ou ele não as frequentava.

Perseguindo outros rastros que pudessem testemunhar os registros sobre a formação do Professor Agostinho Lopes de Souza, cinco anos depois, segundo outra publicação no Jornal *A Província de Matto Grosso*<sup>341</sup>, veiculado num domingo, 18 de abril de 1880<sup>342</sup>, o nome do mesmo constava na lista de alunos matriculados no Curso Normal que funcionava anexo ao Liceu Cuiabano. Conforme o periódico, noticiou-se a relação de alunos que estavam matriculados no Liceu Cuiabano para aquele ano. Na seriação apresentada, constatou-se que havia quarenta e oito alunos matriculados no Curso Normal, treze alunos matriculados nas Aulas de Preparatório e nove alunos matriculados como Ouvintes de Diversas Aulas. Sobre essa notícia, destaca-se que Agostinho Lopes de Souza esteve frequentando o 1º ano do Curso Normal.

O conjunto de conhecimentos a ser aprendido no Curso Normal, naquela ocasião, conforme o Relatório de Presidente de Província para aquele mesmo ano (1880), estava inserido nas matérias de Gramática da Língua Nacional, Filosofia e Literatura Pátria, Pedagogia e Metodologia, Matemática Elementar, Geografia Geral e História do Brasil. Provavelmente, Agostinho Lopes de Souza teria sido aluno de professores como Antonio Pereira Catelina da Silva e de Dormevil José dos Santos Malhado, ambos professores no Curso Normal.

A respeito da trajetória de Agostinho Lopes de Souza, outras informações e/ou notícias ajudaram na compreensão de como teria ocorrido e em quais circunstâncias as suas experiências de vida ou profissionais foram sendo montadas a ponto de deixar suas marcas/sentidos em determinados espaços sociais na cidade de Cuiabá, naquela ocasião.

Um acontecimento veio jogar luz sobre a trajetória deste professor, nesse sentido, não se conseguiu descobrir exatamente qual o fato e/ou episódio que viesse agitar e/ou fazer com que quase 30 pessoas, naquele momento, saíssem em defesa do professor, solidarizando com este, ao publicarem textos, em um jornal de época, fazendo-lhes a defesa. A esse respeito, foi possível destacar alguns (pequenos) textos, publicados em favor do referido professor, que “justifica” a ocorrência de um “eventual acontecimento/conflito/disputa”, que produziu elementos capazes de afetar a moral e “os procedimentos” de Agostinho Lopes de Souza, em

---

<sup>341</sup> *A Província de Matto-Grosso* de 18-04-1880, ano II, n.º 68, p. 02-03.

<sup>342</sup> São cinco anos depois, que caminhos ele percorreu nesse intervalo para chegar ao Curso normal? O que teria estudado? Como sobrevivia se os estudos eram realizados no período diurno? Tinha família? Um tutor talvez?

relação ao exercício do magistério na Freguesia da Sé. Tais textos, conforme publicação, são manifestações solidárias de pais, mães e outros responsáveis pelos prováveis alunos de Agostinho Lopes de Souza. Salienta-se que os textos foram noticiados pelo Jornal *A Província de Matto Grosso*, em agosto do ano de 1888, e que podem ajudar, na construção de alguns apontamentos capazes de revelar parte da trajetória do Professor Agostinho Lopes de Souza.

Sobre o possível fato, questiona-se: Teria ele aberto uma escola particular por conta própria? Quais os caminhos para conseguir permissão para abrir uma escola? Como fez para justificar tal intento? Como conseguiu convencer mães, pais, tutores etc? A cor foi um empecilho? Onde funcionou sua escola? Quantos alunos ele atendeu? Que relações estabeleceu com seus “clientes”, pais, mães, tutores e alunos? Qual era a “raça” a qual pertencia sua clientela? Sua escola era mista? Mista em quais sentidos? (coedução/miscigenada)

Para tecer argumentos no que diz respeito aos questionamentos levantados acima, assinala-se que o Regulamento de Instrução Pública de 1880<sup>343</sup>, em seu o artigo de número 3, salientava que “O ensino particular e o doméstico serão livres a quem quer que os queira exercer, sujeitando-se, porem, aquelle a fiscalização da Directoria de Instrucção, quanto a hygiene, estatística e moral.” (p. 01)<sup>344</sup>

A esse respeito, o capítulo XXVII, do referido regulamento, tratava, especificamente, “do ensino particular e domestico”. Sobre o ensino particular o artigo 203 salientava que:

Pode o ensino particular ser exercido nesta Provincia por nacional ou estrangeiro, sem dependência de licença, nem de prova de capacidade profissional, mas ficam os professores e directores de collegios sujeitos ás seguintes obrigações:

§ 1. Communicarem ao Director geral ou inspector parochial de districto a denominação de local e estabelecimento que houverem fundado, o programa dos estudos, o pessoal empregado no ensino e as alterações que nelle se fizerem;

§ 2. Remetterem ás mesmas autoridades, até o fim de Novembro, um mappa de frequência dos alumnos com declaração da filiação, naturalidade, idade e aproveitamento de cada um. Sendo aula de instrucção primária, em lugar em que o ensino seja obrigatório, os mappas serão semestraes, declarando o numero de faltas de cada alumno e o motivo dellas si fôr sabido;

§ 3. Sugeitarem-se a inspecção do Director geral e seus agentes, no que for tendente a estatística, observância das leis, moralidade e hygiene. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1880, p. 35)

<sup>343</sup> O Barão de Batovy, em relatório à Assembleia Provincial, em 01 de outubro de 1884, informava que autorizado pela resolução n. 628 de 28 de junho do ano passado, havia feito algumas alterações no regulamento de 4 de março de 1880, “as quaes se contem no que vou submeter á vossa aprovação, relativamente as disposições reformadas.” (p. 37)

<sup>344</sup> Ver Relatório de Presidente de Província de 1880. (p. 01)



Conforme a legislação vigente, naquela ocasião, Agostinho Lopes de Souza encontrava-se amparado em exercer a profissão e, conseqüentemente, abrir estabelecimento próprio. Para jogar luz sobre essa situação, ponderamos, a seguir, alguns aspectos que fornecem evidências sobre a trajetória desse professor, numa escola particular, localizada na cidade de Cuiabá. O texto a seguir é uma análise realizada a partir do cruzamento de dados sobre o conjunto de pessoas que “aceitaram” se pronunciar a respeito do procedimento/comportamento do Professor Agostinho Lopes de Souza em agosto de 1888. Salienta-se que a partir das informações coletadas no cruzamento de dados, pode-se deduzir que:

1. Os meninos e meninas com idade entre 05 e 17 anos foram estudantes na escola de Primeiras Letras de Agostinho Lopes de Souza<sup>345</sup>
2. Os que tinham entre 12 e 17 poderiam ser e/ou ter sido alunos de Agostinho, haja vista este professor, conforme assinalou Paião (2006b), oferecer o ensino nas matérias de “primeiras letras, **português, e aritmética**”. Desse modo, de acordo com a autora, “**as mensalidades cobradas de pelo ensino de primeiras letras era de 3\$000; de português 3\$000; de aritmética 3\$000, e de português, e aritmética conjuntamente 5\$000.**” [grifo meus] (p.88)
3. Os meninos com idade entre 5 a 12 anos, provavelmente, estudavam na escola de primeiras letras, naquele momento, conforme os “atestados” veiculados nas edições 502 e 503 do jornal *A Província de Mato Grosso*.
4. A escola regida por Agostinho Lopes de Souza poderia ser considerada heterogênea do ponto de vista racial, a partir dos dados levantados no Recenseamento de 1890, de que 12 crianças pertenciam à raça parda e 24 à raça branca.<sup>346</sup>

Deduções a parte, gostaria de trazer para esse cenário as experiências do professor Pretextato dos Passos e Silva na Corte. Conforme Silva (2000), este professor propôs a criação de uma escola para educar meninos pretos e pardos no ano de 1855, devido estes sofrerem preconceito nas escolas daquela localidade. A este respeito, destaca-se que, apesar das experiências de Pretextato e Agostinho possuírem um intervalo de praticamente 30 anos, as trajetórias destes professores apresentam conexões. Nesse sentido, o professor da Corte

<sup>345</sup> (foram arrolados 36, sendo 14 meninas que representavam 38,8% da presença em sala, contra 22 meninos que perfaziam 61,1% dos presentes nas aulas do referido professor).

<sup>346</sup> Nesse sentido, 33,3% dos alunos eram de raça parda e 66,6% de raça branca. Um professor preto ensinando a uma classe heterogênea, do ponto de vista da composição da população cuiabana.

conseguiu apoio de pais, vizinhos, de pessoas que o conheciam e de um inspetor de quarteirão para referendar seu pedido, contou, também, com abaixo-assinados e atestados. Em relação a Agostinho Lopes de Souza, este recebeu a solidariedade de diversas pessoas que, prontamente, posicionaram-se através de “atestados” que foram publicados em um jornal em agosto de 1888.

Salienta-se que as conexões nas trajetórias destes dois professores podem ser assinaladas a partir do pertencimento étnico-racial de ambos: “raça preta”, seguido da profissão “professor”, e atuantes em escolas particulares. Um requerendo a “desobrigação” de passar pelo “inconveniente” da apresentação das “provas de capacidades e moralidade” para continuar ensinando em sua escola. E o outro respaldado pela lei (o Regulamento de 1880), não precisando apresentar licença, tão pouco, conforme o artigo 203 do referido regulamento, apresentar provas de capacidade profissional, ficando, todavia, obrigado a cumprir algumas determinações (p. 35). Pretextato ensinava em uma escola de meninos pretos e pardos por conta dos desconfortos, preconceito e/ou discriminações que estes sofriam. Agostinho ensinava em uma escola constituída por um perfil racial diferente, seus alunos eram brancos e pardos. Outra característica que pode ser aventada, e que diferenciava as escolas destes dois professores, era o regime de coeducação, em que meninos e meninas, em comum, recebiam instrução na cidade de Cuiabá, na escola regida por Agostinho, naquela ocasião.

Silva (2000), ao apresentar o itinerário que o professor Pretextato vivenciou para continuar a lecionar em sua escola, convida-nos a apreciar um abaixo-assinado de pessoas que não estavam envolvidas nem com a escola nem com o magistério. Nesse sentido, conforme a autora, eles assim dirigiram-se:

Nós abaixo-assinados, declaramos que o Ilmo. Sr. Pretextato dos Passos e Silva é digno de toda a estima e consideração pelas boas qualidades que o honram; nunca nos constou e nem nos consta coisa alguma que possa desonrá-lo ou torná-lo indigno da sociedade dos **homens de bem**. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1855. [grifos da autora] (SILVA, 2000, p.124)

Conforme Silva, esta declaração foi assinada por dez homens e todos os assinantes apresentaram firmeza no traço. Dentre eles, havia dois capitães da Guarda Nacional da Corte, cujas patentes foram apresentadas após suas assinaturas, e dois outros doutores cujos títulos as precederam.

No documento, segundo destacou Silva (2000), aparentemente elaborado a partir de um modelo para declaração de boa conduta, o que pareceu ser mais importante foi o destaque dado às assinaturas. Conforme a autora, por intermédio do destaque, Pretextato procurou

demonstrar o tipo de pessoas com as quais se relacionava e, ao mesmo tempo, apresentá-las como fiadoras da sua conduta para além da vida profissional, em meio à sociedade dos homens de bem.

Quanto a Agostinho Lopes de Souza, observou-se situação semelhante. Desse modo, este recebeu a solidariedade de pessoas influentes na sociedade cuiabana. Dos 27 nomes, 14 puderam ter suas profissões identificadas no Recenseamento de 1890, sendo quatro negociantes, quatro empregados públicos, uma pensionista, um professor<sup>347</sup> e um Alferes do Exército. Assim, assinala-se que outras profissões, que “aparentemente não possuíam algum destaque”, foram identificadas, como: um oleiro, um agencia e um ferreiro. Salienta-se que, essa assertiva de que aparentemente estas profissões não possuísem algum destaque, não invalidava a importância destes sujeitos, uma vez que João Augusto Carstens, classificado como oleiro, era proprietário de terras nas proximidades da zona urbana da cidade de Cuiabá, em 1888<sup>348</sup>. Ainda sobre a importância de estar cercado de pessoas “influentes”, destaca-se que entre as pessoas que o apoiaram estavam professores primários e do Liceu Cuiabano.

Nesse sentido, assim como Pretextato, Agostinho Lopes de Souza também procurou demonstrar o tipo de pessoas com as quais ele se relacionava e, ao mesmo tempo apresentá-las como fiadoras de seu “procedimento irrepreensível”, “seu proceder”, “a boa conduta”, “exemplar comportamento” e/ou de ter feito credor da estima de muitas das pessoas as quais procuraram solidarizar-se como ele. Estas pessoas puderam abalizar a conduta de Agostinho Lopes de Souza para além da vida profissional, em meio a “sociedade de homens de bem”, no escopo do que salientou Silva (2000), a respeito do professor Pretextato.

Sobre o percurso de Agostinho Lopes de Souza, assinala-se que, em primeiro lugar, ele teria atuado na instrução pública exercendo a docência numa escola particular, ou seja, ele teria construído o próprio caminho, ocupando um dos espaços sociais de devida importância no final do século XIX (a escola primária), como professor primário. Nesse sentido, segundo Paião (2006b), o professor Agostinho Lopes de Souza havia lecionado em 1885 (em sua residência), como professor particular das matérias de “primeiras letras, português, e aritmética; mediante as mensalidades que variava entre 3\$000, e 5\$000.” (p.88)

Antes de prosseguir nas incursões sobre a trajetória do professor Agostinho Lopes de Souza, faz-se necessário apresentar algumas informações, as quais permitem inferir, a partir dos textos produzidos por pais, mães e/ou tutores das crianças, e, de adolescentes que estes

---

<sup>347</sup> Muito embora os quatro identificados como empregados públicos, conforme A Província de Matto-Grosso, fossem professores.

<sup>348</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* de 08-04-1888, ano X, n.º484, p. 02.

teriam estudado na escola regida pelo referido professor. Assim, pode-se assegurar que, cronologicamente, Agostinho Lopes de Souza teria iniciado suas funções na época apresentada por Paião. Salienta-se que é possível conferir tal assertiva a partir das informações contidas nas falas de mães, de que este professor atendia a muitas dessas crianças “mais de três anos”, “ou mais ou menos um ano”. A esse respeito, tanto as informações veiculadas no jornal *A Província de Matto-Grosso*, no mês de agosto de 1888, quanto as informações apresentadas por Paião, corroboram que, desde 1885, Agostinho Lopes de Souza abria uma escola particular em sua residência, na região da Freguesia da Sé.

O que teria acontecido ao Professor Agostinho Lopes de Souza para que este recorresse ao Jornal *A Província de Matto-Grosso* e pedisse que diversas pessoas que o conheciam manifestassem-se sobre seu “procedimento moral” para com seus alunos? O grande número de alunos estaria despertando a cobiça de seus/suas concorrentes? Estaria ele sendo alvo dessa cobiça numa tentativa de ferir sua moral para que este ficasse desacreditado? Estas e outras questões precisam ainda ser respondidas. Por enquanto vamos aos fatos.

O jornal *A Província de Mato Grosso* publicou, nas edições de 12-08-1888, ano X, n.º 502, p. 04 e 19-08-1888, ano X, n.º 503, p. 04, um texto em que o Professor Agostinho Lopes de Souza suplicava a quem o conhecesse o seguinte:

Agostinho Lopes de Souza, professor particular, roga a todas as pessoas que lhe conhecem, mesmo desde que viu a luz, aos seus mestres do Lyceu, aos professores primários, aos pais de família, cujos filhos e filhas já ensinou e ensina em sua escola, que se dignem declarar francamente qual o seu procedimento moral como aluno daquele e de outros estabelecimentos primários, afim de defender-se perante o publico das acusações aleivasas que, com intento malévolo de manchar-lhe a reputação, como estão-se-lhe fazendo gratuitamente, permitindo-os que se dignarem de assinar este apelo, que o recorrente dele se sirva como lhe convier. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 12.08.1888)

Quais seriam os motivos e/ou as causas que pudessem constituir esta perseguição<sup>349</sup> ao referido professor?

A sua cor? Qual a importância dada à cor nas relações sociais estabelecidas naquele momento? Esta poderia ser um motivo para impedir a conquista de espaços sociais por negros?

O sucesso de sua escola e a atração de muitos alunos poderia constituir-se em razões

---

<sup>349</sup> Siqueira (2000, p.138-139) destaca uma série de conflitos entre inspetores paroquiais e alguns professores, entre eles o Professor Pe. Francisco Bueno de Sampaio, que recorreu ao jornal de circulação para apresentar seus protestos. Seria esse o mesmo problema enfrentado pelo Professor Agostinho Lopes de Souza? A autora ainda destaca que as perseguições poderiam se dar através das relações político-partidárias. Nesse sentido, Agostinho Lopes de Souza participou da criação do Partido Republicano, conforme *O Matto-Grosso* de 05-08-1890, ano XII, n.º 600, p.1.

para tal?

Ser um professor/solteiro, morando sozinho poderia constituir outra razão? Sem família constituída, já que a família era uma das instituições que possuía uma grande importância e estava ligada a questões que remetiam ao progresso e a construção da nação?

Observa-se que, de acordo com Siqueira (2000), para aquela época os novos valores emanados no interior da escola tinham, na figura do professor, o ponto chave do seu grau valorativo. Nessa medida, os mestres, obrigatoriamente, deveriam ser pessoas de correto e “irrepreensível comportamento”, uma vez que o aprendiz dos novos valores tinha no seu exemplo a melhor cartilha. A autora enfatiza que “atacar a moral dos professores” era, certamente, a arma mais poderosa para se ganhar uma questão processual. (p. 143)

Vamos por partes. Mattos (2009) assinalou haver uma emergência de gerações de uma população livre no Brasil, com experiências dissociadas do cativo. Salienta-se que em Mato Grosso, possivelmente, essas evidências viessem a ser maior, dado os incrementos e/ou incentivos recebidos na constituição da população da Província, desde os meados do século XVIII, como bem destacou Silva (1995). A esse respeito, infere-se que a cor não fosse um impeditivo para que o professor Agostinho Lopes de Souza ocupasse a função, visto ter recebido o apoio e solidariedade de pessoas caracterizadas, conforme o Recenseamento de 1890, como pertencentes à raça branca.

Em relação à questão da cor, não se pode previamente descartar motivação de discriminação de ordem racial, não por parte de seus “clientes”, talvez de pessoas de fora do seu círculo de relações. Possivelmente, estas pessoas pudessem “indagar-se”: Será que ele por ser preto não sabia onde era o seu lugar? Se porventura, isto viesse a ocorrer, provavelmente, estas pessoas estivessem diante de contradições no que tange à compreensão do lugar ocupado pelos sujeitos de diferentes grupos raciais, mesmo se tratando de uma cidade e/ou província com uma população majoritariamente negra. Muito embora não se tenha notado o viés racista e/ou discriminatório explícito nos periódicos mato-grossenses quanto aos pretos/pardos que ascenderam profissionalmente, ideias desfavoráveis circularam por estes, como foi o caso da matéria veiculada na coluna “Variedade”, do jornal *A Província de Mato Grosso* (16-10-1887, ano IX, n.º 458, p. 04), intitulada “Uma raça condenada”.

Tratamos, anteriormente, neste capítulo, sobre a complexidade em relação à cor nos Oitocentos, desse modo, as hipóteses elencadas abaixo podem configurar um numa contradição ao pensamento vigente, na sociedade brasileira do final do século XIX, conforme

Schwarzc (1993)<sup>350</sup>. Nesse sentido, as contradições estariam em:

- 1- Possivelmente, ele fosse visto como algo inusitado. Um homem preto, letrado, desempenhando funções intelectuais numa sociedade com a mentalidade escravista (muito embora não fosse comum).
- 2- Provavelmente, ele representasse um afronta ao apresentar-se como um “intelectual” no final do século XIX.
- 3- Acertadamente, ele fugia aos estereótipos do degenerado, herdeiro do trabalho braçal.
- 4- Estabelecia diálogos de igual para igual com os homens e mulheres de grupos raciais difusos do seu que precisavam de seus préstimos.

A esse respeito, estas hipóteses podem ser corroboradas com os anúncios publicados nas duas citadas edições de *A Provincia de Matto-Grosso*. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, o conteúdo dos “anúncios/textos” que foram publicados por homens e mulheres que se tornaram prontamente solidários a Agostinho Lopes de Souza. Assim, assinala-se, que sobre estas publicações ainda é possível inquirir: Quais leituras pode-se fazer sobre do conteúdo dos atestados publicados em apoio ao professor? Que aproximação tinha essas/esses para com Agostinho Lopes de Souza? Como o professor era visto por parte de pais, mães de seus alunos e de seus ex-professores?

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que o pedido do Professor Agostinho Lopes de Souza foi atendido prontamente por 27 pessoas. Sendo doze pais, seis mães, seis ex-professores, uma tutora, um amigo, um irmão/responsável.

Em segundo, pode-se destacar que Agostinho Lopes de Souza mantinha ainda estreitos contatos com seus ex-professores (muitos ainda em atuação na ocasião em que se deu o fato) que fizeram parte da construção da sua vida acadêmica. Essa constatação pode ser confirmada a partir da análise do tempo que se passou entre a publicação de uma edição e outra do jornal responsável pela veiculação dos anúncios, um espaço de oito dias. Salienta-se que, dentro desse espaço, foi necessário o estabelecimento de contato, tecer diálogos em torno do fato ocorrido, reunir-se para construir os textos e em seguida entregá-los para a publicação.

---

<sup>350</sup> Sobre questões que envolvem a construção da nação, com base Schwarzc (1993), em específico capítulos 3, 4 e 5. Essa autora expõe como as ideias eugênicas ganharam fôlego na criação e fortalecimento das instituições nacionais desde o século XVIII, explicitando a conjuntura na qual se alimentaram a eugenia e o higienismo no Brasil. Outra autora que tratou de temática semelhante foi Diwan (2007), ao explicar que, na América Latina, países como o Brasil, a Argentina, Cuba, Porto Rico e o México, que se constituíam como nações emergentes, praticaram as ideias eugênicas. No caso do Brasil, o branqueamento da população, através do movimento de imigração européia, foi uma das formas de viabilização do pensamento eugênico. Contudo, conforme Diwan, foi na figura do mestiço que grassaram as discussões sobre eugenia no território brasileiro, normalmente atribuindo a Nina Rodrigues e Sílvio Romero o *status* de autênticos representantes dos estudos sobre esse ideário.

Nesse sentido, para demonstrar como este ainda era próximo de seus ex-professores e que tinha uma boa relação com estes, assinala-se que os professores expuseram suas opiniões da seguinte forma: de acordo com os atestados o Professor Agostinho Lopes de Souza teve um “comportamento exemplar, merecedor do meu bom conceito”, havia sido um “aluno com bom conceito”, “teve sempre a melhor conduta possível”, “teve sempre uma conduta irrepreensível”, e “foi irrepreensível o comportamento do Sr. Agostinho Lopes de Souza”,

Para os pais o professor “mostrou sempre procedimento louvável”, “teve sempre exemplar comportamento e como mestre de meus filhos tem exuberentemente (sic) comprovado”, “muito bom procedimento”, “tendo sempre um exemplar procedimento”, “considero de conduta exemplar”, “nunca queixou-se dele”, “fez-se credor de minha estima e consideração pelo muito bem que se conduziu nessa tarefa”, “o considero pelo seu bom comportamento como mestre [...] tem exuberantemente provado este predicado”, “nunca ouvi a menor queixa contra seu mestre”, “tem-se feito credor de minha estima”, “tem-se feito credor de toda minha estima”, e “nunca teve queixa alguma contra o proceder do mestre”.

Para as mães o professor Agostinho “teve sempre exemplar comportamento e como mestre de meus filhos tem exuberentemente (sic) comprovado”, “exemplar procedimento e boa conduta”, “tem mantido um comportamento exemplar”, “nunca queixaram-me nada contra o proceder do seu mestre”, e “tem procedimento exemplar”.

Para amigos Agostinho “sempre me mereceu toda consideração, pelo seu exemplar comportamento<sup>351</sup>”. Para irmãos “nunca queixou-se dele”. Para a madrinha<sup>352</sup> “nunca teve queixa alguma contra a boa conduta de seu mestre”.

A respeito dessas manifestações, infere-se que deve ter havido alguns encontros entre pais e mães para decidirem a forma e/ou maneira de como manifestar seu apoio ao professor Agostinho L. de Souza, pois existem textos que são semelhantes tanto no corpo deste quanto na escrita. Presume-se também que estes tenham discutido o que iria constar nos textos de suas manifestações.

Quanto ao tempo de magistério, algumas mães diziam que ele era professor de seus

---

<sup>351</sup> Testemunho dado por Joaquim Ferreira da Silva, possivelmente amigo do referido professor. Infere-se tal assertiva por localizar Joaquim Ferreira da Silva residindo na Freguesia da Sé, na Rua do Barão de [...] numa casa morando com doze pessoas, das quais cinco sabiam ler, com 25 anos, pardo, solteiro, católico, sabia ler e não freqüentava a escola, tinha como profissão “agencia” (idade aproximada do Professor Agostinho que tinha na ocasião 30 anos).

<sup>352</sup> Dona Maria Theresa Paes de Barros residia na Rua Coronel Poupino nº 798, esposa de José Paes de Barros tinha duas filhas uma de oito, outra de quatro anos, residiam em sua casa Maria Theodora, 55, e Simplicia Theodora, 34 anos, ambas criadas. O dito afilhado de Dona Maria Theresa, Benfca Marques de Sampaio também residia nesta casa e contava doze anos e conforme assinala a dita senhora este era aluno do Professor Agostinho Lopes de Souza.

filhos “a mais de três anos”, para outros pais “mais ou menos um ano”. Estas informações corroboram as colocações de Paião (2006b) de que Agostinho Lopes de Souza “passou aleccionar em 1885.” (p. 88)

Além de ter frequentado a escola do Professor Egydio Angelo Bueno Mamoré havia frequentado também a aula (escola) particular de José Augusto Duarte, por pouco tempo. Observou-se que José Augusto Duarte referiu-se a Agostinho Lopes de Souza da seguinte forma: “tendo-se por isso feito digno do nome de bom filho e bom aluno”. Sobre os laços familiares de Agostinho, não se conseguiu informações, levando a crer que este pudesse ter um tutor, nesse sentido, teria sido José Augusto Duarte tutor e/ou responsável pela vida acadêmica de Agostinho Lopes de Souza? O simples fato de este ter sido professor de Agostinho o habilitava a reconhecer este como um “bom filho”? Ou um bom aluno poderia ser considerado um bom filho?

A respeito do episódio vindo a público no jornal *A Provincia de Matto-Grosso*, em agosto de 1888, formulou-se uma lista com os nomes das pessoas que se dignaram e deram seu apoio ao professor Agostinho Lopes de Souza. Entre estas estavam seus ex-professores, pais, mães e tutores dos alunos que, provavelmente, teriam frequentado a sua escola particular. Assim, conseguiu-se, a partir da edição apreciada, confirmar os pronunciamentos das seguintes pessoas:

**Quadro: 50 - Nome dos pais, mães, tutores, ex-professores e amigos que tiveram filhos, filhas ou afilhados que estudaram na escola particular regida por Agostinho Lopes de Souza, entre 1884-1890, e se dignaram a declarar sobre seu comportamento.**

Nº	Pai/mãe/tutor/irmão	Relação/Aluno/ Agostinho	Profissão	Idade	Raça
01	Anna d'Oliveira e Assenção	Mãe	-	-	-
02	Antonio da Silva Albuquerque	Pai	Negociante	37	Branca
03	Aureliano Pinto Botelho	Professor	-	-	-
04	Carolina C. C. Cardoso	Mãe	-	31	Branca
05	Cyriaco Leite da Silva <sup>353</sup>	Pai	-	-	-
06	Constantino Rodrigues Lisboa <sup>354</sup>	Irmão	-	-	-
07	Custódia Ribeiro Taques	Mãe	-	56	Branca
08	Egydio Mamoré	Professor	Empregado público	50	Branca
09	Francisco Leite de Pinho Azevedo	Pai	-	-	-
10	João Augusto Carstens	Pai	Oleiro	68	Branca
11	João Batista d'Oliveira Sobrinho	Pai	Negociante	40	Branca
12	João Pedro Gardés	Professor	Empregado publico	44	Branca

<sup>353</sup> Os nomes indicados nas linhas de números 2,5, 14, 16, 20, 21, 25 e 27 não foram encontrados no recenseamento de 1890.

<sup>354</sup> Não foi possível encontrar a pessoa de Constantino Rodrigues Lisboa, no entanto, encontrou-se Cecilia Ferreira Lisboa (viúva, 40 anos, costureira, católica, brasileira, não sabia ler e nem havia frequentado a escola). Residia com ela, Carlos Rodrigues Lisboa, 18 anos, pardo, sapateiro, solteiro, católico, sabia ler e não frequentava a escola. Izidora Rodrigues Lisbôa, 12 anos, parda, sabia ler e frequentava a escola, solteira, católica e brasileira. Lucio Rodrigues Lisbôa, 10 anos, sabia ler e frequentava a escola. Ainda Thereza Ferreira de Jesus, 80 anos, parda, católica (sem profissão) viúva, católica, brasileira, não sabia ler e tampouco frequentava a escola.



13	João Ribeiro do Nascimento	Pai	Agencia	55	Parda
14	José Augusto Duarte	Professor	Empregado Publico	35	Branca
15	José Aurelino X. Bastos	Pai	-	-	-
16	José Carlos de Pinho	Pai	-	-	-
17	José Estevão Correia	Professor	Empregado Publico	50	Branca
18	José Joaquim Ferreira Silva	Amigo	-	-	-
19	José Magno Pereira	Professor	Professor	41	Branca
20	José Maria Silveira dos Santos	Pai	Alferes do Exercito	39	Branca
21	Jesuino Alves Pereria	Pai	Ferreiro	53	Parda
22	Luisa Augusta Serra	Mãe	-	-	-
23	Maria Ignez d'Oliveira Castello	Mãe	-	41	Branca
24	Maria Miquelina de Sá	Mãe	Pensionista	40	Branca
25	Maria Theresa Paes de Barros	Afilhado	-	31	Branca
26	Salvador Pompeo de Barros	Pai	Negociante	43	Branca
27	Silvestre Antunes Galvão	Pai	Negociante	45	Branca

**Fontes:** Construção do autor – Cruzamentos de dados do Jornal *A Província de Mato Grosso* de 10-08-188, ano X, n.º 502, p. 04 e 19-08-1888, ano X, n.º 503, p. 04, com o Recenseamento de 1890.

Após reunir em publicação um conjunto de depoimentos feitos por vinte sete pessoas, agregando pais, mães, amigos e ex-professores que lhes fizeram a defesa, através daquele jornal, o Professor Agostinho Lopes de Souza deu por encerrado<sup>355</sup> o assunto da seguinte maneira:

Oxalá que todos os meus discípulos, tendo em vista o quadro do meu documento, fiquem d'ora em diante, compreendendo que é bom proceder bem, tanto em público como em particular, fugindo dos maus companheiros, como lhes tenho recomendado, isto é, em todos os dias da vida. Cuyabá, 1º de agosto de 1888. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1888, p. 04)

Para além da sala de aula, Agostinho Lopes de Souza tinha sua vida ligada a partidos políticos e a outros espaços sociais. Nesse sentido, conforme *A Gazeta* (16-06-1889, ano I, n.º 40), havia acontecido uma procissão Cívica para comemorar o 13 de junho de 1867, data em que “os mato-grossenses banirão do solo Corumbaense as forças do tirano Lopes que ocupavam aquelle território” (p. 02). Conforme o referido jornal, às três horas da tarde, as corporações do Exército, do Liceu Cuiabano, do Funcionalismo, de Estrangeiros, do Comercio, do Foro e da Imprensa desfilarão em direção ao ponto da reunião de onde partiram às 3 ½ deixando apenas de participar dos festejos a diretoria da Sociedade de Amor à Arte e a corporação dos artistas. Assim, após a procissão, segundo *A Gazeta*, o Revm Sr. Conego Bento Severiano da Luz, da residência episcopal, proferiu um discurso, diversos senhores e também o Professor Sr. Agostinho Lopes. Às 6 ½ da tarde dissolveu-se o préstito recolhendo-

<sup>355</sup> Ressalta-se que ao término da publicação das manifestações de apoio e solidariedade ao professor Agostinho Lopes de Souza, na edição de número 503, o redator (?) registrou a expressão “continua”, ou seja, havia mais depoimentos a ser publicados. Ocorre que a edição de número 504, de 26 de agosto de 1888, foi dedicada a memória do Dr. José Antonio Murinho – Médico, e ex Presidente da Província de Matto Grosso, entre 19 de setembro de 1868 e 26 de março de 1869.

se cada corporação aos pontos de onde haviam saído. À noite iluminaram-se todos os edifícios públicos e assim também quase todas as casas particulares das principais ruas da cidade.

Ainda em o jornal *Gazeta Oficial* de (24-05-1890, ano I, n.º08) foi apresentada uma ata referente ao primeiro dia de trabalho da Comissão distrital da Freguesia da Sé, reunião em que qualificavam os eleitores. Assinalavam que haviam iniciado a qualificação dos eleitores pelo primeiro quarteirão, devendo ser incluído como comissão “todos aqueles que, tendo vinte e um anos de idade e ali fossem domiciliados há mais de seis meses e soubessem ler e escrever, bastando que fossem conhecidos da comissão, embora não se apresentassem para solicitar seu alistamento.” (p. 03) Nesse sentido, entre os cidadãos qualificados encontrava-se Agostinho Lopes de Souza.

Em se tratando de política, o referido professor, conforme *O Matto-Grosso* (05-08-1890, ano XII, n.º 600, p.1), integrou a fileira daqueles que aderiram à criação do Partido Republicano, em julho de 1890. Na ocasião, assinala-se que os considerados negros perfaziam um total de 46,2% dos integrantes do partido recém-criado.

Para concluir a trajetória de Agostinho Lopes de Souza, Paião (2006a, p. 187) o registrou entre os professores que exerceram a profissão docente no século XIX em Mato Grosso, nesse sentido, a autora evidenciou que o referido professor atuava como professor interino na escola do sexo masculino da Vila de Livramento, no ano de 1890, destaca-se que o ato de nomear e exonerar era uma prática ao sabor das ondas partidárias. A esse respeito, o “Estado” Mato Grosso, em 1890, era governado por um republicano, o militar Antonio Maria Coelho. Não se sabe ao certo se houve interrupção do trabalho docente por parte de Agostinho Lopes de Souza, mas, como informou o jornal *Gazeta Oficial de Mato Grosso* (24-08-1899, ano X, n.º 1476, p. 03), o Inspetor Escolar da Vila de Livramento comunicava que:

[...] para os fins convenientes que em data de hontem foi por acto desta directoria nomeado professor da escola do sexo masculino d'essa Villa o cidadão Agostinho Lopes de Souza, em substituição a Manoel João Curvo, que s. ex. o Sr. Presidente do estado fora exonerado do mesmo cargo. (GAZETA DE MATTO GROSSO, 24.08.1899)

Até aqui é o que se sabe sobre o percurso construído por Agostinho Lopes de Souza. Conforme informações retiradas da Memória de Firmo Rodrigues e apresentadas por Paião (2006b, p. 88), o professor Agostinho Lopes de Souza dedicou-se ao magistério por não poder dar vazão ao desejo de continuar a estudar. Antes de ser professor, foi aluno do curso de línguas e Ciências Preparatórias do Liceu Cuiabano, tendo sido colega de Firmo Rodrigues

(1871-1944), que, em suas memórias, reservou-lhes algumas passagens: “Era preto, paupérrimo e de uma educação invejável. Sabia costurar e bordar. Muito benquistado entre os alunos. Dedicou-se ao magistério primário como professor público e de escolas rurais. Morreu na maior pobreza.” (grifos meus) (Rodrigues, 1960 apud PAIÃO, 2006b, p.88)

### 3.7.2 Antonia Augusta Gaudie Ley - “Em nome da infância<sup>356</sup>”

Abrimos espaço para a construção da trajetória da única mulher que integra o conjunto de sujeitos pertencentes aos grupos constituídos por pretos e pardos eleitos neste estudo que, conforme o Recenseamento de 1890, “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola” e cumpriam diversas funções na cidade de Cuiabá, bem como na Província de Mato Grosso. Nesse sentido, destaca-se que, ao responder ao referido Recenseamento no ano de 1890, provavelmente Antonia Augusta Gaudie Ley tenha assim declarado:

Eu me chamo Antonia Augusta Gaudie Ley, tenho 21 anos, sou professora efetiva e atuo na instrução primária pública, de raça parda, recentemente viúva, católica, brasileira e sei ler e escrever. No momento, resido na casa de meus pais João Ribeiro do Nascimento e Blandina Gomes de Barros e vivem conosco outras 21 pessoas. Tenho uma filha de um ano de idade de nome Armelina Guadie Ley.

Antes de prosseguir apresentando a trajetória de nossa protagonista, salienta-se a necessidade de trazer algumas concepções acerca das mulheres veiculadas pela sociedade naquele momento, nesse sentido, transitamos através do olhar de Paião (2006a), que desenvolveu o raciocínio a respeito das concepções engendradas sobre o mundo moderno que diz respeito a situar a figura da mulher naqueles tempos e, especificamente, como estas eram vistas nos discursos dos dirigentes da província de Mato Grosso.

#### 3.7.2.1 As mulheres – Sociedade Cuiabana

A princípio, constatou-se uma ausência das mulheres no que se refere aos registros sobre o cotidiano da cidade de Cuiabá, nos periódicos analisados no período referente aos Oitocentos, desse modo, deduz-se que isto seja proveniente da característica de uma sociedade em que ao homem eram reservados todos os trânsitos e, entre eles, o cuidado

---

<sup>356</sup> Foi casada com Manoel Gaudie Ley, seu nome de solteira era Antônia Augusta Ribeiro. Tiveram uma filha de nome Armelina Gaudie Ley, em 1890 tinha um ano. Ver: *O Capitão-mór André Gaudie Ley e sua descendência (Ensaio de reconstituição histórico-genealógica)* In: Rev. do IHMT - Ano IV - Tomo VIII – 1922.

extremoso com a família (prover, zelar e proteger).

A esse respeito, assinala-se que as mulheres que pertenciam à classe menos abastada foram as que receberam certa evidência e que apareceram nas partes reservadas ao registro do cotidiano policial. Elas foram descritas, muitas vezes, como perturbadoras da ordem, presas por embriaguez, e que rompiam com as normas que regiam a moral pública<sup>357</sup>. Destaca-se que poucas vezes foram lembradas atuando na profissão de professoras<sup>358</sup>, outras como artistas<sup>359</sup> (teatro e professoras de música) e como doadoras de donativos para as obras de igrejas<sup>360</sup>. No que diz respeito a afrontar a sociedade, às questões morais, é recorrente o registro de suas passagens pela cadeia pública e na coluna sobre óbitos.

Incorreria num erro se não explicitasse, aqui, que as mulheres da “boa sociedade” foram vistas, constantemente, nas notícias sobre os casamentos<sup>361</sup>, na composição de uma irmandade, nos batizados e nas viagens feitas de pacote para a Corte, ou para os municípios do interior da Província. Salienta-se que as mulheres poderiam ser vistas, também, nos anúncios sobre a passagem de um ente querido, convidando amigos, parentes e conhecidos para as “missas solenes<sup>362</sup>” ou de sétimo dia, ou ainda de aniversário de morte. Elas apareceram também nos inventários e, ainda, como interditas, quando um irmão e/ou um cunhado tinha a pretensão de dirigir os negócios da família.

Mas elas também foram lembradas nos anúncios de roupas, ornamentos para o cabelo e outros. Conforme se anunciava em *A Província de Matto-Grosso* (11-01-1880, ano II, nº 54, p.04), o jornal denominado de “A Estação” era dedicado às mulheres brasileiras e poderia ser assinado tanto na Corte quanto nas províncias. Informavam também que o referido jornal era publicado no dia 15 e 30 de cada mês. Destacava-se ainda que este continha, para o público feminino, a moda parisiense. E ainda explicitava que aquelas que fizessem a assinatura poderiam conferir que

Um anno do jornal, alem de 300 paginas do texto in-4,° (sic) contem cerca de 2,000 gravuras de modas e delicados trabalho de senhora, 21 lindos figurinos colloridos á aguarella, 12 folhas grandes reproduzindo 300 moldes em tamanho natural e grande numero de riscos, monogramas, modelos e &. O texto clara e minuciosamente explica todos esses desenhos indicando os meios de executal-o de per si, alem da

<sup>357</sup> Ver A Situação de 18-08-1875, ano VIII, nº 490, p.02, na coluna “Gazetilha” as ocorrências policiais.

<sup>358</sup> Ver *Província de Matto-Grosso* de 23-02-1879, ano I, nº 08, p. 04.

<sup>359</sup> Conforme *O Porvir* de 18-09-1877, ano I, nº 07, p. 02.

<sup>360</sup> Ver *O Liberal* (20-01-1874, ano III, nº 123, p. 03-04), em que constavam doações das mulheres que variavam entre 50\$000 a 1\$000, seis mulheres ao todo fizeram doações para a Matriz de Corumbá em 1873

<sup>361</sup> Ver *A Província de Matto-Grosso* (04-04-1880, ano II, nº 66, p. 02), na coluna “Gazetilha” a notícia sobre o “hymineu” da filha do Barão e Baronesa de Maracaju, e ainda o “consórcio” do Sr. Tenente Francisco Gonzaga Cicero de Sá com a Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> D. Jacintha Alzira Pereira de Mello.

<sup>362</sup> Ver *A Província de Matto-Grosso* de 12-11-1887, ano IX, nº 462, p. 04.

parte litteraria, noticiosa, recreativa e útil, escripta especialmente para as leitoras desse jornal. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1880, p. 04)

Assinalava-se que o periódico “A Estação” poderia ser encontrado nas províncias em qualquer livraria, e as assinaturas poderiam ser feitas na “Agencia de Assignaturas para todos os jornais Estrangeiros – Livraria Lombaerts & Comp.” Localizada na Rua dos Ouriveis, na cidade do Rio de Janeiro. (p.04)<sup>363</sup>

Para compreender, especificamente, as questões que envolvem a mulher no contexto histórico deste estudo, busca-se, no estudo de Paião (2006a), luzes que possam explicar como elas foram pensadas a partir de uma visão de modernidade. Nesse sentido, assinala-se que a autora localizou o tempo cronológico da Modernidade, compreendendo o período entre o século XVI e XX. A esse respeito, salienta-se que Paião enfatizou ser este o tempo em que a expansão europeia além-mar definiu os limites do mundo contemporâneo. Nesse sentido, a autora destacou como campos de difusão a política, a economia e o campo das ideias que, de acordo com a autora, deram o impulso para que a modernidade pudesse se constituir e se afirmar nos séculos XVI, XVII e XVIII. Em termos educacionais, conforme (Ische, 2002 apud Paião, 2006, p. 16-17)

este foi o momento em que se tentaram sistematizar propostas pedagógicas e modelos escolares, e se formularam, no final do século XVIII, necessidades de os Estados constituírem sistemas nacionais de ensino. Uma outra modernidade instaurou o mundo contemporâneo conhecido, associando-se ao conceito de *modernização* (grifo da autora), impulsionou mudanças no bojo do universo produtivo e também no campo das ideias, dando forma e consistência as informações ocorridas nos séculos XIX e XX. Em termos de educação, esta modernidade correspondeu ao momento de implantação dos sistemas públicos de ensino nos nascentes Estados, que procuraram nacionalizar as populações por meio da democratização liberal da escola.

De acordo com a autora, Ische trabalhou a ideia de modernidade no século XIX, associando-a às transformações das formas produtivas, geradoras de profundas mudanças nas sociedades da época. Para Paião, naquele contexto, as revoluções tecnológicas e do pensamento criaram inovadoras condutas e valores, colocando em cena novos atores. A autora sugeriu, ainda, que aqueles tempos foram de mudanças políticas, econômicas e sociais. Exemplificou com acontecimentos como a industrialização, a urbanização e a organização da

<sup>363</sup> Em *A Situação* (01-01-1875, ano IX, n.º 378), na coluna Gazetilha, informava-se sobre o jornal “O Sexo Feminino” publicado na Corte sob a direção da Ex.ma Sr<sup>a</sup> D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Assinalava-se que os assinantes que optassem pela assinatura de “O Sexo Feminino” e o jornal de moda “La Saison” propriedade dos Senhores Lombaerts & Filho pagariam 20\$000, caso optassem apenas pelo jornal “O Sexo Feminino”, pagariam 12\$000 pela Typogaphia de S. Neves & Comp. Provavelmente para divulgação agradeceram o recebimento de 10 exemplares recebidos do segundo ano da publicação de “O Sexo Feminino”, (p. 02)

vida do trabalho por parâmetros de eficácia industrial e de moralidade burguesa; o nascimento da família nuclear e a clara separação entre os espaços públicos e privados. (p. 17) Conforme Paião (2006a), “Essas mudanças modificaram a sociedade européia e norte-americana e, de forma mais ou menos acentuada, as sociedades do mundo todo, em consequência da transposição (e imposição em alguns casos) dos seus valores.” (idem) Desse modo, salienta-se que no bojo destas transformações externadas por Paião (2006a) estiveram reservadas questões que endereçavam as mulheres, entre elas a educação do sexo feminino.

### 3.7.2.2. Em defesa da educação feminina

Paião (2006a) desenvolveu seu estudo sobre a constituição do lugar e do papel da professora na Instrução Pública de Mato Grosso entre os anos de 1870 e 1892. Para a autora os discursos europeus sobre educação se propagaram pelo país e pela província de Mato Grosso durante o século XIX<sup>364</sup>. Paião destacou que tais discursos projetavam a mulher

como figura ideal para civilizar o homem, tornando-o laborioso e contido, e modernizar a nação em papéis de esposa, mãe, irmã e professora publica primaria, no interior da família nuclear e da escola estatal, gratuita, obrigatória, livre, higiênica e moralizada, segundo a ética católica e liberal burguesa. (PAIÃO, 2006a, p. 05)

Nesse sentido, conforme a autora, foi nesse período (1870-1892) que o “perfil do professorado mato-grossense foi reformulado por um projeto de modernização do ensino.” (p. 05) A esse respeito, Paião assinalou que em Mato Grosso, a exemplo do ocorrido no restante do Império, havia a coexistência de três modalidades de Instrução: a particular, a doméstica e a pública. Desse modo:

A primeira era oferecida em estabelecimentos de professores particulares, a custa das famílias ou de educadores; a segunda, na residência dos alunos por seus pais ou “por professores estipendiados por estes”; e, a terceira, ministrada as expensas do poder público, que empregava professores/as para lecionar aos meninos e as meninas em casas-escolas. (PAIÃO, 2006a, p. 64)

Sobre a educação para mulheres, Paião (2006a) destacou que, em Mato Grosso, a maioria das famílias resistiu em entregar suas filhas à Instrução. Para a autora, as pobres

---

<sup>364</sup> Ver *A Província de Matto-Grosso* (17-04-1881, ano III, n.º 120), em que a mulher é personificada como filha, irmã, esposa, mãe e avó destacando as suas possibilidades no mundo “para os triumphos de sua influencia, para as formosas conquistas de sua educação quando solida e proveitosa; dos seus sentimentos, quando ella obedecer as leis do trabalho e as praticas do dever! Que missão, que esplendida missão a sua!” (p. 03)

resistiam, em geral, por considerar inútil ou impróprio o conhecimento didatizado de mulheres, e, também, por não quererem dispor de parte do tempo do trabalho delas, gastos nos afazeres domésticos, no comércio ou na lavoura. Conforme Paião, já as ricas resistiam por três motivos: o preconceito de muitas das famílias abastadas com a escola pública, o reconhecimento da falta de preparo de grande parte dos professores públicos e a falta de estrutura das escolas públicas, a exemplo da carência de lápis, papéis e móveis para os alunos se sentarem e, por fim, pelo temor dos pais de que o saber escolar feminino, ao invés de se tornar fonte de virtude, corrompesse os costumes. (p. 69)

Gondra e Schueler (2008) pormenorizaram a educação para meninas evidenciando as diferenças nos conteúdos aplicados e aprendidos pelos sexos diferentes (meninos e meninas). Sinalizaram que, durante o século XIX e ainda nas décadas iniciais do século XX, a maior parte das escolas e colégios brasileiros permaneceram separados por sexo.

Desse modo:

No que se refere à instrução elementar, as escolas ofereciam programas diferenciados pra meninos e meninas. A Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827 consagrou esta distinção ao estabelecer e exclusão do ensino de geometria e impor limites ao ensino de aritmética nas aulas femininas. Para as meninas, a doutrina cristã, leitura, escrita e calculo elementar seriam ensinamentos suficientes, acrescidos, porém, das “prendas que servem à economia doméstica” (art. 12), como as aulas de bordados, agulhas e costura. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p. 204)

Os autores destacaram que, em que pesassem as reservas e as polêmicas em torno dos limites da instrução, das responsabilidades de acesso das mulheres na docência e as consequências de seu ingresso para o estatuto da profissão, o fato era que as aulas e escolas primárias, colégios e educandários de ensino secundário e Escolas Normais, no decorrer do século, foram cada vez mais frequentadas por mulheres. Conforme os autores, o processo de escolarização, ao integrar as meninas, ainda que de forma tímida, diferenciada e hierárquica, impulsionou as demandas de ampliação da instrução feminina e de formação de professoras, fazendo com que muitas mulheres assumissem a profissão docente, tornando-se responsáveis pela educação de meninas e meninos. Desse modo, as mulheres foram ocupando os espaços educacionais:

Exercendo a preciptoria, administrando aulas avulsas, dirigindo colégios e escolas particulares, as professoras vivenciaram múltiplas práticas educativas, cujos indícios podem ser rastreados por meio da análise de anúncios e ofertas de serviços nos principais jornais das grandes cidades, como no *Jornal da Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Almanak Laemmert*, editados na Corte. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p. 204)

Conforme demonstrado por Paião (2006a) em diversos quadros<sup>365</sup>, assinala-se que de acordo com os dados em Mato Grosso, a comparar com a presença masculina, o envolvimento das mulheres na dianteira da instrução pública, e/ou como alunas nas escolas mato-grossenses permaneceu tímido por muito tempo. Nesse sentido, a autora atribui essa problemática a cultura paternalista assinalando que esta

prejudicava o avanço das mulheres em direção ao espaço público do trabalho docente, mas não o impedia. Não obstante os problemas elencados, o magistério primário, trabalho considerado honrado, passou a ser indicado às mulheres, **sendo as da elite as primeiras a receber instrução e a lecionar**. [grifo meu] (PAIÃO, 2006a, p. 69)

No que diz respeito a questões relativas ao grupo considerado elite, especificamente, em Mato Grosso, destaca-se, que não se pode pensar em um grupo primordialmente constituído somente por brancos. Nesse sentido, já se apresentou diversos argumentos capazes de atestar que um grupo considerável de pessoas negras poderia ter integrado a elite em Mato Grosso, conforme apontamentos de Silva (1995), Gomes (2009) e Miranda (2010). A esse respeito, ressalta-se que para se ter uma ideia, Alves (1996 apud Paião, 2006a, p. 41) assinalou que, na primeira metade dos Oitocentos, percebeu-se um crescimento mulato em termos numéricos e políticos na província. Conforme Paião, os números apresentados para aquela época contrastavam com os apresentados pela população branca, esta detentora do capital material e simbólico – consequentemente dos cargos públicos e militares, que se evadia da região em razão da falência aurífera e da Independência, deixando lacunas na administração pública que passaram a ser preenchidas pelo segmento mulato. (p. 42) , a despeito dos sujeitos deste estudo, não somente os “negros” integravam a elite, do ponto de visto da burocracia administrativa, bem como do grupo considerado intelectual e ainda da classe econômica.

Voltando à questão que envolve a mulher na instrução pública, Paião assinalou que o governo provincial também estava interessado em moldar a conduta dos meninos. Na escola ou no recinto familiar, a ordem era para educar sob os moldes disciplinadores propostos pelo Estado. Segundo a autora, educar era, naquele momento, mais importante do que instruir, pois

---

<sup>365</sup> Especialmente os quadros localizados nas p. 89-91, que apontam o insipiente número de escolas para meninas em relação ao número de escolas pra meninos (p. 109), que evidencia o baixo número de meninas inseridas nas escolas de Mato grosso, bem como o diminuto número de professoras para os anos de 1853, 1860, 1877 e 1878, (p. 112) e que apresenta o número de 59 professoras, contrastando com os 144 professores atuando em Mato Grosso, entre os anos de 1845-1896. Assinala-se que estes dados desfavoráveis constituíam fortes argumentos para que as políticas educacionais em favor das mulheres fossem pensadas.



significava falar ao coração da criança, fazendo-a reconhecer o amor e o dever que teria, quando adulto, de nutrir pelo Estado nacional e pela igreja católica. Nesse sentido, Paião (2006a) destacou que se abriam, assim, as possibilidades para um novo personagem no plano educacional, a mulher como responsável pelos interesses do governo provincial, especificamente, na instrução pública.

A autora Salientou, ainda, que parte do discurso de Joaquim Gaudie Ley, Inspetor Geral de Estudos, no relatório de 1870, enfatizava que as mulheres não higiênicas e moralizadas apareciam como sendo prejudiciais à educação doméstica dos meninos, em razão da sua ignorância e dos vícios das escravas<sup>366</sup>. Paião (2006a) salientou que no dizer do inspetor, tendo os pais tantos afazeres externos ao lar, convinha ao governo provincial educar as meninas para, moralizando-as e higienizando-as, segundo a ótica católica e a ordem burguesa, torná-las futuramente “boas mães de famílias”. Para a autora, o discurso moralizador da Instrução Primária convergia com o interesse em inserir a mulher no trabalho docente, embora a grande preocupação do poder público fosse com a educação dos meninos (os futuros cidadãos), que viviam “entregues às mães e às escravas”. Conforme Paião (2006a), portanto, convinha afastá-los da presença “viciosa” das escravas e não descuidar da “instrução das futuras mães de família”, porque, segundo o Protonotário Apostólico Pe. Ernesto Camillo Barreto, delas “depende o futuro das nações.” (p. 72)

A esse respeito, a autora destacou que o Relatório de 1878, de Pe. Barreto, estava embebido das ideias de Pestalozzi, sendo Barreto um dos pioneiros na Província a convocar, para o auxílio do ensino, duas grandes alavancas do progresso: o mestre e a mãe que, em auxílio mútuo, seriam capazes de promover o progresso moral e material da sociedade mato-grossense: “o mestre instruindo na escola, a mulher educando no lar doméstico, e a sociedade regurgitando de prazer diante destes dois grandes operários da civilização dos países.” (Idem)

Paião apresentou, ainda, os Presidentes de Província, João José Pedrosa e Rufino Enéas Gustavo Galvão (Barão de Maracaju), como responsáveis pela ampliação do magistério ao segmento feminino. Nesse sentido, como mostrou a autora, estes encamparam e conseguiram a aprovação dos Regulamentos Orgânicos da Instrução Pública, de 1878 e 1880, respectivamente, convencidos que estavam da “transformação miraculosa que a instrução operaria em um povo, pelos exemplos que apresentam em nosso século, especialmente, a Prússia, a Suíça e os Estados Unidos.” (p.73) Conforme Paião, essa não foi uma batalha que pudesse ser creditada somente a eles, os presidentes da Província de Mato Grosso, estes

---

<sup>366</sup> Sobre as questões que envolvem a educação das crianças sob o comando das escravas, ver José Veríssimo, em *A Educação Nacional*.

tiveram o prestimoso auxílio do “médico pardo” Dormevil José dos Santos Malhado (1837-1902), que fora Diretor Geral da Instrução Pública, entre os anos de 1880 a 1884. Paião (2006a) enfatizou que a escolha de Malhado para conduzir a educação foi uma estratégia sanitária e política, pois como “médico distinto”, poderia “melhor que muitos atender a uma das mais vitais necessidades das escolas – a higiene.” (Idem) Assim:

Dizia-se que “sem a saúde do corpo não se [deveria] aplicar o espírito, sob pena de agravar o mal físico, sem proveito algum moral”. Portanto, havia “certa vantagem” em confiar a direção das escolas a um “medico inteligente e ilustrado”. Foi em defesa da bandeira da higienização das escolas e, por elas, das famílias, que médicos como Malhado e João Carlos Muniz foram colocados à testa da Instrução Pública. [grifo dos autores] (SÁ; SIQUEIRA, 2001 apud PAIÃO, 2006a, p.73-74)

Paião (2006a) evidenciou que a construção discursiva acerca das mulheres e dos padres, ligando suas atividades docentes ao sacerdócio, respondia, em parte, a demanda da época, pois, teoricamente, não lhes permitiam requerer melhorias nas condições de trabalho e salário, sendo tudo feito por amor. Conforme a autora, a docência pública primária dos clérigos foi abortada em razão da separação do Estado e da Igreja por ocasião da proclamação da República, em 1889, mas não comprometeu as iniciativas direcionadas à mulher.

Desta forma, como assinalou Siqueira (2000 apud PAIÃO, 2006a, p.76), na gestão dos liberais, sobretudo, na de Malhado na Diretoria da Instrução Pública, ocorreu um sensível avanço “no campo da feminização do magistério”. Conforme Siqueira, para Malhado a criação de escolas mistas dirigidas pelo sexo feminino aparecia-lhe “solução mágica” para os graves problemas pelos quais passava a Instrução. Nesse sentido:

A mulher era pensada, naquele momento, como a mais adequada para lecionar o ensino primário, a razão se encontrava também na construção discursiva acerca da figura do papel da professora. Nesse processo, a propalada natureza da mulher para a maternidade ligava-se a herança religiosa da atividade docente. O resultado era a criação de um tipo específico de professora, a mãe espiritual, que se aproximava do paradigma de Maria, a mãe de Deus. (PAIÃO, 2006a, p.79)

De acordo com Paião, ao criar para a professora o apostolado docente, o discurso modernizador da elite da época acabava por dessexualizar a mulher, desse modo, como evidenciou autora, o magistério passava a ser extensão de sua maternidade, pois, por ele, estaria, a professora, criando filhos espirituais: os alunos.

Paião (2006a) sinalizou, ainda, que a década de 1880 marcou a preferência do governo pela regência feminina das escolas públicas de meninas, meninos e mistas. Mas é importante salientar, como sugeriu Paião, que o trabalho docente feminino se restringiu ao ensino

primário, sendo interditado à mulher atuar no ensino secundário público.

### **3.7.2.3. Para além da esfera da casa, notas dos periódicos mato-grossenses nos Oitocentos**

Dispostos os argumentos que trazem a mulher para a cena como personagem principal para a educação da infância, trazemos, a seguir, algumas nuances estampadas nos periódicos mato-grossenses, que depõem sobre as experiências de muitas delas em favor da instrução pública e em outros ramos e/ou espaços sociais, na província de Mato Grosso. Nesse sentido, para além da esfera do lar, assinala-se que, no decorrer da pesquisa, foi comum encontrar mulheres, na maioria das situações, exercendo as atividades na instrução pública, nas artes e, algumas vezes, imiscuindo-se ora aqui outras ali como autônomas e/ou empreendedoras.

A esse respeito, em primeiro lugar, traz-se à luz, baseado em alguns recortes de jornais de época, aspectos relevantes às atividades desempenhadas por algumas mulheres, no que tange à atuação nas escolas cuiabanas e em outros ramos. Assinala-se que, após estes registros, em seguida trataremos das passagens encontradas nos periódicos que atestam a trajetória da única mulher entre os sujeitos deste estudo: Antonia Augusta Guadie Ley.

Para início destaca-se os quadros apresentados por Paião (2006<sup>a</sup>):

- Quadro 13: Escolas Particulares de Mato Grosso no Século XIX (p. 89-91),
- Quadro 18: Inserção das Mulheres no Ensino de MT – SÉC. XIX (P. 109),
- Quadro 19: As Professoras das Escolas Públicas de Mato Grosso (1845-1893) (p. 110-112),
- Quadro 21: Distribuição de Docentes pelas Escolas ou Cadeiras e Ensino Público de Mato Grosso (1845-1893) (p. 112)

Estes dão a tonalidade de como as mulheres foram inseridas nos espaços reservados à instrução pública mato-grossense.

Sobre esta questão, destaca-se que, das 59 professoras listadas pela autora, somente 16 atuaram entre 1845 e 1879, as demais exerceram a profissão a partir de 1880, e, a esse respeito, considera-se que um fato pode ter contribuído para o crescimento da participação feminina na dianteira das escolas de instrução públicas mato-grossenses: provavelmente, foi a instalação da Escola Normal, em 1874, que ia produzindo os “lisongeiros resultados”, conforme havia anunciado o vice-presidente, Barão de Diamantino, ao entregar o cargo ao

presidente Hermes Ernesto da Fonseca, em 3 de maio de 1875. (p. 08)

Desse modo, destaca-se que para a inserção das mulheres como professoras concorreram as mestras D. Carolina Amélia Castro da Câmara, que dirigiu um colégio particular para meninas, em 1871, segundo o relatório do presidente Francisco José Cardoso Junior, e, ainda, igualmente, como se informou em *A Provincia de Matto-Grosso* (23-02-1879, ano I, n.º 08, p. 04), que D. Ana Josetti Salomonovsky professora da 2ª escola feminina da freguesia da Sé, anunciava que estava autorizada pelo Inspetor Geral a receber “alumnas pensionista para ser educadas em sua companhia nada tendo os pais que pagar pelo ensino primário constantes no Regulamento orgânico de instrução publica, só fornecendo os compendios e utencilios precisos”. A esse respeito, D. Ana Josetti destacava, ainda, que Emilia e Elvira, suas filhas, estavam concluindo o Curso Normal e poderiam ajudar “no adiantamento de suas alumnas internas.” (04)

Notou-se, ainda, que, conforme os periódicos de época, as mulheres não estavam conectadas somente com a instrução pública, algumas das mulheres cuiabanas percorreram o caminho das artes, como foi destacado em *O Porvir* (18-09-1877, ano I, n.º 07, p. 02), na coluna “Colaboração”, a qual anunciava que, na ocasião, havia ocorrido, na noite de 7 de setembro, “um grande e magnífico espetáculo, no theatro desta capital, dado pela sociedade - *Amor à Arte*” em homenagem ao 56º aniversário da Independência do Império”. Assinalava-se que entre as apresentações estavam “as Exmas Sras d. Elvira Josetti, D. Marianna Luiza Amarante” que cantaram o hino análogo àquele dia, e compunham o coro as “Exas Sras” D. Anna Rivani, D. Amelia, D. Maria Nunes de Barros, D. Angelica Benigna Moreira da Silva, D. Cursina Pitaluga, D. Emilia Constança Josetti e mais alguns cavalheiros. Destacou-se, ainda, que a jovem Cursina Pitaluga, naquela noite, com desembaraço havia recitado uma poesia. Também foi apresentado o drama “Orgulho abatido”, com a interpretação da “Exma, Sra” D. Elvira, que fez o papel de Emilia, e do Sr. Guimarães, que interpretou o papel do Visconde Arthur. (p. 02)

É importante destacar que o evento tratava-se da comemoração de um acontecimento histórico, incluído no calendário de festividades da Província. O acontecimento reforçava as questões no entorno da construção da nacionalidade, pois, afinal, a “Independência” havia dado ao Brasil liberdades como “nação” para por em curso aspectos relacionados à política, às transformações na sociedade e na economia. Naquele evento, exaltava-se o “entusiasmo e patriotismo” através dos diversos discursos que, conforme o periódico *O Porvir*, foram proferidos na ocasião da comemoração.

Outras mulheres ainda exerciam a atividade de professoras de piano, conforme *A Província de Matto-Grosso* (14-08-1887, ano IX, n.º 449), em que se anunciava que Ana Francisca Leite Galvão oferecia “aos senhores Paes de famílias que quiserem utilizar-se de seus préstimos na qualidade de professora de piano: lecionara em casa das alunas tres vezes por semana.” (p. 04) Nesse sentido, elas estiveram presentes também nas experiências religiosas dentro das irmandades, como salientou o jornal *O Povo* (17-08-1879, ano I, n.º 23, p. 04), ao apresentar a eleição para composição da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte para o período de 1879 a 1880. Desse modo, as mulheres foram eleitas para assumirem as funções de “provedora” e “irmãs de meza”, destaca-se, ainda, que, provavelmente, estas também estiveram presentes na irmandade de São Benedito, que estava sediada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que, segundo Volpato (1993), pertencia aos negros. (p. 29)

Havia, ainda, mulheres que se dedicavam a desempenhar atividades como autônomas, colocando-se à disposição de quem precisasse de seus préstimos. A esse respeito, havia aquelas que se dedicavam a trabalhos como “ajustes”, “agencia”, “criada” e “engomadeira”. Cita-se, como exemplo, o caso das 152 mulheres que haviam sido matriculadas como costureiras das peças de fardamento para o exercito no Arsenal de Guerra, conforme *A Situação* (02-10-1881, ano 15, n.º 778, p. 04). Destaca-se que, provavelmente, este tipo de prestação de serviço pudesse ser sazonal, pois essa questão foi lembrada em *A Província de Matto-Grosso* (13-07-1884, ano VI, n.º 289, p. 04), em que o diretor do Arsenal de Guerra havia convidado as pessoas que se achavam matriculadas como costureiras no exercício do ano de 1884 “ a virem saber qual o número de sua matricula prevenindo-se que no dia 16 á 19 do corrente serão distribuídas costuras de conformidade de ordem da mesma matricula.” (*A PROVINICA DE MATTO-GROSSO*, 1884, p. 04)

Sobre as experiências das mulheres, no cotidiano cuiabano e/ou mato-grossense, em diversas frentes, destaca-se que os periódicos não deixaram dúvidas sobre as posições ocupadas por estas, nesse sentido, assinala-se que, a seguir, trazemos à luz a trajetória de uma mulher, negra, viúva e professora, na Cuiabá dos Oitocentos, a professora Antonia Augusta Gaudie Ley. Andemos.

Com 21 anos de idade, conforme o Recenseamento de 1890, Antonia Augusta Guadie Ley, provavelmente, pelos cálculos realizados, teria nascido em 1869 e, conforme dados apresentados por Paião (2006<sup>a</sup>), esta teria iniciado sua carreira docente em 1885, portanto, aos dezesseis anos. A este respeito, assinala-se que os periódicos de época pouco disseram sobre nossa personagem. Assim, deduz-se que a formação de Antonia Augusta tenha se dado na

Escola Normal, haja vista a existência desta, desde 1874. Sobre as experiências como professora salienta-se que o artigo 109 do Regulamento de 1880 assinalava que:

Os alunos da escola normal, que houverem sido aprovados plenamente em todos os annos e com distincção em algumas das materias dos três annos , tendo bom procedimento, - poderão ser proposto e nomeados professores públicos de instrucção primaria de qualquer classe, independente de concurso nos casos em que é exigido para os demais candidatos. (RELATORIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1880 p. 21)

Nesse sentido, sugere-se que a falta de pessoas habilitadas pudesse ser um ponto que sustentasse a presença de diversas normalistas nas escolas, a esse respeito, Paião (2006a) retratou a situação vivenciada por D. Honorina Ferreria de Souza que havia se dirigido ao Diretor Geral de Instrução Publica, pedindo sua nomeação para o lugar de professora efetiva da primeira escola do sexo feminino da capital. Conforme a autora, esta havia sido preterida e Antonia Augusta Gaudie Ley nomeada para a cadeira (p. 153-154). Um dos aspectos evidenciados pela autora está no fato de o diretor geral de instrução pública argumentar que D. Honorina estava muito além de ocupar qualquer cadeira de ensino primário, mas que esta, não tendo desenvolvimento físico, não poderia inspirar respeito a suas alunas (p. 153) e, ressaltava, também, que o regulamento era omisso nesse aspecto, exigindo apenas para os professores robustez necessária provada por inspeção de saúde. (Idem)

Nesse contexto, voltamos ao Quadro 19, denominado “As professoras das escolas publicas de Mato Grosso (1845-1893)”, (p. 110-112), em que Paião (2006a) evidenciou que Antonia Augusta GaudieLey havia atuado na 2ª escola de meninas da Freguesia da Sé no ano de 1885, e apontou, também, que esta havia atuado na 1ª escola de meninas da Freguesia da Sé, no ano de 1889, para ambas as turmas, Paião assinala que a referida professora estava classificada como professora efetiva.

A respeito do episódio passado com D. Honorina, a autora assinalou que:

Não foi possível localizar nenhum registro fotográfico ou de pintura de Honorina para esclarecer a avaliação do Diretor quanto ao “desenvolvimento físico” para “inspirar certo respeito as suas alunas”. O censo de 1890 descreveu Honorina sucintamente: branca, solteira, católica, letrada, sem defeito físico [...] O que se pode inferir é que Honorina ou era uma moça de quinze anos muito pequena, passando-se por menina, ou o argumento sobre sua falta de robustez fosse uma estratégia para impedi-la de assumir o magistério, **por preferência do diretor por outra candidata (D, Antonia Augusta Gaudieley, efetivada na cadeira em 1886)** [grifos meus], talvez menos qualificada no ensino, porém, mais adaptada aos ventos políticos da época, favorável às cores do partido conservador e republicano (a presidência de Mato Grosso era conservadora, sendo o Diretor da Instrução, João Carlos Muniz, republicano). (PAIÃO, 2006a, p.153-154)

Sobre ser “adaptada aos ventos políticos da época”, adiante far-se-á a construção de um retrato que mostre como a família de Antonia Augusta estava inserida no trânsito das relações sociais e/ou políticas da cidade de Cuiabá ou até mesmo da Província mato-grossense, devido à participação de seu pai no Partido Conservador. Destaca-se que pertencer a este ou aquele partido, provavelmente, não se constitui um argumento que desqualifique o potencial de Antonia Gaudie Ley.

Os jornais da época sempre noticiavam os enlaces matrimoniais<sup>367</sup>, assim, presume-se que Antonia Augusta Gaudie Ley houvesse casado há pouco tempo, dada sua viuvez em tão tenra idade. Nesse sentido, não se encontrou qualquer notícia que pudesse atestar tal acontecimento como um evento que marcasse a sociedade. Assim sendo, o Jornal *A Província de Mato Grosso* (01-07-1888, ano X, n.º 496) noticiou o falecimento, repentinamente, de Manoel Gaudieley vítima de uma congestão cerebral. De acordo com o periódico, este trabalhava como oficial arquivista da secretaria do governo e era casado com Antonia Augusta Gaudie Ley, assim, os redatores do referido jornal, na ocasião, prostraram-se da seguinte maneira: “A sua viúva e parentes enviamos nossas condolências.” (p. 02)

Sobre essa passagem, encontrou-se, no Arquivo Público de Mato Grosso – APMT (CAIXA 1888/D1), um documento datado de 16 de julho de 1888, o qual explicitava o pedido de “Dona Antonia Augusta Gaudieley” requerendo, através do ofício de número 90, os direitos sob o soldo do seu falecido marido Manoel Gaudieley. No requerimento, a viúva pedia os salários atrasados dos meses de abril, maio e junho referentes àquele ano. A respeito desse episódio, assinala que possivelmente Antonia Augusta tenha voltado a residir com sua família paterna.

Para além da sala de aula, conforme Gomes (2009, p. 65), Antonia Augusta Gaudie Ley integrou também uma banca de concurso, composta pelo padre José Augusto Duarte, professor Félix Benedicto de Miranda. Sua participação estava em conformidade como o artigo 92 do Regulamento de Instrução Pública de 1880<sup>368</sup>, no qual Bernardina Rich havia sido submetido, em outubro de 1888.

Em 1889, a esse respeito, às portas da república, um episódio marcava a família da

---

<sup>367</sup> Percebeu-se certa indiferença da família Agudieley e/ou Gaudie Ley quanto à entrada de Antonia Augusta Ribeiro para a família. Há uma obra construindo a árvore genealógica da família Gaudie Ley, mas pouca importância tem a família constituída por Manoel Gaudie Ley. Seria que a cor era um fator que impedia uma aproximação entre esta e a família de seu marido? Sendo seu pai do Partido Conservador impedia uma aproximação entre as famílias?

<sup>368</sup> Nos exames de habilitação para provimento de cadeira d’instrução primaria do sexo feminino uma professora será nomeada para examinar sobre a matéria de que trata o § 6º do artigo 59. (RELATARIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1880, p. 19)

professora Antonia Augusta Gaudie Ley, seu pai era integrante do Partido Conservador, ex-funcionário da polícia na Província de Mato Grosso, e, possivelmente, mantinha boas relações com o escalão nas hierarquias constituintes do poder naquela ocasião. Desse modo, considera-se que “as boas relações” permitiam-lhe certo trânsito, *status* e/ou até mesmo certa influência que poderia surtir/influenciar no atendimento de certos pedidos, dados os aspectos e qualidades das relações políticas entre os dirigentes (ou até mesmo nas hierarquias nos partidos políticos) para aquele momento<sup>369</sup>.

Sobre essa situação, o jornal *A Gazeta* (01-09-1889, ano I, n.º 55, p. 04) publicou um texto intitulado “Declaração”, no qual o Sr. João Ribeiro do Nascimento<sup>370</sup> fazia uma denúncia ou um desabafo. O referido senhor denunciava que sua casa fora invadida e sua mulher afrontada. A afronta havia se dado através de uma ação “impetrada” pelo Capitão Generoso Ponce, ao ter coagido a sua esposa, “ao pedir” o voto desta para o candidato do governo de Mato Grosso, o “Laet”. Conforme o denunciante, o Capitão Generoso Ponce, com ares arrogantes, e sem a menor consideração a sua mulher, dirigiu-se até a varanda de sua casa e sem mais cerimônias disse a sua senhora da seguinte forma: “*eu venho caballar*”<sup>371</sup> [grifo no original], quero o voto do seu marido para o Laet, candidato do governo. Quero o voto porque vocês sempre precisaram do governo.” (A GAZETA, 1889, p. 04). Nesse sentido, percebeu-se que de acordo com as colocações de João Ribeiro, o Capitão Generoso não havia conseguido seu intento, pois, segundo o denunciante, a sua senhora “repellio-o com a energia de que se fazia precisa em taes casos”.

Ainda em relação a essa problemática, observou-se que o Capitão Ponce, por não ter conseguido tal intento, apelou/recorreu a alguém “aparentado”, nesse caso o Senhor Pedro Gaudie<sup>372</sup>, que, por sua vez, via-se no papel de avô da professora Antonia Augusta Gaudie

<sup>369</sup> Nesse sentido, ver a tese de doutorado de Ernesto Cerveira da Sena intitulado: Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso – (1834-1870), que expõe a construção das relações políticas a qual denominou de “política de facções” e que vai colocar os conservadores e liberais como antagonistas até consumarem a política de conciliação estabelecida por Augusto Leverger a partir de 1850.

<sup>370</sup> Feito o cruzamento com os dados presentes no Recenseamento de 1890, encontrou-se o Sr. João Ribeiro do Nascimento (52 anos de idade, casado de raça parda, católico, profissão agencia, sabia ler), residindo na Ladeira do Sr do Bonfim (Rua da Emancipação), casado com Dona Blandina Gomes de Barros (casada, 45 anos, sabia ler, católica) e tendo como filha a Professora Antonia Augusta Gaudie Ley (21 anos, parda, viúva, católica, sabia ler) mais 21 pessoas, sendo 17 pessoas negras ( 5 pretos e 12 pardos) 7 pessoas brancas. Em documento encontrado no APMT, constatou-se que a Professora Antonia Augusta Gaudie Ley ficara viúva e recorreu para receber os vencimentos atrasados de seu falecido esposa.

<sup>371</sup> Conforme o Dicionário Brasileiro Globo (p.112) - Cabalar, v. intr. Fazer ou tramar cabala; entrar em cabalas; enredar, intrigar, conspirar; tr. Dir. **arranjar, conseguir arditosamente (eleitores, votos)** [grifos meus]. Ver ainda Carvalho (2014, p. 40-41) considerações sobre os cabalistas no processo eleitoral brasileiro no final do século XIX.

<sup>372</sup> De acordo com observações realizadas em *O Capitão-mór André Gaudie Ley e sua descendência (Ensaio de*



Ley por esta ter sido casada com seu neto, o falecido Manoel Gaudie Ley. Nesse sentido, Pedro Gaudie estivera em conjunto com o advogado José Maria de Souza na residência de João Ribeiro do Nascimento, pela segunda vez, com a finalidade de reforçar o pedido de voto. Na visita, ficou explícito que, se caso João Ribeiro do Nascimento não acatasse a sugestão para o voto, sua filha, que era professora pública primária, teria que se mudar, no prazo de 48 horas, com a sua escola para um dos compartimentos do mercado onde já estava.

Resoluto, João Ribeiro do Nascimento concluiu:

Vivemos do nosso trabalho – e minha filha tem cumprido e cumprirá os seus deveres como professora pública que é, continuo a ser **conservador e votarei no candidato adoptado por esse partido, o Sr. Dr. José Maria Metello.** [grifos meus] Minha filha lecciona hoje no *mercado* [grifo no original]– satisfazendo assim, não só aos caprichos do Sr. Ponce e mais alguém como ficará as vistas do novo director da instrução primária o Sr. Manoel Escolástico Virginio. (A GAZETA, 1889, p. 4)

Adiante, João Ribeiro do Nascimento finalizou sua “ofensiva” posicionando-se da seguinte forma: “Percigão-me os homens do poder, muito embora, mas não transigirei com as imposições ridículas e miseráveis de quem quer que seja.” (idem, *ibidem*) Como se tratava de uma declaração-denúncia, este datou em 29 de agosto de 1889 e identificou-se deixando claro a autoria do feito: João Ribeiro do Nascimento.

Salienta-se que, a respeito do problema em torno do voto, percebeu-se que foi necessário apelar para a autoridade máxima, o então presidente<sup>373</sup> da Província de Mato Grosso, como ficou explícito em *A Gazeta* (11-09-1889, ano I, n.º 57, p. 02). Uma nota intitulada “Em nome da Infância” explicitava a súplica:

Pedimos á sua ex. o Sr. Coronel presidente da província, a remoção da 1ª escola do sexo feminino desta capital, do edifficio do mercado onde se acha, para outro qualquer edifficio público ou particular com tanto que sejam attendidas as necessidades mais palpáveis de que se recente aquella escola, que só por um acidente ou capricho tem sido mandada funcionar, n’um dos compartimentos do mercado. Para que a s. ex. nos attenda bastará dignar-se de fazer uma visita a alludida escola tendo então ocasião de observar as péssimas condições da mesma. (A GAZETA<sup>374</sup>, 11.09.1889)

---

*reconstituição histórico-genealógica.* In: Rev. do IHMT - Ano IV - Tomo VIII – 1922) Pedro Gaudie era pai de Antonnio Gaudie Ley que, por conseguinte, era sogro de Dona Antonia Augusta Gaudie Ley. Nesse sentido, Pedro Gaudie sentia-se/via-se numa posição de avô da referida professora por esta ter sido casada com seu neto Manoel Gaudie Ley.

<sup>373</sup> Conforme Paião (2006a, p. 50), o militar Ernesto Augusto da Cunha governou a Província de Mato Grosso entre 08/1889 a 12/1889. Observou-se que, naquele período, houve certa inconstância entorno da ocupação desse cargo em Mato Grosso, nesse sentido, conforme apontamentos dessa autora, entre 1886 a 1889, a Província de Mato Grosso foi governada por nove presidentes e todos eram do Partido Conservador.

<sup>374</sup> Ao que tudo indica, o jornal *A Gazeta* era um periódico que divulgava os ideais do Partido Conservador, tal consta na edição de 01 de setembro de 1889, em que, na coluna da página 2 denominada “noticiário”, publicou-se um protesto contra Carlos Laet e seus apoiadores, onde o termo do verbo cabalar foi empregado mais uma

A súplica foi reiterada na edição de nº 59, do mesmo jornal, repetida na mesma seção antes denominada “noticiário”, retomava-se o anúncio, que continuava a fazer o apelo “pela infância”:

Sob a epigraphe que encima este artigo, escrevendo a pouco pedindo em nome da infância a remoção da 1ª escola do sexo feminino, do mercado onde, apenas por capitulo ridículo, se acha estabelecida para um outro edifficio qualquer. Não fomos attendidos, porque infelizmente somos regidos por um systema onde mais vale a manutenção de caprichos tolos e mesquinhos de mandões do que o decoro, do que a ordem publica e do que mesmo a saúde de indefeizas meninas que na referida escola não tem um logar onde possam attender as mais impreessindiveis e inadiáveis necessidades corporaes. Continue portanto no mercado a funcionar a 1ª escola do sexo feminino desta capital. (A GAZETA, 21.09.1889)

No entanto, o Jornal *A Provincia de Mato Grosso*, (20-10-1889, ano XI, nº 562, p. 01), parece confirmar que a situação seria ainda posta adiante por mais tempo, ao trazer a seguinte nota:

Ao diretor geral do ensino primário. – Pelo officio de Vmc. n. 26 de 30 do mez ultimo, fico sciente de haver a professora D. Antonia Augusta Gaudieley mudado a sua escola para o compartimento do mercado que lhe designado. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 20.10.1889)

Desse modo, presume-se que a querela estabelecida por causa do voto no partido contrário ao Conservador parecia longe de uma solução.

Transposta essa situação, prossegue-se observando detalhes que possam depor em favor da atuação de Antonia Augusta Gaudie Ley, que, conforme Gomes (2009), integrava o quadro de professores das escolas primárias do Estado de Mato Grosso em 1892, atuando na Capital (p. 54). Cinco anos depois, em conformidade com o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Joaquim Ferreira Mendes, datado de 9 de março de 1895, e apresentado ao Ex.mo Sr. Dr. Manoel José Murtinho, Presidente do Estado de Mato Grosso, a professora efetiva da 2ª escola do sexo masculino do 1º distrito da Capital, D. Antônia Augusta Gaudieley havia sido transferida a seu pedido para a escola do mesmo sexo, na cidade de Corumbá. (p. 07) A respeito da situação política vivenciada pela família da referida professora, é possível que sua carreira tenha sofrido alguns sobressaltos a ponto desta ter que se mudar para outra cidade. Contudo, é possível também que ela pudesse ter tido dificuldades em se firmar na nova cidade e ter entrado com pedido de licença para tratamento de saúde.

Igualmente, no final dos Oitocentos, o Jornal *A Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso* (09-07-1898, ano IX, n.º 1310, p. 01) noticiava na seção denominada “expediente do mês de julho da Diretoria Geral de Instrução Pública”, que, no dia 02 de julho daquele ano, em ofício, a Exma. Sra. Dona Eustorgina Amélia Antunes, digna substitua da 2ª escola elementar primária do sexo masculino do primeiro distrito da capital, interrompia seu trabalho em favor daquela turma; haja vista que a professora efetiva daquela escola, “D. Antonia Augusta Gaudiley”, havia informado naquela data que renunciava ao resto da licença com que se achava para reassumir o exercício de seu cargo. Nesse sentido, o diretor geral de instrução pública comunicou, para efeitos legais e conhecimento de Dona Eustorgina, que lhes cabia, ao mesmo tempo, agradecê-la pelos bons e valiosos serviços que foram prestados ao Estado em todo tempo que esta regeu interinamente a referida escola.

Nessa mesma edição, foram publicados os despachos<sup>375</sup> referentes ao dia 07 de julho daquele ano, assim, o diretor geral de instrução pública comunicava que Antonia Augusta Gaudie Ley interromperia sua licença para tratamento de saúde e retomaria o exercício de suas atividades na data de 04 de julho.

### **3.7.3 Antonio José Duarte: o homem que embainhou a espada cortante para civilizar, o bom patriota.**

Avivamos o leitor de que este já deve ter percebido, nesta altura, que os sujeitos selecionados para terem as suas trajetórias construídas, neste estudo, transitavam por diversos espaços sociais na província de Mato Grosso, mais, especificamente, na cidade de Cuiabá, espaços estes que caracterizamos como instrução pública, política, saúde, e segurança. Nesse sentido, assinala-se que o trânsito destes sujeitos prevaleceu no âmbito da instrução pública, principalmente, como ficou evidente no conjunto de informações apresentadas. Com exceção do professor Agostinho Lopes de Souza, Antonia Augusta Gaudie Ley, Antonio Pereria Catilina da Silva e Thomé de Siqueira, os demais ocuparam, e/ou foram agraciados com títulos e/ou integraram a Infantaria do exército brasileiro em Mato Grosso nas diversas graduações hierárquicas. Nesse sentido, destaca-se que o caso mais emblemático, trata-se do Alferes Antonio José Duarte, que atuou em favor da “segurança individual e da propriedade” da/na Província, dedicou sua vida cumprindo as determinações quando enviado para comandar diversos batalhões de norte a sul e leste a oeste de Mato Grosso, dedicou-se em

---

<sup>375</sup>Nesta edição, 1310, os despachos referentes à Diretoria Geral de Instrução Pública foram apresentados a partir da data de 27/06 até 07/07.

específico ao trabalho da “pacificação dos índios bravios”. Igualmente, destaca-se que os dirigentes mato-grossenses viam, no referido alferes, potenciais para contribuir com o guarnecimento da fronteira bem como no trato com os indígenas. Assinala-se, também, que, naquele contexto, conforme Farias (2015), o alferes Antonio José Duarte, para além das fronteiras internas de Mato Grosso, teve passagens pelas províncias de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

A este respeito, destaca-se que Farias (2015), ao discorrer sobre a história da Infantaria em Mato Grosso, entre os anos de 1864 e 1914, ofereceu argumentos que ajudaram a compreender os elementos constitutivos que foram incorporados neste estudo, na construção da trajetória do Alferes Antonio José Duarte pelos espaços onde este transitou. Igualmente, buscou-se sustentação nas publicações presentes em periódicos como *A Província de Matto-Grosso*, que contribuiu com retalhos da passagem do referido Alferes no cargo que ocupou, especificamente, na pacificação dos indígenas na província de Mato Grosso.

### 3.7.3.1 Transitando na fronteira étnica

Diferentemente dos outros sujeitos, aprez-me iniciar a construção da trajetória do Alferes Antonio José Duarte trazendo à luz um texto publicado em *A Província de Matto-Grosso* (18-11-1887, ano IX, nº 462), na coluna “Gazetilha”, que dava publicidade ao retorno de referido alferes de uma das missões realizadas por ele. Nesse sentido, o periódico assim noticiou:

Está entre nós, o Illm. Sr. tenente Antonio José Duarte, desde o dia 3 do corrente, vindo das missões – das margens do S. Lourenço. Se empregamos a palavra missões, é porque aquelle distincto patriótico official, vê-se na necessidade para dar ganho de causa á catechese e bem servir o interesse publico, abandonar a espada e transformar-se em sacerdote. O governo tem descurado nessa parte os interesses da catechese; por quanto já devia ter mandado para a colônia – Theresa Christina, como pedio o seo intelligente e dedicado director o Illm. Sr, tenente Antonio Jose Duarte, um padre que levasse os braços da cruz para acariciar as almas embrutecidas dos selvagens, ignorantes dos princípios sanctos da religião. A verdadeira catechese, é aquella que domina os espíritos; abrindo os olhos da razão e nunca a que é obetida (sic), como entre nós está acontecendo, unicamente por meio da força, embora adoçada pelas commodidades que aos selvagens se tem offerecido, ao que parece superficial e incompleto. (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1887, p.1)

Afirmamos, no inicio da construção da trajetória do Alferes, que muitos de nossos sujeitos estiveram ligados à instrução pública, nesse sentido, Antonio José Duarte se colocou como um defensor da catequese dos indígenas e não do uso da força, assim, considera-se que as atividades desenvolvidas por ele estavam ligadas senão totalmente, mas semelhantemente à

instrução<sup>376</sup>. Se relacionarmos a questão dos talentos e virtudes como lembrados por Pinto (2006), “aquelle distincto patriótico official”, e/ou “intelligente e dedicado director” contribuía para “o melhoramento” da província, especificamente, para que parte dos mato-grossenses que residiam na área rural pudessem estabelecer-se e dedicar aos cultivos das atividades agrícolas e da pecuária, atividades estas importantes para desenvolvimento econômico da província, como bem lembrou Assis. (1988, p. 32)

A esse respeito, recorreremos ao Recenseamento de 1890, colocando em cena os aspectos relacionados à vida de Antonio José Duarte que pudessem bem apresentá-lo. Nesse sentido, o referido recenseamento caracterizou nosso personagem tendo como profissão “Tenente do Exercito”, 46 anos idade, pertencente à raça parda, casado, católico, brasileiro e sabia ler. Conforme outras informações no mesmo documento, Antonio José Duarte residia na Travessa da Câmara, nº 550, na Freguesia da Sé, era casado com Amélia Pereira Duarte, 34 anos branca, católica e sabia ler. Em sua residência, viviam outras 11 pessoas, destas sete sabiam ler e um frequentava a escola.

Sobre a sua origem, Farias (2015) destacou que Antonio Jose Duarte era natural da Província de Mato Grosso e que havia nascido em 1843. Segundo o autor, em sua “Fé de Ofício<sup>377</sup>”, constava apenas o nome do pai Fernando Pereira da Costa. Desse modo, o referido alferes:

Assentou praça em 1861, no Batalhão de Caçadores em junho e no mês seguinte

---

<sup>376</sup> Augusto Leverger em seu relatório em 1851, trouxe informações sobre o aldeamento e catequese das “Nações Indígenas”, nesse sentido assinala-se, que conforme Silva (1995), já havia alertado, no século XVIII, uma edição de um Diretório acabou por transformar o indígena em vassalo da Coroa Portuguesa com os mesmos direitos dos brancos. (p. 15). Assim sendo, não se sabe, como estas questões estabelecidas no referido diretório foram levadas ao pé da letra, no decorrer do século XIX. A esse respeito, destaca-se que os presidentes mato-grossenses foram unânimes, em tratar da catequização das “Nações Indígenas”, tornando, esse assunto recorrente nos relatórios entre 1850 a 1886. Ademais, não descarta-se, a possibilidade de haver grupos favoráveis ao extermínio destas nações, pois em 1861 conforme o relatório do presidente Antônio Pedro de Alencastro “huns restos da Nação Bororo do Cabaçal”, que vivem no Caeté, do mesmo Districto [Vila Maria] “eram “vigiados por três praças de linha” (p. 13). Essa questão também pode ser observada, em *A Província de Matto-Grosso*, de 03 de abril de 1881, edição de nº 1181, na coluna denominada “Parte Oficial” convidando “as forças que ora seguem para as freguesias da Guia, Brotas e Villa do Rozario afim de proteger os respectivos habitantes contra qualquer agressão dos índios”. (p.01), Também na edição de 10 de abril de 1881, nº 119, na parte “Edital” o amanuense Pedro Fernandes Póvoas, sob as ordens do Chefe de Policia João Maria Lisboa fazia um chamamento a população para formar uma expedição de 50 homens com a finalidade de bater os selvícolas. (p.04) E ainda, no mesmo jornal na edição de 24 de abril de 1881, nº 121, um ofício acusava a organização de uma força destinada a operar contra os índios em Serra-Abaixo. (p. 01) Sobre essa situação, destaca-se que a catequese comportando uma dimensão de violência simbólica expressava uma opção de aculturação das populações indígenas na província mato-grossense naquele momento.

<sup>377</sup> Conforme a Enciclopedia Juridica, “Fé de Ofício” significa: Credibilidade e confiança que merece a afirmação, atestação ou certificação de quem a fez em razão de ofício ou função pública que exerce. Disponível em <http://www.encyclopedia-juridica.biz14.com/pt/d/f%C3%89-de-oficio/f%C3%89-de-oficio.htm>. Acesso em 23 de ago. de 2016.

tornou-se anspeçada, e em novembro foi elevado a furriel. No ano seguinte foi promovido a Segundo Sargento e designado para comandar o destacamento militar de Sangradouro Grande, na região leste de Mato Grosso (hoje Rondonópolis) quando recebeu grandes elogios do Comando da Armas pela administração do referido destacamento. (FARIAS, 2015, p.255)

Para o autor, os aspectos relacionados à vida de Antonio José Duarte estavam inseridos em um contexto fronteiriço e complexo, espaço de localização dos grupos indígenas intitutados: Bororos, Guanás; os bolivianos, paraguaios, e ainda escravos fugitivos, entre vários outros agentes, que produziam territórios e reafirmavam suas identidades na fronteira Oeste. (p. 254)

Em 1863, Farias destacou que Antonio Jose Duarte havia sido promovido e passou a integrar ao 19º BI, atuando na região de Vila Maria, fronteira com a Bolívia. Três anos depois, voltou ao Distrito Militar de Sangradouro e em pouco tempo retornou a Vila Maria para evitar um possível ataque de forças paraguaias.

Em 1867, Farias (2015) salientou que Antonio José Duarte:

acompanhou todo o destacamento de Mato Grosso que seguiu rumo ao acampamento Couto Magalhães, diante da previsão de uma possível “descida” dos paraguaios que havia ocupado Corumbá. Nesse mesmo ano foi promovido a Sargento Quartel Mestre, função administrativa responsável pelo abastecimento de alimentos. Ainda nesse ano, ao encerrar o tempo exigido no serviço militar, voltou a engajar por mais 6 anos. (FARIAS, 2015, p.256)

De acordo com o autor, ao se reengajar, Antonio Jose Duarte foi promovido a Primeiro Sargento, além de ter sido aprovado no Curso Prático de Arma de Infantaria, sendo logo nomeado Alferes de Comissão. Logo depois, lembrou Farias (2015), o militar novamente retornou ao destacamento do Sangradouro Grande com a finalidade de “liberar a via que dava acesso à Goiás diante das “correrias” dos Coroados<sup>378</sup> por aqueles caminho.” (p. 256)

Em 1870, estava no 21º Batalhão de Infantaria e, em 1871, chegou efetivamente ao posto de Alferes, quando chegou a trabalhar na Secretaria do Batalhão. No ano de 1873, Farias (2015) assinala que Antonio Jose Duarte foi enviado a Assunção no Paraguai, onde foi adido ao 17º BI. No mesmo ano, casou-se, em Cuiabá, com Bauduina Antonia Duarte, tendo em seguida batizado duas filhas legítimas. (p. 256-257)

A esse respeito, o autor assinala que, elogiado pelos trabalhos desenvolvidos na

---

<sup>378</sup> Conforme o Relatório do presidente Augusto Leverger, em 10 de maio de 1851”Os Coroados continuam, como já vos disse tratando da segurança publica, a portar-se hostilmente connosco, **infestando as estradas de Goyaz e do Piquiri, e as vezes chegadno até sitios não muito distante desta cidade. Não entendem o nosso idioma, e não há entre nó quem saiba a lingua delles** [grifo meus]. He este hum dos principais obstáculos que nos difficultão travar com essa nação relações de paz e de amizade. (p. 47)

secretaria do Batalhão, Antonio José Duarte seguiu para a cidade de Matto-Grosso, “Vila Bela da Santíssima Trindade”, em 1874. Em 1875, passou a pertencer ao Estado Maior da primeira Companhia de 21° BI, ano que nasceu sua terceira filha. (p. 257)

Farias (2015) destacou que em 1876, possivelmente integrando, ainda, o 17° BI, ao final das ocupações das tropas brasileiras em Assunção, Antonio Jose Duarte seguiu neste batalhão para a cidade de Desterro na Província de Santa Catarina. Ao retornar desse pleito, o autor salientou que o referido recebeu elogios pela sua atuação naquela província “deixando seu nome bem quisto entre os companheiros.” (Idem)

Segundo Farias (2015), ao retornar a Cuiabá, Antonio José Duarte havia sido incluído no 21° BI, e passou a participar com frequência de expedições para afugentar os indígenas que atacavam as regiões próximas a Cuiabá. Desse modo, Farias destacou que os Coroados não fugiram de seus territórios, permaneciam ali e enfrentando os colonizadores. Estes fatos, afirma o autor, ocasionaram constantes expedições de pacificações organizadas pelo Império, como as chefiadas por Antonio José Duarte (p. 258). Conforme Farias (2015):

Na segunda metade do século XIX, as várias expedições organizadas pelo poder público, e, proprietários de terras, tinham como objetivo a catequização e a “pacificação” dos Coroados, que eram mais resistentes ao contato interétnico, e grande parte das vezes eram acusados de assassinatos, saques às fazendas. Esses ataques<sup>379</sup> eram recorrentes nas estradas que ligavam a Província de Mato Grosso à Goiás e São Paulo. (FARIAS, 2015, p.286)

Farias (2015) salientou, ainda, que os ataques aos Coroados, entre 1880 e 1886, foram feitos pela presidência da Província, foram intensamente punitivos e com a utilização de armas de fogo, porém, a partir de 1886, a estratégia para a “pacificação” foi alterada, passou a ser por persuasão, com a necessidade de aldeamento desse grupo, em virtude de um projeto de construção de uma linha férrea que ligaria Cuiabá ao Rio de Janeiro, via São Paulo, e passaria pelo território Bororo; por isso o processo de pacificação era visto como tão importante naquele momento. (p. 258-259)

A respeito da dedicação do Alferes Antonio José Duarte em causa da pacificação dos indígenas em Mato Grosso, assinala-se que os esforços realizados por este se deram em razão das constantes investidas da “etnia” dos Coroados que viviam em aldeamentos na região do baixo São Lourenço e outros na região rio acima. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1887, p. 02) A esse respeito, as investidas<sup>380</sup> se davam em desfavor das famílias que viviam

<sup>379</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* de 10-04-1880, ano III, n.º 119, p.2, e 24-04-1881, ano III, n.º 121, p.1.

<sup>380</sup> A questão das investidas dos indígenas era tão preocupante que algumas vezes levantavam-se boatos

em diversas partes da zona rural na província, principalmente, nas proximidades da cidade de Cuiabá.

Conforme jornal *A Província de Matto-Grosso* (24-04-1881, ano III, n.º 121), um ofício acusava a organização de uma força destinada a operar contra os índios em Serra-Abaixo, nesse sentido, os paisanos que compunham a expedição receberiam diárias de 1\$500 reis. Em conformidade com as informações, a referida força havia se dividido em duas frentes, uma liderada pelo cidadão Antonio Alves de Souza, incumbida de rondar a região do Medico e Morrinhos, a segunda sob direção do cidadão Manoel Leocadio da Rosa, incumbida de rondar a extensão do “mesmo Medico” e a Freguesia da Guia. Nesse sentido, as gratificações pagas aos integrantes tinham valores diferenciados: 75\$000 para o comandante da força, 65\$000 ao seu ajudante, e 45\$000 ao chefe da turma e trilhador. Informou-se também que ao Capitão Sabino Fernandes de Souza foi atribuída a função de comandante geral da “dita força”, recebendo 50\$000 mensais. A esse respeito, o referido comandante geral tinha incumbência de dividir a turma em três e designar a extensão em que cada uma delas deveria rondar entre a região de Morrinhos e Guia. (p. 01) Para se ter uma ideia dos arroubos que rondavam os dirigentes da província, não somente os “Coroados” preocupavam as autoridades, haviam também os Parecys e Cabixis, que localizavam-se no noroeste da Província e viviam constantemente atacando os arredores das cidades de Matto Grosso e São Luiz de Careces.

Nesse sentido, *A Província de Matto-Grosso* (01-05-1881, ano III, n.º 122) informava, na “Parte Oficial do Governo”, em resposta ao ofício do diretor geral dos índios, uma “indenização” no valor de “duzentos e setenta e quatro mil reis” para o pagamento de “brindes”, as ferramentas e as roupas compradas para ofertar aos indígenas pertencentes aos grupos dos Parecys e Cabixis. (p.01)

Em 04 de maio de 1881<sup>381</sup>, o Barão de Maracaju, ao entregar a direção da Província de Mato Grosso ao Tenente Coronel José Leite Galvão, apresentou o relatório das atividades relativas ao ano de 1880. A respeito do tema “Segurança individual e propriedade”, Maracaju destacou que os ataques realizados pelos índios ocorriam, persistentemente, desde 1854, que “os selvagens” repetiram suas correrias nos meses de outubro e novembro de 1880 e em

---

colocando a cidade em polvorosa, nesse sentido, conforme *A Província de Matto-Grosso* (10-04-1881, ano III, n.º 119), corria a boca miúda que os indígenas se aproximavam 3 léguas em suas corrias da capital e que pronunciavam o nome do Barão de Maracaju, e que, ainda, haviam deixados uma cruz na estrada juntamente com os presentes conduzidos pelas “índias restituídas”, inclusive o retrato de “S. Exº o Snr. presidente”. Para acalmar a população o editor salientava que “julgamos de nosso dever, e para que não se transvie com balelas e falsidades a opinião publica, oppor o mais formal desmentido a taes contos.” (p. 02)

<sup>381</sup> *A Província de Matto-Grosso* de 04-05-1881, ano III, n.º 25 – suplemento ao n.º 122.



fevereiro e março de 1881. Ataques também haviam acontecido em outubro no sítio denominado “Bananal”, onde a esposa e o filho do alferes honorário José de Magalhães e um índio “guató” haviam sido assassinados. No Rio Jauru, a comitiva do Eustaquio Tobias da Costa Magalhães havia sido atacada pelos índios Cabixis. Na estrada que ligava São Luiz de Cáceres a (cidade de) Matto Grosso, em fins de novembro, havia repetido o morticínio de 1879<sup>382</sup>, onde os mesmos Cabixis mataram cinco praças que conduziam as malas do correio, bem como um paisano, e duas mulheres que as acompanharam (p. 01). Outros ataques aconteceram em outubro na região da cidade de Matto Grosso e nas proximidades do rio São Lourenço. O presidente informou, ainda, que havia enviado quatro expedições no mês de setembro de 1880, duas delas para a região do São Lourenço, e que, entre elas, estava, sob o comando do Alferes Antonio José Duarte, a que havia afugentado para longe os indígenas que se encontravam aldeados à margem direita do mesmo rio. Conforme informações, dos indígenas aldeados José Duarte conseguiu trazer cinco mulheres e doze crianças, de acordo com o narrado em ofício. (p. 02) A esse respeito, o Barão de Maracaju ressaltou, também, que, ao ter conhecimento dos ataques, mandou “sem perda de tempo [...] uma força para cada um dos pontos atacados a fim de perseguir os agressores e reanimar os habitantes.” (Idem)

Em 1883, os ataques continuavam na região de Diamantino. Conforme relatava o presidente José Maria de Alencastro, os arredores da fábrica de pólvora local de abrigo aos moradores atacados continuava ameaçada, bem como a região da Guia. (p. 13-14)

Posto a descrição do cenário de “conflitos” entre os diversos grupos indígenas, a população mato-grossense e o governo provincial, seguimos trazendo à luz as contribuições do alferes Antonio José Duarte para amainar essa situação. Nesse sentido, observou-se nas publicações de *A Provincia de Mato-Grosso* (28.03.1886, ano VIII, n.º 403, p.02), que Antonio José Duarte utilizou estratégias como a imersão de mulheres indígenas “aculturadas<sup>383</sup>” para realizar contatos com os indígenas das aldeias a fim de estabelecer uma relação amistosa, e, por conseguinte, incluí-los no rol do que tanto chamavam de civilização.

---

<sup>382</sup> Conforme o relatório do Presidente João José Pedrosa, em 01 de outubro de 1879, ao fazer o uso das palavras do Chefe de Polícia Milcíades Augusto d’Azevedo Pedra, expressas na correspondência de n.º 14, naquela ocasião “a Comarca desta Capital, a mais populosa e rica é a que tem sido e que continua a ser a mais vexada, porquanto quase a um só tempo tem sido assaltada pelo norte – na Chapada – pelo nascente – no Aricá – e pelo poente – na Guia de modo que quasi podemos dizer que nos achamos em estado de sitio.” (p. 14) Lembrou, também, que “o numero de indios era crescidissimo, de uma astucia incrível e só composto de homens aptos para a guerra [...] segundo o aspecto de suas operações, de facto elles nos movem guerra e guerra de extermínio.” (p. 15)

<sup>383</sup> Segundo o Alferes Antonio José Duarte, conforme explícito em *A Provincia de Matto-Grosso* (04-05-1881, ano III, n.º 25 – suplemento ao n.º 122), havia recebido instruções para cercar o aldeamento e enviar os índios bororo que entrassem naquele espaço e [...] fizesse a falla aos silvícolas, conforme recomendações do próprio Barão. (p.02)

A esse respeito, salienta-se que o periódico informou que constava ter marchado em 27 daquele mês, 42 praças e sete mulheres indígenas há pouco aprisionadas. Destacava-se que era a segunda tentativa de catequizá-los e que isto se daria por intermédio dos próprios indígenas que haviam experimentado “as vantagens da vida civilizada sobre a do homem selvagem.” (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1886, p. 01)

Sobre a questão da catequização dos indígenas, vale ressaltar que o presidente Hermes Ernesto da Fonseca lembrou, em seu relatório em 03 de maio de 1876, que a catequese e a civilização dos índios na província estavam abandonadas por falta de missionários e recursos pecuniários. O presidente defendeu que para civilizá-los era preciso, primeiro, fixá-los em um ponto, “o que não se podia fazer sem cultivar a terra”, e, que para isto era preciso fazer com eles fossem cultivadores e abandonassem os costumes nômades. Conforme o presidente isto só produziria resultados a partir da “catequese e da civilização.” (p.06). Preocupação também lembrada pelo presidente João José Pedrosa, em 1878, que destacava que:

O meio único de extirpar-se o mal vos já sabeis para sempre, está na catechese dos selvagens, cujos actos de perversidades devem ser attribuídos ao completo estado de embrutecimento em que vivem, e do qual nos cumpre tiral-os a bem nosso e da humanidade. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1878, p.09)

A esse respeito, ao que parece, coube a Antonio José Duarte o trabalho da catequese. Nesse sentido, de acordo com Farias (2015), para conseguir êxito nesse empreendimento, capturaram uma índia bororo, através de uma expedição organizada pelo presidente da Província Rufino Eneas Augusto Galvão, chefiada por Antonio José Duarte, e que foi treinada algum tempo com uma família para servir de intérprete<sup>384</sup> junto aos indígenas no momento da pacificação. Conforme o autor:

O objetivo do colonizador era o de criação de aldeamentos, política que começou na fronteira oeste, na primeira metade do século XIX; prática que estava inserida na política do império na expansão do território. Inicialmente o aldeamento foi justificado para a “pacificação dos índios bravios” e depois transformado em ambiente próprio para a catequização, com a aprovação da Igreja Católica. (FARIAS, 2015, p.286)

---

<sup>384</sup> Ainda conforme o presidente Joaquim Galdino Pimentel, em relatório de 12 de julho de 1886, a expedição de 2 de abril comanda pelo alferes Antonio José Duarte, do 21º Batalhão de Infantaria, com destino aos aldeamentos da tribo (sic) dos Coroados do rio São Lourenço, “além de brindes para os selvagens”, havia levado consigo “como medianeiras seis índias e um índio que [...] vivião entre nós já affeitas aos costumes da vida civilizada.” (p. 14) Nessa empreitada, haviam conseguido 28 índios que os acompanharam “espontaneamente”, nesse sentido, o presidente reforçou que esperava uma oportunidade em fazê-los voltar ao aldeamento destes para [...] transmitir aos vizinhos a notícia do acolhimento que tiveram entre nós e estabelecer deste modo relações, trato e amisade com toda a tribo. (Idem)

Em janeiro de 1886, Antonio José Duarte saiu em diligência para pacificar os Bororos, usando como método a “catequização”. Nessa tarefa conseguiu 28 indígenas, em dezembro, como destacou Farias, um ofício do Ministério da Agricultura emitia nota, louvando Antonio José Duarte pelos serviços prestados em favor da catequese na Província. Para esse autor o ano de 1886 havia sido um ano de intensas batalhas na pacificação dos Bororos Coroados, nesse sentido, a atividade contava com a participação de mulheres indígenas “emissárias e interpretes” junto aos Bororos. (p. 263)

Farias (2015) assinala que:

Em outras palavras, a “pacificação dos índios bravios”, na ordem do desenvolvimento das nações, fazia parte de um projeto político de construção do nacionalismo e colocava a figura de Antonio José Duarte e suas práticas de “pacificação” como **herói e benfeitor** [grifo meu] para o progresso da nação. Além do que, tais expedições denunciavam como sendo de “alto interesse, à catequese, à lavoura e à civilização.” (FARIAS, 2015, p.286)

A esse respeito, Faria evidenciou a forma como a sociedade, através dos atos organizados pela administração pública, comparecia para celebrar os êxitos realizados por Antônio Jose Duarte nas expedições comandadas por este. Assim, de acordo com o autor, as expedições chefiadas pelo referido alferes eram recebidas pelas autoridades e pela população com festas, banda de música etc. Nesse sentido, não somente este era lembrado nestas cerimônias, era lembrado também pelos dirigentes da província, como na ocasião da fala do presidente Joaquim Galdino Pimentel à “Assemblea Legislativa Provincial”, em 12 de julho de 1886. Destaca-se, que na ocasião, o presidente salientava que era seu dever e “de rigorosa justiça” informar aquela assembleia que “o tenente coronel Thomaz Antonio de Miranda Rodrigues na qualidade de director geral dos índios e o alferes Antonio José Duarte auxiliarão efficazmente na administração provincial para alcançar o êxito que teve a expedição que o **segundo** [grifo meu] comandou.” (p. 15)

A *Provincia de Mato-Grosso* (26-09-1886, ano VIII, n.º 403) noticiou-se, na coluna “Gazetilha”, que a catequização dos índios Coroados que estava sob a responsabilidade do Alferes Antonio José Duarte. Conforme o periódico, a expedição havia partido em 14 de agosto daquele ano, com destino aos aldeamentos localizados no baixo São Lourenço e de lá aos que estavam situados rio acima, em que na edição de 22 do mesmo mês havia noticiado que “teve a fortuna de conseguir que se lhe entregassem voluntariamente sessenta e oito novos selvagens dos primeiros” (p. 02). Informavam, ainda, que, quando partiram, os integrantes da expedição levaram consigo 27 indígenas catequizados e “como também os já civilizados, que foram os catechistas d’aquelles e alguns outros que aqui tinham ficado afim

de seguir desta vez como seguiram por pertencerem a malocas habitantes do baixo São Lourenço.” (Idem)

Nova conquista acaba de alcançar a expedição, cobrindo-se outra vez de gloria o seu chefe, o mesmo benemérito alferes Antonio José Duarte, com a paz celebrada com os referidos 68 selvagens que se lhe renderam espontaneamente, depondo-lhe nas mãos as armas do seu uso, o arco e a flecha. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1886, p. 02)

Apesar das informações de que os ataques eram executados por de 200 a 300<sup>385</sup> coroados, o editor expressava seu otimismo em relação aos problemas destacando que:

Com o novo feliz êxito de que nos occupamos, cremos que já é licito duvidar que esteja de uma vez resolvido o grande problema da catechese e civilização da poderosa tribo dos Coroados que em numerosas molocas povoam nossas sertões banhados pelo caudaloso rio S. Lourenço seus affluentes e confluents. (IDEM, IBIDEM)

Demonstração de reconhecimento por parte dos dirigentes da província, dos editores dos periódicos e, ainda, dos componentes da equipe do 21º Batalhão de Infantaria, traduziram-se em homenagens. Conforme Farias (2015), Antonio Jose Duarte havia recebido o titulo de “*Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa*” pela sua atuação em favor da pacificação dos indígenas, segundo o autor, a mercê da Ordem da Rosa era destinada a pessoa que demonstrasse fidelidade a Dom Pedro II, ou a serviços prestados ao estado imperial, como foi o caso do referido Alferes, e assim, “A mercê recebida por ele era em ultimo grau, o de cavaleiro.” (p. 265-266)

O periódico *A Provincia de Matto-Grosso* (27-11-1887, ano IX, nº 464) deu publicidade à cerimônia de entrega da espada ofertada pelos integrantes do 21º Batalhão de Infantaria ao “companheiro de armas”, o tenente Antonio José Duarte, “como prova solemnes de admiração pelos esforços envidados por distincto militar, em favor da catechese dos indios bravios.” (p. 02) Nesse sentido, conforme as informações, a espada havia sido encomendada no Rio de Janeiro e constavam as seguintes descrições:

folha de aço com punho de níckel dourado, representando o capacete o leão; e no guarda punho as iniciais P. 2 por abaixo da coroa Imperial, na bainha, do mesmo metal, com bocal braçadeira e ponteira lavrada e dourados e sobrepostos – lê-se a seguinte: inscrição: - 1887 – *Os officies do batalhão 21 de infantaria – ao distincto tenente Antonio José Duarte, como homenagem no muito que tem feito em prol da catechese dos índios bravios de sua província – Matto-Grosso.* [grifo no original]

<sup>385</sup> Nos ataques ocorridos na região de Diamantino, conforme informações do Barão de Batovy, em 1884, estes somavam mais de 50. Salientava, ainda, que sobre os ataques que a província havia sofrido, não havia possibilidades de preveni-los “porque elles vivem em toda parte e sem dar a menor demonstração do ponto á que se dirigem.” (p. 09)

(A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1887, p. 02)

Na ocasião da entrega, o Sr. Capitão Luiz Felipe Fernandes Cuyabano, “em nome dos seus colegas, do batalhão 21 de infantaria, felicitou o denotado patriota, pelos satisfactorios resultados obtidos na catechisação dos selvagens”. Também usaram da palavra os Srs. Capitão Miranda Santos, Rondon, Pompêo, Dr. Malhado “e muitos outros oradores, que em eloquentes expressões, saudarão ao tenente Antonio José Duarte, como um dos beneméritos da humanidade.” (p. 02)

Sobre aquele 19 de novembro de 1887, *A Provincia de Matto-Grosso* (11-12-1887, ano IX, n.º, p. 01-02) publicou uma carta em nome do 21º Batalhão, assinada por “amigos e camaradas”<sup>386</sup>, e pelo Capitão Luiz Felipe Fernandes Cuyabano. Publicou, também, o discurso proferido pelo Capitão Carlos Miranda Santos. A esse respeito, o Capitão Miranda Santos evidenciou que:

Tornava-se pois necessário converter esses infelizes brasileiros em Cidadãos do Imperio de Santa Cruz. Foram para isso, em primeiro lugar chamados ao grêmio da igreja, afim de que as agoas sacrossantas do baptismo, illuminasse aquelle abismo de trevas. Foram baptisados, e a sombra da igreja, única fonte donde emana todos os bens, forão despido a sua ferocidade. Os primeiros que haviam experimentado os benefícios da civilisação, sahirão em peregrinação em busca de outros para usufruírem o a gasalho (sic) do corpo, o alimento certo, e o pão do espírito. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1887, p. 02)

E enfatizava que o homem que havia embainhado “a espada cortante para civilisar, que fez o selvagem deixar a flecha symbolo da morte para trocar pela enchada, pelo machado, pela foice que é a vida foi o tenente Duarte.” (Idem) Nesse sentido, salientava que a espada nos tempos modernos não representa extermínio, “A espada é a honra, a espada é o patriotismo, a espada é a civilização.” (Idem)

E finalizou seu discurso ao tenente Duarte destacando que:

esta espada que teus amigos sinceros te offertão seja a remuneração de todos teus serviços e se algum dia, a inveja, a política pequenina da aldeia, os interesses mesquinhos e inconfessáveis, pretenderem offuscar a gloria de teus trabalhos pela civilisação: Diz simplesmente: Tenho consciência de bom patriota, recebi um brinde de uma assembléa que analysou meus serviços, tenho uma espada que foi offertada por meus camaradas. Nada mais quero senão viver tranqüilo. (IDEM, IDIDEM)

---

<sup>386</sup> A lista continha 32 “subscreventes”, entre os quais, 4 estavam ausentes, 1 major, 9 capitães, 16 alferes e 6 tenentes. Major Joaquim José de Pinho encabeçava a lista dos subscreventes. Em relação à categoria racial utilizada, no recenseamento de 1890, observou-se que esse contingente havia sido caracterizado da seguinte forma: 4 como sendo de **raça parda** e 28 como sendo de **raça branca**.

Após o discurso do Capitão Miranda, foi à vez do homenageado Antonio José Duarte tomar a palavra e agradecer aos oficiais do 21º Batalhão pela recepção e homenagem que lhes havia oferecido.

Meus Srs. A honrosa offerta que acabaes de fazer-me, não me julgo digno d'ella. Os serviços por mim prestados a causa pública da província do meu berço, não me dão direito a tão alta prova de consideração. – Vós, porém, meus Srs., offerecendo-me esta espada de honra com que pretendes galardoar os meus insignificantes serviços, provaes o coração generoso que tendes e o significativo amor que consagraes a distincta classe a que pertencemos. Aceito-a meus Srs., não obstante não a merecer, por ser me ella oferecida, não só pela briosa e distincta corporação do 21º batalhão de infantaria ficando-me como uma lembrança immorredoura da civilização de um povo que era condemnado pela província ao extermínio, por indomáveis e refractarios a civilização; como também para provar que assim como com a espada se sabe garantir e defender os direitos da nação, assim também pode-se com ella humanisar e civilisar as nações incultas. Meus senhores, penhorado para convosco, só me resta declarar que fico-vos eternamente agradecido. Cuyabá, 19 de Novembro de 1887. (A PROVINICIA DE MATTO-GROSSO, 1887, p. 02)

Em 1889<sup>387</sup>, foi enviado ao 19º BI em Vila Maria, e em setembro do mesmo ano assumiu interinamente como Diretor do aldeamento Thereza Christina e do destacamento militar (p. 266).

Em 1890, Farias (2015) destaca que Antonio Jose Duarte passou para o estado efetivo do 21º BI, na terceira companhia. Em junho do mesmo ano, foi promovido ao posto de Capitão Ajudante, em 1891, assumiu o comando de uma companhia no 8º BI, local onde seu trabalho rendeu elogios por parte do presidente da Província, Antonio Maria Coelho.

Entre 1892 e 1893, segundo Farias (2015), Antonio Jose Duarte afastou-se diversas vezes para tratar de problemas de saúde, desse modo:

De qualquer forma, Antonio Jose Duarte, esteve presente nas fileiras do exercito por varias décadas, iniciando seu ingresso no Batalhão de caçadores, como Furriel e depois como Sargento; no 19º BI como soldado de compras; no 21º BI como Capitão, Capitão Ajudante e Posto de Alferes; no 8º BI, como Comandante de Companhia e Inspetor de Musica; no 31º BI do Rio de Janeiro como Capitão Ajudante. Ao longo dessa trajetória recebeu medalhas e títulos, por sua atuação a serviço de sua Arma e do Império. (FARIAS, 2015, p.286)

E, por fim, Farias (2015), solenemente, o situa na galeria de “benfeitores” da Província e do Império, “Indelevelmente, sua atuação o contato, aldeamento e catequização de grupos indígenas da fronteira oeste, parece ter dado o maior tom em sua carreira militar. Um

---

<sup>387</sup> Conforme *A Gazeta* (06-06-1889, ano I, nº 38, p.01) assinala, “a missão do soldado está brilhantemente cumprida, como bem o tem dito (rasurado) benemerito Antonio Jose Duarte o que cumpria fazer pacificar (rasurado) indio bravo – elle o (rasurado) com rara dedicação; mas não se pode exigir.” (A GAZETA, 1889, p. 01)

homem moldado segunda as normas e os discursos de uma Arma, o Exército, a serviço do Estado Imperial, pelo contexto e circunstâncias históricas da época em que viveu.” (p. 270)

### 3.7.4 Antonio Pereira Catilina da Silva – “distinto filho do Seminário”

Abraçamos agora a construção da trajetória de Antonio Pereira Catilina da Silva. Nesse sentido, assinala-se que o referido, no decorrer da pesquisa, tornou-se um dos nossos personagens na construção desta tese. A esse respeito, destacamos que a explicação por este ter “se tornado” um dos nossos sujeitos está na quantidade de recortes que foram encontrados aqui e acolá, inseridos nos periódicos mato-grossenses. Assim, salienta-se que estes foram constituindo-se como elementos constitutivos que pudessem contribuir com a construção de seu percurso no estudo em tela.

Tendo o nome como bússola, conforme destacou Ginzburg (1991), Antonio Pereira Catilina da Silva foi encontrado, no decorrer da pesquisa, atuando em quatro repartições públicas diferentes, na Província de Mato Grosso, interinamente na Secretaria de Polícia, como secretário do Tribunal da Relação e como professor da Escola Normal e depois no Liceu Cuiabano. Sobre esse aspecto, destaca-se que este esteve atuando, concomitantemente, em duas dessas funções, como secretário do Tribunal da Relação e como professor de Latim no Liceu Cuiabano, em 1880.

A esse respeito, aventamos que a possibilidade de Antonio Pereira Catilina da Silva ter sido questionado, na ocasião do Recenseamento de 1890, ao que ele respondeu:

Chamo-me Antonio Pereira Catilina da Silva, tenho 55 anos, sou casado com Antonia de Moraes Navarros, empregado público, sou pardo, católico, brasileiro e sei ler e escrever. Vive em minha residência, além da minha esposa (Antonia de Moraes Navarros), Agrícola de Moraes Catilina, Judith de Moraes Catilina e Deicola de Moraes Catilina, minhas filhas.

Desse modo, assinala-se que iniciamos nossa digressão pela trajetória de Antonio Catilina, percorrendo as páginas do periódico *A Imprensa de Cuyabá*, que deixou suas contribuições ao trazer à luz as atividades avaliativas desempenhadas no Seminário Episcopal da, a partir de 1863. Nesse sentido, o periódico publicou uma sequência de datas em que alguns alunos que integravam o Seminário Episcopal da Conceição realizaram os “testes”, no mês de julho de 1863. A esse respeito, a edição de 23-07-1863, ano V, nº 236, p. 01 noticiou que havia ocorrido, em 16 de julho daquele ano, a reparação de Filosofia Racional, sob a presidência do Protonotario Ernesto Camillo Barreto, e da direção científica do lente da

cadeira Dr. João Carlos Sculze. Naquela data, haviam sido submetidos ao exame os seminaristas José Ignacio Seixas de Brito, Antonio Pereira Catelina da Silva e Generoso da Silva Nogueira.

Conforme o anúncio na arguição, os seminaristas haviam defendido as seguintes “theses”:

These 1ª. O atributo de uma proposição affirmativa é sempre particular, o de uma negativa universal.

These 2ª. As proposições contrarias devem ser sempre universaes, as subcontrárias particulares, e as subalternas e contraditórias uma universal e outra particular .

These 3ª. As proposições contrarias e contraditórias uma é affirmativa outra negativa; as subalternas ambas affirmativas ou negativas. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 1)

Destaca-se que o periódico seguiu informando que havia ocorrido, naquele dia (25-07-1863), a reparação de Historia Ecclesiastica<sup>388</sup> e que, na quinta-feira seguinte, aconteceria a Conferencia de Theologia Moral sobre os seguintes temas:

O que seja restituição e satisfação.

Como deve restituir o possuidor da boa fé.

Como o de ma fé.

Quantas e quaes as raízes da restituição.

Quaes e quantas a causas ou circunstacias que cooperão para a restituição.

Da circunstancia – Quis. (IDEM, IBIDEM)

E, por fim, anunciavam que, no dia 26, aconteceria conforme ordenavam o § 5.º do artigo 38, e artigo 39 do Estatuto do Seminário Episcopal, na capela do referido seminário, a confissão e a comunhão dos seminaristas iniciandos. (p. 01)

Em 25 de julho, na ocasião da reparação de História Ecclesiastica, apenas Antonio Pereira Catelina da Silva participou, o Protonotario Barreto continuava na presidência, porém havia mudado a direção científica que foi ocupada, dessa vez, pelo Cônego Mendes. Informaram, ainda, que, nos dias 27, 28 e 29 do mesmo mês, havia ocorrido a inspeção das aulas de Latim, Rethorica, Dogma e Historia Ecclesiastica. Anunciaram, também, o nome dos

<sup>388</sup> Conforme *A Imprensa de Cuyaba* de 30-07-1863, ano V, nº 237, p.01, na reparação de Historia Ecclesiastica foram arguidos os seguintes “pontos”:

1 Pregação dos apóstolos

2 Progressos maravilhosos do christianismo

3 Concilio de Jerusalem

4 Primeira perseguição geral, sob Nero

5 Prophecia contra a cidade de Jerusalem

6 Ruina de Jerusalem

7 Segunda perseguição geral, sob Domiciano

8 Divisão da igreja de Corintho. (A IMPRENSA DE CUYABA, 1863, p. 01)



alunos que haviam sido submetidos aos exames da aula de Latim da 1ª para a 2ª classe, e da 2ª para 3ª classe, e disponibilizaram informações sobre “o estado das aulas”. Desse modo, para a aula de Latim, o professor desta cadeira havia cumprido 90 lições, o de Filosofia, 91 aulas, Rethorica, 82, Historia Ecclesiastica, 89, Liturgia, 82 lições, Teologia Moral, 88 lições. Assinalou-se que a de Teoria Dogmatica estava com o curso quase completo para o primeiro ano, após 87 lições e 20 sabatinas, e que ainda havia acontecido duas reparações conforme exigia a lei. (p. 01)

Como já observamos no capítulo 2, o Seminário Episcopal da Conceição constituía-se como único estabelecimento de ensino secundário, na Província de Mato Grosso, nas décadas anteriores a 1870. Destaca-se que era neste estabelecimento que a mocidade cuiabana, e/ou mato-grossense recebia instrução capaz de colocá-los, na dianteira de frequentar o ensino superior em outras províncias<sup>389</sup> e/ou na Corte. Nesse sentido, para se ter uma ideia de como o ensino se dava no Seminário, trazemos à luz o episódio em que a “Congregação dos Lentes” da referida instituição se reuniu para responder a uma demanda do cidadão Manoel Ribeiro Galvão, com o seguinte teor:

Copia – Ilmos Senhores Membros da Congregação. – Diz Manoel Ribeiro Galvão que tendo Antonio Antunes Galvão um dos seus filhos matriculados na Aula de Lingua Latina do Seminário d’esta cidade requerido a sua retirada da dita aula, **por conhecer que a sua assiduidade n’ella era uma perda de tempo** [grifo meu], vem por isso pedir a **VV SSas.** a retirada não só deste como também de Silvestre Antunes Galvão matriculado na mesma Aula, pelo que P. á VV. SS. Se sirvão eliminar os seus nomes do numero dos respectivos alumnos, no que espera receber Merce. – Cuiabá, 27 de Agosto de 1863, (Ass) Manoel Ribeiro Galvão [grifos no original]. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 02)

Salienta-se que, para resolver a questão, propuseram apresentar os dados oficiais que possuíam e dariam ao público “as bases precisas uma sentença recta, appellando principalmente para os Paes de familia” que tinham filhos “naquella aula.” (p.02) Tinham consciência de que as palavras que se achavam “enterlinhadas” eram de alguma forma gravosa ao credito daquele “Estabelecimento” sobre o que eles eram obrigados a velar, e “equivalião a uma acusação feita á mesma Congregação e em particular a um dos seus membros o Rvd: Rondon titular da cadeira de Latim que se achava ausente da casa e com licença para tratamento de saúde.” (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 02)

Procurando responder todas as questões a respeito da situação para salvaguardar a instituição, a Congregação solicitou de seu secretário o livro de matrículas. Nesse sentido,

<sup>389</sup> Conforme Sena (2006, p. 214), no final da década de 1850 e inicio da de 1860, mais famílias da província passaram a enviar seus filhos para as faculdades de direito, notadamente, para as de São Paulo.

verificou-se que:

os dous alumnos Antonio Antunes Galvão, e Silvestre Antunes Galvão (tinham) 2annos de estudos da língua latina, pedio mais a relação de freqüência para pleno conhecimento da assiduidade allegada [...] verificou-se também terem somente no simestre deste anno Antonio Antunes Galvão 8 faltas e Silvestre Antunes Glavão nenhuma. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 02)

A introdução até aqui realizada sobre esse fato<sup>390</sup>, expôs um problema dentro dessa instituição. Nesse sentido, assinala-se que a partir das providências tomadas para a solução do mesmo é que daremos a compreender o que se aprendia no Seminário Episcopal da Conceição, instituição frequentada por Antonio Pereira Catilina da Silva para construir a sua vida acadêmica, especificamente, na cadeira de Latim. Nesse sentido, sobre o conjunto de cadeiras no ensino secundário Haydar (1972 apud Siqueira, 2000, p. 176) assinalou que a partir de 1832, quando foram criadas a Faculdade e Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, exigia-se dos pretendentes o domínio de latim, qualquer das línguas francesa ou inglesa, filosofia racional e moral, aritmética e geometria. Em Mato Grosso, de acordo com *A Imprensa de Cuyabá* (03-12-1863, ano V, n.º 255, p.03), fazia parte da grade de ensino do Seminário Episcopal da Conceição as cadeiras de Latim, Frances, Filosofia Racional e Moral, Rethorica, Historia Ecclesiastica e Sagrada, Liturgia, Teologia Moral, acrescentadas das cadeiras, apontadas por Siqueira (2000, p. 183), denominadas Instituições Canônicas, Teologia Dogmática e Canto Gregoriano.

Desse modo, em conformidade com os lentes da Congregação, a cadeira de Latim era composta por classes de decúria e esta por seção de tradução. Assim, para cada seção de

---

<sup>390</sup> O episódio apresentado no periódico *A Imprensa de Cuyabá*, tratava do movimento realizado pela Congregação do Seminário Episcopal da Conceição para responder as inquietações do cidadão Manoel Ribeiro Galvão que pedia a retirada de seus dois filhos da freqüência da cadeira de Latim por considerar que apesar de assíduos não conseguiam aprender. Para solucionar o problema pediram que o Conego Rondon apresentasse informações capazes de atestar a vida acadêmica dos referidos alunos. Como não obtiveram resposta decidiram por realizar uma “devassa” nos documentos dos alunos existentes no Seminário e a partir do levantamento realizar um teste com os conteúdos já ministrados para os frequentes. Assim, observaram que muitos dos alunos frequentavam a dita cadeira a mais de 5 anos. Realizados os exames nos dias 14, 15, 16 e 18 do mês corrente perante a Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição daquela Diocese, estes deram publicidade dos resultados em *A Imprensa de Cuyabá* (05-11-1863, ano V, n.º 251, p. 01-04) e trouxeram a luz os problemas, assinalando que “ tendo procedido com a mais escrupulosa imparcialidade nos trabalhos respectivos, conseguiram entrar no perfeito conhecimento de que alguns dos referidos alunos são dotados de habilidades para o estudo, mas que uma má direção ou falta de método, relativamente ao ensino, os tem posto em um estado de confusão quase a não saber dar desenvolvimento algum as regras prescritas na gramática, e muito menos fazerem delas a devida aplicação: com quanto a comissão reconhece ser este o mal proveniente da falta de conhecimento da gramática de língua nacional, que traz consigo mil tropeços, e arrastão este e outros tantos inconvenientes e dificuldades para se obter o progresso na carreira literária.” (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 03) Assim havia reconhecido a comissão que outros muitos, pela fraqueza de inteligência, falta de estímulo, e pouca inclinação para o estudo tem-se conservado por tempo fabuloso em completo atrasamento.

tradução era adotado um texto escrito em latim para que todos os estudantes fizessem a tradução<sup>391</sup>. Ressalta-se que, em um levantamento realizado pelos lentes (a idade, época das matrículas, capacidade intelectual), constavam o nome daqueles alunos que mais tinham tempo de frequência na aula de Latim, e outros com menos tempo de frequência na cadeira. Os professores assinalavam que, para aquela atividade de inspeção, os estudantes deveriam realizar a tradução dos “pontos para os exames<sup>392</sup>” que, como já assinalamos, constituía-se de um texto escrito em latim. Deveriam saber o que denominavam de “exercícios de artinha<sup>393</sup>”; e, ainda, descrever sobre “gêneros e terminações<sup>394</sup>.”

A esse respeito, Antonio Catilina revelava-se o aluno mais adiantado do seminário, visto ser o que mais havia participado das reparações como trouxemos à luz anteriormente. Nesse sentido, assinala-se que a documentação consultada não deixa clara a origem de nascimento de Catilina, se nascido em Mato Grosso ou se migrado para esta de outra província. Aventou-se a possibilidade deste ser migrante de outra unidade provincial, por perceber que, de acordo com informações prestadas pelos lentes (89), era o número de alunos matriculados e examinados desde 1859, e “dados por promptos em Latim”, até aquela data. Desse modo, salientavam que percebiam que muitos daqueles alunos “trouxeram instrução de fora e apenas vieram completar no Seminário”. Esse argumento ajuda a reforçar a ideia de que Antonio Pereria Catilina da Silva tinha vindo de outra província e completado seus estudos no Seminário Episcopal da Conceição e, em seguida, constituído carreira em Mato Grosso.

Na esteira das reparações realizadas por Antonio Pereira Catilina das Silva, *A Imprensa Cuyabana* (20-08-1863, ano V, nº 240, p. 01)<sup>395</sup> destacou, através da coluna “Noticiario”, que Antonio Pereira Catelina da Silva havia realizado a “reparação”<sup>396</sup> na cadeira de História Eclesiastica.

<sup>391</sup> Conforme *A Imprensa de Cuyabá* (05-11-1863, ano V, nº 251, p. 01-04), o primeiro texto em latim para a tradução na 1ª seção de tradução era sobre história e versava sobre Servio Tarquinio, o segundo texto em Latim foi dado para a 2ª seção de tradução e tratava de uma fabula entre a Rã e o Boi.

<sup>392</sup> De acordo com *A Imprensa de Cuyabá* de 05-11-1863, ano V, nº 251, p. 01-04.

<sup>393</sup> *A Imprensa de Cuyabá* de 12-11-1863, ano V, nº. 252, p. 03. Possivelmente, tratava-se de uma terminação utilizada para designar atividades relacionadas à língua latina, pois uma atividade foi sugerida após um texto escrito em latim que também havia sido sugerido para tradução. Os exercícios de artinha constituíam das seguintes questões: O que é substantivo? De quantas espécies são os substantivos? O que seja adjetivos? De quantas espécies é o adjetivo quanto a sua terminação? Como se formam os comparativos e os superlativos?

<sup>394</sup> Como consta n’*A Imprensa de Cuyabá* (19-11-1863, ano V, nº 253, p. 04), os alunos deveriam saber: De que gênero são os nomes acabados em as, es, is, us e or? De que gênero são os nomes acabados em um, na, en, in, on? De que gênero são os nomes de náos, arvores e poesias? De que gênero são os nomes acabados em a, e, i, o?

<sup>395</sup> Ver as edições de *A Imprensa de Cuiabá* de nº 236 (26-07-1863, ano V, p. 01), 237 (30-07-1863, ano V, p. 01).

<sup>396</sup> Veicularam-se as mesmas informações da edição de nº 240 de (01-20- 08-1863), e (17-08-1863, ano V, nº 241, p. 01).

SEMINARIO EPISCOPAL. Effectuou-se na quinta feira ultima a reparação de História Ecclesiastica sob a presidência do Sr. protonotario Apostolico Barreto, e de direcção scientifica do Sr. Conego Mendes, sendo reparador o seminarista Antonio Pereira Catelina da Silva. (A IMPRENSA DE CUIABÁ, 1863, p. 1)

Sobre os seguintes pontos:

- 1º Principio do Arianismo, seus progressos, seu fim, e qual a morte do seu heresiarca.
- 2º O Concilio de Niceia, em que época, quem o convocou, para que fim, e o que n'elle se decidiu.
- 3º Systema dos Macedonios e Apollinaristas; qual a extincção das duas heresias.
- 4º Quantos seismas houverão no 4º século, em que lugares, e qual a causa. (A IMPRENSA DE CUIABÁ, 1863, p. 1)

Conforme *A Imprensa de Cuyaba* (17-09-1863, ano V, nº 244, p, 01), Antonio Pereira Catelina da Silva havia participado da reparação das aulas de História Ecclesiastica, realizada no dia 12, do corrente mês de setembro, sob a presidência do Sr. Protonotario Apostolico Barreto e “direcção scientifica” do Sr. Conego Mendes. A reparação se dado sobre os seguintes “pontos”:

- 1º Conversão do Imperador Constantino.
- 2º Triumpho da Religião Christan.
- 3º Invenção da verdadeira cruz.
- 4º Escriptores Escllesiasticos deste século. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1863, p. 01)

A esse respeito, salienta-se que as reparações continuaram ocorrendo no Seminário Episcopal da Conceição e publicados nas edições de *A Imprensa de Cuyabá* de 21-09-1863, ano V, nº 245, p. 01, 15-10-1863, ano V, nº 248, p. 01 e 29-10-1863, ano V, nº 250, p. 01. Assim, de acordo com o referido jornal (26-11-1863, ano V, nº 254, p. 01), os exames finais do Seminário Episcopal da Conceição haviam sido realizados nos dias 17, 18 19, 20, 21, 23 e 24 do mês de novembro de 1863. Nesse sentido, como destacou o anúncio, em Filosofia, “nas matérias do primeiro ano”, três alunos haviam prestado os exames, sendo aprovado Antonio Pereira Caletina da Silva e reprovados “dous”. Assinalava-se, também, que, em História Ecclesiástica, no curso completo, o mesmo havia sido aprovado plenamente. (p. 01) Informou-se também que haviam “concluído os trabalhos lectivos do Seminario Epsicopal relativos ao anno de 1863.” (Idem)

Nesta mesma edição, destaca-se que foram anunciadas as faltas cometidas pelos alunos em diversas aulas do Seminário Episcopal da Conceição daquela Diocese, desde agosto até novembro do corrente ano (1863). Na aula de Filosofia, Antonio Catelina Pereira da Silva

contava com 22 faltas abonadas, idem para a aula de História Eclesiástica.

A respeito dos testes realizados por Antonio Catilina, assinala-se que os registros sobre as atividades de reparação trazem à luz que a formação de Antonio Pereira Catilina da Silva estava imbuída de uma característica filosófica cristã, desse modo, salienta-se que, ao responder diversas questões advindas das reparações, conforme Souza (1995), este exercitava a construção do pensamento desenvolvendo a capacidade de questionar, de rejeitar como dado inequívoco a evidência imediata, que convenciam o senso comum e fundamentava grande parte dos pensamentos “bem-intencionados”. (p. 08) Conforme a autora, a questão não era conhecer as respostas que os outros deram, mas, sim, através da questão posta, dar uma nova resposta e através desta, se abriam caminhos para outras questões. (Idem) De acordo com os questionamentos realizados nas atividades, postula-se que o método utilizado nas reparações, na maioria das vezes, era “interrogativo” fruto das leituras e/ou exposições feitas pelos lentes das respectivas disciplinas.

Percebeu-se um hiato de 1863 a 1874 na trajetória de Antonio Pereira Catilina da Silva, que, conforme o Relatório do Presidente 1877, havia sido aprovado em todas as matérias do curso preparatório. A esse respeito, deduz-se que o período o qual chamamos de hiato pode ter sido o momento em Antonio Catilina dedicou-se ao curso preparatório, possivelmente, para frequentar o ensino superior, nesse sentido, provavelmente por destacar-se entre os alunos do Seminário, tornou-se um nome forte para concorrer aos cargos burocráticos na Província, nas áreas da instrução pública e da justiça.

O primeiro ato que registra a passagem de Antonio Pereira Catilina pelo serviço público na Província foi evidenciado no Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Presidente da Província, General Dr. José de Miranda da Silva Reis, em 03 de maio de 1874. Na ocasião, o presidente, informava que Antonio Pereira Catilina da Silva atuava na Secretaria de Polícia de Cuiabá, na função de secretário interino, assinando o “Mapa demonstrativo de crimes e factos e accidentes notáveis da Provincia de Matto Grosso durante o ano de 1873”. (p. 61) O mapa é data de 25 de abril de 1874. Assinou também o Mappa demonstrativo dos crimes cometidos na Provincia de Matto Grosso desde 1851 a 1874. (é um quadro estatístico) (p. 62)

Sobre a atuação na área da instrução pública, observou-se que o Relatório apresentado pelo “Vice Presidente a Assembleia Legislativa da Província de Matto Grosso”, em 3 de Maio de 1875, registrava, de acordo com as informações prestadas pelo Diretor de Instrução Pública Protonotario Ernesto Camillo Barreto, que Antonio Pereira Catilina da Silva

lecionava uma das quatro cadeiras (cadeira de Grammatica e analyse da língua nacional) da recém-instalada Escola Normal (instalada em 03 de fevereiro de 1875 – criada pela Lei Provincial de n.º 03 de 9 de julho de 1874).

A esse respeito, o presidente Hermes Ernesto da Fonseca assim registrou que:

Na Escola Normal senta-se hoje na cadeira de Minerva **um distinto filho do Seminário, Antonio Pererira Catilina da Silva**, o qual honrando aos seus mestres e a sciencia, **também foi honrado** pelo Exm. Sr. Dom José Antonio dos Reis **com uma coroa de louro quando proveyto em todas as matérias do curso preparatório e do curso theologico defendeo com applauso e merecido louvor, theses de Filosofia Racional e Moral.** [grifos meus] (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1877, p. 02)

Em relação, à participação na vida política, de acordo com *A Situação* (25-12-1875, ano VIII, n.º 524), cumprindo os pré-requisitos para incorporar a lista de votantes na qualidade de “suplente” dos eleitores<sup>397</sup>, para a formação da “junta de revisão da Qualificação de votantes” da paróquia da Sé, uma das freguesias que compunha o termo de Cuiabá, Antonio Catilina integrava a lista de suplentes de eleitores da Freguesia da Sé, onde iria reunir-se o “colégio eleitoral” para a formação da respectiva junta de revisão da Qualificação de votantes daquela paróquia. Nesse sentido, foram convidados os eleitores e suplentes para comparecerem no dito dia e hora e marcada (p. 04).

Entre os cargos burocráticos, o Jornal *A Provincia de Matto-Grosso*, (04-04-1880, ano II, n.º 66, p.03), informou que este atuava também como Secretario da Relação do Tribunal de Relação. A esse respeito, em notícia publicada na coluna “Parte Judiciaria” do referido periódico, registrava-se que Antonio Catilina era o responsável pela realização das atas. Assim, naquela data, destacava-se que ele descrevia a apresentação de 4 processos e a indicação de um outro para a data de 11 de abril daquele ano, desse modo, o secretário apresentou, também, as atas sobre as atividades da ordem do dia, recursos criminais provenientes de outras comarcas, apelação criminal, e duas ações denominadas de “passagens” e “distribuição<sup>398</sup>”.

Conforme o Relatório de Correspondência do Diretor Geral de Instrução Pública de 1ª de janeiro de 1880, em razão das atribuições desempenhadas por Antonio Pereira Catilina da

<sup>397</sup> Conforme o “Art. 94. da Constituição de 1824”, poderia ser eleitor e votar na eleição dos Deputados, Senadores e Membros dos Conselhos de Província todos os que podem votar na Assembleia Parochial (p. 75).

<sup>398</sup> Conforme o Glossário de termos jurídicos – Distribuição: ato pelo qual é escolhido o órgão no qual o processo terá desenvolvimento. Tanto haverá distribuição nos tribunais, como nas varas, de forma a dividir igualmente os processos entre todos os juizes e/ou desembargadores. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/221-pagina-principal/atendimento-e-servicos-trt2/1422-glossario-de-termos-juridicos> Acesso em 06 de fev. 2017.

Silva como secretario do Tribunal de Relação, o exame de habilitação dos cidadãos Indalecio Randolpho de Cerqueiras Caldas e Jesuino Inocencio de Moraes havia sido adiado de 12 de Janeiro para o dia seguinte. Assinalou-se, ainda, que a mudança se fazia pelo motivo de Antonio Pereria Catilina da Silva ser um dos componentes da banca examinadora do concurso, na função de professor da Escola Normal. (p. 02)

Ainda sobre a participação em bancas de concursos, de acordo com *A Provincia de Matto-Grosso* (10-04-1880, ano III, n.º 119), Antonio Catilina havia sido nomeado para examinar a prova de “grammatica da lingua nacional” do concurso público para o “lugar de 2º escripturario da alfândega de Corumbá”, destacou-se também que o referido concurso seria realizado no dia 7 do corrente (abril) na thesouraria da fazenda às 11 horas da manhã. (p. 02)

Em anexo ao Relatório de Presidente de Província Exmo. Coronel José Maria de Alencastro, em 15 de Junho de 1882, na abertura da 1ª Sessão da “Assemblea Legislativa do Provincia de Matto-Grosso”, o Diretor de Instrução apresentou o quadro de nº 3 intitulado *Mappa nominal dos empregados e professores do Lyceo Cuyabano da Provincia de Matto-Grosso*, onde destacava que Antonio Pereira Catilina da Silva encontrava-se atuando como professor na 6ª cadeira de Latim. O documento foi assinado por Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, que exercia a função de Diretor Geral de Instrução Publica, em 3 de Abril de 1882.

Nota-se que, além das atividades na área da educação e segurança pública, Antonio Pereira Catilina, em conformidade com *A Provincia de Matto-Grosso* (16-10-1887, ano IX, nº 458), em noticia publicada na coluna “Parte Religiosa”, integrava uma relação de nomes de pessoas que haviam remetido o seu “obulo” a S. Ex. Rvm.<sup>a</sup> o Sr. Bispo diocesano para o Santo Padre, o qual seria convertido para o “Jubilêo Sacerdotal de Leão 13”. Nesse sentido, assinala-se que, na relação, além do nome de Antonio Pereira Catilina da Silva, constava também o nome do Tenente (professor) Félix Benedicto de Miranda. O primeiro havia oferecido 5\$ e arrecadado 11\$, num total de 16\$000, o segundo havia contribuído com 5\$000. (p. 03-04)

Conforme *O Matto-Grosso* (26-01-1890, ano XII, nº 576), em 1890, participou da Comissão do Magistério para a “coleta” da soma que ajudaria no pagamento da “divida interna brasileira”. Nesse sentido, Antonio Pereria Catilina da Silva atendeu ao convite “para deliberar sobre os meios práticos a adoptar [...] para o pagamento da divida nacional [...] como dignos mato-grossenses e como brasileiros.” (p. 03)

E no Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública João Pedro Gardés para o Presidente de Província, em agosto de 1892, ao apresentar o quadro de nº 03, intitulado

“Quadro demonstrativo do pessoal docente do extinto Externato do sexo feminino do Estado de Mato Grosso”, Antonio Pereira Catilina da Silva integrava a equipe como professor de Gramática Portuguesa, nomeado em 08/04/1889, com posse em 01/05/1889. Constava, ainda, a informação de que este exercia o cargo de diretor do referido externato (p. 12) e que, além dele, atuavam no externato outros 4 professores. (Idem)

Sobre o conjunto de informações a respeito da trajetória do professor Antonio Catilina Pereira da Silva, assinala-se que os documentos, dos quais se lançou mão, não depõem sobre o ato de aposentadoria e ou morte. Apenas sobre suas contribuições no exercício do cargo de secretário do Tribunal da Relação e na regência das cadeiras de Latim, Gramática Nacional e Gramática Portuguesa atestando a sua passagem pela escola mato-grossense, auxiliando nos “melhoramentos” da Província de Mato Grosso.

### **3.7.5 Dormevil José dos Santos Malhado - “O ilustrado, laborioso médico, professor, deputado e diretor geral de instrução publico” na Província de Mato Grosso**

Segundo Siqueira (2000), Dormevil José dos Santos Malhado nasceu em 4 de maio de 1837, na cidade de Salvador, na Bahia, e formou-se em medicina. Por ocasião da peste da varíola, iniciada em plena Guerra do Paraguai, em 1867, ele teria sido convocado para atuar junto ao contexto mato-grossense e ali permanecido por toda a sua vida. Vilela (2001)<sup>399</sup> assinalou que a formação do Dr. Dormevil Jose dos Santos Malhado havia ocorrido na Faculdade de Medicina da Bahia, onde ele defendeu a tese: “Hemorragia uterina durante o trabalho de parto”. Ele foi, também conforme a autora, Oficial do Exército Brasileiro, participando da retomada de Corumbá. Silva (2012) destacou que Dr. Dormevil, no fronte da guerra, havia entrado para o Corpo de Saúde do Exército, atuando no posto de segundo cirurgião. Essa autora, ao discorrer sobre as reformas educacionais em Mato Grosso, lembrou da necessidade de dialogar com outras vozes que trabalharam arduamente na tecitura do ideário educacional para Mato Grosso, vozes que, conforme Silva (2012), poderiam ser chamadas de “locais”, embora, originariamente, eram de outras localidades, contudo, escolheram por viver na Província, constituir famílias, estabelecer laços mais profundos com a vida e a gente de Mato Grosso. Entre estas vozes, a autora assinalou que estava o médico Dormevil José dos Santos Malhado. Para Silva:

---

<sup>399</sup> Conforme VILELA, Marlene Menezes. Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1967), 2001. 145f. Dissertação (Mestrado em História) ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.



Em razão de sua atuação exemplar, **foi condecorado pelo Imperador, com a Medalha Geral da Campanha**. Posteriormente, solicitou a exoneração do cargo que ocupava no Exército e passou a exercer com exclusividade a profissão de médico. Nessa atividade tornou-se muito respeitado e passou a gozar de grande popularidade devido a sua excelente atuação durante os dias de angústia em que a varíola dizimou grande parte da população. **Essa atuação rendeu-lhe também a distinção pelo governo imperial que o agraciou com a Medalha da Rosa** [grifos meus]. Era político vinculado ao Partido Liberal. (SILVA, 2012, p. 168)

Conforme Rodrigues (1960 apud Paião, 2006a), Dr. Dormevil era o clínico mais popular da capital, considerado “o médico dos pobres; montado num cavalo castanho, fumando sempre um charuto bom, não se cansava generosamente a quantos pedissem seus serviços em arrabalde distante.” (p. 74)

Este autor destacou, ainda, que devido à militância médica e política, Dormevil José dos Santos Malhado gozava de uma “imensa confiança pública”, na capital que conhecia “em peso.” (Idem)

Nesse sentido, conforme informações constantes no Recenseamento de 1890, o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado era casado<sup>400</sup>, católico, e residia à Rua 27 de setembro, 2º Quarteirão, nº 35, na Freguesia da Sé. Sua família era composta de oito pessoas, sendo sua esposa Anna Lucinda dos Santos Malhado, 21 anos, parda, católica, sabia ler. O casal tinha dois filhos, sendo Evangelina dos Santos Malhado, 5 anos, parda, católica, não frequentava a escola e Arlindo dos Santos Malhado, 2 anos, pardo, católico e também não frequentava a escola. Também residiam com o casal Albertina Constança dos Santos, 16 anos, parda, solteira, católica e frequentava a escola, filha do primeiro casamento do Dr. Dormevil com D. Constança, falecida em 1881, e um casal de criados; Thomé, 54 anos, preto, casado, católico, brasileiro e não frequentava a escola e Angélica, 50 anos, preta, casada, católica, “africana” e não frequentava a escola. (p. 08)

### **3.7.5.1 - Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, atuação em favor da saúde dos cuiabanos.**

A principal formação de Dormevil José dos Santos Malhado foi na área da medicina,

---

<sup>400</sup> Conforme INVENTÁRIO de Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. Cuiabá: APMT/CARTORIO DO 5º OFÍCIO, 1881, o primeiro casamento do Dr. Dormevil foi com D. Constança Pinheiro dos Santos Malhado que faleceu em 12 de março de 1881, na ocasião do inventário, constatou-se que o casal havia tido três filhos, sendo D. Isaura dos Santos Malhado, casada com o Alferes Joaquim da Costa Faria, Frederico dos Santos Malhado, de 11 anos, e Constança Albertina dos Santos Malhado, de 7 anos.

nesse sentido, apontaremos, a seguir, suas contribuições, nesta área, a partir de sua vinda pra a Província de Mato Grosso, na ocasião da Guerra contra o Paraguai. A esse respeito, Dr. Dormevil, conforme Vilela, foi Oficial do Exército Brasileiro e havia participado da retomada de Corumbá, de acordo com a autora, ele havia integrado também a Junta Militar de Saúde, que era responsável pelos encaminhamentos no tratamento das pessoas, na época em que a varíola assolou a província mato-grossense. A esse respeito, a seguir, evidenciamos as experiências na lida em relação os aspectos relativos a saúde da população cuiabana efetuadas pelo médico Dormevil José dos Santos Malhado.

Nesse sentido, assinala-se que as práticas medicinais alusivas à saúde da população mato-grossense vivenciadas por este médico, especificamente, na cidade de Cuiabá, foram trazidas à luz pelos periódicos mato-grossenses. Sobre as passagens que atestam as evidências das ações relacionadas à saúde da população mato-grossense e/ou cuiabana naquela ocasião, iniciamos a apresentação trazendo ao lume as conclusões do laudo construído por Dormevil José dos Santos Malhado, em conjunto com os doutores José Carlos de Souza Nobre e Augusto Novis, sobre o caso do assassinato do Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva, que movimentou a cidade de Cuiabá, no ano de 1872. A esse respeito, pontuam-se também os atestados de sanidade mental de Joaquim Gaudie Ley e de Venceslau de Souza Oliveira, e, ainda, por conseguinte, o laudo sobre a situação de maus-tratos de dois escravizados que resultou na prisão de um escravagista, que também foram de responsabilidade do Dr. Dormevil, em conjunto com outros médicos.

No caso da morte do Tenente Coronel Laureano<sup>401</sup>, os médicos tiveram que responder a sete quesitos, com a finalidade de colaborar na elucidação do crime e que dizia respeito a evidenciar os “efeitos”, as “causas”, o “meio empregado”, “se era mortal”, “a direção de onde projétil havia sido disparado”, “se a queima roupa ou a distancia” e, por último, “qual o valor do dano causado<sup>402</sup>”. Segundo Filho (2003), peça importantíssima para a montagem do inquérito policial, o corpo de delito tinha por objetivo central demonstrar ou comprovar judicialmente a existência de um crime ou fato que se considerasse criminoso, contudo, de acordo com o autor, este era meramente técnico, na perspectiva do discurso médico. (p. 68) Filho assinalou, ainda, que os doutores Dormevil, Souza Nobre e Novis eram conceituados e

<sup>401</sup> Ver *O Liberal* de 25-12-1873, ano III, n.º 120, p. 02-03 e, também, FILHO, Osvaldo Machado. *Ilegalismos e Jogos de Poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003, especialmente, capítulo 1.

<sup>402</sup> Ver Filho (2003, p. 67-68), em que, conforme transcrição do autor, o laudo concluiu que 1º “houve a morte”; 2º “houve lesões de órgãos importantes da vida”; 3º “que o meio empregado foi arma de fogo”; 4º “que era mortal o mal causado”; 5º “provavelmente quase no sentido horizontal”; “que o tiro foi dado em distância pouco mais ou menos de vinte passos” e 7º “que o dano causado é inapreciável (sic)”.

quase sempre atuavam em dupla (p. 69), assinalou, também, que por certo os três médicos “de tanto atuarem, já tinham adquirido enorme experiência e elaboravam esses autos com muita competência, e de antemão sabiam as questões que deveriam ser respondidas, o que facilitava em muita a vida das autoridades policiais, principalmente a dos escrivães.” (p. 71)

Nessa mesma linha, *O Liberal* (28-09-1878, ano VIII, n.º 369, p. 2<sup>403</sup>) publicou uma contestação do laudo realizado pelos doutores Brito e Virgílio sobre os castigos recebidos pelos escravizados Moyses e Candido, de propriedade de Bartolomeo Gonçalves de Queiroz. Nesse sentido, o laudo construído para a segunda versão contrariava a decisão dos dois médicos da seguinte forma:

Informam-nos que os srs. Drs. Murtinho, Ravini, Malhado, Josetti e Cyrillo declararam levíssimos os ferimentos que se apresentam os escravos do Sr. Bartholomeo Gonçalves de Queiroz, e que foram qualificados de graves pelos srs. Drs. Britto e Virgílio, cessando assim a razão da prisão preventiva do mesmo Bartolomeo, visto tornar-se afiançável o seu crime. (O LIBERAL, 1878, p. 3)

O laudo produzido por cinco médicos seria mais confiável que o produzido por dois? Dormevil José dos Santos Malhado fez parte da junta que contestou a versão que livrou o senhor de escravos da cadeia. Nesse sentido, indaga-se: O que teria levado o Dr. Dormevil a participar da junta de contestação, já que ele era um abolicionista convicto?

A esse respeito, salienta-se que, provavelmente, por fazer parte de uma sociedade abolicionista e atuando na linha de frente, deduz-se que sobre essa questão o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado sentiu-se na obrigação e/ou foi intimado pelos participantes da referida sociedade que fosse aos jornais apresentar sua defesa e/ou esclarecer sobre a notícia veiculada naquele periódico. Sobre a questão, o renomado médico foi à redação do jornal *O Liberal* (05-12-1878, ano VIII, n.º 370, p. 02-03) para “dar publicidade” aos esclarecimentos contidos no laudo apresentado quanto aos ferimentos dos escravos do Sr. Bartolomeo Gonçalves de Queiroz. Nesse sentido, noticiou-se na coluna denominada “Publicações a Pedido” uma nota em que o Dr. Dormevil dos Santos Malhado assim pronunciou-se:

Ilm. Sr. redactor do- Liberal. Lendo no Liberal de 28 de setembro a noticia no mesmo publicada, relativamente ao exame nos ferimentos dos escravos do Sr. Bartolomeo Gonçalves de Queiroz, os quaes, diz a referida noticia, foram por mim e meus collegas considerados levíssimos; o que é inexacto, peço a V.S. a permissão para scientificar-lhe que foi exagerada a informação dada a essa redacção sobre o dito exame. O exame de sanidade, á requerimento do advogado

---

<sup>403</sup> Em *O Liberal* (28-09-1878, ano VIII, n.º 369) na coluna “noticiario” informou-se que o juiz de direito da cidade de Cuiabá havia expedido o mandado de prisão preventiva contra Bartholomeo Gonçalves de Queiroz [...] indiciado em crime de ferimentos graves em escravos seus. (p. 02)

do referido Sr. Bartolomeo, nos escravos Moyses e Candido, em muito pouco diferio do corpo de delicto; os ferimentos do 1º escravo forão considerados curáveis em 15 dias, sendo convenientemente tratados, pois encontramos vestígios ainda recentes, de violência pelo mesmo escravo praticadas, nos ferimentos cicatrizados, afim de que se conservassem abertos; os do 2º forão por nós distinguidos em ferimentos produzidos por corpo comburente e por instrumento contundente flexível, sendo os primeiros considerados graves e os segundos leves. Em retificação pois, da noticia dada pelo Liberal, faço esta declaração, e rogo a V. S. o obsequio de dar publicidade no seo conceituado periódico. Cuiabá, 1º de Outubro de 1878, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. (O LIBERAL, 1878, p. 2-3)

Na edição de 28 de setembro de 1878<sup>404</sup>, na coluna “Editaes”, mais uma vez Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, em conjunto com o Dr. José Antonio Murtinho, protagonizou a construção de um laudo atestando que Venceslau de Souza Oliveira estava “sofrendo transtornos em suas faculdades intellectuaes”, assinalando também que este “achava-se em estado de imbecilidade”, “sendo por este motivo incapaz de administrar sua pessoa e bens [...], e, portanto, o Juiz de Orphaos Substituto Balbino Cezar de Mello declarava Venceslau [...] interdicto [...], enquanto permancesse [...] o estado de alienação em que se acha, pelo que mando que ninguém com elle contracte sob pena de nulidade”. (p. 04) O mesmo já havia ocorrido, em 1871, com Joaquim Gaudie Nunes, como ficou explícito no jornal *O Liberal* (21-12-1871, ano III, n.º 119). Nesse sentido, o Dr. Malhado em conjunto com o Dr. Augusto Novis, ajudou na construção de um laudo atestando que Joaquim Gaudie Nunes sofria de alienação mental, além dos argumentos dos médicos, duas testemunhas ajudaram na composição do teor da sentença que julgava Guadie Nunes interdito da administração de sua pessoa, e dos bens visto este “achar-se soffrendo de alienção mental denominada – mania – pela desordem e divagação que apresenta no desenvolvimento das suas faculdades intellectuais.” (p. 03-04)

Para além dos laudos de sanidade mental e dos exames de corpo de delito que ajudavam na elucidação de crimes, Dr. Dormevil mostrou-se competente na atuação em ocasião da epidemia de varíola que assolou a província de Mato Grosso e a cidade de Cuiabá.

De acordo com Vilela (2001), no dia 06 de julho, uma Junta Militar de Saúde, formada por três médicos, Dr. Francisco Antonio de Azevedo, Dormevil José dos Santos Malhado e João Adolpho Josetti, reuniu-se para dar um parecer sobre a ameaça, concluindo unanimemente e de forma coerente com o discurso médico, em propor o estabelecimento de isolamento em um lazareto que estabeleceria quarentena, em um local mais afastado da capital, de forma a dificultar que os soldados contagiados pela peste entrassem na cidade. (p.

---

<sup>404</sup> *O Liberal* de 28-09-1878, ano VIII, n.º 369, p. 4.

64-65) Conforme a autora, as conclusões do laudo não foram acatadas pelo presidente da província, que permitiu a entrada dos soldados que regressavam do fronte da guerra com o Paraguai, transformando Cuiabá em uma cidade epidêmica. (Idem)

Vilela (2001) explicou que a opção feita pelo presidente da província residia em “receber o soldado feito herói que voltava da Retomada da cidade de Corumbá”, e, conseqüentemente, constituía-se, também, em uma “possível prioridade para o soldado em tempo de guerra”. Nesse sentido:

À autoridade instituída, o presidente da Província, cabia uma opção, mas, comprometido com uma guerra em curso, e possivelmente não podendo prever a extensão da epidemia que se avizinhava, ele assumiu uma postura de aparente contradição ao que o saber médico propunha e defendia. Atender ao saber médico e decretar o isolamento implicaria, naquele momento, em isolar o herói, o soldado, que naquele momento regressava, não como um emissário da peste, mas como filho da pátria. (VILELA, 2001, p. 66)

Para a autora, a Junta Médica havia agido como consultora, expressando uma autoridade que lhe era conferida pela competência oriunda do saber, mas, no entanto, ao produzir o parecer, não o havia feito com a pretensão de transformá-lo numa norma.

A autora assinalou que, para contornar a epidemia, foi necessário buscar soluções e uma delas estava relacionada à informação a respeito da peste. Assim, as providências tomadas pelo governo provincial no atendimento da população epidêmica estava na elaboração, em 31 de julho de 1867, do *Diretorio para guia do povo no tratamento das bexigas, feito pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, por ordem do Ilmo e Exmo Dr. Presidente da Provincia*. Conforme Vilela (2001), o Diretorio “trata-se de um documento impresso, em bom estado de conservação, que caracteriza a doença e prescreve tratamento com múltiplas informações sobre regras, normas e saber médico.” (p. 17) Desse modo, a autora assinalou que o título do documento era *Noções Gerais sobre bexigas e seu tratamento*; para Vilela, o diretório apresentava com detalhes a classificação da varíola, os primeiros sintomas, como surgiam as erupções, suas fases, quando desapareciam as pústulas, além de prescrever o tratamento e a dieta alimentar. (p. 76) Vilela (2001) enfatizou que o documento escrito pelo Dr. Dormevil expressava o conhecimento que o saber médico possuía, naquele momento, além de evidenciar as práticas médicas, alimentares, higiênicas e outras. Dr. Dormevil possuía a experiência no tratamento da varíola, pois, no momento em que escreveu o Diretório, estava trabalhando no Hospital Militar justamente no atendimento dos variolosos. (IDEM)

Assim, o Diretório, no ver da autora, serviu como uma fonte de informação elaborada

por uma autoridade médica, o Dr. Dormevil, que assumia, naquele momento, o papel de consultor, cuja autoridade, embora respaldada no saber médico, foi-lhe outorgada pela autoridade política, representada pelo presidente da Província. (p. 84)

Sobre a atuação do Dr. Dormevil na área da saúde, é acertado afirmar que a sociedade cuiabana podia contar com seus préstimos, quando necessitava de cuidados relativos à medicina, como ficou esclarecido em *A Província de Matto-Grosso* (25-12-1887, ano IX, nº 469), na ocasião da morte de Dona Izabel Lisboa Moreno, esposa do Alferes Manoel da Cunha Moreno que agradeceu ao “Ilm. Sr. Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, a promptidão com que compareceu em sua casa as três horas da madrugada do dia 10 do corrente, a chamado de um amigo do mesmo abaixo assignado.” (p. 02) Ainda em *A Província de Mato-Grosso* (21-08-1887, ano IX, nº 450), que noticiou, na coluna “A Pedidos”, o texto denominado “Voto de Gratidão”, em 19 de julho de 1887, em que uma pessoa, que denominou-se “Um Amigo”, agradeceu os serviços do Dr. Malhado, Franco Lobo e Pires Calda, expressando os seus sentimentos de gratidão por terem extraído do braço direito da vítima uma bala recebida no combate travado em Lomas Valentinas, na Guerra contra o Paraguai. O interlocutor assinalava que a operação havia sido “arriscadíssima” e que havia durado cerca de duas horas. (p.04) Também conforme *O Matto-Grosso* (27-04-1890, ano XII, nº 587, P. 04), Manoel Nunes da Cunha, baixo do “Supremo”, agradecia ao médico Dormevil José dos Santos Malhado pelos relevantes serviços prestados ao salvá-lo de “uma collerina forte<sup>405</sup>”.

Nesta mesma área, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado reservava um tempo para dedicar-se a causas filantrópicas, é o que ficou explícito no Relatório do Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em agosto de 1865 (p. 84), ao referir-se aos empregados da Santa Casa de Misericórdia, ressaltando a saída do Dr. Francisco Antonio de Azeredo “em serviço para a fronteira” por causa da guerra com o Paraguai. Nesse sentido, a provedoria havia recorrido ao Dr. Dormevil José dos Santos Malhado que, na ocasião, “prestou proptamente e gratuitamente” os serviços de responsabilidades do Dr. Francisco Antonio Azeredo. Ainda sobre os trabalhos na Santa Casa, de acordo com *A Província de Matto Grosso* (31-08-1879, ano I, nº 35, p.4), Dr. Dormevil José dos Santos Malhado integrava a comissão que era responsável por promover a organização da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, conforme o compromisso já existente e aprovado pela lei

---

<sup>405</sup> Ver também *O Porvir* de 28-05-1878, ano I, n.º 28, p. 04.

provincial n. 14 de 6 de Dezembro de 1872. Em 1880<sup>406</sup>, o Dr. Dormevil encontrava-se integrando a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia na qualidade de “irmão” (p. 02).

Evidenciados os elementos que testemunham as passagens do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado na área da medicina pela cidade de Cuiabá, a seguir, percorre-se a trajetória construída pelo “ilustrado e laborioso” médico na instância da instrução pública, ressaltando as inúmeras competências de nosso personagem, como veremos mais adiante, também nas áreas das artes e da política.

### 3.7.5.2 Dr. Dormevil um médico a favor da instrução pública em Mato Grosso

A respeito do que assinalamos acima, Dr. Dormevil foi descrito por Paião (2006a) como um “médico distinto” e poderia, “melhor que muitos atender a uma das mais vitais necessidades das escolas – a higiene”. (p. 73) Nesse sentido, conforme Sá; Siqueira (2001 apud Paião 2006a):

Dizia-se que “sem a saúde do corpo não se [deveria] aplicar o espírito, sob pena de agravar o mal físico, sem proveito algum moral”. Portanto, havia “certa vantagem” em confiar a direção das escolas a um “medico inteligente e ilustrado”. Foi em defesa da bandeira da higienização das escolas e, por elas, das famílias, que médicos como Malhado e João Carlos Muniz foram colocados à testa da Instrução Pública. [grifo dos autores] (p.73-74)

Nesse sentido, como salientou a autora, a escolha do Dr. Malhado para conduzir a instrução havia sido uma estratégia sanitária e política. Baseando-se em Bourdieu (2002) e Mendonça (1973), a autora salientou que se tratava de uma estratégia política, pois, na economia dos bens simbólicos, o Dr. Malhado acumulava prestígio suficiente para ser “tudo que ambicionasse em Cuiabá”. (p. 74)

Paião (2006a) construiu uma visão do Dr. Dormevil ao lançar mão dos Relatórios da Diretoria Geral de Instrução Pública referentes aos anos de 1880 e 1882, capazes de caracterizá-lo como extremamente comprometido com a efetivação das ações em favor da instrução pública na Província de Mato Grosso. Conforme a autora, a partir das informações fornecidas no relatório de 1880, concluiu-se que Dormevil José dos Santos Malhado era um homem que acreditava que o ensino fosse “a luz e o progresso” para os cidadãos matogrossenses. Segundo Paião, ao ocupar este cargo o Dr. Dormevil havia também atuado junto

---

<sup>406</sup> A *Província de Matto-Grosso* (10-04-1880, ano III, n.º 119).

ao poder legislativo para convencê-lo da necessidade de derramar a Instrução Pública obrigatória em todos os segmentos sociais, sendo esta em conformidade com os apontamentos do relatório de 1882, que ressaltava vontade do Imperador D. Pedro II, exprimindo “que em todas as falas do Trono não deixa de exigir: é a ideia fixa de muitos estadistas notáveis, é o pomo de ouro dos partidos militantes.” (p. 74)

A autora retomou o relatório de 1880 para sinalizar que, estando o Poder Legislativo convencido da necessidade de se efetivar o programa modernizador da Instrução na Província, restava saber que meios seriam os mais adequados para a viabilidade do projeto para o qual Dr. Dormevil havia fornecido a resposta de que seria a confraternidade entre a religião e instrução, e “a criação de escolas mistas dirigidas por mulher”. (Idem)

Silva (2012) procurou observar que os relatórios de Dormevil constituíam-se, em boa parte, em exaltação ao outro e, com isso, promovia uma espécie de silenciamento de si mesmo no processo. Conforme a autora:

Em seus discursos, ora coloca em destaque o trabalho do presidente, ora a exaltação da Assembleia Provincial, sem se esquecer de elogiar também alguns professores e inspetores. Ainda assim, ao longo de todo documento, é possível ouvir a voz do Diretor. Interessante que, no que se refere as ações do presidente, Dormevil o coloca como autor de ideias que, conforme mostram os relatórios, são dele mesmo. Seria essa uma estratégia, parte de um jogo político, para assegurar adesão aos seus projetos? (SILVA, 2012, p. 168)

Possivelmente, a questão levantada pela autora pudesse ser afirmativa, pois o Dr. Dormevil estava em Mato Grosso, muitas das vezes em situações de linha de frente do Partido Liberal e, provavelmente, com isso procurasse valorizar as ações em favor da instrução pública devotando ao presidente a realização destas. Vale ressaltar, também, que, conforme o relatório apresentado por este e contido no corpo do Relatório do Presidente José Maria de Alencastro, em 15 de julho de 1882, o Partido Liberal, conforme Dr. Malhado “felizmente rege os destinos do paiz [...] e [...] compete (a ele) tirar as peias dos que desejam instruir-se.” (p. 03)

Para Silva (2012) o discurso de Dormevil primava, também, pelo reconhecimento aos colaboradores. Citava-os nominalmente, exaltando suas atitudes, numa estratégia que, possivelmente, tinha como objetivo conseguir adeptos às ideias que defendia através da sensibilização. Distribuía elogios aos que, na sua concepção, atuavam com competência. Mas não deixava de ser um discurso que cobrava responsabilidade de todos os segmentos.

Conforme a autora, havia certa celeridade nos trabalhos realizados por Dormevil, Silva (2012) destacou que no seu primeiro relatório, este informou que no mês de julho o presidente



havia aprovado o Regimento Interno do Liceu. Ao considerar que o liceu foi inaugurado em março, Dormevil elaborou o referido regimento em aproximadamente três meses. Ainda no mesmo relatório, a autora assinalou que Dormevil anunciava que, em breve, solicitaria do presidente a aprovação “para os regimentos da secretaria, da biblioteca e das escolas” os quais estava confeccionado a fim de “regularizar a marcha do serviço de tais repartições.” (p.171)

Quanto ao discurso de Dormevil, Silva (2012) evidenciou que

afina-se com ideias que circulavam nos grandes centros de formação da época e que colocavam sua força na ciência e no progresso. Instrução, educação e ensino são traduzidos num mesmo objetivo: o de imprimir na consciência as regras do “bem viver”. O caminho para viver bem está no aprimoramento da inteligência que leva ao progresso e tem dupla face: está voltado aos cidadãos e a pátria. (SILVA, 2012, p. 171)

Silva (2012) assinalou, ainda, que Dormevil repetia uma prática recorrente na época e, através de um forte jogo de retórica, agradeceu a dois homens da comunidade, o Ex. Sr. Desembargador Firmo José de Matos<sup>407</sup> e o Major João Pedro Alves de Barros, que colaboraram com o serviço da instrução o primeiro transportando mobílias e utensílios, e o segundo cedendo casa para o funcionamento de escolas. (p.171)

Conforme a autora, a tática do reconhecimento público fazia parte dos mecanismos para incentivar os ilustres à participação voluntária na viabilização da instrução em todas as nuances. Desse modo:

da mesma foram agradece aos particulares que ajudaram com ações estratégicas para a viabilização das aulas, agradece também aos professores da Escola Normal e do Liceu Cuiabano que ajudaram nas “festas pomposas de sua instalação e na distribuição de cartas [diplomas], sem que a Província tenha coisa alguma despendido para esse fim”. (SILVA, 2012, p. 172)

Dando sequencia aos recortes responsáveis por evidenciar os aspectos que correspondem à trajetória do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado em favor da instrução pública em Mato Grosso, trazendo à luz as ações desempenhadas no cargo de Diretor da Instrução Pública, nesta Província. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de retomarmos o ano de 1872 para o melhor entendimento de sua passagem por este ramo do serviço público em Mato Grosso. Avancemos.

---

<sup>407</sup> Mais uma vez reforçamos a assertiva de Silva (2012) de que Dr. Dormevil valorizava as ações em favor da instrução pública, devotando a outros sua realização, como também utilizava-se do elogio a outras pessoas do seu meio partidário mostrando a importância da participação destas na construção de uma educação moderna. Nesse sentido, assinala-se que, conforme *Província de Matto-Grosso* (23-02-1879, ano I, n.º 08, p. 03) o Dr. Firmo José de Mattos era o presidente do Partido Liberal em 1879, por ocasião da morte do Barão de Aguapehy.

A este respeito, recorreu-se ao relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, de 1872, José Cardoso Junior, ao anunciar que um Curso Noturno havia sido criado na Capital naquele ano e que este havia nomeado um conjunto de professores para reger as cadeiras criadas para a efetivação do curso. Salienta-se que, entre eles, estava o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado que foi designado para lecionar a sexta cadeira, cuja matéria tratava-se de Geografia e Historia concomitantemente. (p.61)

No entanto, no relatório apresentado, em 03 de maio de 1876, pelo presidente Hermes Ernesto da Fonseca, o inspetor geral das aulas Ernesto Camilo Barreto informou, através do Quadro – N. 5, denominado “*Mappa nominal de professores e empregado da Escola Normal da Provincia de Matto-Grosso em 1875*” (p. 37), que Dr. Dormevil José dos Santos Malhado havia sido nomeado, em 30 de setembro de 1874, professor da Cadeira de Pedagogia. Nesse sentido, ressalta-se que, no mesmo relatório, foi informado que o Dr. Malhado atuava também como “Inspector Parochial da Freguesia da Sé” e que fora nomeado em 5 de outubro de 1875 conforme consta no quadro de N. 8 – denominado “*Mappa Nominal dos empregados da Instrucção Pública e dos Inspectores Parochiais da Provincia de Matto-Grosso, da Inspectoria Geral dos Estudos da Provincia de Matto-Grosso.*” (p. 40) Tais informações foram datadas pelo Inspector Geral dos Estudos, em 6 de abril de 1876. A esse respeito, salienta-se que um denso conjunto de informações sobre a instrução pública em Mato Grosso está presente na “FALLA” em que Excelentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca “abriu” a 1ª sessão da 21ª Legislatura da “Assemblèa Provincial de Matto-Grosso”, no dia 3 de maio daquele ano.

No Relatório da Presidente de Província (1876, p. 22), em parte do anexo, o inspetor geral das aulas Ernesto Camillo Barreto agradeceu aos inspetores paroquiais pelos trabalhos prestados na instrução pública, especialmente, o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado que atuava na Capital “onde o serviço é mais oneroso e abrange a instrucção primária e secundária [...] pelo muito que em pouco tempo tem me coadjuvado”. Em 1877, foi lembrado novamente, pelo mesmo inspetor “pela dedicação e zelo, sobrepuja o amor ao progresso e a propaganda da instrucção da mocidade.” (p. 28). Nesse sentido, como já se aventou, anteriormente, conforme Rodrigues (1960), Dr. Dormevil “gozava de imensa confiança publica”. A esse respeito as referências feitas a este pelo inspetor geral das aulas, provavelmente, adivinham da extrema dedicação e zelo com que o médico desempenhava suas atividades alusivas à instrução pública em Cuiabá.

Corroborando as informações presentes na “falla” do presidente da “Provincia de

Matto-Grosso” para o ano de 1876, Paião (2006a, p.169) apresentou uma relação contendo o nome dos homens que lecionaram nas escolas públicas mato-grossenses no século XIX. Nesse sentido, a autora destacou que o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado lecionava na Escola Normal, a qual estava localizada na Freguesia da Sé, na cidade de Cuiabá, e atuou com uma turma mista na cadeira de “Pedagogia e Métodos”, nos anos de 1876, 1877, 1878 e 1879.

O cargo mais importante na instrução pública mato-grossense ocupado pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhado trata-se do posto de Diretor Geral de Instrução Pública. Nesse sentido, assinala-se que este trouxe para essa etapa de vida as experiências e jogo de cintura, conforme defendeu Silva (2012), como professor e como inspetor paroquial. A esse respeito, sobre seu ingresso na Diretoria Geral de Instrução Pública em Mato Grosso, no Relatório de 1879, assim se referiu o Presidente de Província:

Por acto de 25 do corrente, exonerei o Dr. Pedro Ancantara Sandemberg do cargo de inspetor geral das aulas e nomei para substituí-lo o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, sem prejuízo do seu direito a cadeira de Pedagogia, que rege na mesma Escola Normal, cadeira essa que determinei fosse exercida por outrem enquanto durar o impedimento do mesmo Dr. Malhado. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1879, p. 10-11)

Sobre essa passagem, Paião (2006a, p. 54) apresentou um quadro contendo o nome dos Inspectores/Diretores de Instrução Pública, entre 1870 e 1892. Nas informações apresentadas pela autora, Dr. Dormevil aparece ocupando o cargo entre 1880 a 1884. Sobre esta questão salienta-se que, conforme as informações apresentadas pelo Presidente Rufino Enéas Galvão – o Barão de Maracaju, estas não vão ao encontro com os dados apresentados pela autora, pois o Dr. Dormevil, conforme Maracaju, havia sido nomeado em outubro de 1879. Paião assinalou, também, que Dr. Dormevil tinha uma aproximação com o Partido Liberal, mas conforme os periódicos daquela época, Dormevil José dos Santos Malhado militava neste partido<sup>408</sup> a ponto de construir candidaturas.

Siqueira (2000) assinalou que, quase uma década após a reforma da instrução pública de 1872, a cargo de Francisco José Cardoso Junior, o Barão de Maracaju, no ano de 1880, ampliou e sedimentou os pontos que regulamentariam para sempre as práticas escolares e administrativas do moderno setor educacional, especialmente tendo em vista a ampliação da população escolar, após as leis abolicionistas. (p. 112) A autora salienta que foi na gestão do Dr. Dormevil dos Santos Malhado que entrou em funcionamento a primeira escola estatal de

---

<sup>408</sup> Ver *O Liberal* de 14-03-1878, ano III, n. 341, p.3 e *A Província de Matto-Grosso* de 08-01-1882, ano IV, nº 158, p. 04.

ensino secundário, o Liceu Cuiabano, cujos rumos futuros dependeram das bases políticas fincadas em seus primórdios. Conforme Siqueira, adepto do princípio da obrigatoriedade do ensino, Malhado empenhou-se em fazer valer, em Mato Grosso, este princípio, especialmente, no tocante ao ensino primário. (p. 113)

Siqueira (2000) destacou, também, que a gestão de Dr. Dormevil José dos Santos Malhado foi marcada pelos avanços no campo da feminização do magistério, ampliado a partir de um discurso que convenceu os parlamentares e as famílias mato-grossenses em conhecer a mulher como a “solução mágica” para solucionar os graves problemas pelos quais passavam a instrução pública. (p.114)

Para essa autora a década de 1880 foi marcada também por discussões, mais acaloradas, sobre a obrigatoriedade e liberdade do ensino, uma vez que resvalava-se, novamente, na questão dos direitos e deveres, importantes pontos a serem definitivamente resolvidos naquele momento em que o processo abolicionista era revestido de caráter irreversível. Siqueira assinalou que, quando o Barão de Maracaju implementou a reforma da instrução pública, naquele ano, o discurso moderno ganhou força, assim como os espaços do saber receberam contornos mais acentuados. Nesse sentido, conforme evidencia a autora, o Regulamento Orgânico da Instrução Pública, de 4 de março de 1880, teve como fios condutores três proposituras básicas: a obrigatoriedade do ensino primário, a liberdade de ensino e a criação do primeiro estabelecimento público de ensino secundário da província. Assim:

Durante as festividades de inauguração do Liceu, cinco personalidades discursaram, o Diretor Geral de Instrução Pública, o médico baiano Dormevil José dos Santos Malhado, o Professor Antonio Corrêa da Costa, o Deputado Fleury, o Professor Primário e clérigo, Padre Sampaio e Manoel Maria Metelo. Versando sobre as temáticas da instrução pública, essas autoridades, enfaticamente, revelaram ser esse o binômio essencial para a formação do cidadão mato-grossense. A tônica de todos os discursos foram os pontos básicos da reforma, com ênfase no duplo princípio da obrigatoriedade e liberdade de ensino. (SIQUEIRA, 2000, p. 115)

De acordo com o presidente José Maria de Alencastro, na ocasião de seu relatório, de 31 de maio de 1881, por ato<sup>409</sup> de 2 do mesmo mês, por “proposta do Dr. director Geral de Instrucção da provincia”, havia nomeado o bacharel Alfredo José Vieira para substituir Dr. Dormevil, durante o seu impedimento como membro da Assembleia Legislativa Provincial. (p. 01) Nesse sentido, em conformidade com o Presidente Alencastro, salienta-se que a gestão

<sup>409</sup> Conforme MATO GROSSO. Relatório: 1881. Presidente da Província, Dr. José Maria de Alencastro, passou a administração da mesma o Vice-presidente Tenente Coronel José Leite Galvão, em 31 de Maio de 1881. Cuiabá, 31.05.1881. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de Nov. de 2016.

de Dormevil José dos Santos Malhado, na direção da instrução pública mato-grossense foi marcada por sua atuação como deputado provincial, haja vista, em seu relatório para aquele ano<sup>410</sup>, este ter interrompido suas atividades, frente à instrução pública, para reassumir o cargo de deputado por espaço de 30 dias. A esse respeito, Dr. Dormevil evidenciou ter assumido por mais de três vezes a cadeira na Assembleia Legislativa Provincial. Assim informava ao presidente da Província:

Directoria Geral de Instrução Pública em Cuyabá, 10 de Janeiro de 1881. – Ilmo e Exmo Sr. – Tendo V. Exa. por acto de hontem, adiado os trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial e, por isso, cessado o meu impedimento como um dos seus membros, tenho a honra de participar a V. Exa. que reassumi hoje o cargo de Director Geral da instrução d’esta Provincia. – Deus Guarde V. Exma. Ilmo. e Exmo Sr. Coronel José Maria de Alencastro, Dignissimo Presidente da Provincia. O Director interino, digo, o Director Geral Dr. Dormevil José dos Santos Malhado. (RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1880, p. 58)

Em 20 de agosto de 1881, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado requereu novamente afastamento para participar dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, a partir de 21 daquele mês, indicando o Dr. Alfredo José Silveira, membro do Conselho Literário para que o substituísse, enquanto durassem os trabalhos da Assembleia. (p. 68). Em 1º de setembro de 1881, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado voltou a ocupar o cargo de “Director Geral de Instrução Publica” após ter cessado seu impedimento como membro da “Assemblea Legislativa Provincial”. (p. 69)

Além dos trabalhos na linha de frente da instrução pública, Dr. Dormevil responsabilizou-se por outras atribuições capazes de contribuir “no melhoramento” da imagem da Província. Foi o que se observou, conforme jornal *A Provincia de Matto-Grosso* (24-04-1881, ano III, n.º 121, p.1), onde o Barão de Maracaju dirigia-se ao Barão de Diamantino<sup>411</sup>, assinalando que “convicto do interesse que v. exc. liga ao desenvolvimento desta parte do imperio” e a um grupo de pessoas influentes em Cuiabá, composto pelo Dr. Dormevil José dos Santos Malhados, tenente coronel Joaquim de Vaz Campos e, ainda, com os comerciantes daquela “praça”, Martin Guilherme e Maximiliano Carcano, para comporem

---

<sup>410</sup> No exemplar do Relatório do Diretor Geral de Instrução Publica a que tive acesso, o Dr. Dormevil assinalou que aquele livro serviria para registro da correspondência do Inspector Geral das Aulas com o Presidente da Província. Neste exemplar, estão registrados requerimentos de professores, atas sobre exames de habitação (concursos), confirmação de recebimento de ofícios, resultados de concursos, despachos etc. Neste exemplar, também, estão contidas informações sobre a atuação do diretor de 7 de janeiro de 1880 a 18 de dezembro de 1882.

<sup>411</sup> Conforme Sena (2006), seu nome era Antonio de Cerqueira Caldas e foi agraciado com o título de barão de Diamantino, reforçou sua posição política e sua facção (o partido Conservador), do qual era o principal comandante na Província. (p. 273)

a comissão que no município da capital incumbiria-se de angariar a maior quantidade possível de produtos, de qualquer espécie ou natureza, para participar de uma exposição denominada “Brasileira aleman”, que seria realizada na cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nos meses de outubro a dezembro de 1881, onde seriam exibidos produtos brasileiros.

Conforme o Barão de Maracaju, era conveniente que Mato Grosso concorresse naquela exposição, com a maior quantidade possível de produtos naturais, artísticos e industriais, pois aquela oportunidade seria “um meio poderoso d’ella se tornar melhor e mais geralmente conhecida já quanto a variedade de riquezas que se encontram em seu solo.” (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1881, p. 01). Desse modo, junto com o pedido, o Presidente da Província assinalava que um catálogo ajudaria a comissão a encontrar exemplos de produtos e quais objetos Mato Grosso poderia enviar para a exposição, e, assim, a equipe nomeada ficava ciente que deveria entregar à presidência o material solicitado com antecedência para que os produtos pudessem chegar ao local de destino na data estipulada pelo catalogo (convite). (p.1)

Pode-se dizer que a incumbência da realização dessa atividade evidencia a influência política e educacional e, por que não dizer, artística de Dormevil José dos Santos Malhado, naquele momento, na sociedade cuiabana. Igualmente, pode-se assegurar que o cargo de diretor geral de instrução pública, ocupado por este também o fazia responsável por esta ação, afinal, uma apresentação “pedagogicamente” a altura era um “meio poderoso” para mostrar ao país as potencialidades da província que poderia, conforme o presidente, tornar Mato Grosso “mais conhecida”.

A respeito da importância do médico na Instrução Pública, o Barão de Maracaju, em sua mensagem à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso, em 1 de outubro de 1880, dizia o seguinte:

Não podia ser, para tal fim, mais feliz do que fui, encontrando na direcção da Instrucção da Provincia **o ilustrado e laborioso Dr. Dormevil José dos Santos Malhado**, e ainda mais porque as suas ideias conformavão-se com as minhas. Entregando-se **esse distincto cidadão com raro zelo e interesse ao cumprimento de seos deveres**, consegui, com tão dedicado auxiliar, por em pratica, em poucos meses da minha administração, ideas que há tanto afagava e que, a meu pesar não pude realizar na bella Porvincia do Amazonas, por falta de autorização da respectiva Assembelia. E pois, com inteira satisfação, que nesta solemne occasião dirijo os meos louvores e agradecimentos aquelle prestante cidadão, pelo efficaz auxilio que prestou a esta presidência **na criação do Lyceu Cuiabano e na reforma do ensino**. [grifos meus] (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1880)

Pode-se considerar que, a partir das colocações do Barão de Maracaju, a conformidade das ideias de ambos dava ao Dr. Malhado a prerrogativa da realização do bom trabalho, na dianteira da instrução pública em Mato Grosso, diferente, como já se observou, do seu antecessor Pedro de Alcantara Sandemberg. Nesse sentido, Siqueira (2000), Paião (2006a) e Silva (2012) devotaram um lugar de destaque para os três inspetores/diretores gerais de instrução pública que mais tempo permaneceram frente ao cargo, no final do período imperial, na província de Mato Grosso, especialmente, ao Dr. Dormevil José dos Santos Malhado.

Não somente a instrução pública, a medicina e a política faziam parte da vida intelectual do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, os periódicos mato-grossenses registraram a sua participação em sociedades relacionadas às artes, como é o caso da Sociedade de Amor à Arte, como aludimos no primeiro capítulo. Nesse sentido, gostaria de expor aqui questões que ajudam a realçar o discurso do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, no que diz respeito à boa articulação com as palavras, nos espaços sociais em que estava imerso. Desse modo, traz-se para a cena o evento, no dia 8 de maio de 1879<sup>412</sup>, em que o Dr. Dormevil “patenteou em elouquentes phrases” aos presentes na ocasião, e em que o Dr. Firmo José de Mattos havia tomado posse como Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, na cidade de Cuiabá. Conforme o periódico, os membros do Partido Liberal foram cumprimentar o Dr. Mattos, o qual os recebeu “obsequiosamente”. (p. 03)

Conforme também *A Gazeta* (16-06-1887, ano I, n.º 40), por ocasião dos festejos de comemoração do dia de 13 de Junho de 1867, data significativa, que lembrava o momento em que os mato-grossenses haviam banido “do solo corumbaense as forças paraguaias de Solano Lopez que ocupavam aquela área”. Nesse sentido, salientou-se que, naquela cerimônia, o Dr. Malhado, sob “majestosa salva de palmas”, havia sido um dos oradores representando a corporação do exército. (p. 02)

Ainda a respeito, Dr. Malhado<sup>413</sup>, em *O Liberal* (17-03-1878, ano VII, n.º 341), rebateu “as allusões malevolamente feitas ao Partido Liberal, a que me orgulho de pertencer, e a minha humilde pessoa” feitas pelo jornal *A Situação*. Nesse sentido, Dr. Malhado esclareceu que os liberais viam no presidente o Sr. general Hermes, “quando assumio as rédeas da administração da província”, o seu governo com prudência e admirável tino. Assinalou que o

<sup>412</sup> *A Provincia de Matto-Grosso* de 11-05-1879, ano I, n.º 19)

<sup>413</sup> Conforme Jornal *O Liberal*, de 01 de agosto de 1878 (362). Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, de acordo com o grêmio do Partido Liberal “desistio de sua candidatura, ficando ella adiada para primeira eleição para deputados geraes, que houver n’esta Provincia depois da que vae ter lugar. Cuiabá, 13 de julho de 1878. Dr. Dromevil José dos Santos Malhado.” (p.4)

presidente cumpria com suas obrigações “afagando” os seus correligionários e fazendo justiça aos opositores. Sobre essa situação, Dr. Dormevil salientava que os demais pertencentes ao Partido Liberal estavam desacostumados com bom procedimento de um presidente que representasse o partido conservador, daí o General Hermes ser merecedor, na ocasião do seu aniversário natalício, “da tosca poesia”, escrita pelo médico, e que *A Situação* havia publicado. (p. 02)

Consideramos justo encerrar essa parte mencionando o talento de Dormevil José dos Santos Malhado em relação ao dom da palavra escrita e/ou falada, com uma passagem presente em *O Porvir* (18-09-1877, ano I, n.º 07, p. 02), explícita na coluna “Colaboração”, que assinalou que, na noite de 7 de setembro, havia acontecido “um grande e magnífico espetáculo, no teatro desta capital, dado pela sociedade - *Amor à Arte*”, em homenagem ao 56º aniversário da Independência do Império, entre as apresentações estava a do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, “applaudido pelas sonantes rimas de suas quadras.” (p. 02)

E assim sendo, após digressão sobre suas contribuições nos campos da medicina, instrução pública, política e artes, o Relatório do Presidente Barão de Botovy, em 01 de outubro de 1884, informava que o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado havia se aposentado em 16 de junho de 1883, em conformidade com a lei n. 546, de 4 de novembro de 1880 (p. 36). Isto significa dizer que este continuou à frente da direção da instrução pública até meados de 1884, quando foi substituído pelo republicano, também médico, João Carlos Muniz. A esse respeito, de acordo com *A Gazeta Oficial do Estado de Mato-Grosso* (22-10-1898, ano IX, n.º 1355, p. 01), parece que o Dr. Dormevil José dos Santos Malhado não parou de continuar contribuindo com “os melhoramentos” na Província, como atestou o referido jornal, ao informar, através das publicações da Parte Oficial do Governo do Estado de Mato Grosso, já no período republicano, as atividades relacionadas à “Inspeção de Higiene Pública”, referentes ao:

Expediente do mez de outubro de 1898. Dia 20. Ao cidadão dr. Dormevil José dos Santos Malhado d. delegado de hygiene da cidade de Corumbá. – Com o presente vos remetto 12 tubos de vidro, contendo lymphá vaccínica. (Identicos aos cidadãos intendentés municipaes de São Luiz de Cáceres e Poconé e villas do Miranda, Nioac, Diamantino e Rosário). (GAZETA OFICIAL DE MATTO-GROSSO, 1898, p. 1)

### **3.7.6 Félix Benedicto De Miranda – “O alumno mestre do Curso Normal da cidade de Cuiabá<sup>414</sup>”.**

---

<sup>414</sup> Fora aluno da Escola Normal. A **Escola Normal**, segundo o Relatório do Presidente de Província de 1878,



Sobre a trajetória deste professor, é prudente iniciarmos dizendo que, ao responder aos questionamentos realizados pelo recenseador em 1890, provavelmente, ele tenha construído a seguinte resposta:

Eu me chamo Félix Benedicto de Miranda, tenho 33 anos, resido no 23º, Rua do Dr. Couto, nº 750, sou Casado com Maria Eulalia de Campos Miranda, temos três filhas: Francisca de Campos Miranda, Cesaria de Campos Miranda e Maria de Campos Miranda, vivem ainda conosco: João Fernandes Burgos<sup>415</sup> e Cesaria de Miranda Burgos, somos pardos e católicos.

A partir de alguns dados fornecidos no Recenseamento, pode-se inferir que Félix Benedicto de Miranda teria nascido no ano de 1857, na cidade de Cuiabá.

Atentando para a análise da documentação encontrada, pode-se, a partir das informações colhidas, considerar a notícia veiculada no Jornal *A Situação*, de 26 de março de 1871, como as primeiras constantes sobre o processo formativo de Félix Benedicto de Miranda, na ocasião com 14 anos de idade. Nesse sentido, o referido jornal apresentou, para aquela data, “O movimento das aulas do Seminário Episcopal<sup>416</sup>”, do dia 13 ao 18 do corrente<sup>417</sup>”. A lista apresentada anunciava as “lições sabidas” pelos alunos para as seguintes “matérias”: Theologia Moral, Theologia Dogmática, Mathemáticas, Grammatica Franceza, Grammatica Latina e Classe de Tradução. Sobre o “alumno” em questão, assinala-se, que este foi apresentado “sabendo” a lição de Grammatica Franceza. Ao final da lista, o secretário Joaquim José Rodrigues Calháo registrou a seguinte observação: “Derão se cinco lições n’aula de tradução da Lingua Latina e Mathematicas, na de Dogma 3 e nas demais 4. Secretário do Seminário Episcopal em Cuiabá (sic), 18 de março de 1871.” (A SITUAÇÃO, 18.03.1871, p. 4)

Na edição de *A situação*, veiculada em 20 de agosto de 1872, informou-se, na lista dos

---

João José Pedrosa, assinala que esta foi criada pela lei provincial de nº 13 de 9 de julho de 1874, estabelecimento que “muito prometeu” para o melhoramento do magistério.

<sup>415</sup> A esse respeito, assinala-se que, de acordo com o Recenseamento de 1890, tanto João Fernandes Burgos quanto Cesaria de Miranda Burgos sabiam ler. Presume-se que, a partir do sobrenome “de Miranda” acrescido ao nome de Cesaria, o referido casal poderia tratar-se dos pais de Félix Benedicto de Miranda. Nesse sentido, encontrou-se João Fernandes Burgos sendo indicado para continuar como ajudante do pedagogo, na lista de nomeados (A Situação 09.03.1873 (n. 304, p. 3), para desenvolver trabalhos no Arsenal de Guerra em Cuiabá.

<sup>416</sup> Outros alunos pardos frequentes nas Classes do Seminário Episcopal, em 26 de março de 1871, segundo *A Situação* (26-03-1871, ano IV, nº 129, p. 03-04): Thomé Ribeiro de Siqueira (Classe de Tradução), Agostinho Peixoto de Azevedo (Grammatica Latina), Francisco de Assiz Pereira (Grammatica Latina).

<sup>417</sup> O jornal *A Situação*, data de 26 de março de 1871. As datas as quais foram referenciadas como do mês “corrente” são anteriores a 26, sendo ela 13 e 18 de março de 1871.

exames trimensaes do Episcopal Seminário da Conceição<sup>418</sup>, que Félix Benedicto de Miranda havia abandonando a Classe (Curso) de Francês. Uma semana depois, na edição de número 249, de 25 de agosto de 1872, noticiou-se a quantidade de faltas “commetidas” por cada aluno no trimestre decorrido do mês de maio a julho daquele ano. No cômputo o professor em questão aparece com 33 faltas de “aulas e de lições”, na cadeira de “Francez”.

No ano seguinte, o mesmo jornal, que na ocasião foi veiculado numa quinta-feira, em 13 de março de 1873, noticiava “O movimento das aulas do Seminário Episcopal da Conceição, ocorrido no período de 27 de fevereiro a 8 de março daquele ano. A seção relatava “as lições sabidas que derão os alumnos em oito dias úteis” nas cadeiras de Theologia Moral, História Sagrada e Eclesiástica, Geographia e Historia, Latim – Classes e Grammatica, Classes de Tradução e Frances. A respeito dessa notícia, o referido jornal afirmava que Félix Benedicto de Miranda havia cumprido sete lições nas cadeiras de História e Geografia.

No ano de 1877, o Jornal *O Porvir* (14-11-1877, ano I, n. 13, p. 1) noticiou, na seção denominada “Chronica”, os nomes dos alunos aprovados na Escola Normal, nesse sentido destacou-se que:

Concluirão o curso desta escola os srs: - Antonio Thomaz de Miranda Leque, Manoel Escolastico Virginio, Antonio Correa da Silva Pereira, Francisco Leite Galvão, Jorge Octaviano da Silva Pereira, **Félix Benedicto de Miranda** [grifo meu] e João Alipio de Almeida Costa. (O PORVIR, 14.11.1877, p.1)

Seguindo o percurso de Félix Benedicto de Miranda, cinco anos depois, suas primeiras experiências com instrução pública passaram a ser registradas ou em jornais de circulação ou através dos relatórios de presidentes de província.

Nesses registros, pode-se constatar que Félix Benedicto de Miranda havia sido nomeado para o cargo de professor, em 20 de setembro de 1878, como consta no Relatório proferido pelo presidente João José Pedrosa, ao tratar da “ALTERAÇÃO NO PESSOAL DOCENTE”, (p.47) conforme as observações que se seguem:

Foram por mim nomeados: “O alummo mestre **Félix Benedicto de Miranda** [grifo meu], por acto do mesmo mez de setembro, professor da 2ª cadeira de Instrução Pública Primaria do sexo masculino desta capital.” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1878, p. 47)

No jornal *A Provincia de Matto-Grosso* (25-02-1879, ano I, n. 8), na parte oficial

---

<sup>418</sup> Conforme Siqueira (2000, p. 237), na Provincia de Mato Grosso, até 1880, o curso secundário era oferecido unicamente pelo Seminário Episcopal da Conceição, instituição de caráter privado, criada em 1858.

foram publicados diversos atos referentes ao governo da Província. Assim, entre eles, estava o ato publicado em 20 de fevereiro daquele ano, que dizia o seguinte:

Tendo sido posta à concurso, pelo prazo da lei, a segunda cadeira de instrução primária do sexo masculino desta capital, e apresentando-se unicamente como oppositor o alumno mestre titulado, Felix Benedicto de Miranda, que exhibio provas de habilitação para a regência effectiva da mesma cadeira, conforme tudo communicou a inspetoria geral das aulas, por officio n. 67 de 17 do corrente; o presidente da província resolve, autorizado pelo art. 111 do regulamento orgânico em vigor, prover definitivamente na dita cadeira o referido alumno mestre. (Communicou-se) (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1879, p.1)

Adiante, pode-se conferir, no jornal *A Provincia de Mato Grosso* (18-04-1880, ano, n.º 68, p. 02-03), a notícia sobre a relação de alunos matriculados no Lyceu Cuiabano – Curso Normal. Nesse sentido, assinala-se que Félix Benedicto de Miranda, mesmo atuando na instrução pública, seguia solidificando a sua formação. Desse modo, a relação contendo os nomes dos alunos era composta por setenta nomes, que estavam distribuídos entre o Curso Normal, Aulas de Preparatório e as de Ouvintes de Diversas aulas. Nesse sentido, o documento informava que Félix Benedicto de Miranda encontrava-se entre os alunos matriculados na categoria de alunos intitulados de “Ouvintes de Diversas Aulas”. A esse respeito, presume-se que provavelmente a frequencia deste professor, nesta categoria de alunos, possa indicar que talvez este professor ansiasse por continuar seus estudos posteriores, especificamente, o ensino superior.

No Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, do ano de 1880, (p.15-16) o referido diretor apresentou, em seus escritos, uma descrição da carência de professores para atuar na instrução pública, contudo, não deixou de fazer elogios a um grupo de professores e professoras, por terem prestado bons serviços na condução de seus préstimos, na educação da Província de Mato Grosso, naquela ocasião. Desse modo, o referido Dormevil José dos Santos Malhado assim reportou:

entre os nossos professores há alguns que não preenchem o fim desejado, mas os meios cosreltivos (sic) constantes do novo regulamento espero coagil-os ao cumprimento de seus deveres. Entretanto cumpre declinar aqui os nomes dos professores **Felix Benedicto de Miranda, distincto filho da escola normal**, [grifo meu] D. Elvira Augusta do Valle, idem, D. Maria Justina da Gama, Luiz Felipe de Araujo, Manoel Teixeira Coelho, e Francisca da Costa Ribeiro como solícitos no cumprimento das obrigações que lhes impõe o cargo de mestres. Nos dous primeiros não admira a dedicação ao ensino porque tiveram a sua aprendizagem na escola normal da província dando de si boas contas no fim de cada anno lectivo, porém ella é digna de notar. (MATO GROSSO, DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA, RELATÓRIO, 1880)

No mesmo relatório, consta ainda uma sessão relacionada aos exames finais para o ano de 1879 (já que o relatório era realizado sempre sobre as ações acontecidas no ano anterior), em que Felix Benedicto de Miranda, professor da 2ª escola do sexo masculino, apresentava sete alunos nos exames finais. Desse modo, três de seus alunos foram aprovados plenamente, com distinção, e quatro foram aprovados plenamente. (RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1880, p. 16)

Em 5 de maio de 1881<sup>419</sup>, o professor Félix Benedicto de Miranda, recebia um professor adjunto para a 2ª escola do sexo masculino em que lecionava, na capital. (p. 01) Provavelmente, isto poderia significar duas coisas, ou a escola deste professor pudesse estar sendo muito procurada, visto os elogios do diretor geral da instrução pública, ou o número de crianças que procuravam as escolas públicas de primeiras letras estava em ascensão. Nesse sentido, em 03 de fevereiro de 1881<sup>420</sup>, foi realizada a cerimônia de entrega das “cartas aos alumnos mestres”, nas dependências do Liceu Cuiabano, onde Marianno Ramos Filho, Antenor Augusto Correa, Maria Eulalia da Silva Campos e João Marcolino Moreira Guarim proferiram os discursos em homenagem às autoridades presentes. Na ocasião, o professor Félix Benedicto de Miranda foi lembrado por Guarim ao recitar que:

Hoje, dia de grande solemnidade e de minha primeira gloria litteraria como alumno do 1. gráo da 2ª Escola, muito agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o premio com que acabaes de brindar-me. A benevolência dos illustres examinadores e **ao meo mestre o Sr. Félix Benedicto de Miranda é que tudo devo**, a este pois Exm. Snr. **cabe-me a sincera obrigação de agradecer tão transcendente reunião, um tal resultado, filho dos seos incasaveis esforços no desempenho da árdua e honrosa missão de Professôr.** [grifos meus] (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1881, p. 03)

A homenagem corrobora os apontamentos feitos pelo Dr. Dormevil, em seu relatório no ano de 1880, e também se encaixa como uma afirmação do que apregoava o Barão de Diamantino, em seu relatório de 03 de maio de 1875, ao assinalar que a Escola Normal “ia produzindo vantagens”, muito embora não compensasse ainda, mas, porém, pressagiava “lisongeiros resultados.” (p. 08)

Em 1882, Felix Benedicto de Miranda encontrava-se ocupando a 3ª cadeira do sexo masculino, na Freguesia da Sé, como professor efetivo, conforme as informações prestadas sobre os profissionais da educação, naquela ocasião, pelo presidente de Província, José Maria de Alencastro. O presidente apresentou um anexo denominado de mapa de número 5 –

<sup>419</sup> Conforme MATO GROSSO. Relatório: 1881. Presidente da Província, Dr. José Maria de Alencastro, passou a administração da mesma o Vice-presidente Tenente Coronel José Leite Galvão, em 31 de Maio de 1881. Cuiabá, 31.05.1881. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de Nov. de 2016.

<sup>420</sup> VER o jornal *A Provincia de Matto-Grosso* de 20-03-1881, ano III, n.º 116, p.3.

intitulado: “Mappa nominal dos Professores de Instrução Pública da Província de Mato Grosso”, contendo as localidades onde estavam as 28 escolas, os nomes dos respectivos professores, as categorias das escolas, se efetivos e/ou interinos, ordenados e gratificações e, por último, a data das nomeações dos referidos professores.

Siqueira (2000) buscou compreender que tipo de método utilizava-se nas escolas mato-grossenses, naquela ocasião, e, por isso, lançou mão das informações prestadas por quatro professores, ao responderem 11 quesitos, a partir de exigências da “Assembleia Legislativa Provincial”, no ano de 1879. Nesse sentido, a autora assinala que o professor Félix Benedicto de Miranda sobre a definição de qual método a ser empregado nas escolas, naquela ocasião, declinou, laconicamente. Conforme Siqueira, o professor responde que o método por ele utilizado era o simultâneo, porém, não o seguia com rigor por não serem utilizados os semicírculos, visto ter sido seu uso suspenso pelo Inspetor Sardemberg. Assim, de acordo com a autora, o referido professor reforçou que:

O método de ensino tem sido o mesmo estabelecido pelo art. 29 do Regulamento de 4 de julho de 1873, não tendo porém sido observados com rigor os artigos 47 e 50 obsoleta dos necessários utensílios para o cessar o uso dos semicírculos até que fosse a Escola provida convenientemente dos precisos acessórios. (MIRANDA, 1876<sup>421</sup>)

Conforme Siqueira, a partir do ano de 1880, com a nova Reforma da Instrução, foi admitida maior flexibilidade no tocante à adoção do método de ensino nas escolas públicas. Nesse sentido, a autora destacou que essa inovação foi apresentada ao Presidente da Província, Barão de Maracaju, pelo Diretor Geral de Instrução Pública, o médico Dormevil José dos Santos Malhado. Este propunha, segundo Siqueira (2000), que fossem levadas em conta as dificuldades de Mato Grosso onde:

a maior parte dos professores, não tendo deles conhecimento, fazem uma amálgama que os confunde e embaraça nos exercícios escolares. Julgo de imenso proveito uma escola prática, em que os mestres habilitados vão, uma vez por semana, adquirir prática precisa, para bem dirigir uma escola. Marcando o regimento interno do Liceu uma lição de metodologia prática, por semana, aos alunos do curso Normal, poderia esta ser comum aos mestres que a necessitassem, sendo o mestre de prática, com ma gratificação pelo excesso de serviço. (MALHADO<sup>422</sup>, 1881, APMT)

Atesta-se que a experiência da “escola prática”, evidenciada pelo Diretor Geral de

<sup>421</sup> Resposta dada no anexo 6 do Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província, João José Pedrosa. Cuiabá, 1º de outubro do ano de 1879. (APMT)

<sup>422</sup> Ver Siqueira (2000, p219), Relatório apresentado ao Presidente da Província pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Dormevil José dos Santos Malhado. Cuiabá, 8 de abril de 1881. APMT - Relatórios

Instrução Pública, foi posta em desenvolvimento, haja vista ter encontrado o Professor Félix Benedicto de Miranda<sup>423</sup> recebendo uma gratificação pelo trabalho prestado na referida escola prática. Nesse sentido, assegura-se que tal cenário remete-nos ao entendimento de que o Professor Félix Benedicto de Miranda tenha ocupado outros espaços de prestígio no cenário educacional da província de Mato Grosso. Afinal, a escola prática era um experimento que tinha por finalidade melhorias para o ensino na província mato-grossense. A ocupação do cargo pelo referido professor ficou explícita nas informações apresentadas a seguir e que foram trazidas pelo Presidente da Província, José Maria de Alencastro, em 10 de março de 1883, em fala do mesmo presidente, publicada como anexo, em 3 de maio do mesmo ano. Nesse sentido, este assinalou que:

mez passado [...] **mandei abonar ao Professor Félix Benedicto de Miranda, a gratificação anual de 200\$000 reis pelo serviço de professor de pedagogia prática, que ele desempenhou por designação do mesmo director** [grifo meu], correndo esta despesa pela verba instrução pública. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA DE 1883, p.30)

Em *A Província de Mato Grosso* (16-10-1887, ano IX, nº 458, p. 3-4), na coluna denominada “Parte Religiosa”, publicou-se uma relação contendo os nomes de pessoas que haviam remetido o seu “obulo” a S. Ex. Rvm.<sup>a</sup> Sr. Bispo diocesano para o Santo Padre, o qual seria convertido para o “Jubilêo Sacerdotal de Leão 13”. Na relação de nomes, contavam Antonio Pereira Catilina da Silva e o Tenente (professor) Félix Benedicto de Miranda. O primeiro havia oferecido 5\$ e arrecadado 11\$, num total de 16\$000, o segundo havia contribuído com 5\$000. Nesse sentido, de acordo com Sena (2006), para a civilização se fazer em Mato Grosso era necessário à participação de destacados cidadãos moradores da Província. Ilustrados, filantropos e notáveis contribuían para estreitar a distância entre a capital do país e as terras longínquas da fronteira. Estreitamento não da distancia física, mas do compartilhamento da ideia de se construir uma nação civilizada nos “sertões.” [aspas do autor] (p. 270)

Se a ideia era contribuir para amainar os problemas do país e, conseqüentemente, da província, outro fato mostrou como a população mato-grossense estava atenta, e participava quando convocada para uma missão, desse modo, o periódico *O Matto-Grosso*

---

<sup>423</sup> Conforme o Relatório do Diretor Geral de Instrução, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, em 11 de fevereiro de 1882, informe nº 6 (p.78) Félix Benedicto de Miranda, como professor da 2ª escola de instrução primária da Capital, solicitava “**vitalicidade**” do cargo que ocupava. Nesse sentido, o Diretor Geral de Instrução Publica anuía dizendo: “cumpre-me informar a V. Exa. que acho justa a pretensão do suplicante – V, Exa, entretanto decidirá como melhor entender”. (RELATÓRIO DE INSTRUCÃO PÚBLICA, 1882, p. 78)

(26-01-1890, ano XII, nº 576) publicou o chamamento para contribuir no resgate da dívida interna do país, nesse sentido, diversas listas contendo várias comissões foram constituídas. Assinala-se que as ações foram organizadas de tal forma que as determinações discutidas foram registradas em atas. A esse respeito, o professor Félix Benedicto de Miranda integrava a Comissão do Magistério.

Adiante, o jornal *A Gazeta Oficial do Estado de Matto Grosso*, na edição de número 50, veiculada no dia 30 de agosto de 1890, na denominada “secção especial”, noticiou o alistamento eleitoral do município da capital. Na referida lista, sob o número 304, está inscrito o nome de Félix Benedicto de Miranda. Esse fato é importante para ilustrar esse estudo porque, na ocasião, votar e ser votado significava ser distinto na sociedade, comprovar certo poder aquisitivo, saber ler e escrever. Essa “distinção” deveria ser analisada pelo juiz de direito, que em seguida dava seu aval, se aptos ou não a votarem, sendo considerados aptos, seus nomes eram divulgados numa lista, no jornal *Gazeta Oficial*. Ressalta-se que a divulgação destas listas continuou ocorrendo nos anos posteriores, como ficou evidente na edição do mesmo jornal, veiculada em julho de 1899.

Assinala-se que o percurso do Professor Félix Benedicto de Miranda, como docente, encerrou-se, conforme consta no quadro 07, denominado “Mapa nominal dos professores aposentados no período de 1890 a 1892”, anexo ao Relatório apresentado pelo Presidente do Estado de Mato Grosso, Manoel José Murtinho e pelo Diretor da Instrução Pública, João Pedro Gardés, de que o referido professor havia se aposentado em 26 de junho de 1890.

Provavelmente, por ter formação distinta, continuou a pleitear outros cargos em outros espaços públicos e/ou de prestígios<sup>424</sup>. Nesse sentido, Félix Benedicto de Miranda foi encontrado também integrando os trabalhos da Guarda Nacional<sup>425</sup>, na condição de tenente, conforme *A Provincia de Mato Grosso*, em 16 de outubro do ano de 1887. Destaca-se que, conforme Sena (2006), o órgão responsável pela segurança/ordem pública, na ocasião, no Estado de Mato Grosso. Nesse sentido, pode-se constatar, a partir das informações encontradas no jornal *A Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso* (15-10-1898, ano IX, nº 1352, p. 3), a notícia de um Edital da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal que informava, aos interessados, as patentes expedidas pelo Governo Federal que eram endereçadas a uma

---

<sup>424</sup> Conforme *A Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso* de 18 de novembro de 1890, Félix Benedicto de Miranda também participou da composição de um júri, na Freguesia da Sé.

<sup>425</sup> De acordo com Sena (2006), a partir de uma lei criada em 1850, a escolha dos oficiais para integrar a Guarda Nacional passou a ser regulamentada, sendo de responsabilidade do governo central esta atribuição (p. 64). Conforme o autor, esta era dividida em batalhões e companhias e encontrava-se no centro das atenções no jogo político em Mato Grosso, dando sustentação, na maioria das vezes, a quem ocupava o cargo de dirigente na Província, assim sendo, “não era raro um chefe político ser oficial da Guarda Nacional.” (p. 199).

série de pessoas, que passariam a ser gradadas como oficiais da Guarda Nacional de Mato Grosso. A esse respeito, os nomes foram dispostos na seguinte ordem de patente: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes. Observou-se que, com raras exceções, aqueles que ocupavam os cargos políticos, em sua maioria, eram pertencentes à “Guarda Nacional” e/ou forças de segurança, portanto, possuidores de patentes como estas. Nesse sentido, assinala-se que entre os nomes e as patentes citadas naquela hierarquia estava o de Félix Benedicto de Miranda, recebendo a patente de Major. Conforme o anúncio, os solicitados deveriam ir a Delegacia pagar os respectivos emolumentos, na inteligência de que as patentes não solicitadas dentro do prazo de seis meses, a contar a partir daquela data, seriam devolvidas ao Ministério da Justiça para os devidos efeitos.

Para completar, o jornal a *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso* (09-03-1899, ano X, n.º 01414, p. 03), veiculado no dia 09 de março de 1899 noticiou o Edital de um concurso para o lugar de contínuo, servindo de porteiro do Tribunal de Relação. Nesse sentido, constatou-se que Félix Benedicto de Miranda ocupava, na ocasião, o cargo de secretário da “Secretaria de Relação do Estado do Mato Grosso”. Ademais, foi este que assinou e datou o referido edital, no dia 07 de março de 1899.

### 3.7.7 Sebastião José da Costa Maricá - “Um humilde, porém dedicado preceptor”<sup>426</sup>,”

Nascido na cidade de Cuiabá, no ano de 1825, filho de João Manoel Roriz e D. Francisca da Costa Roriz.

Brasileiro, **pardo**, 66 anos de idade, professor aposentado da instrução pública, Casado com a **parda** Felippa Augusta Maricá, de 44 anos. Residia n 34ª quadra da rua Barão de Melgaço, n. 1071, Sé. Nesse endereço **viviam com mais 14**<sup>427</sup> **pessoas, todas pardas** com sobrenomes diversos dos seus; dentre elas, 1 carpinteiro, taverneiro e 1 pedreiro. Todas as pessoas menores de 10 anos sabiam ler. (grifos meus) (PAIÃO, 2006b, p.89)

Sebastião José da Costa Maricá é nosso personagem, que inaugura a ocupação de

<sup>426</sup> A respeito do sobrenome “Maricá”, em conversa informal com a pesquisadora Elizabeth Madureira Siqueira, em 05.10.2015, na Casa Barão de Melgaço, na cidade de Cuiabá, esta destacou que os pais do Professor Sebastião José da Costa Maricá, tinham o sobrenome Roiz, que era uma abreviação de Rodrigues. A pesquisadora salientou que, na ocasião, costumava se homenagear figuras nacionais importantes e neste caso, o pai do referido professor teria homenageado o Visconde de Maricá.

<sup>427</sup> No censo de 1890, apareceu o nome de 15 pessoas, sendo elas: Felippa Augusta Maricá (44), Augusto Thiago (11), Antonio Pedroso (10), Francisco de Araújo Ferreira (36), Christino Gomes de Oliveira (35), Theodora Pereira (65), Manoel de Assumpção Couto (44), Joana de Cerqueira Caldas (36), Anna Delfina do Couto (20), Candida Soares do Couto (15), João Baptista do Couto (10), Maria Paulina do Couto (7), Rosalina do Couto (5), Orminio do Couto (3) e Jovino do couto (6 meses).



cargos na burocracia administrativa da Província de Mato Grosso, no final dos anos de 1850. Todavia, a informação inicial sobre a sua trajetória foi a notícia veiculada no *Jornal Noticiador Cuiabano* (28-06-1857, ano I, nº 9, p. 2-3), em que se constava a seguinte informação:

Leo-se e remetteo-se a comissão de leis regulamentares, uma petição de Sebastião José da Costa Maricá, professor de primeiro gráo desta capital, requerendo o pagamento na forma do art. 12 da lei de n. 8 de 5 de Maio de 1837 da quantia de 300\$ reis, correspondente ao excesso de 75 alunmos, que demais ensinou, visto no orçamento corrente não haver quantia para tal pagamento [...] (NOTICIADOR CUIABANO, 1857, p. 2-3)

O “excesso de 75 alunos” se dava em virtude da Lei de n.º 8 de maio de 1837, como explicitou o jornal *Noticiador Cuiabano*. Em 1856, sobre as ações ocorridas no ano de 1855, o Presidente Leverger assinalava que o Regulamento de 1854 havia sido aprovado, apesar do uso provisório, o presidente devotava a este o “notável melhoramento que tem tido o ensino primário.” (p. 12)

Conforme informações do jornal *A Imprensa de Cuyabá* (16-9-1860, ano, nº 61, p.1-2), é possível ressaltar que o professor Sebastião José da Costa Maricá, para além da instrução pública, percorria os espaços destinados a fazer política. Nesse sentido, o periódico anunciou o resultado das Eleições para vereador e Juiz de Paz das Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II para aquele ano. O resultado foi apresentado registrando-se a quantidade de votos para vereadores que foram contabilizados entre 467 e 9 votos. Nesse sentido, naquela ocasião, o referido professor aventurou-se à candidatura conseguindo angariar 14 votos.

Conforme Paião (2006a), ao apresentar o quadro de professores que lecionaram nas escolas públicas mato-grossenses, no século XIX, o professor Sebastião José da Costa Maricá iniciou o exercício da profissão docente nos anos de 1860 e 1861. (p.186) Entretanto, no *Jornal A Imprensa de Cuyabá* (19-01-1861, ano IV, n.º 210, p. 02), constava a “demissão” de dois profissionais atuantes na Santa Casa de Misericórdia na cidade Cuiabá, assinalando que, na ocasião, “foram exonerados pela Presidencia, o Dr. João Adolpho Josetti e Sebastião José da Costa Maricá, este do emprego de escrivão, e aquelle do de medico sanistarista.” (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1861, p. 02). Ocorre que o mesmo jornal, *A Imprensa de Cuyabá* (09-07-1863, ano V, n.º 234), quase três anos depois, também foi responsável pela publicação, veiculada em 09 de Julho de 1863, que apresentava “30ª Ata da Sessão Ordinária d’Assemblea Legislativa Provincial de Matto Grosso”, realizada em 10 de junho de 1863, na qual entre cinco requerimentos apresentados, constando a aprovação do “REQUERIMENTO”

feito por Sebastião José da Costa Maricá, ex-escrivão da Santa Casa de Misericórdia daquela cidade, pedindo o pagamento da quantia de 270\$000 de ordenados atrasados. (p. 02)

Nesse sentido, considera-se que o referido professor desempenhava, para além do cargo de professor, o de escrivão na Santa Casa de Misericórdia, pois, conforme Paião (2006a, p. 121), anos depois, a lei de 1873 proibia ao professor primário acumular outros empregos concomitantes à docência primária, salvo o de eleição popular.

Ainda no final do ano de 1861, o resultado do trabalho do professor Sebastião José da Costa Maricá foi publicado em *A Imprensa de Cuyaba* (14-12-1861, ano IV, n.º 205). O referido jornal informou na coluna “Noticiário” que haviam sido examinados e aprovados. no dia 12 de dezembro daquele ano, “nas matérias de 1º Grao”, nove alunos do Sr. Sebastião José da Costa Maricá, “dos quaes foram aprovados plenamente 3, simplesmente 4 e reprovados 2” (p. 02). No ano seguinte, no jornal de mesmo nome veiculado em 17-12-1863, ano V, n.º 257, noticiou-se os exames prestados pelos “alumnos nas materias de instrucção primarias de 1º Grao da escola do Professor Sebastião José da Costa Maricá.” Destaca-se que, desta vez, informaram os nomes dos alunos que haviam realizado os exames. Assim sendo, Antonio Paes de Barros (pardo, 11 anos na ocasião) havia sido aprovado plenamente. Theodoro Paes da Silva Rondon também havia sido aprovado plenamente, e José Maria da Silva Rondon e Tertuliano Lopes de Souza haviam sido aprovados simplesmente. (p. 02)

Adiante, apresentam-se algumas passagens sobre o trabalho do professor Sebastião José da Costa Maricá no que tange à apresentação, perante a sociedade cuiabana, do resultado de seu trabalho. Nesse sentido, não se observou registros de cerimônias de entrega de prêmios aos alunos aprovados nas escolas mato-grossenses, no ano de 1862, tão pouco em 1863. A esse respeito, destaca-se que o ano de 1864 constitui-se num ápice, onde formalidades eram seguidas, como se pode notar na descrição do tópico a seguir.

O Jornal *A Imprensa de Cuyabá* (15-12-1864, ano VI, n.º 309, p.02), noticiou o resultado da realização dos exames finais das escolas: “do 2º Grao” regida pelo Professor Sr. Manoel Ribeiro Tocantins, “1º Grao” regida pelo Rdº Professor Joaquim José dos Santos Ferreira, e da escola de “1º Grao”, regida igualmente pelo Professor Sebastião José da Costa Maricá. Segundo o periódico, a aprovação dos alunos, continha a seguinte qualidade: aprovados plenamente e aprovados simplesmente. Essas duas divisões evidenciavam certa hierarquia no que compreende o aproveitamento dos alunos, para os mais adiantados e/ou com melhores notas “aprovados plenamente”, para os menos adiantados e com notas medianas, “aprovados simplesmente”. Desse modo, o referido jornal lembrava que “tiverão

lugar, no prazo marcado pela lei, os exames annuos dos alumnos promptos das escolas publicas. [...] O Professor Sebastião José da Costa Maricá apresentou 14 alumnos, sendo 6 aprovados plenamente e 8 simplesmente.” (A IMPRENSA CUAYBÁ, 1864, p.1).

No dia 19 de dezembro havia ocorrido a entrega de prêmios no Palácio da Presidência onde “S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente da Provincia, com a assistencia de algumas pessoas” distribuiu os prêmios aos alunos aprovados nas matérias do 1º e 2º graus da instrução primária e ainda para aqueles que haviam se destacado “em comportamento” durante o tempo escolar daquele ano. A esse respeito, o periódico *A Imprensa de Cuyabá*, em sua edição de 22-12-1865, ano, n.º 310, p. 02 publicou o discurso do professor “vitalício” Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins. Nesse sentido, o referido jornal continuou dando publicidade aos acontecimentos alusivos à entrega de prêmios na edição de 29-12-1864, ano VI, n.º 311, p. 01-03, em que os discursos proferidos pelos professores José Joaquim dos Santos Ferreira e Sebastião José da Costa Maricá foram publicados.

Em seu discurso, Sebastião José da Costa Maricá falou aos seus alunos diante de uma platéia que considerou “tão ilustrada e respeitosa” e disse que estava ali para ver seus filhos, parentes e amigos receberem os prêmios que, segundo o referido professor, eram “os doces e saborosos fructos de vossas lucubrações intellectuaes, depois de findo o curso letivo de instrucção primária”. Considerava também aqueles primeiros anos da formação daqueles alunos como sendo:

[...] os primeiros louros que começam a cingir as vossas fontes; [...] os primeiros fundamentos, que constituem a sólida base, em que se levanta o grande templo da sabedoria, de que sereis vos um dia, os sagrados levitas, se prosseguirdes na carreira que encetastes, e não desviardes do trilho, a que vossos pais vos tem encaminhado. (A IMPRENSA DE CUYABÁ, 1864, p. 02)

Provavelmente, o referido professor falava na ocasião para um grupo heterogêneo, tanto de alunos como os integrantes da plateia, no que diz respeito a uma sociedade com características raciais diversas. A esse respeito, a presença dos pardos Antonio da Costa Faria Junior e de Manoel João Nepomuceno corroboram a assertiva. Nesse sentido, ao referir-se a “qualquer que tenha sido sua origem”, possivelmente, estivesse se dirigindo, especificamente, a alguém que houvesse conquistado a liberdade através da alforria, ou até mesmo, por causa de possíveis entraves enfrentados por alguns dos alunos, devido à origem racial, ou social assinalando que “por mais estreita que seja a esphera, **que lhe haja traçado o orgulho dos homens.**” [grifos meus]

Destacava o percurso que seus discípulos deviam construir, assinalando que longa era

a jornada que estes deveriam fazer e “algum tanto escabrosa e incommoda a escada, por onde deveis subir, para tocades ao apogêo da sabedoria; [...] mas que estes esforços lhes proporcionariam “incalculáveis vantagens”.

Lembrou-os sobre “os estudos elevados”, ou seja, o ensino superior, e assinalou que:

[...] já então com passos mais formos, nos grandes, vastos, encantadores jardins das sciencias, e provardes os melithos cuccos, que em si encerrão as humanidades, a vossa alma enlejar-se-há de seus doces encantos, ella gozara as delicias innocentes, que são bem inseparáveis da vossa sabedoria, então tereis a prova do que venho dizer- vos, recebereis o thesouzo de que ella com mãos prodigas liberaliza aos que lhe rendem cultos e queimão os aromas da dedicação, constancia e amor ante seu sublime altar. (IDEM, IBIDEM)

Ainda nessa perspectiva, adiante, o professor aludiu à figura de Sócrates da seguinte maneira: “a quem o oráculo de Apollo julgou o mais sábios dos mortaes, subir de uma humilde origem, ao fastígio da grandeza, ao cúmulo da estima de todos os Athenienses, sempre feliz, sombranceiro e superior a própria desgraça, mesmo quando a perfídia dos homens o perseguiu” (MARICÁ, 1864), construindo, assim, uma paráfrase entre as agruras vivenciadas pelo filosofo e as relações entre o senhorio e seus escravizados, as quais estavam estabelecidas dentro do sistema escravocrata brasileiro.

Exalta o conhecimento como forma de vencer os obstáculos, alertando que:

Para qualquer parte, a que os turbilhões d’uma sorte adversa lacem um homem sabido, ele leva consigo o que o seu thesouro, porque esta com elle identificado, e sempre acima das perseguições filhas muitas vezes da inveja, são bens, de que o não póde despojar mão ambiciosa. (IMPRESA DE CUYABÁ, 1864, p. 02-03)

E sobre a importância do conhecimento enfatizou:

Eis aqui, meus caros alumnos, n’estas breves e toseas phrazes, os immensos benefícios, que nos produzem os trabalhos intellectuaes, estudai por tanto. Não vos desanimem a constancia, tempo, trabalho e perseverança que deveis empregar para conseguirdes tão grandes vantagens. O homem nasceo mesmo para os trabalhos e sempre haveis de tel-os, quiça maiores, se desprezardes os salutaes conselhos, que ora vos dá no meio d’este illustrado auditório um dos vossos mais dedicados amigos, isto é, o vosso mestre. (IDEM, IBIDEM)

Lembrou também de que a Província precisava dos jovens com formação em curso para “os melhoramentos futuros” e, para isso, trouxe à luz “os Gonzagas”, “ao Andradas”, “os Feijós” e “os Montes” alertando-os:

Cuidai em tornarem-vos dignos filhos d’esta grande porção do sul da América, deste solo abençoado que nos vio nascer. Honrai a vossa Provincia como o soberão fazer

os Gonzagas, os Andradas, os Feijós, os Montes. A sociedade exige de vos que sejaes bons cidadãos e concorraes para a sua felicidade, vos por tanto deveis satisfazer os seus desejos. (IMPRESA DE CUYABÁ, 1864, p. 02-03)

Chamou atenção sobre importância daquele momento, enfatizando as dificuldades de outrora, em que os pais deveriam enviar seus filhos para locais longínquos para que estes pudessem ser instruídos para além das primeiras letras:

Rendei graças a Divina Providencia por vos haver creado no tempo em que já tem aparecido alguns meios de instrucção, n'esta longínqua parte do Brazil. Muitos dos nossos jovens anteriores a vos suspirarão por instruir-se porem debalde. Aquelles cujos pais dispunhão de sufficientes recursos pecuniários para mandar seus filhos a tão remota Capital da nossa limitrophe Provincia foram os únicos que puderão saborear as docuras das letras, entretanto que talentos admiráveis, gênios singularmente fecundos virão-se condemnados a permancer sempre na quazi total ignorância em que nascerão, e não intentar um caminho, que lhes não era dado seguir, onde alias esperavão mil louros, porque tendo-lhes a natureza benigna ornado seus espíritos dos mais apreciaveis dotes intellectuaes, que constituem, felizmente, o caracter de quazi toda a mocidade cuiabana, foi-lhes entretanto, avara a fortuna e virão-se por conseguinte constringidos a abafar em seus seios esses ricos presentes do ceo. (IDEM, IBIDEM)

E reforçava as mudanças no ramo da instrução pública, naquela ocasião, assinalando que “Vos sois mais feliz porque viveis em melhor tempo. Aproveitai por tanto, meus queridos alumnos, instrui quando puderdes, sede para vossa Pátria o que forão Demosthenes e outros para sua.”

Dirigiu-se ao “Ilmo. E Exmo. Senr.” Presidente da Província lembrando que em suas aulas não havia cessado em formar a conduta moral dos seus alunos. Pontuou sobre três fatores importantes que deveriam ser empregados na construção da nação, ao salientar que, “do grande sublime amor, obediência e respeito que as “Leis natural, Divina e humana”, tinham como finalidade subjugarem seus filhos em relação a seus pais, e também fazer nascer o dever de nutrir, com os mesmos sentimentos, todas as autoridades que foram legitimamente constituídas, pois:

[...] são elas a base de um bom governo, e nem comprehendo como sem obediência as leis se poderá conservar o equilíbrio do estado social de que tanto depende a tranqüillidade e a felicidade pública das famílias. A obediência, pois as leis e as legitimas Autoridades são os dogmas que não cesso de proclamar aos alumnos que me forão confiados. Por tanto Exmo, Senr, o mesmo respeito, amor e homenagem as leis do Imperio, a V. Exa., cuja a sollicitude estão entregues os destinos d'esta Provinica, e em geral a todos que por algum respeito estão superiores, são os sentimentos que tenho plantado nos tenros corações dos meus alumnos, regando os sempre, já com exemplos, já com conselhos e servindo-me outras veses de althoridade, que me da o meu caráter magistral. Elles, pois Exmo. Senhor serão legítimos filhos da Patria. Deos ouvira os meus votos. (IMPRESA DE CUYABÁ, 1864, p. 02-03)

Dirigiu-se, também, ao inspetor Geral dos Estudos agradecendo o tratamento dado ao referido professor por este profissional assinalando:

[...] A urbanidade, lhanza e dilicada atenção, que tem empregado sempre nos tractos para comigo, hão constituído V. S. credor de toda minha estima e respeito pelo que eu vos tributo (sic) es mais sinceros e cordiaes agradecimentos. Não menos grato deve ser a talentosa mocidade cuiabana pela dedicação e zelo, que V. S. tem empregado em prol da sua instrucção, ella não olvidara, pois os vosso serviços, ser-vos há reconhecida, e a memória do vosso nome merecera as bênçãos da posterioridade. (IDEM, IBIDEM)

Lembrou aos Ilmos. Senhores Protonario Apostolico Ernesto Camillo Barreto e Dr. Floriano de Souza Neves, que estavam presentes também na cerimônia e que haviam, como examinadores, participado da banca de avaliação dos alunos do Professor Sebastião José da Costa Maricá:

[...] confesso agradecido pela imparcialidade, justiça e prudência que V. V. S. S. empregarão n'esse ministério tão útil, quanto honroso. Como valorosos athletas que tão bem souberão lutar e tornar vitoriosos nos vastos campos das sciencias, conheceis de certo quão grandes trabalhos, quantas dificuldades e barreiras se apresentão aos que marchão na carreira disolluteas (sic) e por isso a vossa benignidade e moderação desculparão aos vossos examinantes, se por ventura não corresponderão elles aos vossos desejos e esperanças, na certesa de que pella minha parte, não cessei d'empregar todos os recursos e meios que em minhas forças estiverão para conseguir um fim, que tanto almejo igual é aprovação dos meus alumnos, e que muito me enche de prazer e alegria. (IMPRESA DE CUYABÁ, 1864, p. 02-03)

Para finalizar o discurso voltou-se novamente aos seus alunos reforçando que:

São estes pois os votos que incessante faço a Deos, a fim de que venhais a corresponder os desejos de vossos pais, honrar a vossos preceptores, e possai tambem merecer o amor, respeito e estima de todos os homens. Ide-vos agora repousar um pouco, descansai das fadigas por alguns dias do vosso trabalho d'este anno, o espírito precisa de alguma tregoa para que possa ao depois continua com vigor.Tenho concluido. Cuiaba (sic) 19 de Dezembro de 1864, O Professor Sebastião José da Costa Maricá (IDEM, IBIDEM)

Continuando a perseguir o itinerário do professor Sebastião José da Costa Maricá, recorre-se a Siqueira (2000, p.166), que apresentou um quadro contendo as escolas particulares subvencionadas da década de 1870. Nesse sentido, Sebastião José da Costa Maricá atuava em uma escola primária do sexo masculino, na cidade de Cuiabá, nessa mesma década. Conforme a autora, essas escolas recebiam numerários do governo provincial por/para incorporar crianças pobres sob seus domínios. De acordo com Siqueira, estas crianças eram, na maioria das vezes, qualificadas na documentação como indigentes. (p.165)

No ano de 1873, o Relatório apresentado à “Assemblea Legislativa Provincial de Matto Grosso”, e lido pelo então Exmo. Snr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis, tratou (p. 111) de evidenciar as questões referentes às *jubilações e aposentadorias* correspondentes àquele ano. Desse modo, este assim dirigiu-se à Assembleia:

Em data de 19 de setembro deste anno, em vista do que dispõe o Art. 164 do regulamento n. 4 de 17 de setembro passado, reformador da instrução pública da mesma Província, **jubilei com o ordenado proporcional aos annos de serviço** que pela thesouraria respectiva forem opportunamente verificados, de conformidade com o citado regulamento, ao professor de ensino elementar desta capital, **Sebastião José da Costa Maricá** [grifos meus], em consequência do que pelo dito professor me foi requerido em data de 13 de março deste anno e do resultado da inspecção de saúde ao que foi sumettido [...] Os actos depende da vossa approvação e em tempo vos serão enviados os papeis a elles referentes. (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1873, p. 111)

Possivelmente, em razão de sua aposentadoria aos 49 anos, ocorrida em março daquele ano, em 01 de agosto de 1873, o Professor Sebastião José da Costa Maricá, como assinalou Paião (2006a), havia fundado uma escola do “nível - primário do 2º grau”, de nome “Escola de Meninos do Mestre Maricá”, situada na Freguesia da Sé, Rua 13 de junho, casa 04.

Seguindo a trilha das experiências das atuações do Professor Sebastião José da Costa de Maricá, Paião (2006b) apresenta a escola conhecida como “Colégio Conceição de Ensino Misto”, localizada na Freguesia da Sé, atendendo ao “Primário”, datado de 18 de abril de 1887, e dirigido pela professora Emília Constança Jostti Salomonovski. Segundo Siqueira (2000 apud Paião, 2006b, p. 87), a escola dirigida por esta professora havia incorporado, em seus quadros, alguns professores que haviam se aposentado, como foi o caso do Professor Sebastião José Maricá.

Conforme Mendonça (1973 apud Paião 2006a, p.65) em junho de 1875, publicou-se o seguinte aviso:

O abaixo-assinado, professor aposentado da escola de instrução primária desta capital, tendo de abrir uma escola particular, na casa nº 4 da Rua 13 de Junho, no dia 1º de agosto, na qual ensinará a ler, escrever, doutrina cristã, noções de aritmética até proporções, oferece o seu pouco préstimo aos Senhores Pais de Famílias para a educação dos seus filhos, na certeza de que o mesmo abaixo-assinado esforçar-se-á a fim de desempenhar esta missão [...]

Segundo Mendonça, efetivamente, em 1º de agosto, tornava Sebastião Maricá a exercício do magistério, consagrando, assim, o resto da sua existência à causa do ensino. O autor salienta que a ambição do professor Sebastião José da Costa nunca foi além do honroso encargo de instruir os seus pequeninos conterrâneos. Dos seus discípulos, grande parte ainda

vive para honrar-lhe a memória. Mendonça (1974) ainda destaca que o professor Sebastião José da Costa Maricá era:

Homem de cultura limitada, avesso as inovações pedagógicas, possuía, porém, o segredo do verdadeiro educador, qual o transmitir com bondade a seus discípulos o pouco que sabia, e mais ainda, edificante exemplo de sua vida simples, desambiciosa e honesta. Pouco saía, porque vivia dentro de sua escola, instalada na própria casa de sua morada, primeiramente à rua 13 de junho, depois à rua Barão de Melgaço n.º 46. (*apud* PAIÃO, 2006a, p.65)

O jornal *O Povo*, na edição de número 27, veiculada em 31 de março de 1880, informava aos pais a mudança da escola Sebastião José da Costa Maricá da cidade de Cuiabá para o novo endereço, ao qual Mendonça faz alusão acima, desse modo:

O inffaescrito, Professor primário aposentado d’esta Capital, faz sciente ao público que mudou sua residência da 13 de junho, para a Barão de Melgaço casa n.º em frente a travessa da Opera, onde continua com a sua escola particular de instrução primária para o sexo masculino; e pede aos Senrs pais de família a sua proteção para o engrandecimento da dicta escola. Quanto a sua assiduidade, boa aplicação no ensino e o bom resultado de seus alumnos tem dado provas, e ao publico conhecedor esta inteirado disto desde à muito tempo. Também continua a aceitar alumnos que não possão pagar as suas mensalidades, bem como convida adultos que queirão aprender a mesma matéria; que o encontrarão prompto das 6 horas da tarde até 8 horas da noite. Cuyabá 15 de março de 1880, Sebastião José da Costa Maricá (O POVO, 15.03.1880)

Sobre as práticas pedagógicas do referido professor, Mendonça revela que nas horas de descanso, Sebastião José da Costa Maricá, ocupava-se, invariavelmente, em rever os trabalhos do dia, “emendando aqui, rabiscando além, e lançando nos cadernos de caligrafia as notas, *boa, sofrível, melhore ou esta variante – faça melhor.*” [grifos meus] (p.65). Conforme este autor, no mês de dezembro, após encerrar o ano letivo, Sebastião Maricá entregava-se afanoso, risonho, preocupado e atento aos preparativos das festas de natal. Fabricava bonecos de barro, armava casinhas de papelão, as quais formavam grutas e estradas sobre um tablado, onde resplandecia entre folhagens a Sagrada Família. Mendonça ainda assinala que o presépio do “Mestre Maricá” era visitado pela população desde 24 de dezembro até 6 de janeiro.

Para além da vida docente, o jornal *A Província de Matto Grosso* (24-04-1881, ano III, n.º 121, p. 03) informava a respeito dos requerimentos de grupos de pessoas de diversas freguesias pedindo para incluir os seus nomes no alistamento de eleitores. Entre os requerentes encontrava-se o cidadão Sebastião José Costa Maricá.

Em 8 de dezembro de 1889<sup>428</sup>, segundo esse mesmo jornal (*A Província de Mato*

<sup>428</sup> Ver *A Província de Matto-Grosso* de 08-12-1889, ano XI, n.º 569, p.03.



Grosso), o nome de Sebastião José da Costa Maricá estava entre as 48 pessoas sorteadas para fazer parte de um Júri que havia sido requisitado pelo Juiz de Direito da Comarca Especial de Cuiabá. Informava-se que a data para o acontecimento do júri havia sido marcada para 27 de dezembro daquele ano, às 10 horas da manhã. Na ocasião, seria aberta a 4ª sessão para os convidados do júri, em que ocorreria o julgamento do réu afiançado, Germano Leite Pereira. Conforme o juiz, os sorteados deveriam servir naquela sessão em conformidade com os artigos 326, 327 e 328 do Regulamento de nº 120 de 31 de janeiro de 1842.

A respeito da participação na formação de um corpo de jurados, Carvalho (2014) ressalta que, após a independência, entre as formas de envolvimento do cidadão com o Estado a mais importante era o serviço de júri. De acordo com o autor, pertencer a um corpo de jurados era participar diretamente do poder judiciário (p. 42-43).

No itinerário da trajetória de Sebastião José da Costa Maricá, assinala-se que esta estava ligada tão somente à instrução pública e à prestação de serviços. No contexto de litígios, como a República do Paraguai, Mendonça (1974 apud PAIÃO 206a, p. 65) afirmou que o professor Sebastião José da Costa Maricá havia sido Capitão Honorário do Exército, em razão dos seus serviços prestados na Guerra contra o Paraguai, na qualidade de voluntário da Pátria<sup>429</sup>. Para este autor, o referido professor mereceu sempre a estima e o respeito dos seus cidadãos.

Voltando a tratar da memória escolar deste professor, Mendonça ainda evidencia que “era um gozo para o bom velho”, o explicar aos seus alunos, que nunca faltavam àquela diversão, as diversas fases da vida do Messias. Conforme este autor, quando proclamada a República, ao abolir o ensino religioso das escolas, o professor Sebastião José da Costa Maricá não modificou seu método: continuou a exigir a mesma lição da cartilha e a explicar que o Brasil era “uma monarquia constitucional representativa”.

E, por fim, para emoldurar a trajetória desse mestre, o Jornal *Gazeta Oficial do Estado de Matto Grosso* publicou, no dia 14 de setembro de 1899, o seguinte texto:

Ao Público. O abaixo assinado tendo o mez de janeiro do corrente anno dispensado os alumnos que frequentavam sob sua direcção a escola particular do Senhor Menino Deus, por motivos de enfermidades; chama a atenção dos senhores Paes de famílias, visto elle achar-se melhor dos seus soffrimentos, e prompto para continuar o seu magistério coadjuvarem-no para o progresso desse desideratum; promettendo esforçar-se como de costume no cumprimento dos seus deveres. Cuyabá, 11 de setembro de 1899. Sebastião José da Costa Maricá. (GAZETA OFICIAL DO

---

<sup>429</sup> Ver Jornal *O Matto-Grosso*, veiculado em 23.01.1898 (ano XX, nº 929, p.2), segundo nota na coluna “Secção de Noticias”, “também completou no mesmo dia mais um anno de preciosa existência o Sr. Major Sebastião Maricá.” (p.2)

ESTADO DE MATTO GROSSO, 1899, p.04)

Dois anos depois, o Professor Sebastião José da Costa Maricá faleceu aos 76 anos no dia 03 de julho de 1901, na Rua Barão de Melgaço, nº. 46, na cidade de Cuiabá.

### 3.7.8 Thomé Ribeiro de Siqueira – “O talentoso, o jornalista”

Na dinâmica dos talentos e virtudes, encontramos Thomé Ribeiro de Siqueira no âmbito das relações sociais da cidade de Cuiabá dos Oitocentos, deixando suas contribuições como político, educador, jornalista<sup>430</sup> e empregado público. Nesse sentido, compreender o pertencimento racial de Thomé Ribeiro, impeliu-nos a recorrer ao Recenseamento de 1890 (p. 132), em que, possivelmente, ao ser inquirido sobre as categorias presentes no formulário, o referido prontamente respondeu:

Eu me chamo Thomé Ribeiro de Siqueira, 36 anos, casado, pardo, empregado público, católico, sei ler e escrever. Tenho como esposa Franquelina Silvera de Siqueira, 34 anos, branca, católica, brasileira, sabe ler e escrever. Temos quatro filhos, sendo uma menina e três meninos, dos quais dois sabem ler e não freqüentam a escola.

Sobre o local de nascimento de Thomé Ribeiro de Siqueira, provavelmente, este tenha nascido em Mato Grosso, pois não se encontrou documento que pudesse atestar sua origem. Nesse sentido, destaca-se que a entrada de Thomé Ribeiro de Siqueira para a lista de sujeitos desse estudo se deu em razão de, no decorrer da pesquisa, ao fazer a leitura dos periódicos de época, considerarmos relevantes os recortes que testemunhavam as passagens referentes à sua vida acadêmica, profissional, como militante partidário e como jornalista, e incluindo, ainda, o trânsito por diversos espaços sociais na sociedade cuiabana, como determinantes para incluí-lo no rol daqueles e daquelas que teriam suas trajetórias construídas neste estudo.

Sobre a vida acadêmica de Thomé Ribeiro, *A Situação* (26-03-1871, ano V, nº 129, p. 03) informava o movimento das aulas no Seminário Episcopal, do dia 13 a 18 do corrente, sobre as “lições sabidas que deram os alunos em 5 dias uteis”, em diversas matérias. Nesse sentido, Thomé Ribeiro apareceu matriculado na classe de tradução, sem nenhuma “lição sabida.” (p. 04) Sobre a composição desta classe, assinala-se que outros pardos também

<sup>430</sup> Há o caso também de Custódio Alves Ferreira que, como deixou claro *O Matto-Grosso* (19-01-1890, ano XII, nº 575, p. 03), era “proprietário” do jornal *A Tribuna*. Assim, destacou na coluna “Gazetilha” que havia reaparecido “a – Tribuna – o antigo campeão das ideias democraticas. Felicitamos ao nosso distinto amigo e collega o cidadão Custodio Alves Ferreria por esse feliz acontecimento”.

estavam presentes, é caso de Carlos Barbosa Farias, Francisco de Assiz Pereira e Félix Benedicto de Miranda (p. 03-04). Conforme destacou Siqueira (2000), assinala-se que estes frequentavam uma instituição escolar de caráter “privado-religioso.” (p. 163)

Todavia, salienta-se que, provavelmente, ao terminar os seus estudos no Seminário, Thomé Ribeiro de Siqueira participava de alguns espaços sociais na cidade de Cuiabá. A esse respeito, citam-se, como exemplo, as sociedades de artes e/ou partidárias que, provavelmente, haviam dado-lhe visibilidade, e essa assertiva pode ser confirmada, possivelmente, pelas qualidades destinadas a ele (de o talentoso) por Mendonça (1973 apud Siqueira, 2000, p. 95), levando a crer que este compreendia bem o significado da importância da instrução pública, como ficou explícito em um artigo publicado no periódico *O Porvir* (13-07-1877, ano I, nº 3, p. 02), na coluna “Collaboração” e intitulado de “A instrução”, de autoria do mesmo.

No referido artigo, Thomé Ribeiro destacava a instrução como “o pharol da civilização”, tema a ser recorrente no periódico em que estava iniciando sua trajetória na tarefa de informar os mato-grossenses. Nesse sentido, o autor do artigo assinalava que o periódico deveria ser:

acolhido [...], e ser tido em muito boa conta, visto que a sua principal missão é instruir e deleitar; não prescindindo, entretanto, de se compenetrar das palpitantes necessidades e melhoramentos da provincia, solicitando do poder competente as providencias que se julgarem imprescindíveis.<sup>431</sup> (O PORVOR, 1877, p. 01)

Como se pode observar, o texto fazia uma apresentação do periódico que acabava de nascer, tendo como foco principal informar e instruir as pessoas. Afirmava que o jornal era imparcial e que não abordaria em suas colunas questões políticas, bem como discórdias sociais e “muito menos em offensa á quem quer que seja.” (p. 01) Era uma tribuna onde:

Toma assento o rico e o proletário, o nobre e o plebeu, contanto que não seja com o fito de inflamar ou hostilizar ou esta ou aquella individualidade, porque um tal periodico detesta, por sua dignidade, tão reprehensíveis actos; aceita, pois, tudo quanto for concernente ao desenvolvimento intelectual, ao engrandecimento deste torrão que nos vio nascer, guardando em tudo muita nobreza de caracter, ou, para melhor dizer, seguindo a risca a trilha de decoro, que é o distinctivo de seus fundadores e associados. (O PORVIR, 1877, p. 01)

Meses depois, Thomé Ribeiro de Siqueira, de acordo com jornal *O Porvir* (30-09-1877, ano I, nº 10, p. 01), havia sido nomeado “escriptorio da thesouraria provincial”, após prestar “competente exame”. (O PORVIR, 1877, p. 01)

<sup>431</sup> Como prometido na seção denominada “Secção Neutra”, cobram o conserto e o calçamento de algumas ruas do 2º distrito Ca capital. (p. 04)

Pela sintonia e características na escrita dos textos seguintes, que não apresentavam a autoria, sugere-se que estes fossem escritos por Thomé Ribeiro de Siqueira. A esse respeito, na segunda edição de número 4, a coluna “Colaboração” trouxe à luz a resposta ao professor Egydio Mamoré, na defesa do ensino obrigatório, sobre o método de ensino utilizado naquela ocasião<sup>432</sup>, e descreveu ainda, em outro texto, “um problema social”, provavelmente, pedindo solução para a situação de uma mulher conhecida por “Maria Roza”, que deveria ser objeto de observação por parte do Chefe de Polícia e/ou do Provedor da Santa Casa de Misericórdia,<sup>433</sup> por conta de sua demência. Defendeu, também, a canalização do rio Motuca como forma de abastecer a cidade de Cuiabá<sup>434</sup>, descreveu em outro texto o “magnífico espetáculo” dado pela Sociedade de Amor à Arte, que havia sido realizado no dia 7 de setembro de 1877m em comemoração 56º aniversário da Independência do Império<sup>435</sup>, e defendeu a “lavoura” e o “agricultor”, cobrando meios para transportar os produtos, a defesa destes dos constantes ataques indígenas e a falta de mão de obra, problema devotado à retirada dos filhos dos agricultores para o serviço obrigatório da Armada. Ao escrever sobre este último tema, concluiu que:

[...] por esta vez resta-nos dizer que longe e mui longe estamos querer passar por doutrinários. O que queremos e o que pedimos é que os Altos Poderes do Estado dêem ouvido a vozes d’aquella nosso digno representante, o primeiro q’sèriamente tratou de engrandecer nossa provinica, que também é sua. (O PORVIR, 1877, p. 02)

Estas últimas considerações eram endereçadas ao Dr. Carlos de Souza Nobre, representante do poder legislativo na ocasião. A esse respeito, encontraram-se 22 edições de *O Porvir*, e apenas em 3 delas não se publicou a coluna “colaboração”. Nesse sentido, assinala-se que, como prometido, em sua primeira edição, o periódico continuou a fazer as cobranças aos dirigentes políticos. Não se descuidou de reforçar o papel relevante da instrução pública para o futuro da província, bem como para a construção da nação, ao abrir a primeira edição em 1º de janeiro de 1878<sup>436</sup>.

Sobre Thomé Ribeiro de Siqueira, presume-se que este, ao assinar o texto publicado na primeira edição, tenha continuado a escrever para *O Porvir*, assumindo um pseudônimo ou apenas datando-os na ocasião da publicação destes. Isto pode fazer sentido, pois muitos dos textos publicados, na referida coluna, apareciam apenas com a data de publicação, não

<sup>432</sup> *O Porvir* de 15-07-1877, ano I, nº 04, p. 02-03.

<sup>433</sup> *O Porvir* de 28-07-1877, ano I, nº 05, p. 02.

<sup>434</sup> *O Porvir* de 11-09-1877, ano I, nº 06, p. 01-02.

<sup>435</sup> *O Porvir* de 18-09-1877, ano I, nº 07, p. 02.

<sup>436</sup> *O Porvir* de 01-01-1878, ano I, nº 18, p. 01.

aparecendo a autoria do mesmo, com exceção de duas publicações que foram atribuídas a alguém que assinava com o pseudônimo de “Eurico”.

Jucá (2009) contribuiu com a história da imprensa mato-grossense, assinalando que, no mesmo tempo em que havia sido criado o jornal *A Província de Mato Grosso*, surgiram outros 17 na província e entre eles estavam *O Porvir*, *O Povo* e *A Tribuna*. Jucá salientou que estes jornais possuíam duas características básicas: “vida curta, e quase todos se radicalizaram politicamente.” Senão era político, apoiando o governo, ou a oposição, esses jornais se destinavam a objetivos específicos, como foi o caso de *O Athleta*, *O Club Literario*, e de *A Locomotiva*, e outros ligados à cultura. (p. 50)

Infere-se que, a esse respeito, Thomé Ribeiro de Siqueira tenha voltado a escrever para outros jornais. A assertiva pode ser confirmada em *O Povo* (29-05-1879, ano I, nº 16), em que este declarava que não escreveria mais para jornais, salvo, porém, casos que lhe fosse confiada uma redação “ou se lhe torne mister repellir o arrójo de quem quer que ouse marear o brilho de sua reputação e dignidade, Cuiabá, 20 de Maio de 1879.” (p. 04)

Salientamos que, como este trabalho ocupa-se em trazer à luz a trajetória de pretos e pardos letrados na Cuiabá dos Oitocentos, o recorte aqui, nesse momento, é evidenciar a atuação de muitos destes sujeitos letrados na imprensa mato-grossense. Ressalta-se que não somente Thomé Ribeiro de Siqueira atuou naquele período escrevendo para jornais. Todavia, registrou-se também que em *O Matto-Grosso* (19-01-1890, ano XII, nº 575), ao informar que havia reaparecido “a – Tribuna – o antigo campeão das ideias democraticas. Felecitamos ao nosso distinto amigo e collega o cidadão Custodio Alves Ferreria por esse feliz acontecimento.” (p. 03) Paião (2006a, p. 52-53) apresentou um quadro constando os jornais de Mato Grosso no século XIX, informando que o jornal *A Tribuna* operou na cidade de Cuiabá entre os anos de 1885-1890, e “Salvo engano, era órgão republicano”. Dizia-se “dedicado aos interesses morais e materiais da Província”, era editado na tipografia do mesmo jornal. (p. 53)

Sobre a presença de pardos letrados atuando na imprensa em Mato Grosso, destaca-se, também, que Pedro Candido Jarcem, de acordo com *O Matto-Grosso* (26-04-1891, ano XIII, nº 624, p. 01), exercia a função de editor responsável deste referido jornal, de abril de 1891 até o final de 1892. A esse respeito, salienta-se que, em 1893, este jornal passou a adotar contribuições de colaboradores diversos<sup>437</sup>. Outra observação é que Dr. Dormevil José dos Santos Malhado também passou pela redação, conforme publicação em *O Porvir* (11-04-

---

<sup>437</sup> Conforme *O Matto-Grosso* de 26-02-1893, ano XV, nº 673, p. 01.

1877, ano I, n. ° 06), que noticiou que o Sr. Dr. Sandemberg havia deixado a redação de *O Liberal*, sendo esta confiada ao Dr. Malhado. (p. 01)

Nesse sentido, Pinto (2006) desenvolveu estudos sobre a imprensa negra em algumas províncias brasileiras, apresentando diversos jornalistas e intelectuais negros que escreveram, para além da notícia, contos, poesias e outros, bem como utilizaram suas trajetórias para intervir a favor das ideias abolicionistas e, ainda, sobre o meio político. A esse respeito, ressaltamos que os sujeitos desse estudo, aos quais devotamos a atuação na imprensa em Mato Grosso, assemelham-se aos pesquisados por Pinto, principalmente, com atuação no meio político e nos escritos/declamação de poesias. Destaca-se que, em Mato Grosso, até o presente momento, não se percebeu nuances na atuação dos jornalistas mato-grossenses, que consideramos de “raça parda”, na luta contra o racismo e/ou discriminação, a despeito do defendido por Pinto (2006). Assinala-se que apenas o Dr. Dormevil encampou a luta abolicionista, através da participação na Sociedade Abolicionista de Mato Grosso, apesar de ser proprietário de escravizados. Adequados àquela ordem, estes, com certas habilidades, influenciavam a sociedade cuiabana e/ou mato-grossense, acompanhando os avanços do mundo moderno, na percepção de novos rumos para a Província e/ou para o país, ao assumirem, naquela ocasião, as funções de redatores, editores e proprietários de periódicos.

Nos recortes relacionados à participação na vida política, assinalamos que em *O Povo* (31-01-1879, ano I, n° 04), constou-se que Thomé Ribeiro Siqueira atuava no Partido Liberal. Essa afirmação baseia-se em um escrito de autoria do referido, em memória a João Batista de Oliveira (B. de Aguapehy), publicado na coluna “A Pedido” e intitulava-se “amigo do Barão de Aguapehy”, conforme o texto. (p. 04)

Nos espaços culturais, observou-se que, conforme Mendonça (1973 apud Siqueira, 2000, p. 95), o Clube Literário foi fundado na cidade de Cuiabá, em 14 de março de 1882, e objetivava realizar palestras literárias bimestralmente, sendo a sua marcha pontos propostos ou indicados previamente pelos sócios que quisessem dissertar, publicando quinzenalmente uma Revista, que compreenderia todos os trabalhos literários. O autor assinalou que a criação dessa instituição cultural foi anunciada na imprensa cuiabana, sendo as festividades de sua inauguração muito prestigiadas pela elite cuiabana. Conforme Mendonça, estiveram presentes no evento Conselheiros, Desembargadores, Presidente do Tribunal de Relação e o Diretor Geral de Instrução Pública. Assim:

[...] A casa estava com elegância e gosto preparada. Uma banda de música tocava numa sala contígua à varanda, onde se achava colocada a tribuna dos oradores. Declarado em sessão instalado o Clube Literário, o Sr. Presidente da Sociedade,

Reverendo José Félix Bandeira, leu um lindo discurso, análogo ao ato, sendo seguido pelo orador da sociedade o Sr. Antonio Vieira Neri, que desempenhou com proficiência a sua comissão, ocupando depois a tribuna os seguintes sócios: **1º o talentoso Thomé Ribeiro de Siqueira** [grifo meu], que foi seguido pelos Srs. Luiz Teodoro Monteiro, José Augusto Caldas, Lino Viegas de Oliveira, e finalmente pelo ilustrado Dr. Correa da Costa Filho. (MENDONÇA, 1973 apud SIQUEIRA, 2000, p. 95)

A participação em partidos políticos e os textos publicados em jornais faziam parte da notoriedade de nosso personagem perante a sociedade cuiabana, nesse sentido, destaca-se que, possivelmente, por esse movimento, ele teria recebido de Mendonça (1973) o qualitativo de “o talentoso”. A esse respeito, abre-se aqui um parêntese para aventar possibilidades de conjecturar ao encontrá-lo integrando a relação dos nomes dos alunos do Lyceu Cuiabano, publicados no Jornal *A Província de Mato Grosso*, que haviam participado como alunos ouvintes de diversas aulas<sup>438</sup>. Conjecturamos que Thomé Ribeiro de Siqueira, provavelmente, ambicionasse a entrada no ensino superior, já que desde 1877, após concurso, fazia parte da máquina burocrática, atuando na Tesouraria da Fazenda,<sup>439</sup> na função de escriturário.

Naquele contexto, após defender a instrução como “pharol da civilização”, anos depois, possivelmente ainda com este mesmo pensamento, Thomé Ribeiro de Siqueira, teria ido ao jornal *A Província de Matto-Grosso* (08-12-1889, ano XI, nº 569, p. 2) para colocar-se à disposição para compartilhar e/ou realizar trabalho voluntário na educação dos meninos do Arsenal de Guerra, como noticiou o referido jornal na coluna “expediente de novembro”:

[...] Thomé Ribeiro de Siqueira (officio datado de 26 do corrente dirigido por) offerecendo para leccionar gratuitamente o systema métrico decimal á turma dos examinados da escola de 1<sup>as</sup> letras do arsenal de guerra em cada 6<sup>a</sup> feira útil. – Ao Sr. Diretor do arsenal para informar. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, , 1889, p. 2)

Não obstante, também encontramos, no Jornal *O Matto-Grosso* (05-08-1890, ano XII, nº 600, p.1), que o nome de Thomé Ribeiro de Siqueira integrava o conjunto de atas correspondentes à criação do Partido Republicano.

<sup>438</sup> *A Província de Matto-Grosso* de 18-04-1880, ano II, nº 68, p. 02-03.

<sup>439</sup> Possivelmente, na década de 1850, essa instituição chamava-se “Contadoria Provincial”, visto que João José da Costa Pimentel, em seu relatório de 3 de maio de 1850, assinalou, ao apresentar as informações concernentes a seção denominada de “administração das rendas provinciaes,” que a “repartição creada pela lei de provincial de n. 10 de 12 de agosto de 1835 tem o titulo de contadoria provincial [...] e era composta [...] 1 contador, 1 oficial maior, 1 escriptuario, 1 procurador fiscal e 1 thesoureiro.” (p. 14)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os estudos a respeito de pretos e pardos que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola” em Mato Grosso no decorrer do século XIX, mais precisamente a partir dos anos de 1850 a 1890, consideramos que:

A província mato-grossense teve a formação de sua população marcada por uma presença maciça de negros (pretos e pardos), fruto dos incentivos perpetrados pela Coroa com o intuito de assegurar as terras no extremo Oeste brasileiro. A esse respeito, ressaltamos que o fator, “costume”, tendo como exemplo o caso das uniões consensuais como fartamente explicitou Silva (1995), possivelmente, foi responsável pela construção “mestiça” da população mato-grossense, experimentada desde os meados do século XVIII e acentuada nos anos posteriores. Nesse sentido, Peraro (1997) asseverou que a presença pouco expressiva de mulheres brancas, provenientes tanto do reino quanto de outras partes da colônia, havia sido substituída por mulheres negras e indígenas, no processo de gestação da população mestiça mato-grossense. Ainda outra questão que contribuiu na composição da população, como salientou esta autora, foram as altas taxas nos nascimentos de “crianças ilegítimas” no decorrer de 1853 a 1890, que não se convertia em murmúrio ou segredo entre mulheres, homens livres e forros moradores da Freguesia da Sé. Assim, salienta-se que o nascimento de “ilegítimos” também influenciou para sobressair a “mistura das cores”, no incremento e/ou avolumamento populacional da capital mato-grossense.

Consideraram-se, também, os aspectos sobre a escravidão em Mato Grosso e, sobretudo, em Cuiabá, à luz de Volpato, Assis, Silva e Chalhoub, autores relevantes e que ajudaram a materializar as passagens sobre o cotidiano escravista na província e em sua capital, emoldurando a conduta de escravizados e senhores no âmbito dos conflitos que o sistema escravista produziu. As fugas, os assassinatos, os editais de compra e venda, as cartas de liberdade, e as sociedades de cunho emancipatório ocuparam seus lugares dentro da moldura, no quadro construído através desse estudo.

Desse modo, a respeito da tese sobre pretos e pardos letrados na cidade de Cuiabá nos Oitocentos, assinala-se que, ao longo das pesquisas, diante do quantitativo de dados encontrados, outras possibilidades foram se abrindo, e o foco deixou de constituir-se somente de pessoas que atuavam na instrução pública e que haviam sido caracterizadas como pertencentes às categorias raciais denominadas como parda e preta, no recenseamento de



1890. A esse respeito, assinala-se que à medida que fomos enveredando na busca de documentos, fomos descobrindo que o conjunto de profissionais caracterizados como “pretos” e “pardos”, naquele documento, que estava presente na máquina burocrática mato-grossense era constituído, não somente de professores, mas de outros profissionais como: médicos, “técnicos”, enfermeiros, políticos, delegados, juizes, jornalistas e outros.

A esse respeito, destaca-se que as análises sobre o quantitativo dos que “sabiam ler” e/ou “havam frequentado a escola” contribuíu para compreensão de um universo superior de negros “letrados”, na cidade de Cuiabá, apontando, também, para uma significativa parcela de mulheres pardas escolarizadas, especificamente, na faixa etária dos 21 aos 39 anos, superando o quantitativo de homens pardos, tanto na freguesia da Sé quanto na freguesia de São Gonçalo de Pedro II nesta mesma faixa etária. Nesse sentido, ressalta-se que, apesar dessa constatação, não se observou o mesmo na assunção de cargos e/ou ocupação pelas mulheres que não fosse à esfera do lar e/ou ligados à vida doméstica. A exceção ficou para a profissão de “agencia” que oportunizava uma intensa mobilidade para as mulheres cuiabanas, no cotidiano da capital mato-grossense, nos Oitocentos. Ademais, eram os homens que ocupavam os cargos na burocracia administrativa provincial. A mulher começou a imiscuir-se em maior quantidade nos anos de 1880 no universo reservado às escolas de primeiras letras que, conforme Siqueira (2000), passou a ser seu espaço por excelência nos últimos anos do Império.

Destaca-se, ainda, que não se perdeu de vista as tramas tecidas por homens negros nos espaços considerados restritos às “elites mato-grossenses”, seja a política, a igreja, a instrução pública, as artes, bem como o mundo dos negócios, como demonstramos ao longo da construção desta tese. O fator escolaridade pode ser analisado à luz dos dados do recenseamento de 1890, bem como dos periódicos de época, revelando, assim, uma superioridade na escolarização da população negra, através das análises minuciosas e comparativas entre as categorias raciais. Quando se tratou de “olhar para dentro” do próprio grupo dos considerados como pertencentes “à raça branca”, este superava os negros, percentualmente, nos cargos de ocupação na burocracia administrativa, sem, contudo, ofuscar o trabalho desempenhado por diversos sujeitos caracterizados como pertencentes à “raça” preta e/ou parda.

Salienta-se que, durante o Império, dois grandes partidos políticos, o Liberal e o Conservador, figuravam no plano político nacional, que apesar das diferenças ideológicas, lutavam para conquistar as melhores posições no Estado de Mato Grosso. Com a implantação da República, foi necessário um novo arranjo para a permanência no poder, pelos constantes

golpes e contragolpes em Mato Grosso que se seguiram durante os anos de 1892, 1899 e 1906 (FILHO, 2015, p. 217). A esse respeito, ficou evidenciada a “concorrência” de pretos e pardos nestes dois espaços, desde as articulações dentro dos dois partidos até as arrumações para a criação do Partido Republicano.

Procurou-se, também, mostrar que, historicamente, a sociedade mato-grossense, especificamente a cuiabana, não se apresentava estática, composta por senhores e escravizados. O destaque que veio à luz se deu por conta de pretos e pardos livres a urdir, cotidianamente, naquela sociedade uma “mobilidade” em todas as direções, bem como também redes de sociabilidades, a partir das relações estabelecidas entre diversos sujeitos, principalmente, nos acontecimentos que suscitavam solidariedade por parte dos envolvidos.

Nesse sentido, assinala-se que, ao todo, foram construídos 99 quadros reunindo uma diversidade de informações que sustentam a tese de uma densa mobilidade de pretos e pardos na sociedade cuiabana. A esse respeito postula-se que essa densa mobilidade advinha da escolarização vivenciada por estes. Igualmente, evidenciou-se outras possibilidades de mobilidade que se deram através do trabalho daqueles e daquelas que não haviam tido a oportunidade de frequentar a escola, é o caso de algumas mulheres e homens de raça preta e parda que vendiam, cotidianamente, “aguardente por miúdo”, em casas estabelecidas em 24 ruas, 4 praças, 8 travessas e 3 becos, e que deveriam realizar o pagamento de 36\$000 “a boca do cofre”, conforme legislação da época, no 1º distrito (Freguesia da Sé) de Cuiabá, de acordo com o jornal *A Província de Mato Grosso*<sup>440</sup>

A respeito da afirmação da participação de um considerável número de pardos e alguns pretos “nas elites mato-grossenses e/ou cuiabana”, assinala-se que se procurou materializar tais espaços ocupados por estes nos Oitocentos. Nesse sentido, espaços como a política, a instrução pública, a igreja e o setor comercial foram palco em que pretos e pardos protagonizaram experiências. Seus nomes, idades, estado civil e outros foram identificados. Desse modo, podem-se considerar os cargos ocupados por estes como “empregados públicos” (professores, professoras, secretários, guardas), na “Guarda Nacional” (coronel, tenente, major, capitão, alferes), no comércio (casas de comércio, taverneiros e negociantes), na igreja (cônegos) como parte do entendimento da presença destes dois grupos étnicos como integrantes do que se resolveu chamar de elite.

Assinala-se que, ainda que o conjunto de descobertas tenha ajudado na construção desta tese, no que diz respeito à tecitura das trajetórias dos oito sujeitos elencados, orienta-se

---

<sup>440</sup> Ver *A Província de Mato Grosso* de 31-08-1879, ano I, nº35, p.3-4.

que outras pesquisas devem vir à baila para aprofundar outras discussões que remetam a outros elementos presentes na trajetória destes sujeitos, pois outras perspectivas poderão se abrir face a outras leituras, que podem ser feitas no conjunto de documentos que estão guardados, principalmente, no Arquivo Público de Mato Grosso. A esse respeito, outra observação a ser assinalada é que o alargamento da pesquisa nos arquivos públicos de outros estados brasileiros também poderiam trazer outras contribuições para as trajetórias dos sujeitos em questão, como, por exemplo, o Arquivo Público do Estado da Bahia e/ou da Faculdade de Medicina deste estado, bem como as diversas instituições públicas do Rio de Janeiro, que guardam a memória dos documentos responsáveis pelas correspondências com as províncias naquela ocasião. A esse respeito, o que se decidiu fazer foi ocupar-se dos argumentos tecidos por pesquisadores regionais que, através de suas obras, deixaram contribuições sobre as diversas passagens da vida dos sujeitos que “nos eram comuns”. Nesse sentido, constatou-se que três de nossos personagens tiveram passagem pelo Seminário Episcopal da Conceição, levando a crer que estes tivessem recebido uma formação filosófica cristã.

Outra questão a ser levantada está em evidenciar que a presente tese difere de alguns trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras mato-grossenses, no que concerne ao tratamento dado a alguns sujeitos que são comuns aos elencados neste estudo. A esse respeito, salienta-se que, nesta tese, nos incumbimos de localizá-los enquanto pertencentes a duas das categorias raciais utilizadas no Recenseamento de 1890, denominadas de pretos e pardos. Destacamos, ainda, que ao evidenciar as categorias raciais relativas aos sujeitos pertencentes a este estudo, comparando ao conjunto de intelectuais que reconsideraram diversos aspectos constitutivos da História do Brasil, especificamente, na História da Educação, rompemos com o silenciamento e/ou com o ato de ignorar que não somente o branco, no Brasil, foi responsável pela tessitura das dinâmicas que compõem os fatos cronológicos inseridos historicamente na construção da nação.

Salienta-se que, ao decidir trazê-los à luz neste estudo, abriu-se possibilidades para fazer com que estes sujeitos fossem vistos, a partir dos seus pertencimentos raciais, contribuindo, assim, com a desconstrução do paradigma da degeneração e da exceção. Do ponto de vista intelectual, a partir do acesso ao conhecimento, essa assertiva pode ser comprovada com os recortes elencados neste estudo sobre as trajetórias acadêmicas de nossos sujeitos. Nesse sentido, ser “aprovado plenamente”, ser “profecto em todas as matérias do curso preparatório”, ser considerado “o alumno mestre do Curso Normal” e ter uma “conducta

irreprehensível” como aluno constituem-se em argumentos que podem ser incorporados na desconstrução das ideias que endereçavam um lugar menor ao não branco na história brasileira, na esteira do pensamento que desautorizava tanto pretos quanto pardos os aspectos constitutivos de sua intelectualidade.

Assinala-se que muitos deles ocuparam cargos públicos, uns na linha de frente, outros através de concursos e/ou nomeações. Uns nascidos em Mato Grosso, outros vindos de outras Províncias para atuar em eventos como a Guerra contra o Paraguai e escolheram a Província de Mato Grosso para viver até o final de suas vidas. Outros, ainda, percorreram a Província no desenvolvimento de atividades consideradas como de “ordem pública e segurança individual”, levando suas experiências, inclusive, para outras províncias, como o Rio de Janeiro e Santa Catarina, desenvolvendo as mesmas funções que desempenhavam em Mato Grosso.

E, por fim, destaca-se que tanto nos periódicos consultados quanto no Arquivo Público de Mato Grosso abunda um conjunto de documentos que estão a espera de pesquisadoras e pesquisadores que possam auxiliar na construção de outros olhares capazes de alçar o tema sobre “o negro” em Mato Grosso sobre diversas perspectivas para além da instrução pública.

Finalizamos esse estudo recorrendo a Jucá (2009) para salientar que na madrugada de 09 de dezembro de 1889<sup>441</sup> Cuiabá recebeu a notícia da proclamação da República. O autor assinalou que nos primeiros minutos daquele dia havia chegado o pacote “Coxipó” e o comandante trazia um expresso para as autoridades cuiabanas comunicando o importante acontecimento. A deixa da República, neste último parágrafo, anuncia a quem possa interessar a possibilidade de buscar compreender a trajetória de outros pretos e pardos a partir das informações contidas no Recenseamento de 1890, tendo como norte as publicações nos periódicos mato-grossenses que adentraram o novo regime e continuaram, “ao correr da penna”, informando a província e sua capital sobre o movimento na política, educação, religião e sociedade. Patenteemos ao público.

---

<sup>441</sup> De acordo com Jucá (2009), de mês em mês chegavam as embarcações da antiga Companhia Nacional de Navegação e Cuiabá recebia as informações do Rio de Janeiro. (p. 78)

## REFERÊNCIAS

### a) Bibliográficas:

AYALA, S. CARDOSO, S. F. ALBUM. *Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Hamburgo: Ayala, 2006.

ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História de Mato Grosso: 1719-1864*. 2. ed. Campos Grande: EdFMS, 1996.

ALKMIM, Tania Maria. *Português de escravos brasileiros: bases para seu estudo*. Disponível em: <http://cla.cu/simposio/descarregar.php?d=1211>. Acesso em: 07 jan. 2016.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006.

ARAÚJO, Emanuel. Negras memórias: o imaginário luso-afrobrasileiro e a herança da escravidão, *Revista de Estudos Avançados, São Paulo*, v. 18, n. 50, p. 241-250, Jan./Abr. 2004.

ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT/PROED, 1888.

AYALA, S. CARDOSO S. F. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Hamburgo: Ayala, 1914.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. A Recusa da “Raça”: Anti-racismo e Cidadania no Brasil dos anos de 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 297-320, jul./dez. 2005.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

BORDIEU, Pierre. *Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BORGES, Angélica. *A urdidura do magistério na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRASIL, 1875. Decreto nº 2.675, de 20 de outubro de 1875. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacaooriginal-65281-pl.html>. Acesso em 28 de fev. de 2017.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000.

CASTANHA, André Paulo. A organização da instrução pública na província de Mato Grosso (1834-1873). In SÁ; SIQUEIRA & REIS. *Instantes de Memórias na História da Educação*.

(Orgs.) Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.

\_\_\_\_\_, Andre Paulo. O ato adicional de 1834 e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização? Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, século XIX.* Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.

\_\_\_\_\_. Em nome do pai: gênero, família e etnicidade nos depoimentos de descendentes de libertos (Brasil, 1888-1940). In: XX Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Guadalajara, México, 17-19 de abril de 1997.

CARVALHO, Murilo José de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_, J. M. DE. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. *A Abolição.* 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CUNHA, L. N. A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934. In: ROMÃO, J. (Org.). *História da educação do negro e outras histórias.* Brasília. Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 221-238.

CRUZ, Mariléia dos Santos. A educação dos negros na sociedade escravista do Maranhão provincial. *Outros Tempos, Maranhão*, v. 6 n.8, p. 110-129, dez. 2009.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil. – 1917 – 1945.* São Paulo: Ed. Unesp, 2006. 400 p.

DIWAN, Pietra. *Raça pura – uma história da eugenia no Brasil e no mundo.* São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DUARTE, Rosália. Entrevistas com pesquisas qualitativas. *Educar, Curitiba*, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

DUTRA, P.A. *Memórias de Professoras Negras no Guaporé: do silêncio à palavra.* 2010. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação – UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

\_\_\_\_\_. Instrução Pública no Município de Ji-Paraná/RO (1939-1980): Aspectos historiográficos. In: SEMIEDU, 2012, Cuaibá. **Anais...** Cuiabá:UFMT, 2012. p. 156-168.

FARIAS, Aluisio Gonçalves de. *Infantaria de Mato Grosso: Soldados, Oficiais e Justiça Militar (1864-1914)* 2015. Tese (Doutorado em História) ICHS – Instituto de Ciências

Humanas e Sociais da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na Sociedade de classes – O legado da “Raça branca”. Volume I, 3ª ed., São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Suelme Evangelista. Forte Príncipe da Beira: Militares e Paisanos. In: A Terra da Conquista. História de Mato Grosso Colonial. ROSA, A. C. ; JESUS, N. M. (Orgs.) Cuiabá, Editora Adriana, 2003.

FERREIRA. Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scientificcircle.com/pt/89553/pesquisas-denominadas-estado-arte/>> Acesso em 29 de abr. de 2014.

FILHO, Osvaldo Machado. Ilegalismos e Jogos de Poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

FILHO. Virgílio Corrêa, Monografias Cuiabanas. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

FONSECA. M. V. Escolas para crianças negras: uma análise a partir do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e do Congresso Agrícola do Recife, em 1878. Anais do III Congresso de História da Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. 2007. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

FERNANDES, LUFT E GUIMARÃES, Dicionário Brasileiro Globo. São Paulo: Editora Globo, 1996, p. 234.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. CI GINZBURG; E. CASTELNUOVO; C. PONI. (Orgs.) *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1991, p. 169-178.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2014.

GOMES, F. FERRERIA, R. A miragem da miscigenação. *Novos Estudos*, CEBRAP, 2008, p.141-160.

GOMES, Nailza da Costa Barbosa. Uma professora negra em Cuiabá na Primeira República: limites e possibilidades, 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) IE – Instituto de Educação da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

GOMES. Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GONÇALVES, Marlene. Viva Bela Verena: a saga de uma professora negra na memória de

uma comunidade da mesma cor. Ceilândia, DF: Idea editora, 2000. 126 p.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

HAYDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O Ensino Secundário no Império Brasileiro. São Paulo, Grijalbo/Edusp, 1972.

HOLANDA. Chico Buarque de, MILANEZ, Pablo Milanez. Canción Por La Unidad de Latino America. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/85942>. Acesso em 10 de fev. De 2017.

INTERNACIONAL STUDYING CONFERENCE FOR HISTORY OF EDUCATION 25, 2002. São Paulo. Escola e Modernidade. São Paulo, 2003. Página de Abertura. Disponível em: <http://www.centroeducacional.pro.br/pestal.html>. Acesso fev. 2017.

JUCÁ, Pedro Rocha. A Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história. Cuiabá/MT: Aroé, 2009.

LEITE, G. Um século de instrução pública: história do ensino em Mato Grosso. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

LIMA, J. L. Vila Bela da Santíssima Trindade – MT: Sua Fala, Seus Cantos. 2000. 232 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

LUZ, Itacir Marques da. Laços da Diáspora: Associacionismo e Educabilidade entre a População Negra em Pernambuco (1800-1850). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, Dulcinéia Silva. No silêncio dos arquivos: relato de viajantes que percorreram Mato Grosso (1808-1864). 2014. 325 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2014.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_, Hebe Maria. Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

\_\_\_\_\_, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. O Brasil Imperial –Volume III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15-37.

MENDONÇA, Estevão de. Datas Matogrossenses. Cuiabá, Governo Estadual, 1973, v. 1 e 2.

MIRANDA, Mary Diana da Silva. Crianças negras na Instrução Pública em Cuiabá/MT



(1870-1890), 2010. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação) IE – Instituto de Educação da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

MIRANDA, Leodete; AMORIM, Lenice. Mato Grosso: Atlas Geográfico. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital à S. Paulo. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221713>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

MULLER, Maria Lúcia. As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República. Niterói: Intertexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Pretidão de Amor. In: OLIVEIRA, I. (Org.) Cor e Magistério. Cadernos Penesb. Rio de Janeiro: Quartet, Niterói – RJ; EDUFF, 2006. p. 144-156.

\_\_\_\_\_. A cor da escola. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEGRO, A. L., GOMES, F. dos S. As greves antes da “greve”: As paralisações feitas por escravos no século XIX. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252013000200023&script=sci\\_arttext&gt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252013000200023&script=sci_arttext&gt). Acesso em 12 de out. 2015.

NOGUEIRA, O. Constituições Brasileiras (1824) – Volume I. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

MESQUITA, José de. O Capitão-mór André Gaudie Ley e sua descendência (Ensaio de reconstituição histórico-genealógica) In: Rev. do IHMT - Ano IV - Tomo VIII – 1922.

PAIÃO, Ilza Dias. A casa-escola no cenário urbano de Cuiabá (1870-1890): limites, tensões e ambigüidades. . In SÁ; SIQUEIRA & REIS. Instantes de Memórias na História da Educação. (Orgs.) Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006a.

\_\_\_\_\_. Professoras de Pena, papel e tinta: trabalho feminino entre representações e práticas de gênero em Mato Grosso (1870-1892). 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação – Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, 2006b.

PERARO, Maria Adenir. Fardas, Saias e Batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853 – 1890. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1997.

\_\_\_\_\_. (Coord.). Projeto Levantamento de fontes censitárias: o recenseamento de 1890 em Mato Grosso. Cuiabá, ago. 2002/jul. 2003. Agência Financiadora: PIBIC/CNPq/UFMT. 1 CD-ROM. 2005.

PETRUCELLI, José Luis. A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

PINHO, Rachel Tegen de. *Cidade e Loucura*. Cuiabá/MT: Central Texto: EdUFMT, 2007.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899)*, 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) UNB - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PÓVOAS, Lenine Campos. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Academia mato-grossense de Letras/Instituto Histórico de Mato Grosso, 1995.

RACISMO CORDIAL. São Paulo: Ática, 1995.

REIS, R. M. *A Escola Isolada à Meia-luz: (1891-1927)*. 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

RODRIGUES, F. J. *Figuras e coisas da nossa terra*. São Paulo: Gráfica Mercúrio, 1960.

ROSA, Carlos Alberto. *A vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVII: 1702-1808)*. Tese de Doutorado, Departamento de História, FFLCH, USP-SP, 1996.

ROSA, João Henrique. *Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na Capitania de Mato Grosso – Região Guaporeana*, 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SÁ, N.; SIQUEIRA, *Discursos Pronunciados por Ocasão da Inauguração do Liceu Cuiabano em 1880*. Cuiabá: Instituto Histórico Geografico do Estado de Mato grosso, 2001.

\_\_\_\_\_, E. *Cenário educacional de Mato Grosso (século XIX)*. In: *Instantes e Memória na História da Educação*. In: SÁ; SIQUEIRA & REIS. *Instantes de Memórias na História da Educação*. (Orgs.) Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e Castigos Escolares: oscilando entre os costumes e a legislação (o caso da província de Mato Grosso) (200?)*. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Nicanor\\_Palhares\\_Sa\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Nicanor_Palhares_Sa_artigo.pdf). Acesso em 24 de Nov. de 2016.

SANTOS, Ivanaldo dos. *O Papa Leão XIII e a libertação dos escravos no Brasil*. Revista Eletrônica Espaço Teológico. São Paulo, Vol. 06, n. 10, jul/dez, 2012, p.16-24.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUELER, A. F. M.; RIZZINI, I.; MARQUES, J. DE S. *Felismina e Libertina vão à escola: Notas sobre escolarização nas Freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)*. Revista História Educação (Online). Porto Alegre, v. 19, n.46, Maio/agos., 2015, p.145-165.

SANTANA, Patrícia. *Professor@s Negr@s: Trajetórias e Travessias*, Belo Horizonte: Mazza

Edições, 2004.

SENA, Ernesto Cerveira da. Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870) Tese (Doutorado) – Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, A. L. Uma pedagogia da oralidade: os caminhos da voz em Vila Bela. 2002. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

\_\_\_\_\_. Memória, Tradição Oral e a Afirmação da Identidade Étnica. UERJ/PENESB GT: Afro-brasileiros e Educação / n.21, [2005?].

SILVA, Adriana Maria Paulo. Aprender com perfeição e sem coação: Uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel. Uma breve análise do currículo de formação de professores em Mato Grosso: Escola Normal de Cuiabá. (200?). Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0389.pdf>. Acesso em: 31 de agos. 2016.

SILVA, Jovam Vilela da. Mistura das Cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – Século XVIII). Cuiabá: Edufmt, 1995.

SILVA, Teresa de Pazos da. Reformas Educacionais em Mato Grosso (1870-1880): Os Diferentes Sujeitos e a Constituição da Diferentes Sentidos ao Processo de Instruir/Educar. Tese (Doutorado em Educação Escolar) Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara, 2012.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Revivendo Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. Luzes e Sombras: Modernidade e Educação em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SOARES, M. Alfabetização no Brasil – O Estado do conhecimento. Brasília: INEP/MEC, 1989.

SOUZA, Carla Patrícia Marques de. Os jovens negros e a educação em Cuiabá (1889-1910), 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) IE – Instituto de Educação da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

SOUZA, Neusa SANTOS. Tornar-se Negro ou: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 88 p.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. Um outro olhar: Filosofia. São Paulo: FTD, 1995.

THOMPSON, Edward. Palmer. Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M.; FARIA, L. M. (Orgs.) 500

Anos de Educação no Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 399 – 422

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história: foucault revoluciona a história. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

VILELA, Marlene Menezes. Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1967). 2001. 145f. Dissertação (Mestrado em História) ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

#### b) Documentais:

**BRASIL. Regulamento 4.835 de 1 de setembro de 1871. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64156&norma=80060>. Acesso em 11 de agosto. De 2015.**

\_\_\_\_\_. Lei 2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lim%202.040-1871?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%202.040-1871?OpenDocument). Acesso em 11 de agosto. De 2015.

\_\_\_\_\_. Recenseamento de 1872. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acesso em 12 de agosto. 2015.

\_\_\_\_\_. Recenseamento de 1890: Freguesia da Sé - 1º Distrito – Cuiabá Mato-Grosso Brasil. In: PERARO, Maria Adenir. (Coord.). **Levantamento de fontes censitárias: o recenseamento de 1890 em Mato Grosso**. Cuiabá: PIBIC/CNPq/UFMT, ago. 2002/jul. 2003. 1 CD-ROM.

INVENTÁRIADO Tenente Coronel Laureano Xavier da Silva, INVENTARIANTE, a viúva cabeça de casal Exma. D. Thereza Angelica Xavier da Silva. Cuiabá: APMT/CARTORIO DO 5º OFÍCIO, 1874, PROCESSO N.º 731, CAIXA ANTERIOR 54, CAIXA ATUAL 113, p. 27.

INVENTÁRIO Eugenio – O Liberto, INVENTARIANTE, APMT/CARTORIO DO 5º OFÍCIO, 1882, PROCESSO N.º 219, CAIXA ANTERIOR 12-A, CAIXA ATUAL 130.

INVENTÁRIADO Joaquina Leite – Preta Forra, INVENTARIANTE, Alferes Augusto Moreira da Silva. APMT/CARTORIO DO 5º OFÍCIO, 1878, PROCESSO N.º 640, CAIXA ANTERIOR 46, CAIXA ATUAL 121.

INVENTÁRIADO Agostinho José da Cruz, INVENTARIANTE, Eugenio da Silva Claro. APMT/CARTORIO DO 5º OFÍCIO, 1878, PROCESSO N.º 261, CAIXA ANTERIOR 14, CAIXA ATUAL 135.

**Mato Grosso.** Relatório: 1845. Presidente da Província, Ricardo Gomes Jardim, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01.03.1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de abr. de 2016.

**Mato Grosso.** Relatório: 1849. Presidente da Província, Joaquim José de Oliveira, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1849. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1850. Presidente da Província, João José da Costa Pimentel, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1850. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1851. Presidente da Província, Augusto Leverger, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 10.05.1851. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1852. Presidente da Província, Augusto Leverger, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1852. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1854. Presidente da Província, Augusto Leverger, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1854. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 20 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1856. Presidente da Província, Augusto Leverger, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 04.12.1856. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1857. Presidente da Província, Alvano da Costa Osório, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1857. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1858. Presidente da Província, Joaquim Ratmundo De Lamare, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1858. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1859. Presidente da Província, Joaquim Ratmundo De Lamare, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1860. Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1860. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1861. Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1861. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1862. Presidente da Província, Herculano Ferreria Pena, na abertura

da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1862. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1863. Presidente da Província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1863. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1864. Presidente da Província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1864. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1865. Presidente da Província, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, na abertura da Sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1865. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 21 de abr. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1868. Presidente Chefe de Esquadra Barão de Melgaço ao entregar a administração da Província ao Vice Presidente da Província, Tenente Coronel Albano de Souza Osorio. Cuiabá, 08.05.1866. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 26 de Nov. de 2026.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1869. Presidente da Província, Augusto Leverger, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1869. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1871. Presidente da Província, Francisco José Cardoso Junior, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 20.08.1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1872. Presidente da Província, Francisco José Cardoso Junior, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 04.10.1872. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1873. Presidente da Província, José Miranda da Silva Reis, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1873. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1874. Presidente da Província, José Miranda da Silva Reis, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1874. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1876. Presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1876. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1877. Presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1877. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1878. Presidente da Província, João José Pedrosa, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01.11.1878. Disponível em:

<http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1879. Presidente da Província, João José Pedrosa, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01.10.1879. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1880. Presidente da Província, Barão de Maracaju, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 03.05.1880. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1881. Presidente da Província, Barão de Maracaju, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01.10.1881. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1882. Presidente da Província, João Maria de Alencastro, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 15.06.1882. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1883. Presidente da Província, João Maria de Alencastro, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 10.03.1883. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1884. Presidente da Província, Barão de Batovy, apresentado á abertura Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 01.10.1884. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em 24 de Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório: 1895. Diretor Geral da Instrução Pública, Joaquim Ferreira Mendes, apresentou relatório ao Presidente Manoel José Murinho, Presidente do Estado de Mato Grosso, pelo Dr. Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá 09.03.1895. APMT – Banco de Dados do GEM/ UFMT.

### **c) Jornais**

A GAZETA. Cuiabá, ano I, n.º 39, p. 02, 12-06-1889. (Biblioteca Nacional) “A Gazeta”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 40, p. 02, 16-06-1889. (Biblioteca Nacional) “A Gazeta”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 54, p. 02, 26-06-1889. (Biblioteca Nacional) “A Gazeta”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 55, p. 01, 26-09-1889. (Biblioteca Nacional) “A Gazeta”.

A IMPRENSA DE CUYABÁ. Cuiabá, ano II, n. 61, p. 01-02, 16-09-. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n. 220, p. 01, 31-03-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 223, p. 04, 05-07-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 234, p. 04, 09-07-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 236, p. 01, 23-07-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 237, p. 01, 30-07-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 240, p.01, 20- 08-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 241, p.01, 27- 08-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 243, p.01, 10- 09-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 244, p.04, 17, 09-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 247, p.04, 08-10-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 251, p. 01-04, 05-11-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 254, p. 03-04, 26-11-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 255, p. 04, 03-12-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 256, p. 03, 10-12-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n. 257, p. 02, 17-12-1863. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VI, n. 260, p. 03, 07-01-1864. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VI, n. 268, p. 04, 03-03-1864. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VI, n. 270, p. 04, 14-03-1864. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.



\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VI, n. 287, p. 04, 14-07-1864. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VI, n. 310, p. 02, 22-12-1864. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VI, n. 311, p. 02-03, 29-12-1864 . (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VII, n. 315, p. 02-03, 27-01-1865. (Biblioteca Nacional) “A Imprensa de Cuyabá”.

A PROVINCIA DE MATTO GROSSO. Cuiabá, ano I, n. 01, p. 02, 09-01-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 03, p. 04, 19-01-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 06, p. 02, 09-02-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 07, p. 04, 16-02-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 08, p. 03, 23-02-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 19, p. 03, 11-05-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 25, p. 04, 22-06-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 26, p. 04, 02-07-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 27, p. 02, 06-07-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 28, p. 04, 13-07-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 31, p. 03, 03-08-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 32, p. 03, 10-08-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 34, p. 02, 28-08-2879. (Biblioteca Nacional) “A Província

de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 35, p. 04, 31-08-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 36, p. 02, 07-09-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 37, p. 03, 04-14-09-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 38, p. 04, 21-09-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 39, p. 04, 28-09-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 40, p. 04, 05-10-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 41, p. 03-04, 12-10-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n. 42, p. 03-04, 19-10-1879. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n. 54, p. 03, 11-01-1880. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n. 66, p. 03, 04-04-1880. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n. 67, p. 03, 11-04-1880. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n. 68, p. 02-03, 18-04-1880. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n. 110, p. 04, 06-02-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n. 113, p. 03, 27-02-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 114, p. 04, 06-03-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 117, p. 02, 27-02-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 118, p. 01, 03-04-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 119, p. 03, 10-04-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 120, p. 03, 17-04-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 121, p. 03, 24-04-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 145, p. 03, 09-10-1881. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 158, p. 03, 08-01-1882. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 160, p. 03, 22-01-1882. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VI, n.º 289, p. 02, 13-07-1884. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 446, p. 04, 24-07-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 448, p. 04, 7-08-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 449, p. 04, 14-08-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 450, p. 04, 21-08-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 453, p. 04, 11-09-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 462, p. 04, 18-11-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 464, p. 04, 27-11-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 467, p. 02, 11-12-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 469, p. 04, 25-12-1887. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 475, p. 01, 05-02-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 483, p. 02, 01-04-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 487, p. 02, 29-04-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 488, p. 02, 06-05-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 489, p. 03-04, 13-05-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 491, p. 02-03, 27-05-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 493, p. 01-03, 10-06-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 496, p.04, 01-07-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 502, p.04, 12-08-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 503, p.04, 19-08-1888. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XI, n.º 562, p.03, 20-10-1889. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XI, n.º 564, p.03, 03-11-1889. (Biblioteca Nacional) “A Província de Matto-Grosso”.

A REPÚBLICA. Cuiabá, ano I, n.º 01, p.02, 03-05-1883. (Biblioteca Nacional) “A Republica”.

A SITUAÇÃO. Cuiabá, ano II, n.º 46, p. 03, 25-08-1869. (Biblioteca Nacional) “A situação”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n.º 49, p. 04, 05-09-1869. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n.º 52, p. 03, 29-09-1869. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n.º 54, p. 01-04, 10-10-1869. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n.º 56, p. 02, 24-10-1869. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.

- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n.º 237, p. 04, 11-07-1872. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n.º 243, p. 04, 01-08-1872. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n.º 245, p. 04, 08-08-1872. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano V, n.º 249, p. 03, 25-08-1872. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 478, p. 03, 29.06.1875. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 482, p. 03, 18-07-1875. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 490, p. 03, 18-08-1875. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 498, p. 03, 18-09-1875. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 530, p. 03, 20-01-1876. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XIX, n.º 1.036, p. 02, 23-05-1886. (Biblioteca Nacional) “A Situação”.
- GAZETA OFFICIAL DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. Cuiabá, ano I, n.º 3, p. 03, 24-05-1890. (Biblioteca Nacional) “Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 22, p. 04, 19-06-1890. (Biblioteca Nacional) “Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 24, p. 04, 26.06.1890. (Biblioteca Nacional) “Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 32, p. 04, 19.07.1890. (Biblioteca Nacional) “Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 1313, p. 04, 16-07-1898. (Biblioteca Nacional) “Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IX, n.º 1352, p. 03, 15-10-1898. (Biblioteca Nacional) “Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, n.º 1476, p. 03, 24.08.1899. (Biblioteca Nacional) “Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso”.
- NOTICIADOR CUIABANO. Cuiabá, ano?, n.º 9, p. 02-03, 28-06-1857. (Biblioteca Nacional) “Noticiador Cuiabano”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano?, n.º 31, p. 04, 20-11-1857. (Biblioteca Nacional) “Noticiador Cuiabano”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano?, n.º 34, p. 02, 27-12-1857. (Biblioteca Nacional) “Noticiador Cuiabano”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 97, p. 01, 13-03-1859. (Biblioteca Nacional) “Noticiador Cuiabano”.

O LIBERAL. Cuiabá, ano II, n.º 119, p. 03, ? -12-1871. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, n.º 120, p. 02-03, (25-12-1873. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 134, p. 03, 09-04- 1874. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 143, p. 04, 11-06-1874. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 149, p. 02-03, 24-07-1874. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 151, p. 03, 06-08-1874. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 160, p. 01-02, 15-10-1874. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 166, p. 02, 26-11-1874. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano IV, n.º 201, p. 04, 01-08-1875. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VII, n.º 341, p. 02, 14-03-1878. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VII, n.º 358, p. 02, 04-07-1878. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VII, n.º 361, p. 03-04, 25-07-1878. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VII, n.º 362, p. 02-04, 01-08-1878. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII<sup>442</sup>, n.º 369, p. 02, 20-09-1878. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 369, p. 04, 28-09-1878. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 379, p. 04, 05-12-1878. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 387, p. 04, 16-02-1879. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano VIII, n.º 397, p. 04, 30-04-1879. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

---

<sup>442</sup> Até a data de 18 de agosto de 1879 conservou o registro do ano “VII”, a partir de setembro passou a registrar a informação do ano “VIII”, tudo indica que o jornal O Liberal não utilizava o ano civil para contabilizar a duração dos 365 dias de suas publicações levando a crer que possivelmente utilizassem a data de aniversário da criação deste para contar a seqüência dos anos de suas publicações.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XI, n.º 423, p. 03-04, 05-11-1879. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XI, n.º 541, p. 01, 17-08-1882. (Biblioteca Nacional) “O Liberal”.

O MATTO-GROSSO. Cuiabá, ano I, n.º 24, p. 04, 11-06-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 28, p. 03, 09-08-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 29, p. 03, 16-08-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 33, p. 03, 13-09-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 34, p. 02-03, 20-09-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 35, p. 04, 27-09-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 36, p. 04, 04-10-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 37, p. 04, 11-10-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 38, p. 04, 18-10-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 40, p. 04, 01-11-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 43, 02-03, 22-11-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, n.º 47, p. 01, 20-12-1863. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n.º 16<sup>443</sup>, p. 04, 22-04-1864. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, n.º 17, p. 04, 01-05-1864. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

---

<sup>443</sup> Conforme a disposição das edições por ano, no Sítio da Biblioteca Nacional, para cada ano iniciado o periódico *O Matto-Grosso* zerava a contagem começando a série pelo número um (01) novamente. Nesse sentido, para a década de 1860, neste sítio só foram encontradas edições dos anos de 1863 e 1864, para as de 1870 e 1880 não foram encontrados nenhuma edição deste periódico. Assinala-se que o mesmo reapareceu em 1890, na edição de número 575, sobrevivendo até o ano de 1937.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, nº 31, p. 03, 07-08-1864. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, nº 36, p. 02, 18-09-1864. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano II, nº 37, p. 01, 30-09-1864. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano III, nº 111, p. 01, 13-02-1881. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano X, nº 475, p. 01, 05-02-1888. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 573, p. 01, 05-01-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 574, p. 02, 12-01-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 575, p. 03, 19-01-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 576, p. 04, 26-01-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 577, p. 04, 02-02-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 578, p. 02, 16-02-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 599, p. 01, 27-07-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XII, nº 600, p. 02, 05-08-1890. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano XIII, nº 624, p. 01, 26-04-1891. (Biblioteca Nacional) “O Matto-Grosso”.

O PORVIR. Cuiabá, ano I, nº 01, p. 01, 28-06-1877. (Biblioteca Nacional) “O Porvir”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 03, p. 02, 13-07-1877. (Biblioteca Nacional) “O Porvir”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 13, p. 01, 14-11-1877. (Biblioteca Nacional) “O Porvir”.

\_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 14, p. 01, 24-11-1877. (Biblioteca Nacional) “O Porvir”.



- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 30, p. 02, 28-05-1878. (Biblioteca Nacional) “O Porvir”.
- O POVO. Cuiabá, ano I, nº 04, p. 04, 31-01-1879. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 05, p. 04, 08-02-1879. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 15, p. 03, 16-05-1879. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 16, p. 04, 29-05-1879. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 23, p. 04, 17-08-1879. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 26, p. 02-04, 20-03-1880. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 27, p. 03-04, 31-03-1880. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 28, p. 02-03, 14-04-1880. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 29, p. 03-04, 25-04-1880. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.
- \_\_\_\_\_. Cuiabá, ano I, nº 32, p. 03-04, 29-05-1880. (Biblioteca Nacional) “O Povo”.

## ANEXOS

Os quadros incluídos nestes anexos foram construídos a partir dos cruzamentos de dados extraídos de documentos diversos. Todavia, deve-se assinalar que estes também puderam ser construídos levando-se em consideração as informações presentes em tais documentos, nesse sentido, cita-se o caso dos quadros que reportam à constituição das famílias, observando o recorte racial, bem como os quadros que permitem a construção de um olhar sobre a população escolarizada constituída por pretos e pardos nas freguesias da Sé e de São Gonçalo de Pedro II.

## ANEXO - I

**Jornais que circulavam em Mato Grosso no século XIX e início do século XX<sup>444</sup>.**

Nº	Jornal	Ano	Local
01	O Atalaia	1887	São Luis de Cáceres
02	A Cruz	1910-1969	Cuiabá
03	A Gazeta <sup>445</sup>	1890	Cuiabá
04	A Gazeta Cuyabana	1847-1848	Cuiabá
05	<b>A Gazeta Oficial do Estado de Matto Grosso</b>	1890	Cuiabá
06	<b>A Imprensa de Cuyabá</b>	1859-1865	Cuiabá
07	A Pátria	1905	Corumbá
08	<b>A Província de Mato Grosso<sup>446</sup></b>	1879-1889	Cuiabá
09	A Reação	1914	Cuiabá
10	A República	1883	Cuiabá
11	<b>A Situação<sup>447</sup></b>	1868-1887	Cuiabá
12	A Verdade	1894	Cuiabá
13	Boletim	1878	Cuiabá
14	Echo Cuiabano	1848	Cuiabá
15	Echo do Povo	1893	Corumbá
16	O Brazil	1902	Corumbá
17	O Commercio	1910	Cuiabá

<sup>444</sup> De acordo com o jornal *A Província de Matto-Grosso* (11-05-1879, ano I, n.º 19), recebiam em Cuiabá os seguintes jornais de outras localidades/províncias: *A Actualidade*, três números, de Ouro Preto, *O Arauto de Minas*, de São d'El-Rei, um exemplar, *Monitor Sul Americano* de Campanha da Princeza, todos de MG, *A Revista Ilustrada*, duas edições, *La Saizon*, *A Nação Portuguesa* e *O Reporter*, do Rio de Janeiro e *Monitor Campista* de Campos/RJ, sendo um exemplar de cada; nove edições de *O Orbe* da Maceio/AL, *O Conservador* e *A Regeneração*, ambos com quatro edições, da cidade de Desterro/SC, *O Espirito-Santense*, duas edições, de Vitória/ES, e *A Província do Parana* e *O Paranaense*, com um exemplar de cada e ambos da cidade de Curitiba/PR (p. 03). Ainda, conforme *A Província de Matto-Grosso* (06-07-1879, ano I, n.º 27), haviam recebido os seguintes jornais: *A Tribuna Livre*, *O Commercio*, *O Futuro*, *O Grito do Povo*, *Baixo Amazonas*, *A Época*, *Echo do Sul*, *Gazeta de Uberaba*, *A mãe de Família* e a *Revista Médica* (p. 03).

<sup>445</sup> Segundo Jucá (2009), substituiu o jornal *A Província de Matto Grosso* na publicação dos atos oficiais do governo mato-grossense até maio de 1890, e defendia a República (p. 78).

<sup>446</sup> Conforme Jucá (2009), surgiu em 09 de janeiro de 1879 por iniciativa do presidente João José Pedrosa. Como assinalou o autor, foi um dos mais importantes jornais da história da imprensa mato-grossense e responsável pela publicação dos atos governamentais até o final do Império (p. 49). De acordo com Jucá (2009), “era do Partido Liberal” (p. 78).

<sup>447</sup> Segundo Jucá (2009), o jornal *A Situação* pertencia ao Partido Conservador. (Idem)

18	O Correio do Estado	1909	Corumbá
19	O Debate	1911-1914	Cuiabá
20	O Democrata	1874	Cuiabá
21	O Filhote	1899	Cuiabá
22	<b>O Iniciador</b>	1879	Corumbá
23	<b>O Liberal</b>	1873-1882	Cuiabá
24	<b>O Noticiador Cuiabano</b>	1857-1959	Cuiabá
25	<b>O Matto Grosso</b>	1860-1898	Cuiabá
26	Oasis	1888	Corumbá
27	O Pharol	1909	Cuiabá
28	O Popular	1868	Cuiabá
29	<b>O Povir</b>	1877	Cuiabá
30	<b>O Povo</b> <sup>448</sup>	1878-1882	Cuiabá
31	O Progresso	1900	Cuiabá
32	O Republicano	1895	Cuiabá
33	O Sertanejo	1891	Corumbá
34	O Tiradentes	1897	Corumbá
35	Quinze de Novembro	1892	Cuiabá
36	Tributo as Letras	1891	Cuiabá
38	Themis Mattogrossense	1840	Cuiabá

Fontes: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e Jucá. (2009)

## ANEXO – II

### Freguesia da Sé – Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	Anna Lucinda dos Santos Malhado	21	-	Parda	Sim
02	Henriqueta Dacia de Paula	24	Criada	Parda	Sim
03	Anna Demethildes	21	Costureira	Parda	Sim
04	Candida Maria de Magalhães	21	-	Parda	Sim
05	Anna Joaquina	35	Ajustes	Parda	Sim
06	Felicia Francisca Antunes	35	Costureira	Parda	Sim
07	Eliseo Bazilio Martins Galvão	37	Taverneiro <sup>449</sup>	Parda	Sim
08	Joaquim José de Oliveira Ferro	25	Marceneiro	Parda	Sim
09	Theodoro Ribeiro dos Santos ?	33	Typographo	Parda	Sim
10	Amaro Vieira de Barros	36	Alfaiate	Parda	Sim
11	Anna Augusta Vieira	26	-	Parda	Sim
12	Clementina Rodrigues da Rosa	38	-	Parda	Sim
13	Antonio Pedro de Figueiredo	37	Taverneiro	Parda	Sim
14	Juliana Maria da Conceição	28	-	Parda	Sim
15	João Neponoceno	28	Caixeiro	Parda	Sim
16	Antonia de Almeida	37	-	Parda	Sim
17	Rosa de Lima	30	-	Parda	Sim
18	Luiza Antonia das Neves	21	Costureira	Parda	Sim
19	Pedro Candido Jarcem <sup>450</sup>	37	Funileiro	Parda	Sim

<sup>448</sup> De acordo com Jucá (2009), de propriedade de José Maria Velasco abolicionista convicto, o referido periodico era republicano e abolicionista. (p.63)

<sup>449</sup> Conforme Bueno (2000, p.602), TABERNEIRO, s. m. Dono da taberna; vendedor de bebida em taberna. E ainda: TABERNA, s. f. Estabelecimento onde se vende bebida alcoólica, bar bodega, boteco, taverna (idem, ibidem). Nesse sentido, assinala-se que a ideia de taverna, pode ser o que chamamos hoje de bar, e/ou venda. Logo “taverneiro” pode ser compreendido como pequeno comerciante. De acordo com O Matto-Grosso, (09-01-1864, ano II, n.º 02, p.02), na coluna “editaes”, o Tenente Francisco Pereira de Moraes Fiscal da Câmara Municipal de Cuiabá “ecommendava a fiel observância” das seguintes proposições: 1ª Nenhuma loja, taverna, casa de negocio ou officina se poderá estabelecer nesta Cidade e seo Termo, sem licença da camara, que deverá ser requerida em janeiro de cada anno. O infractor será multado em 20\$000, e 8 dias de prisão, e no dobro de reincidências.” (O Matto-Grosso, 1864, p. 02).

20	Manoel Izidoro da Silva	32	Funileiro	Parda	Sim
21	Francisco Candido Jarcem	36	Funileiro	Parda	Sim
22	Maria da Conceição Rodrigues	25	Costureira	Parda	Sim
23	Anna Rufina do Espirito Santo	27	Costureira	Parda	Sim
24	Antonio da Costa Garcia Junior	36	Agencia	Parda	Sim
25	Joana Alves da Costa Garcia	30	-	Parda	Sim
26	Joaquim Manco Barreto	30	Empregado. Publico	Parda	Sim
27	Rita de Cassia	31	Agencia	Parda	Sim
28	Luzia de Oliveira Sandes	30	-	Parda	Sim
29	Francisco Pereira de Souza	30	Marceneiro	Parda	Sim
30	Anna Joaquina de Moraes ?	38	Costureira	Parda	Sim
31	Antonio Pinto de Souza Leque <sup>451</sup>	34	Empregado. Publico	Parda	Sim
32	Bazilio de Almeida Pombo	25	Agencia	Parda	Sim
33	Antonio Benedicto da Costa	21	Sapateiro	Parda	Sim
34	Custodio Alves Ferreira <sup>452</sup>	38	Empregado. Publico	Parda	Sim
35	Antonia Mariana da Conceição	25	Costureira	Parda	Sim
36	Joaquim de Sant'Anna Marinho	28	Taverneiro	Parda	Sim
37	Maria Marques Ferreira	37	-	Parda	Sim
38	Francisca Feliciano de Lisbôa	28	Agencia	Parda	Sim
39	Anna Satyra de França	27	Agencia	Parda	Sim
40	Anna Paula de Arruda	26	Agencia	Parda	Sim
41	Antonio Paulino do Nascimento	30	Marceneiro	Parda	Sim
42	Felicia Maria do Nascimento	22	-	Parda	Sim
43	João Chrisostomo Moreira	20	Alfaiate	Parda	Sim
44	Benedicta Josepha	25	Teceloa	Parda	Sim
45	Carolina Pereira Forte	21	-	Parda	Sim
46	Antonia de Morais Navarros	24	-	Parda	Sim
47	João Felipe	29	Carpinteiro	Parda	Sim
48	Vesceslão Rodrigues de Siqueira	25	Agencia	Parda	Sim
49	Manoel Maximo da Paixão	30	Carpinteiro	Parda	Sim
50	Senhorinha Nunes de Abrêo	24	Costureira	Parda	Sim
51	Leopoldina Nunes de Abrêo	23	Costureira	Parda	Sim
52	Maria Theodora de Freitas	22	Agencia	Parda	Sim
53	Benedicto José da Silva	30	Marceneiro	Parda	Sim
54	Theodora de Souza Moreira	26	Agencia	Parda	Sim
55	Amância Henriques de Carvalho	31	Ajustes	Parda	Sim
56	Antonio Maria	36	Carpinteiro	Parda	Sim

<sup>450</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (26-09-1886, ano VIII, nº 403, p. 02), Pedro Candido Jarcem fora demitido do cargo de porteiro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso pelos Conservadores, e lembrava “que servia muito bem o seu lugar e tanto que foi conservado traiçoeiramente até aquelle dia. A fome é muita entre os conservadores, que por isso não podem tolerar que haja ainda um ou outro liberal empregado.” Ainda em *O Matto-Grosso* (05-01-1890, ano XII, nº 573, p. 01), Pedro Candido Jarcem e D. Maria Augusta da Costa Garcia foram proponentes para a execução dos serviços da iluminação pública de Cuiabá para o ano de 1890. Nesse sentido, assinala-se que Pedro Candido Jarcem teve sua proposta “lavrada” por esta ser mais vantajosa a fazenda do Estado segundo informações da inspetoria.

<sup>451</sup> Conforme Relatório de Instrução Publica (1885) pelo Diretor Geral de Instrução Pública João Carlos Muniz, Antonio Pinto de Souza Leque foi nomeado inspetor paroquial da Capital.

<sup>452</sup> De acordo com *A Gazeta* (26-07-1889, ano I, nº 48, p. 02), Custódio Alves Pereria havia sido nomeado arquivista da Secretaria do Governo. Em *O Matto-Grosso* (19-01-1890, ano XII, nº 575, p. 03), informavam que havia reaparecido “a – Tribuna – o antigo campeão das ideias democraticas. Felecitamos ao nosso distincto amigo e collega o cidadão Custodio Alves Ferreria por esse feliz acontecimento”. Paião (2006a, p. 52-53) apresentou um quadro contando os jornais de Mato Grosso no século XIX e, nesse sentido, informou que o jornal *A Tribuna* operou na cidade de Cuiabá entre os anos de 1885-1890, e “salvo engano, era órgão republicano”. Dizia-se “dedicado aos interesses morais e materiais da Provincia”, era editado na tipografia do mesmo jornal. (p. 53)

57	Margarida de Cartona	26	-	Parda	Sim
58	Manoel Alves de Moraes	25	Marceneiro	Parda	Sim
59	Anna Ignez	25	-	Parda	Sim
60	Joaquim Marques de Siqueira	24	Sapateiro	Parda	Sim
61	João Pedro	30	Carpinteiro	Parda	Sim
62	Severo Bispo Corrêa	35	Sapateiro	Parda	Sim
63	Leopoldino da Costa Meira	32	Açougueiro	Parda	Sim
64	Petronilha da Costa Magalhães	35	Ajustes	Parda	Sim
65	Manoel José de Oliveira	38	Ajustes	Parda	Sim
66	Crisanto da Silva	25	Pedreiro	Parda	Sim
67	Caetano Bispo	27	Pedreiro	Parda	Sim
68	Olympio de Souza	25	Sapateiro	Parda	Sim
69	João Romão Capistrano	21	Marceneiro	Parda	Sim
70	Irinêo José Cavalcante	36	Pedreiro	Parda	Sim
71	Roza de Souza	21	Agencia	Parda	Sim
72	Candido Mariano da Silva Rondon <sup>453</sup>	25	Tenente do exercito	Parda	Sim
73	Umbelina de Souza Neves	26	Agencia	Parda	Sim
74	Umbelina da Silva Claro	25	-	Parda	Sim
75	João Estevão do Nascimento	22	Agencia	Parda	Sim
76	Maria Roza Mendes	27	Agencia	Parda	Sim
77	Anna Umbelina da Costa	27	-	Parda	Sim
78	Anna Umbelina da Costa	25	-	Parda	Sim
79	Victoria Querina da Costa	23	-	Parda	Sim

<sup>453</sup> Ver: Missão Rondon: Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Edição do Senado Federal, Vol. 8, Brasília, 2003. “Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu órfão de pai, no lugar denominado Mimoso, nas cercanias de Cuiabá, a 5 de maio de 1865. Aos dois anos, perdeu sua mãe; foi então entregue aos cuidados de seu avô, em cuja companhia aprendeu a ler, e depois enviado ao seu tio paterno e tutor, Manuel R. da Silva Rondon, em Cuiabá. Matriculou-se no Liceu, obtendo aos 16 anos o diploma de professor público. Por falta de recursos que lhe permitissem estudar de outro modo, assentou praça em novembro de 1881, com o fim de se matricular na Escola Militar. Não tendo obtido matrícula, no ano seguinte, foi, pelas suas habilitações, nomeado amanuense do quartel-mestre-general, aproveitando as folgas para fazer exame na Instrução Pública. Matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1883; em 1886, foi nomeado alferes-aluno; e, em 1889, concluiu o seu curso, após a proclamação da República, em que tomou parte como legionário daquela escola. Recebeu o grau de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais em 1890, ano em que foi promovido a 2º e 1º tenente.” (2003, p.13). No que se refere ao *Recenseamento de 1890*, Rondon foi encontrado residindo na 1ª Quadra da Rua 11 de Julho, caracterizado como **parda**, 25 anos, tendo como profissão Tenente do Exército, solteiro, católico, brasileiro e sabia ler. Residia com Manoel Rodrigues da Silva Rondon, 55 anos, **parda**, viúvo, profissão agencia, católico, brasileiro e que também sabia ler. Residia ainda com estes, Hugo Figueiro, 25 anos, branco, fotógrafo, brasileiro, católico e que sabia ler; e, ainda, Simão da Silva, 12 anos, solteiro, católico, brasileiro, que não frequentava escola e nem sabia ler. Conforme o jornal *A Província de Matto-Grosso*, Cândido Mariano da Silva Rondon cursava o 2º ano do Curso Normal *A Província de Matto-Grosso* (18-04-1880, anno II, n.º 68, p. 2), em companhia de outros pardos, que também estudaram na Escola Normal como **Augusto de Assis Monteiro** (conforme Recenseamento de 1890, **parda**, empregado público, residente no 14º Quarteirão, Rua 1º de Março – Freguesia da Sé, pertencia a uma família de brancos, com 5 criados todos caracterizados como de raça preta, 2 menores, um de 5 anos e o outro de 1, uma criada de 30 anos (parda) e (uma preta de 98 anos). A família era liderada por Raymundo de Assis Monteiro, 66 anos, empregado público, casado, e havia ainda duas mulheres caracterizadas como brancas, de sobrenome Monteiro e solteiras. Estudava, também, o **parda João Alves Guerra** (conforme o Recenseamento de 1890, caracterizado como de raça **parda**, 22 anos, empregado público, solteiro e que sabia ler. Vivia com mais 7 pessoas, das quais 4 sabiam ler e, delas, 3 frequentavam a escola. Possuía uma criada. Residia na Rua da Misericórdia, nº 574, Freguesia da Sé; e **João Lino de Christo** que não foi encontrado no Recenseamento de 1890, mas encontrou-se **Manoel Lino de Christo**, taverneiro, casado, caracterizado como de raça **parda**, residindo à Rua 13 de Junho, na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II. Logo, presume-se que **João Lino de Christo** também fosse de raça **parda**, pois os sobrenomes parecem indicar parentesco entre **João Lino de Christo** e **Manoel Lino de Christo**. Nesse sentido, a turma do 2º ano do Curso Normal era composta por 12 alunos, sendo 4 deles de raça **parda**, contando 33.3% dos participantes naquela turma do ano de 1880.

80	Victalina Umbelina da Silva	29	Costureira	Parda	Sim
81	Joana Georgina da Silva	27	Costureira	Parda	Sim
82	Anna Clementina de Anunciação	33	-	Parda	Sim
83	Maria Pinto de Anunciação	31	-	Parda	Sim
84	Innocencia Pinto de Anunciação	29	-	Parda	Sim
85	Candido Rodrigues da Silva	35	Agencia	Parda	Sim
86	Albina Maria da Silva	26	Agencia	Parda	Sim
87	Ignez Gomes Martins	25	Costureira	Parda	Sim
88	Benedicto Henrique de ?	28	Agencia	Parda	Sim
89	Maria Marcondes da Silva	31	-	Parda	Sim
90	Maria Joaquina Arlindo	36	Pensionista	Parda	Sim
91	Anna Maria da Matta	30	-	Parda	Sim
92	Jacinto Botelho Leite <sup>454</sup>	39	Marceneiro	Parda	Sim
93	Anna Zeferina dos Santos	30	Costureira	Parda	Sim
94	Maria Pedroza dos Santos	28	Costureira	Parda	Sim
95	Joaquim Marcellino Martins	25	Marceneiro	Parda	Sim
96	Claudina Pereira da Costa	33	Agencia	Parda	Sim
97	José Ignacio Sancedo	35	Padeiro	Parda	Sim
98	Agostinho Peixoto de Azevedo	34	Caixeiro	Parda	Sim
99	Anna Dionizia Borges	28	-	Parda	Sim
100	Maria Candida Borges	26	-	Parda	Sim
101	Emilia Augusta da Silva	25	-	Parda	Sim
102	Mariana dos Santos	35	-	Parda	Sim
103	Anna Ribeiro da Silva	26	Agencia	Parda	Sim
104	Augusto de Assis Monteiro	28	Empregado. Publico	Parda	Sim
105	João Augusto Monteiro	23	Marceneiro	Parda	Sim
106	Mariana Luiza de Vasconcellos	30	-	Parda	Sim
107	Henrique Moreira de Araujo	21	Caixeiro	Parda	Sim
108	Brasilina Bueno de Sampaio	22	-	Parda	Sim
109	Conrado Emiliano da Costa	21	-	Parda	Sim
110	Thomaz Ludgero Carneiro	23	Taverneiro	Parda	Sim
111	Manoel Benedicto Carneiro	29	Empregado. Publico	Parda	Sim
112	Maria Florencia Tocantins	30	-	Parda	Sim
113	Benedicto José de Araujo	25	Marceneiro	Parda	Sim
114	Camillo Pinto de Oliveira	24	Carpinteiro	Parda	Sim
115	Felicia Corrêa de Souza	28	-	Parda	Sim
116	Guilhermina Maria Pereira	32	-	Parda	Sim
117	José Gonçalves dos Reis	25	Mascate	Parda	Sim
118	Sebastiana da Costa Figueredo	27	-	Parda	Sim
119	Anna Ferreira Mendes	38	-	Parda	Sim
120	Luiza Paes de Freitas	30	-	Parda	Sim
121	Carolina Gomes da Silva Lima	30	-	Parda	Sim
122	Joaquim José Torquato	35	Empregado. Publico	Parda	Sim
123	Maria Pedroza da Costa	28	-	Parda	Sim
124	Pedro Fernandes de Araujo	30	Alfaiate	Parda	Sim
125	Maria Joana	21	-	Parda	Sim
126	João Alexandre de Britto <sup>455</sup>	37	Alfaiate	Parda	Sim
127	José Ramos Bueno	32	Taverneiro	Parda	Sim

<sup>454</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ani XI, nº 564, p. 03), Jacinto Botelho Leite, 37 anos, filho de Joaquina Botelho Leite, solteiro, taverneiro, residente na Rua 27 de Dezembro, sabia ler e escrever, possuía renda legal. O mesmo havia se alistado em 1889 e provado as condições “legaes”.

<sup>455</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03), João Alexandre de Brito, 37 anos, filho de Antonio Safino de Brito, solterio, alfaiate, residente na Rua da Emancipação, sabe ler e escrever, possui renda legal, alistou-se em 1889 e provou as “condições leages” para ser eleitor.

128	Jesuino Innocencio de Moraes	35	Sapateiro	Parda	Sim
129	Antonia Clementina de Moraes	30	-	Parda	Sim
130	Joaquim Alves Ribeiro	21	Sapateiro	Parda	Sim
131	Josepha Olimpia de Souza Arruda	36	-	Parda	Sim
132	Antonio Marinho da Fonsêca <sup>456</sup>	39	Musico	Parda	Sim
133	Jeronyma Maria do Espirito Santo	32	-	Parda	Sim
134	Maria Claudina Guerra	37	-	Parda	Sim
135	João Alves Guerra	22	Empregado. Publico	Parda	Sim
136	Maria Gabriella	22	-	Parda	Sim
137	José do Espirito Santo	38	-	Parda	Sim
138	Felisberto Acelino	37	-	Parda	Sim
139	Balbino Alves Ferreira	38	-	Parda	Sim
140	Pedro Leite da Cunha Mattos <sup>457</sup>	23	Min. Tra. (sic)	Parda	Sim
141	Januario Rondon <sup>458</sup>	22	Min. Tra. (sic)	Parda	Sim
142	Francisca de Paula	21	-	Parda	Sim
143	Thomé Ribeiro de Siqueira <sup>459</sup>	36	Empregado. Publico	Parda	Sim
144	Ana Feliciano Martins	24	-	Parda	Sim
145	Carlos Barboza de Faria <sup>460</sup>	39	Empregado. Publico	Parda	Sim
146	Antonia Thereza de Faria	25	-	Parda	Sim
147	Francisco Augusto de Moraes	22	Alfaiate	Parda	Sim
148	João da Silva Pereira	33	Marceneiro	Parda	Sim
149	Joana Antonia do Amaral	24	-	Parda	Sim
150	João de Oliveira Torres	24	Agencia	Parda	Sim
151	Agostinho José de Carvalho	33	Carpinteiro	Parda	Sim
152	Anna Innocencia Iria	38	-	Parda	Sim
153	Mariana Amelia da Costa	25	-	Parda	Sim
154	José Leite da Costa	36	Agencia	Parda	Sim
155	Chrispiniano Theobaldo do ?	24	Pedreiro	Parda	Sim
156	Mariana Corrêa de Mesquita	28	Agencia	Parda	Sim
157	Ignez Corrêa de Mesquita	23	Agencia	Parda	Sim
158	Maria das Dôres de Mesquita	38	Agencia	Parda	Sim
159	Anna Augusta	36	Agencia	Parda	Sim
160	Maria Luiza Martins <sup>461</sup>	27	Agencia	Parda	Sim
161	Maria da Conceição de Campos	28	-	Parda	Sim
162	José Theophilo Rodrigues	26	-	Parda	Sim
163	Petromilho Pinto de Figueiredo	25	Agencia	Parda	Sim
164	Manoel Soares da Silva Cabral	25	Taverneiro	Parda	Sim
165	Benedicta Vicencia de Paula	21	-	Parda	Sim

<sup>456</sup> De acordo com A Gazeta (16-07-1889, ano I, n.º 46, p.03), o Alferes Antonio Marinho da Fonseca foi nomeado musico do Arsenal da Guerra.

<sup>457</sup> Conforme Recenseamento de 1890, (p.129) teria sido aluno do seminário.

<sup>458</sup> Conforme Recenseamento de 1890, (p.129) teria sido aluno do seminário.

<sup>459</sup> Conforme *O Porvir* (30-09-1877, ano I, n.º 10, p. 01), Thomé Ribeiro de Siqueira havia sido nomeado “escriturario da theosouraria provincial” após prestar “competente exame” (*O PORVIR*, 1877, p. 01). Inere-se que Thomé Ribeiro de Siqueira escrevesse para alguns jornais, a assertiva pode ser confirmada em *O Povo* (29-05-1879, ano I, n.º 16, p. 04), em que este declarava que não escreveria para jornais, salvo, porém, casos que lhe fosse confiada uma redação “ou se lhe torne mister repellar o arrôjo de quem quer que ouse marear o brilho de sua reputação e dignidade, Cuiabá, 20 de Maio de 1879.” (*O POVO*, 1879, p.4) Ainda constou-se que Thomé Ribeiro Siqueira atuava no **Partido Liberal** e era amigo do Barão do Aguapehy conforme texto escrito pelo referido Thomé e publicado na coluna “A Pedido”, em *O Povo* (31-01-1879, ano I, n.º 04, p.04).

<sup>460</sup> De acordo com A Situação (25-08-1872, ano V, n.º 249, p.04), Carlos Brabosa de Faria obteve 22 faltas durante o trimestre (maio a julho) na cadeira de Latim - Classe de Gramatica no Seminário Epsicopal da Conceição.

<sup>461</sup> Conforme Recenseamento de 1890 (p.144), foi caracterizada como de raça parda, mas de nacionalidade Paraguaia.

166	Thereza Maria de Jesus	35	Agencia	Parda	Sim
167	Francisco Pereira Forte	23	Ajustes	Parda	Sim
168	Antonio Bento Pereira	26	Musico	Parda	Sim
169	Catharina Maria da Conceição ?	35	-	Parda	Sim
170	José Pedro	25	Agencia	Parda	Sim
171	Antonio Dias de Nazareth	21	Carpinteiro	Parda	Sim
172	Lourenço Justiniano do Amaral	25	Pedreiro	Parda	Sim
173	José da Cunha Maciel <sup>462</sup>	30	Empregado. Publico	Parda	Sim
174	Benedicta da Cunha Maciel	25	-	Parda	Sim
175	Torquato Dias de França	25	Agencia	Parda	Sim
176	Bartholino Alves da Cunha <sup>463</sup>	32	Agencia	Parda	Sim
177	Catharina Rodrigues da Silva	21	-	Parda	Sim
178	Justino Dias Monteiro	22	Agencia	Parda	Sim
179	Benedicto Ferreira Lemes	21	Agencia	Parda	Sim
180	Claudina de Miranda Lima	28	-	Parda	Sim
181	Joana Claudina de Miranda	26	-	Parda	Sim
182	Maria Eulalia Corrêa Pinto	26	-	Parda	Sim
183	Anna Josepha de Jesus	31	-	Parda	Sim
184	Domingos Soriano Gonçalves Penna	26	Marceneiro	Parda	Sim
185	Felix Benedicto de Miranda <sup>464</sup>	33	Professor	Parda	Sim
186	Maria Eulalia de Campos Miranda	22	-	Parda	Sim
187	Antonio Theomoteo das Neves	21	Carpinteiro	Parda	Sim
188	Caetano Esquibel	35	Padeiro	Parda	Sim
189	José Pedro dos Santos	21	Ajustes	Parda	Sim
190	João Anastacio de Souza	35	Agencia	Parda	Sim
191	Anna Roza Lopes	22	-	Parda	Sim
192	Anselmo Liberato de Oliveira	25	Empregado. Publico	Parda	Sim
193	Trajano Bueno de Camargo	34	Alfaiate	Parda	Sim
194	Dulcina Vidal Peixoto de Camargo	23	-	Parda	Sim
195	Etelvina Julia da Costa	22	-	Parda	Sim
196	João Leocadio da Fonsêca	23	Agencia	Parda	Sim
197	Francisco de Assiz Pereira	34	Agencia	Parda	Sim
198	Antonia Augusta Gaudie Ley	21	Professora	Parda	Sim
199	Joaquim Alves Ribeiro	21	Sapateiro	Parda	Sim
200	Izelinda Antonia Fayal	36	-	Parda	Sim
201	Francisco Ramos da Silva	24	Negociante	Parda	Sim
202	João Gonçalves dos Reis	26	Caixeiro	Parda	Sim
203	João Cancio da Cunha Pontes	25	Caixeiro	Parda	Sim
204	Alexandrina Pereira Carstens	39	-	Parda	Sim
205	Bento Severiano da Luz <sup>465</sup>	35	Cônego	Parda	Sim
206	Amélia Moraes Jardim	25	-	Parda	Sim
207	Joaquim Rodrigues Freire <sup>466</sup>	31	Alfaiate	Parda	Sim

<sup>462</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03), José da Cunha Maciel, 29 anos, filho de José da Cunha Maciel, casado, oleiro, residente na Rua 1º de Março, sabe ler e escrever, possuía renda legal, alistou-se em 1889, e provado condições “legaes” para ser eleitor.

<sup>463</sup> Ver *A Gazeta* (21-07-1889, ano I, nº 47), que informou que havia sido exonerado do cargo de porteiro da Secretaria de Policia Bartholino Alves da Cunha. Outrossim, o mesmo jornal assinala que o perdido que havia subido ao poder estava exonerando todos os cargos e nomeando outros. Nesse sentido, *A Gazeta*, chamou a atenção do periodico *A Situação* por estes serem conservadores. (p. 02)

<sup>464</sup> De acordo com *A Situação* (25-08-1872, ano V, nº 249, p.04), Felix Benedicto de Miranda obteve 33 faltas durante o trimestre (maio a julho) “de lição” na cadeira de Francez como aluno do Seminário Episcopal da Conceição.

<sup>465</sup> Conforme notícia do jornal *A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO*, “o alumno clérigo in minoribus Bento Severiano da Luz substituiu o padre José Augusto Duarte”, o qual teve o cargo de professor do Seminário Episcopal suspenso. (*A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO*, anno II, edição 67, 11.04.1880, p. 2)

<sup>466</sup> De acordo com *O Liberal* (14-03-1878, ano VII, nº 341, p. 03), atuava como 1º secretario da Sociedade



208	Manoel Henrique de Carvalho	30	-	Parda	Sim
209	Cesario Sesostres Cezar	25	Taverneiro	Parda	Sim
210	Hermegenia Olinda da Silva	28	-	Parda	Sim
211	Leopoldino Nonato de Faria	28	Empregado. Publico	Parda	Sim
212	Anna Joaquina de Proença	30	-	Parda	Sim
213	Antonio Hegyno Garcez Jorte	35	Taverneiro	Parda	Sim
214	José Antonio dos Reis	35	-	Parda	Sim
215	Constança Nunes de Arruda	30	Agencia	Parda	Sim
216	Maria Balbina de Almeida Oliveira	25	-	Parda	Sim
217	João Agostinho Martins Pinto	23	Caixeiro	Parda	Sim
218	Joana Gomes Lagoeira	21	-	Parda	Sim
219	Elvira Virginia de Jesus	32	Agencia	Parda	Sim
220	Antonio Emygdio do Espirito ?	26	Caixeiro	Parda	Sim
221	Anna Luiza Poupino Caldas	23	-	Parda	Sim
222	Cleuterio José de Arruda	26	Marceneiro	Parda	Sim
223	Clementino de Moraes Bueno	36	Carpinteiro	Parda	Sim
224	Anna Serapiana de Moraes	30	-	Parda	Sim
225	Hilario Antonio de Moura	38	Agencia	Parda	Sim
226	Maria Isolina da Cunha	24	-	Parda	Sim
227	Theodora da Silva Ribeiro	23	-	Parda	Sim
228	Joana Baptista da Cruz	34	-	Parda	Sim
229	Joaquim Theodoro	23	Agencia	Parda	Sim
230	Maria Joaquina Alves Pereira	39	-	Parda	Sim
231	Amelia Alves Pereira	22	-	Parda	Sim
231	José Maria Ferraz	32	Ajustes	Parda	Sim
233	José Rodrigues Gusmão	21	Caixeiro	Parda	Sim
234	José Secundino Domingues	25	Barbeiro	Parda	Sim
235	Joaquim José Ignacio	35	Agencia	Parda	Sim
236	Maria Izabel Moreira	30	Agencia	Parda	Sim
237	Victor de Souza Brandão	27	Sapateiro	Parda	Sim
238	Pio Gomes da Silva	35	Carpinteiro	Parda	Sim
239	Antonio Paes de Barros	38	Agencia	Parda	Sim
240	Vicencia Leonidia Pereira	23	-	Parda	Sim
241	Leopoldina Maria de Assumpção	38	-	Parda	Sim
242	Belarmino Garcia Contadoria <sup>467</sup>	36	Taverneiro	Parda	Sim
243	Antonio Malheiros	22	Agencia	Parda	Sim
244	Manoel Quirino Jorge da Silva	27	Agencia	Parda	Sim
245	José Antonio da Silva Santos	35	Agencia	Parda	Sim
246	Maria Marcellina de Carvalho	27	Agencia	Parda	Sim
247	Maria Joaquina	25	-	Parda	Sim
248	Amelia Corrêa da Costa	23	-	Parda	Sim
249	Paula Josepha das Mercês	31	-	Parda	Sim
250	Arsenio Bueno de Camargo <sup>468</sup>	32	Marceneiro	Parda	Sim
251	Luiza de Souza	25	-	Parda	Sim
252	Francelino de Moura	29	-	Parda	Sim
253	Celestina Maria Ferreira	30	Agencia	Parda	Sim
254	Thereza Maria Ferreira	32	Agencia	Parda	Sim
255	Maria Thereza Ferreira de Barros	30	-	Parda	Sim
256	Antonio Fernandes da Silva	29	Agencia	Parda	Sim
257	Joaquim Ferreira da Silva	25	Agencia	Parda	Sim

Emancipadora Mato-Grossense.

<sup>467</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03), Belarmino Garcia Contadoria, 39 anos, filho de João Contadoria, casado, negociante, residente a Rua Bella-Vista, sabe ler e escrever, possui renda legal, alistou-se em 1889, provou “condições legais” para ser eleitor.

<sup>468</sup> Segundo notícia no jornal *A Provincia de Matto-Grosso*, Arsenio Bueno de Camargo era 2º sargento do Arsenal de Guerra e havia recebido castigos “com quatro guardas seguidas a meio dia de folga”. Outro sargento e um soldado também receberam castigos. (*A Provincia de Matto-Grosso*, ano III, edição 118, 03-04-1881, p.2)

258	Maria Benedicta Ferreira Mendes	23	-	Parda	Sim
259	Anna de Souza Mattos	39	Agencia	Parda	Sim
260	Francisco de Araujo Ferreira	36	Seleiro	Parda	Sim
261	Christino Gomes de Oliveira	35	Carpinteiro	Parda	Sim
262	Mariana Rosa	25	-	Parda	Sim
263	José de Paula Corrêa <sup>469</sup>	37	Ferreiro	Parda	Sim
264	Joanna Guilhermina de ?	30	-	Parda	Sim
265	Eufrosina dos Santos Viena	38	-	Parda	Sim
266	Thomazia Vieira de Barros	36	-	Parda	Sim
267	Rosalina Pinto	22	-	Parda	Sim
268	Antonia Francisca dos Santos	33	Agencia	Parda	Sim
269	Dyonisio Demetrio de Cerqueira	27	Fogueteiro	Parda	Sim
270	Malvina Hypolita da Costa	23	-	Parda	Sim
271	João Carlos de Sant' Anna	36	Sapateiro	Parda	Sim
272	Juvencio Justino Brandão	23	Sapateiro	Parda	Sim
273	Escholastica de Jesus	25	Agencia	Parda	Sim
274	Maria da Conceição Pereira	31	-	Parda	Sim
275	Vicente Rabello Leite Sobrinho	32	Alferes do.	Parda	Sim
276	Emilia Franca de Camargo ?	30	-	Parda	Sim
277	Joanna de Oliveira Bastos	39	Agencia	Parda	Sim
278	Elisêu Delfino	35	Sapateiro	Parda	Sim
279	Carolina Paes de Carvalho	26	-	Parda	Sim
280	José Domiciano Pedroso	32	Pedreiro	Parda	Sim
281	Angelica Paes da Motta	35	-	Parda	Sim
282	Maria Joaquina do E. Santo	30	Agencia	Parda	Sim
283	Pio Gomes da Silva	26	Carpinteiro	Parda	Sim
284	Mathias de Sousa	26	Carpinteiro	Parda	Sim
285	José Maria de Almeida	30	Agencia	Parda	Sim
286	Henriqueta Pereira de Almeida	26	-	Parda	Sim
287	Julio Alves Fernandes de ?	26	Empregado. Publico	Parda	Sim
288	Manoel João Nepomuceno <sup>470</sup>	39	Alfaiate	Parda	Sim
289	Idalina Augusta Portella	24	-	Parda	Sim
290	Anna Augusta de Avellar	26	-	Parda	Sim
291	Maria Deonisia da Silva	22	Agencia	Parda	Sim
292	Marçal Rodrigues de Almeida	33	Pintor	Parda	Sim
293	Fortunata Augusta de Araujo	21	-	Parda	Sim
294	Silvestre Pereira Borges	28	Taverneiro	Parda	Sim
295	Raymundo de Souza Ferreira	33	Agencia	Parda	Sim
296	Hypolito de Moraes Navarros	36	Sapateiro	Parda	Sim
297	Antonio Gregorio de Moraes	21	Agencia	Parda	Sim
298	Eusebio da Costa Vieira	30	Carpinteiro	Parda	Sim
299	Gabriel de Andrade <sup>471</sup>	23	Empregado. Publico	Parda	Sim
300	Anna Rosa Chaveiro	22	-	Parda	Sim
301	João de Deus Leite	38	Carpinteiro	Parda	Sim
302	Maria Pedrosa	23	-	Parda	Sim
303	Angela Gomes da Silva	22	-	Parda	Sim
304	Constantino Pedroso de Barros	33	Sapateiro	Parda	Sim
305	Anna Maria de Barros	35	-	Parda	Sim

<sup>469</sup> Conforme *A Provincia de Matto Grosso* (19-10-1879, ano I, n.º 42, p. 03-04.), era contador da Contadoria da Thesouraria da Fazenda de Matto-Grosso, 8 de Outubro de 1879.

<sup>470</sup> Conforme *A Gazeta* (261-07-1889, ano I, n.º 48, p. 02), Manoel João Nepomuceno havia sido demitido do cargo de amanuense do Laboratório Pyrotechnico.

<sup>471</sup> De acordo com *A Gazeta* (01-07-1889, ano I, n.º 43, p. 04), havia sido nomeado em conjunto com outros Jeronymo Gomes Macerata, Benedicto José das Neves, José de Goes Peixoto de Azevedo para os cargos de **amanuenses e praticantes** da Secretaria da Presidencia visto “já haveram provado as suas habilitações, exercendo interinamente os ditos logares desde longa data. (p. 01)

306	José Pedroso	24	Alfaiate	Parda	Sim
307	Antonio Pedroso	21	Sapateiro	Parda	Sim
308	Anna Maria da Silva	23	Agencia	Parda	Sim
309	Manoel Florencio da Silva	30	Pintor	Parda	Sim
310	Antonia dos Santos Reis	21	Agencia	Parda	Sim
311	Roberta Caetano de Mesquita	30	Agencia	Parda	Sim
312	João Baptista de Oliveira	38	Agencia	Parda	Sim
313	Vicência Rosa da Cocm	34	-	Parda	Sim
314	Antonio Jé Pinto de Figueiredo	39	Agencia	Parda	Sim
315	Mauricea de Assis Figueiredo	29	-	Parda	Sim
316	Anna de Assiz Pereira	31	-	Parda	Sim
317	Julio	35	Agencia	Parda	Sim
318	Mariana Marta Roiz	32	-	Parda	Sim
319	Maria Benedicta	25	Agencia	Parda	Sim
320	Mariana Fa da Silva	29	Agencia	Parda	Sim
321	Maria Angelica	23	Agencia	Parda	Sim
322	João Afonso Ferreira	28	Pedreiro	Parda	Sim
323	João Vieira	30	Pedreiro	Parda	Sim
324	Ignez Maria da Costa	31	-	Parda	Sim
325	Luiz Cassiano Paes de Carmo	31	Alfaiate	Parda	Sim
326	Rozalia Thereza de Anchieta	38	-	Parda	Sim
327	José Alexandre Bahia	21	Carpinteiro	Parda	Sim
328	Mariano Bispo	30	-	Parda	Sim
329	José da Costa Meira	28	Açougueiro	Parda	Sim
340	Manoel Constantino de Brito	23	Marceneiro	Parda	Sim
341	Anna Rosa de Figueiredo	30	Agencia	Parda	Sim
342	Mariana Francelina de Figueiredo	28	Agencia	Parda	Sim
343	Celestina Rosa de Figueiredo	32	-	Parda	Sim
344	João Baptista	25	-	Parda	Sim
345	Maria Januaria Mendes de S. <sup>a</sup>	29	-	Parda	Sim
346	Mariana Roiz Xavier	30	-	Parda	Sim
347	João Franco Corrêa da Costa	25	-	Parda	Sim
348	Franco Germano Corrêa da Costa	22	-	Parda	Sim
349	Amelia Vieira Nery	23	Agencia	Parda	Sim
350	Florencio José Domingos	28	Agencia	Parda	Sim
351	Maria Maximiana	30	Agencia	Parda	Sim
352	Paulo Augusto de Cerqueira	27	Carpinteiro	Parda	Sim
<b>Total</b>	<b>352</b>				

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

### ANEXO – III

**Freguesia da Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	93	26,4	78	22,1	171	48,5
02	Mulheres	106	30,1	75	21,3	181	51,4
03	Total	199	56,5	153	43,4	352	99,9

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

### ANEXO – IV

**Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº	Nome	Idade	Profissão	E. Civil	Parda	Sim
01	Libanio Antonio ?	37	Ferreiro	Casado	Parda	Sim
02	Mariana Pia de ?	29	-	Casado	Parda	Sim
03	Amalia Corrêa Lopes	30	Engomadeira	Solteira	Parda	Sim
04	Estevão Delfino da ?	37	Carpinteiro	Solteiro	Parda	Sim
05	Maria Rita de Abreu	32	Agencia	Casada	Parda	Sim
06	Antonia Cyrilla Seabra	24	-	Solteira	Parda	Sim
07	Marciano Rodrigues de Pinho	23	Carpinteiro	Solteiro	Parda	Sim
08	Mathias Marques de ?	35	Ferreiro	Solteiro	Parda	Sim
09	Estephania Maria de ?	26	Agencia	Solteira	Parda	Sim
10	Olegario Rodrigues	39	Torneiro	Casado	Parda	Sim
11	Umbelina Ferreira	25	Costureira	Viúva	Parda	Sim
12	Francisca Caetano	31	-	Casada	Parda	Sim
13	Manoel Francisco de Souza	35	Pintor	Casado	Parda	Sim
14	Antonio João Alves	25	Agencia	Solteiro	Parda	Sim
15	Antonio Gomes Pedroso	37	Taverneiro	Casado	Parda	Sim
16	Maria Isabel Gomes	24	-	Casada	Parda	Sim
17	Simão Victor Leite	28	Carpinteiro	Casado	Parda	Sim
18	Braulina Benecia de Jesus	23	Agencia	Solteira	Parda	Sim
19	Edwirges Corrêa da	23	Agencia	Casada	Parda	Sim
20	Antonia Rosa da Silva	21	Agencia	Solteira	Parda	Sim
21	Benedicto Jacintho	28	Sacristão	Solteiro	Parda	Sim
22	Aureliano Jorge dos ?	29	Carpinteiro	Casado	Parda	Sim
23	Joana Eulalia de ?	25	Agencia	Solteira	Parda	Sim
24	Joaquim Corrêa Ribeiro	26	Carpinteiro	Solteiro	Parda	Sim
25	Fernando José de ?	23	Agencia	Casado	Parda	Sim
26	João Papa da Cunha	22	Carpinteiro	Solteiro	Parda	Sim
27	Maria dos Anjos de Sz.	32	Agencia	Solteira	Parda	Sim
28	Francisco Corrêa de ?	27	Carpinteiro	Solteiro	Parda	Sim
29	Vicência da Costa Leite	27	Agencia	Solteira	Parda	Sim
30	Caetana Cabral de Jesus	24	Agencia	Solteira	Parda	Sim
31	Maria das Dores de ?	29	Costureira	Casada	Parda	Sim
32	Josephina Nunes Ferraz	28	Agencia	Solteira	Parda	Sim
33	Delfina Ernesto Pinto	32	Agencia	Solteira	Parda	Sim
34	Anna Maria Xavier	30	Agencia	Viúva	Parda	Sim
35	Francisco de Souza	24	Ajustes	Casado	Parda	Sim
36	Narcisa Ramos	35	Agencia	Solteira	Parda	Sim
37	Elyseo Cespes <sup>472</sup>	29	Agencia		Parda	Sim
38	Simão da Silva Rondon	37	Agencia	Casado	Parda	Sim
39	Antonio Theodoro de ?	28	-	Casado	Parda	Sim
40	Manoel Casinto da ?	23	-	Casado	Parda	Sim
41	Maria Ignacia <sup>473</sup>	21	Agencia	Solteira	Parda	Sim
42	Antonio João	30	Mestre de	Casado	Parda	Sim
43	Antonia Francisca	24	-	Casada	Parda	Sim
44	Benedicto Pinto	31	Carpinteiro	Casado	Parda	Sim
45	Martinha Dias da Costa	22	-	Casada	Parda	Sim
46	José Leite da Cunha	25	Espingard (sic)	Casado	Parda	Sim
47	Joana Augusta da Matta	25	-	Casada	Parda	Sim
48	Thomaz Roberto das	22	Carpinteiro	Solteiro	Parda	Sim
49	Celestino Alves Bastos <sup>474</sup>	33	Capitão de	Casado	Parda	Sim

<sup>472</sup> Conforme Recenseamento 1890, Freguesia de São Gonçalo de Pedro II (p.46), foi caracterizado como de raça parda e de nacionalidade paraguaia.

<sup>473</sup> Conforme Recenseamento 1890, Freguesia de São Gonçalo de Pedro II (p.46), foi caracterizado como de raça parda e de nacionalidade paraguaia.

<sup>474</sup> Conforme *O Matto-Grosso* (12-01-1890, ano XII, nº 574, p.02), participou em conjunto com o Engenheiro Dr. João Pereira Gomes Filho da comissão para examinar as obras projetadas do cemitério, da fábrica da polvoras que estavam por concluir. Em seguida, seguiram para a freguesia da Chapada para examinar tanto a colonia agricola como a estrada que havia sido contruída em direção a capital. Ainda de acordo com *A Provincia*

Artilharia						
50	Manoel Pedroso dos Santos	33	Sapateiro	Casado	Parda	Sim
51	Antonia Esbaldina	34	Agencia	Solteira	Parda	Sim
52	Maria José de Carvalho	28	Agencia	Solteira	Parda	Sim
53	Benedicta Rita de Carvalho	25	-	Solteira	Parda	Sim
54	Anacleto	39	Taverneiro	Casado	Parda	Sim
55	Maria Braulina de Brito	22	-	Solteira	Parda	Sim
56	Plácido Alves Ribeiro	34	Sapateiro	Casado	Parda	Sim
57	Sancho Baptista de ?	38	Sapateiro	Solteiro	Parda	Sim
58	João Baptista da Silva	35	Guarda do	Casado	Parda	Sim
59	Joana Augusta da Silva ?	30	Agencia	Casada	Parda	Sim
60	Maria Leopoldina	23	-	Casada	Parda	Sim
61	Valentim Pereira da ?	35	Tte. Do	Solteiro	Parda	Sim
62	Joaquim Rodrigues	27	Alfaiate	Solteiro	Parda	Sim
63	Francisca Monteiro	25	Agencia	Solteira	Parda	Sim
64	Celestino Vieira Nery <sup>475</sup>	35	Empregado. Publico	Casado	Parda	Sim
65	Juliana Brasília de ?	23	Agencia	Solteira	Parda	Sim
66	Emilia Maria Rodrigues	27	-	Casada	Parda	Sim
67	Ana Rosa do Espirito	33	-	Casada	Parda	Sim
68	Germano Leite Pereira	38	Pedreiro	Solteiro	Parda	Sim
69	Francisco Vieira Nery <sup>476</sup>	39	Empregado. Publico	Viúvo	Parda	Sim
70	Severiana Pinto de ?	36	Agencia	Solteira	Parda	Sim
71	Maria da Conç. Teixeira	29	Agencia	Solteira	Parda	Sim
72	Anna de Souza	22	Agencia	Solteira	Parda	Sim
73	Maria Damiana Nunes	33	Agencia	Solteira	Parda	Sim
74	Martha de Campos ?	38	-	Solteira	Parda	Sim
75	Francisco Solano Lopes	25	Ajustes	Casado	Parda	Sim
76	Manoel Benedicto da ?	30	Ajustes	Solteiro	Parda	Sim
77	Joaquim de Sant'Anna	39	Alfaiate	Solteiro	Parda	Sim
78	José Pinto Guimarães	36	Açougueiro	Casado	Parda	Sim
79	Ewges Roiz Ferreira e ?	33	-	Viúva	Parda	Sim
80	Emilia Prudência	38	Agencia	Casada	Parda	Sim
81	Benedicta Domiense de	36	Agencia	Viúva	Parda	Sim
82	Antonio da Costa e	34	Sapateiro	Solteiro	Parda	Sim
83	Benedicta Alves Rodrigues	36	-	Casada	Parda	Sim
84	Felismino José Tavares	37	Serte. Do	Casado	Parda	Sim
85	Firmino de Oliveira	23	Serte. Do	Solteiro	Parda	Sim
86	Manoel Hylario da Guia	30	Serte. Do	Solteiro	Parda	Sim
87	Francisco Sant'Iago da ?	22	Carpinteiro	Solteiro	Parda	Sim
88	Alexandre José Cardoso	32	Alfaiate	Solteiro	Parda	Sim
89	José Alves de Oliveira	25	Alfaiate	Solteiro	Parda	Sim
90	Honorato da Costa	36	Agencia	Solteiro	Parda	Sim

de Matto-Grosso (03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03), Capitão Celestino Alves Bastos, filho de Joaquim Justino Alves Bastos, solteiro, oficial do exército não havia declarado domicilio, sabia ler e escrever, possuía renda legal e havia alistado em 1889, mudado do município da Côrte (era carioca) onde havia sido alistado em 1881. Ainda de acordo com A Gazeta (26-09-1889, ano I, nº 54, p. 02), servia de diretor do Laboratorio Pirotecnico e havia afastado-se para cuidar da saude. A Gazeta (01-10-1889, ano I, nº 61, p. 03) informava que Celestino Alves Bastos e a exma. Sra. d. Ignez Dutra iria contrair matrimonio, referem ao Celestino Alves como “nosso particular e distinto amigo”.

<sup>475</sup> Conforme A Gazeta (26-07-1889, ano I, nº 48, p. 02), Celestino Vieira Nery havia sido demitido do “lugar de oficial”, não obstante, O Matto-Grosso (16-02-1890, ano XII, nº 578, p.02) já o apresentava novamente como Oficial da 1ª Secção da Secretaria de Governo.

<sup>476</sup> Conforme A Imprensa de Cuiabá (17-12-1863, ano V, nº 257, p. 02), Francisco Vieira Nery havia sido aprovado “plenamente” nos exames dos alunos da escola de 2º grao, sob a regência do professor Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins. Conforme A Gazeta (26-07-1889, ano I, nº 48, p. 02), Francisco Vieira Nery havia sido nomeado para o “lugar de oficial”, na Secretaria da Presidencia.

91	Manoel Luiz da Silva	26	Ajustes	Solteiro	Parda	Sim
92	Benedicta	35	Agencia	Solteira	Parda	Sim

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO - V

### Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	22	23,9	26	28,2	48	52,1
02	Mulheres	28	30,4	16	17,3	44	47,8
03	Total	50	54,3	42	45,6	92	99,9

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – VI

### Freguesia da Sé – Homens e mulheres caracterizadas como de “raça preta”, em idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler conforme Recenseamento de 1890.

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	Agostinho Lopes de Souza	30	Professor	Preta	Sim
02	Simão José Felipe	36	Sapateiro	Preta	Sim
03	Norberto dos Santos Cruz	29	Sapateiro	Preta	Sim
04	Benedicta Augusta Ferreira	30	-	Preta	Sim
05	Porphino da Costa Monteiro	30	Pedreiro	Preta	Sim
06	Anna Catharina de Lima	27	-	Preta	Sim
07	Fausto de Souza Canavarros	34	Musico	Preta	Sim
08	Manoel João de Souza <sup>477</sup>	26	Taverneiro	Preta	Sim
09	Manoel Simplicio	35	Pedreiro	Preta	Sim
10	Theodoza Maximiana	26	Agencia	Preta	Sim
11	Irias Marques Pereira	24	-	Preta	Sim
12	José Esequiel de França	28	Pedreiro	Preta	Sim
13	Mauricio da Costa Monteiro	30	Pedreiro	Preta	Sim
14	Maria Roza da Conceição	25	-	Preta	Sim
15	Eugenio da Silva Claro <sup>478</sup>	34	Empregado.	Preta	Sim

<sup>477</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03), Manoel João de Souza, 28 anos, filho de Maria Pinto d’Araujo, solteiro, pedreiro, residente a Rua do Areão, sabe ler e escrever, possuía renda legal, alistou-se em 1889, e havia provado condições “legaes” para ser eleitor.

<sup>478</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 04), Eugenio da Silva Claro – Escriturário da Tesouraria da fazenda assinava dois editais, o primeiro anunciando o recebimento de “propostas em cartas fechadas” para o fornecimento de gêneros alimentícios necessários ao sustento dos que estavam pacificados nas Colonias Thereza Cristina e Izabel. Para tal, o vencedor do contrato prestaria serviço de janeiro a julho de 1890, caso a proposta fosse aceita/aprovada e o proponente, se recusasse assiná-la, pagaria multa de 100 a 200\$000 imposta pela Junta da Fazenda, o segundo edital tratava de um concurso para a Alfandega de Corumbá, nesse sentido, os candidatos deveriam provar ter bom comportamento, idade de dezoito anos, mostrar em concurso boa letra, conhecimento perfeito da gramática da língua nacional, ortografia, aritmética até teorias das proporções inclusivamente e escrituração mercantil por partidas simples e dobradas (p.03). Continuava como

			Publico		
16	Vicente Paula Montezuma	30	Agencia	Preta	Sim
17	Maria da Conceição Rodrigues	26	Agencia	Preta	Sim
18	Thereza Maria de Jesus	21	-	Preta	Sim
19	Ricarda dos Santos Leque	25	Cozinheira	Preta	Sim
20	Bento dos Guimarães e Silva	30	Pedreiro	Preta	Sim
21	Manoel dos Anjos de Faria	37	Sapateiro	Preta	Sim
22	Jacintha Alzira de Mello Cicero	25	-	Preta	Sim
23	Francisco Henriques de Carvalho	22	Carpinteiro	Preta	Sim
24	Pulcherio Nonato da Silva	24	Agencia	Preta	Sim
25	Paulo Martinho da Silva	35	Pintor	Preta	Sim
26	Maria Benedicta do Espirito	30	Agencia	Preta	Sim
27	João Miguel do Espirito Santo	21	Carpinteiro	Preta	Sim
28	Luiza França da Cunha	28	Agencia	Preta	Sim
29	Ephigenia da Silva Cuyabano	21	-	Preta	Sim
30	Anna Alexandrina Gonçalves	23	-	Preta	Sim
31	Gertrudes dos Guimarães e Silva	24	-	Preta	Sim
32	José Pinto de Souza	35	Agencia	Preta	Sim
33	Antonio Rodrigues	35	Agencia	Preta	Sim
34	Francisco Henrique de Carvalho	31	Sapateiro	Preta	Sim
35	Venceslão Lopes de Miranda	24	Ajustes	Preta	Sim
36	João Antonio	32	Ajustes	Preta	Sim
37	José Antonio Valério	33	Carpinteiro	Preta	Sim
38	Mathias José dos Santos	35	<b>Criado</b>	Preta	Sim
39	Jeremias Porphirio da Silva	37	Copeiro	Preta	Sim
40	Benedicta Rita de Carvalho	27	Agencia	Preta	Sim
41	Brigida Maria de Jesus	26	Ajustes	Preta	Sim
42	Simplicio	22	Ajustes	Preta	Sim
43	José Nunes da Cunha	29	Pedreiro	Preta	Sim
44	Calixto José Pedrozo	30	Sapateiro	Preta	Sim
45	Francisco de Souza	33	Sapateiro	Preta	Sim
46	Anselmo Pires de Miranda	35	Agencia	Preta	Sim
47	Thereza Pires da Cunha	27	-	Preta	Sim
48	Joaquim Pinto de Souza	30	Agencia	Preta	Sim
49	Joana de Carvalho	25	<b>Criada</b>	Preta	Sim
50	Silvestre Manoel de Jesus	38	Pintor	Preta	Sim
51	Luiz Henrique de Carvalho	35	Carpinteiro	Preta	Sim
52	Luiz Nunes da Silva	33	Pedreiro	Preta	Sim
53	Rita Josepha de França	32	-	Preta	Sim
54	Manoel Tiburcio	22	Carpinteiro	Preta	Sim
55	Francisco Caetano de Oliveira	27	Agencia	Preta	Sim
56	Miquelina Maria Faleoneri	25	-	Preta	Sim
57	Manoel Getulio	25	Musico	Preta	Sim
58	Manoel do Carmo	32	Pedreiro	Preta	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO - VII

### Freguesia de SÉ– Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	13	22,4	25	43,1	38	65,5
02	Mulheres	17	29,3	03	5,1	20	34,4
03	Total	30	51,7	28	48,2	58	99,9

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – VIII

**Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Homens e mulheres caracterizados como de “raça preta”, em idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler conforme Recenseamento de 1890.**

Nº	Nome	E. Cível	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	Claudina Josefa da Cruz	Casada	30	Agencia	Preta	Sim
02	Prisciliana Maria Leite	Solteira	27	-	Preta	Sim
03	Rita Pires	Casada	22	-	Preta	Sim
04	Margarida Vieira de ?	Casada	37	<b>Criada</b>	Preta	Sim
05	Quirina da Costa Faria	Casada	36	-	Preta	Sim
06	Manoel Malachias ?	Solteiro	33	Agencia	Preta	Sim
07	Manoel Simplicio	Solteiro	25	Pedreiro	Preta	Sim
08	José Pedro da Motta	Casado	24	Ajustes	Preta	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO - IX

**Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 21 e 39 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		20 anos	%	30 anos	%	Total	%
01	Homens	02	25	01	12,5	03	37,5
02	Mulheres	02	25	03	37,5	05	62,5
03	Total	04	50	04	50	08	100

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – X

**Freguesia da Sé – Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	Joanna Alves da Cunha	45	Pensionista	Parda	Sim
02	Venancia Maria da Conceição	40	Agencia	Parda	Sim
03	Anna Ferreira de Mesquita	62	Agencia	Parda	Sim
04	Dormevil José dos Santos Malhado	51	Médico	Parda	Sim
05	Delfina Alves Aguelela	50	Costureira	Parda	Sim
06	Domingos José de Sá	42	Agencia	Parda	Sim
07	Eleuterio Pinto de Souza	50	Agencia	Parda	Sim
08	Antonio Ferreira Mendes	50	Agencia	Parda	Sim
09	Anna Joaquina Jarcem	59	Quitandeira	Parda	Sim
10	Constança Maria Jarcem	58	Quitandeira	Parda	Sim
11	Maria Augusta Jarcem	56	Quitandeira	Parda	Sim
12	Blandina Candida jarcem	54	Quitandeira	Parda	Sim
13	Anna Maria Pereira de ?	50	Agencia	Parda	Sim
14	Sabino de Faria	50	Empregado. Publico	Parda	Sim
15	Maria Thereza de Faria	40	-	Parda	Sim
16	Maria Ferreira Velho	70	-	Parda	Sim
17	Joaquim de Sant’Anna	112	Pensionista	Parda	Sim
18	Romana Antunes Maciel	58	-	Parda	Sim



19	Roza Rodrigues de Lisbôa	50	Agencia	Parda	Sim
20	Salvador Rodrigues da Silva	59	Agencia	Parda	Sim
21	João Marinho Falcão	40	Taverneiro	Parda	Sim
22	Felippe Sant'Iago de Mattos	40	Pedreiro	Parda	Sim
23	Anna Maria Moreira	40	Agencia	Parda	Sim
24	Estevão da Silva	44	Musico	Parda	Sim
25	Romualdo Fernandes de Queiroz	50	Ferreiro	Parda	Sim
26	Delfina Maria de Queiróz	45	-	Parda	Sim
27	João Dias Lessa	43	Ferreiro	Parda	Sim
28	Mathias Pereira (Fortes) <sup>479</sup>	70	Capitão	Parda	Sim
29	José Thomaz	50	Agencia	Parda	Sim
30	Antonio Pereira Catilina da Silva	55	Empregado. Publico	Parda	Sim
31	Candido Martins de Salles	52	Alfaiate	Parda	Sim
32	José Marques de Souza	50	Taverneiro	Parda	Sim
33	José Benedicto Barboza	51	Alfaiate	Parda	Sim
34	José Leite da Cunha Mattos	51	Taverneiro	Parda	Sim
35	Salustiana Rodrigues de Mattos	40	-	Parda	Sim
36	Benedicto Ignacio Pereira	43	Pedreiro	Parda	Sim
37	Caetano Paes de Roma	50	Sapateiro	Parda	Sim
38	João Seixas	40	Musico	Parda	Sim
39	Luiz Pinto de Miranda	78	Capitão	Parda	Sim
40	Manoel Rodrigues da Silva ?	55	Agencia	Parda	Sim
41	Tiburcio dos Santos Leque	55	Agencia	Parda	Sim
42	Maria Clara de Miranda Leque	52	Agencia	Parda	Sim
43	João Camillo Alves Ferreira	45	Ourives	Parda	Sim
44	Caetana Alves Ferreira	43	-	Parda	Sim
45	Antonio José de Siqueira Gás	67	Empregado. Publico	Parda	Sim
46	Gil-Braz Marcondes da Silva <sup>480</sup>	40	Empregado. Publico	Parda	Sim
47	Anna Maria	45	Criada	Parda	Sim
48	Manoel Francisco da Costa	54	Caixeiro	Parda	Sim
49	Ildefonso Gomes Soâres	50	Agencia	Parda	Sim
50	José Rodrigues da Fonseca	44	Taverneiro	Parda	Sim
51	Emilia Andreza Porsina	50	Proprietária	Parda	Sim
52	João de Moura Meirelles	44	Sapateiro	Parda	Sim
53	Maria Jacintha de Moraes ?	78	-	Parda	Sim
54	Felicia Vieira Delfino	60	-	Parda	Sim
55	Maria Izabel da Costa	40	-	Parda	Sim
56	João José Rodrigues Xavier <sup>481</sup>	70	Empregado Publico	Parda	Sim
57	Satyro Domingos de Araujo <sup>482</sup>	44	Empregado	Parda	Sim

<sup>479</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (24-04-1881, ano III, n.º 121, (p.1), por “acto” do dia 19 o Capitão (reformado) Mathias Pereira Fortes havia sido nomeado para exercer o cargo de Juiz Comissário do Município de Corumbá, informavam ainda que o mesmo teria um prazo a começar a partir de 1º de maio para medir as terras adquiridas por posses sujeitas a legitimação, ou por sesmarias, ou por outras concessões que estivessem por medir ou sujeitas a revalidação (p. 01). De acordo com o mesmo jornal na coluna “Gazetilha” tratou-se da exoneração do mesmo capitão do cargo de Juiz Commissionado da Vila do Rosario para nomeá-lo para o mesmo cargo em Corumbá. (p. 02)

<sup>480</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, n.º 564, p. 03), Gil Braz Marcondes da Silva, 39 anos, filho de Custodia da Silva Tavares, casado, empregado publico, residente a Rua da Emancipação, sabe ler e escrever, possui renda legal, alistou-se em 1889, provando as condições “legaes” para ser eleitor.

<sup>481</sup> Ver *A Gazeta* (21-07-1889, ano I, n.º 47) foi nomeado porteiro da Secretaria de Policia de Cuiabá.

<sup>482</sup> *A Provincia de Matto-Grosso*, na coluna “Gazetilha”, informou que “Por acto do corrente foram nomeados, sob proposta dos respectivos comandantes, os seguintes officiaes e cidadãos para os postos de officiaes da guarda nacional do municipio desta capital, a saber: 1ª COMPANHIA [...] Alferes, o cidadão Satyro Domingos d’Araujo. [...] 2ª COMPANHIA, Alferes, o cidadão Félix Benedicto de Miranda [...] 3ª COMPANHIA, Alferes,

		Publico			
58	Eleuterio Pereira da Silva <sup>483</sup>	57	Ourives	Parda	Sim
59	Candida Douvina da Costa	45	-	Parda	Sim
60	Anna Josepha dos Santos	60	Agencia	Parda	Sim
61	Joaquim Januario Carneiro <sup>484</sup>	57	Fogueteiro	Parda	Sim
62	Cecilia de Paula Carneiro	45	-	Parda	Sim
63	Antonio Modesto de Mello	40	Empregado Publico	Parda	Sim
64	José Rodrigues Pereira	47	Alfaiate	Parda	Sim
65	José Alexandre	54	Alfaiate	Parda	Sim
66	Constança Maria de Jesus	44	-	Parda	Sim
67	Heliodoro José Manoel de Azevedo	48	Pedreiro	Parda	Sim
68	Manoel Ferreira Mendes <sup>485</sup>	56	Agencia	Parda	Sim
69	Joaquim Dias de Andrade	46	Agencia	Parda	Sim
70	Manoel Ferreira de Azevedo	64	Fogueteiro	Parda	Sim
71	Manoel Rodrigues da Silva <sup>486</sup>	61	Empregado Publico	Parda	Sim
72	Antonio José Duarte	46	Tenente do.	Parda	Sim
73	Maria Christina de Jesus Lesho	40	-	Parda	Sim
74	José Maria Marques	40	Sapateiro	Parda	Sim
75	Roza Viterbo Ferreira	48	-	Parda	Sim
76	Escolastica de Jesus e Arruda	41	Agencia	Parda	Sim
77	Marcelino Alves Guerra	54	Alfaiate	Parda	Sim
78	Alexandrina Dias de Almeida	50	Agencia	Parda	Sim
79	Mariana Rita Pires	50	Agencia	Parda	Sim
80	Belizario Ferreira da Silva	65	-	Parda	Sim
81	Manoel Baptista de Carvalho	67	-	Parda	Sim
82	Estevão Alves de Barros	40	Taverneiro	Parda	Sim
83	José Joaquim dos Santos Ferreira <sup>487</sup>	60	Capelão	Parda	Sim

o cidadão João Camillo Alves Ferreira [...] 2ª BATALHÃO DE SERVIÇO ACTIVO, Tenente, Quartel-mestre, o cidadão João Santiago Arinos, 1ª COMPANHIA, Tenente, o cidadão Manoel Rodrigues da Silva Rondon (avô de Marechal Rondon) 5ª COMPANHIA, Tenente, o cidadão, Manoel Lino de Christo. Conforme o recenseamento de 1890, **Satyro Domingos d'Araujo**, (44 anos, casado, empregado público, **pardo**) sabia ler; **Félix Benedicto de Miranda**, (33 anos, professor, casado, **pardo**) sabia ler; **João Camillo Alves Ferreira** (45 anos, ourives, **pardo**, casado) sabia ler; **João Santiago Arinos** (Residente na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, 41 anos, **pardo**, negociante) sabia ler; **Manoel Rodrigues da Silva Rondon** (55 anos, agencia, **pardo**, viúvo) sabia ler; **Manoel Lino de Christo** (residente na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, 57 anos, **pardo**, taverneiro) sabia ler. (A Provincia de Matto-Grosso, ano III, n. 114, 06-03-1881, p.3). Outrossim, Satyro Domingos de Araujos, conforme *A Situação* (23-06-1877, ano X, n.º 630, p. 04) atuava como “praticante” da Thesouraria de Fazenda da Provincia

<sup>483</sup> O jornal *A Provincia de Matto-Grosso* noticiou que na 2ª Sessão extraordinária, realizada em 18-01-1881, não havendo expediente, o vereador Josetti pediu a palavra e propôs à Câmara a dispensa do atual aferidor **Eleutherio Pereira da Silva**, propondo para substitui-lo o cidadão Antonio Augusto d'Oliveira. Conforme o recenseamento de 1890, **Eleutherio Pereira da Silva**, 57 anos, ourives, **pardo**, casado, sabia ler (*A Provincia de Matto-Grosso*, 06-03-1881, anno III, n.º 114, p. 4).

<sup>484</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, n.º 564, p. 03), Joaquim Januario Carneiro, filiação desconhecida, 56 anos, casado, fogueteiro, residente na de Rua Antonio Joã, sabe ler e escrever, possui renda legal, listou-se em 1889, provou “condições legaes” para ser eleitor.

<sup>485</sup> Conforme *O Matto-Grosso* (07-08-1864, ano II, n.º 31, p.03), Manoel Ferreira Mendes integrava a lista dos suplentes responsáveis por escolher os nove vereadores e os quatro juizes de paz do município de Cuiabá para o quadriênio de 1863 a 1868. De acordo com *A Situação* (18-08-1875, ano VII, n.º 490, p. 03) Manoel Ferreira Mendes estava entre os 48 nomes sorteados para participação do Juri do dia 13 de setembro as 10 horas da manhã.

<sup>486</sup> Conforme *O Matto-Grosso* (02-02-1890, ano XII, n.º 577, p.04) Manoel Rodrigues da Silva Lima ocupava o cargo de Fiscal da Junta Municipal do 1º Distrito de Cuiabá em fevereiro de 1890.

<sup>487</sup> Conforme o relatório do Presidente da Provincia de Mato Grosso, de 1871, José Cardoso Junior assinalou que “em data de 27 de junho de 1871 foi jubilado na cadeira de instrução primária do 2º grau desta Capital por provar achar-se impossibilitado, de continuar a servir em consequencia de molestia o conego José Joaquim dos

84	Antonio Pires de Barros	50	Carpinteiro	Parda	Sim
85	Anna Gertrudes Rodrigues de Faria	65	Agencia	Parda	Sim
86	José Joaquim do Amaral	48	Pedreiro	Parda	Sim
87	Benedicto Alves de Barros	46	Carpinteiro	Parda	Sim
88	Joaquim de Sant'Anna	60	Agencia	Parda	Sim
89	João José de Souza	40	Agencia	Parda	Sim
90	Augusta Maria da Silva	48	Agencia	Parda	Sim
91	Benedicto de Araujo Filgueira <sup>488</sup>	74	Capelão	Parda	Sim
92	Generoso Annes da Fonsêca	45	Taverneiro	Parda	Sim
93	João Paulo da Costa Magalhães	45	Alfaiate	Parda	Sim
94	Miguel Annuciata	49	Carpinteiro	Parda	Sim
95	João Baptista Leite	51	Sapateiro	Parda	Sim
96	Mariano da Silva Rondon	44	Sapateiro	Parda	Sim
97	Benedicto da Roza	45	Alfaiate	Parda	Sim
98	Honorio Corrêa do Couto	40	Agencia	Parda	Sim
99	João Rodrigues Ferreira e Costa	58	Agencia	Parda	Sim
100	Thereza Alves Ferreira e Costa	46	-	Parda	Sim
101	Joaquim Ferreira de Moraes ?	55	Empregado Publico	Parda	Sim
102	José Zeferino Poupino Caldas	55	Agencia	Parda	Sim
103	Antonio Forte	40	Agencia	Parda	Sim
104	Zeferino Pinto da Silva	40	Ourives	Parda	Sim
105	Anna Maria do Bom Despacho	42	Agencia	Parda	Sim
106	Francisco Soâres da Silva	40	Açougueiro	Parda	Sim
107	Manoel Francisco de Sampaio	42	Oficial	Parda	Sim
108	Emerenciana Claudina de Miranda	64	Agencia	Parda	Sim
109	Anna Thereza de Miranda	40	-	Parda	Sim
110	Thereza Josepha do Espirito	40	-	Parda	Sim
111	Benedicto Januario da Costa	58	Agencia	Parda	Sim
112	Plácido de Souza Neves	53	Carpinteiro	Parda	Sim
113	Maria Eulalia de Jesus	55	Agencia	Parda	Sim
114	João Fernandes Burgos	65	Agencia	Parda	Sim
115	Cesaria de Miranda Burgos	53	-	Parda	Sim
116	Jesuíno Deocleciano Souza Bruno <sup>489</sup>	50	Tenente Coronel	Parda	Sim
117	Roza Rodrigues de Siqueira	80	-	Parda	Sim
118	Ledovina Pereira dos ?	60	-	Parda	Sim
119	Felippe Liberato de Oliveira	61	Musico	Parda	Sim
120	Manoel Domingos de Moraes	45	Carpinteiro	Parda	Sim
121	Engracia Ribeiro de Magalhães	41	Agencia	Parda	Sim
122	João Ribeiro do Nascimento	52	Agencia	Parda	Sim
123	Blandina Gomes de Barros <sup>490</sup>	45	-	Parda	Sim

Santos Ferreria, com o vencimento annual de 400\$00, por ter servido mais de 7 annos de conformidade com o artigo 15 da lei provincial n. 8 de 5 de Maio de 1837, restaurada em suas disposiçõess pela de n. 3 de 1854.” (p. 48-49). No relatório de 1872, Cardoso Junior destacou eu o Cônego Jose Joaquim dos Santos Ferreira foi designado para lecionar a terceira cadeira (Francez) do Curso Noturna da Capital. (p.61) Em *O Povo* (08-02-1879, ano I, nº 05, p.04) registra-se que era Escrivão da Camara Ecclesiastica e exercia o emprego de Capelão Militar. Esta informação consta na coluna “A Pedido”, em que o Cônego Joaquim de Souza Caldas desabafava sobre um processo que respondia sobre o juizo eclesiástico e tinha José Joaquim Ferreria dos Santos como inimigo e o julgava incompetente para exercer a função de escrivão (p.04).

<sup>488</sup> Conforme *A Gazeta* (11-07-1889, ano I, n.º 45, p. 02), recebia os parabéns por completar, naquela data, 50 anos de sua ordenação.

<sup>489</sup> Foi designado de acordo com *A Provincia de Matto-Grosso* (07-08-1887, ano IX, n.º 448, p. 01) para substituir o tenente coronel João de Oliveira Mello na função de Comandante do distrito militar da cidade de Matto Grosso.

<sup>490</sup> Conforme *A Gazeta* (26-06-1889, ano I, n.º 42, p. 04), havia sido realizado o casamento da “exa sr<sup>a</sup>. d. Maria Luiza Dubout com o Sr. Francisco Ramos da Silva”, destacou-se que o “acto” havia sido celebrado em oratório privado na casa da “exma. Sra. d. Blandina de Barros”. Havia sido testemunhas “os srs” tenente coronel José

124	Maria Augusta da Costa Garcia <sup>491</sup>	68	Agencia	Parda	Sim
125	Maria Euphrasia da Silva	75	Agencia	Parda	Sim
126	José Martins Fernandes <sup>492</sup>	58	Solicitador	Parda	Sim
127	Bibiana Maria	41	Criada	Parda	Sim
128	Felicidade Perpetua de Jesus	56	Agencia	Parda	Sim
129	Antonio Pinto de Almeida ?	41	Sapateiro	Parda	Sim
130	José Marques da Silva Bastos	54	Cirurgião ?	Parda	Sim
131	Felix Ferreira Mendes	50	Agencia	Parda	Sim
132	Manoel Francisco Ferreira	50	Taverneiro	Parda	Sim
133	Maria do Rozario Pinto	49	Agencia	Parda	Sim
124	Patricio Bueno Feio	50	Marceneiro	Parda	Sim
135	Nympha Pereira de Figueiredo	40	-	Parda	Sim
136	Pedro José Rodrigues	66	Agencia	Parda	Sim
137	Miguel Lourenço da Cunha	50	Agencia	Parda	Sim
138	Anna Izabel da Cunha	40	-	Parda	Sim
139	José da Silva Ribeiro	52	Agencia	Parda	Sim
140	Porphirio Lima de Moura	48	Marceneiro	Parda	Sim
141	Antonio de Souza Canavarros	45	Pedreiro	Parda	Sim
142	Manoel do Nascimento Ferreira Mendes	51	Agencia	Parda	Sim
143	Anna Candida Vieira	58	-	Parda	Sim
144	Jesuino Alves Pereira	53	Ferreiro	Parda	Sim
145	Maria Joana do Espirito Santo	45	Criada	Parda	Sim
146	João de Oliveira	40	Agencia	Parda	Sim
147	Licerio Augusto Pereira	47	Empregado Publico	Parda	Sim
148	Joaquim José de Pinho	66	Coronel	Parda	Sim
149	Maria José de Jesus	50	-	Parda	Sim
150	João de Souza	50	Agencia	Parda	Sim
151	Mariana Roza de Jesus	50	Agencia	Parda	Sim
152	Luiz Alves Ferreira <sup>493</sup>	50	Agencia	Parda	Sim

Joaquim Graciano de Pina e João Ribeiro do Nascimento. Noticiou-se ainda que na mesma ocasião realizou-se o batismo da “filhinha do nosso sempre lembrado amigo Manoel Gaudie Ley”. Foram padrinhos a “exma sra. d. Maria Augusta da Costa Garcia e o Sr. major João Maria de Souza ilustre decano dos advogados do foro cuiabano”. A noite foi realizado um esplendido baile “em que presidio o bom gosto e excessiva animação a par de um serviço abundante e variado” (A GAZETA, 1889, p. 04). Ainda em *O Liberal* (20-01-1874, ano III, n.º 123, p. 03-04), entre os doadores de donativos para a Igreja Matriz de Corumbá constavam doações de seis mulheres que contribuíram com valores que variavam entre 50\$000 a 1\$000, Nesse D. Blandina Gomes de Barros havia contribuído com 10\$000.

<sup>491</sup> Vendia comida aos presos pobres da cadeia pública da Capital, sendo encontradas diversas cobranças dela, referentes aos trabalhos prestados em *A Província de Matto-Grosso*, (27-02-1881, ano III, n.º 113, p. 1). Teria enviado requerimento ao governo provincial, mas não consta o teor do requerimento: “[...] Requerimentos dia 3 de Fevereiro, de Maria Augusta da Costa Garcia. Como requer” (Ibdem). As relações comerciais entre d. Maria Augusta da Costa Garcia e o governo provincial dava-se desde, 30 de dezembro de 1880, conforme *A Província de O Matto-Grosso* (13-02-1881, ano III, n.º 111, p.1) na ocasião já se mencionava o contrato celebrado e aprovado entre as partes sobre a alimentação dos presos pobres da cadeia pública. Nesse sentido, no mesmo periodico (01-05-1881, ano III, n.º 122), informava que em “Sessão extraordinaria” a Camara Municipal de Cuiabá reconhecia dividas com diversas pessoas da referida cidade, e entre elas a quantia de 923\$000 a D. Maria Augusta da Costa Garcia [...] por diversos fornecimentos de comedoria e luzes para a cadea publica conforme consta na acta da 1ª Sessão Ordinária da 3ª reunião em 28 de setembro do anno passado. (p. 03)

<sup>492</sup> Na coluna “Gazetilha”, lê-se que foi nomeado José Martins Fernandes para ocupar o lugar de porteiro do Lyceo Cuyabano e da Diretoria Geral da Instrução Pública, “por proposta do Sr. Diretor Geral de Instrução” (*A Província de Matto-Grosso* (17-04-1881, ano III, n.º 120, p. 2). José residia na Rua 13 de Junho, n. 833. Casado com Maria José Ferreira Martins, 46 anos, não sabia ler. Moravam com mais 10 pessoas, das quais 7 sabiam ler e, destas, 3 frequentavam a escola. No entanto, conforme o Relatório do Diretor Geral dos Estudos, informe n.º 52, (p.63) José Martins Fernandes solicitava a exoneração do cargo. (RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PUBLICA, 1881, p. 63) Em *A Gazeta* (26-07-1889, anp I, n.º 48, p. 02), José Martins Fernandes havia sido nomeado para ocupar o lugar de “solicitador dos feitos da fazenda”.

<sup>493</sup> Conforme *A Situação* (18-08-1875, ano VII, n.º 490, p. 03), Luiz Alves Ferreira estava entre os 48 nomes

153	Benedicto de Souza Aguiar	68	Agencia	Parda	Sim
154	Appolinaria de Souza Aguiar	43	-	Parda	Sim
155	Antonio Pedro Soares de Moraes	40	Agencia	Parda	Sim
156	Manoel Corrêa da Costa	70	Criado	Parda	Sim
157	Carolina Corrêa da Costa	49	-	Parda	Sim
158	José Ferreira Mendes	40	Empregado Publico	Parda	Sim
159	Francisco de Assis Salles	40	Agencia	Parda	Sim
160	Anna Delfina Fernandes	60	-	Parda	Sim
161	Francisco Theophilo da Silva	44	Marceneiro	Parda	Sim
162	Sebastião José da Costa Maricá	66	Professor	Parda	Sim
163	Felippa Augusta Maricá	44	-	Parda	Sim
164	Manoel de Assumpção Couto <sup>494</sup>	44	Taverneiro	Parda	Sim
165	Maria Luiza Pereira	42	-	Parda	Sim
166	Carlos de Miranda Santos	40	Capitão do Exercito	Parda	Sim
167	Joaquim Henrique dos Santos Viena <sup>495</sup>	46	Negociante	Parda	Sim
168	Delfino Vieira de Barros	43	Alferes do	Parda	Sim
169	Cypriano Alves Pereira	55	Taverneiro	Parda	Sim
170	Sabino Pires de Lisbôa	45	Agencia	Parda	Sim
171	Pedro Fernandes Povoas <sup>496</sup>	46	Tenente do Exercito	Parda	Sim
172	José de Calaranico Pereira	45	Carteiro	Parda	Sim
173	Escolastica Suzana Pereira	72	-	Parda	Sim
174	Francisco Dias Lazaro	48	Agencia	Parda	Sim
175	Saturnino Florencio Bispo	46	Agencia	Parda	Sim
176	Damiana Nobre Pereira	54	Serv. (sic)	Parda	Sim
177	José Antonio Camisa	50	Agencia	Parda	Sim
178	Levergina Pereira Duarte	50	Agencia	Parda	Sim
180	Constança Pereira Duarte	48	Agencia	Parda	Sim
181	Joana Maria Chistina	44	Agencia	Parda	Sim
182	Maria da Conceição	55	Agencia	Parda	Sim
183	Manoel Delfino de Carvalho <sup>497</sup>	63	Empregdo Publico	Parda	Sim

sorteados para participação do Juri do dia 13 de setembro às 10 horas da manhã. Na coluna “Editaes” noticiouse a aceitação dos requerimentos de diversos cidadãos comprovando “domicilio/renda para o alistamento eleitoral”, em que se proferiu despacho de mandar incluir o nome destes no alistamento eleitoral. Entre eles, constava o nome de Luiz Alves Ferreira (*A Provincia de Matto-Grosso*, 10-04-1880, ano III, edição 119, p. 3-4).

<sup>494</sup> Conforme *A Situação* (18-08-1875, ano VIII, nº 490, p. 03), Manoel de Assumpção Couto integrava a lista dos convocados para participar do júri do termo de Cuiabá, entre 48 nomes sorteados, o mesmo residia na Freguesia da Sé.

<sup>495</sup> Conforme *A Situação* (18-08-1875, ano VIII, nº 490, p. (03), Joaquim Henrique dos Santos Viena integrava a lista dos convocados para participar do júri do termo de Cuiabá, entre 48 nomes sorteados. Ainda de acordo com o jornal *A Provincia de Matto-Grosso*, Joaquim Henrique dos Santos Viena e “Sr. Balbino Alves Ferreira” eram sócios da metade dos lucros de uma “casa de negócios de fazendas”, sito a “rua 7 de setembro, nº 8”. Cuiabá, 1º de janeiro de 1881. José H. dos Santos Viena *A Provincia de Matto-Grosso* (06-02-1881, ano III, nº 110, p. 4). Conforme o Recenseamento de 1890, Joaquim Henrique dos Santos Viena residia na Rua do Barão (sic), nº 1096, com 4 pessoas, todas de raça parda e que sabiam ler. Sua profissão era de negociante e tinha em sua família um alfaiate, o pardo Arthur da Silva Viena, de 17 anos. Em relação a Balbino Alves Ferreira, residia na Rua da Misericórdia, nº 587, numa família de 8 pessoas e somente ele e o chefe da casa sabiam ler. Todos foram caracterizados como de raça parda.

<sup>496</sup> Conforme *O Matto-Grosso* (05-01-1890, ano XII, nº 575, p. 03), havia sido nomeado tenente, o tenente honorário Pedro Fernandes Povoas para a companhia de policia criada por S. Ex. o Sr. general governador. Tal informação foi veiculada na coluna “Gazetilha”.

<sup>497</sup> Conforme a convocação do Tenente Francisco Pereira de Moraes Jardim, Juiz de Paz da freguesia de São Gonçalo de Pedro II, Manoel Delfino de Carvalho integrava a lista de suplentes dos votantes responsáveis pela eleição dos nove vereadores da câmara municipal e dos quatro juizes de paz daquela freguesia, *O Matto-Grosso*, (07-08-1864, ano II, nº 31, p.04).

184	Antonio Salustiano dos Santos	45	Agencia	Parda	Sim
185	Julia Franca de Camargo	48	Agencia	Parda	Sim
186	Emilia Franca de Camargo	51	-	Parda	Sim
187	Bento Ames da Fonsêca	47	Agencia	Parda	Sim
188	Manoel Baptista do E. Santo	46	Agencia	Parda	Sim
189	João Agapito de Carvalho	51	Sapateiro	Parda	Sim
190	Joaquim Marques da Cruz	54	Sapateiro	Parda	Sim
191	Eufrasia da Fonseca e Souza	68	Agencia	Parda	Sim
192	Francisca Pereira de Moraes	43	Agencia	Parda	Sim
183	Manoel Soares da Silva	44	Açougueiro	Parda	Sim
194	João Ferreira da Costa	40	Agencia	Parda	Sim
195	Paulina de Moraes	41	Agencia	Parda	Sim
196	Miguel Melliades da Costa	54	Carpinteiro	Parda	Sim
197	Domingos da Costa Vieira	40	Agencia	Parda	Sim
198	Francisca Ribeiro de ?	42	Agencia	Parda	Sim
199	Luiza Galvão Cuyabano <sup>498</sup>	66	Procurador (sic)	Parda	Sim
200	Teodora de Andrade Cuyabano	40	Procurador (sic)	Parda	Sim
201	Belisario José de Couto	60	Agencia	Parda	Sim
202	Manoel Luiz Pereira <sup>499</sup>	42	Empregado Publico	Parda	Sim
203	Umbelina de Gusmão e Silva	50	Agencia	Parda	Sim
204	Joaquim Ramos	40	Typographo	Parda	Sim
205	João Gonçalves da Cruz	41	Ferreiro	Parda	Sim
206	Antonio Pires Souza	74	Agencia	Parda	Sim
207	João Pedro dos Santos	43	Oleiro	Parda	Sim
208	Manoel Felix da Rosa	40	Agencia	Parda	Sim
209	João José Anchieta	40	Fogueteiro	Parda	Sim
210	Luiz Theophilo de Campos	51	Agencia	Parda	Sim
211	Manoel Benedicto Xavier	40	Agencia	Parda	Sim
213	Faustino Correa da Costa	57	Proprietário	Parda	Sim
214	Simão Pereira do Espirito Santo	45	Agencia	Parda	Sim
215	João Paulo Roiz	58	Agencia	Parda	Sim
216	Antonio de Souza Cartedo	41	Oleiro	Parda	Sim

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO - XI

### Freguesia de Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Nº		40 anos	%	50 anos	%	60 anos	%	70 anos	%	80 anos	%	Total	%
01	Homens	66	30,5	51	23,6	15	6,9	06	2,7	03	1,3	141	65
02	Mulheres	37	17,1	23	10,6	10	4,6	04	1,8	01	0,4	75	34,5
03	Total	103	47,6	74	34,2	25	11,5	10	4,5	04	1,7	216	99,5

<sup>498</sup> De acordo com *A Gazeta* (06-08-1889, ano I, n.º 50, p. 04), há uma nota na coluna “anúncios” onde a família Cuyabano, encabeçada por Luiza Galvão Cuyabano agradecem as pessoas que dispensaram seus cuidados ao finado dedes o começo de sua enfermidade e que acompanharam o seu sepultamento. No anúncio ainda constam os nomes de D. Theodora de Andrade Cuyabano, Tenente Antonio Felipe Fernandes Cuyabano (ausente), convidavam as pessoas para a missa de sétimo dia em sufragil a alma do mesmo finado que seria celebrada na Igreja Nossa Senhora da Piedade no dia 7 de agosto (quarta-feira), às 8 horas da manhã.

<sup>499</sup> Conforme o Relatório do Diretor Geral de Instrução, Dr. Dormevil José dos Santos Malhado, em 15 de Junho de 1881, informe nº 52 (p.63), Manoel Luiz Pereira foi indicado para substituir José Martins Fernandes, no cargo de porteiro do Liceu Cuiabano. Em *A Gazeta* (26-07-1889, ano I, n.º 48, p.02) informou-se que Manoel Luiz Pereira havia sido nomeado para o cargo de amanuense da Secretaria de Governo.

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XII

### Freguesia De São Gonçalo de Pedro II – Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	Tiburcio José de Souza	48	-	Parda	Sim
02	Pacifico Manuel Buêno	46	Pedreiro	Parda	Sim
03	Antonio José da Silveira	42	Carpinteiro	Parda	Sim
04	Marculina Antunes	52	Agencia	Parda	Sim
05	Malachias Pereira de ?	55	Alfaiate	Parda	Sim
06	Manoel Duarte Bello	40	Alferes do	Parda	Sim
07	Saturnino Soares da	44	Sapateiro	Parda	Sim
08	Porfírio Maximiano ?	48	Alfaiate	Parda	Sim
09	João Henrique da Silva	60	Sapateiro	Parda	Sim
10	Leopoldina Maria	64	Agencia	Parda	Sim
11	Maria Vicencia Franco ?	57	-	Parda	Sim
12	Juliana Baptista do ?	75	Proprietária	Parda	Sim
13	Generosa Prado de ?	40	Agencia	Parda	Sim
14	Maximiano José de ?	40	Alferes do Exercito.	Parda	Sim
15	João Lopes do Espirito Lopes	62	Agencia	Parda	Sim
16	João Aleixo da Costa	53	Agente do	Parda	Sim
17	Luis Ernesto Pinto <sup>500</sup>	70	-	Parda	Sim
18	Silveira Maria de Jesus	50	Agencia	Parda	Sim
19	Mariana Lopes de ?	40	-	Parda	Sim
20	Cyrillo da Silva	48	Ajustes	Parda	Sim
21	Manoel da Cruz Pereira	50	Agencia	Parda	Sim
22	João Pereira de Barros	40	-	Parda	Sim
23	Joaquim do Rosario	70	Agencia	Parda	Sim
24	Francisca Romana de ?	46	-	Parda	Sim
25	Eusébio Alves de Arruda	65	Carcereiro	Parda	Sim
26	Feliciano Antonio da Silva	52	Ourives	Parda	Sim
27	Luiza Eunice da Silva	44	-	Parda	Sim
28	Joaquim de Paula Neves	58	Agencia	Parda	Sim
29	Ignez Maria das Neves	53	-	Parda	Sim
30	José Corrêa Ribeiro	52	Calafate	Parda	Sim
31	Antonia Maria do ?	40	-	Parda	Sim
32	Manoel Lino de Christo	57	Taverneiro	Parda	Sim
33	Manoel José de Araujo	42	Escrivão	Parda	Sim
34	Eugenio Rodrigues de Carvalho	65	Alfaiate	Parda	Sim
35	Duraulina Ferreira de Carvalho	45	-	Parda	Sim
36	Joana Evangelista Marques Pereira	54	-	Parda	Sim
37	Luiz Manoel da Silva	40	Marceneiro	Parda	Sim
38	Francisco Toledo Piza	46	Taverneiro	Parda	Sim
39	Norberto Ildefonso Muniz	45	Capitão	Parda	Sim
40	Tharcilio	54	Agencia	Parda	Sim
41	Domingos Moreira da ?	48	Servente do	Parda	Sim
42	João Paulo Rodrigues	40	Agencia	Parda	Sim
43	Antonio Ferreira Albernaz	45	Patrão do	Parda	Sim
44	Julia Maria Vieira	58	Agencia	Parda	Sim
45	Deocleciano	50	Servente do	Parda	Sim
46	Francisco José de ?	40	Ajustes	Parda	Sim

<sup>500</sup> Conforme O Matto-Grosso (17-01-1864, ano II, nº 03, p. 04), na coluna “Annunicos”, Luiz Ernesto Pinto vendia farinha de trigo a 300 reis a libra e a 8\$ arrobada na Freguesia de São Gonçalo.

47	Maria Eusebia	85	-	Parda	Sim
48	José de Arruda Leite	48	Guarda do	Parda	Sim
49	José Ribeiro de Mello	46	Serralheiro	Parda	Sim
50	Joaquim José da Rosa	58	Ferreiro	Parda	Sim
51	Bento José Rodrigues	42	Serralheiro	Parda	Sim
52	Joaquim José de Sampaio	44	Espingarda	Parda	Sim
53	João Sant'Iago Arinos <sup>501</sup>	41	Negociante	Parda	Sim
54	Custódia Augusta de ?	52	-	Parda	Sim
55	João Miguel Celestino	55	Ajustes	Parda	Sim
56	Manoel Rodrigues ?	42	Escrivão	Parda	Sim
57	Antonio Lopes de Sampaio	42	Servente do	Parda	Sim
58	Hylário José da Costa	54	Agencia	Parda	Sim
59	João de Pinho e ?	44	Agencia	Parda	Sim
60	Angelo Candido Alves	44	Ajustes	Parda	Sim

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

### ANEXO - XIII

#### Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “parda”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Nº		40	%	50	%	60	%	70	%	80	%	Total	%
		anos		anos		anos		anos		anos			
01	Homens	26	43,3	13	21,6	04	6,6	02	3,3	0	0	45	74,8
02	Mulheres	06	10	06	10	01	1,6	01	1,6	01	1,6	15	24,8
03	Total	32	53,3	19	31,6	05	8,2	03	4,9	01	1,6	60	99,6

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

### ANEXO – XIV

#### Freguesia da Sé – Homens caracterizados como raça preta, em idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler conforme Recenseamento de 1890.

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	João Benedicto de Moraes	44	Alfaiate	Preta	Sim
02	José Dias de Oliveira Campos	60	Empregado Publico	Preta	Sim
03	Manoel Fernandes dos Reis	72	Aposentado	Preta	Sim
04	Moysés de Faria e Souza	55	Marceneiro	Preta	Sim
05	Benedicto da Costa	40	Pedreiro	Preta	Sim
06	Manoel dos Santos Sampaio	48	Pedreiro	Preta	Sim
07	Roberto Henrique de Carvalho	40	Pedreiro	Preta	Sim
08	Manoel da Costa Monteiro	70	Empregado Publico	Preta	Sim
09	Izidoro Costa Monteiro	45	Pedreiro	Preta	Sim

<sup>501</sup> De acordo com *A Provincia de Matto-Grosso* (10-04-1881, ano III, n.º 119, p. 04), estava a venda “Lei da reforma eleitoral e seu respectivo regulamento”, na loja do tenente João Sant'Iago Arinos, localizada na Praça Ipiranga. Nesse sentido, outras nove lojas também ofereciam os exemplares dos respectivos documentos, inclusive na tipografia do jornal *A Provincia de Matto-Grosso*. Em *A Provincia de Matto-Grosso* (07-08-1887, ano IX, n.º 448), informava-se que havia ocorrido a festa de São Benedito da freguesia de São Gonçalo no domingo passado e que naquele dia o “festeiro” havia dado um “brilhante baile que correu muito animado até o fim que foi a 1 hora depois da meia noite.” (p. 01) Em *O Matto-Grosso* (26-01-1890, ano XII, n.º 576, p.), João Sant'Iago Arinos era um dos 11 vereadores que haviam sido suspensos em razão da implantação do regime republicano. (p. 02)



10	Sebastião Ferreira da Silva	40	Padeiro	Preta	Sim
11	Moysés dos Guimarães e Silva <sup>502</sup>	42	Oficial de	Preta	Sim
12	Bruno Antonio Ribeiro	48	Ajustes	Preta	Sim
13	Theodoro José Gonçalves	46	Taverneiro	Preta	Sim
14	Agostinho da Silva Cuyabano <sup>503</sup>	58	Negociante	Preta	Sim
15	Manoel Alves da Cunha	70	Agencia	Preta	Sim
16	José Floriano Paes	53	Tenente	Preta	Sim
17	Candido José da Silva	50	Agencia	Preta	Sim
18	Antonio Martinho de Oliveira	47	Agencia	Preta	Sim
19	Benedicto Lopes Cyrineo	56	Pedreiro	Preta	Sim
20	Mathias José do Espirito Santo	51	Agencia	Preta	Sim
21	Manoel da Cunha Moreno	47	Tenente do	Preta	Sim
22	Eliziaro da Silva Freitas	50	Ferreiro	Preta	Sim
23	José do Espirito Santo	80	Agencia	Preta	Sim
24	João Victorino	45	Criado	Preta	Sim
25	João Fernandes	52	Ajustes	Preta	Sim
26	Vicente Dias Pereira	62	Cabeleireiro	Preta	Sim
27	Tito Poupino Caldas	43	Pedreiro	Preta	Sim
28	Estevão do Nascimento	60	Pedreiro	Preta	Sim
29	Francisco José dos Santos	40	Agencia	Preta	Sim
30	Manoel Valentino <sup>504</sup>	67	Agencia	Preta	Sim
31	Candido Augusto de Moraes	40	Pedreiro	Preta	Sim
32	João Baptista da Motta	50	Carpinteiro	Preta	Sim
33	Miguel José de França <sup>505</sup>	65	Alferes	Preta	Sim
34	Jeronimo Pera Borges	50	Ajustes	Preta	Sim <sup>506</sup>
35	Marcellino Marques de Fontes	48	Taverneiro	Preta	Sim
36	Militão Machado	60	Ajustes	Preta	Sim
37	Joaquim Ferreira Bahia	76	Agencia	Preta	Sim
38	Paulo Pereira de S. <sup>a</sup>	40	Typographo	Preta	Sim
39	Eufrosina Maria da Purificação	56	-	Preta	Sim
40	Romana Fernandes do Reis,	40	-	Preta	Sim
41	Anna Luiza da Silva	53	-	Preta	Sim

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO - XV

### Freguesia de Sé – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.

Nº		40	%	50	%	60	%	70	%	80	%	Total	%
		anos		anos		anos		anos		anos			
01	Homens	17	41,4	10	24,3	06	14,6	04	9,7	01	2,4	38	92,4
02	Mulheres	01	2,4	02	4,8	0	0	0	0	0	0	03	7,2
03	Total	18	43,9	12	29,2	06	14,6	04	9,7	01	2,4	41	99,6

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

<sup>502</sup> Conforme o Relatório de Instrução Pública de 1881, informe de nº 5, Moyses dos Guimarães e Silva foi indicado para substituir Manoel Carcilo, no lugar de contínuo do Liceu Cuiabano, em 15 de junho de 1881.

<sup>503</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (06-03-1881, anno III, edição 114, p. 4), Agostinha da Silva Cuyabano havia proposto a compra da “Travessa das Larangeiras”, sua petição foi a Câmara Municipal e lida na 1ª Sessão Ordinária do dia 17 de janeiro de 1881 (*A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO*, 1881, p. 04).

<sup>504</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, nº 564, p. 03), Manoel Valentim, 66 anos, filho de José Antonio Ferreira, viúvo, sineiro da catedral, residente na Rua 11 de Julho, sabia ler e escrever, possuía renda legal, havia listado em 1889 e provou as condições “legaes” para ser eleitor.

<sup>505</sup> De acordo com a *A Gazeta* (16-07-1889, ano I, nº 46, p. 03), o Alferes reformado Miguel José de França foi nomeado porteiro do Arsenal de Guerra.

<sup>506</sup> Para esse cidadão, Peraro (2005, p.266) assinala que ele frequentava a escola e não sabia ler.

## ANEXO - XVI

**Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Homens e Mulheres caracterizados como de raça preta, em idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler conforme Recenseamento de 1890.**

Nº	Nome	E. Cível	Idade	Profissão	Raça	Sabia ler
01	Joana Francisca	Viúva	40	-	Preta	Sim
02	Adão da Costa e Faria	Casado	40	Correio	Preta	Sim
03	Francisco José de ?	Solteiro	40	Ajustes	Preta	Sim
04	Ignez Maria do ?	Viúva	40	Agencia	Preta	Sim
05	Miguel do Espirito	Solteiro	46	Agencia	Preta	Sim
06	André de Conceição	Viúvo	50	Agencia	Preta	Sim

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XVII

**Freguesia de São Gonçalo de Pedro II – Quantitativo de Homens e mulheres considerados de raça “preta”, com idade entre 40 e 80 anos, que sabiam ler, conforme Recenseamento de 1890.**

Nº		40	%	50	%	60	%	70	%	80	%	Total	%
		anos		anos		anos		anos		anos			
01	Homens	03	50	01	16,6	0	0	0	0	0	66,6	04	
02	Mulheres	02	33,3	0	0	0	0	0	0	0	33,3	02	
03	Total	05	83,3	01	16,6	0	0	0	0	0	99,9	06	

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XVIII

**Quantitativo segundo “raça” dos alunos do Lyceu Cuiabano conforme o Jornal A Província de Mato Grosso (1880) em cruzamento com o Recenseamento de 1890.**

Nº	Raça	Quantitativo	Porcentagem
01	Branca	17	62%
02	Parda	09	33,3%
03	Preta	01	3,7%
Total	-	27	100%

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Jornal A Província de Matto-Grosso, (18-04-1880, ano II, n.º 68, p.2-3), e Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XIX

**Tabela 1 – População Geral da Freguesia da Sé conforme raça<sup>507</sup> segundo o Recenseamento de 1890.**

<sup>507</sup> Peraro (2005, p. 02) destaca que 353 indivíduos residiam no prédio de nº 11, onde se localizava o Quartel do Batalhão 21, apresenta ainda 67 praças da companhia. No final do Recenseamento de 1890, somam-se 6.836 habitantes, porém os 353 e 67 não foram caracterizados como pertencentes às “raças” branca, parda e/ou preta. Nesse sentido, ao trabalhar com os nomes presentes no recenseamento, contou-se 6405, pessoas as quais foram assim distribuídas: 1.880 de raça branca, 3.298 de raça parda e 1.227 de raça preta. Ressalta-se que foi com o quantitativo de 6.405 habitantes que os quadros sobre a população geral e de “sabiam ler” e/ou “frequentavam a escola” foram construídos sobre a Freguesia da Sé.

Nº	Branços	Pardos	Pretos	Total
01	1880	3298	1227	6405

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 2 – Percentual da população geral da Freguesia da Sé conforme raça segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Pardos	%	Pretos	%	Total
01	1880	29,3	3298	51,4	1227	19,1	6405

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 3 – Percentual da população geral da Freguesia da Sé conforme brancos e “negros”<sup>508</sup> segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Negros	%	Total	%
01	1880	29,3	4525	70,5	6405	99,8

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 4 – População que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” na Freguesia da Sé conforme raça segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	Pardos	Pretos	Total
01	1384	1233	216	2833

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 5 – Percentual da população de raça branca, parda e preta que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” na Freguesia da Sé segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Pardos	%	Pretos	%	Total
01	1384	48,8	1233	43,5	216	7,6	2833

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 6 – Percentual da população branca e “negra” que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” na Freguesia da Sé segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Negra	%	Total	%
01	1384	48,8	1449	51,1	2833	99,9

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 7 – População Geral da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II conforme raça<sup>509</sup> segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	Pardos	Pretos	Total
01	533	1128	266	1927

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 8 – Percentual da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II conforme raça segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Pardos	%	Pretos	%	Total
01	533	27,6	1128	58,5	266	13,8	1927

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 9 – Percentual da população geral da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II conforme brancos e**

<sup>508</sup> Considerou-se no cômputo da “população negra” os indivíduos caracterizados como de raça parda e preta no Recenseamento de 1890.

<sup>509</sup> Observou-se que em Peraro (2005, p. 01), no recenseamento correspondente a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, o quantitativo da população levantada para esta freguesia inicia-se a contagem no número 898, ficando assim 897 pessoas sem ter as informações sobre si apresentadas e sem ter sua caracterização racial definida. O problema por ora diagnosticado remete ao alerta desta autora que informou ter constatado a falta de páginas do livro do “2º Distrito” (Freguesia de São Gonçalo de Pedro II), que impossibilitou a contagem de pelo menos 900 habitantes. A partir desta ressalva, assinalamos ter trabalhado com a análise dos números correspondentes ao cômputo de 1.927 habitantes residentes na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II.

**“negros” segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Negros	%	Total	%
01	533	27,6	1394	72,3	1927	99,8

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 10 – População que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II conforme raça segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	Pardos	Pretos	Total
01	350	399	36	785

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 11 – Percentual da população de raça branca, parda e preta que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” na São Gonçalo de Pedro II segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Pardos	%	Pretos	%	Total	%
01	350	44,5	399	50,8	36	4,5	785	99,8

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 12 – Percentual da população branca de “negra” que “sabia ler” e/ou “havia frequentado a escola” na São Gonçalo de Pedro II segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Branços	%	Negra	%	Total	%
01	350	44,5	435	55,4	785	99,9

Fonte: Construção do autor a partir dos dados contidos no Recenseamento de 1890.

**Tabela 13 - Percentual de habitantes residentes em Cuiabá enquanto raça conforme o Recenseamento de 1890.**

Nº	Raça	Total Geral	Total
01	Branços	2413	28,9%
02	Pardos	4426	53,1
03	Pretos	1493	17,9
		8332	99,9

Fonte: Recenseamento de 1890.

**Tabela 14 - Percentual de “sabe ler” e/ou “frequenta a escola” dentro do próprio grupo racial conforme os números apresentados no Recenseamento de 1890 na Freguesia da Sé**

Nº	Raça	Total Geral	Total (SL e/ou FE)	%
01	Branços	1880	1384	73,6%
02	Pardos	3298	1233	37,3%
03	Pretos	1227	216	17,6%

Fonte: Recenseamento de 1890.

**Tabela 15 - Percentual de “sabe ler” e/ou “frequenta a escola” dentro do próprio grupo racial conforme os números apresentados no Recenseamento de 1890 na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II**

Nº	Raça	Total Geral	Total (SL e/ou FE)	%
01	Branços	533	350	65,6
02	Pardos	1128	399	35,3
03	Pretos	266	36	13,5

Fonte: Recenseamento de 1890.

**Tabela 16 - Percentual de “sabe ler” e/ou “frequenta a escola” dentro do próprio grupo racial conforme os números apresentados no Recenseamento de 1890 na cidade de Cuiabá**

Nº	Raça	Total Geral	Total (SL e/ou FE)	%
01	Branços	2413	1734	71,8%
02	Pardos	4426	1632	36,8%

03	Pretos	1493	252	16,8%
----	--------	------	-----	-------

Fonte: Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XX

### Relação de Jovens com idade entre 12 e 20 anos, residentes nas freguesias da Sé de São Gonçalo de Pedro II, segundo Recenseamento de 1890.

Raça	F. Sé	%	F. S. G. Pedro. II	%	Total	%
Pretos	200	15,3	37	9,7	237	14,1
Pardos	658	50,6	231	60,9	889	52,9
Branços	441	33,9	111	29,2	552	32,8

Fonte: Conforme Souza (2010)

## ANEXO – XXI

### Quadro 2 - Nome dos jurados sorteados para 5 de outubro de 1869<sup>510</sup>

Dados de <i>A Situação</i> (29-09-1869)		Dados do Recenseamento de 1890			
Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe Ler
01	Antonio Ferreira Mendes	50	Agencia	Parda	Sim
02	Antonio Maria de Moraes de Navarros	50	Juiz	Branca	Sim
03	Felix Ferreira Mendes	50	Agencia	Parda	Sim
04	Henrique José Vieira	73	Capitalista	Branca	Sim
05	José Leite da Cunha Mattos	51	Taverneiro	Parda	Sim
06	José Joaquim Graciano de Pina	51	Negociante	Branca	Sim
07	João Maria de Souza	54	Advogado	Branca	Sim
08	Manoel de Ascensão Galvão	62	Agencia	Branca	Sim
09	Manoel José Moreira da Silva	78	2º Capitão	Branca	Sim
10	Manoel Delfino de Carvalho	63	Empregado Publico	Parda	Sim
11	Mathias Pereira	70	Capitão	Parda	Sim

Fonte: Construção do autor a partir de dados extraídos do Jornal *A Situação* (29-09-1869, ano, II, nº 52, p. 03) e do Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XXII

### Lista dos cidadãos qualificados pela junta municipal do termo desta capital Freguesia da Sé – 1º Distrito d'esta cidade de Cuiabá, conforme o Decreto Legislativo n.º 2675 de 20 de outubro de 1875 e instruções de 12 de janeiro de 1876<sup>511</sup>.

<sup>510</sup> A lista de nomes da Freguesia da Sé consta de 36 nomes, dos quais foram localizados 11 deles, no Recenseamento de 1890.

<sup>511</sup> Nas cinco edições consultadas de *O Liberal*, foram apresentados os dados de 892 cidadãos do sexo masculino, residentes em 50 quarteirões da Freguesia da Sé. Conseguiu-se encontrar os dados de 235 deles. Ressalta-se que, no Recenseamento de 1890, Peraro (2005) conseguiu resgatar dados dos moradores de 43 quarteirões que compunham a referida freguesia. Igualmente salienta-se que os dados sobre raça foram retirados do Recenseamento de 1890, e ainda apresentamos os dados sobre a profissão tanto os contidos nas edições de *O Liberal* quanto as contidas no Recenseamento, oportunizando uma comparação em as duas fontes.

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Estado civil	Renda	Condição	Sler
01	Barão de Diamantino	63	Capitalista/Idem	Branca	Casado	20:000\$	Elegível	Sim
02	Bernardo Joaquim Maria de Brito	43	Agencia/padeiro	Preta	Solteiro	200\$ <sup>512</sup>	Não	Não
03	João Augusto de Cerqueira Caldas	28	Agencia/idem	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
04	Verissimo Xavier Castello	55	Negociante	Branca	Casado	2,000\$	Elegível	Sim
05	Victal Baptista de Araujo	29	Negociante/jornalista	Branca	Casado	1,000\$	Elegível	Sim
06	Dormevil José dos Santos Malhado	41	Medico/idem	Parda	Casado	3,000\$	Elegível	Sim
07	José Magno da Silva Pereira	32	Empregado publico/professor	Branca	Solteiro	2,000\$	Elegível	Sim
08	João Pedro Gardez	32	Agrimensor/ Empregado publico	Branca	solteiro	600\$	Elegível	Sim
09	João Baptista de Oliveira Sobrinho	32	Negociante/idem	Branca	Casado	2,000\$	Elegível	Sim
10	Luiz da Silva Prado	42	Negociante/Capitalista	Branca	Solteiro	2,000\$	Elegível	Sim
11	Manoel Gaudie Ley <sup>513</sup>	28	Empregado publico	Branca	Solteiro	600\$	Elegível	Sim
12	Antonio Augusto da Costa Leitte	29	Agencia/	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
13	Firmino Ferreira do Couto	34	Agencia/taverneiro	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
14	José da Silva Tavares	47	Empregado publico	Branca	Solteiro	1:600\$	Elegível	Sim
15	João Camillo Alves Ferreira	33	Ourives/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
16	Pedro José da Costa Leite	34	Empregado publico	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
17	Antonio Pedro de Alcantara	29	Agencia/ourives	Branca	Solteiro	200\$	Não	Não
18	Balbino Alves Ferreira	25	Caixeiro/ -	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
19	Joaquim Paulo de Mello	47	Agencia/Emprgado público	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
20	José Maria de Macerata	48	Agencia/ Empregado público	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
21	Luiz Alves Ferreira	50	Agencia/idem	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
22	Antonio Augusto Nogueira de Boumant	39	Oficial do Exercito/Major do Exercito	Branca	Solteiro	2:000\$	Elegível	Sim
23	João Manoel de Andrade Silva	43	Negociante/teverneriro	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
24	Jesuino Deocleciano Souza Bruno	39	Oficial do Exercito/Tenente Coronel	Parda	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
25	Mathias Pereira fortes	58	Oficial	Parda	Viúvo	600\$	Elegível	Sim

<sup>512</sup> Conforme informações em valores atuais 200\$ <http://www.dplnumismatica.com.br/tabcedbr.html>. Acesso em 28 de fev. de 2017.

<sup>513</sup> Esposo de Antonia Augusta Gaudie Ley.

			reformado/Ca pitão do Exercito					
26	Manoel Fernandes dos Reis	59	Empregado aposentado/aposentado	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
27	Simão José Felipe	28	Sapateiro/ide m	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
28	Antonio Pedro de Figueiredo	29	Sapateiro/tave rneiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
29	Custodio Alves Ferreira	28	Typographo/ Empregado publico	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
30	Hypolito de Moraes Navarros	38	Carpinteiro/sa pateiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
31	Manoel Baptista de Carvalho	48	Agencia/-	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
32	Plácido de Souza Neves	53	Carpinteiro/ idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
33	Severo Bispo Corrêa	26	Sapateiro/ide m	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
34	Antonio Pereira Catilina da Silva	43	Empregado publico/ Empregado publico	Parda	Solteiro	1:800\$	Elegível	Sim
35	Candido Martins de Salles	41	Alfaiate/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
36	Honorio Corrêa do Couto	32	Sapateiro/agen cia	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
37	José Leite da Cunha Mattos	38	Ourives/tavern eiro	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
38	Jacinto Botelho Leite	28	Marceneiro/id em	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
39	João da Silva Pereira	25	Marceneiro/id em	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
40	Moysés de Faria e Souza	51	Marceneiro/id em	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
41	Manoel dos Santos Sampaio	37	Pedreiro/pedre iro	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
42	Miguel Melliades da Costa	40	Carpinteiro/id em	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
43	Euphosino José de Barro	36	Agencia/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
44	Marcellino Marques de Fontes	38	Pedreiro/taver neiro	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
45	Roberto Henrique de Carvalho	31	Pedreiro/idem	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
46	Pedro Candido Jarcem	30	Funileiro/ idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
47	Heleodoro Joaquim de Oliveira	37	Oficial do Exercito/Idem	Branca	Solteiro	1:000\$	Elegível	Sim
48	Izidoro Costa Monteiro	30	Pedreiro/Idem	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
49	Manoel da Costa Monteiro	58	Empregado publico/idem	Preta	Casado	100\$	Não	Sim
50	Porphino da Costa Monteiro	26	Pedreiro/ Pedreiro	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
51	Boaventura José das Neves	29	Oficial Honorario/ Empregado	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim

			publico					
52	Luiz Antonio Pulcherio	53	Oficial reformado/agencia	Branca	Casado	1000\$	Elegível	Sim
53	Antonio Pinto de Souza Leque	27	Empregado publico/ Empregado publico	Parda	Solteiro	1400\$	Elegível	Sim
54	Firmino Rodrigues Ramos	41	Empregado publico/idem	Branca	Casado	2000\$	Elegível	Sim
55	João Maria de Souza	44	Empregado publico/advogado	Branca	Casado	1800\$	Elegível	Sim
56	João Fernandes de Mello	50	Empregado publico/Cont.	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
57	Joaquim de Souza Caldas	57	Eclesiástico/Pároco	Branca	Solteiro	1000\$	Elegível	Sim
58	José da Silva Rondon	50	Negociante/capitalista	Branca	Casado	2000\$	Elegível	Sim
59	Joaquim Henrique dos Santos Viana	33	Negociante/idem	Parda	Casado	1000\$	Elegível	Sim
60	Antonio Pereira da Silva Brandão	33	Agencia/taverneiro	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
61	Augusto Novis	40	Medico/idem	Branca	Casado	3:000\$	Elegível	Sim
62	Antonio Maria de Moraes Navarros	43	Juiz Comissário/Idem	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
63	Ernesto Frederico de Oliveira	27	Negociante/idem	Branca	Solteiro	2:000\$	Elegível	Sim
64	Generoso Annes da Fonsêca	43	Agencia/taverneiro	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
65	Joaquim Claudionor de Siqueira	42	Lavrador/proprietário	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
66	Manoel de Assumpção Couto	37	Agencia/taverneiro	Pardo	Casado	400\$	Elegível	Sim
67	Thomaz Pereira Jorge	42	Negociante/capitalista	Branca	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
68	Antonio Martinho de Oliveira	35	Alfaiate/agencia	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
69	Celestino Corrêa da Costa Filho	27	Negociante/idem	Branca	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
70	Generoso Paes Lemes de Sousa Ponce	27	Caixeiro/negociante	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
71	Henrique José Vieira	60	Capitalista/idem	Branca	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
72	Henrique José Vieira Filho	27	Negociante/idem	Branca	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
73	Mathias José do Espirito Santo	38	Agencia/idem	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
74	Antonio de Souza Canavarros	38	Agencia/pedreiro	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
75	Egydio Angelo Bueno Mamoré	40	Professo público/empregado público	Branca	Casado	1:600\$	Elegível	Sim
76	Eleuterio Pereira da Silva	44	Ourives/idem	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
77	Francisco Gonzaga Cícero de Sá	40	Negociante/idem	Branca	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
78	José Joaquim Graciano de Pina	65	Eclesiástico capitão	Branca	-	2:000\$	Elegível	Sim



			militar/governador/					
79	José Joaquim Graciano de Pina	38	Negociante/idem	Branca	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
80	João Bueno de Sampaio	40	Empregado público/Idem	Branca	Solteiro	1,600\$	Elegível	Sim
81	José da Silva Ribeiro	42	Agencia/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
82	Benedicto Antonio Teixeira	36	Agencia/taverneiro	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
83	Flavio Crescencio de Mattos	25	Alfaiate/guarda	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
84	José da Cruz Ferreira	28	Agencia/taverneiro	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
85	José Rodrigues Pereira	37	Alfaiate/idem	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
86	Agostinho da Silva Cuyabano	43	Negociante/idem	Preta	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
87	Antonio da Costa Garcia Junior	28	Agencia/idem	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
88	José Felix Bandeira	24	Eclesiástico-agência/diácono	Branca	-	400\$	Elegível	Sim
89	José de Paula Corrêa	28	Ferreiro/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
90	João Baptista da <sup>514</sup> Costa Garcia	26	Empregado público/Idem	Branca	Solteiro	600\$	Elegível	Sim
91	Belisario José de Couto	31	Agencia/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
92	Benedicto Manoel Nunes	31	Empregado público/Idem	Branca	Solteiro	1000\$	Elegível	Sim
93	Carlos Barboza de Faria	32	Agencia/Empregado público	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
94	Gil-Braz Marcondes da Silva	28	Agencia/Empregado público	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
95	Joaquim Ferreira de Moraes Navarros	44	Agencia	Parda	Solteiro	360\$	Não	Sim
96	Marcelino Alves Guerra	41	Alfaiate	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
97	Antonio Pires de Barros	37	Marceneiro/carpinteiro	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
98	Benedicto de Araujo Filgueira	59	Eclesiástico/capelão	Parda	-	1000\$	Elegível	Sim
99	Benedicto Alves de Barros	36	Carpinteiro/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
100	Estevão Alves de Barros	32	Agencia/taverneiro	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
101	José Paes de Barros	38	Oficialde policia/taverneiro	Branca	Solteiro	1000\$	Elegível	Sim
102	Thomé Ribeiro de Siqueira	24	Empregado público	Parda	Casado	600\$	Elegível	Sim
103	Vicente Ferreira da Cruz	27	Sapateiro/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
104	Francisco Marcos Taury Serejo	36	Oficial militar/capitão	Branca	Casado	1000\$	Elegível	Sim
105	Francisco Henrique	28	Sapateiro/idem	Preta	Casado	200\$	Não	Sim

<sup>514</sup> Irmão 2 anos mais novo de Antonio da Costa Garcia Junior ambos caracterizados com raça diferentes e filhos de Antonio da Costa Garcia, que era casado com a parda Ana de Souza Neves (Recenseamento de 1890, p. 116, 149, 305).

	de Carvalho		m					
106	João Dias de Mello	32	Pedreiro/agencia	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
107	João Fernandes dos Reis	40	Marceneiro/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
108	Manoel Francisco da Guia	37	Sapateiro/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
109	Benedicto Januario da Costa	42	Lavrador/agencia	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
110	Francisco Soâres da Silva	30	Lavrador/açougueiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
111	Izidoro Duarte	39	Agencia/criado	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
112	José Dias de Oliveira Campos	55	Agencia/Empregado público	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
113	Pedro Rodrigues dos Santos	41	Agencia/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
114	Benedicto Lopes Cyrineo	47	Pedreiro/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
115	Dario Manoel de Araujo	40	Alfaiate/ -	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
116	Eloy Hardman	24	Empregado público/idem	Branca	Casado	1, 000\$	Elegível	Sim
117	Felippe Liberato de Oliveira	50	Musico/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
118	Guilherme Ferreira Garcez	37	Agencia/taverneiro	Branca	Casado	200\$	Não	Sim
119	João Marques Ferreira	43	Empregado público/idem	Branca	Casado	720\$	Elegível	Sim
120	Jesuíno Innocencio de Moraes	25	Sapateiro/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
121	José Aureliano Xavier Bastos	41	Oficial reformado/alferes	Branca	Casado	1, 000\$	Elegível	Sim
122	José Sabino Maciel Monteiro	40	Oficial do exercito	Branca	Casado	1, 000\$	Elegível	Sim
123	Luiz Manoel Marques de Avila	36	Lavrador/agencia	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
124	Manoel Luiz Pereira	29	Sapateiro/Empregado público	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
125	Samuel Hardmann	45	Empregado público/idem	Branca	-	1, 000\$	Elegível	Sim
126	João Ribeiro do Nascimento	42	Agencia/idem	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
127	Manoel Ferreira de Azevedo	52	Agencia/Fogueteiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
128	Antonio da Costa Garcia	52	Fogueteiro/idem	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
129	Antonio Paes de Barros	25	Caixeiro/agencia	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
130	André Vergílio Pereira de Albuquerque	42	Empregado público/idem	Branca	Casado	1, 000\$	Elegível	Sim
131	Alfredo José Vieira	34	Magistrado/idem	Branca	Casado	4, 000\$	Elegível	Sim
131	Candido Augusto de Moraes	26	Pedreiro/idem	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
133	João da Costa	38	Proprietário/ag	Branca	Casado	2, 000\$	Elegível	Sim

	Teixeira		encia					
134	Jesuino Alves Pereira	44	Espingardeiro/ferreiro	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
135	José Martins Fernandes	42	Agencia/solicitador	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
136	Manoel Nunes Ribeiro	21	Capitalista/idem	Branca	-	2, 000\$	Elegível	Sim
137	Manoel Delfino de Carvalho	50	Agencia/empleado publico	Parda	Casado	1, 000\$	Elegível	Sim
138	Sebastião José da Costa Maricá	54	empregado publico aposentado	Parda	Casado	800\$	Elegível	Sim
139	Vicente Antunes Maciel Epaminondas	26	Caixeiro/negociante	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
140	Amaro Constantino da Rocha	29	Agencia/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Não
141	Augusto Arlindo Moreira Serra	28	Agencia	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
142	Antonio de Paula Corrêa	35	Negociante/advogado	Branca	Casado	2, 000\$	Elegível	Sim
143	João de Moura Meirelles	32	Sapateiro/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
144	Luiz Cassiano da Silva	25	Tipógrafo/empregado publico	Branca	Solteiro	300\$	Não	Sim
145	Manoel Carcilio	45	Agencia/idem	Branca	Casado	200\$	Não	Sim
146	Manoel Frutuoso da Silva Nobre	25	Empregado público/idem	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
147	Satyro Domingos de Araujo	30	Empregado público/idem	Parda	Solteiro	1, 000\$	Elegível	Sim
148	Cesario Lopes de Souza	25	Empregado público/taverneiro	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
149	Carlos Antunes Muniz	52	Negociante/capitalista	Branca	Casado	2, 000\$	Elegível	Sim
150	Felix Benedicto de Miranda	25	Professor/idem	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
151	José Augusto Duarte	25	Eclesiástico/Empregado público	Branca	-	900\$	Elegível	Sim
152	João Fernandes Burgos	50	Empregado publico aposentado/agencia	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
153	Floriano Lemos do Prado	62	Oficial reformado	Branca	Viúvo	1600\$	Elegível	Sim
154	Felix Ferreira Mendes	32	Oficial honorário/agência	Parda	Viúvo	400\$	Elegível	Sim
155	Jesuino Coelho Bahia	45	Agencia/taverneiro	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
156	João Geraldo Martins Galvão	53	Agencia/ idem	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
157	José Marques Ferreira	25	Ferrador/idem	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
158	José Benedicto Barboza	40	Alfaiate/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
159	Manoel Francisco Ferreira Mendes	40	Agencia/taverneiro	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
160	Pedro Augusto de Araujo	31	Empregado publico/idem	Branca	Solteiro	1, 000\$	Elegível	Sim

161	Raymundo da Fonsêca Moraes	31	Alfaiate/idem	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
162	Silvestre Antunes Galvão	38	Negociante/idem	Branca	Casado	2, 000\$	Elegível	Sim
163	Antonio Vieira de Almeida	41	Negociante/idem	Branca	Casado	2, 000\$	Elegível	Sim
164	Clementino de Moraes Bueno	26	Marceneiro/carpinteiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
165	Elpidio Bem Dias de Moura	31	Agencia/negociante	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
166	José Florêncio Dutra	38	Negociante/agencia	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
167	João Luiz Pereira	37	Oficial honorário/Empregado Público	Branca	-	1, 200\$	Elegível	Sim
168	José Estevão Corrêa	48	Empregado Público/idem	Branca	Casado	2, 100\$	Elegível	Sim
169	Joaquim Pinto de Souza	25	Agencia/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
170	Luiz Henrique de Carvalho	25	Carpinteiro/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
171	Miguel Lourenço da Cunha	41	Agencia/idem	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
172	Manoel do Nascimento Ferreira Mendes	37	Agencia/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
173	Manoel José Moreira da Silva	46	Negociante/2º ?	Branca	Casado	2, 000\$	Elegível	Sim
174	Salvador Pompéo Barros	31	Negociante/idem	Branca	Casado	2, 000\$	Elegível	Sim
175	Vicente Dias Pereira	48	Proprietário/cabeleireiro	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
176	Estevão do Nascimento	50	Pedreiro/idem	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
177	Francisco Antonio Pereira	42	Agencia/taverneiro	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
178	Joaquim Vicente Paes de Barros	33	Agencia/idem	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
179	João Benedicto de Moraes Cambará	30	Alfaiate/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
180	José Maria Curvo	40	Empregado Publico/idem	Branca	Casado	800\$	Elegível	Sim
181	Romualdo Fernandes de Queiroz	32	Ferreiro/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
182	Benedicto Ribeiro Dutra	26	Oficial militar/capitão	Branca	Casado	1, 200\$	Elegível	Sim
183	Joaquim Ferreira da Cunha Barbosa	32	Oficial militar/capitão	Branca	Casado	1, 200\$	Elegível	Sim
184	Antonio José Duarte	35	Oficial militar/tenente	Parda	Casado	1, 000\$	Elegível	Sim
185	Celestino Vieira Nery <sup>515</sup>	25	Agencia/Empregado Publico	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
186	Francisco de Assis Salles	30	Empregado Publico/agencia	Parda	Casado	500\$	Elegível	Sim

<sup>515</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 69), residia na Freguesia de São Gonçalo Rua da Bella Vista, n.º 407.

187	Jorge de Veneza Campos	30	Empregado Publico/agencia	Branca	Casado	800\$	Elegível	Sim
188	José Ferreira Mendes	31	Oficial honorário/ Empregado Publico	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
189	Manoel Felizardo da Costa	27	Agencia/idem	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim
190	Manoel João Nepomuceno	28	Agencia/alfaia te	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
191	Bento Annes da Fonsêca	30	Agencia/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
192	Domingos Gabriel Dias da	29	Empregado Publico/idem	Branca	Casado	800\$	Elegível	Sim
193	Luiz Zeferino Moreira	29	Oficial militar.	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
194	Manoel Sebastião de Figueredo	29	Lavrador/-	Branca	Solteiro	1:000\$	Elegível	Sim
195	Zeferino Pinto da Silva	31	Ourives/idem	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
196	Antonio Alves Ribeiro	43	Engenheiro/id em	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
197	Barão de Melgaço	78	Oficial reformado	Branca	Viúvo	4:000\$	Elegível	Sim
198	Cypriano Alves Pereira	31	Pintor/tavernei ro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
199	Francisco José dos Santos	29	Agencia/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
200	Joaquim Caracciolo Peixoto	30	Empregado publico/negoci ante	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
201	José Joaquim dos Santos Ferreira	51	Eclesiástico/ca pelão	Parda	-	1:000\$	Elegível	Sim
202	Joaquim Innocencio de Oliveira	35	Oficial militar/capitão	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
203	José da Costa Lana	36	Oficial militar/idem	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
204	Joaquim José Ferreira da Silva	35	Oficial militar/major	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
205	Pedro Gaudie Ley	30	Agencia/ Empregado publico	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
206	Sabino Pires de Lisbôa		Empregado publico/agencia	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
207	Antonio Augusto Ramiro de Carvalho	43	Empregado publico/idem	Branca	Casado	4:000\$	Elegível	Sim
208	João Capistrano de Oliveira	41	Oficial do exercito/capitã o	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
209	Julio Frederico Müller	30	Agencia/tavernei ro	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
210	Joaquim José de Carvalho	48	Empregado publico/idem	Branca	Casado	600\$	Elegível	Sim
211	Mariano Trajano da Silva Juruena	25	Empregado publico/idem	Branca	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
212	Pedro Fernandes Povoas	37	Agencia/tenente	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
213	Francisco Antonio da	40	Pintor/agencia	Branca	Casado	400\$	Elegível	Sim

Costa Campos								
214	Silvestre Manoel de Jesus	32	Pintor/idem	Preta	Casado	200\$	Não	Sim
215	Francisco Xavier de Siqueira	58	Agencia/idem	Branca	-	200\$	Não	Sim
216	José Domiciano Pedroso	28	Agencia/carpinteiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
217	João Baptista da Motta	42	Carpinteiro/idem	Preta	Solteiro	200\$	Não	Sim
218	José Antonio Paes de Barros	26	Agencia	Branca	Casado	200\$	Não	Sim
219	Mariano Bispo	26	Sapateiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
220	Miguel José de França	45	Oficial reformado/Alferes	Preta	Casado	400\$	Elegível	Sim
221	Pedro de Alcântara Pulcherio	36	Empregado publico/idem	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
222	Antonio da Silva Albuquerque	27	Empregado publico/negociante	Branca	Casado	900\$	Elegível	Sim
223	Francisco Xavier da Silva	38	Carpinteiro/agencia	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
224	João Carlos de Sant'Anna	28	Empregado publico/Sapateiro	Parda	Solteiro	200\$	Não	Sim
225	Raymundo de Assis Monteiro	55	Empregado aposentado/idem	Branca	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
226	João José Rodrigues Xavier	62	Empregado publico/idem	Parda	Casado	200\$	Não	Sim
227	Manoel Rodrigues da Silva Lima	49	Lavrador/Empregado publico	Parda	Casado	400\$	Elegível	Sim
228	Pedro Paulo das Neves	37	Empregado publico/Sapateiro/Empregado publico	Branca	Solteiro	600\$	Elegível	Sim
229	Francisco Vieira Nery	37	Sapateiro/Empregado publico	Parda	Solteiro	400\$	Elegível	Sim
230	Joaquim Rodrigues Freire	42	Negociante/agencia	Branca	Casado	2:000\$	Elegível	Sim
231	João Bonifacio Monteiro	42	Empregado aposentado/Empregado publico	Branca	-	1:600\$	Elegível	Sim
232	Aureliano Primo Vaz Guimarães	27	Agencia/Empregado publico	Branca	Solteiro	200\$	Não	Sim
233	Faustino Correa da Costa	42	Proprietário/idem	Parda	Casado	1:000\$	Elegível	Sim
234	João Gonçalves da Cruz	36	Espingardeiro/Ferreiro	Parda	-	400\$	Elegível	Sim
235	Paulo Pereira de Silva	30	Lavrador/tipógrafo	Preta	Casado	200\$	Não	Sim

**Fonte:** *O Liberal* (04-07-1878, ano VII, n.º 358, p. 01-04), (11-07-1878, ano VII, n.º 359, p. 02-03), (18-07-1878, ano VII, n.º 360, p. 02-04), (25-07-1878, ano VII, n.º 361, p. 03-04), (01-08-1878, ano VII, n.º 362, p. 02-04) e Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XXIII

**Representatividade de brancos, pretos e pardos entre os cidadãos qualificados, pela junta municipal do termo da cidade de Cuiabá - Freguesia da Sé – 1º Distrito – 1878.**

N.º	Branco	Pardos	Pretos	Total
<b>01</b>	114	90	31	235
<b>02</b>	48,5%	38,2%	13,1%	99,5%

**Fonte:** *O Liberal* (04-07-1878, ano VII, n.º 358, p. 01-04), (11-07-1878, ano VII, n.º 359, p. 02-03), (18-07-1878, ano VII, n.º 360, p. 02-04), (25-07-1878, ano VII, n.º 361, p. 03-04), (01-08-1878, ano VII, n.º 362, p. 02-04) e Recenseamento de 1890.

#### ANEXO – XXIV

**Representatividade de brancos, negros entre os cidadãos qualificados, pela junta municipal do termo da cidade de Cuiabá - Freguesia da Sé – 1º Distrito – 1878.**

N.º	Branco	Negros	Total
<b>01</b>	114	121	235
<b>02</b>	48,5%	51,4%	99,5%

**Fonte:** *O Liberal* (04-07-1878, ano VII, n.º 358, p. 01-04), (11-07-1878, ano VII, n.º 359, p. 02-03), (18-07-1878, ano VII, n.º 360, p. 02-04), (25-07-1878, ano VII, n.º 361, p. 03-04), (01-08-1878, ano VII, n.º 362, p. 02-04) e Recenseamento de 1890.

#### ANEXO – XXV

**Representatividade de “elegíveis” entre “brancos e negros”, conforme a renda apresentada na Lista dos cidadãos qualificados, pela junta municipal do termo da cidade de Cuiabá - Freguesia da Sé – 1º Distrito – 1878.**

N.º	Branco	Negros	Total
<b>01</b>	97	41	138
<b>02</b>	70,2%	29,7%	99,9%

**Fonte:** *O Liberal* (04-07-1878, ano VII, n.º 358, p. 01-04), (11-07-1878, ano VII, n.º 359, p. 02-03), (18-07-1878, ano VII, n.º 360, p. 02-04), (25-07-1878, ano VII, n.º 361, p. 03-04), (01-08-1878, ano VII, n.º 362, p. 02-04) e Recenseamento de 1890.

#### ANEXO – XXVI

**Quadro de Moradores alistados da “paróquia” da Sé<sup>516</sup> que requereram a inclusão de seus nomes na lista de votantes por terem provado seus direitos<sup>517</sup>.**

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Estado civil	Sabe ler
<b>01</b>	João Alexandre de Brito	37	Alfaiate	Parda	Solteiro	Sim
<b>02</b>	Joaquim Januario Carneiro	57	Fogueteiro	Parda	Casado	Sim
<b>04</b>	José da Cunha Maciel	30	Empregado Público	Parda	Casado	Sim
<b>05</b>	Joaquim Marcelino Martins <sup>518</sup>	25	Marceneiro	Parda	Casado	Sim

<sup>516</sup> Foi possível encontrar apenas alguns residentes na Paróquia da Sé, no entanto, aparecem nomes de residentes nas seguintes paróquias: São Gonçalo de Pedro 2º, Santo Antonio do Rio Abaixo e Nossa Senhora da Guia.

<sup>517</sup> Em *A Provincia de Matto-Grosso* de (03-11-1889, ano, n.º 564, p. 03-04), publicou-se uma lista onde estes deveriam ter cumprido os seguintes requisitos: saber ler e escrever, ter renda legal, estar alistado pra votação.

<sup>518</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, n.º 564, p. 03), Joaquim Marcelino Martins, filho de Benedicto Angelo Martins, casado, carpinteiro, residente a Rua 13 de Junho, sabe ler e escrever, possui renda legal, listou-se em 1889, provou condições “legaes” para ser eleitor.

06	Hypolito de Moares Navarros <sup>519</sup>	36	Sapateiro	Parda	Casado	Sim
07	Jacinto Botelho Leite	39	Marceneiro	Parda	Solteiro	Sim
08	Luiz Theodoro Monteiro	26	Escrivão de	Branca	Solteiro	Sim
09	Belarmino Garcia Contadoria	36	Taverneiro	Parda	Casado	Sim
10	Manoel Baptista do Espirito Santo <sup>520</sup>	46	Agencia	Parda	Casado	Sim
11	José Luis de Figueredo	43	----	Branca	Casado	Sim
12	João Davis Monteiro	24	Agencia	Branca	Casado	Sim
13	Antonio José da Costa	64	General	Branca	Solteiro	Sim
14	José Maria de Almeida <sup>521</sup>	30	Agencia	Parda	Casado	Sim

**Fonte:** Construção do autor – Cruzamentos de dados do Jornal *A Província de Mato Grosso* 20-10 (n.º 562) e 03-11-1889, (n.º 564), com o Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XXVII

### Composição do Exército em Mato Grosso conforme “raça” na Freguesia da Sé, segundo o Recenseamento de 1890.

Nº	Nome	Raça	Profissão	Idade	Saber
01	Antonio Maria Coelho	Branca	Marechal	63	Sim
02	João de Oliveira Mello	Branca	Tenente	51	Sim
03	Candido Mariano da Silva	Parda	Tenente	25	Sim
04	Antonio José Duarte	Parda	Tenente	46	Sim
05	José Floriano Paes	Preta	Tenente	53	Sim
06	Jesuíno Deocleciano Souza	Parda	Tenente Coronel	50	Sim
07	Manoel da Cunha Moreno <sup>522</sup>	Preta	Tenente do Exercito	47	Sim
08	João Caetano de Faria	Branca	Tenente do Exercito	28	Sim
09	Jorge Octaviano da Silva	Branca	Tenente do Exercito	28	Sim
10	Justiniano Fausto de Araujo	Branca	Tenente do Exercito	35	Sim
11	Antonio Manoel Martins Filho	Branca	Tenente do Exercito	30	Sim
12	Antero Aprigio Gualberto de Figueredo	Branca	Tenente do Exercito	27	Sim
13	Pedro Fernandes Povoas	Parda	Tenente do Exercito	46	Sim
14	José da Cunha Pires	Branca	Tenente do Exercito	27	Sim

<sup>519</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, n.º 564, p. 03), Hypolito de Moraes Navarros 35 anos, filho de Maria Antonia Ferreira, solteiro, marceneiro, residente na Rua “de Antonio João” sabia ler e escrever, possui renda legal, alistado em 1889, também havia provado condições “legaes” para ser eleitor.

<sup>520</sup> Conforme *A Província de Matto-Grosso* (03-11-1889, ano XI, n.º 564, p. 03), Manoel Baptista do Esperito Santo, 45 anos, filho de Antonia Maria, casado, taverneiro, residente a Praça da Boa Morte, sabe ler e escrever, possuía renda legal, listou-se em 1889, provou condições “legaes” para ser eleitor.

<sup>521</sup> Idem, José Maria de Almeida, 32 anos, filho de Joaquim Francisco de Almeida, casado, empregado publico, residente a Rua da Bella-Vista, sabe ler e escrever, possui renda legal, listou-se em 1889, provou condições “legaes” para ser eleitor.

<sup>522</sup> Conforme jornal *O Matto-Grosso* (26-04-1891, ano XIII, n.º 624, p. 02), promovido a capitão o tenente Manoel da Cunha Moreno. Conforme também *A Província de Matto-Grosso* (20-02-1881, anno III, n.º 112, p.1), na parte dos officios do dia 31/01/1881. “Ao mesmo – Sirva-se vmc. providenciar para que tendo passagem do porto desta capital até a corte os seguintes officiais e praças, a saber: tenente coronel do batalhão 20 de infantaria José Cezario Varella da França, Alferes do batalhão 15 da mesma arma Manoel da Cunha Moreno que seguem a reunir-se aos seus respectivos corpos levando este a sua mulher d. Izabel Rodrigues Moreno.” Adiante, na mesma página, outro texto revela que os enviados à Corte pertenciam: José Cezario Varella da França, ao 20º batalhão, Maximiano José de Oliveira, à Escola de Tiro do Campo Grande, e *Manoel da Cunha Moreno*, ao 13º batalhão. (A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO, 1881, p.1) Ainda de acordo com *A Província de Matto-Grosso* (25-12-1887, ano IX, n.º 469, p. 02), D. Izabel “Lisboa” Moreno havia falecido. Assinala-se que o esposo desta, conforme a notícia, era Diretor da Colonia Izabel.



<b>15</b>	Carlos de Miranda Santos <sup>523</sup>	Parda	Capitão do Exército	40	Sim
<b>Total</b>	<b>15</b>				

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados extraídos do Recenseamento de 1890.

## ANEXO - XXVII

### Composição em porcentagem do Exército em Mato Grosso conforme “raça”, na Freguesia da Sé, segundo o Recenseamento de 1890.

Nº	Raça	Total	%
<b>01</b>	<b>Branços</b>	<b>8</b>	<b>53,3</b>
<b>02</b>	<b>Pardos</b>	<b>5</b>	<b>33,3</b>
<b>03</b>	<b>Pretos</b>	<b>2</b>	<b>13,3</b>
<b>04</b>	<b>Toral</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados extraídos do Recenseamento de 1890.

## ANEXO - XXVIII

### Composição do quadro de profissionais que desenvolviam atividade relativas à Saúde na Freguesia da Sé, conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890.

<b>01</b>	Veriato de Cerqueira Caldas	Branca	Médico	37	Sim
<b>02</b>	Dormevil José dos Santos Malhado	Parda	Médico	51	Sim
<b>03</b>	Augusto Novis	Branca	Médico	51	Sim
<b>04</b>	José Marques da Silva Bastos	Parda	Cirurgião	57	Sim
<b>Total</b>	<b>04</b>				

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados extraídos do Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XXIX

### Composição em porcentagem do quadro de profissionais que desenvolviam atividade relativas à Saúde na Freguesia da Sé conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890.

Nº	Raça	Total	%
<b>01</b>	<b>Branços</b>	<b>2</b>	<b>50</b>
<b>02</b>	<b>Pardos</b>	<b>2</b>	<b>50</b>
<b>03</b>	<b>Pretos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>04</b>	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados extraídos do Recenseamento de 1890.

## ANEXO - XXX

<sup>523</sup> Assinou convocação para reunião da Sociedade A. V. dos Militares, a realizar no dia 17 do corrente (segunda-feira), em que tratariam questões como estatuto e outras deliberações. Carlos de Miranda Santos assinou como o 1º secretário da Sociedade, e datou de 15 de Outubro de 1887.

**Composição do quadro de “empregados públicos” na Freguesia da Sé, conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890**

Nº	Nome	Raça	Profissão	idade	Sabe ler
01	Hermenegildo de Oliveira	Branca	Empregado <sup>524</sup> Público	19	Sim
02	Mariano Trajano da Silva	Branca	Empregado Público	35	Sim
03	Americo Leite Pereira	Branca	Empregado Público	19	Sim
04	José Paulino de Araujo	Branca	Empregado Público	28	Sim
05	José Antonio de Magalhães	Branca	Empregado Público	32	Sim
06	José da Silva Tavares	Branca	Empregado Público	63	Sim
07	Pedro Gaudie Ley	Branca	Empregado Público	40	Sim
08	Joaquim Manco Barreto	Parda	Empregado Público	30	Sim
09	Antonio Anastacio Monteiro de Mendonça	Branca	Empregado Público	53	Sim
10	José da Paixão Figueiredo	Branca	Empregado Público	55	Sim
11	Joaquim Paulo de Mello	Branca	Empregado Público	50	Sim
12	Antonio Pinto de Souza <sup>525</sup> Leque	Parda	Empregado Público	34	Sim
13	Sabino de Faria	Parda	Empregado Público	50	Sim
14	José Maria de Macerata	Branca	Empregado Público	56	Sim
15	Custodio Alves Ferreira <sup>526</sup>	Parda	Empregado Público	38	Sim
16	José Dias de Oliveira Campos	Preta	Empregado Público	60	Sim
17	Egydio Angelo Bueno Mamoré	Branca	Empregado Público	50	Sim
18	Antonio Pereira Catilina da	Parda	Empregado Público	55	Sim
19	Manoel da Costa Monteiro	Preta	Empregado Público	70	Sim
20	Frederico da Costa Teixeira	Branca	Empregado Público	26	Sim
21	Eugenio da Silva Claro <sup>527</sup>	Preta	Empregado Público	34	Sim
22	Antonio Gaudie Ley	Branca	Empregado Público	31	Sim
23	Elias Cintra Barboza Lima	Branca	Empregado Público	19	Sim
24	Francisco de Paula Corrêa	Branca	Empregado Público	32	Sim
25	José Leite Pereira Gomes	Branca	Empregado Público	33	Sim
26	Boaventura José das Neves <sup>528</sup>	Parda	Empregado Público	40	Sim

<sup>524</sup> Antonio Pedro de Figueiredo, conforme o Recenseamento de 1890, tinha 37 anos, profissão **taverneiro**, de raça parda, casado, católico, brasileiro e sabia ler. Residia na Rua 27 de Dezembro, nº 62, era casado com Juliana Maria da Conceição, 28 anos, parda e sabia ler. Morava com eles outras 5 pessoas, das quais três sabiam ler. Conforme o jornal *A Província de Mato Grosso* (edição de nº 158, anno – IV. Veiculado em 8 de janeiro de 1882), Antonio Pedro de Figueiredo atuava como **FISCAL** da Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, sua função era verificar a situação das “cazas de negocios”, se estavam providos de licença para funcionamento. A assinatura do documento é de 5 de janeiro de 1882.

<sup>525</sup> Conforme *A Província de Mato-Grosso*, veiculado em 21 de agosto de 1887, edição nº 450 - anno – IX, noticiou que Antonio Pinto de Souza Leque ajudou a promover “um banquete em demonstração e seus sentimentos” para com o Sr. Tenente da Armada João Batista das Neves. Ajudaram na promoção do evento os Srs. Dr. José Leite Pereira Gomes Filho, Eduardo Poyart, Manoel Escolástico Virginio. “Durante o jantar, que se prolongou das 5 as 7 horas da tarde, tocou a banda de música do Sr. Padre Aureliano Pinto Botelho.” (*A PROVINCIA DE MATO-GROSSO*, 1887, p. 1)

<sup>526</sup> Conforme jornal *A Província de Matto-Grosso* (anno – XI, nº 550, 28.07.1889), “Actos presidenciaes”. Por acto de 19: Foi nomeado para o cargo de arquivista da secretaria do governo. (p. 3)

<sup>527</sup> Eugenio da Silva Claro, conforme o jornal *A Província de Mato-Grosso*, veiculado em 7.08.1887, edição 448, p. 04, ano IX, era **escripturario** da Thesouraria da Fazenda de Mato Grosso, o mesmo assinou pelo aviso anunciado na coluna “Editaes” convidava os credores a requerer seu pagamento perante aquela tesouraria. Datou-se o documento em 20.07.1887. Adiante em, *A Província de Mato-Grosso* (10-04-1881, anno III, nº 119), na coluna “Officios”, informou-se da desistência de Eugenio da Silva Claro, que deveria retirar o requerimento que havia dirigido ao governo imperial pedindo transferência para o lugar vago de 2º escripturário da alfândega de Corumbá. “Devolvo a v. s. com o citado requerimento o offico que essa thesouraria dirige ao ministério da fazenda informando a dita pretensão.” (sic) (*A PROVINCIA DE MATTO GROSSO*, 1881, p.1) Conforme o Recenseamento de 1890, Eugenio da Silva Claro, 34 anos, de raça **preta**, casado, empregado público, casado com a parda Umbelina da Silva Claro e tinha 4 filhos, nenhum frequentava a escola, apenas os pais sabiam ler. A família residia na Rua 11 de Julho, nº 352, Freguesia da Sé.

<sup>528</sup> Interveio em favor do seu enteado Cantílio Lemes de Arruda, queixando-se a Inspetoria Geral das Aulas contra o professor Manuel Teixeira Coelho em agosto de 1879.

27	Antonio José de Siqueira Gás	Parda	Empregado Público	67	Sim
28	Pedro José da Costa Leite	Branca	Empregado Público	48	Sim
29	Gil-Braz Marcondes da Silva	Parda	Empregado Público	40	Sim
30	Benedicto Manoel Nunes	Branca	Empregado Público	45	Sim
31	José Jacintho de Moraes	Branca	Empregado Público	28	Sim
32	Domingos Gabriel Dias da Costa	Branca	Empregado Público	40	Sim
33	Raymundo de Assis Monteiro	Branca	Empregado Público	66	Sim
34	Augusto de Assis Monteiro	Parda	Empregado Público	28	Sim
35	João José Rodrigues Xavier	Parda	Empregado Público	70	Sim
36	Antonio Herminio Duarte de	Branca	Empregado Público	41	Sim
37	João Bueno de Sampaio	Branca	Empregado Público	53	Sim
38	Satyro Domingos de Araujo	Parda	Empregado Público	44	Sim
39	Samuel Hardmann	Branca	Empregado Público	60	Sim
40	Joaquim da Costa Rego	Branca	Empregado Público	20	Sim
41	Manoel Benedicto Carneiro	Parda	Empregado Público	29	Sim
42	Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins	Branca	Empregado Público	38	Sim
43	Antonio Modesto de Mello	Parda	Empregado Público	40	Sim
44	João Anastacio Monteiro	Branca	Empregado Público	40	Sim
45	Manoel Rodrigues da Silva	Parda	Empregado Público	61	Sim
46	João Baptista da Costa Garcia	Branca	Empregado Público	35	Sim
47	Luiz Cassiano da Silva	Branca	Empregado Público	31	Sim
48	Joaquim José Torquato <sup>529</sup>	Parda	Empregado Público	35	Sim
49	José Augusto Duarte	Branca	Empregado Público	35	Sim
50	Pedro Augusto de Araujo	Branca	Empregado Público	42	Sim
51	João Alves Guerra	Parda	Empregado Público	22	Sim
52	José de Gouvêa Azevedo	Branca	Empregado Público	48	Sim
53	Licio de Campos Borralho	Branca	Empregado Público	23	Sim
54	Thomé Ribeiro de Siqueira	Parda	Empregado Público	36	Sim
55	Carlos Barboza de Faria	Parda	Empregado Público	39	Sim
56	João Boaventura de Andrade	Branca	Empregado Público	46	Sim
57	Joaquim Gaudie Ley Primo	Branca	Empregado Público	33	Sim
58	Joaquim Ferreira de Moraes	Parda	Empregado Público	55	Sim
59	José da Cunha Maciel	Parda	Empregado Público	30	Sim
60	João Marques Ferreira	Branca	Empregado Público	55	Sim
61	João Febronio de Cerqueira Caldas	Branca	Empregado Público	30	Sim
62	Eloy Hardman	Branca	Empregado Público	34	Sim
63	Anselmo Liberato de Oliveira <sup>530</sup>	Parda	Empregado Público	25	Sim
64	João Bonifacio Monteiro	Branca	Empregado Público	52	Sim
65	Leopoldino Nonato de Faria	Parda	Empregado Público	28	Sim
66	Manoel Teixeira Coêlho	Branca	Empregado Público	59	Sim
67	Pedro Moseller	Branca	Empregado Público	48	Sim
68	José Nunes de Arruda	Branca	Empregado Público	27	Sim
69	José Estevão Corrêa	Branca	Empregado Público	50	Sim
70	Audelino Augusto Corrêa	Branca	Empregado Público	22	Sim
71	Aureliano Primo Vaz	Branca	Empregado Público	38	Sim
72	Licerio Augusto Pereira	Parda	Empregado Público	47	Sim

<sup>529</sup> No Relatório de Instrução Pública, pelo Diretor João Carlos Muniz Joaquim José Torquato, conseguiu licença através de uma portaria para cuidar da saúde. Na ocasião, conforme o diretor de instrução pública, este atuava como “*contínuo*” da Secretaria de Instrução. Também foi nomeado interinamente para o lugar vago de porteiro do Lyceu Cuiabano, acumulando as funções de porteiro do externato do sexo feminino, Conforme jornal *A Provincia de Matto-Grosso* (28-07-1889, ano XI, nº 550). (Rosa,1996, p.45 apud Siqueira, 2000, p.99) destacou que o artigo 11 do referido estatuto rezava a nomeação de [...] um **bibliotecário** e no item 6 do Artigo 19º incumbia o tesoureiro propor pessoa idônea para servir de bibliotecário. A nomeação parece ter sido uma contratação de serviços, a 2 de julho de 1893. Joaquim José Torquato passava recibo de quinze mil réis referente à sua gratificação de bibliotecário.

<sup>530</sup> No Jornal *A Gazeta Oficial de Mato Grosso* (16-7-1898, ano IX, n.º 1313, p. 04) foi publicado, na coluna Concursos, um texto da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, em que Anselmo Liberato d’Oliveira assina como 2º escriturário (o texto refere-se a um desconto sobre notas conforme orientação do Ministro da Fazenda).

73	Vergílio Corrêa da Costa	Parda	Empregado Público	18	Sim
74	José Ferreira Mendes	Parda	Empregado Público	40	Sim
75	José Velasco Molina	Branca	Empregado Público	36	Sim
76	João Marcolino Mor <sup>a</sup> Guarim	Branca	Empregado Público	19	Sim
77	Alipio Moreira Guarim	Branca	Empregado Público	18	Sim
78	Herminia Moreira Guarim	Branca	Empregado Público	15	Sim
79	Antonio Roberto de Vasconcellos	Branca	Empregado Público	33	Sim
80	João Luiz Pereira	Branca	Empregado Público	45	Sim
81	Antenôr Augusto Corrêa	Branca	Empregado Público	25	Sim
82	Frederico Simplicio Gualberto Mattos	Branca	Empregado Público	38	Sim
83	João Candido Leite Pereira Gomes	Branca	Empregado Público	31	Sim
84	Antonio Corrêa da Costa	Branca	Empregado Público	33	Sim
85	Manoel Pereira Mendes	Branca	Empregado Público	38	Sim
86	José Francisco de Campos	Branca	Empregado Público	38	Sim
87	Manoel Rosemiro Pereira da Silva	Branca	Empregado Público	45	Sim
88	Manoel Delfino de Carvalho	Parda	Empregado Público	63	Sim
89	João Capistrano da Trindade Fonseca	Branca	Empregado Público	23	Sim
90	Julio Alves Fernandes de Carvalho	Parda	Empregado Público	26	Sim
91	José Maria Curvo	Branca	Empregado Público	60	Sim
92	João Pedro Gardez	Branca	Empregado Público	44	Sim
93	Joaquim José de Carvalho	Banca	Empregado Público	60	Sim
94	Gabriel de Andrade	Parda	Empregado Público	23	Sim
95	Manoel Luiz Pereira <sup>531</sup>	Parda	Empregado Público	42	Sim
96	Antonio Augusto Ramo de	Branca	Empregado Público	53	Sim
97	Anna Brazilia de A. Lourga	Branca	Empregado Público	46	Sim
98	Pedro de Alcântara Pulcherio	Branca	Empregado Público	47	Sim
99	Benedicto José das Neves	Branca	Empregado Público	50	Sim
100	José Martins Fernandes <sup>532</sup>	Parda	Solicitador (sic)	58	Sim
101	Moysés dos Guimarães e Silva <sup>533</sup>	Preta	Oficial de (sic)	42	Sim

Fonte: Construção do autor a partir dos dados extraídos do Recenseamento de 1890.

## ANEXO - XXXI

Porcentagem da composição do quadro de “empregados públicos”, na Freguesia da Sé, conforme “raça”, segundo o Recenseamento de 1890.

Nº	Raça	Total	%
01	Branco	68	66,6
02	Pardos	30	29,4
03	Pretos	4	3,9
04	Total	102	100

Fonte: Construção do autor a partir dos dados extraídos do Recenseamento de 1890.

## ANEXO –XXXII

Quadro das profissões atribuídas ao *sexo masculino*<sup>534</sup> na faixa etária de 21 a 39 anos segundo o

<sup>531</sup> Nomeado em porteiro do Lyceu Cuiabano e da secretaria de Instrução Pública, em 18/11/1881.

<sup>532</sup> Também foi nomeado porteiro do Lyceu Cuiabano e da secretaria de Instrução Pública.

<sup>533</sup> Nomeado contínuo da secretaria de instrução.

<sup>534</sup> Conforme o Recenseamento de 1890, as Freguesias da Sé e de São Gonçalo possuíam 505 homens, (somando brancos - 215, pardos - 249 e pretos – 41) que “sabiam ler” e/ou “havia frequentado a escola” na faixa etária dos 21 a 39 anos. Nesse sentido, constatou-se que, desses, 438 exerciam alguma profissão, ou seja, 86,7% deles.

**Recenseamento de 1890 conforme raça para os residentes nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II.**

Nº	Profissões	Freguesia da Sé			Freguesia de São Gonçalo de Pedro II			Total
		Branços	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	Pretos	
01	Negociante	29	01	-	03	-	-	33
02	Chefe de?	01	-	-	-	-	-	01
03	Tenente	07	01	-	01	01	-	10
04	Empregado público	24	14	01	-	02	-	41
05	Agencia	24	33	07	05	05	01	75
06	Mascate	04	01	-	-	-	-	05
07	Jornalista	01	-	-	-	-	-	01
08	Pharmaceutico	01	-	-	-	-	-	01
09	Taverneiro	16	10	01	05	02	-	34
10	Caixeiro	09	08	-	02	-	-	19
11	Alferes	08	01	-	01	-	-	10
12	Pedreiro	01	08	08	-	01	01	19
13	Alfaiate	04	10	-	-	04	-	18
14	Ourives	02	-	-	01	-	-	03
15	Professor	02	01	01	-	-	-	04
16	Advogado	02	-	-	01	-	-	03
17	Magistrado	01	-	-	-	-	-	01
18	Typographo	01	01	-	-	-	-	01
19	Photographo	01	-	-	-	-	-	01
20	Diácono	01	-	-	-	-	-	01
21	Guarda-livros	01	-	-	-	-	-	01
22	Relojoeiro	01	-	-	-	-	-	01
23	Dentista	01	-	-	-	-	-	01
24	Ferrador	01	-	-	-	-	-	01
25	Oficial do Exercito	01	-	-	-	-	-	01
26	Padre	02	-	-	-	-	-	02
27	Fogueteiro	01	01	-	-	-	-	02
28	Carpinteiro	01	17	05	02	10	-	35
29	Escrivão	02	-	-	01	-	-	03
30	Thesoureiro	01	-	-	-	-	-	01
31	Capitalista	01	-	-	-	-	-	01
32	Major	01	-	-	-	-	-	01
33	1º escriturário	01	-	-	-	-	-	01
34	Médico	01	-	-	-	-	-	01
35	Latoeiro	01	-	-	-	-	-	01
36	Proprietário	01	-	-	-	-	-	01
37	Funileiro	02	03	-	-	-	-	05
38	Farmacêutico	01	-	-	-	-	-	01
39	Procurador	01	-	-	-	-	-	01
40	Serralheiro	-	-	-	02	-	-	02
41	Marceneiro	-	15	-	02	-	-	17
42	Escrevente	-	-	-	02	-	-	02
43	Sapateiro	-	14	06	01	04	-	25
44	Manuense	-	-	-	01	-	-	01
45	Fiscal	-	-	-	01	-	-	01
46	Almoxerife	-	-	-	01	-	-	01
47	Açougueiro	-	02	-	-	01	-	03
48	Pintor	-	02	02	-	01	-	05
49	Ajustes	-	04	03	-	04	01	12
50	Padeiro	-	02	-	-	-	-	02
51	Musico	-	02	02	-	-	-	04
52	Min. Tra. (sic)	-	02	-	-	-	-	02
53	Seleiro	-	01	-	-	-	-	01
54	Ferreiro	-	01	-	-	02	-	03
56	Barbeiro	-	01	-	-	-	-	01
57	Cônego	-	01	-	-	-	-	01

58	Serte. Do	-	-	-	-	03	-	03
59	Mestre	-	-	-	-	01	-	01
60	Espingardeiro	-	-	-	-	01	-	01
61	Torneiro	-	-	-	-	01	-	01
62	Capitão	-	-	-	-	01	-	01
63	Guarda	-	-	-	-	01	-	01
64	Sacristão	-	-	-	-	01	-	01
65	Copeiro	-	-	01	-	-	-	01
66	Criado	-	-	01	-	-	-	01
	Total	161 <sup>535</sup>	157 <sup>536</sup>	38 <sup>537</sup>	33 <sup>538</sup>	46 <sup>539</sup>	03 <sup>540</sup>	438

Fonte: Recenseamento de 1890.

## ANEXO –XXXIII

Quadro das profissões atribuídas ao sexo masculino segundo o Recenseamento de 1890 conforme raça para os residentes nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II (40-80 anos).

Nº	Profissões	Freguesia da Sé			Freguesia de São Gonçalo de Pedro II		
		Branços	Pardos	Pretos	Branços	Pardos	Pretos
01	Negociante	19	01	01	02	01	-
02	Chefe de?	-	-	-	-	-	-
03	Tenente	01	03	02	01	-	-
04	Empregado público	33	13	02	01	-	-
05	Agencia	39	46	08	18	08	02
06	Mascate	-	-	-	-	-	-
07	Jornalista	-	-	-	-	-	-
08	Pharmaceutico	-	-	-	-	-	-
09	Taverneiro	15	09	02	10	02	-
10	Caixeiro	-	01	-	-	-	-
11	Alferes	01	01	01	02	02	-
12	Pedreiro	-	04	07	01	01	-
13	Alfaiate	01	07	01	01	03	-
14	Ourives	01	03	-	-	-	-
15	Professor	03	01	-	-	-	-
16	Advogado	02	-	-	-	-	-
17	Magistrado	01	-	-	-	-	-
18	Typographo	-	01	01	-	-	-
19	Photographo	-	-	-	-	-	-
20	Diácono	-	-	-	-	-	-
21	Guarda-livros	-	-	-	-	-	-
22	Relojoeiro	02	-	-	-	-	-
23	Dentista	-	-	-	-	-	-
24	Ferrador	-	-	-	-	-	-
25	Oficial do Exercito	01	01	01	02	-	-
26	Padre	01	-	-	-	-	-
27	Fogueteiro	01	03	-	-	-	-
28	Carpinteiro	-	06	01	01	01	-
29	Escrivão	02	-	-	-	02	-
30	Thesoureiro	-	-	-	-	-	-
31	Capitalista	07	-	-	-	-	-

<sup>535</sup> De um total de 179 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>536</sup> De um total de 171 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>537</sup> De um total de 38 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>538</sup> De um total de 35 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>539</sup> De um total de 48 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>540</sup> De um total de 03 homens, conforme Recenseamento de 1890.

32	Major	04	-	-	01	-	-
33	1º escriturário	-	-	-	-	-	-
34	Médico	-	01	-	-	-	-
35	Latoeiro	-	-	-	-	-	-
36	Proprietário	02	01	-	-	-	-
37	Funileiro	-	-	-	-	-	-
38	Farmacêutico	-	-	-	-	-	-
39	Procurador	-	-	-	-	-	-
40	Serralheiro	-	-	-	-	02	-
41	Marceneiro	-	-	01	-	01	-
42	Escrevente	-	-	-	02	-	-
43	Sapateiro	-	08	-	-	02	-
44	Manuense	-	-	-	-	-	-
45	Fiscal	-	-	-	-	-	-
46	Almoxerife	-	-	-	-	-	-
47	Açougueiro	-	02	-	-	-	-
48	Pintor	-	-	-	-	-	-
49	Ajustes	-	-	03	-	-	01
50	Padeiro	01	-	01	-	-	-
51	Musico	-	03	-	-	-	-
52	Min. Tra. (sic)	-	-	-	-	-	-
53	Seleiro	-	-	-	-	-	-
54	Ferreiro	01	04	-	01	01	-
56	Barbeiro	-	-	-	-	-	-
57	Cônego	-	-	-	-	-	-
58	Serte. Do	-	-	-	-	-	-
59	Mestre	-	-	-	-	-	-
60	Espingardeiro	-	-	-	-	01	-
61	Torneiro	-	-	-	-	-	-
62	Capitão do Exército	16	03	-	01	-	-
63	Guarda	01	-	-	-	01	-
64	Sacristão	-	-	-	-	-	-
65	Copeiro	-	-	-	-	-	-
66	Criado	-	01	01	-	-	-
67	Carteiro	-	01	-	-	-	-
68	Oleiro	01	01	-	01	-	-
69	Pensionista	01	01	-	-	-	-
70	Capelão	-	02	-	-	-	-
71	Carcereiro	-	-	-	-	01	-
71	Calafate	-	-	-	-	01	-
72	Correio	-	-	-	-	-	01
73	Servente do	01	-	-	02	03	-
74	Cabeleireiro	-	-	01	-	-	-
75	Aposentado	-	-	01	-	-	-
76	Solicitador	01	-	-	-	-	-
77	Tabelião	01	-	-	-	-	-
78	Dousador	01	-	-	-	-	-
79	General do Exército	01	-	-	01	-	-
80	Secretario da ?	01	-	-	-	-	-
81	Pároco	01	-	-	-	-	-
82	Administrador	01	-	-	-	-	-
83	Bispo	01	-	-	-	-	-
84	Engenheiro	01	-	-	-	-	-
85	Mendigo	01	-	-	-	-	-
86	Fiel do?	-	-	-	01	-	-
87	Apontador	-	-	-	01	-	-

<b>88</b>	Collector	-	-	-	01	-	-
	Total	165 <sup>541</sup>	128 <sup>542</sup>	35 <sup>543</sup>	50 <sup>544</sup>	33 <sup>545</sup>	04 <sup>546</sup>

Fonte: Recenseamento de 1890

## ANEXO –XXXIV

**Quadro das profissões atribuídas ao sexo feminino (21-39 anos) segundo o Recenseamento de 1890 conforme escolarização e raça para as residentes nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II.**

Nº	Profissões	Freguesia da Sé			Freguesia de São Gonçalo de Pedro II		
		Branças	Pardas	Pretas	Branças	Pardas	Pretas
<b>01</b>	Pensionista	03	01	-	-	-	-
<b>02</b>	Costureira	04	14 <sup>547</sup>	-	-	02	-
<b>03</b>	Professora	02	01	-	01	-	-
<b>04</b>	Taverneira	01	-	-	-	-	-
<b>05</b>	Agencia	10	40	05	03	26	01
<b>06</b>	Criada	01	01	01	-	-	01
<b>07</b>	Lavadeira	01	-	-	-	-	-
<b>08</b>	Proprietária	-	-	-	01	-	-
<b>09</b>	Ajustes	-	03	01	-	-	-
<b>10</b>	Teceloa	-	01	-	-	-	-
<b>11</b>	Engomadeira	-	-	-	-	01	-
<b>12</b>	Cozinheira	-	-	01	-	-	-
<b>13</b>	<b>Total</b>	22 <sup>548</sup>	61 <sup>549</sup>	08 <sup>550</sup>	05 <sup>551</sup>	29 <sup>552</sup>	02 <sup>553</sup>

Fonte: Recenseamento de 1890.

## ANEXO –XXXV

**Quadro Mulheres escolarizadas e com profissão conforme raça (21-39 anos) segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Raça	Freguesia da Sé			Freguesia de São Gonçalo de Pedro II		
		Escolarizadas	Com Profissão	%	Escolarizadas	Com Profissão	%
<b>01</b>	Branca	88	22	25	24	05	20,8
<b>02</b>	Parda	181	61	33,7	43	29	67,4

<sup>541</sup> De um total de 205 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>542</sup> De um total de 141 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>543</sup> De um total de 38 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>544</sup> De um total de 54 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>545</sup> De um total de 45 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>546</sup> De um total de 04 homens, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>547</sup> Conforme *A Situação* (02-10-1881, ano 15, n.º 778, p. 04), 152 mulheres que estavam matriculadas como costureiras de “peças de fardamento e equipamento para o exercito”, no Arsenal de Guerra, naquele ano. Ver também *A Provincia de Matto-Grosso* (13-07-1884, ano VI, n.º 289, p. 04), em que o diretor do Arsenal de Guerra convidava as pessoas que se achavam matriculadas como costureira no exercício “a virem saber qual o numero de sua matricula prevenindo-se que no dia 16 á 19 do corrente serão distribuídas costuras de conformidade de ordem da mesma matricula.” (A PROVINICA DE MATTO-GROSSO, 1884, p. 04)

<sup>548</sup> Em um total de 88 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>549</sup> De um total de 181 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>550</sup> De um total de 38 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>551</sup> De um total de 24 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>552</sup> De um total de 43 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>553</sup> De um total de 05 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.



03	Preta	38	08	21	05	02	40
----	-------	----	----	----	----	----	----

Fonte: Recenseamento de 1890.

## ANEXO –XXXVI

**Quadro das profissões atribuídas ao *sexo feminino* (40-80) segundo o Recenseamento de 1890 conforme escolarização e raça para as residentes nas Freguesias da Sé e São Gonçalo de Pedro II.**

Nº	Profissões	Freguesia da Sé			Freguesia de São Gonçalo de Pedro II		
		Branças	Pardas	Pretas	Branças	Pardas	Pretas
01	Pensionista	01	01	-	-	-	-
02	Costureira	05	01	-	-	-	-
03	Professora	01	-	-	01	-	-
04	Taverneira	-	-	-	-	-	-
05	Agencia	20	31	-	03	05	01
06	Criada	-	03	-	-	-	-
07	Lavadeira	-	-	-	-	-	-
08	Proprietária	03	-	-	01	01	-
09	Ajustes	-	-	-	-	-	-
10	Teceloa	-	-	-	-	-	-
11	Engomadeira	-	-	-	-	-	-
12	Cozinheira	-	-	-	-	-	-
13	Quitandeira	-	04	-	-	-	-
15	Procurador (sic)	-	02	-	-	-	-
16	Serv. (sic)	-	01	-	-	-	-
14	<b>Total</b>	30 <sup>554</sup>	43 <sup>555</sup>	0 <sup>556</sup>	05 <sup>557</sup>	06 <sup>558</sup>	1 <sup>559</sup>

Fonte: Recenseamento de 1890.

## ANEXO –XXXVII

**Quadro Mulheres escolarizadas e com profissão conforme raça (40-80 anos) segundo o Recenseamento de 1890.**

Nº	Raça	Freguesia da Sé			Freguesia de São Gonçalo de Pedro II		
		Escolarizadas	Com Profissão	%	Escolarizadas	Com Profissão	%
01	Branca	122	30	24,5	48	05	10,4
02	Parda	75	43	57,3	25	06	24
03	Preta	03	0	0	02	01	50

Fonte: Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XXXVIII

**Lista das Comissões constituídas para a “subscrição” com que o Estado de Matto-Grosso deveria contribuir para o resgate da dívida interna brasileira – 1890**

Comissão Popular					
Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler

<sup>554</sup> Em um total de 122 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>555</sup> De um total de 75 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>556</sup> De um total de 03 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>557</sup> De um total de 48 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>558</sup> De um total de 15 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

<sup>559</sup> De um total de 02 mulheres, conforme Recenseamento de 1890.

01	Dr. Augusto Novis	51	Médico	Branca	Sim
02	Alfredo José Vieira	45	Magistrado	Branca	Sim
03	Antonio Joaquim de Faria Albernaz	27	Thesoureiro da?	Branca	Sim
04	Luiz Alves da Silva Carvalho	45	Magistrado	Branca	Sim
05	Dormevil José dos Santos Malhado	51	Médico	Parda	Sim
06	João de Moraes Mattos	25	Advogado	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

#### Comissão Militar

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Antonio José da Costa	64	General	Branca	Sim
02	Joaquim da Gama Lobo d'Eça	63	General	Branca	Sim
03	Severiano de Cerqueira Daltro	60	Brigadeiro	Branca	Sim
04	Joaquim José de Pinho	66	Coronel	Parda	Sim
05	Antonio Augusto Nogueira de	51	Major	Branca	Sim
06	Norberto Ildefonso	45	Capitão	Parda	Sim
07	Antero Apriégio Gualberto de Mattos	27	Tenente	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

#### Comissão de Funcionários

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Antonio Corrêa da Costa	33	Empregado Publico	Branca	Sim
02	João Luiz Pereira	45	Empregado Publico	Branca	Sim
03	José Magno da Silva Pereira	41	Professor	Branca	Sim
04	José Gomes da Silva	45	Secretário	Parda	Sim
05	Antonio Gaudie Ley	31	Empregado Publico	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

#### Comissão do Comercio - Sé

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	José Joaquim Graciano de Pina	51	Negociante	Branca	Sim
02	João Baptista de Oliveira Sobrinho	40	Negociante	Branca	Sim
03	Raphael Verlangieri	42	Negociante	Branca	Sim
04	Pedro Leite Ozorio	37	Negociante	Branca	Sim
05	Joaquim Victorino da Costa Marques	38	Negociante	Branca	Sim
06	Joaquim Francisco de Mattos	38	Negociante	Branca	Sim
07	Celestino Corrêa da Costa Filho	37	Negociante	Branca	Sim
08	Generoso Paes Lemes de Sousa	37	Negociante	Branca	Sim
09	Henrique José Vieira Filho	39	Negociante	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

#### Comissão do Comercio - Porto

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Virgilio Alves Corrêa	40	Negociante	Branca	Sim
02	José Mariano de Campos	56	Negociante	Branca	Sim
03	Antonio Leite de Figueredo	36	Negociante	Branca	Sim
04	Egydio da Silva Prado	37	Negociante	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão Eclesiástica

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Joaquim de Souza Caldas	69	Pároco	Branca	Sim
02	José Joaquim dos Santos Ferreira	60	Capelão	Parda	Sim
03	Benedicto de Araujo Filgueira	74	Capelão	Parda	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão de Artistas

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Feliciano Bicudo	35	Dentista	Branca	Sim
02	Manoel do Nascimento Ferreira Mendes	51	Agencia	Parda	Sim
03	João da Silva Pereira	33	Marceneiro	Parda	Sim
04	Jesuino Alves Pereira	53	Ferreiro	Parda	Sim
05	José Maria Marques	40	Sapateiro	Parda	Sim
06	Antonio Marinho da Fonsêca	39	Musico	Parda	Sim
07	Pedro Candido Jarcem	37	Funileiro	Parda	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão de Foro

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Joaquim Barboza Lima	55	Desembargador	Branca	Sim
02	Francisco Agostinho Ribeiro	40	Advogado	Branca	Sim
03	Antonio de Paula Corrêa	44	Advogado	Branca	Sim
04	Joaquim Marcos da Silva Pereira	39	Escrivão	Branca	Sim
05	Frederico Adolpho Josetti	34	Escrivão	Branca	Sim
06	José Augusto Pompéo de Barros	38	Solicitador	Branca	Sim
07	José Dias de Oliveira Campos	60	Oficial de Justiça	Preta	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão do magistério

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Manoel Escolástico Virginio	31	Advogado	Branca	Sim
02	João Pedro Gardez	44	Empregado Publico	Branca	Sim
03	Antonio Pereira Catilina da Silva	55	Empregado Publico	Parda	Sim
04	Frederico da Costa Teixeira	26	Empregado Publico	Branca	Sim
05	Felix Benedicto de Miranda	33	Professor	Parda	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão de Estudante

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Antonio Olegario de Souza	22	-	Branca	Sim
02	João Christião Carstens	19	-	Parda	Sim
03	Palmyro de Souza Ponce	15	-	Branca	Sim
04	Antonio Vieira de Almeida	17	-	Branca	Sim
05	Avelino Antonio de Siqueira	21	-	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão de Policia

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Ernesto Frederico de Oliveira	38	Negociante	Branca	Sim
02	Pedro Fernandes Povoas	46	Tenente	Parda	Sim
03	Claudino José dos Santos Ferreira	62	Capitão	Parda	Sim
04	Joaquim Vicente Paes de Barros	45	Agencia	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão de Imprensa

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Victal Baptista de Araujo	38	Jornalista	Branca	Sim
02	Antonio Augusto Ramiro de Carvalho	53	Empregado Publico	Branca	Sim
03	João Maria de Souza	54	Advogado	Branca	Sim
04	Emilio do Espirito Santo Roiz Calhão	25	Negociante	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão de Capitalista

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Barão do Diamantino	74	Capitalista	Branca	Sim
02	José da Silva Rondon	61	Capitalista	Branca	Sim
03	Carlos Antunes Muniz	67	Capitalista	Branca	Sim
04	Manoel Nunes Ribeiro	31	Capitalista	Branca	Sim
05	Joaquim Claudionor de Siqueira	54	Proprietário	Branca	Sim
06	Henrique José Vieira	73	Capitalista	Branca	Sim
07	Joaquim Felicssimo de. A. Luiz	18	Capitalista	Branca	Sim
08	Luiz da Silva Prado	51	Capitalista	Branca	Sim
09	Antonio Henrique de Carvalho	81	Capitalista	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### Comissão de Senhoras - Sé

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Francisca Marques de Figueiredo	55	-	Branca	Sim
02	Izabel Perpetua de Mesquita	36	Professora	Branca	Sim
03	Mariana de Campos Borralho	50	Agencia	Branca	Sim

04	Corsina Pitaluga Poyart	26	Professora	Branca	Sim
05	Carolina Celestina Corrêa da Costa	31	-	Branca	Sim
06	Constança Novis Corrêa	19	-	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

#### Comissão de Senhoras - Porto

Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	Demithilde Leite Osorio Metello	38	Proprietária	Branca	Sim
02	Mariana Luiza Moreira	27	Professora	Branca	Sim
03	Maria Justina da Gama	50	Professora	Branca	Sim

**Fonte:** Construção do autor a partir dos dados contidos em *O Matto-Grosso*, (26-01-1890, ano XII, nº 576) e Recenseamento de 1890.

### ANEXO – XXXIX– Conjunto de atas sobre a criação do Partido Republicano.

#### GAZETILHA - O MATO GROSSO (05.08.1890, p.1)

Conforme noticiamos em nossa anterior edição, realizou-se no dia 27 do mez findo, no theatro São João, a reunião do eleitorado desta capital, convocada para discussão e aprovação do projecto de constituição do partido republicano deste Estado, do qual o publico já tem conhecimento, e para a eleição do seu director provisório do mesmo partido, que ficou por conseguinte organizado, sendo approvedo sem alteração o referido projecto.

Pelas actas adiante inseridas ficará o publico informado do resultado dos trabalhos da reunião, que foi bastante numerosa, de mais de 400 cidadãos, embora só votassem pouco mais de 200, tendo se retirado os mais logo depois de approvada a constituição.

Acta da reunião convocada para aprovação do projeto de constituição do partido republicano como abaixo de declara.

Aos vinte sete do mez de julho de mil Oitocentos e noventa, nesta cidade de Cuyabá, reunidos no Theatro São João, a uma e meia hora da tarde, **grande número de cidadãos eleitores**, previamente convocados para o fim adiante mencionado, sob a presidência do **cidadão** José da Silva Rondon e servindo eu de secretario que convidou me para secretario e designou o Dr. Antonio Correa da Costa para fazer a leitura do projecto de constituição do partido republicano do Estado, para cuja organização foi convocada a presente reunião. Feita a leitura e posto em discussão e a votos o projecto não havendo quem a respeito pedisse a palavra, o Sr. presidente declarou encerrada a discussão, ficando assim approvedo o referido

projecto.

Do que, para constar, Eu José Magno da Silva Pereira<sup>560</sup>, lavrei a presente acta, que vai assignada **pelos cidadãos** presentes e outros que o quiserem.

---

Acta da eleição do centro director provisório do partido republicano como abaixo se declara.

Aos vinte sete do mez de julho de mil Oitocentos e noventa, nesta cidade de Cuyabá, reunidos no Theatro São João, a uma e meia hora da tarde **grande número de cidadãos eleitores**, previamente convocados para o fim adiante mencionado, sob a presidência d cidadão José da Silva Rondon, e servindo eu de secretario, depois de approvedo o projecto de constituição do partido republicano deste estado, conforme se vê da respectiva da acta anterior, deste mesmo dia, passou-se a proceder a eleição do centro director provisório do mesmo partido, convidando o presidente os cidadãos presentes a deporem o seu voto na urna que se achava sobre a mesa.

O que feito, procedeo-se a contagem das cédulas recolhidas, as quaes verificou se setem (sic) em **numero de duzentos e dez**, correspondentes aos da assignaturas dos cidadãos presentes ao acto, passando-se depois a apuração dos votos, cujo o resultado é o seguinte:

**Resultado da eleição para o Centro Director Provisório do Partido Republicano.**

---

<sup>560</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 203), professor, 41 anos, solteiro.

Nº	Nome	Profissão	Votos	Idade	Raça	Sabe ler
01	Capitão Generoso Paes Lemes de Sousa Ponce	Negociante	203	37	Branca	sim
02	Conego Antonio Henrique de Carvalho	-	201	-	-	-
03	Dr. Manoel Jose Murinho <sup>561</sup>	-	187	-	-	-
04	Dr. Antonio Corrêa da Costa	Empregado Publico	187	33	Branca	sim
05	Coronel Joaquim Vaz de Campos	-	180	-	-	-
06	Capitão Thomaz Pereira Jorge	Capitalista	180	54	Branca	sim
07	Virgilio Alves Correa	Negociante	179	40	Branca	sim
08	Joaquim Caracciolo Peixoto de Azevedo	Negociante	179	42	Branca	sim
09	José da Silva Rondon	Capitalista	175	61	Branca	sim
10	Dr. Dormevil José dos Santos Malhado	Medico	155	51	Parda	sim
11	Coronel Joaquim Claudionor de Siqueira	Proprietário	148	54	Branca	sim
12	José Magno da Silva Pereira	Professor	39	41	Branca	sim
13	Francisco Gonzaga Cícero de Sá	-	31	50	Branca	sim
14	Luiz da Costa Ribeiro*	-	30	-	-	-
15	Pedro Celestino Corrêa da Costa	-	21	29	Branca	sim
16	João Baptista de Oliveira Sobrinho	-	19	40	Branca	sim
17	João Maria de Souza	-	18	54	branca	sim
18	João Alves da Cunha Filho	-	14	-	-	-
19	João Carlos Pereira Leite	-	10	27	branca	sim
20	Antonio Roberto de Vasconcellos	-	09	33	branca	sim
21	Manoel Escolástico Virginio	-	09	31	branca	sim
22	João de Moraes Mattos	-	07	25	branca	sim
23	Julio Muller	Taverneiro	07	39	branca	sim
24	Salvador Pompéo Barros (capitão)	Negociante	07	43	branca	sim
25	José Viegas de Britto	Negociante	07	46	branca	sim
26	Salomão Alves Correa	-	05	-	-	-
27	José Leite Pereira Gomes (Dr.)	Empregado Publico	05	33	branca	sim
28	Arnaldo Novis (Dr.)	Magistrado	04	23	branca	sim
29	Pedro Leite Ozorio (capitão)	Negociante	04	37	branca	sim
30	Manoel Nunes Ribeiro (comendador)	Capitalista	04	31	branca	sim
31	Antonio de Paula Corrêa (major)	Advogado	04	44	branca	sim
32	Silvestre Antunes Galvão (capitão)	Negociante	03	45	branca	sim
33	Henrique José Vieira (comendador)	Capitalista	03	73	branca	sim
34	Antonio Pinto de Souza Leque (Tenente)	Empregado Publico	03	34	parda	sim
35	Ernesto Frederico de Oliveira	Negociante	03	38	branca	sim
36	Tenente Flavio Crescencio de Mattos	Guarda	03	34	branca	sim
37	Joaquim Victorino da Costa Marques	Negociante	03	38	branca	sim
38	Major Caetano Manoel de Faria Albuquerque	Major de.	02	32	branca	sim
39	Barão de Diamantino	-	02	-	-	-
40	Tem, Cel. Viriato Xavier Castello	-	02	-	-	-
41	Dr. Tobias Cezar de Andrade	-	02	-	-	-
42	Dr. Luiz Adolpho Correa da Costa	-	02	-	-	-
43	João Baptista de Almeida Filho	-	02	-	-	-
44	Gen. Joaquim Gama Lobo d'Eça	-	02	-	-	-
45	Capitão Luiz da Silva Prado	Capitalista	02	51	branco	sim
46	Gen. Antonio José da Costa	General	02	64	branco	sim
47	Ten. João Sant'Iago Arinos <sup>562</sup>	Negociante	02	41	parda	sim

57, 58 e 60 não constam no Recenseamento de 1890, impossibilitando apresentar raça, idade, escolaridade.

<sup>562</sup> No recenseamento de 1890 (p.212), no levantamento do número de prédios, João Sant'Iago Arinos é indicado como proprietário de uma loja (nº 964, Loja de João Sant'Iago.). O mesmo residia na 12ª Quadra, Rua Barão de... na Freguesia de São Gonçalo de Pedro II. Conforme jornal *A Província de Matto-Grosso*, (03-04-1881, ano III, n.º 118, p.1) **João Sant'Iago** Arinos fora nomeado 1º Suplente do Subdelegado da Freguesia da Sé (por actos do dia 25-03-1881).

48	Major José Manoel Metello	-	02	-	-	-
49	Ten. Cel. José Joaquim Graciano de Pina	Negociante	02	51	branca	sim
50	Dr. Joaquim Francisco de Barros Barreto	-	02	-	-	-
51	Theodoro Baptista	-	02	-	-	-
52	Dario Rocha	Manuense	02	24	branca	sim
53	Rodolpho Gustavo Socrates	caixeiro	02	25	branca	sim
54	Dr. Aquilino Leite do Amaral Junior	-	02	-	-	-
55	Lafayette Pinto de Arruda	-	02	-	-	-
56	Licio de Campos Borralho	Empregado Publico	02	23	branca	sim
57	José Maria Trony	-	02	-	-	-
58	Antonio Gomes de Campos Vidal	-	02	-	-	-
59	Egydio da Silva prado	Negociante	02	37	branca	sim
60	José Delgado Pontes	-	02	-	-	-
<b>Total</b>	<b>60</b>	-	-	-	-	-

**Fonte:** Construção do autor a partir de dados contidos em *O Matto-Grosso*, (05-08-1890, ano XII, n.º 600 , p.1) e no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XL

### Resultado segundo “raça” da eleição para o Centro Director Provisório do Partido Republicano em 1890.

Nº	Raça	Quantitativo	Percentagem
01	Branca	57	95%
02	Parda	03	5%
03	Preta	00	0%
<b>Total</b>	-	<b>60</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Construção do autor a partir de dados contidos em *O Mato-Grosso*, (05-08-1890, ano XII, n.º 600 , p.1)

## ANEXO – XLI

### Lista de “cidadãos que quiseram aderir” ao Partido Republicano, em 27 de julho 1890.

Seguindo-se outros com um voto cada um. Depois que declarou o presidente de estarem **os doze cidadãos mais votados** eleitos membros do centro director provisório do partido republicano desse Estado, o qual fica em consequência, organizado. E nada mais havendo a tratar, dissolve-se a reunião as 5 horas da tarde, e eu José Magno da Silva Pereira secretario da mesa lavrei a presente acta que será assignada também pelos cidadãos que não tendo comparecido a mesma reunião quezerem todavia aderir ao indicado partido<sup>563</sup>.

### Lista de “cidadãos que quiseram aderir” ao Partido Republicano, em 27 de julho 1890.

<sup>563</sup> A ata é seguida de uma lista com os nomes de 216 pessoas.



Nº	Nome	Idade	Profissão	Raça	Sabe ler
01	José da Silva Rondon	61	Capitalista	branca	sim
02	José Magno da Silva Pereira	41	Professor	branca	sim
03	Antonio Corrêa da Costa	33	Empregado Publico	branca	sim
04	Generoso Paes Lemes de Sousa Ponce	37	Negociante	branca	sim
05	Dormevid José dos Santos Malhado	51	Medico	parda	sim
06	Eduardo Resende Fernandes de Pinho	40	Negociante	branca	sim
07	André Avelino de Oliveira Bastos	26	Alferes	branca	sim
08	Manoel Escolástico Virginio	31	Advogado	branca	sim
09	Luiz Cassiano da Silva	31	Empregado Publico	Branca	Sim
10	Egydio Angelo Bueno Mamoré	50	Empregado Publico	Branca	Sim
11	João Pedro Gardez	44	Empregado Publico	Branca	Sim
12	João Carlos Pereira Leite	27	Procurador	Branca	Sim
13	Thomé Ribeiro de Siqueira	36	Empregado Publico	Parda	Sim
14	Floriano Lemos do Prado	71	Major	Branca	Sim
15	Joaquim Claudionor de Siqueira	54	Proprietário	Branca	Sim
16	Evaristo Adolpho Josetti	42	Agencia	Branca	Sim
17	João de Moura Meirelles	44	Sapateiro	Parda	Sim
18	João Carlos de Sant'Anna	36	Sapateiro	Parda	Sim
19	Manoel Pereira Mendes	38	Empregado Publico	Branca	Sim
20	João Luiz Pereira	45	Empregado Publico	Branca	Sim
21	Dario Rocha	24	Manuense	Branca	Sim
22	Joaquim Manco Barreto	30	Empregado Publico	Parda	Sim
23	Antonio Olegario de Souza	22	Empregado Publico	Branca	Sim
24	Faustino Correa da Costa	57	Proprietário	Parda	Sim
25	José Leite Pereira Gomes	33	Empregado Publico	Branca	Sim
26	Candido Augusto de Moraes	40	Pedreiro	Preta	Sim
27	Francisco Gonzaga Cícero de Sá	50	Negociante	Branca	Sim
28	Antonio Pereira Catilina da Silva	55	Empregado Publico	Parda	Sim
29	Manoel Benedicto Carneiro	29	Empregado Publico	Parda	Sim
30	Satyro Domingos de Araujo	44	Empregado Publico	Parda	Sim
31	Luiz Pinto de Miranda	78	Capitão do Exercito	Parda	Sim
32	Francisco Pereira de Souza	30	Marceneiro	Parda	Sim
33	João Gonçalves da Cruz	41	Ferreiro	Parda	Sim
34	Antonio Henrique de Carvalho	81	Capitalista	Branca	Sim
35	Pedro de Alcântara Pulcherio	47	Empregado Publico	Branca	Sim
36	Manoel de Assumpção Couto	44	Taverneiro	Parda	Sim
37	Luiz Manoel da Silva	40	Marceneiro	parda	Sim
38	José Antônio da Silva	39	Marceneiro	Branca	Sim
39	José Florêncio Dutra	50	Agencia	Branca	Sim
40	Alvaro Pereira Jorge	18	-	Branca	Sim
41	João Alexandre de Britto	37	Alfaiate	Parda	Sim
42	Zeferino José de Paula	57	Taverneiro	Branca	Sim
43	Manoel dos Anjos de Faria	37	Sapateiro	Preta	Sim
44	Victoriano José de Mattos	30	Negociante	Branca	Sim
45	Celestino Corrêa da Costa Filho	37	Negociante	branca	Sim
46	Joaquim de Souza Caldas	69	Pároco	Branca	Sim
47	Manoel Valentino	67	Agencia	Preta	Sim
48	Egydio da Silva Prado	37	Negociante	Branca	Sim
49	Pedro Celestino Corrêa da Costa	29	Farmacêutico	Branca	Sim
50	Antonio José da Silveira	42	Carpinteiro	Parda	Sim
51	Evaristo de Albuquerque	22	-	Branca	Sim
52	Antonio Pedro de Figueiredo <sup>564</sup>	37	Taverneiro	parda	Sim

<sup>564</sup> Conforme *A Imprensa de Cuiabá* (17-12-1863, ano V, nº 257, p. 02), Antonio Pedro de Figueiredo havia sido aprovado “simplesmente” nos exames dos alunos da escola de 2º grau, sob regencia do professor Manoel Ribeiro dos Santos Tocantins.

53	Amaro Vieira de Barros <sup>565</sup>	36	Alfaiate	Parda	Sim
54	Feliciano Bicudo	35	Dentista	Branca	Sim
55	Emilio do Espirito Santo R. Calhao	25	Negociante	Branca	Sim
56	Candido Martins de Salles	52	Alfaiate	Parda	Sim
57	Francisco de Araujo Ferreira	36	Seleiro	parda	Sim
58	Joaquim de Sant'Anna	39	Alfaiate	Parda	Sim
59	José Bento de Almeida	40	Agencia	Branca	Sim
60	Manoel Lino da Silva	45	Agencia	Branca	Sim
61	Gabriel de Andrade	23	Empregado Publico	Parda	Sim
62	João Christião Carstens	19	-	Parda	Sim
63	Luiz Cassiano Paes de Carmo	31	Alfaiate	Parda	Sim
64	João Francisco Corrêa da Costa	25	-	Parda	Sim
65	Francisco Germano Corrêa da Costa	22	-	Parda	Sim
66	Cyriaco Gomes Magdaleno	40	Agencia	Branca	Sim
67	Paulo Martinho da Silva	35	Pintor	Preta	Sim
68	João Antonio Pimenta	40	Taverneiro	Branca	Sim
69	José Antonio Brandão	46	Agencia	Branca	Sim
70	Leopoldino Nonato de Faria	28	Empregado Publico	Parda	Sim
71	Mancio Antunes de Siqueira	25	Agencia	Branca	Sim
72	Luiz Tellis da Cunha Sandes	56	Capitão do Exercito.	Branca	Sim
73	Antonio Augusto Nogueira de Boman	51	Major	Branca	Sim
74	Agostinho Peixoto de Azevedo	34	Caixeiro	Parda	Sim
75	Manoel Teixeira Coêlho	59	Empregado Publico	Branca	Sim
76	Antonio da Costa Garcia Junior <sup>566</sup>	36	Agencia	Parda	Sim
77	Theodoro da Silva Baptista	34	Agencia	Branca	Sim
78	Felippe Sant'Iago de Mattos	40	Pedreiro	Parda	Sim
79	Estevão Delfino da Silva	37	Carpinteiro	Parda	Sim
80	Alipio Moreira Guarim	18	Empregado Publico	Branca	Sim
81	Antonio de Souza Canavarros	45	Pedreiro	Parda	Sim
82	Vicente Antunes Maciel Epaminondas	40	Negociante	Branca	Sim
83	João Marcolino Moreira Guarim	19	Empregado Publico	Branca	Sim
84	Francisco Marcos Taury Serejo	50	Capitão	Branca	Sim
85	Rodolpho Gustavo Socrates	25	Caixeiro	Branca	sim
86	Floriano de Souza Neves	33	Agencia	Parda	Não <sup>567</sup>
87	Antonio Pereira da Silva Brandão	45	Taverneiro	branca	Sim
88	Manoel da Costa Monteiro	70	Empregado Publico	Preta	Sim
89	Antonio Mariano da Silva Campos	30	Agencia	Branca	Sim
90	Francisco de Paula Corrêa	32	Empregado Publico	Branca	Sim
91	Estevão da Silva	44	Musico	Parda	Sim
92	Eloy Hardman	34	Empregado Publico	Branca	Sim
93	José de Goês Peixoto	32	Agencia	branca	sim
94	Agostinho Lopes de Souza	30	Professor	preta	sim
95	Alexandre José Cardoso	32	Alfaiate	parda	sim

<sup>565</sup> De acordo com *A Gazeta* (26-07-1889, ano I, n.º 48), Amaro Vieira de Barros havia sido nomeado para o lugar de “praticante”.

<sup>566</sup> Conforme *A Provincia de Matto-Grosso* (20-02-1881, ano III, n.º 112, p. 02), Antonio da Costa Garcia Junior tinha um mes para retirar a patente nomeado Tenente do 1º Batalhão d’Infantaria da Guarda Nacional.

<sup>567</sup> No censo de 1890, Florianio de Souza Neves (33 anos, **pardo**, solteiro, católico e brasileiro) aparece não sabendo ler e nem escrever, mas incluso na lista de assinantes da ata de criação do Partido Republicano. Sobre a presença de Florianio de Souza Neves, na lista de assinaturas para a criação do Partido Republicano, não constou o uso da expressão “*A’ rogo de*”. Presume-se que o uso dessa expressão poderia significar ausência deste na cidade, ou até mesmo pelo indivíduo não saber ler nem escrever. Afinal, por que sua assinatura **não** foi acompanhada da expressão “*A’ rogo de*”? Qual era/foi o motivo? A causa e/ou a circunstância de não se ter recolhido tal expressão? Nesse sentido, há, ainda, ao lado da assinatura de **Manoel de Souza Sampaio** “*A’ rogo de*”, na lista apresentada no jornal *O Matto-Grosso* (05-08-1890, ano XII, n.º 600, p.01), no entanto, este não foi localizado na Freguesia da Sé, nem na Freguesia de Pedro II. Existe a pessoa de **Manoel dos Santos Sampaio**, residente na Rua do Carmo, 264, Freguesia da Sé, pardo, 48 anos de idade, de raça preta, pedreiro, sabia ler. Poderia tratar-se da mesma pessoa?

96	José Marques de Souza	50	Taverneiro	parda	sim
97	Joaquim Januario Carneiro	57	Fogueteiro	parda	sim
98	José Leite de Sampaio	52	Taverneiro	branca	sim
99	Manoel Francisco da Costa	54	Caixeiro	parda	sim
10	José Dias de Oliveira Campos	60	Empregado Publico	preta	sim
101	Antonio Alves Moreira	62	Agencia	Branca	sim
102	Sebastião José da Costa Maricá	66	Professor	parda	sim
103	Eusébio Alves de Arruda	65	Carcereiro	parda	sim
104	Licio de Campos Borrvalho	23	Empregado Publico	branca	sim
105	José Marques da Silva Bastos	54	Cirurgião	parda	sim
106	Antonio Augusto da Costa Leite	40	Agencia	branca	sim
107	José Rodrigues da Fonseca	44	Taverneiro	parda	sim
108	José Marques Ferreira	35	Ferrador	branca	sim
109	Manoel Francisco de Sampaio	42	Oficial da.	parda	sim
110	Joaquim Marcos da Silva	39	1º Tenente	branca	sim
111	Julio Frederico Müller	39	Taverneiro	branca	sim
112	Manoel José de Araujo Sobrinho	18	Caixeiro	parda	sim
113	Porfírio Pereira da Silva Gusmão	40	Solicitador	branca	sim
114	João da Silva Pereira	33	Marceneiro	parda	sim
115	Felippe da Silva Albuquerque	75	Agencia	parda	não
116	Generoso da Costa de Campos	20	Taverneiro	branca	sim
117	Cypriano Alves Pereira	55	Taverneiro	parda	sim
118	José Corrêa Ribeiro	52	Calafate	parda	sim
119	Antonio Roberto de Vasconcellos	33	Empregado Publico	branca	sim
120	Gil-Braz Marcondes da Silva	40	Empregado Publico	parda	sim
121	Frederico Adolpho Josetti	34	Escrivão	branca	sim
122	Francisco Vieira Nery	39	Empregado Publico	parda	sim
123	Luiz Alves Ferreira	50	Agencia	parda	sim
124	Moysés de Faria e Souza	55	Marceneiro	parda	sim
125	Francisco José de Salles	40	Agencia	branca	sim
126	José Ribeiro de Mello	46	Serralheiro	parda	sim
127	Aureliano Primo Vaz Guimarães	38	Empregado Publico	branca	sim
128	João Leonardo <sup>568</sup>	35	Taverneiro	branca	sim
129	Joaquim Gaudie Ley Primo	33	Empregado Publico	branca	sim
130	José Leite da Cunha Mattos	51	Taverneiro	parda	sim
131	João Cancio da Cunha Pontes	25	Caixeiro	parda	sim
132	Joaquim Caracciolo Peixoto	42	Negociante	branca	sim
133	Virgilio Alves Corrêa	40	Negociante	branca	sim
134	Manoel João Nepomuceno	39	Alfaiate	parda	sim
135	Evaristo Virginio da Silva	27	Negociante	branca	sim
136	Jesuino Alves Pereira	53	Ferreiro	parda	sim
137	Joaquim Henrique dos Santos Viena	46	Negociante	parda	sim
138	Antonio Salustiano dos Santos C.	45	Agencia	parda	sim
139	Horacio Vaz Guimarães	24	Negociante	branca	sim
140	Joaquim Vicente Paes de Barros	45	Agencia	branca	sim
141	José da Cruz Ferreira	40	Taverneiro	parda	não <sup>569</sup>
142	Joaquim José de Carvalho	60	Empregado Publico	branca	sim
143	Joaquim de Sant'Anna	112 <sup>570</sup>	Pensionista	parda	sim

<sup>568</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 07), João Leonardo era alemão e protestante.

<sup>569</sup> De acordo com o Recenseamento de 1890 (p. 108), José da Cruz Ferreira, 40 anos, taverneiro, **pardo**, não sabia ler e nem frequentava a escola. Residia no 16º Q./ Rua de Antonio João, com Anna Maria Leite da Cruz, 27 anos, parda, com quem era casado. Maria Angelica da Cruz, 16 anos, sabia ler e não frequentava a escola, Georgina Quirina da Cruz, 6 anos, e Licio Candido da Cruz, de 4 anos. Sobre a presença de **José da Cruz Ferreira**, na lista de assinaturas para a criação do Partido Republicano, foi necessário o uso da expressão “*A’rogo de*”, podendo significar ausência, sua anuência ou até mesmo por este não saber ler nem escrever. Afinal, por que sua assinatura foi acompanhada da expressão “*A’rogo de*”? Qual era/foi o motivo? A causa e/ou a circunstancia?

<sup>570</sup> Conforme o Recenseamento de 1890 (p. 138), **Joaquim de Sant’Anna**, de raça **parda**, sabia ler, viúvo,

<b>144</b>	Francisco Candido Jarcem	36	Funileiro	parda	sim
<b>145</b>	Estevão do Nascimento	60	Pedreiro	preta	sim
<b>146</b>	Francelino de Moura	29		parda	sim
<b>147</b>	Joaquim Rich	19	Taverneiro	parda	sim
<b>148</b>	Thomaz Pereira Jorge	54	Capitalista	branca	sim
<b>149</b>	João Baptista de Arruda	29	Taverneiro	branca	sim
<b>150</b>	José Ferreira Mendes	40	Empregado Publico	parda	sim
<b>151</b>	Silvestre Antunes Galvão	45	Negociante	branca	sim
<b>TOTA</b>	<b>151</b>				

L

**Fonte:** Construção do autor a partir de dados contidos em *O Matto-Grosso*, (05-08-1890, ano XII, n.º 600 , p.1) e no Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XLII

**Quantitativo segundo “raça” dos “cidadãos que quiseram aderir” ao Partido Republicano, em 27 de julho 1890.**

Nº	Raça	Quantitativo	Porcentagem
<b>01</b>	<b>Branca</b>	<b>81</b>	<b>53,6%</b>
<b>02</b>	<b>Parda</b>	<b>62</b>	<b>41%</b>
<b>03</b>	<b>Preta</b>	<b>08</b>	<b>5,2%</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>151</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Construção do autor a partir de dados contidos em O MATO GROSSO, (05-08-1890, ano XII, n.º 600, p.1)

## ANEXO – XLIII

### “EDITAES”

Pela Contadoria da Thesouraria da Fazenda da Provincia se faz publico par aconhecimento dos interessados, que em virtude a ordem do Ministério da Fazenda nº 38 de 30 de Agosto ultimo, está a mesma Thesouraria habilitada a pagar no exercício de 1878-1879, os seguintes credores de exercícios findos a saber:

**Operários e Serventes (escravos) incluídos na lista de credores de Dividas do exercício de 1878-1879, conforme Ordem do Ministério da Fazenda nº 38 de 30 de Agosto último (1879) – A Provincia de Matto Grosso, 19 de Outubro de 1879.**

Nº	Escravo	Proprietário	Valor
<b>01</b>	Veriato	D. Maria das Dores Seabra	100\$000

“acometido de cegueira”, residia na Rua com Anna da Silva Moreira, 89 anos, viúva, preta, Euphasia da Silva Moreira, 88 anos, preta, Maria Mathildes da Silva, 50 anos, agencia, preta, Joaquina Maria da Silva, 35 anos, agencia, preta, Romana Antunes Maciel, 58 anos, sabia ler, Juvencio Antonio da Silva, 18 anos, sapateiro, preta, Manoel Maximo, 12 anos, sapateiro, preta, Antonio José Rodrigues, 40 anos, pintor, de raça parda, “acometido de gagueira”, Marcelina Antunes da Costa, 9 anos, parda, sabia ler e frequentava a escola, Maria Martinha de Souza, 23 anos, parda e lavadeira. Nesta casa vivia ao todo 11 pessoas, das quais 3 sabiam ler e apenas uma delas (entre as 3) frequentava a escola.

02	Claudino	Dr. José Antonio Murtinho	80\$000
03	José	Barão de Aguapehy	72\$000
04	Antonio Inacio	Marquesa de Munahé	100\$000
05	Francisco	Dr. Dormevil J. dos Santos Malhado	20\$800
06	Thomé	Tenente Coronel Andre Gaudie Nunes	30\$000
07	Arão	José da Silva Tavares	339\$200
08	Fausto	D. Leopoldina da Gama e Silva	46\$800
09	Rafael	José Marques Ferreira	48\$000
10	Manoel	Cônego Antonio Henrique Carvalho Ferro	48\$000
11	José	Antonio de Oliveira Sabo	48\$000
12	João	D. Maria Thereza	48\$000
13	Francisco	D. Leopoldina da Gama e Silva	30\$000
14	Tobias	Pedro Mauá	33\$000.

Fonte: *A Provincia de Matto Grosso* (19-10-1879, ano I, nº 42, p. 03-04.).

Contadoria da Thesouraria da Fazenda de Matto-Grosso, 8 de Outubro de 1879.

Servindo de Contador

*José de Paula Corrêa (sic)*

## ANEXO – XLIV

### IMPOSTO DA DECIMA URBANA

Pela 1ª Recebedoria d'esta Capital se faz constar para conhecimento dos interessados, as alterações infra escriptas, resultantes do lançamento geral dos prédios desta cidade, procedido no corrente mez, para vigorar no exercício de 1879 á 1880, sobre as quaes poderá reclamar dentro do prazo de 30 dia (sic) improrrogáveis, a contar da data de publicação, quem se julgar com direito.

Cuiabá, 25 de julho de 1879.

O Collector

Firmo Rodrigues Ramos

#### Imposto da Décima Urbana de Cuiabá na década de 1870

N	Nome	Idade	Profissão	Raça	Instrução
01	D. Felicia Vieira Delfina <sup>571</sup>	60	-	Parda	Sim
02	D. Anna de Assiz Pereria <sup>572</sup>	31	-	Parda	Sim
03	João Gonçalves da Cruz <sup>573</sup>	41	Ferreiro	Parda	Sim

<sup>571</sup> Na Rua 1º de Março, por sucessão do seu finado marido (prevalece o lançamento transacto - obs.: não valores específicos), depois na Praça da Sé por transmissão de D. Mariana do Costa Faria (por arbitramento – 12\$960 reis)

<sup>572</sup> Por aumento de aluguel 21\$600.

<sup>573</sup> Por aumento de aluguel 19\$440.

04	Faustino Correa da Costa <sup>574</sup>	57	Proprietário	Parda	Sim
05	Manoel de Assumpção Couto <sup>575</sup>	44	Taverneiro	Parda	Sim
06	Benedicto de Araujo Filgueira <sup>576</sup>	74	Capelão	Parda	Sim
07	Generoso Annes da Fonsêca <sup>577</sup>	45	Taverneiro	Parda	Sim
08	Benedicto Alves de Barros <sup>578</sup>	46	Carpinteiro	Parda	Sim
09	Manoel Ferreira Mendes <sup>579</sup>	56	Agencia	Parda	Sim
10	Vicente Dias Pereira <sup>580</sup>	62	Cabelleireiro	Preta	Sim
11	Pedro Candido Jarcem <sup>581</sup>	37	Funileiro	Parda	Sim
12	João Carlos de Sant'Anna <sup>582</sup>	36	Sapateiro	Parda	Sim
13	Maria Augusta da Costa Garcia <sup>583</sup>	68	Agencia	Parda	Sim
14	José da Silva Ribeiro <sup>584</sup>	52	Agencia	Parda	Sim
15	Delfina Lopes da Cunha <sup>585</sup>	80	-	Parda	Não
16	Sebastião Ribeiro Galvão <sup>586</sup>	35	Agencia	Preta	Não
17	Joaquim Henrique dos Santos <sup>587</sup> Viana	46	Negociante	Parda	Sim
18	João Gonçalves da Cruz <sup>588</sup>	41	Ferreiro	Parda	Sim
19	Benedicto Januario da Costa <sup>589</sup>	58	Agencia	Parda	Sim
20	Mathias José do Espirito Santo <sup>590</sup>	51	Agencia	Preta	Sim
21	Anna Augusta de Avellar <sup>591</sup>	26	-	Parda	Sim

<sup>574</sup> Por diminuição de aluguel 32\$400 (Rua 27 de Dezembro)

<sup>575</sup> Por transmissão de João de Cerqueira Caldas em razão do aluguel reduzido 27\$000 (Rua 7 de Setembro).

<sup>576</sup> Por diminuição de arbitramento 6\$480 (Rua Coronel Peixoto – antiga da Boa Vista). Ver *A Provincia de Mato-Grosso* (02-02-1890, ano XII, n.º 577, p. 03), em que se publicou os agradecimentos ao “vdm conego Benedicto Araujo Filgueira” que sempre que chamado para acudir os enfermos, sacrificava a sua saude, mesmo em epoca epidemicas “o apostolo da caridade” vai abrir aos indigentes “o thesouro inesgotavel das graças celestiaes” (p.03).

<sup>577</sup> Alugado 12\$960 (Rua Coronel Peixoto – antiga da Boa Vista), conforme *A Provincia de Matto Grosso*, (31-08-1879, ano I, n. 35, p. 04) imóvel alugado com valor de 16\$200, situado na Rua Commandante Costa.

<sup>578</sup> Por transmissão de Eufrasia de Godois Moreira, (arruinado) sem valor específico (Rua Coronel Peixoto – antiga da Boa Vista).

<sup>579</sup> (Herança) por arbitramento 8\$640. (Rua Commandante Antonio Maria). Conforme *A Provincia de Matto Grosso* (07-09-1879, ano I, n. 36, p. 04) Aparece com outro imovel “em obras” (Rua da Emancipação – outr’ora da Prainha)

<sup>580</sup> Pagava impostos juntos com as filhas Anna Delfina e Maria, redução por arbitramento 6\$480 (Rua Commandante Antonio Maria).

<sup>581</sup> [...] e seus irmãos (em obras) sem valor específico (Rua Commandante Costa).

<sup>582</sup> [...] arrematado em praça como bem de herança de Anna Delfina de Sacramento (arruinado) - (Rua Commandante Costa).

<sup>583</sup> Por arbitramento, 5\$400 (Praça do Marquez de Aracaty – outr’ora largo do Impyranga). Conforme *A Provincia de Matto Grosso* (07-09-1879, ano I, n. 36, p. 04) por arbitramento (Rua da Emancipação).

<sup>584</sup> Reducção por arbitramento, 4\$320 (Rua da Bella-Vista).

<sup>585</sup> Em vez do seo filho Manoel do Nascimento Ferreira Mendes, redução por arbitramento, 7\$560 (Rua da Bella-Vista).

<sup>586</sup> Passa a ser considerado como da respectiva herança prevalecendo o lançamento transacto, 8\$560 (Rua da Bella-Vista).

<sup>587</sup> (idem – corresponde a informação dada a Luiza Malheiros, a qual tinha seu imóvel alugado), 17\$280 - (Rua da Bella-Vista). Conforme *A Provincia de Matto Grosso* (28-09-1879, ano I, n. 39, p. 04), Joaquim Henrique dos Santos Viana era proprietário de um prédio localizado na Travessa do Palacio entre a Rua da Emancipação e a Praça da Boa Morte, em valor de 17\$280, *A Provincia de Matto Grosso* (05-10-1879, ano I, n. 40, p. 04), por transmissão de Miquilina do Couto a quem está alugado por 8\$640, na (Rua 2 de Dezembro). Na mesma edição (05-10-1879, ano I, n. 40, p.04) nova citação de Joaquim Henriques dos Santos Viana [...] por transmissão do único herdeiro de Maria Benedicta Gomes (asylo caridoso a um desvalido enfermo (em obras) (A PROVINCIA DE MATTO GROSSO, 1879, p. 04), não há valores específicos para o imposto. Conforme *A Situação* (18-08-1875, ano VII, n.º 490, p. 03), Joaquim Henrique dos Santos Viana estava entre os 48 nomes sorteados para participação do Juri do dia 13 de setembro as 10 horas da manhã.

<sup>588</sup> (Alugado) 8\$640, o mesmo por aumento d’edificação, agora incluída (em obras) (Rua da Bella-Vista).

<sup>589</sup> Por arbitramento 8\$640 (Rua do Areão).

<sup>590</sup> Aparece em duas cobranças, na primeira como “(arruinado)” e na segunda por arbitramento num valor de 6\$480 (Rua do Areão).

22	Manoel Ferreira Mendes <sup>592</sup>	56	Agencia	Parda	Sim
23	Vicente Dias Pereira <sup>593</sup>	62	Cabeleireiro	Preta	Sim
24	Catharina de Oliveira Bastos <sup>594</sup>	43	Agencia	Parda	Não
26	Manoel Baptista do E. Santo <sup>595</sup>	46	Agencia	Parda	Sim
27	Firmino Leite Moreira <sup>596</sup>	40	Agencia	Parda	Não
28	Felicidade Maria Christina <sup>597</sup>	50	-	Parda	Não
29	Faustino Correa da Costa <sup>598</sup>	57	Proprietário	Parda	Sim
30	Antonio Pereira Catilina da Silva <sup>599</sup>	55	Empregado Público	Parda	Sim
31	Roberto Henrique de Carvalho <sup>600</sup>	40	Pedreiro	Preta	Sim
32	Gregorio Calixto <sup>601</sup>	40	Pedreiro	Preta	Sim
33	Benedicta <sup>602</sup>	30	Lavadeira	Parda	Não
34	Manoel dos Santos Sampaio <sup>603</sup>	48	Pedreiro	Preta	Sim
35	João Baptista de Arruda <sup>604</sup>	29	Taverneiro	Parda	Sim
36	Francisco de Assiz Pereira <sup>605</sup>	34	Agencia	Parda	Sim
37	Maria Augusta da Costa Garcia <sup>606</sup>	68	Agencia	Parda	Sim
38	Escolastica de Jesus e Arruda <sup>607</sup>	41	Agencia	Parda	Sim
39	Emilia Andreza Porsina <sup>608</sup>	50	Proprietária	Parda	Sim
40	Luiza Ribeiro da Silva <sup>609</sup>	92	Agencia	Parda	Não
41	Francisco Henrique de Carvalho <sup>610</sup>	31	Sapateiro	Parda	Sim
42	Balbina da Paixão <sup>611</sup>	62	Agencia	Parda	Não
43	João Dias de Mello <sup>612</sup>	47	Agencia	Parda	Não

<sup>591</sup> Em vez dos herdeiros de Anna Christina de Moraes por arbitramento 5\$400 (Rua da Emancipação – outr’ora da Prainha).

<sup>592</sup> Herança, por arbitramento, 8\$640 (Rua Commandante Antonio Maria).

<sup>593</sup> E suas filhas Anna Delfina e Maria redução por arbitramento 6\$840 (Rua Commandante Antonio Maria).

<sup>594</sup> Por arbitramento vista estar “feixado sendo d’aluguer” (Rua do Cemitério).

<sup>595</sup> Por núpcias contraídas com a única herdeira de Anna das Chagas (arruinado) (Rua do Cemitério). Obs.; não há um valor específico para o imposto.

<sup>596</sup> Arruinado (Rua do Cemitério).

<sup>597</sup> Por transmissão de Thiofilo Benedicto Ottoni d’Avelar (arruinado)(Rua de Frei José – prosseguimento da Travessa do Palácio além da Praça da Boa Morte).

<sup>598</sup> (Fundos) não há valor específico para o imposto, (Rua do Rosario); conforme A *Provincia de Mato Grosso* (28-09-1879, ano I, n. 39, p. 04), o valor de 12\$960 (por aumento d’aluguer) na Travessa do Palacio, entre a Rua da Emancipação e a Praça da Boa Morte.

<sup>599</sup> Novo arbitramento por “aumento” do seu prédio 8\$640 (Rua do Rosario).

<sup>600</sup> (em obras), não especifica valores (Rua São Francisco).

<sup>601</sup> Em lugar de Maria Benedicta (alugado), 11\$880 (Rua São Francisco).

<sup>602</sup> Escrava de Dr. Leite, e sucessora de herança de seu irmão Verissimo Jardim, (alugado) 8\$640. No recenseamento de 1890, Benedicta reside Rua São Francisco, n. 32cab (sic) em conjunto com Gregoria 45 anos, lavadeira, parda e não sabia ler e Anna 12 anos, parda, não consta a profissão. Todas elas não sabiam ler e nem frequentavam a escola. Na Rua Do Carmo, consta o caso de Maria (africana), escrava da Santa Casa da Misericórdia (escrava da nação) “como vivia de José do Bom Despacho” (sic), pelo arbitramento passado 3\$240. Na mesma rua, Maria (africana) aparece novamente, mas sem constar de que se tratava ser escrava da Santa Casa de Misericórdia, porém, salienta-se: [...] em vez do seu finado marido José do Bom Despacho (com quartos alugados) 12\$960. Obs. Maria (africana) não foi encontrada no recenseamento de 1890.

<sup>603</sup> Em obras (Rua do Carmo) não há valores específicos.

<sup>604</sup> Por transmissão de herança de Antonio Luiz Brandão Neto (por arbitramento) 10\$800 (Rua de Corumbá).

<sup>605</sup> Cinco contíguos e alugados 32\$400 (Rua Commendador Henriques – antiga Travessa das Flores)

<sup>606</sup> Quartos em ambos (fundos) os lados localizados na Ladeira de São Bento.

<sup>607</sup> Herança de quartos 15\$120 na Ladeira do Bom Despacho.

<sup>608</sup> Conforme o Recenseamento de 1890, Emilia Andreza Porcina residia na Rua 1º de Março, nº 440. Nesse sentido (28-09-1879, ano I, n. 39, p. 04), informava que pagaria o imposto 10\$800 (por diminuição de aluguel) e sem seguida aparece a descrição [...] A mesma, idem, idem 12\$960. (A PROVINICA DE MATTO GROSSO, 1879, p. 04)

<sup>609</sup> Em compartimentos alugados 21\$600 (Travessa da Paciência).

<sup>610</sup> (arruinado) (Rua da Caridade).

<sup>611</sup> [...] e outros herdeiros (fechado (sic)) por arbitramento, 4\$320 (Rua da Caridade).

<b>44</b>	Maria Bernarda Ferreira <sup>613</sup>	42	Agencia	Preta	Não
<b>45</b>	Rita Maria do E. Santo <sup>614</sup>	50	Agencia	Parda	Não
<b>46</b>	Antonio Pires de Barros <sup>615</sup>	50	Carpinteiro	Parda	Sim
<b>47</b>	Anna Gomes da Silva <sup>616</sup>	60	-	Parda	Não

**Fonte:** Conforme o jornal *A Provincia de Matto-Grosso* de (03-08-1879, n. 31, p. 04); (10-08-1879 n.32, p.04); (28-08-1879, n. 34, p.04); (31-08-1879, n.35, p. 04) ; (07-09-1879, n. 36, p. 04); (14-09-1879, n.37, p. 04); (21-09-1879, n. 38, p. 04); (28-09-1879, ano I, n. 39, p. 04); 05-10-1879, ano I, n. 40, p.04); (12-10-1879, ano I, n. 41<sup>617</sup>, p.04); (11-01-1880, ano II, n. 54, p. 04) e Recenseamento de 1890.

## ANEXO – XLV

### Demonstrativo da receita e despesas relativas ás obras da Cathedral.

-Receita-					
Nº	Nome	Profissão	Serviços prestados	Docs .	Valor
<b>01</b>	Placido de Souza Neves	Mestre Carpinteiro	Pelos soalhos da sachristia da fabrica e dos dous compartimentos da sachristia do Senhor do Bonfim	Nº 12	1.080\$000
<b>02</b>	Ao mesmo	-	Pela construção de quatorze bancos, duas estantes, dous estrados, e alguns outros serviços de carpinteiro	Nº 13	230\$000
<b>03</b>	Silvestre Manoel de Jesus <sup>618</sup>	Pintor	Pelas pinturas que fez no interior e exterior da igreja	Docs. de nº 36 a 43	731\$800
<b>04</b>	Pedro Candido Jarcem	Funileiro	A importância de 96 açucenas de folhas de flandres e alguns outros serviços de sua profissão	Nº 45	96\$800
<b>05</b>	João Gonçalves da Cruz	Ferreiro	Pelas obras em que executou em algumas janelas e portas a alguns outros serviços	Nº 46	77\$725
<b>06</b>	José da Silva Ribeiro <sup>619</sup>	Sr.	importância da moldura do quadro do Baptismo entre outras obras de sua arte (sic)	Nº 47	87\$600
<b>07</b>	Manoel do Nascimento Ferreira Mendes	Armador	Para as despesas com a cobertura dos altares, mesas, arcazes, órgão e aquisição de outros objetos indispensáveis a igreja incluindo o seu trabalho de concertar alguns ornamentos	Nº 48	288\$49

<sup>612</sup> Por complemento “d’apellido” (continuando em obras) (Rua da Caridade).

<sup>613</sup> Continua em obras (Rua da Caridade).

<sup>614</sup> Conforme A Provincia de Mato Grosso (19-110-1879, ano I, n. 42, p. 04), em obras (Rua do Livramento)

<sup>615</sup> Conforme *A Provincia de Mato Grosso* (26-10-1879, ano I, n. 43, p. 04), com referencia ao seu “1º” prédio a direita alugado 27\$000, tendo havia equivoco e carregar-se-lhe o imposto relativo ao prédio de seu irmão Benedicto Alves de Barros (que conforme o recenseamento de 1890 era de raça parda, 46 anos, carpinteiro e sabia ler) a esquerda alugado 16\$200 (Rua do Coronel Peixoto).

<sup>616</sup> Conforme *A Provincia de Mato Grosso* (11-01-1880, ano II, n. 54, p. 04), em vez de herança de Joaquim Germano, de quem partilhou como sua viúva por arbitramento 4\$320 (Rua da Bella Vista).

<sup>617</sup> Para esta edição apresenta-se “aditamentos e retificações a parte já publicada e por conclusão do 1º Distrito” (A PROVINCIA DE MATO GROSSO, 1879, p.04). Nesta edição não foi encontrado nenhum nome no recenseamento de 1890.

<sup>618</sup> Com exceção de Silvestre Manoel de Jesus (de raça preta), os demais, conforme o Recenseamento de 1890, foram caracterizados como de raça parda.

<sup>619</sup> Recebeu o tratamento de Sr.



			e costura os tapetes		
<b>08</b>	Ao mesmo	Armador	Para despender com serventes e a lavagem da igreja	Nº 50	68\$500
<b>09</b>	Cypriano Alves Pereira	Pintor	por encarnar a imagem de São Miguel	Nº 51	200\$000
<b>10</b>	Francisco Pereira de Souza	Marceneiro	Por três escabelo de cedro	Nº 56	15\$000

Fonte: *A Província de Mato-Grosso* (11-09-1887, anno IX, nº 453, p.4)

## ANEXO – XLVI

### Cobrança de Impostos – aguardente por miúdo, rede de arrasta e sobre oleira na cidade de Cuiabá - 1882.

Rua	Nome	Raça	Valor	Profissão	Idade	S/Ler
<b>Conde D'eu</b>	Beatriz Gonçalves de Oliveira	Parda	36\$000	Taverneira	55	Não
<b>Commandante Baldoino</b>	Manoel Rodrigues da Silva Roldão	Parda	36\$000	Agencia	55	Sim
	Carolina Idalina da Costa	Parda	36\$000	Costureira	36	Não
	Balthazar Gomes de Escobar	Parda	36\$000	Taverneiro	55	Sim
<b>13 de Junho</b>	Manoel Lino de Christo	Parda	36\$000	Taverneiro	57	Sim
	Antonio da Costa e Faria	Parda	36\$000	Sapateiro	34	Sim
	Feliciano Antonio da Silva	Parda	36\$000	Ourives	52	Sim
	Zeferino José de Paula	Parda	36\$000	Taverneiro	52	Sim
	Joana Evangelista Pereria Leite	Parda	36\$000	-	54	Sim
<b>Do Barão de Melgaço</b>	José de Arruda Leite	Parda	36\$000	Guarda do	48	Sim
	João Lopes do Espirito Santo	Parda	36\$000	Agencia	62	Sim

Fonte: *A Província de Matto-Grosso* (22-01-1882, ano IV, nº 160, p. 03)

## ANEXO – XLVII

### Outros Impostos

Imposto	Nome	Raça	Valor	Profissão	Idade	S/Ler
<b>Sobre rede se arrasta</b>	Silvestre Pereira Borges	Parda	50\$00	Taverneiro	38	Sim
<b>Sobre oleria</b>	Juliana Baptista do Nascimento	Parda	25\$000	Proprietária	75	Sim

Fonte: *A Província de Matto-Grosso* (22-01-1882, ano IV, nº 160, p. 04)

## ANEXO – XLVIII

### Patentes sobre o consumo d'aguardente<sup>620</sup>

<sup>620</sup> Observou-se a presença de mulheres brancas exercendo essa atividade e que receberam a designação de D. (Dona), como nos exemplos “D. Rita Siqueira de Ferro” (caracterizadas conforme o Recenseamento de 1890 (branca, 40 anos, casada, não consta a profissão, sabia ler), que vendia aguardente a miúdo no Beco do Coronel Poupino, outrora “do Mercado”, de D. Maria José Leite Galvão e D. Izabel Ribeiro Mamoré, que também vendiam na Rua Barão de Melgaço (*A PROVINCIA DE MATTO-GROSSO*, 1879, p. 04). Salienta-se que este tratamento foi dispensado às mulheres caracterizadas de acordo como o Recenseamento de 1890 como de raça parda, como Maria Joaquina de Miranda, Rosa Maria da Conceição, Maria Eusebia de Anunciação e outras

Pela 1ª Recebedoria Provincial se faz publico que no lançamento ultimamente procedido para o corrente Exercício (1879-1880), foram encontradas as seguintes casas que, no 1º distrito dessa cidade vendeu aguardente pelo miúdo, cujos donos abaixo relacionados sendo collectados no imposto estabelecido por lei, estão por conseguintes sujeitos ao previo pagamento de 36\$000 a boca do cofre, tão logo expire o praso de 30 dias depois da publicação do presente edital; recebendo entretanto quaesquer reclamação por escripto a respeito.

<b>Logradouro</b>	<b>Nome</b>	<b>Raça</b>	<b>Profissão</b>	<b>Idade</b>	<b>S/ler</b>
<b>Rua 7 de Setembro</b>	Generoso Annes da Fonsêca	Parda	Taverneiro	45	Sim
	Joaquim Henrique dos Santos	Parda	Negociante	46	Sim
<b>27 de Dezembro</b>	Maria Luiza da Conceição	Parda	Agencia	40	Não
	Justina Antonia do Nascimento	Parda	Costureira	70	Não
	Manoel dos Santos Sampaio	Preta	Pedreiro	48	Sim
<b>Rua Commandante Antonio Maria</b>	Jesuino Coelho Bahia	Parda	Taverneiro	56	Não
	João de Moura Meirelles	Parda	Sapateiro	44	Sim
<b>Rua Bella-Vista</b>	Miguel Lourenço da Cunha	Parda	Agencia	50	Sim
	José da Silva Ribeiro	Parda	Agencia	52	Sim
<b>Travessa da Câmara municipal</b>	Cyrilo Cotrea Real	Parda	Criado	48	Não
	Rosa Maria da Conceição	Preta	Agencia	46	não
<b>Travessa do Palacio</b>	Maria Joaquina de Miranda	Parda	Agencia	38	Não
	Maria Eusebia de Anunciação	Parda	Taverneira	60	Não
	Joaquim Rodrigues Freire	Parda	Alfaiate	31	Sim
<b>Travessa D'Assemblea</b>	Manoel de Assumpção Couto	Parda	Taverneiro	44	Sim
<b>Praça da Guarda Nacional (antigo Largo do Chafariz do Rosario)</b>	José Dias de Oliveira Campos	Preta	Empregado Publico	60	Sim
<b>Rua Antonio Joao</b>	Joana Henriques de Carvalho	Preta	Taverneira	44	Não
	José da Cruz Ferreira	Parda	Taverneiro	40	Não
	José Rodrigues da Fonseca	Parda	Taverneiro	40	Sim
<b>Praça do Bispo D. José</b>	Marcelino Alves Guerra	Parda	Alfaiate	54	Sim
<b>Rua Coronel Peixoto (Antiga Boa Vista)</b>	Estevão Alves de Barros	Parda	Taverneiro	40	Sim
	Luiza Ribeiro da Silva	Parda	Agencia	92	Sim
<b>Rua Commandante Costa</b>	Silvestre Manoel de Jesus	Preta	Pintor	38	Sim
<b>Rua N. S. da Guia (Antiga travessa do Lava-pés)</b>	Valentim Alves Pereira	Parda	Agencia	40	Não
	Firmino Leite Moreira	Parda	Agencia	40	Não
<b>Rua da Victoria</b>	João Gonçalves da Cruz	Parda	Ferreiro	41	Sim
<b>Rua de S. Francisco</b>	José Leite da Cunha Mattos	Parda	Taverneiro	51	Sim
	Felippe da Silva Albuquerque	Parda	Agencia	75	Não
<b>Rua do Carmo</b>	Catharina da Silva Pereira	Parda	Agencia	45	Não
<b>Rua do Areão</b>	Mathias José do Espirito Santo	Preta	Agencia	51	Sim

Fonte: A Provincia de Matto Grosso, (31-08-1879, ano I, nº35, p.3-4)

Por esta ocasião se declara que, não obstante as indagações necessárias, não se encontrou casa alguma de comercio desta praça, que estivesse comprehendida no art. 1.º §§ 1.º e 2.º, no art. 2.º da Lei nº 507, de 24 de Maio de 1877, em virtude, de cujo o art. 3.º, assim

se procedeo.

Cuyabá, 25 de Julho de 1879,  
O Collector  
Firmino Rodrigues Ramos

## ANEXO – XLIX

### “EDITAES”

Pela Contadoria da Thesouraria da Fazenda da Provincia se faz publico par aconhecimento dos interessados, que em virtude a ordem do Ministério da Fazenda nº 38 de 30 de Agosto ultimo, está a mesma Thesouraria habilitada a pagar no exercício de 1878-1879, os seguintes credores de exercícios findos a saber:

#### Credores de Dividas do exercício de 1878-1879, conforme Ordem do Ministério da Fazenda nº 38 de 30 de Agosto último (1879)<sup>621</sup> – A Provincia de Matto Grosso, 19 de Outubro de 1879.

Nº	Nome	Valor	Idade	Profissão	Raça	Sabe Ler
01	Carlos Barboza de Faria	311\$290	39	Empregado Publico	Parda	sim
02	José Floriano Paes <sup>622</sup>	226\$760	53	Alferes	Preta	Sim
03	João Miguel Celestino <sup>623</sup>	13\$500	55	Ajustes	Parda	Sim
04	João Baptista da Motta	128\$000	50	Carpinteiro	Preta	Sim
05	Eleuterio Pinto de Souza <sup>624</sup>	102\$500	50	Agencia	Parda	Sim
06	Francisco Antonio dos Santos <sup>625</sup>	219\$000	50	Agencia	Parda	Não
07	Miguel Pinto de Souza <sup>626</sup>	283\$000	40	Ajustes	Parda	Não
08	Delfino Vieira de Barros <sup>627</sup>	40\$000	43	Alferes do batalhão	Parda	Sim
09	Manoel Francisco de Miranda <sup>628</sup>	7\$830	35	Pintor	Parda	Sim
10	Antonio Ferreira Alhernaes	74\$000	45	Operário	Parda	Sim
11	Francisco Pires <sup>629</sup>	97\$500	66	Fundidor	Preta	Não
12	Bento José Rodrigues <sup>630</sup>	223\$000	42	Serralheiro	Parda	Sim
13	José Ribeiro de Mello <sup>631</sup>	135\$000	46	Serralheiro	Parda	Sim
14	João Dias Lessa	108\$000	43	Ferreiro	Parda	Sim
15	Mathias Marques de Almeida	51\$968	35	Ferreiro	Parda	Sim
16	Olegario Rodrigues Leite <sup>632</sup>	66\$000	39	Torneiro	Parda	Sim
17	Belarmino Garcia Contadoria <sup>633</sup>	151\$000	36	Taverneiro	Parda	Sim

<sup>621</sup> Tobias, escravo de Pedro Mauá 33\$000.

<sup>622</sup> Era Alferes e integrava o Arsenal de Guerra.

<sup>623</sup> Fazia parte de um grupo de cadetes que cumpriam sentença no Arsenal de Guerra. Ao todo, o grupo era composto por 13 cadetes e um escravo.

<sup>624</sup> Fazia parte de uma lista de 10 operários que desempenhavam trabalhos na fábrica de pólvoras.

<sup>625</sup> Idem.

<sup>626</sup> Idem.

<sup>627</sup> Conforme *A Provincia de Matto Grosso* (19-10-1879, ano I, nº 42, p. 03-04), Delfino Vieira de Barros era 1º Sargento do B. 19 de Infantaria.

<sup>628</sup> Integrava a oficina de pintores do Arsenal de Guerra, atuando como operário.

<sup>629</sup> Integrava a oficina de latoeiros e funileiros do Arsenal de Guerra.

<sup>630</sup> Atuava como Mestre da oficina de Serralheiro, comandando 14 operários e um “mandador”

<sup>631</sup> Servia com “mandador” na oficina em que Bento José Rodrigues atuava como mestre.

<sup>632</sup> Atuava como “mandador” na “officina de construção de reparos, obras brancas e secção de torneiros e tanoeiros”.

<sup>633</sup> Operário da officina de construcção de reparos, obras brancas e secção de torneiros e tanoeiros.

18	Luiz Manoel da Silva <sup>634</sup>	40\$000	40	Marceneiro	Parda	Sim
19	Silvestre da Silva Paes <sup>635</sup>	120\$000	31	Marceneiro	Parda	Sim
20	Agostinho José de Carvalho <sup>636</sup>	19\$470	33	Carpinteiro	Parda	Sim
21	João Afonso Ferreira	16\$000	28	Pedreiro	Parda	Sim
22	Benedicto Pinto	8\$250	31	Carpinteiro	Parda	Sim
23	Adão da Costa e Faria <sup>637</sup>	207\$000	40	Correio	Preta	Sim
24	Hylario de Souza Felix <sup>638</sup>	87\$500	30	Sapateiro	Parda	Sim
25	Antonio da Costa e Faria <sup>639</sup>	77\$740	34	Sapateiro	Parda	Sim
26	Saturnino Florencio Bispo <sup>640</sup>	90\$000	46	Agencia	Parda	Sim
27	Manoel Baptista do E. Santo <sup>641</sup>	46\$800	46	Agencia	Parda	Sim
28	Fausto de Souza Canavarros <sup>642</sup>	49\$600	34	Musico	Preta	Sim
29	Candido Augusto de Moraes <sup>643</sup>	48\$000	40	Pedreiro	Preta	Sim
30	João Miguel Celestino <sup>644</sup>	27\$450	55	Ajustes	Parda	Sim
31	Inacio (escravo)	27\$450	-	-	-	-
32	José (escravo)	13\$500	-	-	-	-
33	Manoel Francisco de Oliveira	61\$122	35	Pintor	Parda	Sim

Fonte: *A Provincia de Matto Grosso*, (12-10-1879, ano I, nº 41, p. 03-04.) e Recenseamento de 1890.

Contadoria da Thesouraria da Fazenda de Matto-Grosso, 8 de Outubro de 1879.

Servindo de Contador

*José de Paula Corrêa (sic)*

<sup>634</sup> Idem.

<sup>635</sup> Idem.

<sup>636</sup> Idem.

<sup>637</sup> Mestre das oficinas de correios, selleiros e secção de sapateiros.

<sup>638</sup> Operario das oficinas de correios, selleiros e secção de sapateiros.

<sup>639</sup> Idem.

<sup>640</sup> Idem.

<sup>641</sup> Idem.

<sup>642</sup> Idem.

<sup>643</sup> Operário da oficina de pedreiro. Nesta oficina o anúncio não apresenta nem “mestre” nem “mandador”.

<sup>644</sup> Conforme *A Provincia de Matto Grosso* (19-10-1879, ano I, nº 42, p. 03-04.), estava entre um grupo de 14 calcetas e dois escravos que cumpriam sentença no Arsenal de Guerra.